



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1815

Quinta-feira - 27 de Agosto de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	2	Gaspar	221	Papanduva.....	435
Água Doce.....	3	Governador Celso Ramos	222	Passo de Torres.....	436
Anchieta	7	Grão Pará	223	Passos Maia	437
Ascurra.....	8	Guaramirim	239	Paulo Lopes	438
Balneário Rincão	9	Guarujá do Sul	240	Penha.....	439
Benedito Novo	10	Herval d'Oeste	241	Pinheiro Preto	441
Biguaçu	11	Ilhota	244	Pomerode.....	444
Blumenau	13	Imarui	245	Ponte Serrada	446
Bom Jesus do Oeste	16	Imbituba	246	Porto Belo.....	451
Bom Retiro	19	Indaial.....	248	Porto União.....	452
Braço do Trombudo.....	23	Ipumirim	277	Presidente Castello Branco.....	454
Brunópolis	47	Irineópolis	278	Presidente Nereu.....	455
Brusque.....	48	Itá	282	Rio do Sul.....	458
Caçador.....	49	Itapiranga.....	289	Salto Veloso.....	464
Camboriú.....	50	Itapoá	290	Santa Terezinha do Progresso	465
Campo Alegre	53	Ituporanga	291	São Bento do Sul.....	467
Campo Erê.....	60	Joaçaba	292	São Domingos.....	468
Campos Novos.....	61	Lages	310	São João do Oeste	469
Canelinha	62	Laguna	315	São João do Sul	471
Canoinhas.....	63	Lauro Muller	324	São Joaquim	472
Capinzal	78	Lebon Regis.....	325	São José.....	476
Catanduvas.....	82	Leoberto Leal.....	326	São José do Cedro.....	477
Chapadão do Lageado	84	Lindóia do Sul.....	327	São Lourenço do Oeste.....	478
Cocal do Sul.....	88	Luzerna	329	São Miguel do Oeste.....	504
Concórdia	89	Macieira.....	337	São Pedro de Alcântara.....	506
Cordilheira Alta	90	Mafra	338	Schroeder.....	510
Coronel Freitas.....	94	Maracajá	340	Sombrio.....	515
Coronel Martins.....	180	Maravilha.....	341	Timbé do Sul	516
Correia Pinto.....	181	Marema	343	Timbó	517
Corupá	182	Meleiro	374	Trombudo Central.....	526
Curitibanos	183	Modelo	381	Tunápolis.....	527
Dionísio Cerqueira	204	Monte Carlo	382	Urussanga	529
Ermo	205	Morro da Fumaça	386	Vargeão.....	530
Forquilha.....	207	Navegantes.....	388	Videira.....	531
Fraiburgo.....	208	Nova Trento	389	Vitor Meireles.....	535
Frei Rogério	215	Orleans	412	Xanxerê.....	536
Galvão.....	216	Palhoça	413	Xavantina	538
Garopaba.....	217	Palmitos	434	Xaxim.....	539

Consórcios

CIGA	578
CIS Nordeste	579
CIS/AMUREL.....	583

Abdon Batista

PREFEITURA

ERRATA PP 86/2015

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC
ERRATA EXTRATO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2015

ONDE SE LÊ
PROCESSO ADMINISTRATIVO 103/2015

LEIA-SE
PROCESSO ADMINISTRATIVO 102/2015

Abdon Batista 26 de agosto de 2015
Lucimar Antonio Salmoria
PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA PP 87/2015

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC
ERRATA EXTRATO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2015

ONDE SE LÊ
PROCESSO ADMINISTRATIVO 104/2015

LEIA-SE
PROCESSO ADMINISTRATIVO 103/2015

Abdon Batista 26 de agosto de 2015
Lucimar Antonio Salmoria
PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL 88/2015

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 104/2015
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL 88/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 10/09/2015. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 25 de agosto de 2015.
LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 89/2015

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 105/2015
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL 89/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LAJOTA PAVER.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 11/09/2015. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 25 de agosto de 2015.
LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 90/2015

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 106/2015
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL 90/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA NO MUNICIPIO DE ABDON BATISTA, DE ACORDO COM NORMAS ESTABELECIDAS PELA CELESC.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 14/09/2015. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 25 de agosto de 2015.
LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

EDITAL CMDCA Nº 003/2015

Edital CMDCA nº 003/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Água Doce – Santa Catarina

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

SILVANA APARECIDA DO NASCIMENTO CAVALI, PRESIDENTA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento da Resolução nº 001/2015 e na Lei Complementar Municipal nº 94/2014 retificar o edital nº 01/2015.

Disciplina a campanha eleitoral dos candidatos a membros do Conselho Tutelar

1. Da propaganda eleitoral

1.1. O período lícito de propaganda terá início a partir da data em que forem homologadas as candidaturas encerrando-se 02 (dois) dias antes da data marcada para o pleito;

1.2. Toda propaganda será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes;

1.2.1. No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, “boca de urna”, sujeitando-se o candidato que promovê-la a cassação de seu registro de candidatura em procedimento a ser apurado perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com manifestação do Ministério Público;

1.2.2. A propaganda eleitoral somente será feitas por santinhos, constando o número e nome do candidato, bem como suas características e propostas, sendo vedada qualquer propaganda nos veículos de comunicação social, ou sua afixação em locais públicos ou particulares admitindo-se debates e entrevistas em igualdade de condições devendo a entidade realizadora do debate, cientificar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com antecedência mínima de 5 (cinco) dias e garantir igualdade de condições a todos os candidatos;

1.2.3. Não será permitida a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;

1.3. Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meio insidiosos e propaganda enganosa;

1.3.1. Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

1.3.2. Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

1.3.3. Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura;

2. Das vedações

2.1. É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores;

2.2. É vedado aos órgãos da administração direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral;

2.3. É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes;

2.4. No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor (art. 139 § 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme redação dada pela Lei 12.696/2012).

3. Do processo de instrução e julgamento das infrações e recursos

3.1. Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura;

3.2. Recebida a denúncia a Comissão Eleitoral terá o prazo de 01 (um) dia para instrução do processo, sendo que, acolhida pela Comissão, o candidato será notificado para apresentação de defesa no prazo de 02 (dois) dias.

3.3. Ao candidato submetido ao julgamento de infrações será garantido o contraditório e ampla defesa nos termos desta Resolução.

3.4. O prazo para instrução e julgamento das infrações cometidas será de 5 (cinco) dias.

3.5. Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de até três dias.

3.6. O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4. Dos locais de votação

4.1. Os eleitores poderão realizar a votação em 3 (três) locais, sempre obedecendo a seção eleitoral a qual estão vinculados através de seu título de eleitor, sendo: Centro Educacional Marcelino Ivo Dalla Costa – Três Pinheiros - Seção 18, Pavilhão Comunitário de Hercilópolis – Hercilópolis - Seção 10 – Salão Paroquial Centro da Cidade – Concentração das demais Seções (Santo Antonio – Seção 7, Linha Olinda – Seção 27, Zona Nova – Seção 23. Paiol de Telhas – Seção 14 e 20, Ruth Lebarbechon – Seção 3, 4, 5, 6, 15, 16, 22, 26 e Salão Paroquial – Seção 1, 2, e 17);

5. Da apuração

5.1. A redação do item 3.8.1 do Edital CMDCA nº 001/2015 passa a ter a seguinte redação: “A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente”.

5.2. A redação do item 3.8.4 do Edital CMDCA nº 001/2015 passa a ter a seguinte redação: “Concluída a contagem das cédulas não utilizadas, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos eleitores referente a votação manualmente”.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce, 20 de agosto de 2015.

SILVANA APARECIDA DO NASCIMENTO CAVALI
PRESIDENTA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ÁGUA DOCE

BALANCETE FINANCEIRO FMAS JULHO 2015**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Julho

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	2.819,28	ORÇAMENTÁRIAS	18.876,01
RECEITA PATRIMONIAL	138,12	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	18.876,01
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.681,16	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.580,74
		Transferencias a Uniao	11.295,27
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	12.000,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	12.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	38.683,99	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	39.168,39
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.777,56	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.777,56
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	18.876,01	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	18.030,42
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	18.030,42	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	19.360,41
SALDOS ANTERIORES	97.088,28	SALDOS ATUAIS	92.547,15
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	73.773,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	72.773,00
BANCO C/ MOVIMENTO	23.315,28	BANCO C/ MOVIMENTO	19.774,15
TOTAL	150.591,55	TOTAL	150.591,55

AGUA DOCE, 20/08/2015

ORLANDO FÁVERO

Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI

CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

BALANCETE FINANCEIRO FMS JULHO 2015**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Julho

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	146.863,53	ORÇAMENTÁRIAS	271.386,88
RECEITA TRIBUTÁRIA	867,25	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	269.689,60
RECEITA PATRIMONIAL	1.224,41	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	191.268,02
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	134.771,87	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	78.421,58
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.000,00	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.697,28
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.697,28
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	189.623,70		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	189.623,70		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	680.286,11	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	847.779,90
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	33.453,31	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	33.206,52
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	291.869,06	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	356.834,47
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	5.613,01	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	5.613,01
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	349.350,73	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	452.125,90
SALDOS ANTERIORES	1.427.470,56	SALDOS ATUAIS	1.325.077,12
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	801.668,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	931.668,00
BANCO C/ MOVIMENTO	625.802,56	BANCO C/ MOVIMENTO	393.409,12
TOTAL	2.444.243,90	TOTAL	2.444.243,90

AGUA DOCE, 26/08/2015

ORLANDO FÁVERO

Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI

CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

BALANCETE FINANCEIRO SIMA JULHO 2015
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Julho

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	37.107,96	ORÇAMENTÁRIAS	32.079,35
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	16.626,98	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	32.079,35
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.620,88	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	32.079,35
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	13.860,10		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	64.504,74	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	49.049,10
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	561,11	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	392,97
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	32.079,35	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	31.864,28
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	31.864,28	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	16.791,85
SALDOS ANTERIORES	1.891.304,95	SALDOS ATUAIS	1.911.789,20
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.850.000,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.850.000,00
BANCO C/ MOVIMENTO	41.304,95	BANCO C/ MOVIMENTO	61.789,20
TOTAL	1.992.917,65	TOTAL	1.992.917,65

AGUA DOCE, 20/08/2015

ELIAS VIECELI
Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 040-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 040/2015

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, para Aquisição de materiais de construção, calha galvanizada e prestação de serviços para serem utilizados na manutenção e conservação do destacamento da Polícia Militar de Anchieta-SC, conforme convenio da Radio Patrulha nº. 049/2011, pago com recursos próprios. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 10/09/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 26 de agosto de 2015.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF N 041_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 041/2015

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Contratação de empresa especializada no recolhimento e transporte dos dejetos humanos depositados em fossas sépticas nos órgãos públicos do Município de Anchieta até a estação de tratamento do município de Palma Sola conforme Lei Municipal nº. 2.187/15, pago com recursos próprios. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:00 horas do dia 10/09/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 26 de agosto de 2015.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

DIVULGAÇÃO LOCAL E HORÁRIO DE PROVA DO PROCESSO SELETIVO 001/2015

ATO 003/PMA/ED001/2015/PS

DIVULGA LOCAL E HORÁRIO DE PROVA

DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2015

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente a Comissão do Processo Seletivo e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. Ficam CONVOCADOS os candidatos com inscrição homologada para comparecerem no dia 30 de Agosto de 2015, para a realização da Prova Escrita, no seguinte local e horário:

1.1 Local:

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DOMINGOS SÁVIO

Rua Dom Bosco, nº 341

Ascurra – SC

1.2 Horário:

Evento	Horário
Abertura dos portões e acesso dos candidatos aos locais de prova.	8h15
Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	8h50
Abertura dos invólucros e distribuição das provas e na sequência início das provas OBS.: O tempo gasto para abertura e distribuição das provas será acrescido ao tempo final da prova caso seja necessário.	9h
Tempo mínimo de permanência em sala de prova	9h30
Final Devolução obrigatória do caderno de questões e cartão-resposta	11h

2. O candidato só poderá ter em seu poder no local de prova escrita objetiva o seguinte material: caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, documento de identidade original e, se assim desejar, comprovante de pagamento da taxa de inscrição, copo ou garrafa de água fabricada de material transparente, sem rótulos ou etiquetas, alimentos (barra de cereal, chocolate, fruta, desde que desembalados e acondicionados em saco plástico transparente.)

2.1 Para responder as questões da prova o candidato somente poderá utilizar caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, que não será distribuída aos candidatos, cabendo a eles sua aquisição.

ASCURRA, 25 de Agosto de 2015

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE PRORROGAÇÃO PP 053/PMBR/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO Nº. 053/PMBR/2015

Considerando a imperiosa necessidade de contratação pelo Município dos serviços estipulados na forma prevista pelo instrumento convocatório preambular e suas respectivas alterações;

Considerando que não acudiram interessados na competição em voga.

A Pregoeira, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, torna público que:

1. A Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 053/PMBR/2015, cujo objeto é contratação de empresa do ramo pertinente para realização de serviços de: Pesquisa Origem (Destino Domiciliar), necessária para elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico (Eixo da Infraestrutura Viária e Mobilidade Urbana) do Município de Balneário Rincão/SC., com abertura programada para o dia 26.08.2015, às 14h00min horas, SERÁ REABERTA NO DIA 10/09/2015, 14h00min, até às 13h45min, serão recebidos os envelopes de habilitação e Propostas, e dado início ao certame, uma vez que para a licitação inicialmente programada, não houve apresentação de propostas, caracterizando-a deserta.

2. Esclarece-se, ainda, que ficam mantidas todas as condições e exigências estabelecidas no edital supracitado.

Balneário Rincão, 26 de Agosto de 2015.

GISELE FERREIRA

PREGOEIRA

Benedito Novo

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 131/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS - MURAL
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 131/2015

Contratada: AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRO

Objeto: Aluguel de um CONTENTOR DE ÓLEO HELIX HX 6 e uma PROOULSORA BOZZA PARA CONTENDOR, cede, sem custos, à COMO-DATÁRIA, os referidos equipamentos.

Vigência: 25/08/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 25/08/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

LEI Nº 3570/2015

Lei nº 3570/2015 DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre o Concurso Público para a escolha do Hino Oficial do Município de Biguaçu - SC, e dá outras providências.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Capítulo I DO OBJETIVO

Art. 1º O Hino Oficial do Município de Biguaçu - SC será escolhido por meio de concurso público a ser realizado pela SECETUL - Secretaria de Cultura, Esporte Turismo e Lazer, observando o disposto nesta Lei e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, em seu capítulo II, seção I, artigo 22 § 4º.

Capítulo II DOS CONCORRENTES

Art. 2º Poderão participar do concurso somente pessoas físicas maiores de 18 (dezoito) anos, brasileiras, naturais, residentes no Município de Biguaçu - SC, desde que atendam às exigências do edital a ser elaborado e publicado.

§1º Os candidatos deverão apresentar um envelope, devidamente lacrado de modo inviolável, contendo a letra original, acompanhada da identificação dos autores, da seguinte forma:

I - Nome completo

II - Número de identidade e órgão emissor

III - Cópia do CPF

IV - Endereço, contendo telefone, cidade, bairro

V - Assinatura

§2º Um envelope, que deverá trazer, devidamente lacrado, 3 (três) cópias da letra digitadas ou datilografadas e uma gravação em CD que serão submetidas a julgamento.

Capítulo III DA LETRA

Art. 3º A letra deverá ser digitada em papel liso, sem rasuras, emendas, borrões e entrelinhas ou quaisquer outros sinais que prejudiquem a análise da Comissão Julgadora.

§1º É igualmente vedado o uso de siglas, símbolos, ou qualquer expressão ligada a partidos políticos, cultos religiosos ou tendências ideológicas.

§2º Não será permitido citação ou referência a pessoas vivas ou mortas.

§3º O hino, antes de tudo, deverá primar por uma linguagem poética, que traduza o conteúdo do tema, sendo que a composição deverá focalizar fatos históricos e/ou naturais do Município de Biguaçu - SC.

§4º A letra do Hino deve ater-se às normas clássicas de versificação: métrica, cadência, rima, estrofação, refrão, condições que facilitam a composição musical.

§5º A letra do Hino deve observar as normas da língua padrão, evitando vícios de linguagem (construindo frases anormais sem sentido e sem vocabulário exagerado etc..) primando pela clareza e concisão.

§6º O concorrente deve fugir do apelo exagerado ao sentimentalismo, ao patriotismo laudatório vazio e ao destaque a aspectos negativos da vida nacional, estadual ou municipal, buscando destacar

somente os valores da municipalidade.

§7º A expressão musical do Hino deverá ser revestida de caráter vibrante, vigoroso, com melodias e ritmos fluentes, acessíveis a qualquer tipo de assembleia, para a dinamização das potencialidades individuais e grupais.

Capítulo IV DA MÚSICA

Art. 4º O candidato deverá observar as exigências contidas no capítulo 2 (dois) e seguintes, quando da apresentação da sua música.

§1º A música deverá conter a partitura original e 1 (um) CD com a gravação, que serão envelopado na forma contida no capítulo II, Artigo 2 e parágrafo 1º.

§2º O candidato deverá apresentar três (três) cópias digitadas contendo a forma harmônica e a melodia.

§3º Na composição a escolha da música, o candidato deverá observar os seguintes critérios:

I - A composição rítmica deverá obedecer a um estilo marcial a ao compasso binário.

II - A configuração rítmica deve ser simples, evitando síncope e contratempos;

III - Preocupar-se com a execução vocal, devendo-se optar por uma tonalidade confortável à voz e tessitura de dó 3 (três) a ré 4 (quatro), com intervalos simples, sem exageros dissonantes;

IV - A música deverá permitir o canto sempre em uníssono;

V - Partitura para o teclado em duas claves, sendo uma clave de sol e uma clave de fá de quarta linha;

VI - A execução instrumental deve ser a cola voz (acompanhando a execução vocal);

VII - A melodia deverá ser escrita em pentagrama, com seus respectivos acordes e indicações de cifras para o acompanhamento instrumental.

VIII - O tempo de execução do Hino deverá ter no máximo 5 (minutos);

IX - A composição musical deverá ser original e inédita, em todo ou em parte, sem conter plágio e que não tenha sido editada, gravada, registrada ou apresentada em público até a conclusão do concurso;

Capítulo V DAS PARCERIAS

Art. 5º Cada proposta deverá constar letra e música que serão julgadas em conjunto, podendo os concorrentes formar parcerias entre duas ou mais pessoas para a apresentação das propostas, devendo para tanto serem enviadas as documentações de todos os componentes e qual a obra cada um é responsável (Letra ou Música). A divisão do prêmio, é de responsabilidade exclusiva dos mesmos;

Capítulo VI LOCAIS E PRAZO DE INSCRIÇÕES

Art. 6º As inscrições do concurso serão gratuitas.

§1º O edital deverá conter prazos e demais informações necessárias para inscrição e entrega dos envelopes com o material para julgamento da comissão julgadora.

§2º As inscrições deverão ser realizadas na SECETUL Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, localizada na Rua Barão de Rio Branco nº 88, Centro - Biguaçu - Fone (48) 32853020, no horário

das 13h00min as 19h00min horas. De segunda a sexta feira.

§3º Prazo de entrega dos envelopes contendo o material para análise e julgamento da comissão julgadora:

I - Deverá ser entregue no prazo determinado através do edital, na SECETUL Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, citadas no Artigo 6º, §2º, mediante a assinatura de termo de recebimento;
II - Cabe esclarecer que os interessados poderão fazer sua inscrição, entrega de material e documentação no mesmo dia ou fazer sua inscrição e entregar o material e documentação em dias diferentes, desde que dentro das datas previstas;
III - O candidato que se inscrever e não entregar seu material na data e prazo previstos será desclassificado.

Capítulo VII

DA COMISSÃO JULGADORA

Art. 7º A Comissão Julgadora da letra e da música será composta por 6 (seis) membros designados por decreto pelo Prefeito Municipal de Biguaçu, sendo composta por 2 (dois) linguistas, 2 (dois) historiadores e 2 (dois) músicos, todos com formação acadêmica comprovada.

§1º Cabe à comissão julgadora, caso considere não haver nível suficiente nas obras apresentadas, não outorgar a premiação publicada nesta Lei;

§2º A comissão julgadora terá prazo de 30 (trinta) dias, a partir do encerramento das entregas dos envelopes com o material para análise, para efetuar o julgamento das obras apresentadas.

§3º Será declarada vencedora a letra e a música que, além da criatividade e originalidade, melhor obedecerem aos requisitos estipulados nos capítulos 3 e 4 desta lei;

§4º A divulgação do(s) vencedor(es) será anunciada pela Comissão Julgadora no dia estabelecido no edital, nos principais meios de comunicação do Município de Biguaçu, no site da Prefeitura e na SECETUL - Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer.

Capítulo VIII

DA PREMIAÇÃO

Art. 8º Será conferido ao primeiro colocado, como premiação, 01 notebook e uma placa ou medalha lhe conferindo o Título de Autor do Hino Municipal de Biguaçu que deverá ser entregue até 30 (trinta) dias da divulgação do resultado em uma solenidade para realçar o ato histórico de escolha do Hino Municipal de Biguaçu.

Parágrafo Único: Os demais candidatos receberão certificados de reconhecimento público oferecidos pela SECETUL – Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer/ Prefeitura Municipal de Biguaçu - SC.

Capítulo IX

DA FICHA DE INSCRIÇÃO

Art. 9º A ficha de inscrição se encontra no anexo I.

Capítulo X

DOS DIREITOS AUTORAIS

Art. 10º O (s) autor (es) vencedor (es) cederá (ão) à propriedade intelectual da obra de pleno direito e prazo indeterminado ao Município de Biguaçu, e se reserva ao direito de publicar, gravar, reproduzir cópias e divulgar o trabalho premiado, sempre que necessitar.

Capítulo XI

DOS ITENS AVALIADOS

Art. 11º Adequação no tema (processo histórico, potencialidades do Município, pluralidade cultural);

- a) Clareza e comunicação
- b) Harmonia
- c) Letra
- d) Melodia
- e) Originalidade
- f) Qualidade de apresentação

- g) Ritmo
- h) Tempo de apresentação

Capítulo XII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12º O ato da inscrição implica na aceitação integral e obrigatoriedade de cumprimento desta lei.

§1º Estarão automaticamente desclassificados, os concorrentes que descumprirem a presente lei e ou edital, provocarem atos que venham a prejudicar a realização do concurso ou que sejam desrespeitosos com outros participantes ou com os organizadores.

§2º Os concorrentes deverão abrir mão dos direitos sobre imagem, letra e música e não serão remunerados ou ressarcidos de despesas, em hipótese alguma.

§3º Fica vedada qualquer manifestação pública dos participantes durante a realização do concurso.

§4º Serão aceitos, durante a vigência do concurso, recursos por parte dos candidatos.

§5º A Prefeitura Municipal de Biguaçu e a comissão julgadora poderão determinar a realização de um novo concurso caso nenhum dos trabalhos apresentados seja selecionado.

§6º O não cumprimento dos critérios estabelecidos na lei e no edital, por parte de qualquer concorrente, implicará na sua desclassificação.

§7º Os trabalhos concorrentes e suas avaliações, após o concurso, serão encaminhados ao Arquivo Público Municipal de Biguaçu – SC, aos quais todo e qualquer munícipe terá acesso.

§8º Elege-se o Foro da cidade de Biguaçu - SC, para conhecer e julgar disputas em torno desta Lei.

§9º Concluído o julgamento do concurso, o processo será encaminhado ao Prefeito Municipal de Biguaçu para homologação.

§10º O Município não se responsabiliza por problemas apresentados pelos CDs, por ocasião do julgamento.

§11º As entregas, via correio, deverão ser devidamente registradas e, no ato da entrega na sede da SECETUL – Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer e deverão ser assinadas e carimbadas pelo funcionário responsável pelo recebimento.

Art. 13º O hino vencedor deverá ser objeto de lei que o instituirá oficialmente como patrimônio público municipal.

Art. 14º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, autorizada sua suplementação se necessário.

Art. 15º As demais previsões ou instruções, bem como omissões, serão reguladas por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 16º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 24 de agosto de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Lei nº 3570/2015, de 24/08/2015

Sancionada em 24/08/2015

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

Blumenau

PREFEITURA

EDITAL CITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 17/2015

EDITAL DE CITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N. 17/2015

A Presidente da 3ª Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, constituída por meio da Portaria n. 15.146, de 31 de outubro de 2011, alterada pelas portarias nºs. 15.578, de 02 de abril de 2012, 16.749 de 06 de março de 2013 e 17.522, de 03 de fevereiro de 2014 e 18.495, de 02 de março de 2015, no uso de suas atribuições e com suporte no art. 222 e seu Parágrafo único da Lei Complementar n. 660, de 28 de novembro de 2007, CITA, pelo presente edital, Priscila Leite Allende, matrícula nº. 22447-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquiteta, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Portadora da Cédula de Identidade nº 4.238.748-4 - SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº 033.002.569-41, para, no prazo de 10 (dez) dias, contado desta publicação, apresentar defesa escrita nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 17/2015, instaurado por meio da Portaria n. 18.954, de 20 de julho de 2015, por infringência aos arts. 177, XXIV c/c o art. 204, todos da LC 660/07 (abandono de cargo público), sob pena de ser declarado sua revelia, nos termos do art. 242 da LC 660/07, sendo-lhe assegurado vistas aos autos, na 3ª CPASD, localizada na Rua 15 de Novembro, 1505, 3º andar (Prédio da Faema), de segunda a quinta-feira, das: das 14:00 às 17:00 horas.

Blumenau, em 26 de agosto de 2015.

IACY APARECIDA DE SOUZA

Presidente da 3ª CPASD

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 181/12

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 181/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA DE SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA ANESTECLIN LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS DE ANESTESIOLOGIA NOS PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DA MÉDIA COMPLEXIDADE.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-107/2012.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de novembro de 2015 até 31 de outubro de 2016.

PREÇO: Renova o valor dos serviços que se mantém em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

DATA: 17 de agosto de 2015.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 227/14

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 227/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A FUNDAÇÃO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA – FEESC.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA MANUTENÇÃO ADAPTATIVA E EVOLUTIVA DO SOFTWARE TIMONEIRO VISA.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-040/2014.

PREÇO: Reajusta o valor de cada ponto de função para R\$ 99,03 (noventa e nove reais e três centavos), a contar de 02 de março de 2015, totalizando o valor do contrato em R\$ 142.603,20 (cento e quarenta e dois mil, seiscentos e três reais e vinte centavos).

DATA: 19 de junho de 2015.

PORTARIA Nº 29.507/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.507, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA LILIANE DA SILVA CARESIA DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL PELO CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI - UNIASSELVI.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento da servidora pública municipal LILIANE DA SILVA CARESIA, ocupante do cargo efetivo de Educador Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES, com remuneração, para realizar estágio obrigatório do Curso de Bacharelado em Serviço Social pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, com início em 18 de agosto de 2015 e término previsto para 30 de setembro de 2015, em jornada parcial de trabalho, totalizando 25 dias alternados, conforme Processo Administrativo nº 2015/08/005392.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de agosto de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.508/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.508, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA ROSEMERY DE FATIMA CORDEIRO DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL PELO CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI - UNIASSELVI.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento da servidora pública municipal ROSEMERY DE FATIMA CORDEIRO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS, com remuneração, para realizar estágio obrigatório do Curso de Bacharelado em Serviço Social pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, com início em 26 de agosto de 2015 e término previsto para 06 de novembro de 2015, em jornada parcial de trabalho, totalizando 22 dias alternados, conforme Processo Administrativo nº 2015/08/005118.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de agosto de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

EDITAL NOTIFICAÇÃO IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE- AGOSTO/2015 - PSIU

SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

PROGRAMA DE SILÊNCIO URBANO - Psiu

LEI COMPLEMENTAR Nº 947/2014.

Com fundamento na Lei Complementar nº 947 de 18 de novembro de 2014, que dispõe sobre o Programa de Silêncio Urbano – Psiu -, e após o julgamento da consistência dos Autos de Infração, em conformidade com o que estabelece o artigo 4º do diploma legal acima mencionado e o Decreto nº 10.688 que regulamenta a Autoridade Municipal competente, ficam notificados da imputação da penalidade abaixo indicada:

Nome do Infrator	Órgão Autuador	Auto de Infração	Data e Local da Infração	Penalidade
Daniel David Stempinhaki	10º BPM	1051165	10/05/2015 - Rua Luzia Reis, 1307 – Itoupava Central – Blumenau/SC.	Advertência
Flaviane de Lima Moreira	10º BPM	1129516	21/06/2015 - Rua Theodoro Holtrup, 913 – Apto 05 – Vila Nova – Blumenau/SC.	Advertência
Jack Hartman	10º BPM	1021610	25/04/2015 - Rua Vereador Romário da Conceição Badia, 968 – Itoupava Norte – Blumenau/SC.	Advertência
Luiz Fernando de Barros dos Santos	10º BPM	1142076	28/06/2015 - Rua Araras, 736 – Velha – Blumenau/SC.	Advertência
Vera Lucia Moreira	10º BPM	1022095	25/04/2015 - Rua Ari Burgonovo, 490 – Garcia – Blumenau/SC.	Advertência

Fica V.Sa. notificado de que poderá interpor Recurso Hierárquico desta penalidade em até 20 dias após a publicação deste Edital, na forma escrita, dirigida à Diretoria de Fiscalização de posturas do Município de Blumenau, mediante protocolo na Praça do Cidadão.

A reincidência em infrações de mesma natureza sujeitará o infrator às penalidades de multa e demais sanções previstas em lei.

Blumenau, 26 de agosto de 2015.

CHRISTIAN RAFAEL LUCIANI

Gerente de Obras e Posturas.

EXTRATO CONTRATO 0413052-65/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0413052-65/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. OBJETO: Empréstimo no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), sob a forma de financiamento concedido pela CAIXA. FUNDAMENTO LEGAL: Resolução no 2.827, de 30/03/2001, em seu artigo 9º-S do Conselho Monetário Nacional. VALOR DO INVESTIMENTO: R\$10.635.892,78 (dez milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, oitocentos e noventa e dois reais e setenta e oito centavos), VALOR DO FINANCIAMENTO: R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) que tem por objetivo a pavimentação e qualificação de vias estruturantes e transporte coletivo, no município de Blumenau/SC, no âmbito do Programa Pró-Transporte, PRAZO: carência de 32 (trinta e dois) meses com término em 13/03/2018, amortização de 240 (duzentos e quarenta) meses (contados a partir do término do período de carência).

Obs.: Republicado por incorreção.

RESOLUÇÃO PRO FAMÍLIA CDFPF Nº 01/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU

Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense

RESOLUÇÃO CDFPF Nº 01/2015.

RATIFICA A PROPOSTA DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA E ALTERAÇÕES, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DA FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE - PRÓ-FAMÍLIA.

O Conselho Deliberativo da Fundação Pró-Família – CMFPF, órgão deliberativo, em cumprimento às suas atribuições legais, conforme o art. 6º da Lei Complementar nº 515, de 18 de março de 2005 e alterações, art. 6º, do seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução CDFPF nº 04/2014 e;

CONSIDERANDO a necessidade de aprovação da proposta da Lei de Orçamentária Anual – LOA e suas alterações, para o exercício de 2016, da Fundação Pró-família;

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar a proposta da Lei Orçamentária Anual – LOA/2015 apresentada pela Diretoria Administrativo-Financeira, da Fundação Pró-família, conforme Ata nº 04/2015 do CDFPF, totalizando o valor de R\$ 3.735.000,00 (três milhões, setecentos e trinta e cinco mil reais), como segue:

- Programa do Idoso: valor de R\$230.000,00 (duzentos e trinta mil reais);
- Manutenção de Ações de Prevenção e Promoção de Crianças e Adolescentes: valor de R\$175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais);
- Programa Menor Aprendiz: valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais);
- Manutenção das atividades da Fundação Pró-família: valor de R\$ 3.031.000,00 (três milhões, trinta e um mil reais);
- Promoção dos Grupos Organizados: valor de R\$29.000,00 (vinte e nove mil reais) e;
- Projetos Especiais para Execução de Ações da Pró-família: valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais)

Art. 2º Ratificar a alteração das metas estipuladas, conforme proposta apresentada pela Diretoria Administrativo-Financeira, da Pró-família, sendo:

- I - Ação 2015: Manut. de Ações de Prevenção e Promoção de Crianças/Adol.:
 - a) Redução de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na Rubrica 3.3.90, Recurso 0100, passando de R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais) para R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais);
 - b) Suplementação de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na Rubrica 3.3.91, Recurso 0100, passando de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU

Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense

II - Ação 2142: Manutenção das Atividades da Fundação Pró-família:

- a) Redução de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na Rubrica 3.3.90, Recurso 0100, passando de R\$ 462.000,00 (quatrocentos e sessenta e dois mil reais) para R\$ 453.000,00 (quatrocentos e cinquenta e três mil reais);

b) Suplementação de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na Rubrica 3.3.91, Recurso 0100, passando de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para R\$ 125.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 03/08/2015.

Blumenau, 20 de agosto de 2015.

KARIN ZADROZNY GOUVÊA DA COSTA

Presidente do Conselho Deliberativo da Fundação Pró-Família

89036-230 – Blumenau/SC

Fone-Fax: (47) 3381-6972 / pro.familia@blumenau.sc.gov.br

RESOLUÇÃO PRO FAMÍLIA CDFPF Nº 02/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU

Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense

RESOLUÇÃO CDFPF Nº 02/2015.

APROVA A INSCRIÇÃO DOS CLUBES DE MÃES, GRUPOS AUTÔNOMOS DA 3ª IDADE, ENTIDADES, DO MUNICÍPIO, NA FUNDAÇÃO PRÓ-FAMÍLIA.

O Conselho Deliberativo da Fundação Pró-Família – CMFPF, órgão deliberativo, em cumprimento às suas atribuições legais, conforme o art. 6º da Lei Complementar nº 515, de 18 de março de 2005 e alterações, art. 6º, do seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução CDFPF nº. 04/2014 e;

CONSIDERANDO que a Fundação Pró-família realiza o acompanhamento dos Clubes de Mães e Grupos Autônomos da 3ª Idade, do município de Blumenau, através de visitas e cadastramento;

RESOLVE:

Art. 1º Inscrever Clubes de Mães e Grupos Autônomos da 3ª Idade, do município de Blumenau, na Fundação Pró-família, como segue:

- I - Clubes de Mães: inscrição com a Gerência dos Clubes de Mães;
- II - Grupos Autônomos da 3ª Idade: inscrição com a Gerência da Terceira Idade.

Art. 2º Para a inscrição, prevista no art. 1º desta Resolução, será necessária a apresentação dos seguintes documentos:

- I - requerimento para inscrição;
- II - ficha de Cadastro, preenchida e assinada pelo responsável legal;
- III - cópia do comprovante de residência (últimos três meses) do responsável legal;
- IV - declaração do número de participantes do Clube de Mães ou Grupo Autônomo da 3ª Idade;
- V - relatório de Atividades do ano corrente.

Parágrafo único. Para a inscrição dos Clubes de Mães e Grupos Autônomos da 3ª Idade, estes deverão contar com, no mínimo, 7 (sete) integrantes.

Art. 3º Será facultada a apresentação dos seguintes documentos:

- I - cópia da ata de fundação, de eleição e posse dos membros da atual Diretoria;

II - cópia do documento de inscrição no CNPJ, atualizado;

III - cópia da prestação de contas do ano anterior.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir da data de sua aprovação em Plenária.

Blumenau, 20 de agosto de 2015.

KARIN ZADROZNY GOUVÊA DA COSTA

Presidente do Conselho Deliberativo da Fundação Pró-Família

CNPJ 07.447.177/0001-80 - Rua Itapiranga, 368 - Velha - CEP:

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº 110/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 110/2015 DE 26/08/ 2015.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 007/2015 DE 05 DE JANEIRO DE 2015 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO de Bom Jesus do Oeste, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, centro, cidade de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 01.594.009/0001-30, neste ato representado por seu Prefeito senhor Airton Antonio Reinehr, residente e domiciliado na Rua Eduardo Sehnem, 385, neste Município de Bom Jesus do Oeste - SC, portador do CIC nº. 401.258.409-00, RG nº 12R-760.338, doravante denominado CONSORCIADO.

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS, constitui-se de um Consórcio Público, sob a forma de sociedade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, devendo reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, do Código Civil Brasileiro, pela Lei n. 8.080 (Lei Orgânica da Saúde), Lei n. 8.142/90, pela Lei Federal n.º 11.107 de 06 de abril de 2005, pela Legislação pertinente, pelo presente Estatuto e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes, no CNPJ nº 01.201.427/0001-10, com sua sede na Avenida Euclides da Cunha, 160, Centro, no município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no edifício da sede da AMERIOS - Associação dos Município do Entre Rios, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Sr. Dilair Menin, brasileiro, casado inscrito no CPF nº 538.968.519-72, RG nº 1.719.274, doravante denominado CONSÓRCIO, têm, de comum acordo e com amparo legal nas Leis Federais nºs. 8.6606/93 e 8.883/94, pelas seguintes cláusulas e condições que mutuamente aceitam e outorgam, conforme segue presente Termo Aditivo:

DO OBJETO

Cláusula Primeira – Este contrato tem por objeto disciplinar o repasse financeiro do município para manutenção das atividades do CIS/AMERIOS e/ou elaboração e execução de projetos específicos ou aquisição de bens e serviços, consultas, exames, pessoal e manutenção de software de gerenciamento.

DO VALOR

Clausula Segunda – A Contratante pagará a contratada o valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), pela prestação dos serviços descrita na clausula primeira do presente contrato.

DA RUBRICA ORÇAMENTARIA

Cláusula Terceira – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 943/2014, na seguinte rubrica orçamentárias:

3.3.93.70.01 – Participação em Consórcios Públicos R\$ 18.000,00

DAS CONDIÇÕES GERAIS

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas do contrato administrativo nº 007/2015 ora aditado.

E por assim acordos estarem, assinam o presente termo aos representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Bom Jesus do Oeste (SC) aos 26 de agosto de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito de Bom Jesus do Oeste
Presidente do CIS/AMERI

DILAIR MENIN
Prefeito de Caibi

Testemunhas:

WALTER NAUJORKS
CIC: 446.591.219-68

MARILIA CECCON MAGGI
CIC: 023.802.459-83

JOAO PAULO TESSEROLI SIQUEIRA
ASSESSOR JURIDICO
OAB 14565 B

DECRETO Nº. 4744-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4744/2015 de 26 de Agosto de 2015.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 01859/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 01859/2015, que tem por objeto Aquisição de Merenda escolar para o ano letivo de 2015.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionado, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	V. Breda Comercial	Abacaxi Perola - de 1ª qualidade classificado. Deve apresentar características bem formadas, livre de danos fisiológicos e doenças sem batidas e amadurecido. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar e com Peso identificado	100,00	450,00
2	V. Breda Comercial	Banana Caturra - de 1ª qualidade e classificada. Deve apresentar característica bem formada, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de maturidade. Acondicionada em caixas (plásticas ou com revestimento plástico). Entregue conforme cronograma da Merenda Escolar.	200,00	260,00
3	V. Breda Comercial	Batata inglesa - de boa qualidade. Deve apresentar característica bem formada, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar e com peso identificado.	150,00	405,00
4	V. Breda Comercial	Beterraba - nova, de 1ª qualidade, especial, grau médio de amadurecimento, limpas, sem barro, acondicionadas em embalagens de plástico resistente, contendo etiqueta com peso. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar e com peso identificado.	120,00	300,00
5	V. Breda Comercial	Carne de frango moída 1º qualidade, em pacotes de 0,500 gramas, contendo selo de inspeção, em embalagens plásticas resistentes e lacradas contendo em seu rotulo espécie do produto embalagem validade e peso entregue congelada.	200,00	2.380,00
6	V. Breda Comercial	Chuchu - novos, limpos, sem barros, de primeira qualidade. Deve apresentar característica bem formada, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças. Grau médio de amadurecimento. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar e com peso identificado.	150,00	298,50
7	V. Breda Comercial	Extrato de tomate de boa qualidade, em embalagens resistentes de 1,020 kg, com data de fabricação e prazo de validade recente.	100,00	499,00
8	V. Breda Comercial	Iogurte líquido com polpa de frutas, simples, elaborado a partir de leite, açúcar, fermento lácteos, polpa de frutas, estabilizantes, acidulante, conservante conservado entre 1 a 10 graus Cº validade mínima de 24 dias a contar da data da entrega entregue em embalagens plásticas de 1 litro	200,00	530,00
9	V. Breda Comercial	Maça Fuji tamanho médio, nova de 1º qualidade, especial, grau médio de amadurecimento, não batidas nem amassadas não podendo conter sarda, e ou granizadas, devem ser sãs, sem ruptura e ou pancadas na casca entregue encarteladas.	100,00	349,00
10	V. Breda Comercial	Mamão Formosa de 1º qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, doce não amassado e não batido, com unidades de aproximadamente de 1000 gramas a 1500 gramas.	100,00	349,00
11	V. Breda Comercial	Mortadela - de frango, sem cubos de gordura, unidades de 1 kg, sabor e odor característicos, devidamente registrados no Ministério da Agricultura e inspeção sanitária. Contendo data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 5 meses. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar.	40,00	260,00
12	V. Breda Comercial	Pão de leite tipo Hot Dog, cada unidade contendo 60 gramas aproximadamente, superfície lisa, macia, brilhante com miolo consistente e sedoso acondicionado em embalagem plástica especial para alimentos, transparente resistente e integra com data de produção do dia da entrega e isento de mofos.	300,00	2.697,00
13	V. Breda Comercial	Pepino in natura. Novos, limpos, sem barro, de primeira qualidade. Deve apresentar características bem formada, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças. Grau médio de amadurecimento. Entregue em embalagens plásticas com o peso identificado e conforme cronograma de alimentação escolar.	100,00	325,00
14	V. Breda Comercial	Salsicha, Tipo Hot Dog, produto a base de carne de frango com condimentos triturados e cozidos. O produto deverá estar acondicionado, pesado até 3 (três) Kg por embalagem. As embalagens devem conter especificações do produto conforme a legislação vigente e seguir os padrões microbiológicos. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar.	27,00	599,40

15	V. Breda Comercial	Tomate - de 1ª qualidade, tipo longa vida. Deve apresentar característica bem formada, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças. Grau médio de amadurecimento. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar.	60,00	279,00
16	V. Breda Comercial	Laranja Valencia - limpas, grau médio de amadurecimento, tipo umbigo, não amassada e não batida. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar e com peso identificado.	200,00	300,00
17	V. Breda Comercial	Linguiça calabresa, tipo toscana de frango, ingredientes carne de frango empacotada à vácuo em embalagem plástica de 3kg. Com certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Prazo de validade de no mínimo 6 meses. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	100,00	1.190,00

Onze mil quatrocentos e setenta reais e noventa centavos	11.470,90
--	-----------

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 26/08/15.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

726.08.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA L. HERARDT

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 726/15 de 24.08.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 24 de agosto de 2015, a funcionária Maria de Lourdes Herardt, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de agosto de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

727.08.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE JAQUELINE S. ABREU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 727/15 de 24.08.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (quinze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 19 de agosto com término no dia 02 de setembro de 2015, a funcionária Jaqueline dos Santos de Abreu, ocupante do cargo de Professor I- 3 – Padrão I – Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Espaço Cultural Aberto.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de agosto de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

728.08.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE CLEODETE C. TOMÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 728/15 de 24.08.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 40 (quarenta) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 22 de agosto com término no dia 30 de setembro de 2015, a funcionária Cleodete Costa Tomé, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de agosto de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

729.08.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARCELA URBANO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 729/15 de 24.08.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 20 de agosto de 2015, a funcionária Marcela Urbano, Ocupante do cargo de Servente – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Patrícia Deucher.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de agosto de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

730.08.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANDREA N. KUHNEN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 730/15 de 24.08.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 21 de agosto de 2015, a funcionária Andrea Nascimento Kuhnen, Ocupante do cargo de Secretária Grupo Escolar Municipal São José - Padrão I – Nível 16, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

24 de agosto de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

731.08.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARILENE T. MORETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 731/15 de 24.08.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 20 de agosto de 2015, a funcionária Marilene Trento Moretti, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

24 de agosto de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

732.08.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA N. B. SCHLEMPER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 732/15 de 25.08.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 25 de agosto de 2015, a funcionária Maria Neusa Branco Schlemper, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

25 de agosto de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

733.08.15 - P. DES. PROF. ELIANA AP. ALVES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 733/15 de 25.08.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Eliana Aparecida Alves, para atuar como Professora Ensino Infantil 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 24 de agosto com término no dia 18 de dezembro de 2015, em virtude de sua classificação em 4º lugar na Chamada Pública 03/2015 para Contratação de Professor ACT – Ensino Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

25 de agosto de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

734.08.15 - P. DES. PROF. MARIA AP. S. SIMIANO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 734/15 de 25.08.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Maria Aparecida da Silva Simiano, para atuar como Professora Ensino Fundamental 20 horas semanais na Sala de Reforço na Secretaria Municipal de Educação, no período de 24 de agosto com término no dia 18 de dezembro de 2015, em virtude de sua classificação em 3º lugar na Chamada Pública 03/2015 para Contratação de Professor ACT – Ensino Fundamental, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
25 de agosto de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

735.08.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE SAULO E. BESEN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 735/15 de 25.08.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 30 (trinta) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 05 de agosto com término no dia 03 de setembro de julho de 2015, ao funcionário Saulo Etelvino Besen, Ocupante do cargo de Médico – Padrão I – Nível 11, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício no Fundo Municipal de Saúde - Equipe Saúde da Família – ESF – Interior.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
25 de agosto de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

736.08.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARILU DE ALMEIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 736/15 de 26.08.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 25 de agosto de 2015, a funcionária Marilu de Almeida, ocupante do cargo de Assistente Administrativo – Padrão I – Nível 6, do Quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de agosto de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

737.08.15 - P. FÉRIAS ROSA L. P. SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 737/15 de 26.08.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) a funcionária Rosa Luiza Pereira da Silva, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo, Padrão I – Nível 6, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 057/2015 de 26 de julho de 2015, para gozá-las a contar de 26 de agosto com término no dia 24 de setembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de agosto de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

738.08.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARILU DE ALMEIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 738/15 de 26.08.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde no dia 26, 27 e 28 de agosto de 2015, a funcionária Marilu de Almeida, ocupante do cargo de Assistente Administrativo – Padrão I – Nível 6, do Quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de agosto de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

SEGUNDO TA CONTRATO 152/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Segundo Termo Aditivo do Contrato 152/2014 (FMAS)

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMAS)

Contratada: Caprixo Construtora Ltda. ME

Objeto: Contratação de empresa incluindo materiais e mão de obra para Construção da Capela Mortuária Municipal. Fica alterada a Cláusula Segunda (Da Vigência), prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 16 de janeiro de 2016, conforme faculta a legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº152/2014, desde que não contrariem o que ficou convenicionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 19 de agosto de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 097/2015

DECRETO Nº.097/2015.

Anula e Suplementa no Orçamento vigente.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0845/2015 de 26.08.2015, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada a importância de R\$ 102.000,00 (Cento e dois mil reais), nas seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1.013 – Aquisição de Veículos

(46) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

2.026 – Manutenção da Secretaria de Educação

(47) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

02 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL

1.015 – Construção/Ampliação/Reforma do Ensino Infantil

(55) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

1.016 – Aquisição de Veículo para Transporte Escolar - Ensino Infantil

(56) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.029 – Reequipamento do Ensino Infantil

(62) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

2.031 – Manut. da Merenda Escolar Ensino Infantil – Pré-Escola

(50) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2.032 – Manut. da Merenda Escolar Ensino Infantil – Creches

(52) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

03 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL

1.017 – Construção Escola – Ensino Fundamental

(67) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.019 – Construção/Ampliação/Reforma do Ensino Fundamental

(69) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

1.020 – Aquisição de Veículo para Transporte Escolar – Ensino Fundamental

(70) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.021 – Construção de Quadras em Escola

(71) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.022 – Cobertura Quadra Escola

(72) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.023 – Implantação da Educação Integral

(73) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

(74) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

2.033 – Manutenção do Ensino Fundamental

(76) – 3.3.50.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 500,00

2.043 – Manut. da Merenda Escolar Ensino Fundamental

(65) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

2.107 – Reequipamento do Ensino Fundamental

(88) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00



04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**04 – PROJETO EDUCAÇÃO TEMPO INTEGRAL – CONTRA TURNO****2.036 – Manutenção da Educação Integral**

(89) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

(90) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 102.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação do artigo anterior no valor de R\$ 102.000,00 (Cento e dois mil reais), ficam suplementadas as seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**02 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL****2.028 – Manutenção do Ensino Infantil**

(58) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

(60) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**03 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL****2.033 – Manutenção do Ensino Fundamental**

(75) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

(78) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**05 – EDUCAÇÃO ESPECIAL****2.037 – Manutenção das Atividades da APAE**

(92) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

TOTAL R\$ 102.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Brasão do Trombudo, em 26 de agosto de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 39/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO 48/2015

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 39/2015

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 13h30min do dia 10.09.2015, estará selecionando a melhor proposta para Contratação de empresa objetivando a instalação e suporte técnico de um link de acesso a rede mundial de computadores (internet), através de fibra ótica com velocidade de 10MB (dez megabits por segundo), Full duplex, com garantia mínima de 99,8% da banda, acesso ilimitado 24x7, 5 IP's válidos, 01 IP fixo, suporte local 24x7, monitoramento do link on line, na sede da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Brasão do Trombudo, em 27 de agosto de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal.

EXTRATO RETIFICAÇÃO EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 37 2015

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL E NOVA DATA DE ABERTURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO 46/2015

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 37/2015

O Município de Braço do Trombudo- SC , retifica edital de licitação e designa nova data, tornando público para conhecimento de todos os interessados que as 13h00min do dia 09.09.2015 estará selecionando a melhor proposta para o Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

ONDE SE LÊ:

ANEXO I

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unit. Máximo	Total Preço Máximo
35	50	KG	ARAME RECOZIDO N.º 18 (6450)		353,50	17.675,00

LEIA-SE:
ANEXO I

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unit. Máximo	Total Preço Máximo
35	50	KG	ARAME RECOZIDO N.º 18 (6450)		7,25	362,50

Obs. Está disponível no site da prefeitura de Braço do Trombudo o arquivo do ANEXO I (itens) atualizado.

Braço do Trombudo, em 27 de agosto de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

LEI 0845/2015

LEI Nº. 0845/2015.

Anula e suplementa dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica anulada a importância de R\$ 102.000,00 (Cento e dois mil reais), nas seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1.013 – Aquisição de Veículos

(46) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

2.026 – Manutenção da Secretaria de Educação

(47) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

02 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL

1.015 – Construção/Ampliação/Reforma do Ensino Infantil

(55) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

1.016 – Aquisição de Veículo para Transporte Escolar - Ensino Infantil

(56) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

2.029 – Reequipamento do Ensino Infantil

(62) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

2.031 – Manut. da Merenda Escolar Ensino Infantil – Pré-Escola

(50) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2.032 – Manut. da Merenda Escolar Ensino Infantil – Creches

(52) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

03 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL

1.017 – Construção Escola – Ensino Fundamental

(67) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.019 – Construção/Ampliação/Reforma do Ensino Fundamental

(69) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

1.020 – Aquisição de Veículo para Transporte Escolar – Ensino Fundamental

(70) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.021 – Construção de Quadras em Escola

(71) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.022 – Cobertura Quadra Escola

(72) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

1.023 – Implantação da Educação Integral

(73) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

(74) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

2.033 – Manutenção do Ensino Fundamental

(76) – 3.3.50.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 500,00

2.043 – Manut. da Merenda Escolar Ensino Fundamental

(65) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

2.107 – Reequipamento do Ensino Fundamental

(88) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

04 – PROJETO EDUCAÇÃO TEMPO INTEGRAL – CONTRA TURNO

2.036 – Manutenção da Educação Integral

(89) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

(90) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 102.000,00

Art. 2º Por conta da anulação do artigo anterior no valor de R\$ 102.000,00 (Cento e dois mil reais), ficam suplementadas as seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

02 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL

2.028 – Manutenção do Ensino Infantil

(58) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

(60) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

03 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL

2.033 – Manutenção do Ensino Fundamental

(75) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

(78) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

05 – EDUCAÇÃO ESPECIAL

2.037 – Manutenção das Atividades da APAE

(92) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

TOTAL R\$ 102.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

Braço do Trombudo, em 26 de agosto de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº26/2015 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2015

Número do Registro de Preços: 26/2015		Data do Registro: 26/08/2015		Válido até: 26/08/2016				
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem para os Campeonatos Municipais de futsal no ano de 2015 (Adulto , Veterano, Juvenil e Feminino), no município de Braço do Trombudo.								
Item	Especificação		Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviços de arbitragem para futsal - dois árbitros e um auxiliar (mesário) por jogo (16496)		parti	Liga Desportiva da Microrregião da Cebola (9217)	ARBITRAGEM	0	136,3080	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 26/2015		Data do Registro: 26/08/2015		Válido até: 26/08/2016			
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem para os Campeonatos Municipais de futsal no ano de 2015 (Adulto , Veterano, Juvenil e Feminino), no município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Deslocamento de árbitros por rodada (16497)	Rod	Liga Desportiva da Microregião da Cebola (9217)	DESLOCAMEI	0	59,8454	1

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2015

Número do Registro de Preços: 26/2015 Data do Registro: 26/08/2015 Válido até: 26/08/2016

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem para os Campeonatos Municipais de futsal no ano de 2015 (Adulto, Veterano, Juvenil e Feminino), no município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2015

PROCESSO Nº 43/2015

(9217) - Liga Desportiva da Microregião da Cebola

Braço do Trombudo, 26 de Agosto de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31 2014 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2014

Número do Registro de Preços: 31/2014 **Data do Registro: 27/11/2014** **Válido até: 27/11/2015**
Objeto da Compra: Contratação de Serviço de Som de Rua para Diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

1 Serviço de som de rua (15316)

HORA TIPO EXPORTAÇÃO SOM E LUZES LTDA - ME (9233)

Tipo Exportaç

41,5000

0

1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 31/2014		Data do Registro: 27/11/2014		Válido até: 27/11/2015			
Objeto da Compra: Contratação de Serviço de Som de Rua para Diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GEOVANI ALVES - ME (9344)	SOM D'RUA E	0	42.0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2014

Número do Registro de Preços: 31/2014		Data do Registro: 27/11/2014		Válido até: 27/11/2015			
Objeto da Compra: Contratação de Serviço de Som de Rua para Diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2014

PROCESSO Nº 59/2014

(9233) - TIPO EXPORTAÇÃO SOM E LUZES LTDA - ME
(9344) - GEOVANI ALVES - ME

Braço do Trombudo, 27 de Novembro de 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9 2015 FMS

Página: 1/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 25/08/2015 Válido até: 25/08/2016

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Condicionador de ar split, ciclo quente e frio, com controle, função refrigeração, aquecimento, desumidificação, ventilação, licenciado, com no mínimo 3 velocidades, direcionador de ar horizontal e vertical, cor branca, classificação energética A, voltagem 220 v, 9.000 btus instalado, (4969)	UND	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	PHILCO	0	1.596,0000	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	KOMECCO	0	1.596,0000	2
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	springer	0	1.614,0000	3
			MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6715)	ELECTROLUX	0	1.615,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	komecc	0	1.618,0000	5
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	LG	0	1.619,6300	6
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	PHILCO	0	1.619,6300	7
2	COMPUTADOR COM PROCESSADOR SOCKET LGA 1150, 3,5 GHZ, DOIS NÚCLEOS, 3MB CACHE, 54W POTÊNCIA, 220m, 4GB DE MEMÓRIA DDR3 1600MHz, PLACA MÃE SOCKET 1150, COM 4 SLOTS DE MEMÓRIA SUPORTANDO O MÁXIMO DE 32 GB DDR3 1600/1333, DUAL CHANNEL, SLOTS DE EXPANSÃO: 1 x PCIe 3.0/2.0 x 16, 1 x PCIe 2.0 x 16, 1 x PCIe 2.0 x 1, 1 x PCI PLACA DE VIDEO ONBOARD COM SUPORTE A SAÍDA DE VIDEO VGA+HDMI+DVI+RGB, REDE ONBOARD 10/100/1000, PLACA DE SOM ONBOARD COM 7.1 CANAIS DE ÁUDIO, 1 x SAÍDA OPTICAL SPDIF, 4 PORTAS USB 3.0 (2 PORTAS INTEGRADAS NA PLACA, 2 PORTAS NO PAINEL TRASEIRO) 8 PORTAS USB 2.0/1.1 (4 PORTAS INTEGRADAS NA PLACA, 4 PORTAS NO PAINEL TRASEIRO) 4x PORTAS SATA 6.0 Gb/s, 2 x PORTAS SATA 3.0 Gb/s, 1 x PORTA PS/2 PARA TECLADO/MOUSE, HD SATA III 500GB 7200RPM GRAVADORA DE DVD SATA, GABINETE NA COR PRETA COM 4 BAIAS, ENTRADA DE USB FRONTAL, FONTE DE 450 WATTS, MOUSE PS/2 OU USB OPTICO PRETO, TECLADO PS/2 OU USB PRETO, CAIXA DE SOM AMPLIFICADAS COM ALIMENTAÇÃO PELA PORTA USB, (4970)	UND	Sandro Vilmar Pires ME (6712)	PAUTA	0	1.669,0000	1
			GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	NTC	0	1.670,0000	2

Página: 2/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Número do Registro de Preços: 9/2015		Data do Registro: 25/08/2015		Válido até: 25/08/2016			
Objeto da Compra:		Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

3 COMPUTADOR COM PROCESSADOR SOCKET LGA 1150, 3.0ghz, NUCLEO DUPL0, 3MB CACHE, 65W POTENCIA, 22nm, 4GB DE MEMORIA DDR3 1600MHz, PLACA MÃE SOCKET 1150, COM 4 SLOT DE MEMORIA SUPORTANDO O MAXIMO DE 32 GB DDR3 1600/1333, DUAL CHANNEL SLOTS DE EXPANCAO: 1 x PCIe 3.0/2.0 x 16, 1 x PCIe 2.0 x 16, 1 x PCIe 2.0 x 1, 1 x PCI, PLACA DE VIDEO ONBOARD COM SUPORTE A SAIDA DE VIDEO VGA/HDMI/DVI/RGB, REDE ONBOARD 10/100/1000, PLACA DE SOM ONBOARD COM 7.1 CANAIS DE AUDIO, 1 x SAIDA OPTICAL SPDIF, 4 PORTAS USB 3.0 (2 PORTAS INTEGRADAS NA PLACA, 2 PORTAS NO PAINEL TRASEIRO) 8 PORTAS USB 2.0/1.1 (4 PORTAS INTEGRADAS NA PLACA, 4 PORTAS NO PAINEL TRASEIRO) 4x PORTAS SATA 6.0 Gb/s, 2 x PORTAS SATA 3.0 Gb/s, 1 x PORTA PS2 PARA TECLADO/MOUSE, HD SATA III 500GB 7200RPM GRAVADORA DE DVD SATA, GABINETE NA COR PRETA COM 4 BAYAS, ENTRADA DE USB FRONTAL, FONTE DE 450 WATTS, MOUSE PS2 OU USB OPTICO PRETO, TECLADO PS2 OU USB PRETO, CAIXA DE SOM AMPLIFICADAS COM ALIMENTAÇÃO PELA PORTA USB; (4971)

UND Sandro Vilmar Pires ME (6712)

PAUTA

0

1.367.0000

1

GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)

NTC

0

1.368.0000

2

IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)

CENTRIUM

0

1.375.0000

3

4 Notebook com processador 1.70 GHz, dois núcleos, 3MB de cache, 15 w de potência, 22 nm, DVDR2 5GT/s, 4GB de memória DDR3 1600MHz, 3 x USB, 1 x VGA, 1 x HDMI, web cam integrada, rede 10/100/1000Mbps, Wi-Fi 802.11b/g/n, tela de 15.6" LED, HD SATA 500GB, 2 alto-falantes e microfone integrados, entrada para fone de ouvido e microfone, bateria de 6 células lítium ion com duração de aproximadamente 4 horas, teclado padrão português ABNT2, Sistema Operacional Windows 8.1 64 bits português original, garantia do fabricante de 1 ano, com acessórios - carregador (fonte) e maleta de couro na cor preta. (4972)

UND

MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6715)

ACER

0

2.018.0000

1

GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)

ACER

0

2.019.0000

2

IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)

ACER

0

2.022.0000

3

Sandro Vilmar Pires ME (6712)

ACER

0

2.022.0000

4

BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6822)

acer

0

2.022.0000

5

Página: 3/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Número do Registro de Preços: 9/2015		Data do Registro: 25/08/2015		Válido até: 25/08/2016			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde de Braco do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

5 IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER, velocidade de impressão em preto Normal de até 21 ppm, ciclo de serviço (mensal, A4) até 8000 páginas, qualidade de impressão preto/ótima) até 600 x 600 dpi, tela LCD 2 linhas, velocidade do processador 600 mhz, recursos de impressão móvel, conectividade padrão USB 2.0, porta para rede Ethernet 10/100Base-T, memória padrão 128 MB, bandeja de entrada para 100 folhas, bandeja de saída para 100 folhas com a face para baixo, tamanhos de mídia suportados A4/A5, ISO B5, ISO C5, ISO C56, ISO C6, ISO DL, 16K, cartão-postal europeu, papel (normal, para impressão a laser), envelopes, transparências, etiquetas, cartolina, postais, gramaturas de mídia suportado 60 163g/m², tipo de scanner de base plana, alimentador automático de documentos, formatos dos arquivos digitalizados JPEG, TIFF (compactado e não compactado), PDF, GIF, e BMP, resolução de digitalização, óptica até 1200 dpi, tamanho da digitalização (no scanner de mesa), máximo 216 x 297 mm, tamanho da digitalização (ADF), mada (Frente e Verso - 60 a 105 g/m² (16 a 28 lb); Tipos de mídia - Papel (laser, sulfite, fotográfico, aspero, vellum), envelopes, etiquetas, cartão, transparências, cartões-postais. Capacidade de entrada e saída de papel, Capacidade de Entrada: slot de alimentação prioritária para 10 folhas, bandeja de entrada para 150 folhas e até 15 envelopes. Capacidade de saída: escaninho para 100 folhas viradas para baixo, até 15 envelopes, até 100 transparências, ciclo de trabalho máximo mensal até 5.000 páginas; volume e páginas mensais recomendada - de 250 a 1.500 páginas. Funções especiais. Recurso HP e Print: Suporte a SurePrint4; Gerenciamento da impressão - HP Status and Alerts e HP Usage Tracking (instalação só pelo CD); Recursos sem fio - WiFi 802.11b/g/n; Impressão móvel - HP ePrint, Apple AirPrint™, Wireless Direct, Print, Memória Capacidade, 8MB. Velocidade do processador Tensilica 225 MHz, Software incluso, HP Usage Tracking; HP Status and Alerts; CD Launch Pad; Control Panel; Simulador. Driver de Impressão; Programa de instalação/desinstalação de software. Alimentação 110 volts. Consumo aproximado de energia 370 watts ativo; 0,6 watts desligado; 2,0 watts (Auto-Off). (4973)

UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	HP			0	996.0000	1
	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	HP			0	997.0000	2
	MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6715)	HP			0	1.000.0000	3
	BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	hp			0	1.012.0000	4
	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	HP			0	1.015.8000	5
	Sandro Vilmar Pires ME (6712)	HP			0	1.015.8000	6
	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	hp m127			0	1.015.8000	7

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 4/14

Número do Registro de Preços: 9/2015 **Data do Registro: 25/08/2015** **Válido até: 25/08/2016**

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	HD externo, capacidade de 1TB, interface USB 3.0 ou 2.0, sistema operacional Windows/Mac, dimensões aproximadas 15,4 x 110,5 x 82mm, taxa de transferência USB 3.0 até 5 gbps e USB 2.0 de até 480 mb/s (4974)	UND	MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6715)	ADATA	0	443,0000	1
			GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	SAMSUNG	0	443,1000	2
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	adata	0	443,8000	3
			ESPOWAK-COMERCIO MATERIAIS E EQUIP. P/ESCRITORIO LT (6083)	Western	0	448,5000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	samsung	0	450,0000	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	ADATA	0	450,0000	6
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	WESTERN DIK	0	451,2000	7
7	Cadeira tipo secretária executiva cor preta, giratória a gás, em couro, espuma injetada anatômica com densidade de 45 a 50 Kg m³ e espessura média de 45/50mm, estrutura metálica com capa na cor preta, mecanismo de regulagem sistema Back System, braços tipo digitador com regulagem de altura e acabamento polipropileno injetado de alta resistência com alma de aço, rodízio nylon, largura total de 59 cm, altura total de 104 cm e profundidade total de 59 cm. (4975)	UND	Luis Cesar Reis EPP (6815)	Reiflex	0	183,0000	1
			GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	CONCORREN	0	184,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	pethiflex	0	190,0000	3
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	PETHIFLEX	0	191,6700	4
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	reiflex	0	191,6700	5

Página: 5/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 25/08/2015 Válido até: 25/08/2016

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Cadeira tipo secretária, couro/vim, estrutura metálica fixa 4 pés, na cor preta, largura total de 43 cm, altura total de 82,5 cm e profundidade total de 51 cm. (4976)	UND	Luis Cesar Reis EPP (6815)	Reiflex	0	83,0000	1
			GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	CONCORREN	0	83,9000	2
			ESPOMAK-COMERCIO MATERIAIS E EQUIP.PIESCITORIO LT (6083)	Metalcad/ Giro	0	85,0000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	pethiflex	0	89,0000	4
			MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6715)	REFLEX	0	89,0000	5
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	reiflex	0	89,8900	6
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	PETHIFLEX	0	90,0000	7
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	PETHIFLEX	0	90,0000	8
9	Arquivo de aço com 04 (quatro) gavetas, para pasta suspensa e com chave (4991)	UND	ESPOMAK-COMERCIO MATERIAIS E EQUIP.PIESCITORIO LT (6083)	Lunasa	0	335,0000	1
			GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	MM	0	349,0000	2
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	lunasa	0	514,0000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	LUNASA	0	515,0000	4
			Luis Cesar Reis EPP (6815)	Reiflex	0	515,0000	5

Página: 6/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 25/08/2015 Válido até: 25/08/2016

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	ESTABILIZADOR 300 VA - AUTO DIAGNÓSTICO DE PARTIDA (AUTO TESTE), PARTIDA COM ZERO CROSSING, FILTRO DE LINHA (MODO COMUM E DIFERENCIAL), PROTEÇÃO CONTRA SUB E SOBRE TENSÃO COM DESLIGAMENTO E REARME AUTOMÁTICO DE SAÍDA, TENSÃO DE ENTRADA 115V OU 220V E TENSÃO DE SAÍDA SOMENTE 115V (BI/VOLT NA ENTRADA E MONOVOLT NA SAÍDA), PROTEÇÃO DE SURTOS DE TENSÃO E SOBRECORRENTE. (4977)	UND	MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6715)	RAGTECH	0	79,9000	1
			ESPOIMAK-COMERCIO MATERIAIS E EQUIP.P/ESCRITORIO LT (6083)	ADFTRONIK	0	80,0000	2
			GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	EXXA POWER	0	85,0000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	ENERMAX	0	85,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	smis	0	85,0000	5
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	ENERMAX	0	86,0000	6
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	ragtech	0	86,0000	7
11	Nobreak 1500 VA Tensão de entrada nominal bivolt automático, frequência de entrada 47 HZ - 63 HZ, faixa de tensão de entrada 95v-245v, sobretensão 140V/245V, potência de saída nominal contínua 1500VA/750W, potência de pico nominal 900W, tensão de saída nominal 120V (220V configurável através de jumper interno), frequência de saída em modo inversor 60Hz +/-0,1%, tempo de adiantamento do inversor <0,8ms, forma-de-onda em modo inversor semi-senoidal, bateria do tipo estacionária livre de manutenção, 1 bateria interna de 38Ah/12V, tempo de recarga da bateria de 10h após 90% descarregada, vida útil da bateria entre 2 e 5 anos, dimensões 490 x 192 x 236 (mm), peso aproximado 31 Kg, cabo AC plugue padrão NBR14136, tensão de operação 12V, faixa de saída em modo inversor 120V +/-5% (220V +/- 5%), rendimento a plena carga em rede >=95% para 120V/120V ou 220V/220V >= 90% para 120V/220V ou 220V/120V, rendimento a plena carga em bateria >=80%, desligamento do nobreak quando houver sobrecarga 110%; 7min redada (frente e Verso - 60 a 105 g/m² (16 a 28 lb); (4978)	UND	BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	nhs	0	1.486,0000	1
			MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6715)	NHS	0	1.486,4000	2

Página: 7/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Número do Registro de Preços: 9/2015		Data do Registro: 25/08/2015		Válido até: 25/08/2016			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde de Braco do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	APC	0	1.486,5000	3
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	NHS	0	1.490,0000	4
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	AOC	0	515,0000	1
12	Tela LED Wide, tamanho da tela 18,5" Resolução 1366X768, Tempo de resposta 5ms, Furacão VESA 75mm, Brilho 200 CD/m2, Contraste 5.000.000:1,01 conexão DVI, 01 conexão vga. (4983)	UND					
			ESPOMAK-COMERCIO MATERIAIS E EQUIP.PIESCITORIO LT (6083)	SAMSUNG	0	516,0000	2
			MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6715)	LG	0	517,0000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	samsung	0	517,5000	4
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	samsung	0	519,0000	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	AOC	0	521,0000	6
			GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	AOC	0	525,0000	7
13	Suporte para CPU em MDF, com rodas (4984)	UND					
			ESPOMAK-COMERCIO MATERIAIS E EQUIP.PIESCITORIO LT (6083)	Lunasa	0	55,0000	1
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	Lunasa	0	55,9000	2
			Luis Cesar Reis EPP (6815)	Reiflex	0	95,0000	3

Página: 8/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Número do Registro de Preços: 9/2015		Data do Registro: 25/08/2015		Válido até: 25/08/2016			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

14	Arquivo em MDF com quatro gavetas para pasta suspensa, altura 1,25, largura 0,47 e profundidade 0,45 m sendo tampo em MDF 40 mm, estrutura em MDF 18 mm, corrediça telescópica, chave frontal que fecha todas as gavetas, sapatas niveladora. (4986)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sani moveis	0	492,0000	1
			GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	MSI	0	493,0000	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	PANK	0	494,0000	3
			Luis Cesar Reis EPP (6815)	Reflex	0	495,0000	4
			MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6715)	REFLEX	0	500,0000	5
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	reflex	0	504,0000	6
15	Gaveteiro volante com 1 gaveteiro para pasta suspensa e 2 gavetas - altura 0,71m - largura 0,47 - profundidade 0,45. Com 4 rodízio nos pés e chave na lateral. Espessura do MDF, tampo e estrutura 40 mm, gavetas 18mm (4986)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sani moveis	0	408,5000	1
			GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	MSI	0	409,0000	2
			Luis Cesar Reis EPP (6815)	Reflex	0	410,0000	3
			MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6715)	REFLEX	0	410,0000	4
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	reflex	0	413,0000	5

Página: 9/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Número do Registro de Preços: 9/2015		Data do Registro: 25/08/2015		Válido até: 25/08/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Nobreak 700 VA Tensão de entrada nominal bivolt automático, frequência de entrada 47 HZ - 63 Hz, faixa de tensão de entrada 95V-140V/180-245V, subtenção 95V/180, sobretensão 140V/245V, potência de saída nominal contínua 700VA/300W, potência de pico nominal 350W, tensão de saída nominal 120 V (220V configurável através de jumper interno), frequência de saída em modo inversor 60Hz +/-0,1%, tempo de acionamento do inversor <0,8ms, forma-de-onda em modo inversor semi-senoidal, bateria do tipo selada VRLA livre de manutenção, 1 bateria interna de 7Ah/12V, tempo de recarga da bateria de 10h após 90% descarregada, vida útil da bateria entre 2 e 5 anos, dimensões 261 x93,4 x168 (mm), peso aproximado 7 Kg, cabo AC plugue padrão NBR14136, tensão de operação 12V, faixa de saída em modo inversor 120V +/-5% (220V +/- 5%), rendimento a plena carga em rede >=95% para 120V/120V ou 220V/220V >= 90% para 120V/220V ou 220V/120V, rendimento a plena carga em bateria >=80%, desligamento do nobreak quando houver sobrecarga 110%; 7In rede=50s inversor, 160% 1 min rede/15s inversor, acionamento do inversor para subtenção e sobretensão na rede elétrica com retorno e desligamento automático, desligamento automático contra descarga profunda de bateria no modo inversor, desligamento programado por carga mínima na saída e ausência da rede elétrica superior a uma hora, varistores óxido metálico contra surtos de tensão (4987)	UND	BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6922)	nhs	0	592,0000	1
17	Mesa de 1,80 de comprimento - 0,80m de largura - 0,75 de altura, MDF espessura de 40 mm, Pés e estrutura painel em MDF de espessura 40 mm, com sapata reguladora de altura (4988)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sani moveis	0	588,0000	1
			GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	MSI	0	589,0000	2
			Luis Cesar Reis EPP (6815)	Reflex	0	590,0000	3
			ESPOMAK-COMERCIO MATERIAIS E EQUIP.PI/ESCRITORIO LT (6083)	NHS	0	592,5000	2
			MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6715)	NHS	0	594,5000	3
			GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	SMS	0	595,0000	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	ROG	0	600,0000	5
			Sandio Vilmar Pires ME (6712)	NHS	0	622,0000	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 10/14

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 25/08/2015 Válido até: 25/08/2016

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	Mesa auxiliar, tampo encabeçado 40 mm, 900x450x670mm, pés e estrutura painel MDF de espessura 40 mm, com sapata reguladora de altura. (4989)	UND	BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	reflex	0	599.0000	4
			MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6715)	REFLEX	0	600.0000	5
			ILM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	PANK	0	607.3300	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sani moveis	0	288.0000	1
			GISANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	MSI	0	268.5000	2
3	Luis Cesar Reis EPP (6815)		BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	reflex	0	269.9000	3
				Reflex	0	270.0000	4
			MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6715)	REFLEX	0	279.0000	5

Página: 11/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Número do Registro de Preços: 9/2015		Data do Registro: 25/08/2015		Válido até: 25/08/2016			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	Impressora tipo laser: Display Funções do display - Três LEDs indicadores (Sem fio, Atenção, Pronto); - Dois botões (Sem fio, Cancelar), Resolução de impressão, Normal, Em preto e branco (normal); até 400 x 600 x 2 dpi (600 dpi de saída efetiva), Otimizada, Em preto e branco (ótima); até 600 x 600 x 2 dpi (1.200 dpi de saída efetiva), Velocidade de impressão Monocromática - ISO (pronta, carta); 8,5 segundos; Em preto e branco (Carta); até 19 ppm; Em preto e branco (A4); até 18 ppm. Conectividade USB, Wi-Fi, - 01 USB 2.0 de alta velocidade; 01 Wifi 802.11b/g/n; Impressão frente e verso sim; Manual (suporte a driver fornecido); Manipulação de papel 11maninho de papel suportado; Mídia aceita - Carta, Ofício, executivo, cartões -postais; envelopes (nº 10, Monarch); Mídia personalizada - Bandeja de entrada para 150 folhas: 147 x 211 x 216 x 356 mm (5,8 x 8,27 x 8,5 x 14 pol) e Slot de alimentação prioritária: 76 x 127 x 216 x 356 mm (3 x 5 pol a 6,5 x 14 pol), Tipo de mídia suportada, Gramatura de mídia recomendada (Frente e Verso) - 60 a 105 g/m² (16 a 28 lb); Tipos de mídia - Papel (laser, sulfite, fotográfico, áspero, vellum), envelopes, etiquetas, cartão, transparências, cartões-postais; Capacidade de entrada e saída de papel, capacidade de entrada, slot de alimentação prioritária para 10 folhas, bandeja de entrada para 150 folhas e até 15 envelopes; Capacidade de Saída: escaninho para 100 folhas viradas para baixo, até 15 envelopes, até 100 transparências, ciclo de trabalho máximo mensal até 5.000 páginas; volume e páginas mensais recomendada - De 250 a 1.500 páginas; Funções especiais, Recurso HP e Print; Suporte a SureSupply4; Gerenciamento da impressão - HP Status and Alerts e HP Usage Tracking (Instalação só pelo CD); Recurso sem fio - Wifi 802.11b/g/n; Impressão móvel - HP ePrint, Apple e AirprintTM, Wireless Direct, Print; Memória capacidade - 8mb; Velocidade do processador - Tensilica/286 MHz; Software incluso, HP Usage tracking; HP Status and Alerts; CD LaunchPad; Control Panel; Simulator; Driver de impressão; programa de instalação/desinstalação de software, Alimentação 110 volts, Consumo aproximado de energia 370 watts ativo; 0,6 watts desligado; 2,0 watts (Auto-Off) no modo de economia de energia; 2,7 watts em espera. Requisitos do sistema PC, Microsoft® Windows® 7 (32 bits/64 bits); 1 GB de RAM; Windows Vista® (32 bits/64 bits), Windows® XP, Windows® Server 2008 (32 bits/64 bits); - Windows® Server 2003: 512 MB de RAM; todos os sistemas: 350 MB de espaço livre no disco, unidade de CD-ROM; porta USB. MAC Mac OSX v 10,5, 10,6, 10,7; 256MB de RAM; 150 MB de espaço disponível no disco rígido; unidade de CD, ROM; Porta USB. Peso aproximado Peso do Produto, 5,3 KG. Dimensões do produto LAI gura, 34,9 cm, Altura 23,8cm, Profundidade 19,6 cm. Garantia Prazo (garantia), 01 ano (3 meses de garantia legal e mais 9 meses de garantia especial concedida pelo fabricante), Resolução da tecnologia de impressão HP FastRes 600, HP FastRes 1200, Conexão opcional Servidor de impressão HP Jetdirect en3700 Fast Ethernet; Servidor de impressão HP Jetdirect em1700 IPv4/IPv6; Servidor de impressão sem fio HP Jetdirect eAV2500 802.11g; Recursos do Software Printer Smart HP ePrint, Apple AirprintTM, Wireless Direct Print, Smart Instal, tecnologia HP Auto-On/Auto-Off; sistema operacionais compatíveis Microsoft® Windows® 7 (32 bits/64bits), Windows® Vista (32 bits/64bits) Windows® XP (32bits/64bits), Windows® Server 2008 (32 bits/64bits) Windows® Server 2003 (32 bits/64bits), Mac OS X v 10,5, v 10,6, v 10,7, Linux (acesse http://www.hp.com.br para obter informações mais atuais), Cartuchos de reposição Cartucho preto HP LaserJet (1.600 páginas) CE285A, itens incluidos 01 impressora HP LaserJet Pro P1102w; CArtucho inicial preto HP LaserJet; Cabo de alimentação; Cd(s) com software e documentação da impressora; guia de primeiros passos; folheto de suporte e folheto de instalação inteligente; cabo de instalação USB (1 m), (4990)	UND	Sandro Vilmar Pires ME (6712)	HP	0	697,0000	1
						698,0000	2

ESPOMAK-COMERCIO MATERIAIS E EQUIP-PESORITORIO LT

(6083)

HP

ESPOMAK-COMERCIO MATERIAIS E EQUIP. P/ESCRITORIO LT HP
 (6083)

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 12/14

Número do Registro de Preços: 9/2015		Data do Registro: 25/08/2015		Válido até: 25/08/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	HP	0	698,3000	3
			GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	HP	0	720,0000	4
			MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6715)	HP	0	720,0000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	hp mono	0	723,0000	6
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	hp	0	724,0000	7

Página: 13/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Número do Registro de Preços: 9/2015		Data do Registro: 25/08/2015		Válido até: 25/08/2016			
Objeto da Compra:		Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde de Brago do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	HP	0	724,6700	8

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Número do Registro de Preços: 9/2015		Data do Registro: 25/08/2015		Válido até: 25/08/2016		
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde de Braço do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário
						Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2015

PROCESSO Nº 17/2015

- (6083) - ESPOMAK-COMERCIO MATERIAIS E EQUIP:PIESCRITORIO LT
- (6593) - CELIA REGINA WAMBOMMIEL ME
- (6622) - BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTD ME
- (6709) - JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME
- (6712) - Sandro Vilmar Pires ME
- (6715) - MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
- (6787) - IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME
- (6814) - GISIANE MATILDE VEIRA - ME
- (6815) - Luis Cesar Reis EPP

Braço do Trombudo, 25 de Agosto de 2015.

Brunópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 35/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS
Processo Licitatório nº 35/2015 – Edital de Leilão nº 01/2015

Objeto: O Município de BRUNÓPOLIS, SC, com sede na Rua Armindo Leobet, nº 441, Centro, Cidade de Brunópolis, CEP 89.634/000, inscrito no CNPJ sob nº 01.613.853/0001-61, Telefone (49) 3556 0020, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 09:00 horas do dia 17 de SETEMBRO de 2015, tendo como local o CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/CRAS, localizado na Rua Cândido Esteves Martins, s/nº, Centro, Brunópolis/SC. O leilão será conduzido pelo LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL SR. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162, JUCESC, para venda à vista de bens móveis inservíveis: LOTE 01: 01 Motocicleta HONDA/NXR150 BROS KS, ano 2006, modelo 2007, Placas MAR 3508, cor branca, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 1.500,00. LOTE 02: 01 RETROESCAVADEIRA CASE 580 L, ano 1998, cor amarela. LANCE INICIAL R\$ 25.000,00. LOTE 03: 01 MOTONIVELADORA CATERPILLAR 140 B, ano 1997, cor amarela. LANCE INICIAL R\$ 55.000,00. LOTE 04: 01 TRATOR NEW HOLLAND 5030, ano 1997, cor azul. LANCE INICIAL R\$ 12.500,00. LOTE 05: SUCATAS DE PNEUS DIVERSOS. LANCE INICIAL R\$ 30,00. LOTE 06: RESFRIADOR DE LEITE A GRANEL INOX PIUMHI, capacidade 1000 litros. LANCE INICIAL R\$ 900,00. LOTE 07: SUCATA DISTRIBUIDOR ADUBO ORGÂNICO, sem pneus. LANCE INICIAL R\$ 100,00. LOTE 08: SUCATAS DE INFORMÁTICA E MÓVEIS. LANCE INICIAL R\$ 100,00. LOTE 09: SUCATA DE REATORES DE ALUMÍNIO. LANCE INICIAL R\$ 90,00. LOTE 10: SUCATA DE CADEIRAS E CARTEIRAS. LANCE INICIAL R\$ 80,00. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através do site WWW.JULIORAMOS.COM.BR ou ainda pelos telefones Fone (49) 3556 0020 na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Brunópolis (SC), 25 de agosto de 2015.
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL DE BRUNÓPOLIS

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1.791/2015

PORTARIA Nº 1.791/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder licença para tratar de assuntos particulares, ao servidor JERRY JEAN KIRSCHNER, matrícula nº 19593, efetivo no cargo de Dentista, conforme solicitação do mesmo, por um período de 04 (quatro) anos, a partir de 07/07/2015,

Parágrafo 1º – A licença de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 137, da LC 147/2009, nos termos do pedido do servidor e, a anuência da Secretária de Saúde do Município.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/07/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 29 de Junho de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10-2015 – PR – 08-2015 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10-2015 – PR – 08-2015 FMAS

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015

OBJETO – AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS E KITS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14/09/2015 as 14h00min

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14/09/2015 as 14h10min

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 26 de agosto de 2015.

BEATRIZ RIBEIRO DOS SANTOS

SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC

PORTARIA Nº 845, DE 20 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA nº 845, de 20 de agosto de 2015.

Aposenta a Servidora MARIA LEDACI VISLOSKI DE ÁVILA.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 91, da Lei Complementar Municipal nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com o inciso I, do §1º, do art. 40 da Constituição Federal/1988, com redação da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, mais o previsto no art. 19, da Lei Complementar Municipal nº 291, de 29/04/2015

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aposentadoria por invalidez à Servidora MARIA LEDACI VISLOSKI DE ÁVILA, com Matrícula nº 1040 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, Referência 1005, nível 07, carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 27 de maio de 2010, nos termos de decisão judicial transitada em julgado, proferida nos Autos de Processo nº 012.10.003481-2, em trâmite perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Caçador, passando à Matrícula nº 3368, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez, na espécie com paridade, com proventos proporcionais correspondentes a 60,97% de sua remuneração de contribuição do mês de abril de 2010, já aplicada a Emenda Constitucional nº 70/2012, bem como efetuado os reenquadramentos nos termos das Lei Municipais nº 203/2011 e nº 292/2015, totalizando a remuneração de contribuição em R\$ 777,55 (setecentos e setenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos), acrescidos de parte complementar de R\$ 94,35 (noventa e quatro reais e trinta e cinco centavos), conforme art. 48, da Lei Complementar Municipal nº 291/2015, totalizando o benefício de aposentadoria em R\$ 871,90 (oitocentos e setenta e um reais e noventa centavos), a serem pagos pelo IPASC, a contar de 01 de agosto de 2015.

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- IPASC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 20 de agosto de 2015.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015 - FMAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 020/2015 - FMAS - Ata do Sistema de Registro de Preços 013/2015 - FMAS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE GRADES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA NOVA SEDE NO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL), UNIDADE ESTA COORDENADA PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 25/08/2016

1ª Publicação.

DECRETO N.º 2.083/2015

DECRETO N.º 2.083/2015

Dispõe sobre a adoção de medidas administrativas para contenção de despesas do Município de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Federal n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), estabelece o princípio do equilíbrio das contas públicas;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar as despesas do Município de Camboriú à programação financeira de entrada de receitas para o corrente exercício;

CONSIDERANDO ser imperativo estabelecer medidas visando à redução do custo administrativo, assegurando, todavia, o funcionamento contínuo dos serviços essenciais do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de se manterem os investimentos públicos indispensáveis ao incremento da economia local;

CONSIDERANDO ser imperioso preservar os empregos, bem como assegurar a regularidade dos pagamentos a fornecedores e aos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO que as medidas, mesmo que de pequeno impacto, serão de fundamental importância para adequação à nova realidade financeira e orçamentária do Município e para atingir os objetivos previstos no presente ato;

CONSIDERANDO o atraso e a queda significativa nos repasses referentes à distribuição de valores pelo Governo Federal e Estadual;

CONSIDERANDO a redução nas principais receitas pelo desaquecimento da economia;

DECRETA:

Art. 1º Ficam determinadas as seguintes ações para a contenção

de despesas de custeio do Município de Camboriú:

I - redução de 30% (trinta por cento) das funções gratificadas, exceto a F4 prevista na Lei Complementar Municipal n.º 26/2009;

II - redução de 75% (setenta e cinco por cento) das horas-extras, permanecendo as horas-extras dos servidores que prestam serviços essenciais;

III - cancelamento e devolução de todos os aparelhos celulares funcionais, com exceção dos aparelhos celulares da central telefônica e dois aparelhos de plantão;

IV - renegociação no valor de 30% (trinta por cento) dos contratos de prestação de serviços terceirizados ao Município;

V - redução de 30% (trinta por cento) das despesas com consumo de água, energia elétrica, telefone e combustível;

VI - suspensão de pagamento de todas as diárias para viagem, exceto para motorista da Secretaria de Saúde que transportam pacientes para tratamento fora do domicílio;

VII - suspensão das autorizações para os Servidores Públicos e Agentes Políticos participarem de cursos, seminários, feiras e congressos que gerarem custos;

VIII - suspensão de todos os adiantamentos a servidor para suprimento de fundos destinado ao custeio de despesas miúdas e de pronto pagamento para posterior prestação de contas;

IX - cancelamento dos seguintes eventos municipais:

a) desfile cívico em alusão ao Dia da Independência do Brasil – 07 de setembro;

b) Jogos Escolares de Camboriú – JECAM;

c) Festival da Cultura;

d) Encontro dos Amigos;

e) Virada Cultural;

f) Concurso para a escolha da Rainha da Exporural.

X – suspensão de qualquer tipo de contratação de pessoal, exceto nos casos de excepcional interesse público, desde que autorizada expressamente pela Chefe do Poder Executivo.

§ 1º O não cumprimento das ações elencadas no presente artigo acarretará no lançamento da responsabilidade do titular do órgão.

§ 2º Não serão aplicadas as ações deste artigo para as despesas oriundas de recursos vinculados.

Art. 2º Visando à implementação das medidas determinadas neste Decreto, fica estabelecido o novo horário de funcionamento das repartições públicas da administração direta e indireta do Município de Camboriú, em turno único, que será das 12h (doze horas) às 18h (dezoito horas), de segunda-feira a sexta-feira, a partir do dia 1º de setembro de 2015.

Parágrafo único. Ficam excluídos do horário estabelecido no artigo 2º deste Decreto, em razão da natureza dos serviços prestados, os seguintes órgãos e serviços municipais:

I - Secretaria Municipal de Saúde, incluída a Farmácia Municipal, que funcionará em dois turnos, das 08h (oito horas) às 12h (doze horas) e das 13h30min (treze horas e trinta minutos) às 17h30min (dezessete horas e trinta minutos), e os serviços não administrativos, que funcionarão da seguinte forma:

a) Unidades de Saúde, em dois turnos, das 07h30min (sete horas e trinta minutos) às 12h (doze horas) e das 13h30min (treze horas e trinta minutos) às 17h (dezessete horas);

b) Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, em sistema de plantão 24 (vinte e quatro horas);

c) Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, Centro de Reabilitação e Fisioterapia - CERFIS, unidade de saúde do CAIC, agendamento de consultas e exames, das 07h (sete horas) às 19h (dezenove horas);

d) Policlínica Central, das 07h (sete horas) às 00h00min (zero hora).

II - Secretaria Municipal de Educação, que funcionará em dois turnos, das 08h (oito horas) às 12h (doze horas) e das 13h30min

(treze horas e trinta minutos) às 17h30min (dezessete horas e trinta minutos), e os serviços não administrativos, que funcionarão da seguinte forma:

a) Escolas Básicas, em dois turnos, das 07h45min (sete horas e quarenta e cinco minutos) às 11h45min (onze horas e quarenta e cinco minutos) e das 13h15min (treze horas e quinze minutos) às 17h15min (dezessete horas e quinze minutos);

b) Centros de Educação Infantil Municipal, em turno único, das 07h (sete horas) às 19h (dezenove horas).

III - demais serviços que, por sua natureza, já obedecem turno especial de trabalho.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir do dia 1º de setembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 25 de agosto de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

PR 65/15 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 065/2015-PMC- EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL A SER REALIZADO NA VIATURA ASU- MARCA MERCEDES BENZ MODELO SPRINTER/ESP/AMBULÂNCIA, NOS LADOS ESQUERDO E DIREITO, VIATURA PERTENCENTE AO PELOTÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 16:00 horas do dia 09 (Nove) de Setembro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 26 de Agosto de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

TERMO DE ERRATA CC 001/2015 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2015-FUNDESB

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital da Concorrência Pública 001/2015 - FUNDESB, tendo como objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA PARA A COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES,

COMERCIAIS E DE VARRIÇÃO DAS ÁREAS URBANA E RURAL; COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DOS RSS, PRECEDIDOS DE TRATAMENTO E/OU DESINFECÇÃO SE NECESSÁRIO; TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS QUÍMICOS, TÓXICOS E PERIGOSOS CLASSES I; GERADOS NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUIDOS EM ANEXO", sofreu as seguintes alterações:

Foi acrescentado nos itens 8.3.1, 8.3.2.1, 8.3.2.2, 8.3.8 e 8.3.8.1 do edital:

- onde LÊ-SE:

8.3.1. Prova de Registro e Regularidade junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia- CREA, da empresa proponente e seu(s) responsável(is) técnico(s).

- LEIA-SE:

8.3.1. Prova de Registro e Regularidade junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia- CREA, e no CRQ – Conselho Regional de Química, da empresa proponente e seu(s) responsável(is) técnico(s).

- onde LÊ-SE:

8.3.2.1 - CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL: Comprovação de que a LICITANTE possui em SUA EQUIPE certidões ou atestados, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado das respectivas CATs - Certidão de Acervo Técnico, nos termos da Lei Federal nº 6.496/77 e da Resolução CONFEA nº 1.025/09, devidamente registrado no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia que contenham as seguintes especificações acerca dos SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE LIMPEZA URBANA, considerados os aspectos de maior relevância e de valor significativo:

- LEIA-SE:

8.3.2.1 - CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL: Comprovação de que a LICITANTE possui em SUA EQUIPE certidões ou atestados, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado das respectivas CATs - Certidão de Acervo Técnico, nos termos da Lei Federal nº 6.496/77 e da Resolução CONFEA nº 1.025/09, devidamente registrado no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia que contenham as seguintes especificações acerca dos SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE LIMPEZA URBANA, e também, um químico devidamente registrado no CRQ – Conselho Regional de Química que contenham as seguintes especificações acerca dos SERVIÇOS DE QUÍMICOS, considerados os aspectos de maior relevância e de valor significativo:

- onde LÊ-SE:

8.3.2.2 - CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL: Prova de aptidão para desempenho técnico da LICITANTE através de certidões ou atestados, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado das respectivas CATs - Certidão de Acervo Técnico, devidamente registrado no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, comprovando a execução de objeto de SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE LIMPEZA URBANA com as seguintes características e quantitativos mínimos, considerados os aspectos de maior relevância e de valor significativo:

-LEIA-SE:

8.3.2.2 - CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL: Prova de aptidão para desempenho técnico da LICITANTE através de certidões ou atestados, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado das respectivas CATs - Certidão de Acervo Técnico, devidamente registrado no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, e no CRQ - Conselho Regional de Química, comprovando a execução de objeto de SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE LIMPEZA URBANA, e SERVIÇOS DE QUÍMICO, com as seguintes características e quantitativos mínimos, considerados os aspectos de maior relevância e

de valor significativo:

- onde LÊ-SE:

8.3.8 - Face à complexidade dos serviços licitados, a licitante poderá realizar visita técnica para conhecimento do sistema de operação, através de seu Responsável Técnico, engenheiro civil ou sanitarista....

-LEIA-SE:

8.3.8 - Face à complexidade dos serviços licitados, a licitante poderá realizar visita técnica para conhecimento do sistema de operação, através de seu Responsável Técnico, engenheiro civil, sanitarista ou químico...

- onde LÊ-SE:

8.3.8.1 - Nessa oportunidade será expedido pela Municipalidade um atestado de visita técnica, em que deverá constar o nome e número de registro no CREA do(s) Responsável(eis) Técnico(s) da licitante...

-LEIA-SE:

8.3.8.1 - Nessa oportunidade será expedido pela Municipalidade um atestado de visita técnica, em que deverá constar o nome e número de registro no CREA ou CRQ do(s) Responsável(eis) Técnico(s) da licitante...

Desta maneira, fica prorrogada a data da abertura das documentações e propostas para o dia 28/09/2015 as 14h00min.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 26 de Agosto de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATUAL 101/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 101/2015.

Considerando o OFÍCIO Nº 052/2015 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação do prazo de execução do contrato nº 45/2014 (originado do Processo Licitatório nº 33/2014, modalidade Tomada de Preços) e ainda reajustar o preço dos itens ainda não executados para recomposição de preços com fulcro no § 8º, Art. 65 Lei Federal n. 8.666/93;

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

As partes contratantes RESOLVEM de comum acordo, Prorrogar o prazo de execução do Contrato nº 45/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e reajustar o preço dos itens ainda não executados para recomposição de preços com fulcro no § 8º, Art. 65 Lei Federal n. 8.666/93, conforme segue:

QUINTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA CONSTRUÇÕES LTDA.

Cláusula Primeira – Da Execução

O prazo de execução do Contrato nº 45/2014 fica prorrogado por (30) trinta dias, até o dia 20 de setembro de 2015.

Cláusula Segunda – Do reajuste

Reajusta-se os itens ainda não executados do Contrato nº 45/2014, para recomposição de preços empenhe-se o valor de R\$ 3.876,51 (três mil oitocentos e setenta e seis reais e cinquenta e um centavos).

Cláusula Terceira - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 45/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre/SC, 21 de agosto de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Contratante

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Contratado

ADITIVO CONTRATUAL 106/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 106/2015.

Considerando o Ofício nº 049/2015, recebido do Serviço de Planejamento e Obras, solicitando prorrogação do prazo de vigência nº 73/2014;

Considerando a Autorização da Autoridade Superior pela alteração do Contrato nº 73/2014 (originado do Processo Licitatório nº 56/2014, Tomada de Preços);

PRORROGA-SE o prazo de vigência do Contrato nº 73/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

QUINTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA ME

Pelo presente instrumento particular de aditivo contratual que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, 292, centro, cidade de Campo Alegre-SC, neste ato representada Secretária Municipal de Administração Sra. Lucilaine Mokfa Schwarz, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 13.250.019/0001-38, com sede a Avenida 7 de Setembro, nº 1000, Centro, cidade de Tapejara-RS, representada por Márcio Parisotto, CPF nº 040.952.059-46, doravante denominado simplesmente CONTRATADA.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 73/2014 fica prorrogado por 60(sessenta) dias, até o dia 24 de outubro de 2015, contando a partir de 25 de agosto de 2015.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 73/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre – SC, 25 de agosto de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	MÁRCIO PARISOTTO PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA ME CONTRATADA
---	--

CONVOCAÇÃO Nº 141/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012

CONVOCAÇÃO Nº 141/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. SUÉLLEN REGINA STOMINSKY, inscrito no CPF/MF sob nº 081.905.379-11, aprovada em 43º lugar no Concurso Público nº 001/2012, para o Cargo Público de ATENDENTE DE SALA, na Função de ATENDENTE DE SALA, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 31 de Agosto de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 26 de Agosto de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 9.249 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.249 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.347 de 26 de Agosto de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 126.438,05 (cento e vinte e seis mil quatrocentos e trinta e oito reais e cinco centavos), a fim de suplementar os seguintes Elementos de Despesas de Dotações do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 76.438,05
13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 50.000,00
	Total	R\$ 126.438,05

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente, proveniente de Recursos Próprios Municipais.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Agosto de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.179 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.179 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial

o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, RITA DE CACIA PASCOAL SCHERNER, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional nº 000718, Registro no Sistema sob nº 955212, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por motivo de doença, pelo período de 29 de Julho de 2015 a 29 de Setembro de 2015.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos pelo Tesouro do Poder Executivo Municipal a partir de 29 de Julho de 2015 a 11 de Agosto de 2015; já o período de 12 de Agosto de 2015 a 29 de Setembro de 2015 será custeado pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 29 de Julho de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
26 de Agosto de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.180 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.180 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, VERA LÚCIA CARVALHO DE LIMA, ocupante do Cargo Público e no desempenho da função de Professor Auxiliar “em extinção”, Matrícula Funcional nº 000535, Registro no Sistema sob nº 954638, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de Abril de 2015.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível de Vencimento 1, Referência “B”, para o Nível de Vencimento 1, Referência “C”, no valor de R\$ 1.818,26 (um mil, oitocentos e dezoito reais e vinte e seis centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de Março de 2012.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de Agosto de 2015, será pago o valor de R\$ 95,65 (noventa e cinco reais, sessenta e cinco centavos), correspondente ao valor da Progressão

concedida a partir do dia 01 de Abril de 2015, já descontado o valor de R\$ 11,83 (onze reais e oitenta e três centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 23,65 (vinte e três reais, sessenta e cinco centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Abril de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
26 de Agosto de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.181 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.181 DE 26 DE AGOSTO DE 2015
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, VERA LÚCIA CARVALHO DE LIMA, ocupante do Cargo Público e no desempenho da função de Professor Auxiliar "em extinção", Matrícula Funcional nº 000535, Registro no Sistema sob nº 954638, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de Abril de 2015.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível de Vencimento 1, Referência "B", para o Nível de Vencimento 1, Referência "C", no valor de R\$ 1.818,26 (um mil, oitocentos e dezoito reais e vinte e seis centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de Março de 2012.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de Agosto de 2015, será pago o valor de R\$ 95,65 (noventa e cinco reais, sessenta e cinco centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do dia 01 de Abril de 2015, já descontado o valor de R\$ 11,83 (onze reais e oitenta e três centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 23,65 (vinte e três reais, sessenta e cinco centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Abril de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
26 de Agosto de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.182 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.182 DE 26 DE AGOSTO DE 2015
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, SILVIA SCHMANSKI BLASKOVSKI, ocupante do Cargo Público de Professor I, no desempenho da Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Matrícula Funcional nº 000513, Registro no Sistema sob nº 954608, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de Março de 2015.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência "B", para o Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência "C", no valor de R\$ 2.696,26 (dois mil, seiscentos e noventa e seis reais e vinte e seis centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de Março de 2012.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de Agosto de 2015, será pago o valor de R\$ 349,50 (trezentos e quarenta e nove reais, cinquenta centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do dia 01 de Março de 2015, já descontado o valor de R\$ 43,20 (quarenta e três reais e vinte centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 86,39 (oitenta e seis reais, trinta e nove centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
26 de Agosto de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.183 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.183 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, JANETE DRANKA, ocupante do Cargo Público de Professor I, no desempenho da Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Matrícula Funcional nº 000234, Registro no Sistema sob nº 612201, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de Março de 2015.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência "D", para o Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência "E", no valor de R\$ 2.860,46 (dois mil, oitocentos e sessenta reais e quarenta centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de Março de 2012.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de Agosto de 2015, será pago o valor de R\$ 370,73 (trezentos e setenta reais, setenta e três centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do dia 01 de Março de 2015, já descontado o valor de R\$ 45,82 (quarenta e cinco reais e oitenta e dois centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 91,64 (noventa e um reais, sessenta e quatro centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
26 de Agosto de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.184 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.184 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, JANETE DRANKA, ocupante do Cargo Público de Professor I, no desempenho da Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Matrícula Funcional nº

000234, Registro no Sistema sob nº 612201, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de Março de 2015.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência "D", para o Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência "E", no valor de R\$ 2.860,46 (dois mil, oitocentos e sessenta reais e quarenta centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de Março de 2012.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de Agosto de 2015, será pago o valor de R\$ 370,73 (trezentos e setenta reais, setenta e três centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do dia 01 de Março de 2015, já descontado o valor de R\$ 45,82 (quarenta e cinco reais e oitenta e dois centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 91,64 (noventa e um reais, sessenta e quatro centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
26 de Agosto de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.185 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.185 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, MÁRCIA REGINA FELICIANO DAMÁZIO FRANCO, ocupante do Cargo Público de Professor I, no desempenho da Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Matrícula Funcional nº 000228, Registro no Sistema sob nº 310460, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de Março de 2015.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência "D", para o Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência "E", no valor de R\$ 2.860,46 (dois mil, oitocentos e sessenta reais, quarenta e seis centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de Março de 2012.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de Agosto de 2015, será pago o valor de R\$ 370,73 (trezentos e setenta reais, setenta e três centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do dia 01 de Março de 2015, já descontado o valor de R\$ 45,82 (quarenta e cinco reais, oitenta e dois centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 91,64 (noventa e um reais, sessenta e quatro centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
26 de Agosto de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.186 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.186 DE 26 DE AGOSTO DE 2015
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, GABRIELE QUOST TABERT, ocupante do Cargo Público de Professor I, no desempenho da Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Matrícula Funcional nº 000520, Registro no Sistema sob nº 954618, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de Março de 2015.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do passando do Nível de Vencimento 1, Referência "B", para o Nível de Vencimento 1, Referência "C", no valor de R\$ 1.818,26 (um mil, oitocentos e dezoito reais e vinte e seis centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 01 de Março de 2012.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de Agosto de 2015, será pago o valor de R\$ 71,74 (setenta e um reais e setenta e quatro centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do dia 01 de Março de 2015, já descontado o valor de R\$ 8,87 (oito e cinco reais, oitenta e dois centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 17,73 (dezessete reais, setenta e três centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
26 de Agosto de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.187 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.187 DE 26 DE AGOSTO DE 2015
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, GABRIELE QUOST TABERT, ocupante do Cargo Público de Professor I, no desempenho da Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Matrícula Funcional nº 000520, Registro no Sistema sob nº 954618, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de Março de 2015.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do passando do Nível de Vencimento 1, Referência "B", para o Nível de Vencimento 1, Referência "C", no valor de R\$ 1.818,26 (um mil, oitocentos e dezoito reais e vinte e seis centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 01 de Março de 2012.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de Agosto de 2015, será pago o valor de R\$ 71,74 (setenta e um reais e setenta e quatro centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do dia 01 de Março de 2015, já descontado o valor de R\$ 8,87 (oito e cinco reais, oitenta e dois centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 17,73 (dezessete reais, setenta e três centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
26 de Agosto de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.188 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.188 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, MARGARIDA DO ROCIO DOS SANTOS, ocupante do Cargo Público de Professor I, no desempenho da Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Matrícula Funcional nº 0270, Registro no Sistema sob nº 303680, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de Agosto de 2015.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência "D", para o Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência "E", no valor de R\$ 2.860,46 (dois mil, oitocentos e sessenta reais, quarenta e seis centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de Março de 2012.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Agosto de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
26 de Agosto de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.189 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.189 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

CONCEDE PROGRESSÃO DESEMPENHO POR TITULAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Parágrafo único do Artigo 199 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Desempenho Por Titulação a Servidora Pública Municipal, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Professor I, no desempenho da Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, ALINE DAIANE LIEBL, Matrícula Funcional nº 000518, Registro no Sistema sob nº 954616, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão da apresentação de Diploma do de Curso de Graduação em Pedagogia, passando do Nível 1 Referência B de Vencimento para o Nível 2, Referência B, com vencimentos no valor de R\$ 1.880,96 (um mil, oitocentos e oitenta reais, noventa e seis

centavos) mensais, do Anexo V – Tabela de Vencimento de Provisão Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 01 de Agosto de 2015.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de Agosto de 2015.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
26 de Agosto de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.190 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.190 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 193 § 1º e 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal obtida pela avaliação de desempenho, a Servidora Pública Municipal, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo III, LUZIA RECKZIEGEL ROEPKE, Matrícula Funcional nº 000595, Registro no Sistema sob nº 954828, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com efeitos retroativos 07 de Maio de 2015.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 5 Sub-Nível 51-A, Referência A para Nível 5 Sub-Nível 51-A Referência B no valor de R\$ 2.086,64 (dois mil, oitenta e seis reais, sessenta e quatro centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 07 de Maio de 2015.

Art.3º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida por Desempenho Profissional de Capacitação, passando do Nível 5 Sub-Nível 51-A, Referência B para Nível 5 Sub-Nível 51 Referência C no valor de R\$ 2.149,23 (dois mil, cento e quarenta e nove reais, vinte e três centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 07 de Maio de 2015.

Art.4º) Na folha de pagamento do mês de Agosto de 2015, será pago o valor de R\$ 167,12 (cento e sessenta e sete reais, doze centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de Maio de 2015, já descontado o valor de R\$ 20,65 (vinte reais, e sessenta e cinco centavos), referente a contribuição da Servidora ao

GABINETE DO PREFEITO

IPRECAL. O valor de R\$ 41,31 (quarenta e um reais, trinta e um centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.5º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de Maio de 2015

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
26 de Agosto de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.191 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.191 DE 26 DE AGOSTO DE 2015
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional ao Servidor Público Municipal, SIDNEI DELA MEÃ, Matrícula Funcional nº 000524, Registro no Sistema Sob nº 954622, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 3 Sub-Nível 31, Referência C para o Nível 3 Sub-Nível 31 Referência D no valor de R\$ 1.139,04 (um mil, cento e trinta e nove reais, quatro centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 26 de Março de 2015.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de Agosto de 2015, será pago o valor de R\$ 147,70 (cento e quarenta e sete reais, e setenta centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de Março de 2015, já descontado o valor de R\$ 18,25 (dezoito reais e vinte e cinco centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 36,51 (trinta e seis reais, cinquenta e um centavos) refere-se à Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de Março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
27 de Agosto de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PL 1392/2015 - RETIFICADO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 1392/2015, na modalidade Pregão Presença nº 25/2015 tendo como objeto a: O objeto da presente consiste na Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de serviços de telecomunicações necessários à implantação, operação, manutenção e gerenciamento de uma rede de IP Multi-serviços para transporte de dados voz e imagem, com fornecimento de acessos concentrados para formação de rede privada (acessos dedicados) com equipamentos, baseada em cabeamento de fibra óptica e radio digital, fornecidos no ponto concentrador da rede na sede administrativa da Prefeitura Municipal, com velocidade mínima de 30 mbps junto ao Ponto Concentrador, para utilização das Secretarias Municipais de Campo Erê/SC, incluindo instalação, configuração e manutenção periódica, conforme descrição constante no ANEXO A deste Edital..

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
FIBRATEL TELECOMUNICAÇÕES EIRELI - EPP	1	4,50	1.430,00	6.435,00
Total dos Proponentes				
Nome da Proponente	Total			
FIBRATEL TELECOMUNICAÇÕES EIRELI - EPP	6.435,00			

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Quinta-Feira, 20 de agosto de 2015.

RUDIMAR BORCIONI

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PL 1471/2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 1471/2015, na Modalidade Convite de nº 06/2015 tendo como objeto a: Contratação de Empresa para prestação de serviços de transporte de equipamentos com Caminhão trucado (c/ 3º eixo) prancha com rampa de carregamento tendo no mínimo sete metros de comprimento com disponibilização de motorista..

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Item	Quantidade	Und.	Unitário	Total Item
NC TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA - ME	01	4.000	Km	2,48	9.920,00
Total dos Proponentes					
Nome da Proponente	Total				
NC TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA - ME	9.920,00				

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Terça-Feira, 25 de agosto de 2015.

RUDIMAR BORCIONI

Prefeito Municipal

Campos Novos

PREFEITURA

4200/20125 ALTERA REDAÇÃO DA LEI 4159/15 DE 24/04/15 QUE AUTORIZOU A REVISÃO DE VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

LEI Nº 4.200/15 DE 19/08/2015

ALTERA REDAÇÃO DA LEI Nº 4.159/2015 DE 24/04/2015 QUE AUTORIZOU A REVISÃO DE VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica revogada a concessão da revisão geral anual dada pela lei nº 4.159/2015, a título de recuperação de perdas inflacionárias, aos detentores de mandatos eletivos do Executivo, Secretários Municipais e aos ocupantes de cargos em comissão do Poder Executivo, para fins de adaptação aos limites de despesa com pessoal.

Art. 2º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos devidos ajustes e atualizações no quadro de vencimentos que integra o Plano de Cargos e Salários dos Empregados Públicos, mediante a aplicação do disposto na presente lei.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial os artigos 3º e 5º da lei nº 4.159/2015.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 19 de agosto de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

AVISO CREDENCIAMENTO Nº 02/2015 - SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 40/2015

CREDENCIAMENTO Nº 02/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 14/09/2015 às 15:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura CREDENCIAMENTO, tendo como objeto CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS MÉDICOS, PARA CIRURGIAS ESPECIALIZADAS DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE PARA ATENDIMENTO MENSAL DA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME TABELA DETERMINADA EM EDITAL, DURANTE O ANO DE 2015. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 27 de agosto de 2015.

Nelson Luiz de Paula

Secretário Municipal de Saúde

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 65/2015 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 65/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 50/2015

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à contratação de serviços de arbitragem, 01 árbitro principal, 01 árbitro auxiliar e 01 mesário, para realização do Campeonato de Futebol de Salão (Séries A e B – masculino e feminino), promovido pela Comissão Municipal de Esportes, conforme item descrito no Anexo II, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 09 de setembro de 2015, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor, está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 26 de agosto de 2015.

ANTONIO DA SILVA

Prefeito do Município.

Canoinhas

PREFEITURA

ANULAÇÃO DO EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º FMS 04/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 25/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º FMS 04/2015
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, Presidente do Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas/SC, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação da DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º FMS 04/2015 que tem por objeto AQUISIÇÃO DO MEDICAMENTO IMPORTADO CAYSTON (AZTREONAM) 75MG PARA USO DA PACIENTE GABRIELLA CARINE PEREIRA. Motivo: O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA EXPIROU E A EMPRESA NÃO CONCORDOU EM FORNECER O PRODUTO NO PREÇO ANTERIORMENTE ACORDADO. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

ANULAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º FMAS 11/2015 (PRESENCIAL)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMAS 12/2015
PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 11/2015
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, Presidente do Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas/SC, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do PREGÃO N.º FMAS 11/2015 (PRESENCIAL), que tem por objeto AQUISIÇÃO DE KIT ANTENA E RECEPTOR DIGITAL, SUPORTE PARA TV E RECEPTOR, CÂMERA FOTOGRÁFICA E FRAGMENTADORA DE PAPEL DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA; COLCHÃO SOLTEIRO, ANDADOR ADULTO E COLCHÃO PIRAMIDAL DESTINADOS A CASA LAR DOS IDOSOS; REFRIGERADOR E EXAUSTOR PARA COZINHA DESTINADOS A CASA DE PASSAGEM NOVA CANAÃ. Motivo: LICITAÇÃO DESERTA. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Presidente do Fundo

ANULAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º FMS 08/2015 (PRESENCIAL)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 17/2015
PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 08/2015
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, Presidente do Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas/SC, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação da PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 08/2015 que tem por objeto AQUISIÇÃO DE UM APARELHO DE AUTOMAÇÃO ANALISADOR EM BIOQUÍMICA, PARA REALIZAR EXAMES LABORATORIAIS ESSENCIAIS NO LABORATÓRIO MUNICIPAL, DESTINADOS AOS PACIENTES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Motivo: ANULADA PARA CORREÇÃO DA DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO. Assim, conforme autoriza o

art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

ANULAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 40/2015 (ELETRÔNICO)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 40/2014
TOMADA DE PREÇOS N.º 06/2014
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do TOMADA DE PREÇOS N.º 06/2014, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A REFORMA DO GALPÃO DE GASTRONOMIA DO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIO. Motivo: Necessidade de alteração no projeto para adequação da obra aos requisitos do BRDE. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

DECRETO Nº 197/2015

DECRETO Nº. 197/2015

RATIFICA DECRETO Nº. 033/2008 DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:

RATIFICAR

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº. 033/2008, que aprovou o remembramento de terreno urbano com área de 2.081,07m² (Dois mil e oitenta e um metros e sete decímetros quadrados), procedido por FILIPE FARIAS TEIXEIRA, situado na Rua Curitiba, no Centro, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 21.805; 21.806; 21.807 e 33.304, ficando o imóvel da seguinte forma: lote nº. 03 com área de 2.081,07 m², pertencente à quadra nº 049, conforme requerimento protocolado sob nº. 475/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 198/2015

DECRETO Nº. 198/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício 2014, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivara no exercício de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 20/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO – DECRETO Nº. 198/2015

ENTIDADE 01 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS						
RECURSO 699 – Convênio União Superávit						
0002838/14	18/07/2014	ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA	44.355,11			
0004748/14	20/11/2014	ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA	54.622,10			

ENTIDADE 01 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS						
RECURSO 130 – Ordinários						
00061/14	02/01/2014	BETHA SISTEMAS LTDA 23.047,43	44.355,11			
00040/14	02/01/2014	INVOLÁVEL SEG.24 HORAS LTDA 0,04	54.622,10			
00038/14	02/01/2014	LJ-AUD ESCRITORIO CONTABIL LTDA 3.700,00				
00109/14	02/01/2014	AG FOMENTO DE SC BADESC 3,05				

DECRETO Nº 199/2015

DECRETO Nº. 199/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 4.577,28 m² (Quatro mil, quinhentos e setenta e sete metros e vinte e oito decímetros quadrados), procedido por WALDIR JANTSCH E OUTROS, situado na Rua São José, no Bairro Boa Vista, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 38.293, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 41 com área de 614,13 m², lote nº 42 com área de 586,36 m², lote nº 43 com área de 586,51 m², lote nº 44 com área de 586,67 m², lote nº 45 com área de 682,91 m², lote nº 46 com área de 506,75 m², lote nº 47 com área de 506,81 m² e lote nº 48 com área de 507,14 m², todos pertencentes à quadra nº 115, conforme requerimento protocolado sob nº. 4250/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 21/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 200/2015

DECRETO Nº. 200/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 1.040,00 m² (Um mil e quarenta metros quadrados), procedido por MÁRIO RODRIGUES DAS CHAGAS, situado na Rua Eurico Paul, no Bairro Industrial Nº 01, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 7.565, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 22 com área de 520,00 m² e lote nº 25 com área de 520,00 m², ambos pertencentes à quadra nº 025, conforme requerimento protocolado sob nº. 5182/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 21/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 201/2015

DECRETO Nº. 201/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DE CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA E PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.646 de 20/08/2015, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.646 de 20/08/2015, no valor de R\$ 804.849,64 (oitocentos e quatro mil, oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Atividade 1.100 – Conclusão do Ginásio de Esportes – Distrito Campo d'Água Verde

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

..... 804.849,64

Recursos 26400 – Transf. Conv. Estado – Outros – (investimento)

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes de convênio nº 2015TR001088, firmado com o Estado de Santa Catarina até o valor R\$ 804.849,64 (oitocentos e quatro mil, oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta e quatro centavos).

Art. 3º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, de acordo com o artigo 3º da Lei 5.646 de 20/08/2015, no valor de R\$ 268.283,21 (duzentos e sessenta e oito mil, duzentos e oitenta e três reais e vinte e um centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Atividade 1.100 – Conclusão do Ginásio de Esportes – Distrito Campo d'Água Verde

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 268.283,21

Recursos 30000 – Recursos ordinários – Superávit

Art. 4º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 3º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 268.283,21 (duzentos e sessenta e oito mil, duzentos e oitenta e três reais e vinte e um centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
30000	Recursos ordinários – superávit	268.283,21
TOTAL		268.283,21

Fonte: SMAFO/2015

Art. 5º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 21/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 202/2015

DECRETO Nº. 202/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.647 de 21/08/2015, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.647 de 21/08/2015, no valor de R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação
Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação
Função 16: Habitação
Subfunção 482: Habitação Urbana
Programa 18: Moradia para todos
Atividade 1.005 – Construção de casas populares
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 74.000,00
Recursos 23400 – Transf. Convênio União – outros - investimento

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação
Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação
Função 16: Habitação
Subfunção 482: Habitação Urbana
Programa 18: Moradia para todos
Atividade 1.005 – Construção de casas populares
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 74.000,00
Recursos 23400 – Transf. Convênio União – outros – investimento

Art. 3º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 3º da Lei 5.647 de 21/08/2015, no valor de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação
Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação
Função 16: Habitação
Subfunção 482: Habitação Urbana
Programa 18: Moradia para todos
Atividade 2.052 – Manutenção do FROHAB
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 58.000,00
Recursos 30000 – Recursos Ordinários – Superávit

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação
Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação
Função 16: Habitação

Subfunção 482: Habitação Urbana

Programa 18: Moradia para todos

Atividade 2.052 – Manutenção do FROHAB

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 58.000,00

Recursos 30000 – Recursos Ordinários – Superávit

Art. 5º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 21/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 203/2015

DECRETO Nº. 203/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.648 de 21/08/2015, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.648 de 21/08/2015, no valor de R\$ 127.000,00 (cento e vinte e sete mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
Função 10: Saúde
Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial
Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses
Atividade 1.053 – Aquisição de ambulância e/ou veículo p/transp. de passageiros
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 127.000,00
Recursos 68800 – Rec. Alienações Bens – Prog. Saúde – Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 127.000,00 (cento e vinte e sete mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
68800	Rec. Alienações Bens – Prog. Saúde – Superávit	15.463,07
68900	Rec. Alienações Bens – Outros Prog. – Superávit	111.536,93
TOTAL		127.000,00

Fonte: SMAFO/2015

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 21/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 204/2015

DECRETO Nº. 204/2015

Canoinhas/SC, 25 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 205/2015

DECRETO Nº. 205/2015

“NOMEAR MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e da Lei Municipal nº. 3.926 de 09/12/2005; RESOLVE: NOMEAR

Art.1º. Ficam nomeados os membros efetivos com igual número de suplentes, abaixo relacionados, para comporem o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER, pelo período de 02 (dois) anos, como segue:

I – ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CANOINHAS

Efetivo: Denise Cardoso

Suplente: Simone Geruza Sudoski Munhoz

ASSOCIAÇÃO PRÓ VIDA CASA MATER RAINHA DA PAZ

Efetivo: Magdalena Chicon Martin

Suplente: Samira Mussi

REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER

Efetivo: Darli das Graças Costa

Suplente: Vera Lúcia Bueno Bechel

HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS

Efetivo: Cristine Ribeiro Isphair Mazieiro

Suplente: Prescila Friderich de Almeida

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - UNC

Efetivo: Danielly Borguezan

Suplente: Jaqueline Conceição

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DAMA:

Efetivo: Amanda Damasceno Farinella

Suplente: Jane Wisch

II ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Efetivo: Lucimara Pepes

Suplente: Rosemare Steilen Conte

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Efetivo: Salete Palhano de Andrade

Suplente: Izane Maria Pereira

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Efetivo: Jocondo Santer

Suplente: Cleia Jussara Vipich Adamski

26ª GERÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE

Efetivo: Daniele Ennes Brey

Suplente: Tatiana Loise Bubniak

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA - IFSC

Titular: Patricia Maccarine Moraes

Suplente: Rafael Castanho

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATATINA – EPAGRI

Titular: Simone Silva da Costa Trindade

Suplente: Renata Murara Vieira

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 206/2015

DECRETO Nº. 206/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE: NOMEAR

Art.1º - Ficam nomeados pelo biênio 2015/2017 os integrantes abaixo relacionados, para comporem o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA.

ENTIDADES NÃO – GOVERNAMENTAIS:

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canoinhas

Membro Titular: Romualdo Stein;

Membro Suplente: Edmar Gonçalves Padilha.

UnC –Universidade do Contestado

Membro Titular: Mariana Wrublevski de Carvalho;
Membro Suplente: Liz Regina Ghislandi.

COMSOL – Cooperativa de Organização, Produção e Comercialização Solidária do Planalto Norte – SC.

Membro Titular: Antonio Bail Sobrinho;
Membro Suplente: Marilda Batista Zorek.

SINTRAF – Regional do Planalto Norte – Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Planalto Norte

Membro Titular: Lucilda Condras Grein;
Membro Suplente: Amauri Peters.

Sindicato dos Produtores Rurais de Canoinhas

Membro Titular: Leônidas Pacheco de Miranda Lima;
Membro Suplente: Alcir Cavalheiro.

APASC – Associação dos Produtores de Alimentos Saudáveis do Contestado

Membro Titular: Louri Domingues Maciel;
Membro Suplente: Elizabete Pazdziora da Silva.

COOPAFIC – Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar do Interior de Canoinhas

Membro Titular: Cintia Duvoisin Artner;
Membro Suplente: Paulo Bai.

AMCAV – Associação dos Moradores do Campo d' Água Verde

Membro Titular: Vilmar Niejelski;
Membro Suplente: Maria Olíria Machado.

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

Secretaria Municipal de Saúde

Membro Titular: Luis Anselmo Chagas;
Membro Suplente: Damaris A. C. K. Pires.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família

Membro Titular: Zenilda Lemos de Souza;
Membro Suplente: Renato Leandro.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural

Membro Titular: Adelina Cecília de Andrade Berns;
Membro Suplente: Jeferson Morteau Gonçalves.

Secretaria Municipal de Educação

Membro Titular: Milena Larissa Conceição
Membro Suplente: Cristiane de Lima Carvalho"

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 207/2015

DECRETO Nº. 207/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 600,00 m² (Seiscentos metros quadrados), procedido por LUIZ ANTONIO PAULO, situado na Rua Walmor Ivo Gallotti, no Bairro Jardim Esperança, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 16.284, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 18 com área de 360,00 m² e lote nº 28 com área de 240,00 m², ambos pertencentes à quadra nº 237, conforme requerimento protocolado sob nº. 4225/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 208/2015

DECRETO Nº. 208/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Complementar Municipal 0022/2008, da Lei Complementar nº 043/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008,

RESOLVE:

RETIFICAR O DECRETO Nº. 173/2015

Art. 1º - Fica retificado o Art. 1º do Decreto nº 173/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 675,00 m² (Seiscentos e setenta e cinco metros quadrados), procedido por CLAUDETE FERREIRA DA SILVA HAACK E OUTRA, situado na Rua Roberto Bolduan, no Bairro Industrial Nº 02, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 34.924, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 23 com área de 337,50 m² e lote nº 20 com área de 337,50 m², ambos pertencentes à quadra nº 1478, conforme requerimento protocolado sob nº. 4417/2015."

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Os demais itens permanecem inalterados, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de agosto de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 212/2015

DECRETO Nº. 212/2015

"DECLARA ÁREA DE TERRAS DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, COM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO, CUJA ÁREA É PERTENCENTE À CERÂMICA ALVINO VOGT LTDA, AUTORIZA PROCEDER COM MEDIDA DE COMPENSAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, VI, e art. 86, I, "e", da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o art. 5º, "h" e "m" do Decreto Federal nº. 3.365/1941 que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública;

CONSIDERANDO o Decreto nº. 075/2008 que regulamenta as Leis Municipais que dispõem sobre a declaração de utilidade pública;
CONSIDERANDO o artigo 156, inciso II do Código Tributário Nacional, bem como art. 91 da Lei Complementar nº. 008/2005;
CONSIDERANDO a necessidade de atender os dispositivos do contrato de programa 001/2012, em especial aos atos necessários para a implantação da rede de esgoto em Canoinhas, RESOLVE:
DECRETAR

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a área de 400,00m² (quatrocentos metros quadrados), parte de uma área maior de 426.925,00m² (quatrocentos e vinte e seis mil, novecentos vinte e cinco metros quadrados), situado no Bairro "Campo D'Água Verde", nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Canoinhas sob nº. 35.016, pertencente à Cerâmica Alvino Vogt Ltda, inscrita no CNPJ sob nº. 83.189.662/0001-89.

Art. 3º - A desapropriação do imóvel descrito no art. 1º deste decreto ocorrerá com ônus financeiro ao Município de Canoinhas, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), conforme avaliação efetuada pela Comissão de Avaliação e Vistoria.

Parágrafo Único: A área a ser desapropriada será para fins de instalação de Estação Elevatória da Rede de Esgoto da cidade.

Art. 4º - Fica autorizado o Município de Canoinhas, a proceder com a compensação dos débitos tributários lançados em face do desapropriado, pendente de pagamento para com o Poder Público até o limite da desapropriação, cujo valor corresponde ao montante de R\$ 21.937,65 (vinte e um mil, novecentos e trinta e sete reais e sessenta e cinco centavos), valor este a ser corrigido até a data de compensação.

Art. 5º - O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 213/2015

DECRETO Nº. 213/2015

"DECLARA IMÓVEL DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, COM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO, O IMÓVEL PERTENCENTE A SRA. DARLI DAS GRAÇAS COSTA E OUTROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, VI, e art. 86, I, "e", da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o art. 5º, "h" e "m" do Decreto Federal nº. 3.365/1941 que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública;

CONSIDERANDO que o prédio da Unidade Escolar existente naquela localidade, encontra-se em estado precário, com espaços reduzidos de salas de aula, inexistência de refeitório, biblioteca, espaço para laboratório de informática, ciências, bem como inadequação da cozinha e sanitários para alunos e professores, necessidades estruturais básicas para oferta de Educação Básica de qualidade aos alunos desta localidade, sendo que atualmente são 199 alunos devidamente matriculados.

CONSIDERANDO que já estão disponíveis os recursos necessários para construir uma nova unidade educacional que atenderá as necessidades das comunidades próximas e, a finalidade da desapropriação é a construção de escola municipal, a edificação da nova unidade escolar proporcionará também a implantação de em um centro de educação infantil rural visto a obrigatoriedade após o ano de 2016 de atender crianças a partir de 04 anos de idade;
CONSIDERANDO o Decreto nº. 075/2008 que regulamenta as Leis Municipais que dispõem sobre a declaração de utilidade pública, RESOLVE:
DECRETAR

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a área de propriedade da Sra. Darli das Graças Costa e Outros, matriculada no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Canoinhas sob nº. 22.913, cujo memorial descritivo assim dispõe: "inicia-se se no marco denominado 'ponto 39', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 534646.962 m e N= 7077509.105 m dividindo-o com o Darli da Costa e Outros; Daí segue confrontando com Darli das Graças Costa e Outros com o azimute de 155°40'15" e a distância de 120.00 m até o marco 'ponto 44' (E=534696.399 m e N=7077399.762 m); Daí segue confrontando com Darli das Graças Costa e Outros com o azimute de 252°09'17" e a distância de 135.15 m até o marco 'ponto 45' (E=534567.753 m e N=7077358.346 m); Daí segue confrontando com João Bigas com o azimute de 348°49'23" e a distância de 29.75 m até o marco 'ponto 37' (E=534561.986 m e N=7077387.535 m); Daí segue confrontando com Claudio Correa com o azimute de 349°52'55" e a distância de 101.95 m até o marco 'ponto 38' (E=534544.075 m e N=7077487.904 m); Daí segue confrontando com João Bialeski com o azimute de 78°21'24" e a distância de 105.05 m até o marco 'ponto 39' (E=534646.962 m e N=7077509.105 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com

uma área superficial de 1,5 (hum hectare e meio) ou 15.000,00 m² (quinze mil metros quadrados).

Art. 2º - A desapropriação do imóvel descrito no art. 1º deste decreto ocorrerá com ônus financeiro ao Município de Canoinhas, no valor de R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais), conforme avaliação efetuada pela Comissão de Avaliação e Vistoria.

Art. 3º - O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.646/2015

LEI Nº. 5.646 DE 20/08/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DE CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA E PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de até R\$ 804.849,64 (oitocentos e quatro mil, oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Atividade 1.100 – Conclusão do Ginásio de Esportes – Distrito Campo d'Água Verde

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 804.849,64

Recursos 26400 – Transf. Conv. Estado – Outros – (investimento)

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes de convênio nº 2015TR001088, firmado com o Estado de Santa Catarina até o valor R\$ 804.849,64 (oitocentos e quatro mil, oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta e quatro centavos).

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL

ESPECIAL no valor de até R\$ 268.283,21 (duzentos e sessenta e oito mil, duzentos e oitenta e três reais e vinte e um centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Atividade 1.100 – Conclusão do Ginásio de Esportes – Distrito Campo d'Água Verde

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 268.283,21

Recursos 30000 – Recursos ordinários – Superávit

Art. 4º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 3º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 268.283,21 (duzentos e sessenta e oito mil, duzentos e oitenta e três reais e vinte e um centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
30000	Recursos ordinários – superávit	268.283,21
TOTAL		268.283,21

Fonte: SMAFO/2015

Art. 5º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 20 de agosto de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 20/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.647/2015

LEI Nº. 5.647 DE 21/08/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação
 Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação
 Função 16: Habitação
 Subfunção 482: Habitação Urbana
 Programa 18: Moradia para todos
 Atividade 1.005 – Construção de casas populares
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 74.000,00
 Recursos 23400 – Transf. Convênio União – outros – investimento

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação
 Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação
 Função 16: Habitação
 Subfunção 482: Habitação Urbana
 Programa 18: Moradia para todos
 Atividade 1.005 – Construção de casas populares
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 74.000,00
 Recursos 23400 – Transf. Convênio União – outros – investimento

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação
 Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação
 Função 16: Habitação
 Subfunção 482: Habitação Urbana
 Programa 18: Moradia para todos
 Atividade 2.052 – Manutenção do FROHAB
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 58.000,00
 Recursos 30000 – Recursos Ordinários – Superávit

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação
 Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação
 Função 16: Habitação
 Subfunção 482: Habitação Urbana
 Programa 18: Moradia para todos
 Atividade 2.052 – Manutenção do FROHAB
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 58.000,00
 Recursos 30000 – Recursos Ordinários – Superávit

Art. 5º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 21 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 21/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.648/2015

LEI Nº. 5.648 DE 21/08/2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 127.000,00 (cento e vinte e sete mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
 Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
 Função 10: Saúde
 Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial
 Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses
 Atividade 1.053 – Aquisição de ambulância e/ou veículo p/transp. de passageiros
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 127.000,00
 Recursos 68800 – Rec. Alienações Bens – Prog. Saúde – Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 127.000,00 (cento e vinte e sete mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
68800	Rec. Alienações Bens – Prog. Saúde – Superávit	15.463,07
68900	Rec. Alienações Bens – Outros Prog. – Superávit	111.536,93
TOTAL		127.000,00

Fonte: SMAFO/2015

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 21 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 21/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 773/2015

PORTARIA Nº. 773/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

DEMITIR

Art. 1º - Fica demitida DANIELE MARTINS, efetiva no cargo de Agente Comunitário de Saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 18/08/2015, por motivo de julgamento de sindicância, conforme comunicação interna nº 311/DP/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 774/2015

PORTARIA Nº. 774/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerado a pedido JULIANO ARTNER, efetivo no cargo de Servente Masculino, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 31/08/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 775/2015

PORTARIA Nº. 775/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; RESOLVE:

AUTORIZA A CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM DINHEIRO

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 25 (vinte e cinco) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor FREDERICO VALDIR ECKER, efetivo no cargo de Auxiliar de Contabilidade, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2007/2012, para quitar débitos tributários, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 776/2015

PORTARIA Nº. 776/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990;

RESOLVE:

AUTORIZA A CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM DINHEIRO

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 06 (seis) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora MARIA ROSELI CORDEIRO ALVES, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 777/2015

PORTARIA Nº. 777/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990, de acordo com a Lei Municipal nº 5.556/2015 e de acordo com a Lei Municipal nº 5.574/2015:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, RESOLVE:

INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 530/2015, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. NELSON VARELA DE OLIVEIRA
2. MARISTELA MURARA BURGARDT
3. FERNANDO LUIS TOKARSKI

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme descrito na Comunicação Interna Nº 258/SMS/2015.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 18 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 778/2015

PORTARIA Nº. 778/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869 de 24/08/2009; RESOLVE:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigado a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 Lei Municipal 2.305/90,

RESOLVE:

PRORROGAR PRAZO

Art.1º - Fica prorrogado por igual período, o prazo fixado pela Portaria nº 533/2015, visando à conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante nomeada pela referida portaria para emissão do parecer conclusivo, conforme ofício em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 779/2015

PORTARIA Nº. 779/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

REVOGAR

Art. 1º - Fica revogado o inteiro teor da Portaria nº 729/2015 que instaurou COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais: FRANCIELI JOANA BIALESKI, MARISTELA MURARA BURGARDT e NELSON VARELA DE OLIVEIRA, conforme comunicação interna nº 312/DP/2015, tendo em vista que o servidor a ser investigado solicitou exoneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 780/2015

PORTARIA Nº. 780/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990,

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a ROSEMARY MIGUEL FERREIRA DE SOUZA, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 18/08/2015, conforme comunicação interna nº 314/DP/2015, sendo que a partir do 16º dia do afastamento de suas atribuições competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS a concessão do benefício de auxílio doença ao servidor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 781/2015

PORTARIA Nº. 781/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio a BEATRIZ TEREZINHA PONTAROLO, efetiva no cargo de Orientador Educacional, no GEM Reinaldo Kruger, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2003/2008, a desfrutar no período de 20/08/2015 a 18/10/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de agosto de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 782/2015

PORTARIA Nº. 782/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Licença Prêmio a EROS JULINSKI, efetivo no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 1998/2003, a desfrutar no período de 24/08/2015 a 02/09/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de agosto de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 783/2015

PORTARIA Nº. 783/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, RESOLVE:
DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional BEATRIZ TEREZINHA PONTAROLO, efetiva no cargo de Orientador Educacional, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/08/2015, conforme comunicação interna nº 313/DP/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de agosto de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 784/2015

PORTARIA Nº. 784/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme a Lei Municipal nº. 2.307/1990 e da Lei Municipal nº. 4.279/2007, RESOLVE:
NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeado para exercer o cargo de Calceteiro, para atuar junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, o profissional JEFERSON LUIS DE PAULA, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014, inscrito sob nº. 46.911, e convocado conforme Edital nº 059 de 03 de Agosto de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 24/08/2015, conforme comunicação interna nº 074/SMODU/2015.

Art. 2º - Fica nomeado para exercer o cargo de Calceteiro, para atuar junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, o profissional PEDRO SCHUPEL SOBRINHO SEGUNDO, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014, inscrito sob nº. 42.298, e convocado conforme Edital nº 059 de 03 de Agosto de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 01/09/2015, conforme comunicação interna nº 072/SMODU/2015.

Art. 3º - Fica nomeado para exercer o cargo de Motorista, para atuar junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, o profissional JULIANO ARTNER, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014, inscrito sob

nº. 46.217, e convocado conforme Edital nº 059 de 03 de Agosto de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 01/09/2015, conforme comunicação interna nº 071/SMODU/2015.

Art. 4º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 785/2015

PORTARIA Nº. 785/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990, de acordo com a Lei Municipal nº 5.556/2015 e de acordo com a Lei Municipal nº 5.574/2015:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, RESOLVE:

INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 530/2015, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. NELSON VARELA DE OLIVEIRA
2. MARISTELA MURARA BURGARDT
3. FERNANDO LUIS TOKARSKI

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme descrito na Comunicação Interna Nº 316/SMAFO/2015.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 20 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 786/2015

PORTARIA Nº. 786/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, do Capítulo IV, art. 23, Parágrafo primeiro da Lei Municipal nº. 2.307/1.990, RESOLVE:

CONCEDER REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA

Art. 1º - Fica concedida Redução de Carga Horária para 20 horas semanais com a proporcional redução da remuneração, a partir 24/08/2015, à servidora CLEONICE DE CÁSSIA KARVAT, contratada no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG I, 30% de regência na ERM Campina dos Ribeiros, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme comunicação interna nº 389/SME/2015.

Art. 2º - Fica concedida Redução de Carga Horária para 20 horas semanais com a proporcional redução da remuneração, a partir 24/08/2015, à servidora DENILDA NUNES DA ROCHA, contratada no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG I, 30% de regência na ERM Sítio dos Corrêa, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme comunicação interna nº 389/SME/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 787/2015

PORTARIA Nº. 787/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869 de 24/08/2009; RESOLVE:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigado a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 Lei Municipal 2.305/90,

RESOLVE:

PRORROGAR PRAZO

Art.1º - Fica prorrogado por igual período, o prazo fixado pela Portaria nº 568/2015, visando à conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante nomeada pela referida portaria para emissão do parecer conclusivo, conforme ofício em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA RESCISÃO DO CONTRATO N.º PMC 55/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
RESCISÃO DO CONTRATO N.º 55/2015

A Prefeitura do Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a rescisão do contrato n.º PMC 55/2015 firmado entre o Município de Canoinhas e a empresa KONRAD COMERCIO DE CAMINHOES LTDA (CNPJ 05.500.026/0001-12) relativamente ao processo licitatório n.º PMC 64/2015, Pregão n.º PMC 40/2015 (ELETRÔNICO). O termo de rescisão encontra-se apenso ao processo licitatório à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura do Município de Canoinhas.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº FMAS 13/2015 (ELETRÔNICO)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FMAS 13/2015
EDITAL DE PREGÃO Nº. FMAS 13/2015 (ELETRÔNICO)

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 15/09/2015, às 10h00min, licitação para AQUISIÇÃO DE KIT ANTENA E RECEPTOR DIGITAL, SUPORTE PARA TV E RECEPTOR, CAMERA FOTOGRAFICA E FRAGMENTADORA DE PAPEL DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA; COLCHÃO SOLTEIRO, ANDADOR ADULTO E COLCHÃO PIRAMIDAL DESTINADOS A CASA LAR DOS IDOSOS; REFRIGERADOR E EXAUSTOR PARA COZINHA DESTINADOS A CASA DE PASSAGEM NOVA CANAÃ. Recebimento de propostas até as 08h30min do dia 15/09/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.bll.org.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº FMS 15/2015 (ELETRÔNICO)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 28/2015
EDITAL DE PREGÃO N.º FMS 15/2015 (ELETRÔNICO)

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 14/09/2015, às 10h00min, licitação para AQUISIÇÃO DE UM APARELHO DE AUTOMAÇÃO ANALISADOR EM BIOQUÍMICA, PARA REALIZAR EXAMES LABORATORIAIS ESSENCIAIS NO LABORATÓRIO MUNICIPAL, DESTINADOS AOS PACIENTES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento das propostas até às 08h30min do dia 14/09/2015. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.bll.org.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito /Presidente do fundo

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº PMC 30/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 146/2015
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. PMC 30/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 17/09/2015, às 09h15min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR O PROJETO DE TRABALHO SOCIAL - PTS - NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - PMCMV - NO AMBITO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO, COM O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PROPOSTAS EM PROJETO DE REASSENTAMENTO, RECONSTRUÇÃO, MELHORIAS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NO LOTEAMENTO VILA VERDE, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DESTE EDITAL. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 17/09/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO N.º PMC 88/2015 (PRESENCIAL)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 144/2015
Licitação.....: 88/2015 - PR
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE HORAS DE TRATOR DE ESTEIRAS, DESTINADAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Processo Administrativo:
Total dos Itens Vencedores: 54.000,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	37797	-	HORAS DE TRATOR ESTEIRA	-	Unidade: hrs		
15935	CHV SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA		300,000	0,0000	180,0000	54.000,00	Venceu	1 *****

Canoinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI	-	Pregoeiro(a)
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK	-	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS	-	EQUIPE DE APOIO
MARCIANO FERNANDES CORREA	-	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO	-	28.754/SC
VANESSA LANGER	-	CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

ATO 003 - HOMOLOGA INSCRIÇÃO SELETIVO CIALAR

ATO 003/PS/CIALAR/ED1/15

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E DIVULGAÇÃO DO LOCAL E HORÁRIO DE PROVA

DO EDITAL Nº 001/2015 DE PROCESSO SELETIVO - CIALAR

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Processo Seletivo, torna público o que segue:

1. Ficam homologadas as inscrições dos candidatos listados no anexo I deste ato;

2. Ficam convocados os candidatos com inscrição homologada para comparecerem no dia 30 de Agosto de 2015, para realização da prova escrita objetiva, no seguinte local e horário:

2.1 Local:

Escola Municipal Viver e Conhecer,

Endereço: Rua Grácia Gramazzio Pereira de Lima,

Município de Capinzal - SC

2.2 Horário:

Evento	Horário
Abertura dos portões e acesso dos candidatos aos locais de prova.	9h15
Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	9h50
Abertura dos invólucros e distribuição das provas e na sequencia início das provas OBS.: O tempo gasto para abertura e distribuição das provas será acrescido ao tempo final da prova caso seja necessário.	10 h
O tempo mínimo de permanência em sala de prova é de 30 (trinta) minutos com saída as:	10h30
Final Devolução obrigatória do caderno de questões e cartão-resposta	12 h

Capinzal – SC, 26 de Agosto de 2015.

VITOR JOAO FACCIN

Prefeito de Ouro

Presidente do CIALAR

ANEXO I

INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

Servente - Alfabetizado

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Escola	Horário Fechamento Portão
1	106827	Adriana Aparecida Tenutti Da Silva	26/10/1974	Viver e Conhecer	9h50
2	105407	Adriana De Moraes	16/11/1985	Viver e Conhecer	9h50
3	102125	Ana Paula Ramos Da Silva Dondoni	27/04/1987	Viver e Conhecer	9h50
4	101683	Ana Paula Vieira	25/11/1982	Viver e Conhecer	9h50
5	103203	Carem Siepmann	07/10/1985	Viver e Conhecer	9h50
6	104678	Claudia Maria Da Silva	06/09/1976	Viver e Conhecer	9h50
7	103408	Cleoci Salete Maria Rosa	04/03/1983	Viver e Conhecer	9h50
8	104264	Fernanda Goncalves Da Silva	27/05/1978	Viver e Conhecer	9h50
9	100613	Juliana Paula Crul	25/01/1981	Viver e Conhecer	9h50
10	106223	Leticia Maria De Matos Vieira	06/06/1997	Viver e Conhecer	9h50
11	104686	Luci Duarte	25/12/1977	Viver e Conhecer	9h50
12	103488	Nelci Machajewski Pessole	27/03/1971	Viver e Conhecer	9h50
13	102439	Ozeias Teixeira	02/12/1975	Viver e Conhecer	9h50
14	105945	Raquel Alves Balbinot	17/03/1978	Viver e Conhecer	9h50
15	98886	Rosalba Aparecida Rodrigues	02/09/1980	Viver e Conhecer	9h50
16	105629	Ruth Vilma Flaron Toniolo	31/08/1980	Viver e Conhecer	9h50
17	100319	Silvana Regina Madruga	26/06/1979	Viver e Conhecer	9h50

Monitor Social - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Escola	Horário Fechamento Portão
1	106753	Adriana Borin	14/09/1991	Viver e Conhecer	9h50
2	106460	Ala Claiton De Abreu	15/04/1994	Viver e Conhecer	9h50
3	101208	Alana Rech	11/08/1990	Viver e Conhecer	9h50
4	97245	Alexandra Aparecida Mattos	01/01/1976	Viver e Conhecer	9h50
5	97239	Amanda Da Silva	26/11/1996	Viver e Conhecer	9h50
6	105850	Ana Caroline De Oliveira	12/09/1995	Viver e Conhecer	9h50
7	102470	Ana Paula Mangolt	12/08/1990	Viver e Conhecer	9h50
8	106851	Ana Paula Vigano	05/05/1992	Viver e Conhecer	9h50
9	100322	Angela De Jesus Hoffmann Moreno	19/07/1979	Viver e Conhecer	9h50
10	97443	Angela Fernanda Da Silva	06/10/1986	Viver e Conhecer	9h50
11	107016	Bruna Boareto	17/07/1992	Viver e Conhecer	9h50
12	102878	Camila Amalcaburio	11/07/1992	Viver e Conhecer	9h50
13	106373	Carla Maria De Mattos Peri	15/06/1984	Viver e Conhecer	9h50
14	106547	Clarice Brandao Stoll	21/06/1975	Viver e Conhecer	9h50
15	106350	Claucia Janete Tonial Colombo	07/02/1966	Viver e Conhecer	9h50
16	106447	Cristiane Da Silva	07/03/1994	Viver e Conhecer	9h50
17	102264	Daiane De Fatima Da Silva	09/05/1984	Viver e Conhecer	9h50
18	105040	Daniela Baldissera	17/07/1981	Viver e Conhecer	9h50
19	100148	Daniela Raquel Pereira	04/06/1987	Viver e Conhecer	9h50
20	106956	Danieli Fracasso Rekes Mangolt	30/07/1985	Viver e Conhecer	9h50
21	106246	Debora Caroline Mangolt	17/02/1993	Viver e Conhecer	9h50
22	106575	Diane Antunes	15/05/1991	Viver e Conhecer	9h50
23	106292	Diennefer Teodoro Da Silva Leite Do Prado	27/10/1993	Viver e Conhecer	9h50
24	106875	Ediego Kayser	21/03/1987	Viver e Conhecer	9h50
25	103137	Edineia De Moraes	20/04/1991	Viver e Conhecer	9h50
26	101612	Elinete Salete Mores Da Silva	14/09/1982	Viver e Conhecer	9h50
27	100355	Ericky Paulo Do Nascimento	02/10/1996	Viver e Conhecer	9h50
28	97243	Fatima Aparecida Ribeiro Da Silva	26/06/1975	Viver e Conhecer	9h50
29	104135	Franciela Eluisa Gomes Bueno	13/04/1987	Viver e Conhecer	9h50
30	103535	Franciele Vagner Dos Santos	28/09/1985	Viver e Conhecer	9h50
31	106685	Geneci Borges	17/05/1960	Viver e Conhecer	9h50
32	106380	Glecia Da Silva	14/03/1981	Viver e Conhecer	9h50
33	105403	Gracieli Goldoni Lopes	05/11/1987	Viver e Conhecer	9h50
34	103089	Janaina Angela Balbinot	01/08/1979	Viver e Conhecer	9h50
35	97452	Jesiele Pilonetto Lopes Duarte	29/07/1987	Viver e Conhecer	9h50
36	102598	Jessica Madruga	19/07/1995	Viver e Conhecer	9h50
37	97736	Jocieli Paula Da Luz	10/12/1983	Viver e Conhecer	9h50
38	107014	Josiane Cardoso	21/01/1994	Viver e Conhecer	9h50
39	104232	Jussara Pereira Dos Santos Faccin	18/03/1975	Viver e Conhecer	9h50
40	98699	Leoni Pilissari Fachin	30/05/1963	Viver e Conhecer	9h50
41	106008	Luana Aparecida De Melo Vieira	15/07/1991	Viver e Conhecer	9h50
42	101638	Luciana Aparecida Da Costa	16/11/1983	Viver e Conhecer	9h50
43	102633	Luciana Dambros	26/06/1985	Viver e Conhecer	9h50
44	105319	Lucimara Lopes Duarte De Villa	29/12/1975	Viver e Conhecer	9h50
45	107022	Maria Angelica Andreis	26/04/1984	Viver e Conhecer	9h50
46	100838	Maria Clecir De Azeredo	11/11/1972	Viver e Conhecer	9h50
47	103792	Marigil Aguiar Da Silva	03/04/1991	Viver e Conhecer	9h50
48	99863	Marlene Terezinha Heller	06/07/1984	Viver e Conhecer	9h50
49	106197	Mauricio Joao Marcon	25/04/1992	Viver e Conhecer	9h50
50	101114	Mayra Menegat	18/11/1994	Viver e Conhecer	9h50
51	97181	Merielli Alves	13/07/1988	Viver e Conhecer	9h50

52	99701	Micheli Dos Santos Chaves	08/11/1983	Viver e Conhecer	9h50
53	99092	Miriam Jaqueline Ramos Machajewski	12/05/1985	Viver e Conhecer	9h50
54	104419	Moana Ubiali Rodrigues	30/10/1984	Viver e Conhecer	9h50
55	106327	Monalize Barbara Guerreiro Closs	25/02/1992	Viver e Conhecer	9h50
56	101154	Neiva Soares Da Silva	27/04/1977	Viver e Conhecer	9h50
57	100151	Noeli Teresinha Pieri Lopes	21/04/1963	Viver e Conhecer	9h50
58	104706	Patricia Borges	08/04/1987	Viver e Conhecer	9h50
59	103346	Patricia De Oliveira	19/02/1993	Viver e Conhecer	9h50
60	99729	Priscila Pereira Dias	06/10/1991	Viver e Conhecer	9h50
61	105766	Renato Lopes Duarte	22/02/1991	Viver e Conhecer	9h50
62	102937	Rochely Cenci	03/02/1985	Viver e Conhecer	9h50
63	97276	Rozangela Lopes De Abreu	15/11/1972	Viver e Conhecer	9h50
64	101173	Salete Tieppo Ribeiro Da Silva	11/09/1964	Viver e Conhecer	9h50
65	106279	Samanta Antunes Da Costa	18/03/1985	Viver e Conhecer	9h50
66	97202	Sandra Fachin	20/10/1971	Viver e Conhecer	9h50
67	106769	Sandra Machado	18/07/1994	Viver e Conhecer	9h50
68	100284	Sandra Terezinha Coussou	16/08/1965	Viver e Conhecer	9h50
69	105126	Sayonara Tenutti	01/06/1991	Viver e Conhecer	9h50
70	105947	Silvana Aparecida Antunes	25/02/1982	Viver e Conhecer	9h50
71	105424	Sirlei Cassuba	13/01/1959	Viver e Conhecer	9h50
72	99919	Tamiris Cristine Dos Santos	01/07/1987	Viver e Conhecer	9h50
73	101261	Tariane Dalapria	24/07/1991	Viver e Conhecer	9h50

Assistente Social - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Escola	Horário Fechamento Portão
1	100616	Aline Elizabeth Minks	23/01/1991	Viver e Conhecer	9h50
2	97547	Francieli Dambros	30/03/1979	Viver e Conhecer	9h50
3	104886	Indianara Silvia Lazarotto	31/03/1992	Viver e Conhecer	9h50
4	105409	Mariana Viganò	06/09/1988	Viver e Conhecer	9h50
5	98303	Patricia Malacarne De Souza	17/07/1989	Viver e Conhecer	9h50
6	106428	Silvana Aparecida Thibes	08/10/1971	Viver e Conhecer	9h50
7	98545	Suziane Vieira Sarmento	23/05/1983	Viver e Conhecer	9h50
8	99540	Tatiane Da Costa	13/01/1987	Viver e Conhecer	9h50
9	104931	Vanderleia Da Silva	19/03/1987	Viver e Conhecer	9h50

Psicólogo - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Escola	Horário Fechamento Portão
1	97924	Andrieli Pereira Da Silva	15/01/1989	Viver e Conhecer	9h50
2	99952	Claudete Terezinha Ramos	31/07/1987	Viver e Conhecer	9h50
3	98019	Etiane Dias Bevilaqua	31/08/1988	Viver e Conhecer	9h50
4	99552	Flavia Darold	09/10/1987	Viver e Conhecer	9h50
5	97271	Jenniffer Paula Stempkovski	15/01/1991	Viver e Conhecer	9h50
6	97596	Juliana Denise Steckling	13/12/1986	Viver e Conhecer	9h50
7	106593	Moacir Flavio Peri	24/10/1980	Viver e Conhecer	9h50

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/32/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/32/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº CAO/0307/2015

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de instalações elétricas para alimentação de 03 (três) motores de 250cv/380v, com fornecimento de todos os materiais necessários à instalação dos motores e ART.

TIPO: Menor Preço Global

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 09:00 horas, do dia 09 de setembro de 2015.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail francieli@simaecao.sc.gov.br material@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 27 de agosto de 2015.

Francieli da Rosa

Pregoeira

Catanduvás

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0060/2015 - TOMADA DE PREÇO Nº 0002/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0060/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 0002/2015

Objeto: Contratação de empresa para execução de projeto da construção de barracão na área de eventos turísticos do município de Catanduvás, conforme projetos de engenharia, visando cumprir contrato de repasse firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 14 de setembro de 2015.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 26 de agosto de 2015, no endereço <http://www.catanduvás.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvás.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvás – SC, 26 de agosto de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0064/2015

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0064/2015

INEXIGIBILIDADE Nº 0003/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0057/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS

CONTRATADA: CL SERVIÇOS DE SAÚDE MÉDICA HOSPITALAR E DIAGNÓSTICO LTDA - ME

OBJETO: 1) O objeto do presente Termo de Contrato consiste na viabilização e funcionamento dos serviços de saúde a serem prestados na Unidade Hospitalar de Catanduvás, sob a tutela da CL Serviços de Saúde Médica Hospitalar e Diagnóstico LTDA - ME, ora CONTRATADA, voltados à prestação do serviço público municipal de urgência e emergência em saúde e serviços correlatos.

2) A definição dos serviços, bem como a pactuação de metas à prestação dos serviços acima referidos constará do Plano Operativo para os Serviços Públicos de Saúde do Município, a ser aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Saúde acompanhará a prestação dos serviços objeto do presente contrato, cabendo-lhe, dentro de sua competência, deliberar novas condições à prestação dos serviços.

VALOR: R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais) mensais.

VIGÊNCIA: 1º de agosto de 2015 até 31/12/2016.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Dotações Utilizadas: 2.089.3.3.90.00.00.00.00 (11) - Manutenção do Hospital Municipal

DATA E LOCAL DE ASSINATURA: Catanduvás-SC, 20 de agosto de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Elizete Cardoso da Silva

Secretária de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO FUNREBOM Nº 0006/2015

TERMO DE CONTRATO FUNREBOM Nº 0006/2015

PREGÃO Nº 0043/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0055/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO

CONTRATADA: AUTO POSTO GEMELLI LTDA

OBJETO: Constitui o objeto deste instrumento a contratação de empresa para fornecimento de combustíveis para os veículos da Frota do Corpo de Bombeiros Militar de Catanduvás, visando à manutenção da frota e o eficaz desenvolvimento das atividades.

VALOR: R\$ 31.990,00 (trinta e um mil novecentos e noventa reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

LOCAL E DATA DE ASSINATURA: Catanduvás – SC, 18 de agosto de 2015.

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO – FUNREBOM

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO DO CONTRATO FUNREBOM Nº 0007/2015

TERMO DE CONTRATO FUNREBOM Nº 0007/2015

PREGÃO Nº 0043/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0055/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO

CONTRATADO: POSTO CARRETÃO LTDA

OBJETO: Constitui o objeto deste instrumento a contratação de empresa para fornecimento de combustíveis para os veículos da Frota do Corpo de Bombeiros Militar de Catanduvás, visando à manutenção da frota e o eficaz desenvolvimento das atividades.

VALOR: R\$ 8.650,00 (oito mil seiscentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015

LOCAL E DATA DE ASSINATURA: Catanduvás – SC, 18 de agosto de 2015.

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO – FUNREBOM

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0017/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0017/2015

PREGÃO Nº 0003/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 11 de fevereiro de 2015, alterando-o conforme segue:

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

1.1 - Reajustar o valor do item abaixo especificado no percentual de 16,40% (dezesseis virgula quarenta por cento) de acréscimo ao valor unitário inicialmente pactuado, passando a vigorar da seguinte forma:

Item	Cód Item	Especificações	Marca	UN	Valor Unitário Anterior	Valor Unitário Atualizado
3	11765	Soro fisiológico 0,9% 100 ml	halex istar	FR	1,7670	2,0567

1.2 - Reajustar o valor do item abaixo especificado no percentual de 6.45% (seis virgula quarenta e cinco por cento) de acréscimo ao valor unitário inicialmente pactuado, passando a vigorar da seguinte forma:

Item	Cód Item	Especificações	Marca	UN	Valor Unitário Anterior	Valor Unitário Atualizado
4	11766	Soro fisiológico 0,9% 250 ml	halex istar	FR	2,0000	2,129

1.3 - Reajustar o valor do item abaixo especificado no percentual de 22.22% (vinte e dois vírgula vinte e dois por cento) de acréscimo ao valor unitário inicialmente pactuado, passando a vigorar da seguinte forma:

Item	Cód Item	Especificações	Marca	UN	Valor Unitário Anterior	Valor Unitário Atualizado
5	11767	Soro fisiológico 0,9% 500 ml	halex istar	FR	2,4550	3,0005

Catanduvás – SC, 12 de agosto de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Catanduvás – SC

Elizete Cardoso da Silva

RESOLUÇÃO Nº 007/2015, DO CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 007/2015

Sandra Maria Dilda Bucco, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Catanduvás/SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público a relação dos candidatos HOMOLOGADOS para a eleição de escolha dos novos membros do Conselho Tutelar, para o período de mandato de 10 de janeiro do ano de 2016 a 09 de janeiro do ano de 2020 e disposição na Cédula Eleitoral:

Nº	NOME
01	Zélia Picinini Neis
02	Eliane Salete de Lima Santos
03	Geni Aparecida Cassiano de Moraes
04	Claire Regina Haro Zuqui
05	Elisa Mara Carl
06	Elaine Aparecida Ramos
07	Fabiana Vieira dos Santos
08	Nelsi Terezinha da Costa Dal Bem

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir desta data.

Catanduvás/SC, 13 de agosto de 2015.

Sandra Maria Dilda Bucco

Presidente do CMDCA

Catanduvás/SC

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N. 01/2014

2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N. 01/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N. 01/2014, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO E A ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE SÃO JOSÉ, COM O OBJETIVO DE CELEBRAR PARCERIA NO SENTIDO DA MELHOR, MAIS CÉLERE E EFICIENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ÀS PESSOAS DO MUNICÍPIO, QUE NECESSITAREM DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.

O MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.613.120/0001-27, com sede na Rua Allan Inácio, nº. 15, Centro, CEP- 88.407-000, neste ato legalmente representado pelo Prefeito Municipal Sr. José Braulio Inácio, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 379.181.849-04 e no RG sob o nº. 868.109 - SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Geremias Pedro de Medeiros, n. 59, Centro, Município de Chapadão do Lageado - SC, doravante denominado simplesmente CONVENIENTE e a ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE SÃO JOSÉ, inscrita no CNPJ sob o nº 86.185.220/0001-52, Mantenedora do Hospital Bom Jesus, inscrito no CNPJ sob o nº 86.185.220/0006-67, entidade portadora do Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social, registrado sob o processo de nº 71000.115559/2009-28, datado de 14 de dezembro de 2009, representada neste ato por sua Presidente e Superiora Provincial ALZIRA HOEPERS, brasileira, solteira, religiosa, portadora da cédula de identidade nº 82.523-9, inscrita no CPF sob o nº 224.580.779-00, residente e domiciliada na Rua Pedro Bunn nº 738, Barreiros, São José S/C, e pela Diretora Geral do Hospital Bom Jesus, EDELIR STÜPP, brasileira, solteira, religiosa, residente e domiciliada na Praça Irmã Paulina nº 470, Centro, Ituporanga - SC, doravante denominada simplesmente CONVENIADA, considerando o interesse de ambos em melhorar a eficiência da Administração Pública, o desenvolvimento e a qualidade de atividades voltadas à sociedade, tem entre si, justo e avençado, e celebram o presente Termo Aditivo ao Convênio n. 01/2014, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por finalidade a inclusão da especialidade de trauma-ortopedia ao objeto do Termo de Convênio n. 01/2014, celebrado entre as partes em 24/03/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REFLEXO FINANCEIRO

O acréscimo decorrente do presente Termo Aditivo tem impacto financeiro na importância de R\$ 979,79 (novecentos e setenta e nove reais e setenta e nove centavos) mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO

Em virtude do disposto na Cláusula Primeira e Segunda do presente Termo Aditivo, a redação da Cláusula Primeira e Terceira do Termo de Convênio n. 01/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Convênio tem por objeto celebrar parceria entre o CONVENIENTE e CONVENIADA, no sentido da melhor, mais célere e eficiente prestação de serviços às pessoas residentes ou domiciliadas no território do CONVENIENTE, que necessitarem dos serviços

médico-hospitalares nas especialidades de cirurgia geral, trauma-ortopedia (em regime de sobreaviso), clínica médica, neonatologia, anestesiologia (em regime de sobreaviso) e obstetrícia (em regime de plantão presencial), de acordo com o estabelecido no Plano de Trabalho anexo.

[...]

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 Para a execução do objeto de que trata o presente Convênio, o CONVENIENTE repassará à CONVENIADA, a importância mensal de R\$ 5.487,26 (cinco mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e vinte e seis centavos), que corresponde o valor de R\$ 1,91 (um real e noventa e um centavos) per capita a uma população de 2.871 habitantes, apurada de conformidade com a média do atendimento prestado, até o décimo dia subsequente ao mês de competência, através de depósito em conta bancária específica e vinculada.

3.2 Haverá redução proporcional do valor a ser repassado mensalmente, se no decorrer do prazo de vigência do presente Convênio, não forem prestados os serviços médicos nas especialidades conveniadas.

3.3 Em caso do presente convênio ser renovado, o valor será reajustado de acordo com o INPC.

3.4 O valor total a ser transferido previsto para o ano em curso é de R\$ 58.988,59 (cinquenta e oito mil, novecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e nove centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

Os efeitos do presente Termo Aditivo vigoram a partir de 01/08/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo Aditivo de Convênio será publicado no Diário Oficial dos Municípios e no Mural Público do Município de Chapadão do Lageado, na forma de extrato, nos termos do art.61, § 1º c/c o art. 116 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento original e Termo Aditivo celebrado.

Por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente Convênio, por si e seus sucessores, em juízo e fora dele.

Chapadão do Lageado-SC, 31 de julho de 2015.

CONVENIENTE

CONVENIADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Neusa Francisco Luckmann
CPF: 001.275.019/08

Nome: Marcio Maciel
CPF: 896.513.329/72

DECRETO Nº 081, DE 26.08.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 081, DE 26.08.2015

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, §2º, I, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 90 (recursos ordinários – orçamentos municipais) no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

07 – Secretaria de Agricultura

01 – Divisão de Agricultura

20 – Agricultura

14 – Agricultura Sustentável

606 – Extensão Rural

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2063 - Manutenção/Pessoal Secretaria, Veículos p/ Assistência Técnica R\$ 30.000,00

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços

03 – Divisão de Obras

15 – Urbanismo

13 – Urbanismo

452 – Serviços Urbanos

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2092 - Manutenção/Pessoal Secretaria Transportes, Obras, Serviços Urbanos R\$ 30.000,00

09 – Fundo de Assistência Social

01 – Divisão do Fundo de Assistência Social

08 – Assistência Social

10 – Desenvolvimento Social

244 – Assistência Comunitária

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2028 - Manutenção/Pessoal da Secretaria de Assistência Social R\$ 30.000,00

09 – Fundo de Assistência Social

01 – Divisão do Fundo de Assistência Social

08 – Assistência Social

10 – Desenvolvimento Social

244 – Assistência Comunitária

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2029 - Manutenção dos Programas e Ações do Cras ... R\$ 20.000,00

10 – Secretaria do Meio Ambiente e Turismo

01 – Divisão do Meio Ambiente

18 – Gestão Ambiental

11 – Gestão Ambiental

541 – Preservação e Conservação Ambiental

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2076 - Manutenção/Pessoal da Secretaria de Meio Ambiente e Turismo R\$ 20.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 26 de agosto de 2015.

JOSÉ BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 082, DE 26.08.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 082, DE 26.08.2015

Abre crédito adicional suplementar no Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, §2º, I, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 101 (receita de impostos e transferências de impostos - saúde) no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

06 – Fundo Municipal de Saúde

01 – Divisão do Fundo de Saúde

10 – Saúde

09 – Saúde para Todos

301– Atenção Básica

101 – receita de impostos e transferências de impostos - saúde

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2021 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde R\$ 70.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 26 de agosto de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 083, DE 26.08.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 083, DE 26.08.2015

Abre crédito adicional suplementar no Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, §2º, I, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 103 (atenção básica) no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fica aberto um Crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

06 – Fundo Municipal de Saúde

01 – Divisão do Fundo de Saúde

10 – Saúde

09 – Saúde para Todos

301– Atenção Básica

103 – Atenção Básica

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2026 – Manutenção/Pessoal do Programa Saúde da Família R\$ 50.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 26 de agosto de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 084, DE 26.08.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 084, DE 26.08.2015

Anula e suplementa dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, V, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) da seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

06 – Fundo Municipal de Saúde
 01 – Divisão do Fundo de Saúde
 10 – Saúde
 09 – Saúde para Todos
 301 Atenção Básica
 101 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
 3.3.93.00.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos
 2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
 R\$ 3.300,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

06 – Fundo Municipal de Saúde
 01 – Divisão do Fundo de Saúde
 10 – Saúde
 09 – Saúde para Todos
 301 Atenção Básica
 101 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
 3.3.71.00.00.00.00.00 – Transferência a Consórcios Públicos
 2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
 R\$ 3.300,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 26 de agosto de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA PROVA ESCRITA DO PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR REFERENTE AO EDITAL Nº 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA PROVA ESCRITA DO PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR REFERENTE AO EDITAL Nº 01/2015

O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Comissão de Escolha do processo de seleção dos membros do Conselho Tutelar do Município de Chapadão do Lageado- SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis Municipais nº0629 de 18.03.15 e nº 0568, de 01.03.13, TORNA PÚBLICO:

I – A homologação do resultado da prova escrita para eleição do processo de seleção dos membros do Conselho Tutelar do Município de Chapadão do Lageado- SC.

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA PROVA ESCRITA
001	LETICIA EYNG MONTIBELLER	AUSENTE
002	LUCIMARA DA SILVA DE OLIVEIRA	7,0
003	CLEIDE LOPES PADILHA	10,0
004	VALI VAIS	9,0
005	MARCIA SCHRODER HINTEMANN	8,5
006	CLEUSA FREITAS DE OLIVEIRA	AUSENTE
007	LUZIA MOREIRA DA SILVA MONTEIRO DOS SANTOS	9,0
008	ROSMÉRI PAUL DE OLIVEIRA	6,5
010	JOEL CAOVIALLA	AUSENTE
011	GORETI FRANÇA CLEMENTE	6,0
012	MARILEIA MICHELS KEMPNER	6,0
013	CAMILA KERSCHBAUM	AUSENTE
014	DIEGO RENGEL	9,0
015	CIDINÉIA FRANCISCO CHIQUIO	AUSENTE
016	EDELVIRA DE FREITAS ANACLETO	9,5
017	ATOS ALAN BORGES DOS SANTOS	9,5

II – Os candidatos interessados em interpor recursos relativos a prova escrita poderão fazê-lo, no dia 28.08.2015, junto ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

III – Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 27 de agosto de 2015.

ELOÍNA PORTES DOS SANTOS

Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente

DEIZE REGINA DOS SANTOS CRUZ

Presidente da Comissão de Escolha

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N.015/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº015/2015 de 25/08/2015.

O presidente desta Câmara de Vereadores, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 78, § 3º da Lei Complementar Nº008, de 23.12.99:

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS

Ao Servidor Dirceu Pereira de TRINTA DIAS COM ABONO PECUNIÁRIO DE DEZ DIAS, referente ao período aquisitivo de 2014 a 2015, ocupante do cargo de Agente Administrativo Parlamentar, sendo que serão gozados os vinte dias no período de 11 a 30 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e produzindo seus efeitos a partir do dia 11 (onze) de setembro de 2015.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 25 de agosto de 2015.

NIBAR DA SILVA

Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/PMCS/2015 (REGISTRO DE PREÇOS)

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/PMCS/2015 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços de água mineral, cargas de gás (GLP P-13 e P-45) e cascos, para aquisições futuras, no atendimento ao Município de Cocal do Sul, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 14h00min do dia 14/09/2015.

Abertura: Dia 14/09/2015, às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 26 de agosto de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 13/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 13/2015
DE 26 DE AGOSTO DE 2015.
Convoca Audiência Pública

O do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar Audiência Pública Municipal, em atendimento ao parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e demais disposições legais aplicáveis, para discussão com vistas à elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício de 2016.

Art. 2º A Audiência de que trata o art. 1º deste Edital será realizada no dia 11 de setembro de 2015, às 10h, no Centro Comunitário do Distrito de Presidente Kennedy, Concórdia, SC.

Art. 3º Para a Audiência Pública, ficam convocados os delegados e os membros do Conselho Municipal do Orçamento Participativo – COP, conforme previsto no art. 7º, X, do Regimento Interno do referido Conselho e convidados todos os cidadãos concordienses maiores de 16 (dezesesseis) anos.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2015-FMC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2015 - FMC

Objeto: Aquisição, fabricação e instalação de móveis sob medida, conforme layout/projeto Museográfico para as áreas expositivas do Museu Histórico Hermano Zanoni, localizado no Centro Cultural Concórdia, neste município, com recursos oriundos do convênio PRONAC/MINC 145465, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Lote

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 10/09/2015.

Início da Sessão: dia 10/09/2015, às 08h e 30min, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 26 de Agosto de 2015.
GILMAR LUIZ MONTICELLI
Diretor Superintendente FMC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2015 – PMC

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de peças para conserto de Veículo Oficial Captiva, Código Patrimonial PMC 350, placas MGI 3153, do gabinete do Prefeito, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 10/09/2015

Abertura: dia 10/09/2015 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 26 de Agosto de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 13/2015, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 13/2015, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.
Convoca Audiência Pública.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar Audiência Pública Municipal, em atendimento ao parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e demais disposições legais aplicáveis, para discussão com vistas à elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício de 2016.

Art. 2º A Audiência de que trata o art. 1º deste Edital será realizada no dia 11 de setembro de 2015, às 10h, no Centro Comunitário do Distrito de Presidente Kennedy, Concórdia, SC.

Art. 3º Para a Audiência Pública, ficam convocados os delegados e os membros do Conselho Municipal do Orçamento Participativo – COP, conforme previsto no art. 7º, X, do Regimento Interno do referido Conselho e convidados todos os cidadãos concordienses maiores de 16 (dezesesseis) anos.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 407/2015

DECRETO N. 407/2015 DE 24 DE AGOSTO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. .SUZANE EVELIN PROVENSI, ocupante do cargo de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 24 de agosto de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 408/2015

DECRETO N. 408/2015 DE 25 DE AGOSTO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. . ISABEL CRISTINA TOZZO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 25 de agosto de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 409/2015

DECRETO N. 409/2015 DE 25 DE AGOSTO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº

209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 04 (quatro) dias de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. MARLEI TERESINHA ADLER KELLER, ocupante do cargo de Gerente de Proteção Social , lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 25 de agosto de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 410/2015

DECRETO Nº 410/2015, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

“ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº 336/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o Decreto Nº 336/2015 no seguinte termo:

ONDE SE LÊ:

Art. 1º Conceder ao Sr. ANDRÉ LUIZ NASSINGER , ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura , 10 (dez) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 02/01/2014 a 01/01/2015, que serão gozadas a partir de 19/07/2015.

LEIA-SE:

Art. 1º Conceder ao Sr. ANDRÉ LUIZ NASSINGER , ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura , 10 (dez) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 02/01/2014 a 01/01/2015, que serão gozadas a partir de 19/08/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias não será paga, pois esta se deu no mês de julho de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 26 de agosto de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

DECRETO N. 411/2015

DECRETO Nº 411/2015, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. SILVANA MAGIONI FAVERO, ocupante do cargo de Técnica em Controle Interno, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 15 (quinze) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 01/03/2013 a 28/02/2014, que serão gozadas a partir do dia 08 de setembro de 2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de agosto de 2015.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 26 de agosto de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

SILVANA MAGIONI FAVERO Ciente em: ____/____/2015

DECRETO N. 412/2015

DECRETO Nº 412/2015 DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica demitida a pedido, a partir de 31/08/2015, a Sra. DAIANE PIZZATTO GABRIEL, na função de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 26 de Agosto de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 413/2015

DECRETO Nº 413/2015, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE ASSESSOR DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir do dia 26 de Agosto de 2015, a Sra. ERNA DOMBROVSKI, ocupante do cargo de Assessor de Secretaria, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 26 de Agosto de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

EXTRATO EDITAL PROCESSO 89/2015 - CONCORRÊNCIA 04/2015

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA tipo MENOR PREÇO, de acordo com a Lei 8.666/93, e normas estabelecidas no Edital. Processo Administrativo n. 89/2015.

Edital: Concorrência n. 04/2015.

Tipo: Menor preço.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para organização de festival da canção música sertaneja popular e raiz.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 30/09/2015.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 30/09/2015.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou pelo site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta SC, 25 de agosto de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal**EXTRATO EDITAL PROCESSO 90/2015 - CONCORRÊNCIA 05/2015**

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA tipo MAIOR LANCE OU OFERTA, de acordo com a Lei 8.666/93, e normas estabelecidas no Edital.

Processo Administrativo n. 90/2015.

Edital: Concorrência n. 005/2015.

Tipo: Maior lance ou oferta.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para exploração da copa e cozinha quando da realização do festival da canção - música sertaneja popular e raiz. Entrega dos Envelopes: até às 14:00 horas do dia 30/09/2015.

Abertura dos Envelopes: 14:30 horas do dia 30/09/2015.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou pelo site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta SC, 25 de agosto de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

LEI N. 1165/2015

LEI Nº 1165/2015

“APROVA O DESMEMBRAMENTO EM DUAS UNIDADES DO IMÓVEL MATRICULADO NO CRI SOB O N. 109.250, COM ÁREA DE 20.534,06M², LOCALIZADO NA FAZENDA CAMPINA DO GREGÓRIO, NESTE MUNICÍPIO, NA FORMA QUE INDICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Desmembramento do imóvel rural, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Chapecó sob o n. 109.250, situado na Fazenda Campina do Gregório, Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, com área de 20.534,06m², em duas novas áreas, conforme indica o Art.2º.

§ 1º O imóvel referido no caput deste artigo possui os seguintes limites e confrontações: Ao Norte, medindo 87,44 metros pelo eixo da estrada de acesso existente, com área remanescente de propriedade de Rosa Sartori Tizziani; ao Sul, medindo 135,22 metros com propriedade de Tiago Tizziani e Diogo Tizziani; ao Leste, medindo 220,99 metros com propriedade de Recuperadora de Peças Veículos Chapecó Ltda; e ao Oeste, medindo 166,35 metros com propriedade da empresa Metalúrgica Sul Brasil Ltda.

§ 2º A propriedade do imóvel indicado no parágrafo anterior é titularizada pela Sra. ROSA SARTORI TIZZIANI.

Art. 2º As áreas desmembradas passam a possuir seguintes características:

§ 1º - ÁREA 01: 10.116,00m². AO NORTE: medindo 43,72 pelo eixo da estrada de acesso existente, e após com propriedade de Rosa Sartori Tizziani; AO SUL: medindo 72,84 metros com propriedade de Tiago Tizziani e Diogo Tizziani; AO LESTE: medindo 194,70 metros com a área de terras nº02, de propriedade de Rosa Sartori Tizziani; AO OESTE: medindo 166,35 metros com propriedade de Metalúrgica Sul Brasil Ltda.

§ 2º - ÁREA 02: 10.418,06m². AO NORTE: medindo 43,72 pelo eixo da estrada de acesso existente, e após com propriedade de Rosa Sartori Tizziani; AO SUL: medindo 62,38 metros com propriedade de Tiago Tizziani e Diogo Tizziani; AO LESTE: medindo 220,99 metros com propriedade de Recuperadora de Peças Veículos Chapecó Ltda; AO OESTE: medindo 194,70 metros com a área de terras nº 01, propriedade de Rosa Sartori Tizziani.

Art. 3º A proprietária do Imóvel apresentará à Prefeitura Municipal a certidão de inteiro teor da matrícula relativa ao desmembramento

ora aprovado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 26 de agosto de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LEI N. 1166/2015

Lei Nº 1166/2015

“AUTORIZA UNIFICAÇÃO DE LOTES URBANOS DE PROPRIEDADE DE FAVARETTO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, LOCALIZADOS NO LOTEAMENTO MIRANTE DO TREVO, MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a unificação dos lotes urbanos nº 07 e 08 da quadra nº 51, registrados no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó sob as matrículas nº 92.825 e 92.826, respectivamente, do Loteamento Mirante do Trevo, situados no município de Cordilheira Alta, SC, de propriedade de Favaretto Construtora e Incorporadora Ltda, sendo a situação individual a que segue:

I - Lote nº 07 da quadra nº 51, com área de 250,00m² confrontando:

Ao Nordeste: em 12,50 metros com a Rua Francisco Correa Figueiró;

Ao Sudoeste: em 12,50 metros com terras de Alziro Boff;

Ao Sudeste: em 20,00 metros com o Lote nº 08;

Ao Noroeste: em 20,00 metros com o Lote nº 06;

II - Lote nº 08 da quadra nº 51, com área de 250,00m² confrontando:

Ao Nordeste: em 12,50 metros com a Rua Francisco Correa Figueiró;

Ao Sudoeste: em 12,50 metros com terras de Alziro Boff;

Ao Sudeste: em 20,00 metros com o Lote nº 09;

Ao Noroeste: em 20,00 metros com o Lote nº 07;

Art. 2º Após a unificação a situação do lote será a que segue:

I - Lote nº 07 da quadra nº 51, com área de 500,00m² confrontando:

Ao Noroeste: em 25,00 metros com a Rua Francisco Correa Figueiró;

Ao Sudoeste: em 25,00 metros com terras de Alziro Boff;

Ao Sudeste: em 20,00 metros com o Lote nº 09;

Ao Noroeste: em 20,00 metros com o Lote nº 06;

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 26 de agosto de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LEI N. 1167/2015

LEI Nº 1167/2015

"APROVA O DESMEMBRAMENTO EM TRÊS UNIDADES DO IMÓVEL MATRICULADO NO CRI SOB O N. 71.923, COM ÁREA DE 194.522,78m², LOCALIZADO NA LINHA DIVISA, NESTE MUNICÍPIO, E POSTERIOR UNIFICAÇÃO DE ÁREA NO IMÓVEL MATRICULADO NO CRI SOB O N. 73.793, NA FORMA QUE INDICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Desmembramento do imóvel rural, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Chapecó sob o n. 71.923, situado na Linha Divisa, Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, com área de 194.522,78m², em três novas áreas, conforme indica o Art.2º.

§ 1º O imóvel referido no caput deste artigo possui os seguintes limites e confrontações: AO NORTE: com parte de uma sanga sem denominação, medindo 696,41 metros com propriedades de Ludovico J. Tozzo e Cia Ltda, medindo 95,31 metros e medindo 83,49 metros com propriedade de Madercal Indústria e Comércio de Madeiras Ltda; AO SUL: medindo 981,51 metros com propriedades de Henrique Giacomini e com propriedade de Aldo Ranzan, medindo 30,02 metros e medindo 155,33 metros com propriedade de Madercal Indústria e Comércio de Madeiras Ltda; AO LESTE: medindo 262,26 metros com o eixo da BR-282, medindo 43,86 metros e medindo 103,29 metros com propriedade de Madercal Indústria e Comércio de Madeiras Ltda; AO OESTE: medindo 193,01 metros com propriedade de José Gabriel e medindo 121,00 metros com propriedade de Madercal Indústria e Comércio de Madeiras Ltda; Reserva Legal: Consta nesta gleba a área de Reserva Legal, com 43.745,21m², conforme AV-1-71.923, correspondente aos 20% do imóvel objeto da presente matrícula R-2-71.923 e servindo de compensação para a área da matrícula nº 73.793.

§ 2º A propriedade do imóvel indicado no parágrafo anterior é titularizada pelos Srs. DIMER MARCONI e LUIZA EDELVINA ZANLUCHI MARCONI.

Art. 2º As áreas desmembradas passam a possuir seguintes características:

§ 1º - Parte de Área de Terras Rural, com 172.960,97m², propriedade de Dimer Marconi, localizada na Linha Divisa, município de Cordilheira Alta-SC, parte da matrícula nº R-2-71.923 no Ofício de Registro de Imóveis de Chapecó-SC, com as seguintes confrontações: AO NORTE: com parte de uma sanga sem denominação, medindo 696,41 metros com propriedades de Ludovico J. Tozzo e Cia Ltda, medindo 95,31 metros e medindo 83,49 metros com propriedade de Madercal Indústria e Comércio de Madeiras Ltda; AO SUL: medindo 710,52 metros e medindo 36,50 metros com propriedades de Henrique Giacomini e Aldo Ranzan, medindo 155,33 metros, com propriedade de Madercal Indústria e Comércio de Madeiras Ltda, medindo 33,68 metros, medindo 60,00 metros e medindo 85,89 metros com áreas a desmembrar de propriedade de Dimer Marconi; AO LESTE: medindo 262,26 metros, com o eixo da BR-282, medindo 103,29 metros com propriedade de Madercal Indústria e Comércio de Madeiras Ltda, medindo 60,26 metros e medindo 103,50 metros com áreas a desmembrar de propriedade de Dimer Marconi; AO OESTE: medindo 193,01 metros com propriedade de José Gabriel, medindo 121,00 metros, com propriedade de Madercal Indústria e Comércio de Madeiras Ltda, medindo 110,74 metros e medindo 29,51 metros com áreas a desmembrar de propriedade de Dimer Marconi.

§ 2º - Área de Terras Rural, com 24.203,25m², propriedade de

Madercal Indústria e Comércio de Madeiras Ltda, localizada na Linha Divisa, município de Cordilheira Alta-SC, matriculada sob o nº 73.793 no Ofício de Registro de Imóveis de Chapecó-SC, com as seguintes confrontações: AO NORTE: medindo 30,02 metros e 155,33 metros com propriedades de Dimer Marconi; AO SUL: medindo 95,31 metros e 83,49 metros com propriedade de Dimer Marconi; AO LESTE: medindo 121,00 metros com propriedade de Dimer Marconi; AO OESTE: medindo 43,86 metros e 103,29 metros com propriedade de Dimer Marconi.

§ 3º - Parte de Área de Terras Rural, com 1.561,81m², propriedade de Dimer Marconi, localizada na Linha Divisa, município de Cordilheira Alta-SC, parte da matrícula nº R-2-71.923 do Ofício de Registro de Imóveis de Chapecó-SC, com as seguintes confrontações: AO NORTE: medindo 33,68 metros com propriedade de Dimer Marconi; AO SUL: medindo 30,02 metros com propriedade de Madercal Indústria e Comércio de Madeiras Ltda; AO LESTE: medindo 43,86 metros com propriedade de Madercal Indústria e Comércio de Madeiras Ltda; AO OESTE: medindo 60,26 metros com propriedade de Dimer Marconi.

Art. 3º Os proprietários do Imóvel apresentarão à Prefeitura Municipal a certidão de inteiro teor da matrícula relativa ao desmembramento ora aprovado.

Art. 4º Fica autorizada a unificação da área com 1.561,81m² - prevista no § 3º do artigo 2º desta lei - com o lote rural matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca Chapecó sob o nº 73.793, com área de 24.203,25m², de propriedade de Madercal Indústria e Comércio de Madeiras Ltda, localizado na Linha Divisa, município de Cordilheira Alta-SC, com as seguintes confrontações: AO NORTE: medindo 30,02 metros e 155,33 metros com propriedade de Dimer Marconi; AO SUL: medindo 95,31 metros e 83,49 metros com propriedade de Dimer Marconi; AO LESTE: medindo 121,00 metros com propriedade de Dimer Marconi; AO OESTE: medindo 43,86 metros e 103,29 metros com propriedade de Dimer Marconi. Reserva Legal/Compensação: A área de Reserva Legal, correspondente aos 20% do imóvel objeto da presente matrícula está averbado na forma de compensação sobre o imóvel matriculado sob o nº 71.923, conforme AV-1-71.923.

Art. 5º Após a unificação a situação do lote será a que segue: Área de Terra Rural, com 25.765,06m², de propriedade de Madercal Indústria e Comércio de Madeiras Ltda, localizada na Linha Divisa, município de Cordilheira Alta-SC, matriculada sob o nº 73.793 no Ofício de Registro de Imóveis de Chapecó-SC, com as seguintes confrontações: AO NORTE: medindo 189,01 metros com propriedades de Dimer Marconi; AO SUL: medindo 95,31 metros e 83,49 metros com propriedade de Dimer Marconi; AO LESTE: medindo 121,00 metros com propriedade de Dimer Marconi; AO OESTE: medindo 163,55 metros com propriedade de Dimer Marconi. Reserva Legal/Compensação: A área de Reserva Legal, correspondente aos 20% do imóvel objeto da presente matrícula permanecerá averbada na forma de compensação sobre o imóvel matriculado sob o nº 71.923, conforme AV-1-71.923.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 26 de agosto de 2015.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Coronel Freitas

PREFEITURA

ATA DE CANCELAMENTO DO PREGÃO Nº 37/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

=====

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015

ATA DE CANCELAMENTO AO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015 DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS. Aos vinte e seis dias do mês de agosto de Dois Mil e Quinze, as 15h30min, na sala de reuniões da prefeitura Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Avenida Santa Catarina 1022, Centro, reuniram-se o pregoeiro e Equipe de Apoio, para efetuar a análise do cancelamento do edital do referido processo licitatório, tendo em vista a solicitação encaminhada pela secretaria municipal de ADM E Finanças ao departamento de compras. Fica, portanto cancelado o presente processo licitatório, sendo publicado no site da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial dos Municípios. Nada mais havendo a tratar a encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que após lida será assinada pelos membros da Comissão de Licitação.

Coronel Freitas (SC), 26 de agosto de 2015

FLAVIA ROLIM DE MOURA	CASIANE F. CARVALHO
PREGOEIRA	MEMBRO

PAULO C. STRADA	JUCILAINE BORTOLOSSO
MEMBRO	MEMBRO

LUIS CARLOS OSS
MEMBRO

DECRETO N. 7.191

DECRETO N. 7.191, 16 de junho de 2015.
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2014 NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.074/2015.
DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação
Função: 12 - Educação
Sub-função: 368 – Educação Básica
Programa: 008 – Creches – Auxiliando as Famílias
Ação: 2.027 – Manutenção das Creches
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0062 – Outros recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. R\$ 800,00.
Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que

trata o artigo anterior são provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação
Função: 12 - Educação
Sub-função: 365 – Educação
Programa: 005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo
Ação: 2.019 – Manutenção da Educação Infantil
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0062 - Outros recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. R\$ 800,00.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício de 2014, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 19.838,17 (dezenove mil, oitocentos e trinta e oito reais e dezessete centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação
Função: 12 - Educação
Sub-função: 368 – Educação Básica
Programa: 008 – Creches – Auxiliando as Famílias
Ação: 2.027 – Manutenção das Creches
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0062 – Outros recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE R\$ 19.838,17.
Art. 4º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, conforme decreto nº. 7.060/2015.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 16 de junho de 2015.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.192

DECRETO Nº. 7.192, 16 de junho de 2015.
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CREDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N.2.075/2015.
DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir credito adicional especial suplementar no orçamento do

município, no valor de R\$ 144.826,91 (cento e quarenta e quatro mil, oitocentos e vinte e seis mil e noventa e um centavos) conforme a seguir discriminado:

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras
Função: 26- Transporte
Sub-função: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 0004 – Melhoria de pontes, pontilhões e bueiros
Ação: 1.008- Recuperação de bueiros e pontes
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0024 – Transferência de Convênios R\$ 144.826,91.

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes do excesso de arrecadação na fonte 01.0024 - Transferência de Convênios conforme processo 59050.001033/2014-38 Ministério da Integração Nacional.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 16 de junho de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.193

DECRETO Nº. 7.193, 19 de junho de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 63/2015, pregão presencial, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 63/2015 - Pregão Presencial Nº. 28/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Epura Brinquedos comércio Ltda - Me, com os itens 22, 62, 66, 68 no valor de R\$ 659,50 (seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos); kalbrink- Materiais e Equipamentos Educativos Ltda, com os itens 29, 48, 73, 75, 79, 82 a 85 no valor de R\$ 4.510,50 (quatro mil e quinhentos e dez reais e cinquenta centavos); Klein livros E Jogos Educativos LTDA, com os itens 2, 5, 23 a 27, 35, 51, 52, 57, 72, no valor de R\$ 4.762,00 (quatro mil e setecentos e sessenta e dois reais); MB Catarinense Ltda – ME, com os itens 7 a 11, 13, 15 a 20, 40, 43, 47, 65, 70 no valor de R\$ 3.917,90 (três mil e novecentos e dezessete reais e noventa centavos); Rejane Comércio De Produtos Pedagógicos Ltda, com os itens 1, 3, 6, 12, 28, 30, 36, 38, 39, 41, 42, 44, 49, 53 a 56, 58 a 61, 63, 64, 67, 69, 71, 81 no valor de R\$ 5.091,52 (cinco mil e noventa e um reais e cinquenta e dois centavos); Telecopy Equipamentos LTDA, com os itens 4, 31 a 34, 37, 45, 46, 50, 74, 76 a 78, 80, 86, 87 no valor de R\$ 7.510,80 (sete mil e quinhentos e dez reais e oitenta centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de junho de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N. 7.194

DECRETO Nº. 7.194, 22 de junho de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 64/2015, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 64/2015 - Pregão Presencial Nº. 29/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Chapecó Comércio de Peças e Máquinas Ltda, no valor de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de junho de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N. 7.195

DECRETO Nº. 7.195, 23 de junho de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 65/2015, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 65/2015 - Pregão Presencial Nº. 30/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Pública Gestão de Convênios Ltda-ME, no valor de R\$ 27.498,00 (vinte e sete mil, quatrocentos e noventa e oito reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de junho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N. 7.196

DECRETO Nº. 7.196, 23 de junho de 2015.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2014 NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.069/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício de 2014, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Unidade: 04.05 - Departamento de Educação
Função: 12 - Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 05 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola
Ação: 2.020 – Manutenção do Ensino Fundamental
Elemento: 3.1.90.0000000000.03.000001 - Superávit Exercício Anterior - R\$ 150.000,00.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de junho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.197

DECRETO Nº. 7.197, 26 de junho de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 09/2015 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 09/2015 - Pregão Presencial Nº. 08/2015 - FMS, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Althis Comércio de Medicamentos e Materiais Médico, com o item 112, no valor de R\$ 794,10 (setecentos e noventa e quatro reais e dez centavos); Amarildo Basseggio & Cia Ltda, com os itens 14, 27, 46, 52, 58, 59, 60, 81, 83, 93, 94, 105, no valor de R\$ 3.532,70 (três mil, quinhentos e trinta e dois reais e setenta centavos); Casa Cirúrgica Chapecó Ltda, com os itens 38, 39, 98, 107, no valor de R\$ 721,05 (setecentos e vinte e um reais e cinco centavos); Dental Oeste Ltda-ME, com os itens 6, 26, 32, 34, 76, 82, 87, 95, 97, 100, 101, no valor de R\$ 2.326,35 (dois mil, trezentos e vinte e seis reais e trinta e cinco centavos); Litoral Comércio de Produtos Médicos Eireli – ME, com os itens 2 a 5, 18, 19, 21, 31, 42, 44, 45, 47, 48, 54 a 57, 67, 68, 84, 85, 90, 102 a 104, no valor de R\$ 55.581,50 (cinquenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos); Maxi Distribuidora de Produtos Hospitalares Ltda, com os itens 13, 30, 33, 35, 43, 71, 72, 74, 75, 80, no valor de R\$ 6.670,40 (seis mil, seiscentos e setenta reais e quarenta centavos); Odontoeste Ltda ME, com os itens 1, 7, 15, 17, 20, 22 a 25, 36, 37, 40, 41, 49 a 51,63, 65, 66, 69, 70, 73, 77 a 79, 88, 89, 91, 92, 96, 99, 108, 110, no valor de R\$ 21.329,95 (vinte e um mil, trezentos e vinte e nove reais e noventa e cinco centavos); Odontomedi – Produtos Odontológicos e Hospitalares, com os itens 8 a 12, 28, 29, 53, 62, 86, 106, 109, 111, no valor de R\$ 3.562, 05 (três mil, quinhentos e sessenta e dois reais e cinco centavos); Vanusa Dias Eireli – EPP, com os itens 16, 61, 64, no valor de R\$ 742,10 (setecentos e quarenta e dois reais e vinte centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de junho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N. 7.198

DECRETO Nº. 7.198, 29 de junho de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 10/2015 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 10/2015 - Pregão Presencial Nº. 09/2015 - FMS, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Casa Cirúrgica Chpaeó Ltda, com os itens 4, 51, 76, 77, 90, 97, 99, 135, 139, no valor de R\$ 2.653,23 (dois mil, seiscentos e cinquenta e três reais e vinte e três centavos); Dental Oeste Ltda ME, com os

itens 7, 56, 86, 92, 93, 104, 120 a 127, no valor de R\$ 5.149,59 (cinco mil, cento e quarenta e nove reais e cinqüenta e nove centavos); Dentax Comércio de Produtos Odontológicos Ltda-ME, com os itens 1, 5, 15, 16, 32, 35, 36, 44, 45, 47, 48, 50, 52, 55, 73, 80, 83, 84, 105, 113, 116, 128, 130, no valor de R\$ 4.729,16 (quatro mil, setecentos e vinte e nove reais e dezesseis centavos); Fusão comércio de Produtos Odontológicos Ltda-ME, com os itens 119, 142, no valor de R\$ 263,26 (duzentos e sessenta e três reais e vinte e seis centavos); Odontoeste Ltda-ME, com os itens 11, 67, 68, 96, no valor de R\$ 6.129,10 (seis mil, cento e vinte e nove reais e dez centavos); Odontomédi – Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda, com os itens 2, 3, 13, 18, 23, 25, 27, 29, 31, 39, 42, 43, 46, 49, 53, 54, 57 a 62, 70, 107, 115, 133, no valor de R\$ 6.237,67 (seis mil, duzentos e trinta e sete reais e sessenta e sete centavos); Odontosul – Ltda - EPP, com os itens 8 a 10, 12, 19 a 22, 72, 89, 91, 94, 114, 118, 134, 137, 143, no valor de R\$ 5.478,10 (cinco mil, quatrocentos e setenta e oito reais e dez centavos); Possatto & Marcello Ltda-ME, com os itens , 06, 14, 17, 24, 26, 28, 30, 33, 34, 37, 38, 40, 41, 64 a 66, 69, 71, 74, 75, 78, 79, 81, 82, 85, 98, 100 a 103, 106, 108 a 112, 117, 129, 131, 132, 138, 140, no valor de R\$ 5.317,42 (cinco mil, trezentos e dezessete reais e quarenta e dois centavos); Vanusa Dias Eireli – EPP, com os itens 87, 88, 95, 136, 141, no valor de R\$ 5.961,33 (cinco mil, novecentos e sessenta e um reais e trinta e três centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de junho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N. 7.199

DECRETO Nº. 7.197, 26 de junho de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 09/2015 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 09/2015 - Pregão Presencial Nº. 08/2015 - FMS, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Althis Comércio de Medicamentos e Materiais Médico, com o item 112, no valor de R\$ 794,10 (setecentos e noventa e quatro reais e dez centavos); Amarildo Basseggio & Cia Ltda, com os itens 14, 27, 46, 52, 58, 59, 60, 81, 83, 93, 94, 105, no valor de R\$ 3.532,70 (três mil, quinhentos e trinta e dois reais e setenta centavos); Casa Cirúrgica Chapecó Ltda, com os itens 38, 39, 98, 107, no valor de R\$ 721,05 (setecentos e vinte e um reais e cinco centavos); Dental Oeste Ltda-ME, com os itens 6, 26, 32, 34, 76, 82, 87, 95, 97, 100, 101, no valor de R\$ 2.326,35 (dois mil, trezentos e vinte e seis reais e trinta e cinco centavos); LitoralM Comércio de Produtos Médicos Eireli – ME, com os itens 2 a 5, 18, 19, 21, 31, 42, 44, 45, 47, 48, 54 a 57, 67, 68, 84, 85, 90, 102 a 104, no valor de R\$ 55.581,50 (cinquenta

e cinco mil, quinhentos e oitenta e um reais e cinqüenta centavos); Maxi Distribuidora de Produtos Hospitalares Ltda, com os itens 13, 30, 33, 35, 43, 71, 72, 74, 75, 80, no valor de R\$ 6.670,40 (seis mil, seiscentos e setenta reais e quarenta centavos); Odontoeste Ltda ME, com os itens 1, 7, 15, 17, 20, 22 a 25, 36, 37, 40, 41, 49 a 51,63, 65, 66, 69, 70, 73, 77 a 79, 88, 89, 91, 92, 96, 99, 108, 110, no valor de R\$ 21.329,95 (vinte e um mil, trezentos e vinte e nove reais e noventa e cinco centavos); Odontomedi – Produtos Odontológicos e Hospitalares, com os itens 8 a 12, 28, 29, 53, 62, 86, 106, 109, 111, no valor de R\$ 3.562, 05 (três mil, quinhentos e sessenta e dois reais e cinco centavos); Vanusa Dias Eireli – EPP, com os itens 16, 61, 64, no valor de R\$ 742,10 (setecentos e quarenta e dois reais e vinte centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de junho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N. 7.200

DECRETO Nº. 7.200, 02 de julho de 2015.

NOMEIA OS INTEGRANTES DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO – JARI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. A junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI, será composta pelos integrantes a seguir especificado, com a representatividade nos termos previstos no Art. 9º da Lei Municipal Nº 2.001/2014, com duração de no máximo 2 (dois) anos.

I – 1 (um) Integrante com Conhecimento na Área de Trânsito com no mínimo nível médio de escolaridade:

Marcos Antonio Schilke – titular – Representante da Polícia Militar.
Rodinei Longhinotti – suplente - Representante da Polícia Militar.

II – 1 (um) Representante Servidor do Órgão que Impõe a Penalidade:

Eclemar Meneghini – titular - Representante da Polícia Civil.
Daniela Pagani – suplente - Representante da Polícia Civil.

III – 1 (um) Representante de Entidade Representativa da Sociedade Ligada a área:

Nilvo José Bagio – titular – Representante da Associação Comercial - AECF.
José Alves de Souza – suplente – Representante do LIONS CLUB.

Art. 2º. A participação dos integrantes do JARI é considerado de relevante interesse.

Art. 3º. Os integrantes do JARI prestarão seus serviços gratuitamente.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N. 6.993/2014.

Gabinete do Prefeito, 02 de julho de 2015.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.201

DECRETO Nº. 7.201, 02 de julho de 2015.
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 67/2015, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 67/2015 - Pregão Presencial Nº. 32/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Agencia de Publicidade Diferença Ltda, com o item 2, no valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais); Diário SB Comunicação Ltda - ME, com o item 1, no valor de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais); Revista de Chapecó Ltda - ME, com o item 4, no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais); Roberto Lorenzson - ME, com o item 3, no valor de R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de julho de 2015.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N. 7.202

DECRETO Nº. 7.202, 10 de julho de 2015.
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 68/2015, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 68/2015 – Tomada de Preços Nº. 12/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Construtora

Deca Ltda, no valor de R\$ 135.924,99 (cento e trinta e cinco mil, novecentos e vinte e quatro reais e noventa e nove centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de julho de 2015.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N. 7.203

Decreto Nº. 7.203, 10 de julho de 2015.
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.082/2015.
DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento do fundo municipal de saúde, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde
Função: 10- Saúde
Sub-função: 122- Administração Geral
Programa: 0019 – Saúde para Todos
Ação: 2.091- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0002 – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos – R\$ 200.000,00.

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes do Supêravit do exercício anterior conforme decreto nº. 7.060/2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 10 de julho de 2015.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.204

DECRETO Nº 7.204, 14 de julho de 2015.

Declara situação anormal, caracterizada como Situação de calamidade Pública a área do Município afetada por Enxurradas – COBRADE 1.2.2.0.0, Conforme IN 01/2012 – MI, de 24 de agosto de 2012.

O Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições legais conferidas pelo artigo 60 da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7 do Decreto Federal no 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº. 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº. 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de Abril de 2012.

Considerando que:

- em decorrência de chuvas intensas ocorrida do dia 14 de julho de 2015, com enchentes e alagamentos, atingindo todo o município – COBRADE 1.2.2.0.0 – ENXURRADA;

- 30 residências totalmente destruídas;
- 28 salas comerciais totalmente destruídas;
- 270 residências alagadas;
- 2.500 residências sem água potável e energia elétrica;
- várias localidades do interior do município atingidas;
- 01 morte.

- como conseqüências deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e o despreparo da defesa Civil local, frente ao Desastre;

DECRETA

Art. 1º. Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Calamidade Pública, classificado e codificado como Enxurradas – COBRADE 1.2.2.0.0, conforme IN 01/2012-MI, de 24 de Agosto de 2012.

Parágrafo único - Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º. Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º. Autoriza-se os trabalhos voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único - Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 180 (Cento e Oitenta) dias.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de julho de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.205

DECRETO Nº. 7.205, 17 de julho de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 71/2015, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 71/2015 – Pregão Presencial Nº. 34/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Instituto Excelencia Ltda, no valor de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de julho de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N. 7.206

DECRETO Nº. 7.206, 20 de julho de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 75/2015, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 75/2015 – Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº. 19/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Claudio Bonissoni, no valor de R\$ 7.912,00 (sete mil e novecentos e doze reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de julho de 2015.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N. 7.207

DECRETO Nº. 7.207, 20 de julho de 2015.
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 76/2015, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 76/2015 – Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº. 20/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Cooperativa Regional Dos Agricultores familiares, no valor de R\$ 29.205,00 (vinte e nove mil e duzentos e cinco reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de julho de 2015.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N. 7.208

DECRETO Nº. 7.208, 20 de julho de 2015.
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 77/2015, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 77/2015 – Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº. 21/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Cooperativa De Produção Agroindustrial Familiar De Quilombo - COPERAQUI, no valor de R\$ 23.955,00 (vinte e três mil e novecentos e

cinquenta e cinco reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de julho de 2015.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N. 7.209

DECRETO Nº. 7.209, 20 de julho de 2015.
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 78/2015, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 78/2015 – Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº. 22/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Pingo Equipamentos De Segurança LTDA, no valor de R\$ 3.993,25 (três mil e novecentos e noventa e três reais e vinte e cinco centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de julho de 2015.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N. 7.210

DECRETO Nº. 7.210, 20 de julho de 2015.
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 79/2015, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 79/2015 – Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº. 23/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Chapecó Industria E Comercio De Fibras LTDA , no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de julho de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N. 7.211

DECRETO Nº. 7.211, 20 de julho de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 11/2015 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 11/2015 - Pregão Presencial Nº. 10/2015 - FMS, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Althis Comercio De Medicamentos E Materiais Medico Hospitalares LTDA - ME, com o item 1, no valor de R\$ 60.00,00 (sessenta mil reais); Angeomed Comercio De Produtos Medico Hospitalar Ltda, com os itens 3 e 9, no valor de R\$ 4.283,00 (quatro mil e duzentos e oitenta e três reais); Centermedi Comercio De Produtos Hospitalares Ltda, com os itens 2, 5 e 7 no valor de R\$ 7.364,00 (sete mil e trezentos e sessenta e quatro reais); Dalmed Distribuidora De Medicamentos Ltda, com o item 4, no valor de R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais); Mauro Marciano Comércio De Medicamentos Ltda, com o item 6, no valor de R\$ 1.880,00 (um mil e oitocentos e oitenta reais); S & R Distribuidora Ltda, com o item 8, no valor de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais);

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de julho de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N. 7.212

DECRETO Nº 7.212, de 20 de julho de 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL EXTRAORDINÁRIO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com o art.167 da Constituição Federal, art. 41, 43, 44 e 45 da Lei 4.320/1964.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional extraordinário no limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no orçamento vigente, na seguinte classificação:

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transporte, obras e serviços Urbanos

Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15- Urbanismo

Sub - função: 451– Infra - Estrutura Urbana

Programa: 0018 – Serviço de Utilidade Pública

Ação: 2.050- Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Próprios R\$ 100.000,00.

Art. 2º. O crédito aberto visa atender as despesas imprevíveis e urgentes decorrentes do Decreto nº 7.204 de 14 de julho de 2015, que Declara situação anormal caracterizada como situação de calamidade pública na área do Município afetada por enxurrada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 20 de julho de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.213

DECRETO Nº. 7.213, 20 de julho de 2015.

NOMEIA O CONSELHO DIRETOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA - FMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em conformidade com ao Art. 4º da Lei Nº. 946/97;

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado o Conselho Diretor do Fundo Municipal de Assistência – FMA, para atuar a partir de 31 de Julho de 2015 até 31 de julho de 2017 com a composição a seguir:

I - Representantes do Poder Executivo:

Lediane Martarello Giachini

Rafael Dal Cortivo.

II - Representantes dos Servidores:

Emanuela Cristina Grando

Cleomar Pagnussat

Olir Malfati.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 6.687/14, de 29 de Janeiro de 2014.

Gabinete do Prefeito, 20 de Julho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.214

DECRETO Nº 7.214, de 20 de julho de 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL EXTRAORDINÁRIO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com o art.167 da Constituição Federal, art. 41, 43, 44 e 45 da Lei 4.320/1964.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional extraordinário no limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no orçamento vigente, na seguinte classificação:

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 10.01 – Departamento de Assistência Social
Função: 08- Assistência Social
Sub - função: 244– Assistência Comunitária
Programa: 23 – Proteção Social Básica
Ação: 2.105- Manutenção da Assistência Social
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Próprios R\$ 20.000,00.

Art. 2º. O crédito aberto visa atender as despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes do Decreto nº 7.204 de 14 de julho de 2015, que Declara situação anormal caracterizada como situação de calamidade pública na área do Município afetada por enxurrada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 20 de julho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.215

DECRETO Nº 7.215, de 20 de julho de 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL EXTRAORDINÁRIO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com o art.167 da Constituição Federal, art. 41, 43, 44 e 45 da Lei 4.320/1964.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional extraordinário no limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no orçamento vigente, na seguinte classificação:

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e serviços Urbanos
Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras
Função: 26- Transporte
Sub - função: 126– Administração Geral
Programa: 13 – Estradas Vicinais
Ação: 2.044- Manutenção, abertura e conservação de estradas vicinais
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Próprios R\$ 50.000,00.

Art. 2º. O crédito aberto visa atender as despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes do Decreto nº 7.204 de 14 de julho de 2015, que Declara situação anormal caracterizada como situação de calamidade pública na área do Município afetada por enxurrada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 20 de julho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.216

DECRETO Nº. 7.216, 20 de julho de 2015.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.046/2014.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Unidade: 04.04 – Departamento de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 0005 – Todas as Crianças e adolescentes na escola
Ação: 2.020 – Manutenção do Ensino Fundamental

Elemento: 3.1.90.0000000000.03.0001 – Superávit Exercício Anterior -R\$ 150.000,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, conforme decreto nº. 7.060/2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de julho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N. 7.217

DECRETO Nº 7.217, 21 de julho de 2015.

Dispõe sobre a suspensão da Expedição de alvará/Autorização de Construção E Edificação Em Áreas De APP.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e;

Considerando a situação anormal, caracterizada como Situação de calamidade Pública, conforme o decreto nº 7.204/15, em que fortes chuvas ocorridas no dia 14 de Julho de 2015 provocaram alagamentos, deslizamentos, destruição de residências e indústrias, dentre outros danos materiais. Considerando recomendação do Ministério Público do estado de Santa Catarina para adoção de medidas emergenciais:

DECRETA

Art. 1º. Ficam suspensos a expedição de qualquer alvará/autorização de construção/edificação em área de preservação permanente até a conclusão do plano de gestão elaborado a partir do diagnóstico sócio ambiental.

Art. 2º. O setor de fiscalização do município de Coronel Freitas, deverá intensificar as fiscalizações no sentido de coibir as construções/edificações em área de preservação permanente no período relacionado no artigo 1º.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de julho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.218

DECRETO Nº 7.218, 21 de julho de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 80/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 80/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 24/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Odivano Conte, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de julho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.219

DECRETO Nº 7.219, 22 de julho de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 81/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 81/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 25/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Green Seed Soluções Ambientais Ltda ME, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de julho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.220

DECRETO Nº. 7.220, 22 de julho de 2015.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.083/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado para abrir crédito adicional especial, suplementar verba por anulação de dotações no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 11.00 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Unidade: 11.01 – Departamento de Desenvolvimento Econômico

Função: 04 - Administração

Sub-função: 122 – Administração Geral

Programa: 31 – Incentivo a Indústria, Comércio e Prestação de Serviço

Ação: 1.072 – Implantação de Incubadora e Condomínios Empresariais

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0089 – Alienação de Bens Destinados a Outros Programas
R\$ 20.000,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Unidade: 11.01 – Departamento de Desenvolvimento Econômico

Função: 04 - Administração

Sub-função: 122 – Administração Geral

Programa: 31 – Incentivo a Indústria, Comércio e Prestação de Serviço

Ação: 1.072 – Implantação de Incubadora e Condomínios Empresariais

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0089 – Alienação de Bens Destinados a Outros Programas
R\$ 20.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de julho de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.221

DECRETO Nº. 7.221, 22 de julho de 2015.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.084/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar o orçamento do município, no valor de R\$ 65.103,00 (sessenta e cinco mil, cento e três reais) conforme a seguir discriminado:

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15- Urbanismo

Sub-função: 451 – Infra - estrutura Urbana

Programa: 15 – Urbanização da Cidade

Ação: 1.054- Infra-estrutura e urbanização (pavimentação com pedras irregulares)

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0024 – Transferência de Convênios R\$ 14.000,00

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15- Urbanismo

Sub-função: 451 – Infra - estrutura Urbana

Programa: 16 – Embelezamento da Cidade

Ação: 1.060- Revitalização da Av Santa Catarina

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0024 – Transferência de Convênios R\$ 10.000,00

Elemento: 4.4.90.0000000000.03.0000 – Transferência de Convênios R\$ 41.103,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes do excesso de arrecadação na fonte 01.0024- Transferência de Convênios e do Superávit do exercício anterior conforme Decreto N. 7.060/2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 22 de julho de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.222

DECRETO Nº. 7.222, 23 de julho de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 74/2015, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 74/2015 – Pregão Presencial Nº. 36/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Supera Uniformes Industria e Comércio Textil Ltda, no valor de R\$ 9.584,00 (nove mil, quinhentos e oitenta e quatro reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de julho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N. 7.223

DECRETO Nº. 7.223, 23 de julho de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 72/2015, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 72/2015 – Tomada de Preços Nº. 13/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Transportes São Marcos Ltda – ME, no valor de R\$ 9.618,00 (nove mil, seiscentos e dezoito reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de julho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N. 7.224

DECRETO Nº. 7.224, 23 de julho de 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL EXTRAORDINÁRIO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com o art.167 da Constituição Federal, art. 41, 43, 44 e 45 da Lei 4.320/1964.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional extraordinário no limite de R\$ 131.000,00 (cento e trinta e um mil reais) no orçamento vigente, na seguinte classificação:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Unidade: 04.05 – Departamento de Educação

Função: 12- Educação

Sub - função: 361– Ensino Fundamental

Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola

Ação: 1.011- Ampliação da rede física do Ensino Infantil e Fundamental

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0058 – Salário Educação R\$ 107.000,00

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Unidade: 04.05 – Departamento de Educação

Função: 12- Educação

Sub - função: 122– Administração Geral

Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola

Ação: 2.012- Manutenção do Administrativo da Educação

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0001 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - R\$ 24.000,00

Art. 2º. O crédito aberto visa atender as despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes do Decreto nº 7.204 de 14 de julho de 2015, que Declara situação anormal caracterizada como situação de calamidade pública na área do Município afetada por enxurrada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de julho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.225

DECRETO Nº. 7.225, 23 de julho de 2015.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA MOVIMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.046/2014.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar por anulação de dotação no orçamento vigente, no valor de R\$ 4.375,00 (quatro mil, trezentos e setenta e cinco reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação
Função: 12- Educação
Sub - função: 122– Administração Geral
Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola
Ação: 2.012- Manutenção do Administrativo da Educação
Do elemento: 4.4.90.0000000000.01.0001 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - R\$ 4.375,00.
Para elemento: 3.3.90.0000000000.01.0001 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - R\$ 4.375,00.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de julho de 2015.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N. 7.226

DECRETO Nº 7.226, 24 de julho de 2015.
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 82/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 82/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 26/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Broch Empreendimentos Ltda, no valor de R\$ 156.152,17 (cento e cinquenta e seis mil, cento e cinquenta e dois reais e dezessete centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de julho de 2015.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.227

DECRETO Nº. 7.227, 24 de julho de 2015.
REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL 1.972 de 12 DE DEZEMBRO DE 2013, NA EXECUÇÃO DO PROJETO MAIS MÉDICOS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

Considerando a necessidade de regulamentar a forma de fornecimento de moradia e alimentação.

DECRETA

Art. 1º. O Município de Coronel Freitas a partir do dia 26 de junho de 2015, fornecerá alimentação através de recurso pecuniário, conforme prevê o inciso I, do artigo 5º da Lei 1.972/2013 e moradia através de acomodação em hotel, conforme prevê o inciso III do artigo 1º da Lei 1.972/2013, ao médico Isvan Hernandez Lugo.

Art. 2º. Cabe a Secretaria Municipal de Saúde, entregar o relatório do serviço prestado pelo profissional mensalmente ao setor contábil.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o disposto no Decreto N. 6.997/2013.

Gabinete do Prefeito, 24 de julho de 2015.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.228

DECRETO Nº 7.228 de 24 de julho de 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL EXTRAORDINÁRIO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com o art.167 da Constituição Federal, art. 41, 43, 44 e 45 da Lei 4.320/1964.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional extraordinário no limite de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) no orçamento vigente, na seguinte classificação:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação
Função: 12- Educação
Sub - função: 365– Educação Infantil
Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola
Ação: 2.019- Manutenção da Educação Infantil
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0058 – Salário Educação R\$ 10.000,00
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0058 – Salário Educação R\$ 120.000,00

Art. 2º. O crédito aberto visa atender as despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes do Decreto nº 7.204 de 14 de julho de 2015, que Declara situação anormal caracterizada como situação de calamidade pública na área do Município afetada por enxurrada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 24 de julho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.229

DECRETO Nº 7.229, 24 de julho de 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL EXTRAORDINÁRIO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com o art.167 da Constituição Federal, art. 41, 43, 44 e 45 da Lei 4.320/1964.
DECRETA

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional extraordinário no limite de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) no orçamento vigente, na seguinte classificação:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação
Função: 12- Educação
Sub - função: 361– Ensino Fundamental
Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola
Ação: 2.007- Manutenção do Transporte Escolar
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0001 – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos –
R\$ 28.000,00

Art. 2º. O crédito aberto visa atender as despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes do Decreto nº 7.204 de 14 de julho de 2015, que Declara situação anormal caracterizada como situação de calamidade pública na área do Município afetada por enxurrada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 24 de julho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.230

DECRETO Nº 7.230, 28 de julho de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 83/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 83/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 27/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Odicris Comércio de Móveis Ltda, no valor de R\$ 72.170,00 (setenta e dois mil, cento e setenta reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de julho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.231

DECRETO Nº 7.231, 29 de julho de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 84/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 84/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 28/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Rudiger Multimarcas Ltda, no valor de R\$ 9.578,12 (nove mil, quinhentos e setenta e oito reais e doze centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de julho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.232

DECRETO Nº 7.232, 29 de julho de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 85/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 85/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 29/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Rudiger Multimarcas Ltda, no valor de R\$ 9.578,22 (nove mil, quinhentos e setenta e oito reais e vinte e dois centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de julho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.233

DECRETO Nº 7.233, 29 de julho de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 86/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 86/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 30/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Rudiger Multimarcas Ltda, no valor de R\$ 8.621,17 (oito mil, seiscentos e vinte e um reais e dezessete centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de julho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.234

DECRETO Nº. 7.234, 30 de julho de 2015.

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAR OS IMÓVEIS A SEREM DESAPROPRIADOS PELA MUNICIPALIDADE.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados os Senhores: Vilson Roque Tecchio, Jan-dir Covcewecz, Bernardo Ibagy Pacheco, Luis Carlos Oss, Vitorio Picoletto, Antonio Fernandes Barro, para procederem a avaliação financeira dos imóveis a serem desapropriados pela municipalidade.

Art. 2º. O exercício das funções previstas no art.1º, não implicará no pagamento de qualquer remuneração.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de julho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.235

DECRETO Nº. 7.235, 30 de julho de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 58/2015, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 58/2015 – Concorrência Nº. 05/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Construtora Oliveira Ltda, no valor de R\$ 5.754.429,55 (cinco milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e nove reais e cinquenta e cinco centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de julho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N. 7.236

DECRETO Nº 7.236, 30 de julho de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 88/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 88/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 32/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Green Seed Soluções Ambientais Ltda ME, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de julho de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.237

DECRETO Nº 7.237, 31 de julho de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 89/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 89/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 33/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Construtora Oliveira, no valor de R\$ 5.130,00 (cinco mil cento e trinta reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de julho de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.238

DECRETO Nº 7.238, 31 de julho de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 90/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 90/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 34/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Peretti Eletro-Móveis Ltda-ME, no valor de R\$ 1.077,70 (mil e setenta e sete reais e setenta centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de julho de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.239

DECRETO Nº 7.239, 31 de julho de 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL EXTRAORDINÁRIO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com o art.167 da Constituição Federal, art. 41, 43, 44 e 45 da Lei 4.320/1964.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional extraordinário no limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no orçamento vigente, na seguinte classificação:

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15- Urbanismo

Sub - função: 451– Infraestrutura Urbana

Programa: 0018 – Serviço de Utilidade Pública

Ação: 2.050- Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Art. 2º. O crédito aberto visa atender as despesas imprevíveis e urgentes decorrentes do Decreto nº 7.204 de 14 de julho de 2015, que Declara situação anormal caracterizada como situação de calamidade pública na área do Município afetada por enxurrada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de julho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.240

DECRETO Nº 7. 240, 31 de julho de 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL EXTRAORDINÁRIO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com o art.167 da Constituição Federal, art. 41, 43, 44 e 45 da Lei 4.320/1964.
DECRETA

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional extraordinário no limite de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) no orçamento vigente, na seguinte classificação:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação
Função: 12- Educação
Sub - função: 365– Educação Infantil
Programa: 0005 – Todas as crianças e adolescentes na escola
Ação: 2.019- Manutenção da Educação Infantil
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0001 –Receitas de Imposto e de Transferência de Impostos
R\$ 10.000,00
Elemento:4.4.90.0000000000.01.0058 –Salário Educação R\$ 22.000,00

Art. 2º. O crédito aberto visa atender as despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes do Decreto nº 7.204 de 14 de julho de 2015, que Declara situação anormal caracterizada como situação de calamidade pública na área do Município afetada por enxurrada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 31 de julho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.241

DECRETO Nº. 7.241, 03 de agosto de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 69/2015, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.
DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 69/2015 – Concorrência Nº. 07/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Construtora Oliveira Ltda, no valor de R\$ 729.785,32 (setecentos e vinte e nove mil, setecentos e oitenta e cinco reais e trinta e dois centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de agosto de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N. 7.242

DECRETO Nº. 7.242, 03 de agosto de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 73/2015, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 73/2015 – Pregão Presencial Nº. 35/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Global Net Comércio e Representações Ltda-ME, com os itens 1 a 3, 5 a 12, 17, 18, 20 a 30, 34 a 36, 46, no valor de R\$ 63.340,00 (sessenta e três mil, trezentos e quarenta reais); JP Equipamentos Ltda-ME, com os itens 31, 37 a 44, no valor de R\$ 2.136,60 (dois mil, cento e trinta e seis reais e sessenta centavos); Recajet Comércio de Cartuchos Informática Ltda ME, com os itens 4, 13 a 16, 19, 32, 33, 45, no valor de R\$ 22.621,00 (vinte e dois mil seiscentos e vinte e um reais); Telecopy Equipamentos Ltda, com o item 47, no valor de R\$ 43.802,50 (quarenta e três mil, oitocentos e dois reais e cinquenta centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de agosto de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N. 7.243

DECRETO Nº 7.243, 03 de agosto de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 91/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 91/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 35/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Global Net Comércio e Representações Ltda-ME, no valor de R\$ 14.100,00 (Quatorze mil e cem reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de agosto de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.244

DECRETO Nº 7.244, 03 de agosto de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 92/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 92/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 36/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Rolepeças e Rolamentos Ltda – ME, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de agosto de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.245

DECRETO Nº 7.246, 05 de agosto de 2015.

Dispõe sobre a convocação da X Conferência Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri Jose Zucco, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no município.

DECRETA

Art. 1º. Fica convocada a X Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 10 de agosto de 2015, no Centro de Formação da Paróquia São José de Coronel Freitas, tendo como tema central: "CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026".

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de agosto de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.246

DECRETO Nº 7.246, 05 de agosto de 2015.

Dispõe sobre a convocação da X Conferência Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri Jose Zucco, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no município.

DECRETA

Art. 1º. Fica convocada a X Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 10 de agosto de 2015, no Centro de Formação da Paróquia São José de Coronel Freitas, tendo como tema central: "CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026".

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de agosto de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.247

DECRETO Nº 7.247, 05 de agosto de 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL EXTRAORDINÁRIO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com o art.167 da Constituição Federal, art. 41, 43, 44 e 45 da Lei 4.320/1964.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional extraordinário no limite de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) no orçamento vigente, na seguinte classificação:

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde

Função: 10- Saúde

Sub - função: 122– Administração Geral

Programa: 0019 – Saúde para Todos

Ação: 2.091- Manutenção do Fundo Municipal De Saúde

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0002 –Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos da Saúde R\$ 36.000,00

Art. 2º. O crédito aberto visa atender as despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes do Decreto nº 7.204 de 14 de julho de 2015, que Declara situação anormal caracterizada como situação de calamidade pública na área do Município afetada por enxurrada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de agosto de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.248

DECRETO Nº 7.248, 05 de agosto de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 12/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O Oponente Vencedor e dá outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 12/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 02/2015 - FMS, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Carlos Eduardo Albuquerque Rauhen, no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de agosto de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.249

DECRETO Nº 7.249, 05 de agosto de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 94/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O Oponente Vencedor e dá outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 94/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 38/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Chapecó Comércio de Peças e Máquinas Ltda, no valor de R\$ 2.251,00 (dois mil, duzentos e cinquenta e um reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de agosto de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.250

DECRETO Nº. 7.250, 05 de agosto de 2015.

DISPÕE SOBRE LISTAGEM DE PESSOAS E EMPRESAS ATINGIDAS PELA ENXURRADA DO DIA 14/07/2015.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA

Art. 1º. Fica decretado para os devidos fins, que as pessoas e empresas atingidas pelas enxurradas do dia 14 de julho de 2015, foram as seguintes:

ABATEDOURO SÃO JORGE

ACLACIO PANISSON

ADAIR BUENO

ADALBERTO CIARINI-ME

ADELAIDE CAVALLI/VITORINO CAVALLI
ADELAIDE SERAFINI
ADELICI NICODEN/NEREU NICODEN
ADEMAR ANTONIO FERRARI
ADEMIR DANIEL
ADENILSON PANISON
ADENILSON PANISSON
ADRIANA APARECIDA MOURA
ADRIANA SALETE DE LIMA
ADRIANO ALVES PEREIRA/ VANIA MARTINELLI PEREIRA
AG. REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
AGENCIA DE PUBLICIDADE DIFERENÇA LTDA
AGRO SHOP CORONEL AGROPECUÁRIA LTDA
AGROPECUÁRIA AGRO TRENTIN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS
AIDER TERESINHA ZUFFO BERNIERI
ALBANI TOZETTO VANAZZI
ALBINA MARGARIDA FAVARETTO
ALBINO ANTONIO DE MELO
ALBINO FORNAZIER
ALBINO GAIO
ALCEU ZATTI
ALCINDO FRIZON
ALCINDO FRIZON & CIA LTDA - ME
ALCIONE BERNARDI
ALDA CECONI
ALDAIR JOSE FIDELIS/ NEUSA FIDELIS
ALDENIR ALBERTO GUOLLO
ALDERI MACHADO
ALDO BRENA
ALE COMÉRCIO DE COLCHÕES (SONECA COLCHÕES)
ALESSANDRA BAZZI
ALESSANDRA FERREIRA DOS SANTOS ROSA
ALEX ANTONIO BRISOT
ALEX BRISOT
ALEXANDRE GIACOMINI
ALICE ASKIDAMINI
ALICE BALSAN
ALTAIR AUGUSTINHO BIAZI
ALTAIR LAZAROTO
ALVARI PEDRO PANIS
ALVILINO TAVARES
ALVINA DA CONCEIÇÃO TANSINI
AMALIA ZATTI
AMANTINO PIVA
AMILTON MASETO (RODRIGO C. MUNARI)
ANA CLEUSA DE OLIVEIRA
ANA ZULEMA REGINATO MALACARNE
ANACLETO LANFREDI -
Andrade Esportes
ANDRE MARCELO GOLLO JUNIOR

ANDRÉ OSHIMA
ANDREIA DE ANDRADE
ANDRESSA CRISTINA MAZETTO
ANGELA MARAFON GIROTTO
ANGELO DALCORTIVO
ANISCA PITT -
ANTONIA MARTELLI OGLIARI
ANTONINHO ALBERTO FRIZON
ANTONIO ABILIO DE MELLO
ANTONIO CARLOS MEDINA
ANTONIO CARVALHO
ANTONIO DELVINO TONON
ANTONIO KOVALSKI
ANTONIO LANFREDI
ANTONIO MARCONDES CONRADO
ANTONIO SARTORI
ANTONIO TONHI
ANTONIO VELASCO
AR QUENTE E FRIO COMÉRCIO DE CLIMATIZADORES
ARCELI BOLLIS
AREGENE MEZOMO
ARGEMIRO GIROTTO
ARI GRANDO
ARI TRES
ARIBERTO ZUCCO-
ARLINDO BERNARDI
ARLINDO PAULO PAGNOCELLI
ARLINDO RITTER/ VALDINÉIA TECCHIO
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO PASSO DA AREIA
ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS ARTESÕES DE CORONEL FREITAS
ASSOCIAÇÃO CORONELFREITENSE EURT. E ESPORTE
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA ARTÍSTICA E CULTURAL CAPOEIRA
ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL GAUCHO
AUTO POSTO RIZADINHA LTDA
AVELINO BERNIERI
AVENIDES PRADO DIAS
AZ E EDIFICAÇÃO
BALFORT LTDA ME
BAR E LANCHONETE BUFON LTDA
BARBARA ALEXANDRA MORANDIN FONTANA
BARBARA BRUNA DA MOTTA/ CRISTIAN BRUGALLI
BAZZI ASSESSORIA CONTABIL E EMPRESARIAL
BENEDITO MARTELLI
BERPLAN TERRAPLANAGENS LTDA
BERTONCELLI FOTOGRAFIAS LTDA
BIA MODAS LTDA
BM CELULARES ME
BONFILHO MASCARELLO
BROCH EMPREENDIMENTOS LTDA
BRUNA FONTANA

BUFFON INDUSTRIAL LTDA-ME
C2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
CARLA REGINA SIRTULI TECCHIO
CARLINHOS KOLLING
CARLOS ASCHIDAMINI
CARLOS REBELATO ME
CARLOS REBELATTO
CARLOS TONIAZZO
CAROLINA GAVIOLI
CAROLINE CORDEIRO
CELSE CARLOS LEITES ME
CELSE GALVANI
CENTRAL MOTOS COMÉRCIO DE MOTOPEÇAS LTDA
CESARINA /CORADINO ANTUNES
CIBELE STANGA ME
CLAITON FIGUEIRÓ
CLARA LOTÉRICAS LTDA
CLARICE DE BORTOLLI
CLARICE DI BERNARDO
CLARICE JUSTINA GOLLO DEBORTOLLI
CLARICE PRESTES DA SILVA
CLAUDECIR DA SILVA
CLAUDEMIR SIQUEIRA
CLAUDETE DOS ANJOS
CLAUDETE PEDROSO DE MORAES
CLAUDINEI DOS SANTOS
CLAUDINO SANTO VERONESE
CLAUDINO ZUCCO / RAFAELA ZUCCO
CLAUDINO ZUCCO ME
CLAUDIO TROMBETA
CLAUDIOMIRO GOMES ALVES
CLAZE AUTO MECANICA CHAPEAÇÃO E CONFECÇÕES EIRELI-ME
CLECI DAMBROS ALVES
CLECI L. BIANCHETTO
CLECI LURDES BIANCHET
CLECI SILVESTRIN/ SILUAN MILANI
CLEMENTE TONON
CLEONI TAFAREL
CLEONICE ANA SORANZO
CLEONICE RIBEIRO SEVERO
CLEUNICE SUTIL
CLEUSA MALAGUTTI
CLEUSA MARIA ZANETTI MALAGUTTI
CLEUSA MATIELLO
CLEVERSON JUNIOR BENETTI
CLEVIS PERETTI / SOLANGE CANALLI PERETTI
CLINICA VETERINÁRIA CORONEL FREITAS LTDA
COMERCIAL BRIZOT LTDA
COMERCIAL GASPARIN
COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE GÁS NARDINO

COMÉRCIO DE TECIDOS E CALÇADOS DIAS LTDA
COMERCIO E TRANSPORTE FAVARETO LTDA
CONSULTÓRIO DE FISIOTERAPIA
CONSULTÓRIO DE FISIOTERAPIA E STUDIO DE PILATES TRESSOLDI
CONSULTORIO ODONTOLÓGICO DR. GILBERTO
CONSULTORIO ODONTOLÓGICO DRA. JANAINÉ CALGARO PELIZZA
CONTABILIDADE E ASSESSORIA GHUOLO LTDA
CORONEL INDUSTRIA DE MÓVEIS DE VIDROS
CORONEL PEÇAS - ME
CRISTIANA PEDROSO DE MORAES
CRISTIANE MAIQUEL MENDONÇA BERLANDA
CRISTIANE PIAIA
CRISTIANE ROSSI/ IVETE ROSSI
CRISTIANE TOFOLI -
CRISTIANO NESPOLO
CRISTIANO QUEIROZ
D. CORTINA TRANSPORTES LTDA ME
DAIANE BASSANI
DAIQUE REGINATTO
DALBERTO BERNARDI
DALVAN DA SILVA
DANIEL MARTINELLI
DANILO SGARBOSSA
DANILO TRENTIN
DARA FERNANDES
DARCI DE OLIVEIRA/ VITORIA DE OLIVEIRA
DARCI GOLLO
DARLEI VARGAS
DARVI LAURINDO
DAVI RODRIGUES CHAGAS
DAVI ROSMAN/LEDA CECONI
DAVI ROSMANN
DE CONTO E PIRAN
DEISI ZORTEA MORALSKI
DEISY VIVIAN
DEIVIDI ZILIOOTTO ME
DELICIO PAGLIARI
DELICIO SIQUEIRA
DELICATH FLORES E PRESENTES LTDA
DELINA PAGANI ZANATTA
DEOCLECIO CITADELLA
DEOCLIDES GABIATTI
DEOMEDES CORTINA
DEPEDAL BIKES LTDA
DERLI RIBEIRO
DESPACHANTE PICOLOTTO LTDA ME
DEUZINA AVILLA
DIEGO BARBIERI
DILCE ZUCCO
DIOGO GRANDO

DIONE PINTO
DIOVANA PEDROSO
DIRCE MARIA ROSSONI
DIRCEU Malfatti
DIVA SILIA FRIZON
DORILDE DANIELI DAL CORTIVO
DORILDO MASCARELLO
DORVALINO BUFFON
DORVALINO DE OIVEIRA/NEUZA BERNARDI
DORVALINO DOS SANTOS
DORVALINO MENDONÇA
DOGLAS RODRIGO ZENI
EBIANE SCARAVELLI
EDEGAR DA SILVA
EDENISE SANTA CATARINA
EDER REZENDE
EDERSON F. PIRES DA SILVA
EDERSON PIRES DA SILVA
EDINEI CRISTINA PICOLOTTO
EDITE FRANCISCO DARROS
EDITE LUVISA
EDITE VARIANI
EDIVINO FERRARI
EDNA ANA CELLA TOZETTO ME
EDSON GEREMIAS / ANA PAULA CASAROTTO
EDSON MARCOS CAZAROTO
EDSON PIAIA
EDSON TIBURSKI
ELAINE RENNER
ELETRO ELETRONICA BEIRA RIO
ELETRO KERSTIK CONS. DE ELETRO. LTDA
ELI ENXOVAIS LTDA
ELIANE FORTES
ELIANE CAMARGO
ELIANE CARRARO
ELIANE DA SILVA QUADROS
ELIANE SANTINA VIEIRA
ELIEL PADILHA PACHECO
ELIZETE PEDERSETTI
ELIZETE SIQUEIRA
ELOI SEVERO DA SILVA
ELUIR BATISTA
ELZA DUARTE
ELZA LUCOTTI
EMM CONFECÇÕES E BAZAR LTDA
ENIO LUCIANER
ERMELINDA ZUCCO
ERNESTO BRACK-
ESTEVAN TOSETTO
ETELVINA CORDAZZO

EUGENIO DA SILVA
IVALDO JOSE MARTELLI
EVANDRO BUGIARECKI
EVANDRO LUIS GOLLO
EVARISTO PADICHEL
EVERTON ALBERTO BORTOLOTTTO
EZEQUIEL RIBEIRO / JACIR RIBEIRO/ ADELAIDE RIBEIRO
FABIA ZANATTA
FABIANO CORDASO
FÁBIO PARADISO MELO
FABIO CARNIEL BORTESE / CRISTIANE DE FILTRO
FABIO COLPO
FABIO ZANATTA
FABRICIO AMÉRICO RIBEIRO
FARMACIA BIOCENTER LTDA
FARMACIA BIOCENTER LTDA EPP
FARMACIA SANTÉ LTDA
FATIMA GIRELLI PLAUT
FATIMA MARIA SILVESTRIN
FÁTIMA SILVESTRIN
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
FELIPE JUNIOR MARTIN
FERNANDO SCHORR GROSSL
FERNANDO SUTILLI ME
FERRACOL FERRAGEM CEL FREITAS LTDA
FIORINDA LAZAROTTO
FLAVIA SOUZA DIAS
FLOR DSE LIS
FOXTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
FRACEL CORRETORA DE SEGUROS SS
FRANCELIMA A. RODRIGUES
FRANCELINA RODRIGUES
FRANCIELA TONON
FRANCISCO CITADELLA-
GASPARIN METALURGICA LTDA
GELCIMARA SILVEIRA DE AVILA
GELSON CITADELLA
GELSON HENRIQUE CITTADELA
GENI BERNIERI
GENILSE DI BERNARDO
GENTILE FAVARETTO
GENUIR ROQUE FARIAS
GERONY BERNARDI ELY
GERSON BERGOZZA
GERSON LUIS TOMAZELLI
GESSI SILVESTRIN
GIANE CLAUDIA FIGUEIRA
GICELER DE MARCO/ ADEMIR AGOSTINETTO
GILBERTO GOLLO
GILBERTO GROSSL

GILBERTO MASSOLINI/ LUCIMAR MASSOLINI
GILNEI MAFESSONI
GILSON GAIO / VANILDE GAHIO
GILSON LUIZ GAHIO
GILSON TOLOTTI
GIOVANI GAHIO
GLÓRIA BOMBASSARO MARTELLI
GRACIELA SARTORI
GUIDO LUDOWIG
HAMILTON FIORINI
HELENA GIACHINI
HERICK SCALCON
HERICK SCALCON
HONORINO PETROLI
HUMBERTO MARAFOM
I.J.E PNEUS
IAN CARLOS DONZELLI
IARA TEREZINHA ANTUNES PACHECO FURLANETO
IDACIR POLACHINI
IDANIAR GIOVANONI
IDE DALCORTIVO
IDIONE TRES
IGNES DE LUCCA TASSONEIRO
ILY MARTINELLI CASAROTTO
INCORPORADORA E CONSTRUTORA Malfatti
INDUSTRIA DE MÓVEIS SEMPREGELLA LTDA -ME
INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS CORONEL FREITAS
INES FIORINI
INES MARIA DANIEL PIOVESAN MEI
INNOVAR REFORMA DE MÓVEIS E ESTOFADOS LTDA ME
INDUSTRIA E CONFECÇÕES DE JEANS JG LTDA
IRA SALETE VIEIRA
IRENIR DOMINGOS ZANETTE
IRINEU GUOLLO
IRMA SMANIOTTO
ISABEL MARIA LUVISA
ISAIAS POMPELI
ISAIAS TELMO MIORANDO
ISAURA PROVIN
ITELVINA CORDASSO
ITO COMÉRCIO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA ME
IVAIR ADELAR FIGUEIRA
IVAN CARLOS STELLO
IVAN STELLO
IVANETE DALCORTIVO
IVANETE ZANETI / MONICA SERRAGLIO
IVANI M. FROZZA
IVANIA DALCORTIVO
IVANILDE MALAGUTTI SILVESTRIN
IVANILDE MARTARELLO VERONESE

IVANIR ZANETI
IVETE MARTINELLI CECONI
IVETE NARDINO
IVONE BALBINOT
IVONE SALETE ZANATTA
IVONE ZENI
IVONETE DE SOUZA
IVONETE PERIN
IVONETE TERESA PERIN
IZAQUIEL MIOTTO ME (LD TRANSPORTES)
IZELDE CARMEN FARIAS DA SILVA/ EUGENIO DA SILVA
JACI PETROLI
JACINTO NICHELE
JACKSON MARINS
JAIME FAVARETTO
JAIR FERLA
JAIR MOHR
JANAINA CLAUDIA DOS SANTOS
JANDIR BERNARDI
JANDIR ROSA
JANETE ANTUNES RIBEIRO
JANETE CORDASSO
JANETE OLIVEIRA
JANICE TEREZINHA CHIELA
JAQUELINE DE CAMPOS
JE COMÉRCIO DE COLCHÕES
JEAN CARLOS FERRARI
JEAN CARLOS FERRARI EIRELI ME
JEANE FERRARI
JEDU COMERCIO DE CONF. CALÇADOS LTDA
JHONATAN BIAZI
JOÃO ARLINDO COVATTI
JOÃO AUGUSTO RODRIGUES
JOÃO CARLOS PANSEIRA
JOÃO FAVARETTO
JOÃO FRANCISCO MARIANO
JOÃO PEDRO VANZIN
JOARES ANZILIERO
JOARES LEMES DA SILVA
JOCEMAR T. DOS SANTOS VIEIRA
JOEL CARLOS PERETTI
JOEL PERETTI
JOELSON TAFAREL
JORGE VIRGILIO BARBOSA
JOSE ALBERTO PICOLOTTO
JOSE F. GOCHA
JOSE FRANCISCO RODRIGUES
JOSE LUIZ BUENO
JOSE LUIZ DOS SANTOS

JOSE SETEMBRINHO DE FREITAS
JOSÉ SEVERO
JOSEFA DE MELO
JOSEMAR FURLANETTO -
JOSEMAR TRENTIM
JOSIANE GONÇALVES DA SILVA
JUCELANE ZANELLA GIOVANONI
JULIANO CUVISEVISKI -
JUNIOR DOUGLAS ZUCCO
JUNIR FONTANA
JUVELINO TAFAREL
KARIN CARVALHO
KARINE GOMES
KARINE VEIGA / VALENTIN VEIGA
KAUANA CRISTINA PEREIRA
KAUANA TEIXEIRA
KENIA MUNARETTI
KETIANA DA ROSA
LAIR BONISSONI
LAISA MARTELLI CASARIN/ IVONE MARTELLI
LAURA POLTRONIERI
LAURECI SALETE ROMAN MAZETTO
LAURETE GOTARDI
LAURI BARBIERI
LAURO TOSATI
LAURO TOSATTI
LBC LIVRARIA E BAZAR LTDA
LEANDRO RISSOTO
LEANDRO TURRA
LENIR OGLIARI
LENIR SERAFINI
LENOIR ANTONIO SILVESTRIN - ME
LENOIR DE MARCO
LENOIR OGLIARI
LEOCADIO ROGOSKI
LEODIR REGINATTO
LEOMAR COUSSEAU
LEONI EVA HIPOLITO
LEONILDA RITTER ROSA/JAUDINEI ROSA
LEONILDE FILLIPPI CHIELA
LEONILDES PERETTI
LEONIR TREVISOL
LEONIR MAZETTO
LIBERINO BALSAN
LIDIA GEREMIA MORELATTO
LILIANE MARTELLI
LINDOMAR ADUATTI
LINDOMAR ADUATTI
LOJA PONTO CERTO LTDA
LORENA SARTORI

LOURDES MAGRI
LUCAS ANZOLIM
LUCI BERNARDETE VANZIN
LUCIA DA SILVA MEI
LUCIANA ANTUNES DA SILVA
LUCIANO LOPES
LUCILA FAVARETTO
LUIS GRANDO ME
LUIS MASSOLINI
LUIZ ANTONIO RANZAN
LUIZ BATISTI
LUIZ FRANCISCO VANAZZI
LUIZ LORENCI
LURDES ANZOLIN
MAIKA ELIZE VIVIAN
MANSUETO CENCI
MANUELA ANZOLIN
MARA DOS SANTOS VIEIRA -
MARA QUILIAN DOS SANTOS -
MARCIA BARBIERI
MARCIA MARTINELLI ZUCCO MEI
MARCIO ANTONIO DE MELLO
MARCIO CAMPAGNA
MARCO ANTONIO KLASSMANN
MARCOS MENDES DE OLIVEIRA -
MARIA ANGELICA FAGUNDES
MARIA ANGELINA DE LIMA
MARIA BALSAN DAL PIVA
MARIA BRISOT ROSALEM
MARIA DE FATIMA DEL CANELLE
MARIA DE LOURDES FONTANA
MARIA DE LOURDES PICOLOTTO TUDREY
MARIA DOS SANTOS VIEIRA/ TCHARLES BRUNO PLUCHINSKI
MARIA ENDERLE
MARIA GESSI CAMARGO
MARIA INES TAMALUSKI
MARIA LUCIA TOSATTI
MARIA LUIZA SERAFINI
MARIA MARINS
MARIA ZUCCO
MARILDE DA SILVA CORDEIRO
MARILENE DONZELLI VEDANA
MARILENE PIAIA
MARILETE PLAUT MATOS
MARILUCIA ZILLI
MARINEUSA CELLA
MARISTELA BERNIERI
MARISTELA DELAZARRI
MARISTER BOMBONATTO
MARIZETE CELLA

MARLEI DAMBROS
MARLI APARECIDA SABADIN
MARLI DA SILVA
MARLI GOMES PINHEIRO
MARLI SOARES/ JOAQUIN SOARES
MARLI ZELINGUER
MARRY KAY
MARTA DURANTE/ MARCIANO PEDROSO DE MORAES
MATHEUS ANDRÉ MEZZOMO E CIA LTDA ME
MAURICIO DE MELLO
MAURICIO DOS SANTOS
MECANICA BEIRA RIO LTDA
MELQUISAEL ME
MERCEARIA J.S LTDA
MICHELI FERRARI
MICHELI VARGAS
MICHEL SILVESTRIN
MILTON TAGLIAN
MOACIR PEDROSO MORAES
MOINHO MARTELLI LTDA
MS COMERCIO DE PNEUS LTDA
NADIA IZOTON
NADIA RIBEIRO
NADIA ZARDO
NADIR E MARIA VARNIER
NAIANE GAHIO
NATALINO BASTOS
NATANAEL MAZETTO/ MARI ROSA MAZETTO
NEIDER BARELA
NEIVA DANIEL
NELCI BERNIERI
NELCI TEREZA PAGNOCELLI
NELCIR MAGRI
NELI CHIARELOTTO
NELSON DALAGASPERINA
NELSON MAZETTO
NEOCON PRÉ MOLDADOS ESTRUTURAS
NERI J. PIVA LTDA
NERI JOSE PIVA
NERI PAGNUSSAT
NEUDES GRANDO
NEUDIR JOSÉ PETER
NEUDIR PAZINATTO
NEURES VIVIAN
NEUSA PAGNUSAT DANIEL
NEUSA SEVERO
NEUZA ZATTI
NILSON MAFESSONI
NOILVES ROMBALDI
NORBERTO FAVARETTO

ODAIR DALPIVA
ODETE BEDIM
ODETE LIBERA STELLO
ODIRLEI OLIVEIRA
OI COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
OLACIR MASCARELLO
OLI JOSE BARRO
OLI VARGAS/ CARINA VARGAS
OLIDES CAVAZOTTO
OLINDA DE OLIVEIRA PICOLLI
OLIVETE FÁTIMA PELISSARI EIRELLI
OLVIDES PERETTI
ONEIDO STELLO
ORLANDINA DEDEA
OSIEL DA ROSA
OSMAR GRANDO
PAMELA T. GALVÃO
PANDA IND. ESTOFADOS LTDA
PATRICIA CARVALHO MOURA
PATRICIA DE OLIVEIRA
PATRÍCIA RAQUEL BELEBONI
PAULO CESAR TAVARES
PAULO ZOTTIS
PEDRINHO TRENTIN
PEDRO BERNIERI
PEDRO IVAIR PADILHA
PH BAZAR E ARMARINHOS LTDA
PK INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA
PLUMACOR IND. DE ART. DECORATIVOS LTDA
POLO REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
PROVENS RESTAURANTE E PIZZARIA ME
QUINTINA FAVARETTO
RADIO EM CORONEL FREITAS LTDA
RAWILLIAN IND. E COMÉRCIO DE MOVEIS
REBELINO BALSAN
RECAJET IND. COM. CARTUCHOS DE INF. LTDA
REGINA GRANDO
REGINA TRENTIM
REINALDO SERVINI
REJANE SKUNRD
REVELINO BUTTI
REZILAINE PILAR
RICARDO CALGARO
RIZZO E ADOLFO ESQUADRIAS
ROBERTO LAZARI
ROBERTO MARTELI
ROBERTO SERAFINI
RODINEI ROSSONI
RODRIGO CORDEIRO
ROGERIO BAGGIO

ROGHIMBEL SILVESTRI	SIRINEU TECCHIO
RONALDO DA SILVA	SIRLEI ANDRE
RONIVAN TASSONEIRO	SIRVAL BUENO
ROSA MARIA GOLO (MEI)	SOCIEDADE RADIO CONTINENTAL LTDA
ROSANE DA SILVA QUADROS	SÓCRATES PERIN
ROSELEI KOSSMANN	SOLANGE RODRIGUES
ROSELEI ROSSONI	SONIZE ARBOITO/ IVAN STELO
ROSELI DEL CANELE	SONIZE BOMBASSARO
ROSICLÉIA BERTOZZO	SPECIALLY MÓVEIS
ROSIMAR ANTONIO FERRO	STYLLO CLIMATIZAÇÃO E AQUECIMENTO LTDA
SALÃO DE BELEZA EDIONE CECONI	SUMAYA MENEGHETTI
SALÃO DE BELEZA (ESPAÇO DA BELEZA)	SUPER MERCADO MAIS LTDA e PP
SALETE BERNARDI	SUPER MIX LTDA
SALETE FIGUEIRÓ	SUSANA DE OLIVEIRA
SAMI CONSTRUÇÕES LTDA	SUZANA APARECIDA BUENO
SAMIR CANTON	SUZANA APARECIDA RUANI
SANDRA MAGRI	SUZEL SAUGO
SANDRA TEREZA BARBOSA	TANIA DANIELI
SANTA TEREZINHA DOS SANTOS	TASSIA ELIZA CAPELI
SANTIN BENJAMIM ZORTÉA	TATIELI MATIAS DOS SANTOS
SANTINA PINTO DE SOUZA LEITE	TAVANA BRUGNERA
SANTINA WENING	TENDENZA DIT. LTDA
SCHUMANN MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA	TEOFILO WIGICOSKI
SEBASTIANA VEIGA	TERCILIA MAFISSONI
SEBASTIAO DOS SANTOS PINHEIRO	TEREZA FERREIRA RAMOS
SEBASTIAO VAZ DA SILVA	TEREZA GEOVANONI
SEBASTIÃO VEIGA	TEREZA GIACOMINI
SEGUNDO JOSÉ MIORANDO	TEREZA RAMOS
SELFEDINO ANTONIO VERONESE	TEREZINHA COZZER
SÉRGIO CHIODI	TEREZINHA DALCORTIVO
SERGIO SIRTULLI	TEREZINHA MARTELLI
SERGIO TAMALUSKI	TEREZINHA VIVIAN -
SIDIMAR LUIZ TERRIBILLE	THE DOGS COMÉRCIO DE PRODUTOS VETERINARIOS LTDA ME
SIDINEI CELLA	THIAGO LUIS SIRTULLI
SIDINEI DI BERNARDO	TIAGO DANIEL
SIDINEI GRANDO	TORNOCEL MÓVEIS E MÁQUINAS LTDA
SIDINEI ROSALEN	TRANQUILO ZANETTI
SIDNEI VEDANA	TRANSCORONEL TRANSPORTES LTDA
SILVANA VIEIRA DA ROCHA	TRANSPORTES DEBORTOLI EIRELI ME
SILVANE FIGUEIRÓ	UNICE POZZEBON
SILVANES MOURA	USILIO GRANDO
SILVANO GRASEL	VALDECIR BOLLIS
SILVANO GRASEL	VALDELINO DA ROCHA
SILVIA ASSOLINI BAGGIO	VALDELIRIO GOMES ALVES
SILVIA MARIA ASSOLINI ME	VALDEMAR GIACOMINI
SILVIA MOURA (CARINE MASCARELLO)	VALDEMAR TRES/SOLANGE TRES
SILVINO CAVASSINI	VALDIR ANTONIO ZANARDI
SIMONE FIGUEIRÓ	VALDIR ANTONIO ZENI
SIMONE PIXININ / MARCIO MILKIEWICZ	VALDIR PETROLI
SIMONE RITTER BUENO	VALDOMIRO DOS SANTOS

VALMIR LUIZ SHABAT
VALUSA NORBACHER
VANDERLEI FONTANA
VANDERLEI LOPES
VANDERLEI LOPES BAR
VANDERLEI SILVESTREIN
VANIO TOZETTO
VANUZA GUARNIERI
VELONIR TRENTIM
VERA LUCIA ERTAL FAVERO
VIBEPLAN TERRAPLANAGENS LTDA - ME
VILMA CHIODI BEDIN
VILMA MARIA ALBERTI
VILMAR MALFATTI -
VILMO CASAGRANDE
VILSON DONZELLI
VITORIO MARTELLI
VIVIAN & CIA LTDA
VOLMIR GAIO
VOLNEI BERNIERI
WILIAN CAVAZOTO DE LIMA
WILSON POLTRONIERI
ZELIDE BERNIERI
ZEMAR COVATTI
ZENI GRANDO E OU LUIS GRANDO

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de agosto de 2015.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.251

DECRETO Nº. 7.251, 07 de agosto de 2015.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO VENCIMENTO DO IPTU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO DAS PESSOAS E EMPRESAS ATINGIDAS POR ENXURRADA.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA

Art. 1º. Aos atingidos pela enxurrada relacionados no Decreto nº 7.250/15, fica prorrogada a data de pagamento do IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano das parcelas 3/4/5/6 com vencimentos em 12/07/2015 a 12/10/2015, para o dia 21/12/2015.

Art. 2º. Para realizar o pagamento com novo vencimento, o contribuinte deverá retirar novo carnê junto ao setor de tributação do

Município de Coronel Freitas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de agosto de 2015.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.252

DECRETO Nº 7.252, 07 de agosto de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 95/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O Oponente VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.
DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 95/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 39/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Eletro Eletrônica Beira Rio Ltda – ME, no valor de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de agosto de 2015.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.253

DECRETO Nº 7.252, 07 de agosto de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 95/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O Oponente VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.
DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 95/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 39/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Eletro Eletrônica Beira Rio Ltda – ME, no valor de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de agosto de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.254

DECRETO Nº. 7.254, 07 de agosto de 2015.

A PEDIDO EXONERA SERVIDORA.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a pedido a servidora pública municipal Laurete Terezinha Gottardi, do cargo de chefe do setor de cultura, lotada na secretaria municipal de educação, cultura e esportes, nomeada pelo decreto nº. 6.737/2014, a partir de 06 de agosto de 2015.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de agosto de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N. 7.255

DECRETO Nº 7. 255, 10 de agosto de 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL EXTRAORDINÁRIO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com o art.167 da Constituição Federal, art. 41, 43, 44 e 45 da Lei 4.320/1964.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional extraordinário no limite de R\$ 2.590,00 (dois mil, quinhentos e noventa reais) no orçamento vigente, na seguinte classificação:

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 10.01 – Departamento de Assistência Social

Função: 08- Assistência Social

Sub - função: 244– Assistência Comunitária

Programa: 0023 – Proteção Social Básica

Ação: 2.105- Manutenção da Assistência Social

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 –Recursos ordinários R\$ 2.590,00

Art. 2º. O crédito aberto visa atender as despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes do Decreto nº 7.204 de 14 de julho de 2015, que Declara situação anormal caracterizada como situação de calamidade pública na área do Município afetada por enxurrada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de agosto de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.256

DECRETO Nº 7.256, 10 de agosto de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 87/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O Oponente VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 87/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 31/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Roque Faustino Steffens, no valor de R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de agosto de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.257

DECRETO Nº 7.257, 10 de agosto de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 96/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O Oponente VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 96/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 40/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Wanderlei Luiz Nogueira Martins, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de agosto de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.**DECRETO N. 7.258**

DECRETO Nº 7.258, 10 de agosto de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 97/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O Oponente VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 97/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 41/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Concisa Pavimentação e terraplanagem Ltda, no valor de R\$ 7.350,00 (sete mil, trezentos e cinquenta reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de agosto de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.**DECRETO N. 7.259**

DECRETO Nº 7.259, 11 de agosto de 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL EXTRAORDINÁRIO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com o art.167 da Constituição Federal, art. 41, 43, 44 e 45 da Lei 4.320/1964.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional extraordinário no limite de R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil reais) no orçamento vigente, na seguinte classificação:

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15- Urbanismo

Sub - função: 451- Infra-estrutura Urbana

Programa: 0018- Serviço de Utilidade Pública

Ação: 2.050- Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos

Elemento:3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 16.800,00

Art. 2º. O crédito aberto visa atender as despesas imprevíveis e urgentes decorrentes do Decreto nº 7.204 de 14 de julho de 2015, que Declara situação anormal caracterizada como situação de calamidade pública na área do Município afetada por enxurrada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de agosto de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.**DECRETO N. 7.260**

DECRETO Nº 7.260, 11 de agosto de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 98/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O Oponente VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 98/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 42/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Cetric Central de Tratamento de Resíduos Sólidos Indústria e Comércio Chapecó Ltda, no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de agosto de 2015.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.261

DECRETO Nº 7.261 de 11 de Agosto de 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL EXTRAORDINÁRIO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com o art.167 da Constituição Federal, art. 41, 43, 44 e 45 da Lei 4.320/1964.
DECRETA

Art. 1º.Fica aberto um crédito adicional extraordinário no limite de R\$ 51.989,45 (cinquenta e um mil e novecentos e oitenta e nove reais e quarenta e cinco centavos) no orçamento vigente, na seguinte classificação:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação
Função: 12- Educação
Sub - função: 361– Ensino Fundamental
Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola
Ação: 1.011- Ampliação da rede física do Ensino Infantil e Fundamental
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0001 –Receita de impostos e de Transferência de Impostos R\$ 21.236,45
Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação
Função: 12- Educação
Sub - função: 361– Ensino Fundamental
Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola
Ação: 2007- Manutenção do Transporte Escolar
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0001 –Receita de impostos e de Transferência de Impostos
R\$ 5.488,00
Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação
Função: 12- Educação
Sub - função: 361– Ensino Fundamental
Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola
Ação: 2.019- Manutenção da Educação Infantil
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0001–Receita de impostos e de Transferência de Impostos
R\$ 20.000,00
Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação
Função: 12- Educação
Sub - função: 122– Administração Geral
Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola
Ação: 2.012- Manutenção do Administrativo da Educação
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0001–Receita de impostos e de Transferência de Impostos
R\$ 5.000,00
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0001–Receita de impostos e de Transferência de Impostos
R\$ 265,00.

Art. 2º. O crédito aberto visa atender as despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes do Decreto nº 7.204 de 14 de julho de 2015, que Declara situação anormal caracterizada como situação de calamidade pública na área do Município afetada por enxurrada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º.Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de agosto de 2015.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.262

DECRETO Nº 7.262 de 11 de Agosto de 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL EXTRAORDINÁRIO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com o art.167 da Constituição Federal, art. 41, 43, 44 e 45 da Lei 4.320/1964.
DECRETA

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional extraordinário no limite de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) no orçamento vigente, na seguinte classificação:

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Unidade: 06.01 – Departamentode Serviços Urbanos
Função: 15- Urbanismo
Sub - função: 451– Infra-estrutura Urbana
Programa: 0018- Serviço de Utilidade Pública
Ação: 2.050- Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos
Elemento:3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 150.000,00

Art. 2º. O crédito aberto visa atender as despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes do Decreto nº 7.204 de 14 de julho de 2015, que Declara situação anormal caracterizada como situação de calamidade pública na área do Município afetada por enxurrada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 11 de Agosto de 2015.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.263

DECRETO Nº 7.263, 12 de agosto de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 99/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O Oponente VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 99/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 43/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Matiazzo Terraplanagem Ltda, no valor de R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de agosto de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.**DECRETO N. 7.264**

DECRETO Nº 7.264, 13 de agosto de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 100/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O Oponente VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 100/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 44/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Eletro Oeste Comércio de Materiais Elétricos Ltda, no valor de R\$ 12.847,75 (doze mil, oitocentos e quarenta e sete reais e setenta e cinco centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de agosto de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.**DECRETO N. 7.265**

DECRETO Nº 7.265, 13 de agosto de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 101/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O Oponente VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 101/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 45/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Broch Empreendimentos Ltda, no valor de R\$ 21.236,45 (vinte e um mil, duzentos e trinta e seis reais e quarenta e cinco centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de agosto de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.**DECRETO N. 7.266**

DECRETO Nº 7.266, 13 de agosto de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 102/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O Oponente VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 102/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 46/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Rolepeças e Rolamentos Ltda – Me, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de agosto de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.267

DECRETO Nº. 7.267, 14 de agosto de 2015.
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.086/2015
DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento do município, no valor de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais) conforme a seguir discriminado:

Órgão: 05.00 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade: 05.01 – Departamento de Agricultura
Função: 20- Agricultura
Sub-função: 606– Extensão Rural
Programa: 0010 – Agricultura
Ação: 2.028- Manutenção e Assistência ao Produtor Rural
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Próprios R\$ 30.000,00
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0000 – Superávit do Exercício Anterior R\$ 4.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes do Superávit do exercício anterior conforme Decreto Nº. 7.060/2015 no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), e da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras
Função: 26- Transporte
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0013 – Estradas Vicinais
Ação: 2.044- Manutenção, Abertura e conservação de estradas vicinais
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito, 14 de agosto de 2015.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO N. 7.269

DECRETO N. 7.269, 14 de agosto de 2015.
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.088/2015.
DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento do município, no valor de R\$12.000,00 (doze mil reais) conforme a seguir discriminado:

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras
Função: 26-Transporte
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0013 – Estradas Vicinais
Ação: 2.044- Manutenção, abertura e conservação de estradas vicinais
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0000 – Superávit do Exercício Anterior R\$ 12.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes do Superávit do exercício anterior conforme Decreto Nº. 7.060/2015 no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de agosto de 2015.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N. 7.270

DECRETO N. 7.270, 14 de agosto de 2015.
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.089/2015.
DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento do município, no valor de R\$ 790.000,00 (setecentos e noventa mil reais) conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação
Função: 12- Educação
Sub-função: 122– Administração Geral
Programa: 0005 – Todas as crianças e adolescentes na escola

Ação: 2.012- Manutenção do Administrativo de Educação
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0001 – Superávit do Exercício Anterior R\$ 30.000,00
Elemento: 3.1.90.0000000000.03.0001 – Superávit do Exercício Anterior R\$ 40.000,00

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação
Função: 12- Educação
Sub-função: 365– Educação Infantil
Programa: 0005 – Todas as crianças e adolescentes na escola
Ação: 2.019- Manutenção da Educação Infantil
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0001 – Receita de Imp. de Transferências R\$ 50.000,00

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação
Função: 12- Educação
Sub-função: 361– Ensino Fundamental
Programa: 0005 – Todas as crianças e adolescentes na escola
Ação: 2.020- Manutenção do ensino Fundamental
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0001 – Receita de Imp. de Transferências R\$ 20.000,00
Elemento: 3.1.90.0000000000.03.0001 – Superávit do Exercício Anterior R\$ 200.000,00
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0001 – Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação
Função: 12- Educação
Sub-função: 361– Ensino Fundamental
Programa: 0005 – Todas as crianças e adolescentes na escola
Ação: 2.007- Manutenção do Transporte Escolar
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0001 – Receita de Imp. de Transferências R\$ 350.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes do Superávit do exercício anterior conforme Decreto Nº. 7.060/2015 no valor de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), e da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos
Função: 15- Urbanismo

Sub-função: 451 – Infraestrutura Urbana
Programa: 0018 – Serviço de Utilidade Pública
Ação: 2.050- Manutenção De Departamento de Serviços Urbanos
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 70.000,00

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos
Função: 15- Urbanismo
Sub-função: 451 – Infraestrutura Urbana
Programa: 0015 – Urbanização da Cidade
Ação: 1.057- Asfaltamento de vias urbanas
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 350.000,00

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras
Função: 26- Transporte
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0013 – Estradas Vicinais
Ação: 2.044- Manutenção, Abertura e conservação de estradas

vicinais
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito, 14 de agosto de 2015.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N. 7.271

DECRETO Nº. 7.271, 14 de agosto de 2015.
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.090/2015.
DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento do município, no valor de R\$ 122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais) conforme a seguir discriminado:

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos
Função: 15- Urbanismo
Sub-função: 451 – Infraestrutura Urbana
Programa: 0018 – Serviço de Utilidade Pública
Ação: 2.050- Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0000 – Superávit do Exercício Anterior R\$ 100.000,00

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos
Função: 26- Transporte
Sub-função: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 0013 – Estradas Vicinais
Ação: 1.086- Pavimentação Na Linha Cairú
Elemento: 4.4.90.0000000000.03.0000 – Superávit do Exercício Anterior R\$ 15.202,88
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 6.797,12

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes do Superávit do exercício anterior conforme Decreto Nº. 7.060/2015 no valor de R\$ 115.202,88 (cento e quinze mil, duzentos e dois reais e oitenta e oito centavos) e da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras
Função: 26- Transporte
Sub-função: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 0013 – Estradas Vicinais
Ação: 1.042- Pavimentação com pedras irregulares, nas

comunidades do interior
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 6.797,12

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito, 14 de agosto de 2015.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N. 7268

DECRETO Nº. 7.268, 14 de agosto de 2015.
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.087/2015.
DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento do município, no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) conforme a seguir discriminado:

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de assistência Social
Unidade: 10.01 – Departamento de Assistência Social
Função: 08- Assistência Social
Sub-função: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 0023 – Proteção Social Básica
Ação: 2.105- Manutenção da Assistência Social
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 150.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos
Função: 15- Urbanismo
Sub-função: 451 – Infraestrutura Urbana
Programa: 0018 – Serviço de Utilidade Pública
Ação: 2.050- Manutenção De Departamento de Serviços Urbanos
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 80.000,00

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras
Função: 26 - Transporte
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0013 – Estradas Vicinais
Ação: 2.044- Manutenção, Abertura e conservação de estradas vicinais
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 90.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito, 14 de agosto de 2015.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL N. 2.074

LEI MUNICIPAL N. 2.074, 16 de junho de 2015.
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2014 NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação
Função: 12 - Educação
Sub-função: 368 – Educação Básica
Programa: 008 – Creches – Auxiliando as Famílias
Ação: 2.027 – Manutenção das Creches
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0062 – Outros recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. R\$ 800,00.
Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação
Função: 12 - Educação
Sub-função: 365 – Educação
Programa: 005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo
Ação: 2.019 – Manutenção da Educação Infantil
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0062 - Outros recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. R\$ 800,00.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício de 2014, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 19.838,17 (dezenove mil, oitocentos e trinta e oito reais e dezessete centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação
Função: 12 - Educação
Sub-função: 368 – Educação Básica
Programa: 008 – Creches – Auxiliando as Famílias
Ação: 2.027 – Manutenção das Creches

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0062 – Outros recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE R\$ 19.838,17.

Art. 4º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, conforme decreto nº. 7.060/2015.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 16 de junho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

LEI MUNICIPAL N. 2.075

LEI MUNICIPAL Nº. 2.075, 16 de junho de 2015.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Egrégia Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 144.826,91 (cento e quarenta e quatro mil, oitocentos e vinte e seis mil e noventa e um centavos) conforme a seguir discriminado:

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras

Função: 26- Transporte

Sub-função: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0004 – Melhoria de pontes, pontilhões e bueiros

Ação: 1.008- Recuperação de bueiros e pontes

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0024 – Transferência de Convênios R\$ 144.826,91.

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes do excesso de arrecadação na fonte 01.0024 - Transferência de Convênios conforme processo 59050.001033/2014-38 Ministério da Integração Nacional.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 16 de junho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

LEI MUNICIPAL N. 2.076

LEI MUNICIPAL N. 2.076, 16 de junho de 2015.

Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Egrégia Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME em anexo, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º. São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º. As metas previstas no Plano Municipal de Educação, serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º. As metas previstas no Plano Municipal de Educação deverão ter como referência o Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º. A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência da Câmara de Vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação – CME;

IV - Fórum Municipal de Educação;

§ 1º. Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º. Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º. A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4o O investimento público em educação a que se refere a meta 19 do PME engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal. Art. 6º. O Município promoverá a realização de conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação.

§ 1o O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2o As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º. A União, os Estados e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1o Caberá aos gestores federais, estaduais e municipais a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2o As estratégias definidas no PME não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3o O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4o Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5o O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6o O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º. O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal 1.509/2006.

Gabinete do Prefeito 16 de junho de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

LEI MUNICIPAL N. 2.077

LEI MUNICIPAL N. 2.077, 18 de junho de 2015.

Dispõe sobre o Plano de Cargos e Remuneração para os Profissionais da Educação do Município de Coronel Freitas e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Fica instituído o plano de cargos e remuneração dos profissionais de educação do Município de Coronel Freitas, destinado a organizar os cargos e a remuneração de seus ocupantes, conforme Anexos I e II.

Art. 2º. Os cargos de provimento efetivo, estão reunidos nos seguintes grupos profissionais:

I – Grupo VI - Magistério – MAG – Nível Médio

II – Grupo VII - Magistério – MAG – Nível Superior

III – Grupo VIII - Especialistas em Assuntos Educacionais – EAE – Nível Superior

IV - Grupo V - Técnico Científico – TEC

Parágrafo único. As especificações e descrições dos grupos e cargos, regime de trabalho, carga horária, condições para ingresso e habilitação profissional, constam do Anexo VI, desta Lei.

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Grupo Profissional: é o conjunto de cargos agrupados segundo a natureza, complexidade das atribuições e do nível de escolaridade;

II - Cargo: é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas a um servidor.

III – Vencimento base: é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor certo fixado em Lei.

IV – Vencimentos: é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes, estabelecidas em lei;

V - Remuneração: é o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes ou temporárias estabelecido em Lei;

VI - Profissionais da Educação: conjunto de Professores e Especialista em Assuntos Educacionais, ocupantes de cargos e funções do quadro do magistério Público Municipal e demais servidores ligados relacionados a área de educação.

CAPÍTULO II**DO INGRESSO E VENCIMENTO**

Art. 4º. Os cargos e funções públicas são acessíveis aos que preencham os requisitos estabelecidos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 5º. O vencimento dos servidores ocupantes de cargo efetivo será o estabelecido no Anexo II, de acordo com o grupo, cargo e o nível de ingresso previsto no Anexo I, desta lei. Sendo que os reajustes salariais dados aos professores do magistério de nível médio deverão ser o mesmo para o nível superior, independente do tipo de reajuste, seja piso nacional ou pelo município conforme tabela de ajuste.

Parágrafo único – O salário base do magistério de nível médio mais o adicional de titulação(60%) deverá ser igual ao salário base do magistério de nível superior.

Art. 6º. A remuneração dos servidores nomeados para cargos em comissão, será a remuneração do cargo efetivo acrescida da gratificação de função constante no anexo III do plano de cargos e remuneração do servidor público do município.

Art. 7º. O exercício de cargo em comissão determina o afastamento do servidor ocupante de cargo efetivo, ressalvados os casos de acumulação legal, hipótese em que poderá optar pela remuneração.

CAPÍTULO III**DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**

Art. 8º. Os servidores municipais serão submetidos a avaliações permanentes, a serem realizadas pela chefia imediata, mediante o preenchimento de formulário de desempenho próprio, a ser elaborado levando-se em conta os seguintes fatores de desempenho:

I – Assiduidade e Pontualidade;

II – Produtividade;

III – Responsabilidade;

IV – Disciplina;

V - Idoneidade Moral;

VI – Dedicção ao Serviço Público;

VII – Cooperação;

VIII – Criatividade;

IX – Organização e Planejamento;

X – Qualidade;

XI – Conhecimento do Trabalho;

XII – Bom senso e iniciativa;

XIII – Apresentação Pessoal.

Art. 9º. Até o mês de abril de cada ano, o Poder Executivo constituirá uma comissão de avaliação, com pelo menos 5 (cinco) membros, 3

(três) dos quais deverão ser estáveis, para analisar os formulários de desempenho preenchidos pela chefia imediata, de janeiro a dezembro do ano imediatamente anterior.

§ 1º. Os membros da comissão de avaliação poderão realizar novos levantamentos, entrevistas ou mesmo solicitar informações por escrito, que visem a justa e isenta avaliação dos servidores públicos municipais.

§ 2º. A comissão de avaliação deverá elaborar e encaminhará ao setor de pessoal, até o dia 30 de abril, relatório das avaliações de desempenho, contendo entre outras informações, a pontuação obtida e a assinatura do servidor avaliado.

§ 3º. Caso o servidor não concorde com o resultado de sua avaliação poderá apresentar recurso à Comissão de Avaliação, fundamentando os motivos da sua discordância, o que deverá ser feito dentro de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do relatório de avaliação.

CAPÍTULO IV

DOS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

Art. 10. O Poder Executivo Municipal possibilitará a participação dos servidores públicos, em cursos de capacitação, treinamento e desenvolvimento, congressos, seminários, palestras e demais encontros ou reuniões, que tenham por objetivo a modernização e a racionalização dos serviços públicos, bem como o desenvolvimento pessoal e profissional de seus servidores.

Parágrafo único. Quando tais eventos forem promovidos, coordenados ou autorizados pela administração municipal, a critério desta, poderá ser fornecido declaração ou certificado de participação, para que o servidor utilize-o para os fins de progressão por mérito.

CAPÍTULO V

DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

Seção Única

Funções de Confiança

Art. 11. As Funções de Confiança serão desempenhadas, exclusivamente, por servidores efetivos, de livre escolha do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art.12. Os servidores efetivos, designados para o desempenho de função confiança farão jus a uma gratificação de função, cujos percentuais são os estabelecidos no Anexo III desta lei.

Parágrafo Único - As gratificações de função serão calculadas sobre o vencimento básico do magistério nível superior.

CAPÍTULO VI

Seção I

Regência de Classe

Art. 13. O servidor do magistério público municipal, em atividade docente, que esteja ministrando aulas diretamente aos educandos, bem como os especialistas em assuntos educacionais, em atividade docente, que estejam ou não ministrando aulas diretamente aos educandos, farão jus a Gratificação de Incentivo a Regência de Classe, calculada sobre o vencimento básico do magistério nível superior, conforme critérios a seguir:

- I) Regência de 20% aos Profissionais da Educação em atividade docente no ensino regular, ensino integral (20hs) e no ensino especial;
- II) Regência de 20% aos Profissionais da Educação especialistas em assuntos Educacionais;
- III) Regência de 30% aos Profissionais da Educação em atividade docente em ensino integral (40 hs) e escola multisseriada.

§1º. A gratificação de que trata este artigo será suspensa no caso do servidor afastar-se das atividades inerentes ao seu cargo, ressalvados os seguintes casos de afastamento, previstos no estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

- a) licença à gestante;
- b) férias;
- c) licença à adotante;
- d) faltas justificadas até 3 dias.

Seção II

Difícil Acesso

Art. 14. A todo servidor, ocupante de cargo da categoria funcional do Corpo docente, será concedida uma gratificação a título de deslocamento, sempre que tiver residência em local diferente daquele de sua lotação, numa distância superior a três mil metros, num percentual de 6% (seis por cento), calculado sobre o salário base, exceto na hipótese do servidor utilizar-se do transporte escolar oferecido pelo Município e/ou pelo Estado.

Seção III

Das Áreas de Atuação dos Profissionais da Educação

Art. 15. As áreas de ensino em que o Professor e os Especialistas poderão atuar, dar-se-á de acordo com suas habilitações, conforme previsto no Anexo V, desta lei.

Seção III

Da Carga Horária Semanal

Art. 16. A jornada de trabalho dos servidores que atuam no magistério público municipal, não poderá ser inferior a 10 (dez) ou superior a 40 (quarenta) horas.

Seção IV Da Lotação

Art. 17. Os membros do magistério terão sua lotação nas unidades escolares do Município de Coronel Freitas.

§ 1º. A lotação dos membros do magistério estáveis ao tempo da publicação desta lei, dar-se-á após Edital de Chamamento, mediante critérios a serem estabelecidos em Decreto.

§ 2º. A lotação dos membros do magistério que ingressarem no serviço público após a publicação desta Lei, dar-se-á quando da nomeação, observada a ordem de classificação.

Seção V Das Horas Atividades do Professor

Art. 18. Na carga horária semanal de trabalho do professor, observar-se-á o limite máximo de 40 horas, sendo 27 horas para desempenho das atividades de interação com os educandos, e 13 horas para planejamentos e atividades fora da sala de aula, observada as proporcionalidades abaixo:

I – Carga horária de 10 (dez) horas semanais – 9 (nove) horas/aula ministradas de 45 minutos;

II – Carga horária de 20 (vinte) horas semanais – 18 (dezoito) horas/aula ministradas de 45 minutos;

III – Carga horária de 30 (trinta) horas semanais – 27 (vinte e sete) horas/aula ministradas de 45 minutos;

IV – Carga horária de 40 (quarenta) horas semanais – 36 (trinta e seis) horas/aula ministradas de 45 minutos.

§ 1º. As horas de atividades destinam-se a preparação e avaliação do trabalho didático, a colaboração com a administração da escola, a reuniões pedagógicas, a articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica.

§ 2º. As horas de atividades serão obrigatoriamente desenvolvidas na escola.

§ 3º. O Departamento Municipal de Educação poderá convocar os professores que não estiverem cumprindo a quantidade mínima das horas/aula ou das horas atividades, estabelecidas no caput, para que complementem as horas faltantes, em outras atividades ou em outra unidade escolar.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 19. O Município de Coronel Freitas, quando houver vagas permanentes disponíveis na Rede Municipal de Ensino, e for de interesse público, poderá a pedido de profissional efetivo estável do magistério com carga horária de trabalho inferior a 40 (quarenta) horas semanais, alterar a carga horária, aumentando-a definitivamente até 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º. o servidor do magistério só poderá ampliar a sua carga horária em vagas de sua área de atuação desde que haja compatibilidade de horário e turno.

§ 2º. existindo vagas permanentes e disponíveis na rede municipal de ensino, e sendo de interesse público a alteração da carga horária dos servidores do magistério, o Município lançará edital para a inscrição dos interessados na alteração definitiva de sua carga horária efetiva.

§ 3º. o quadro de vagas existentes para a alteração da carga horária, tratado neste artigo, deverá ser publicado em edital afixado em local público, e seu resumo em jornal de circulação local com antecedência de 05 dias úteis do início do prazo de inscrição dos interessados.

§ 4º. a vaga oferecida será preenchida pelo candidato que apresentar:

I - maior nível de formação na área de atuação da vaga;

a) Doutorado;

b) Mestrado;

c) Pós graduação;

d) Graduação

II - maior tempo de serviço (em dias) na área de atuação no magistério da Rede Pública Municipal de Ensino do município de Coronel Freitas/SC;

III - maior horas presenciais de cursos, seminários e/ou formação, nos últimos 03 (três) anos;

IV - no caso de empate, será considerado o candidato mais idoso, sendo decidida a vaga através de sorteio em caso de persistir o empate.

§ 5º. para efeito de vencimento, remuneração e contribuição previdenciária, seu valor deverá aumentar de forma proporcional, considerando o aumento da carga horária."

Art. 20. O Município de Coronel Freitas, quando houver vagas provisórias disponíveis na Rede Municipal de Ensino, e for de interesse público, poderá a pedido de profissional efetivo do magistério com carga horária de trabalho inferior a 40 (quarenta) horas semanais, alterar a carga horária, aumentando-a por tempo determinado até 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º. o servidor do magistério só poderá ampliar a sua carga horária em vagas de sua área de atuação desde que haja compatibilidade de horário e turno.

§ 2º. existindo vagas provisórias na rede municipal de ensino, e sendo de interesse público a alteração da carga horária dos servidores do magistério, o Município lançará edital para a inscrição dos interessados na alteração por tempo determinado de sua carga horária efetiva.

§ 3º. o quadro de vagas existentes para a alteração da carga horária, tratado neste artigo, deverá ser publicado em edital afixado em local público, e seu resumo em jornal de circulação local com antecedência de 05 dias úteis do início do prazo de inscrição dos interessados.

§ 4º. a vaga oferecida será preenchida pelo candidato que apresentar:

I - maior nível de formação na área de atuação da vaga;

- e) Doutorado;
- f) Mestrado;
- g) Pós graduação;
- h) Graduação

II - maior tempo de serviço (em dias) na área de atuação no magistério da Rede Pública Municipal de Ensino do município de Coronel Freitas/SC;

III - maior horas presenciais de cursos, seminários e/ou formação, nos últimos 03 (três) anos;

IV - no caso de empate, será considerado o candidato mais idoso, sendo decidida a vaga através de sorteio em caso de persistir o empate.

§ 5º. - para efeito de vencimento, remuneração e contribuição previdenciária, seu valor deverá aumentar de forma proporcional, considerando o aumento da carga horária.

Art. 21. O Município de Coronel Freitas, a pedido do profissional efetivo estável do magistério e respeitando o interesse público, poderá reduzir a carga horária por tempo determinado até um ano.

§ 1º. O servidor perderá a vaga na escola em que está atuando, ficará lotado na Secretaria Municipal de Educação, quando retornar ocupará a vaga que estiver disponível na sua área.

§ 2º. A redução de carga horária por prazo determinado respeitará os seguintes limites:

- a) até 20 horas semanais com a proporcional redução do vencimento, vencimentos e remuneração, para os servidores docentes e Especialistas em assuntos educacionais;
- b) Até 10 horas semanais, com a proporcional redução do vencimento, vencimentos e remuneração, para os servidores técnicos científico.

Art. 22. Os valores constantes do Anexo II serão revistos no mês de dezembro de cada ano e na data que for efetivado o Piso Nacional, caso o valor seja superior ao praticado pelo Município.

§ 1º. Os valores do Piso Nacional do magistério deverão ser retroativos.

Art. 23. O Chefe do Poder Executivo Municipal designará uma comissão para operacionalizar o enquadramento a que se refere esta Lei.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor em 01 de julho de 2015.

Art. 25. A partir de 30 de junho de 2015, revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.245/2001.

Coronel Freitas, 18 de junho de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS PERMANENTES

GRUPO	CÓD	CARGO	NÍVEL	VAGAS
I- MAGISTÉRIO – MAG NÍVEL MÉDIO 20 – HS	01.01	Professor de educação infantil	26	01
	01.02	Professor ensino fundamental - 1º ao 5º ano	26	06
	01.03	Professor de educ. jovens e adultos	26	01
I- MAGISTÉRIO – MAG NÍVEL MÉDIO 40 – HS	01.04	Professor de educação infantil	27	04
	01.05	Professor ensino fundamental - 1º ao 5º ano	27	06
	01.06	Professor de educ. jovens e adultos	27	01
II-MAGISTÉRIO – MAG-NÍVEL SUPE-RIOR 10 HORAS	01.07	Professor de educação física	28	01
	01.08	Professor de língua estrangeira	28	01
	01.09	Professor de artes	28	01
II-MAGISTÉRIO – MAG - NÍVEL SUPERIOR 20 – HS	01.10	Professor de educação infantil	29	10
	01.11	Professor ensino fundamental - 1º ao 5º ano	29	10
	01.12	Professor de educ. jovens e adultos	29	01
	01.13	Professor de educação física	29	05
	01.14	Professor de língua estrangeira	29	02
	01.15	Prof. De Informática Básica e Educativa	29	02
	01.16	Professor de artes	29	02
	01.17	Professor de Educação Especial	29	01
	01.18	Professor de Música	29	01
	01.19	Professor disciplina específica - 6º ao 9º Ano	29	01
	01.20	Professor de educação infantil	30	14
	01.21	Professor ensino fundamental - 1º ao 5º ano	30	20

II-MAGISTÉRIO	01.22	Professor de educ. jovens e adultos	30	01
– MAG – NÍVEL	01.23	Professor de educação física	30	08
SUPERIOR 40 HS	01.24	Professor de língua estrangeira	30	04
	01.25	Prof. de Informática Básica e Educativa	30	02
	01.26	Professor de artes	30	02
	01.27	Professor de Educação Especial	30	01
	01.28	Professor de Música	30	01
	01.29	Professor de Disciplina Específica-6º ao 9º Ano	30	01
III-ESPECIALIS-	02.01	Orientador Educacional	31	03
TAS EM ASSUN-	02.02	Psicopedagogo	31	02
TOS EDUC.- EAE 40h	02.03	Coordenador Pedagógico	31	06
IV-TÉCNICO CIENTÍFICO-(-	03.01	Nutricionista	16	01
TEC)	04.01	Psicólogo Escolar	18	01

ANEXO II

TABELA DE VENCIMENTOS SERVIDORES EFETIVOS

GRUPO	NÍVEL	VALOR
20 HORAS VI- MAGISTÉRIO – MAG NÍVEL MÉDIO	26	958,89
40 HORAS	27	1.917,78
10 HORAS	28	767,11
	29	1.534,22
VII-MAGISTÉRIO – MAG-NÍVEL SUPERIOR 20 HORAS	30	3.068,45
40 HORAS	30	3.068,45
VIII-ESPECIALISTAS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS- EAE 40 HORAS	30	3.068,45
V- TÉCNICO CIENTIFÍCO- TEC 40 HORAS	35	3.548,16
20 HORAS	18	2.757,41

ANEXO III

QUADRO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MAGISTÉRIO

DENOMINAÇÃO	NÍVEL	PERCENTUAL
DIRETOR DE ESCOLA		
Até 150 alunos	FCM-2	30%
De 151 a 300 alunos	FCM-4	40%
Acima de 300 alunos	FCM-5	50%
Escola integral	FCM-4	40%

* FCM – FUNÇÃO DE CONFIANÇA DO MAGISTÉRIO

ANEXO IV

LINHA DE CORRELAÇÃO PARA O ENQUADRAMENTO

SITUAÇÃO ANTERIOR (LEI 1245/2001)		SITUAÇÃO NOVA (ANEXO I)	
CARGO	NÍVEL	CARGO	NÍVEL
GRUPO III –ESPEC. EM ASSUNTOS EDUC. (EAE)	31	GRUPO III –ESPEC. EM ASSUNTOS EDUC. (EAE)	30

ANEXO V

ÁREAS DE ENSINO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO

CARGO	HABILITAÇÃO	ÁREAS DE ENSINO
Professor de Educação Infantil.	Nível médio (magistério) ou nível superior e habilitação em educação infantil	Educação Infantil;
Professor Ensino Fundamental- anos iniciais.	Nível médio (magistério) ou nível superior e habilitação em anos iniciais.	Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano
Professor Ensino Fundamental- anos iniciais	Nível superior e habilitação em anos iniciais.	Educação de Jovens e Adultos
Professor de educação especial	Nível superior e habilitação em educação especial	Educação Especial
Professor de área Específica – anos iniciais –Ensino Fundamental	Nível superior (licenciatura de graduação) na área específica de atuação.	Nas disciplinas de Educação Física, Língua Estrangeira, Artes, música e Informática Básica Educativa.
Professor de área Específica – anos finais –Ensino Fundamental	Nível superior (licenciatura de graduação)nas disciplinas específicas.	Nas disciplinas específicas de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Educação de Jovens e Adultos.

Orientador Educacional	Nível superior (licenciatura de graduação plena com habilitação em Orientação Educacional).	Educação Infantil; Ensino Fundamental Educação de Jovens e Adultos;
Psicopedagogo	Nível Superior graduação em psicopedagogia ou em psicologia ou em pedagogia, ambas com especialização em psicopedagogia.	Educação Infantil; Ensino Fundamental; Educação de Jovens e Adultos;
Coordenador Pedagógico	Nível superior (licenciatura de graduação plena com habilitação em qualquer área do magistério	Educação Infantil; Ensino Fundamental Educação de Jovens e Adultos;
Nutricionista	Portador de diploma de Nutricionista, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Educação Infantil; Ensino Fundamental; Educação de Jovens e Adultos;
Psicólogo	Portador de diploma com graduação em Psicologia com no mínimo 150 horas em disciplinas relacionadas a Psicologia Escolar/Educacional ou Graduação em Psicologia com Especialização em Psicologia Escolar/Educacional, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Educação Infantil; Ensino Fundamental; Educação de Jovens e Adultos;

ANEXO VI**ESPECIFICAÇÃO DE GRUPOS E CARGOS DO QUADRO PERMANENTE****1.0 GRUPOS VI –VII E VIII – MAGISTÉRIO E ESPECIALISTAS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS****1.1 NÍVEIS: 26, 27,28,29 e 30****1.2 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO GRUPO**

Os integrantes deste grupo desenvolvem atividades de docência e de suporte pedagógico direto à docência, incluídos os especialistas Educacionais.

1.3 DESCRIÇÃO DOS CARGOS:**1.3.1. PROFESSOR**

Participar da elaboração da Proposta Pedagógica - PPP do estabelecimento de ensino; Elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; Zelar pela aprendizagem dos alunos, dando condições para a manutenção da saúde física e psíquica dos alunos; Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; Ministrar os dias letivos e horas aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e ao desenvolvimento profissional; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;

Manter com os colegas respeito, o espírito de colaboração e solidariedade indispensável à eficiência da obra educativa; Realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos; Zelar pelo patrimônio público, pela conservação dos bens materiais, organização e limpeza, zelar pelo o bom nome da escola; Executar as demais normas estabelecidas no Regimento Escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e legislação federal, estadual e municipal.

1.3.2. PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público alvo da educação especial; Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de aula de recursos multifuncional; Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola; Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade; Orientar os professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno; Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos de linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros, de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação;

Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares;

Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social entre outros.

1.3.3. ORIENTADOR EDUCACIONAL

Participar e auxiliar na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, promovendo a articulação entre a escola, família e a comunidade; Possibilitar aos alunos maiores condições de adaptação, solução de seus problemas, proporcionando-lhes a melhor orientação quanto as suas necessidades, interesses, qualidades e responsabilidades sociais;

Informar aos pais e responsáveis, sobre a frequência e rendimento dos alunos, criando processos de integração da sociedade com a escola; Organizar e manter atualizadas as fichas de observações e dados colhidos dos alunos, colocando-os à disposição dos professores;

Opinar na organização de classes e promoção dos alunos, participando dos conselhos de classe;

Efetuar visitas às salas de aula, para acompanhamento dos alunos; Coordenar o processo de sondagem de interesses e aptidões promovendo a pesquisa de mercado de trabalho, visando à informação, orientação vocacional e profissional; Comprometer-se com o encaminhamento dos alunos com relação à saúde física, mental e audiovisual; Participar do processo de identificação das causas que dificultam a aprendizagem do aluno, estabelecendo estratégias de recuperação; Executar outras atividades compatíveis com a função.

1.3.4. PSICOPEDAGOGO

Identificar áreas de competência e limitações, visando entender as origens das dificuldades e/ou distúrbio de aprendizagem, mediante a utilização de instrumentos e técnicas próprios de Psicopedagogia. Realizar uma análise do material, do ambiente, do espaço físico oferecido ao aluno que apresenta dificuldade de aprendizagem, apresentando soluções. Contribuir no esclarecimento de dificuldades de aprendizagem que não têm como causa apenas deficiências do aluno, mas que são conseqüências de problemas escolares, tais como: Organização da instituição; Métodos de ensino; Relação professor/aluno; Linguagem do professor, dentre outros. Assessorar e esclarecer a escola a respeito de diversos aspectos do processo de ensino-aprendizagem, buscando ampliar o conhecimento dos segmentos escolares quanto a importância da psicopedagogia. Atuar preventivamente junto aos professores explicitando sobre habilidades, conceitos e princípios para que ocorra a aprendizagem. Trabalhar com a formação continuada dos professores, analisando os currículos e projetos junto com a coordenação pedagógica; Atuar junto com a família/alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, levando-o a aprender a lidar com seu próprio modelo de aprendizagem, considerando que esses problemas podem ser derivados: das suas estruturas cognitivas, de suas questões emocionais, da sua resistência em lidar com o novo ou outra derivação que possa se apresentar. Buscar atividades variadas para vencer os obstáculos que se impõem ao processo de aprendizagem para que o aprendiz possa retomá-lo com maior autonomia e sucesso. Buscar auxílio de outros profissionais se necessário for, como o neurologista, psicólogo e fonoaudiólogo para aprofundar tal investigação. Manter contatos periódicos com a equipe escolar (Direção, Orientadores e professores) e responsáveis pela criança, ou adolescente, visando maior integração entre escola-família. Zelar pelo sigilo profissional, ou seja, o psicopedagogo deverá manter sigilo sobre os fatos de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua atividade, podendo compartilhar essas informações com outros profissionais envolvidos no atendimento do cliente, desde que também sujeitos a sigilo profissional, sendo que o desrespeito a essas normas configura infração disciplinar grave. Desempenhar outras atividades correlatas.

1.3.5. COORDENADOR PEDAGÓGICO

Responsabilizar-se pelo funcionamento Geral da Secretaria Escolar; Conhecer a legislação do ensino vigente, zelando pelo seu cumprimento, no âmbito de suas atribuições; Dominar instrumentos tecnológicos (computador, internet, Data show, Notebook, DVD e outros); Evitar a presença de pessoas estranhas na Secretaria escolar, a não ser que haja autorização da Direção; Cumprir as determinações da Direção da escola e da Secretaria de Educação; Zelar pela ética profissional e guardar sigilo dos documentos escolares; É responsável pelo arquivo e registro dos seguintes documentos: Diários de classe e todos os registros (avaliativos) individuais e coletivos dos estudantes; Livros de atas de todos os segmentos da comunidade escolar; Registros relativos à oficialização de toda a documentação da escola; Orientar e cuidar do ponto dos funcionários; Livro ou fichas de matrículas dos alunos; Estatísticas (censo) da escola e relatório anual de notas dos alunos; Correspondências escolares; Organizar de forma funcional, com capacidade de proporcionar rapidez nas informações a Secretaria Escolar. Elaborar os relatórios oficiais solicitados, encaminhando-os em tempo hábil à Secretaria Municipal de Educação; Responsabilizar-se pela matrícula e prestar assistência correta para a permanência do aluno na escola. Analisar, juntamente com a Direção ou professores, as transferências recebidas. Assinar, junto com o Diretor a documentação escolar dos alunos. Coordenar os serviços de material áudio visual, bibliográfico e recreativo da escola. Auxiliar na laboração e no cumprimento do calendário escolar. Fornecer informações sobre a alimentação escolar a Secretaria Municipal de Educação e Conselho da Alimentação Escolar. Secretariar e auxiliar na organização das solenidades e outros eventos que forem promovidos pela unidade escolar. Comunicar ao Diretor (a) as irregularidades ocorridas na escola. Assessorar o Diretor (a) e representá-lo quando for necessário. Apresentar ao Diretor (a), em tempo hábil, todos os documentos que devem ser assinados e encaminhados aos setores ou órgãos. Assessorar os professores quando for necessário. Tratar todos com respeito (Funcionários, pais, professores, alunos, visitantes etc.).

1.4 REGIME DE TRABALHO/CARGA HORÁRIA:

Estatutário / carga horária de 10 (dez) a 40 (quarenta) horas semanais.

1.5 CONDIÇÕES PARA INGRESSO:

Habilitação em concurso público de provas e títulos.

1.6 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Professor de Educação Infantil: Nível médio (magistério) ou nível superior em pedagogia com habilitação em Educação Infantil.

Professor de ensino fundamental: Nível médio (magistério) ou nível superior em pedagogia com habilitação em séries iniciais.

Professor de Educação Física: Nível superior licenciatura em educação física.

Professor de Língua Estrangeira: Nível superior licenciatura em língua estrangeira.

Professor de Artes: Nível superior licenciatura em artes.

Professor de Música: Nível superior licenciatura em Música.

Professor de Informática Básica e Educativa: Nível superior Bacharel em ciências da computação ou sistemas de informação.

Professor de Educação Especial: Nível superior com graduação em pedagogia com habilitação em educação especial.

Professor de Educação de Jovens e Adultos: Nível superior com graduação na área de atuação.

Professor de 6º ao 9º ano do ensino fundamental: Nível superior nas áreas específicas.

Especialista em Orientação Educacional: Nível superior em Pedagogia com habilitação em Orientação.

Psicopedagogo: Nível Superior graduação em psicopedagogia, graduação em psicologia ou pedagogia, sendo ambas com especialização em psicopedagogia.

Coordenador Pedagógico: Nível Superior graduação nas áreas específicas do magistério.

2.0 GRUPOS V – TÉCNICO CIENTÍFICO

2.1 NÍVEIS: 18 e 35

2.2 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO GRUPO

Os integrantes deste grupo realizam pesquisas e aplicam conhecimento na solução de problemas de ordem técnica, didática e pedagógica

nas escolas do município na inerentes às áreas profissionais de cada atividade.

2.3 DESCRIÇÃO DOS CARGOS:

2.3.1. NUTRICIONISTA

Proceder ao planejamento, coordenação e supervisão de programas e/ou serviços de nutrição nas áreas de saúde, educação e do trabalho, entre outros; Realizar análise de carências nutricionais/alimentares além do aproveitamento conveniente de recursos dietéticos; Proceder ao controle de estoque, preparo, conservação, além da distribuição de alimentos; Contribuir no desenvolvimento de ações educativas, visando colaborar na aquisição de hábitos alimentares adequados da população; Participar da equipe multidisciplinar, auxiliando no planejamento, elaboração e execução de ações da vigilância epidemiológica, sanitária e de saúde do trabalhador; Zelar por sua própria segurança e de terceiros, bem como pela preservação e conservação de materiais e equipamentos de trabalho; Cumprir o código de ética profissional; Participar efetivamente da política de saúde do município através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde; Planejar serviços e programas de nutrição nos campos hospitalares, de saúde pública, educação e de outros similares; Organizar cardápios e elaborar dietas; e desempenhar outras tarefas

2.3.2. PSICÓLOGO

PERFIL: Promover o desenvolvimento intelectual, social e educacional de crianças nas escolas, estabelecendo programas e consultas, efetuando pesquisas, treinando professores e tratando de crianças, jovens e profissionais da educação com problemas.

Atribuições: Ao cargo de psicólogo escolar o perfil caracteriza atuações como: Agente de mudanças: buscar a mobilização da comunidade escolar com a finalidade de pensar juntos sua realidade, suas reais funções, organização, funcionamento e relações mantidas com outras instituições e estrutura social, bem como questionar as relações e comunicações interpessoais estabelecidas no meio escolar, começando com a organização de equipes multiprofissionais realmente atuantes; Participar da elaboração de currículos e programas educacionais: a atuação do psicólogo seria a de questionar juntamente com a equipe técnica pedagógica os fatores culturais, sociais e econômicos de sua comunidade escolar, visando a qualidade de ensino, tanto em relação a satisfação dos profissionais da educação quanto do rendimento e satisfação do aluno, podendo reduzir repetência e evasão escolares, pela motivação adequada e fundamentada em preceitos técnicos científicos bem como sócio-psíquico-pedagógicos reais; • Supervisionar e acompanhar a execução de programas de reeducação psicopedagógicas: no que se refere às dificuldades de aprendizagem observada nos alunos, ao psicólogo escolar cabe a elucidação das causas, dinâmica e consequência psicológica de tais processos, de cunho emocional ou maturacional. Havendo compreensão dos níveis de dificuldade dos alunos em questão, estruturam-se programas de reeducação com a equipe técnica pedagógica onde novamente o psicólogo escolar mediante técnicas e procedimentos próprios da profissão, auxilia os professores no trabalho direto com o aluno e acompanhamento dos mesmos; A ação do psicólogo escolar tem em especial a visão do desenvolvimento estrutural do ser humano, compreendendo a influência de variáveis internas e externas que determinam a maturação neuro-psicológica, podendo orientar o processo educativo; O psicólogo escolar como agente de mudança avalia entraves interativos, da comunidade escolar, político-pedagógicos, das equipes multiprofissionais e das funções e proposições da instituição educacional, questionando

procedimentos e oferecendo propostas de mudanças que visam melhorar as relações no processo ensino-aprendizagem; Efetiva participação do psicólogo na elaboração e implantação de currículos educacionais nas escolas torna-o hábil pela sua formação que lhe dá conhecimento dos processos humanos de maturação neuro-psicológica, da inteligência, habilidades psicomotoras, relações afetivas e sociais e mecanismos adaptativos, os quais são elementos presentes na atividade escolar;- Cabe ao psicólogo escolar reconhecer e avaliar alunos com dificuldade diante das exigências educacionais, utilizando-se de conhecimentos clínicos aplicados diferentemente, conforme a especialidade. Após o parecer completo do aluno, em se verificando comprometimento orgânico ou emocional, encaminhar à especialidades necessárias e, uma vez observadas necessidades psicopedagógicas, em parceria com os demais profissionais da educação, organizar programas que visem o desenvolvimento específico de cada dificuldade detectada;- Atuar na orientação de pais em situações em que houver necessidade de acompanhamento e encaminhamento do aluno para outros profissionais, como o Psicólogo Clínico, etc.; Orientação, capacitação e treinamento de professores sobre como trabalhar em sala de aula levando em consideração aspectos educacionais implementando a metodologia de ensino que favoreça a aprendizagem e o desenvolvimento intelectual, social e emocional do aluno.

2.4 REGIME DE TRABALHO E CARGA HORÁRIA

- Nutricionista: 40 horas semanais
- Psicólogo: 20 (vinte) horas semanais

2.5 CONDIÇÕES PARA INGRESSO

Concurso público de provas e títulos.

2.6 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Nutricionista: Portador de Diploma de Nutricionista, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Psicólogo: Portador de Diploma de Psicologia, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

LEI MUNICIPAL N. 2.078

LEI MUNICIPAL Nº. 2.078, 18 de junho de 2015.

Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, das autarquias e das fundações públicas municipais.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

TÍTULO I
CAPÍTULO ÚNICO
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º. Esta Lei Complementar institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Coronel Freitas, das autarquias e das fundações públicas municipais.

Art. 2º. Para os efeitos desta Lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art.3º. Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

Parágrafo único. Os cargos públicos são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Art.4º. É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos de serviço voluntário, previsto na Lei Federal 9.608/98.

TÍTULO II
DO PROVIMENTO, VACÂNCIA, REMOÇÃO E SUBSTITUIÇÃO
CAPÍTULO I
DO PROVIMENTO

Seção I
Disposições Gerais

Art. 5º. São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- I - o gozo dos direitos políticos;
- II - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- III - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- IV - a idade mínima de dezoito anos;
- V - aptidão física e mental.

§ 1º. As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

§ 2º. As pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 5 % (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso.

Art. 6º. O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder.

Art. 7º. A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Art. 8º. São formas de provimento de cargo público:

- I - nomeação;
- II - readaptação;
- III - reversão;
- IV - aproveitamento;
- V - reintegração;

VI - recondução.

Seção II
Da Nomeação

Art. 9º. A nomeação far-se-á:

- I - em caráter efetivo;
- II - em comissão, para cargos declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

Art. 10. A nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos à ordem de classificação, o prazo de sua validade e o número de vagas previsto em lei.

Art. 11. O servidor ocupante de cargo em comissão poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

Seção III
Do Concurso Público

Art. 12. O concurso será de provas ou de provas e títulos de acordo com a natureza e a complexidade do cargo, na forma prevista em lei e nas condições estabelecidas em edital.

Parágrafo único: o concurso para preenchimento dos cargos de nível superior obrigatoriamente serão realizados através de provas e títulos.

Art. 13. O concurso público terá validade de até 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§ 1º. O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado em jornal diário de grande circulação e nos murais da Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores.

§ 2º. Não se abrirá novo concurso público, enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior, com prazo de validade não expirado.

Seção IV
Da Posse e do Exercício

Art. 14. A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.

§ 1º. A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da convocação da nomeação, prorrogável por mais trinta dias, a requerimento do interessado.

§ 2º. Em se tratando de servidor que esteja, na data da convocação, em licença ou em afastamento, legalmente concedidos, o prazo será contado do término do impedimento.

§ 3º. Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

§ 4º. No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, comprovação do tempo de serviço anterior e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

§ 5º. Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo.

Art. 15. A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica.

Parágrafo único. Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

Art. 16. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público.

§ 1º. É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

§ 2º. Serão tornados sem efeito os atos de nomeação e da posse, se o servidor não entrar em exercício no prazo previsto no parágrafo anterior.

§ 3º. À autoridade competente, do órgão ou entidade para onde for nomeado o servidor, compete dar-lhe exercício.

Art. 17. O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

§ 1º. Ao ser empossado, o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao seu assentamento individual.

§ 2º. Os servidores serão lotados nas unidades que integram a estrutura administrativa municipal, sendo que a atribuição de exercício compete ao respectivo Secretário Municipal ou cargo equivalente.

§ 3º. O servidor do magistério público municipal, estável ou efetivo, terá lotação em vagas identificadas em Escola ou Centro de Educação Infantil indicada no ato de sua nomeação e/ou nos atos posteriores.

§ 4º. O servidor do magistério efetivo designado para exercer função de direção, chefia ou assessoramento ou investido em cargo de provimento em comissão do Município, permanecerá com sua lotação.

§ 5º. No caso do parágrafo anterior, a respectiva lotação será considerada vaga vinculada ao respectivo professor, pelo tempo em que durar a designação.

§ 6º. O servidor do magistério perderá a lotação em unidade escolar, quando permanecer afastado por perícia médica, por período igual ou superior a 2 (dois) anos consecutivos;

§ 7º. No caso previsto no parágrafo anterior, ao retornar, o servidor deverá assumir vaga em unidade escolar onde haja disponibilidade, até que adquira nova lotação;

§ 8º. O servidor do magistério afastado por perícia médica, em readaptação de função, será designado para exercer função compatível com a indicação médica, não perdendo o papel pedagógico de sua função, em comum acordo entre servidor e Secretaria da Educação, para atender às necessidades pedagógicas da unidade escolar.

Art. 18. Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e de oito horas diárias, à exceção dos locais de trabalho, que por interesse público, funcionem vinte e quatro horas ininterruptamente, quando será fixada escala de revezamento.

§ 1º. O ocupante de cargo em comissão submete-se a regime de dedicação integral ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração.

§ 2º. O disposto neste artigo não se aplica à jornada de trabalho

estabelecida em leis especial.

§ 3º. A supressão da jornada normal de trabalho sofrerá proporcional redução salarial, observado os limites estabelecidos no caput deste artigo, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Art. 19. Atendendo o interesse público, poderá ser adotado regime de trabalho diferenciado em turno único de 6 (seis) horas ininterruptas, sem prejuízo aos vencimentos.

Parágrafo único: durante o exercício de trabalho diferenciado em turno único, o pagamento de horas-extras somente será devido a partir da 8ª (oitava) hora de trabalho.

Art. 20. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 03 (três) anos, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação anual para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:

- I – Assiduidade e Pontualidade;
- II – Produtividade;
- III – Responsabilidade;
- IV – Disciplina;
- V - Idoneidade Moral;
- VI – Dedicação ao Serviço Público;
- VII – Cooperação;
- VIII – Criatividade;
- IX – Organização e Planejamento;
- X – Qualidade;
- XI – Conhecimento do Trabalho;
- XII – Bom senso e iniciativa;
- XIII – Apresentação Pessoal.

§ 1º. Quinze dias antes do término do período de estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente, à avaliação de desempenho do servidor, sem prejuízo da continuidade de de apuração dos fatores enumerados nos incisos I a XIII deste artigo.

§ 2º. O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no art. 28.

§ 3º. O servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão.

§ 4º. Ao servidor em estágio probatório somente poderão ser concedidas as licenças e os afastamentos previstos nos inc. II, V, VII, VIII do art. 88.

§ 5º. O estágio probatório ficará suspenso durante o exercício de cargo em comissão e nos seguintes casos:

- a) Licença por motivo de doença em pessoa da família;
- b) Licença para atividade política;
- c) Licença à adotante;
- d) Durante o período em que o servidor estiver em gozo de benefício do INSS;
- e) Licença Maternidade;
- f) Licença Paternidade.

Seção V Da Estabilidade

Art. 21. O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade ao completar 03 (três) anos de serviço público municipal.

Parágrafo único. Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão

instituída para essa finalidade.

Art. 22. O servidor público estável só perderá o cargo:

- I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
- II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
- III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma desta lei complementar, assegurada ampla defesa.

Seção VI Da Readaptação

Art. 23. Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.

Parágrafo único. A readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Seção VII Da Reversão

Art. 24. Reversão é o retorno ao trabalho de servidor aposentado por invalidez, que recuperou sua capacidade para o trabalho, declarada por meio de exame médico pericial a cargo da previdência social.

Art. 25. A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

Parágrafo único. Encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Art. 26. Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade.

Seção VIII Da Reintegração

Art. 27. A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

Parágrafo único. Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização.

Seção IX Da Recondução

Art. 28. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

- I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;
- II - reintegração do anterior ocupante.

Parágrafo único. Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro cargo, de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado, ou ainda, posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Seção X Da Disponibilidade e do Aproveitamento

Art. 29. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Parágrafo único. É vedado prover o cargo declarado desnecessário ou criar cargo com atribuições iguais ou semelhantes ao extinto, pelo prazo de quatro anos.

Art. 30. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Art.31. O servidor em disponibilidade será aproveitado em vaga que vier a ocorrer na Administração Pública Municipal.

Art. 32. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade, se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo por motivo de doença, devidamente comprovada.

CAPÍTULO II DA VACÂNCIA

Art. 33. A vacância do cargo público decorrerá de:

- I - exoneração;
- II - demissão;
- III - readaptação;
- IV - aposentadoria;
- V - posse em outro cargo inacumulável;
- VI - falecimento.

Art. 34. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício.

Parágrafo único. A exoneração de ofício dar-se-á quando:

- I – quando não satisfeitas as condições do estágio probatório e Não couber recondução;
- II - quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no Prazo estabelecido.

Art. 35. A exoneração de cargo em comissão dar-se-á:

- I - a juízo da autoridade competente;
- II - a pedido do próprio servidor.

CAPÍTULO III DA REMOÇÃO

Seção Única Da Remoção

Art. 36. Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro de pessoal.

§ 1º. Para fins do disposto neste artigo, entende-se por modalidades de remoção:

- I - de ofício, no interesse da Administração, inclusive quando estiver em estágio probatório;
- II - a pedido do servidor, a critério da Administração;
- III - por permuta, exclusiva para os servidores do magistério público municipal.

§ 2º. A remoção por permuta dar-se-á através do pedido conjunto dos servidores do magistério interessados, desde que seja observada a compatibilidade de área de atuação e carga horária, conforme regulamentado em edital da Secretaria de Educação e somente será em caráter definitivo.

§ 3º. A remoção a pedido, no caso dos servidores do magistério público municipal, ocorrerá anualmente entre o término e o início do ano letivo subsequente, a partir da publicação de edital próprio para tanto.

§ 4º. O quadro de vagas disponíveis para a remoção a pedido, processada nos termos do parágrafo anterior, será publicado no dia de início do prazo de inscrição para a remoção.

§ 5º. Quando existir mais de um candidato por vaga, no caso dos servidores do magistério, serão utilizados os seguintes critérios:

- a) maior titulação na área de atuação;
- b) maior tempo de serviço no magistério público municipal;
- c) maior idade;
- c) sorteio na presença dos candidatos inscritos nas vagas.

§ 6º. A remoção de ofício, no caso dos servidores do magistério público municipal, será efetuada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, em caso de:

- a) extinção ou desativação da Escola de Ensino Fundamental ou de Educação Infantil;
- b) redução do número de vagas para a lotação na Escola de Ensino Fundamental ou de Educação Infantil;

§ 7º. Quando for necessário, na remoção de ofício de que a alínea "b" do parágrafo anterior serão utilizados os seguintes critérios eliminatórios de desempate para definir o servidor do magistério que será removido:

- a) opção por lotação existente em outra Escola na Escola de Ensino Fundamental ou de Educação Infantil;
- ;
- b) menor tempo de lotação na respectiva na Escola de Ensino Fundamental ou de Educação Infantil;
- c) menor tempo de serviço no magistério público municipal;
- d) sorteio na presença dos servidores interessados.

§ 8º. O servidor do magistério removido nos termos das alíneas "a", "c" e "d" do parágrafo anterior terá a sua nova lotação definida através de:

- a) escolha de vaga disponível apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, estabelecendo-se a disputa no § 5º deste artigo, quando houver mais de um candidato por vaga;
- b) vinculação da lotação na Secretaria de Educação e Cultura, com preenchimento de vaga vinculada em Escola de Ensino Fundamental ou de Educação Infantil, no máximo até o retorno do respectivo titular.

CAPÍTULO IV DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 37. O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo ou em comissão poderá ser substituído durante o período de afastamento ou impedimento legal, mediante ato da autoridade competente.

§ 1º. O substituto assumirá cumulativamente, sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo do substituído, nos afastamentos e impedimentos do titular, hipóteses em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o respectivo período.

§ 2º. Em se tratando de cargos acumuláveis na atividade e havendo compatibilidade de horários, poderá perceber a remuneração do seu cargo mais a do cargo substituído.

TÍTULO III DOS DIREITOS E VANTAGENS

CAPÍTULO I DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 38. Para efeitos desta lei entende-se por:

- I – Vencimento base: é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei;
- II – Vencimentos: é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei;
- III – Remuneração: é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei.

Parágrafo único. Nenhum servidor receberá, a título de vencimento, importância inferior ao menor vencimento base.

Art. 39. Os vencimentos são irredutíveis, ressalvado o disposto no art.18, § 3º.

Art. 40. Nenhum servidor poderá perceber, cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, remuneração superior ao subsídio mensal, em espécie, do Prefeito Municipal.

Parágrafo único. Exclui-se do teto de remuneração as vantagens previstas no art. 48 e o terço a mais de férias, previsto no art. 82.

Art. 41. O servidor perderá:

- I - a remuneração do dia em que faltar ao serviço, sem motivo justificado;
- II - a remuneração proporcional do dia nos seguintes casos:

- a) atrasos e ausências injustificadas, ressalvadas as concessões de que trata o art. 111 e 112;
- b) saídas antecipadas, salvo na hipótese de compensação de horário, até o mês subsequente ao da ocorrência, a ser estabelecida pela chefia imediata.

Parágrafo único. As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.

Art. 42. Salvo por imposição legal, ou decisão em processo administrativo, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

Parágrafo único. É possível o servidor realizar consignação em folha de pagamento, de financiamento realizado com apenas 01 instituição de crédito, e desde que não comprometa mais de 30% de sua remuneração.

Art. 43. As reposições e indenizações ao erário serão previamente comunicadas ao servidor e descontadas em parcelas mensais na folha de pagamento.

§ 1º. O desconto referente à indenização depende de decisão administrativa ou judicial que não caiba recurso.

§ 2º. As reposições ou indenizações serão feita em parcelas mensais, em valores não excedente a 30% (trinta por cento) da remuneração ou provento percebido pelo servidor.

§ 3º. A reposição será feita em uma única parcela quando constatado pagamento indevido no mês anterior ao do processamento da folha.

§ 4º. Quando forem constatados erros e diferenças na folha de pagamento por parte do Município, o mesmo efetuará acerto num

prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data de constatação do erro ou da diferença, pelo Departamento de Recursos Humanos.

Art. 44. O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, ou ainda aquele cuja dívida relativa à reposição seja superior a cinco vezes o valor de sua remuneração terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito, a contar do ato exoneratório ou de demissão.

§ 1º. A não quitação do débito no prazo previsto implicará sua inscrição em dívida ativa.

§ 2º. Os valores percebidos pelo servidor, em razão de decisão liminar, de qualquer medida de caráter antecipatório ou de sentença, posteriormente cassada ou revista, deverão ser repostos no prazo de trinta dias, contados da notificação para fazê-lo, sob pena de inscrição em dívida ativa.

Art. 45. O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.

Art. 46. A remuneração dos servidores públicos será fixada ou alterada por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Art. 47. É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para fins de remuneração dos servidores do município.

CAPÍTULO II DAS VANTAGENS

Art. 48. Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

- I – diárias;
- II – 13º vencimento;
- III – do sobreaviso
- IV – adicionais;

Parágrafo único. As vantagens a que se refere o “caput” deste artigo não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.

Art. 49. Os acréscimos pecuniários percebidos pelo servidor, não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Seção I Das Diárias

Art. 50. A concessão de diárias será prévia e formalmente autorizada pelo ordenador de despesas

Art. 51. A diária será concedida quando do deslocamento temporário dos servidores e agentes públicos, para fora do território municipal, para custear as despesas de alimentação e hospedagem, considerando-se como diária integral o período de afastamento superior a 12 (doze) horas, e como meia diária o período de afastamento entre 06 (seis) e 12 (doze) horas.

§ 1º. A diária será concedida quando o deslocamento for superior à 100 Km.

Art. 52. A autorização para deslocamento e a concessão de diária ocorrerão após a formalização do pedido que conterà, no mínimo:

- I - matrícula, nome, cargo, emprego ou função do servidor;
- II - justificativa do deslocamento;
- III - indicação do período do deslocamento e do destino.

§ 1º. A diária será paga antes do início da viagem, de uma só vez, salvo situações excepcionais ou previstas na legislação própria do ente.

§ 2º. Os períodos de deslocamentos iniciados em sextas feiras e em dias não úteis serão expressamente justificados e autorizados pela autoridade competente.

§ 3º. O pagamento das diárias correspondentes aos deslocamentos que se estenderem por tempo superior ao previsto deve estar acompanhado da autorização da prorrogação concedida pela autoridade competente.

§ 4º. As despesas com pousada, alimentação e locomoção de agente que permanecer no local de destino após o término do período autorizado, serão por ele custeadas.

Art. 53. Valores das diárias são previstos em Unidade de Fiscal de Referência Municipal – UFRM, conforme tabela abaixo:

Cargos	Capitais de Estado, cidades do interior e outras localidades	Capital Federal e Exterior
Prefeito e Vice-Prefeito	189	264
Motoristas de Veículos da Saúde	75	113
Secretários Municipais e Demais Servidores	113	170

§ 1º. Será facultado o ressarcimento pelos comprovantes de despesa efetivamente realizada pelo servidor.

Art. 54. O beneficiário prestará contas das diárias recebidas em formulário próprio contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- I - identificação: nome, matrícula, cargo, emprego ou função do agente;
- II - deslocamento: data e hora de saída do local de origem e de chegada ao local de destino;
- III - meio de transporte utilizado;
- IV - descrição sucinta do objetivo da viagem;
- V - número de diárias e o montante creditado.

Art. 55. A prestação de contas de recursos concedidos a título de diárias, para comprovação da efetiva realização da viagem, a estada no local de destino e o cumprimento dos objetivos, será instruída com os seguintes documentos:

I - Comprovantes do deslocamento:

- a) Ordem de Tráfego e Autorização para Uso de Veículo, em caso de viagem com veículo oficial;
- b) bilhete de passagem se o meio de transporte utilizado for o coletivo, exceto aéreo;
- c) comprovante de embarque em se tratando de transporte aéreo.

II - Comprovantes da estada no local de destino:

- a) nota fiscal de hospedagem;
- b) nota fiscal de alimentação;
- c) nota fiscal de abastecimento de veículo oficial, no caso de motorista;
- d) outros documentos idôneos capazes de comprovar a estada.

III - Comprovantes do cumprimento do objetivo da viagem:

- a) fotocópia de ata de presença em reunião ou missão;

- b) ofício de apresentação com o ciente da autoridade competente, quando se tratar inspeção, auditoria e similares;
- c) declaração de agente público quando se tratar de visita a entidades e órgãos públicos;
- d) lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento, atividades de capacitação ou formação profissional;
- e) outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem.

§ 1º. O beneficiário é obrigado a restituir integralmente as diárias consideradas indevidas, sem prejuízo da competente apuração de responsabilidades.

§ 2º. No caso de retorno antecipado ou se, por qualquer circunstância, não tiver sido realizada a viagem, o beneficiário restituirá o saldo ou a totalidade das diárias no prazo estabelecido pelo concedente.

Art. 56. O beneficiário prestará contas das diárias recebidas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do dia subsequente ao retorno.

Art. 57. Constatada a ausência da prestação de contas será adotadas as providências administrativas visando regularizar a situação.

Parágrafo único - Persistindo a ausência da prestação de contas, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá instaurar Tomada de Contas Especial, na forma do regulamento de Instrução Normativa do Tribunal de Contas.

Art. 58. Que a Tomada de Contas Especial, deverá observar o regulamento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Seção II Do 13º Vencimento

Art. 59. A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da média da remuneração a que o servidor percebeu no respectivo ano.

Parágrafo Único - A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.

Art. 60. O 13º vencimento será pago até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro, ficando facultado à administração municipal adiantar, a partir do mês de junho, até 50% (cinquenta por cento) da remuneração do servidor.

Parágrafo único. O valor do 13º vencimento, adiantado nos termos do caput, será descontado por ocasião do pagamento da parcela final ou das verbas rescisórias, no caso de exoneração ou demissão do servidor.

Art. 61. O servidor exonerado perceberá o 13º vencimento proporcionalmente aos meses de exercício, calculado sobre a remuneração do mês da exoneração, aplicando-se, no que couber, o parágrafo único do art. 59.

Art. 62. O 13º vencimento não será considerado para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

Seção III Do Sobreaviso

Art. 63. Fica instituído, o regime excepcional de trabalho sob a forma de sobreaviso, considerando-se de sobreaviso o servidor que permanecer aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço.

§ 1º. A indenização de sobreaviso, instituída no caput deste artigo,

não será incorporada, em nenhuma hipótese à remuneração e fará parte da base de cálculo somente da concessão do 13º salário.

§ 2º. Ao servidor de sobreaviso, será paga vantagem financeira mensal, atribuindo-se como valor/hora a importância correspondente a 50% (cinquenta por cento) da hora normal de trabalho.

§ 3º. Fica estabelecido em cem horas o limite máximo de hora em regime de sobreaviso/mês.

Seção IV Dos Adicionais

Art. 64. Serão concedidos aos servidores os seguintes adicionais:

- I - adicional pelo exercício de atividades insalubres e perigosas;
- II - adicional pela prestação de serviço extraordinário;
- III - adicional noturno;
- IV - adicional por titulação;
- V - adicional por progressão por mérito;
- VI - adicional de prêmio assiduidade.

Subseção I Dos Adicionais de Insalubridade e Periculosidade

Art. 65. Os servidores que trabalham com habitualidade em locais considerados insalubres ou perigosos, identificados em laudo técnico de condições ambientais de trabalho, farão jus ao adicional de insalubridade ou periculosidade, conforme o caso, calculado sobre o piso mínimo do município.

§ 1º. Observado o disposto no caput, o servidor que trabalhar em local insalubre e perigoso, ao mesmo tempo, deverá optar por um dos adicionais.

§ 2º. O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

§ 3º. Os percentuais de cada adicional, com a definição dos níveis de graduação da periculosidade e da insalubridade, serão os constantes de laudo pericial, elaborado por profissionais habilitados para tanto.

Art. 66. Haverá permanente controle das operações e atividades desenvolvidas pelos servidores, especialmente àquelas realizadas em locais considerados insalubres ou perigosos.

Subseção II Do Adicional por Serviço Extraordinário

Art. 67. A realização de serviço extraordinário será permitido para atender situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 02 (duas) horas diárias, em dias úteis, e de, no máximo, 10 (dez) horas diárias em sábados, domingos e feriados, devidamente autorizadas pela chefia imediata.

§ 1º. Aos ocupantes de Cargo Comissionado que realizarem serviços extraordinários, não será devido o adicional de que trata este artigo.

§ 2º. Os somatórios das horas extraordinárias mensais não poderá ultrapassar a quantia de 50 (cinquenta) horas mensais, podendo serem transformadas em folgas, a razão de uma hora por uma hora, para gozo em data futura acordada entre as partes.

§ 3º. Mediante justificativa que comprove a situação de emergência ou de interesse público, poder-se-á pagar a integralidade das horas extras realizadas pelo servidor.

§ 4º. No período de turno único, o adicional por serviço extraordinário é devido a partir da 8ª (oitava) hora de trabalho diário.

Art. 68. O serviço extraordinário será remunerado da seguinte forma:

- I - de segunda-feira à sexta-feira, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho;
- II - sábados, domingos e feriados, com acréscimo de 100% (cem por cento) em relação à hora normal de trabalho.

Subseção III Do Adicional Noturno

Art. 69. O serviço noturno, prestado no horário compreendido entre as 22:00 (vinte e duas) horas de um dia e 05:00 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor hora acrescido de 20% (vinte por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

Parágrafo único. Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que trata este artigo incidirá sobre a remuneração prevista no art. 68.

Subseção IV Do Adicional por Titulação

Art. 70. O servidor estável, que apresentar título superior àquele exigido para o cargo, para o qual foi concursado fará jus ao adicional correspondente, conforme estabelecido na tabela abaixo, calculado sobre o vencimento base do servidor e discriminado separadamente na folha de pagamento, de acordo com a denominação da verba.

ADICIONAL DE TITULAÇÃO		
TÍTULO	DENOMINAÇÃO DA VERBA	% SOBRE O VENCIMENTO DO SERVIDOR
ENSINO FUNDAMENTAL	ADICIONAL DE ENSINO FUNDAMENTAL	10%
ENSINO MÉDIO	ADICIONAL DE ENSINO MÉDIO	10%
GRADUAÇÃO	ADICIONAL DE GRADUAÇÃO	10%
ESPECIALIZAÇÃO	ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO	10%
MESTRADO	ADICIONAL DE MESTRADO	20%
DOUTORADO	ADICIONAL DE DOUTORADO	30%

ADICIONAL DE TITULAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO		
GRADUAÇÃO	ADICIONAL DE GRADUAÇÃO	60%
ESPECIALIZAÇÃO	ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO	10%
MESTRADO	ADICIONAL DE MESTRADO	20%
DOUTORADO	ADICIONAL DE DOUTORADO	30%

Art. 71. O membro do magistério estável, que atingir a titulação de grau superior com licenciatura plena, exigida pela LDB, fará jus a um adicional de titulação correspondente a 60%, calculado sobre o vencimento base do servidor e discriminado separadamente na folha de pagamento, sob a denominação de adicional de titulação por grau de instrução. Os demais adicionais incidirão sobre o salário base do magistério nível superior.

Art. 72. A concessão do adicional por titulação, dar-se-á após a apresentação do diploma e/ou certificado devidamente registrado no Ministério da Educação, junto ao setor de recursos humanos, acompanhado de requerimento endereçado ao Chefe do Executivo Municipal.

Art. 73. É vedado o acúmulo de adicional de titulação, sob a mesma denominação.

Subseção V Do Adicional por Progressão por Mérito

Art. 74. A Progressão por Mérito de 1,5% (um vírgula cinco por cento) será concedida ao servidor municipal ocupante de cargo efetivo estável, no mês de junho de cada ano, que preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

- I - obter percentual igual ou superior a 80% (oitenta por cento) na avaliação de desempenho;
- II - comprovar a participação em cursos de aperfeiçoamento, totalizando carga horária mínima de:
 - a) Serviços gerais: 16 (dezesseis) horas/aulas;
 - b) Serviços operacionais: 16 (dezesseis) horas/aulas;
 - c) Serviços auxiliares: 40 (quarenta) horas/aulas;
 - d) Técnico Profissional: 60 (sessenta) horas/aulas;
 - e) Técnico Científico: 80 (oitenta) horas/aulas;
 - f) Profissionais do Magistério: 80 (oitenta) horas.

§ 1º. Considerar-se-á para os fins do inciso II, os cursos de aperfeiçoamento realizados de janeiro a dezembro do ano imediatamente anterior, dentro da área de atuação ou afim, bem como aqueles ministrados pelo próprio Município.

§ 2º. O percentual previsto no caput, será aplicado sobre o vencimento base do servidor.

Subseção VI Do Adicional por Prêmio Assiduidade

Art. 75. O adicional por prêmio assiduidade é concedido 02 (duas) vezes durante o ano ao servidor efetivo e estável, que no semestre possuir no máximo 01 dia de falta justificada ou não.

Parágrafo único: o valor do adicional por prêmio assiduidade é de 50% (cinquenta por cento) do piso mínimo do município.

Art. 76. O adicional por prêmio assiduidade será pago nas seguintes datas:

- I - Primeiro pagamento até o 5º dia útil do mês de agosto, referente ao período de 1 (um) de janeiro a 30 de junho;
- II - Segundo pagamento até o 5º dia útil do mês de fevereiro, referente ao período de 1 (um) de julho a 31 de dezembro;

Art. 77. O adicional por prêmio assiduidade não é devido ao servidor que cometer falta administrativa referente ao semestre em análise, que restou julgado em processo correlato.

Art. 78. O adicional por prêmio assiduidade não é devido ao servidor que no semestre em análise gozou de:

- a) Licença por motivo de doença em pessoa da família;
- b) Licença para atividade política;
- c) Licença à adotante;
- d) Benefício do INSS;
- e) Licença Maternidade;
- f) Licença Paternidade;
- g) Licença para Tratar de Assuntos Particulares.
- h) Licença para desempenho de mandato classista;

CAPÍTULO III DAS FÉRIAS

Art. 79. Após cada período de 12 (doze) meses de serviço público municipal, o servidor terá direito a férias, na seguinte proporção:

- I - 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 10 (dez) vezes;
- II - 20 (vinte) dias corridos, quando houver tido de 11 (onze) a 20

(vinte) faltas;

III – 10 (dez) dias corridos, quando houver tido de 21 (vinte e uma) a 30 (trinta) faltas.

§ 1º. Não terá direito a férias o servidor que no curso do período aquisitivo:

a) Houver faltado mais de 30 (trinta) vezes;

b) Permanecer em gozo de licença remunerada por mais de 12 meses;

c) Permanecer em gozo de benefício do INSS por mais de 12 meses.

§ 2º. O novo período aquisitivo de férias dos servidores que se enquadrarem nas alíneas “b” e “c”, do parágrafo anterior, iniciar-se-á a partir do retorno à atividade.

Art. 80. As férias serão concedidas nos doze meses subsequentes à data em que o servidor tiver adquirido o direito, de acordo com a escala organizada pela Administração Municipal e comunicada por escrito ao servidor com antecedência de, no mínimo, 30(trinta) dias.

Art. 81. As férias poderão ser concedidas em dois períodos, nunca inferior a 10 (dez) dias cada, sempre que houver interesse da Administração Pública Municipal.

Art. 82. A remuneração das férias, acrescida de um terço, será calculada com base na remuneração do cargo ocupado na data de sua concessão, e paga até 02 (dois) dias antes do início do respectivo período de gozo.

Parágrafo único: em caso de parcelamento, o acréscimo de um terço será pago no último período das férias.

Art. 83. O servidor exonerado receberá indenização relativa ao período das férias a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço ou fração superior a quatorze dias.

Parágrafo único. A indenização será calculada com base na remuneração do mês em que for publicado o ato de exoneração.

Art. 84. A administração municipal poderá conceder, justificado o interesse público, férias coletivas, a todos ou parte de seus servidores.

Parágrafo único. Os servidores contratados há menos de 12 (doze) meses ou aqueles com período aquisitivo incompleto gozarão, na oportunidade, férias proporcionais, iniciando-se, então, novo período aquisitivo.

Art. 85. É vedada a acumulação de férias, salvo motivo relevante, em benefício do serviço público municipal, vedado em qualquer caso, acúmulo superior a 02 (duas) férias.

Art. 86. É facultado ao Chefe do Poder Executivo Municipal, no interesse do serviço público, mediante requerimento do servidor, autorizar a conversão de 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário, exceto quando se tratar de férias coletivas, utilizando-se como base de cálculo a remuneração normal do servidor, vedada qualquer outra hipótese de conversão pecuniária.

Art. 87. As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço eleitoral ou por necessidade do serviço, declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade.

CAPÍTULO IV DAS LICENÇAS

Seção I

Disposições Gerais

Art. 88. Conceder-se-á ao servidor, observado as ressalvas do § 4º do art. 20:

I – Licença por motivo de doença em pessoa da família;

II – Licença para atividade política;

III – Licença para tratar de interesses particulares;

IV – Licença para desempenho de mandato classista;

V – Licença à adotante.

VI – Licença para capacitação

VII – Licença para tratamento de saúde.

VIII – Licença paternidade

IX – Licença como prêmio.

Seção II

Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Art. 89. Poderá ser concedida licença ao servidor ocupante de cargo efetivo por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional.

§ 1º. A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

§ 2º. A licença será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até trinta dias, podendo ser prorrogada por mais trinta dias, mediante parecer da junta médica oficial do Município e, excedendo estes prazos, sem remuneração.

§ 3º. A licença prevista no caput será precedida de exame por junta médica oficial, sendo vedado o exercício de atividade remunerada durante o período.

§ 4º. Em havendo mais de um servidor municipal, membro da mesma família, a licença será concedida a apenas um deles, no mesmo período.

§ 5º. Novo pedido de licença por motivo de doença em pessoa da família, somente será deferido após o prazo de 02 (dois) anos da concessão da última licença.

Seção III

Da Licença para Atividade Política

Art. 90. O servidor público municipal, candidato a cargo eletivo, será licenciado do cargo que ocupa durante o período eleitoral, sem prejuízo de seus rendimentos.

Seção IV

Da Licença para Tratar de Interesses Particulares

Art. 91. A critério da Administração poderá ser concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licença sem remuneração, para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até 04 (quatro) anos consecutivos.

§ 1º. A licença poderá ser interrompida a pedido do servidor ou suspensão no interesse da Administração Municipal, podendo, neste último caso, ser renovada até a complementação do prazo concedido anteriormente.

§ 2º. Não se concederá nova licença antes de decorridos dois anos do término da licença anterior.

§ 3º. O Servidor do Magistério, ao entrar em Licença para Tratar de Interesses Particulares, perderá sua lotação em Unidade Escolar,

sendo que ao retornar, deverá assumir vaga em Unidade Escolar onde tenha disponibilidade, até que adquira nova lotação.

Seção V

Da Licença para o Desempenho de Mandato Classista

Art. 92. É assegurado ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licença sem remuneração para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional, sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão.

§ 1º. Somente poderá ser licenciado 01 (um) servidor eleito para cargo de direção ou representação nas referidas entidades,

§ 2º. A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada, no caso de reeleição, uma única vez.

Seção VI

Da licença maternidade e da licença à adotante

Art. 93. A licença maternidade é devida à servidora, durante 180 (cento e oitenta) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade.

Parágrafo único - O salário-maternidade nos seus primeiros 120 dias serão pagos diretamente pela Previdência Social, sendo que os 60 dias remanescentes serão arcados pelo Município de Coronel Freitas.

Art. 94. À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança, terá direito à licença maternidade de forma proporcional, dependendo da idade da criança adotada, a saber:

§1º) Até 1 (um) ano de idade : o período de licença será de 120 (cento e vinte) dias.

§ 2º) A partir de 1 (um) ano até 4 (quatro) anos de idade: o período de licença será de 60 (sessenta) dias.

§ 3º) A partir de 4 (quatro) anos até 8 (oito) anos de idade: o período de licença será de 30 (trinta) dias.

Art. 95. A licença será concedida mediante requerimento firmado pela servidora interessada, instruído com comprovante da guarda ou adoção do menor.

Seção VII

Da Licença para Capacitação

Art. 96. Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até 03 (três) meses, para participar de curso de capacitação na área que está atuando do cargo efetivo, devidamente comprovado.

§ 1º. Os períodos de licença de que trata o "caput" deste artigo não serão cumuláveis.

§ 2º. A licença de que trata o "caput" deste artigo poderá ser concedida em horário semi-integral, a critério da administração.

Art. 97. Após cada quinquênio de efetivo exercício do cargo, o servidor poderá afastar-se do serviço público, sem prejuízo da remuneração, uma vez por semana ou duas vezes quinzenalmente, nos dias das aulas, no prazo de duração dos estudos até o limite de 90 faltas, para participar de especialização na área que está atuando do cargo efetivo, se houver incompatibilidade de horários entre as aulas e o horário de expediente.

Seção VIII

Da Licença para Tratamento de Saúde

Art. 98. Será concedida ao servidor, licença para tratamento de

saúde, a pedido ou de ofício, com base em perícia médica, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus.

Parágrafo único - Para concessão de licença de 03 (três) a 30 (trinta) dias, a perícia será realizada através de Médico de Medicina do Trabalho e, se por prazo superior, pela perícia do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Art. 99. A concessão de licença para tratamento de saúde fica condicionada à entrega de atestado médico no setor de recursos humanos, no prazo de 01 (um) dia da data de sua emissão.

§ 1º. O atestado médico, mesmo quando corretamente emitido e entregue no período correto, não gerará direito automático à fruição da licença, sendo obrigado o servidor a realização de perícia médica em caso de convocação do chefe imediato, ou quando o prazo de licença seja superior a 03 (três) dias.

§ 2º. Cabe aos profissionais responsáveis pelo procedimento de inspeção médica, o apontamento expresso do período da licença a ser concedido ao servidor, sendo considerado como licença estritamente o período apontado.

§ 3º. A perícia médica oficial deverá ser realizada no local indicado pelo Município de Coronel Freitas e, sempre que necessário, poderá ser realizada na residência do servidor ou no estabelecimento hospitalar em que se encontrar internado.

Art. 100. Na hipótese de se constatar a improcedência da justificativa sobre a impossibilidade de deslocamento do servidor ao local de realização da inspeção médica ficará caracterizado o cometimento de infração disciplinar a ser apurada e sancionada nos termos desta Lei.

Art. 101. Na hipótese do não reconhecimento da existência da doença pela inspeção médica, será indeferido o pedido de Licença para Tratamento de Saúde, cabendo ao servidor reassumir de imediato o exercício do cargo sob pena de aplicação dos efeitos previstos na parte final do parágrafo único do artigo anterior, e anotação de falta ao trabalho.

Art. 102. Encerrado o período de licença por período inferior a 30 (trinta) dias, cabe ao servidor reassumir imediatamente o exercício de seu cargo.

§ 1º. Nas licenças superiores ao período previsto no caput deste artigo, o retorno ao exercício do cargo será precedido de inspeção médica.

§ 2º. Na hipótese do servidor considerar-se em condições de reassumir o exercício do seu cargo, deverá requerer a realização de inspeção médica e aguardar sua manifestação para retornar ao trabalho.

§ 3º. Para todas as hipóteses, o servidor deverá se apresentar, antes de

reassumir suas atividades laborais, ao órgão responsável pela saúde e segurança no trabalho, para ter autorizado seu retorno e ser dado baixa no sistema.

Seção IX

Da Licença Paternidade

Art. 103. Ao servidor público municipal será concedida licença-paternidade de 7 (sete) dias ininterruptos, a contar da data do nascimento, em virtude de paternidade, mediante a comprovação de nascimento de filho.

Seção X

Da Licença como Prêmio

Art. 104. Será concedida ao servidor efetivo estável, licença como

prêmio, a ser usufruída por um período de 30 (trinta) dias, após cada triênio de exercício de serviço público municipal, sendo assegurado todos os direitos e vantagens inerentes ao cargo efetivo.

§ 1º. Para usufruir da Licença como Prêmio, o servidor deverá encaminhar ao Setor de Recursos Humanos do Município, pedido através de requerimento com antecedência mínima de sessenta dias.

§ 2º. Após concedida, a Licença não poderá ser revogada.

§ 3º. A Licença Prêmio não poderá ser convertida em remuneração deve ser usufruída pelo servidor.

Art. 105. Ao entrar em gozo da Licença como Prêmio, o servidor perceberá durante todo o período, o vencimento do cargo de provimento efetivo de que seja titular acrescido das vantagens pecuniárias a que fizer jus, nos termos desta Lei.

Art. 106. Em caso de cumulação de cargos, a Licença como Prêmio será concedida em relação a cada um dos cargos, simultâneo ou separadamente conforme coincidam ou não os triênios.

Art. 107. Suspende a contagem do tempo de exercício de serviço, para efeito de apuração dos triênios:

I – O período em que o servidor esteve de licença prevista nos incisos I a VIII do art. 88;

II – O período de suspensão ou afastamento aplicado ao servidor, por decisão administrativa ou judicial, que não caiba recurso.

Art. 108. O deferimento do pedido de Licença como Prêmio na data requerida pelo servidor, poderá ser negado em razão de interesse público.

Parágrafo único: o período de gozo da Licença como Prêmio, para os profissionais do magistério não poderá ultrapassar o dia 31 de outubro de cada ano, exceto quando estender-se até o final do ano letivo.

CAPÍTULO V DOS AFASTAMENTOS

Seção I Do Afastamento para Servir a Outro Órgão ou Entidade

Art. 109. O servidor ocupante de cargo efetivo poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade pública municipal, estadual e federal, se houver interesse público.

§ 1º. O ônus da remuneração da cessão de que trata o caput deste artigo será estabelecida em acordo ou convênio entre o cedente e o cessionário.

§ 2º. A cessão far-se-á mediante Decreto publicado no órgão oficial de divulgação do Município.

Seção II Do Afastamento para Exercício de Mandato Eletivo

Art. 110. Ao servidor público ocupante de cargo efetivo da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado do cargo;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de vereador:

a) havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de

seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;
b) não havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

CAPÍTULO VI DAS FALTAS JUSTIFICADAS E DAS CONCESSÕES

Seção I Das Faltas Justificadas

Art. 111. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

I - por 01 (um) dia, a cada 06 (seis) meses de serviço público, para doação de sangue;

II - por 08 (oito) dias consecutivos em razão de:

a) casamento;

b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos;

Seção II Das Concessões

Art. 112. Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

§ 1º. Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário no órgão ou entidade que tiver exercício, respeitada a duração semanal do trabalho.

§ 2º. Também será concedido horário especial ao servidor portador de deficiência, quando comprovada a necessidade, por junta médica oficial, independentemente de compensação de horário.

§ 3º. As disposições do parágrafo anterior são extensivas ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente portador de deficiência física, exigindo-se, porém, neste caso, compensação de horário a ser estabelecida pela chefia imediata.

CAPÍTULO VII DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 113. É contado para todos os efeitos o tempo de serviço público municipal.

Art. 114. A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerando-se o ano, como de trezentos e sessenta e cinco dias.

Art. 115. Além das ausências aos serviços previstas no art.111, são consideradas como efetivo exercício:

I – férias;

II – exercício de cargo em comissão ou equivalente, em órgãos ou entidades dos poderes da União, dos Estados e dos Municípios;

III – participação em programas de treinamento regularmente instituído, conforme dispuser o regulamento;

IV - desempenho de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, exceto para promoção por merecimento;

V – júri e outros serviços obrigatórios instituídos por lei;

VI – licença:

a) à gestante e à adotante;

b) para tratamento da própria saúde, até o limite de (24) vinte e quatro meses, cumulativo ao longo do tempo de serviço público prestado ao Município, em cargo de provimento efetivo;

c) para desempenho de mandato classista, exceto para efeito de promoção por merecimento;

- d) por motivo de acidente em serviço ou doença profissional;
e) para capacitação, conforme dispuser o regulamento;

CAPÍTULO VIII DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 116. É assegurado ao servidor requerer, pedir reconsideração ou recorrer das decisões que digam respeito aos seus interesses pessoais.

Art. 117. O requerimento será dirigido à autoridade competente por intermédio do superior imediato.

Art. 118. Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

Parágrafo único. O requerimento e o pedido de reconsideração deverão ser despachados no prazo de 05 (cinco) dias e decididos dentro de 30 (trinta) dias.

Art. 119. Caberá recurso:

- I - do indeferimento do pedido de reconsideração;
II - das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

§ 1º. O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.

§ 2º. O recurso será encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 120. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

Art. 121. O recurso poderá ser recebido, com efeito, suspensivo, a juízo da autoridade competente.

Parágrafo único. Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

Art. 122. O direito de requerer prescreve:

- I - em 05 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;
II - em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

Parágrafo único. O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.

Art. 123. O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

Art. 124. Para o exercício do direito de petição, é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou ao procurador por ele constituído.

Art. 125. A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.

Art. 126. São fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos neste Capítulo, salvo motivo de força maior.

TÍTULO IV DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I DOS DEVERES

Art. 127. São deveres do servidor:

- I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
II - ser leal às instituições a que servir;
III - observar as normas legais e regulamentares;
IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
V - atender com presteza:

- a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;
b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;
VI - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;
VII - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;
VIII - guardar sigilo sobre assunto da repartição;
IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
X - ser assíduo e pontual ao serviço;
XI - tratar com urbanidade as pessoas;
XII - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

Parágrafo único. A representação de que trata o inciso XII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representando ampla defesa.

CAPÍTULO II DAS PROIBIÇÕES

Art. 128. Ao servidor é proibido:

- I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;
II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
III - recusar fé a documentos públicos;
IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;
V - promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;
VI - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;
VII - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;
VIII - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
IX - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;
X - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
XI - praticar usura sob qualquer de suas formas;
XII - proceder de forma desidiosa;
XIII - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;
XIV - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;
XV - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo e com o horário de trabalho;
XVI - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.

CAPÍTULO III DA ACUMULAÇÃO

Art. 129. Ressalvados os casos previstos na Constituição, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 1º. A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público.

§ 2º. A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no art. 40.

§ 3º. É proibida a cumulação do vencimento de cargo público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.

Art. 130. O servidor vinculado ao regime desta Lei, que acumular lícitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos.

CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES

Art. 131. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 132. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

§ 1º. A indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário somente será liquidada na forma prevista no art. 43, na falta de outros bens que assegurem a execução do débito pela via judicial.

§ 2º. Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

§ 3º. A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 133. A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.

Art. 134. A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo.

Art. 135. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 136. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

CAPÍTULO V DAS PENALIDADES

Art. 137. São penalidades disciplinares:

- I - advertência;
- II - suspensão;
- III - demissão;
- IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
- V - destituição de cargo em comissão;
- VI - destituição de função gratificada;

Art. 138. Na aplicação das penalidades serão consideradas, a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela

provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Parágrafo único. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 139. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 128, incisos I a VII e XVI, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 140. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 60 (sessenta) dias.

§ 1º. Será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

§ 2º. Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

Art. 141. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados a pedido do servidor, que após o decurso de 03 (três) e 05 (cinco) anos de serviço, respectivamente, não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Parágrafo único. O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

Art. 142. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

- I - crime contra a administração pública;
- II - abandono de cargo;
- III - inassiduidade habitual;
- IV - improbidade administrativa;
- V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;
- VI - insubordinação grave em serviço;
- VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
- VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos;
- IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;
- X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;
- XI - corrupção;
- XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;
- XIII - transgressão dos incisos VIII a XV do art. 128.

Art. 143. Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade a que se refere o art. 153, notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:

- I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por dois servidores estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração;
- II - instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório;
- III - julgamento.

§ 1º. A indicação da autoria de que trata o inciso I dar-se-á pelo nome e matrícula do servidor, e a materialidade pela descrição dos cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal, dos órgãos ou entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico.

§ 2º. A comissão lavrará, até três dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indicição em que serão transcritas as informações de que trata o parágrafo anterior, bem como promoverá a citação pessoal do servidor indiciado, ou por intermédio de sua chefia imediata, para, no prazo de cinco dias, apresentar defesa escrita, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição, observado o disposto nos artigos 174 e 175.

§ 3º. Apresentada a defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre a licitude da acumulação em exame, indicará o respectivo dispositivo legal e remeterá o processo à autoridade instauradora, para julgamento.

§ 4º. No prazo de cinco dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 5º. A opção pelo servidor até o último dia de prazo para defesa configurará sua boa fé, hipótese em que se converterá automaticamente em pedido de exoneração do outro cargo.

§ 6º. Caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé, aplicar-se-á a pena de demissão, destituição ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação serão comunicados.

§ 7º. O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá trinta dias, contados da data de publicação do ato, que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até quinze dias, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 8º. O procedimento sumário rege-se pelas disposições deste artigo, observando-se, no que lhe for aplicável, subsidiariamente, as disposições dos Títulos IV e V desta Lei.

Art. 144. Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.

Art. 145. A destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.

Parágrafo único. Constatada a hipótese de que trata este artigo, a exoneração efetuada nos termos do art. 35 será convertida em destituição de cargo em comissão.

Art. 146. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, nos casos dos incisos VIII, X, XI e XIII do art. 128, implica a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 147. A demissão, destituição ou exoneração de servidor efetivo ou em cargo em comissão, por infração ao disposto no inciso VIII, X e XI do art. 128, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal.

Art. 148. Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de trinta dias consecutivos.

Art. 149. Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, alternadamente, durante o período de doze meses.

Art. 150. Na apuração de abandono de cargo ou inassiduidade habitual, também será adotado o procedimento sumário a que se refere o art. 143, observando-se especialmente que:

I - a indicação da materialidade dar-se-á:

a) na hipótese de abandono de cargo, pela indicação precisa do período de ausência intencional do servidor ao serviço superior a trinta dias;

b) no caso de inassiduidade habitual, pela indicação dos dias de falta ao serviço sem causa justificada, por período igual ou superior a sessenta dias, alternadamente, durante o período de doze meses;

II - após a apresentação da defesa a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, indicará o respectivo dispositivo legal, opinará, na hipótese de abandono de cargo, sobre a intencionalidade da ausência ao serviço superior a trinta dias e remeterá o processo à autoridade instauradora para julgamento.

Art. 151. As penalidades disciplinares serão aplicadas:

I - pelo Prefeito Municipal e pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, quando se tratar de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de servidor vinculado ao respectivo Poder ou entidade;

II - pelo Secretário Municipal quando se tratar de suspensão superior a 30 (trinta) dias;

III - pelo diretor ou chefe de setor, nos demais casos.

Art. 152. A ação disciplinar prescreverá:

I - em 05 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

II - em 02 (dois) anos, quanto às infrações puníveis com suspensão;

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto às infrações puníveis com advertência.

§ 1º. O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

§ 2º. Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º. A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§ 4º. Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.

TÍTULO V

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 153. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

Art. 154. As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada as autenticidades.

Parágrafo único. Quando o fato narrado não configurar infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.

Art. 155. Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do processo;

II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

III - instauração de processo disciplinar.

Parágrafo único. O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

Art. 156. Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

SEÇÃO I DA SINDICÂNCIA

Art. 157. As irregularidades serão apuradas através de sindicância, quando:

I - a ciência ou notícia do fato não for suficiente para reconhecer sua configuração ou para apontar o servidor faltoso;

II - sendo identificado o provável agente causador do ilícito, a falta não for confessada, documentalmente provada ou manifestamente evidente.

Parágrafo Único - O prazo para conclusão da sindicância não excederá a 30 (trinta) dias, podendo se prorrogado por igual período a critério da autoridade competente.

Art. 158. Da sindicância pode resultar:

I - instauração de processo disciplinar;

II - arquivamento do processo.

Art. 159. O ato ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de advertência, de suspensão, de demissão, de cassação de aposentadoria ou de disponibilidade ou de destituição de cargo em comissão, deverá ser apurado através de processo administrativo disciplinar.

§ 1º. Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar, como peça informativa da instrução.

§ 2º. Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

CAPÍTULO II DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 160. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo único. O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

CAPÍTULO III DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 161. O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

Art. 162. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de 03 (três) servidores estáveis, designados pela autoridade competente, que indicará dentre eles, o seu presidente.

§ 1º. O Presidente indicará, dentre os membros remanescentes, o Secretário da Comissão.

§ 2º. Não poderá participar de comissão de sindicância ou de processo administrativo disciplinar, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

Art. 163. A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Parágrafo único. As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado.

Art. 164. O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão;
II - instrutória, que compreende instrução, defesa e relatório;
III - julgamento.

Art. 165. O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de instauração deste, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 1º. Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

§ 2º. As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Seção I

Do Inquérito

Art. 166. O processo administrativo disciplinar obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 167. Os autos da sindicância, se houver, integrarão o processo disciplinar, como peça informativa da instrução.

Parágrafo único. Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

Art. 168. Na fase instrutória, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 169. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 1º. O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 2º. Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

Art. 170. As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

Parágrafo único. Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

Art. 171. O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 1º. As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 2º. Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

Art. 172. Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado.

§ 1º. No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido

separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§ 2º. O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, do acusado sendo-lhe permitido, porém, reinquirir as testemunhas, por intermédio do presidente da comissão.

Art. 173. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame psiquiátrico.

Parágrafo único. O incidente de sanidade mental será processado em autos apartados e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

Art. 174. Tipificada a infração disciplinar, será formulada a acusação do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados.

§ 1º. O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão, para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição.

§ 2º. Havendo dois ou mais acusados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.

§ 3º. O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligências reputadas indispensáveis.

§ 4º. No caso de recusa do acusado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de 02 (duas) testemunhas.

Art. 175. O acusado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

Art. 176. Achando-se o acusado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no Órgão Oficial de divulgação do Município e em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias a partir da última publicação do edital.

Art. 177. Considerar-se-á revel o acusado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 1º. A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo, e este seguirá seu curso sem a presença do acusado, podendo este comparecer no processo em qualquer fase recebendo-o no estágio em que se encontra.

§ 2º. Para defender o acusado revel a autoridade instauradora do processo designará, como defensor dativo, um servidor ocupante de cargo efetivo, com nível de escolaridade igual ou superior à do acusado.

Art. 178. As alegações finais, apresentadas pela defesa, tanto no processo administrativo, quanto na sindicância, terão prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Art. 179. Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º. O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§ 2º. Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 180. O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

Seção II

Do Julgamento

Art. 181. No prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 1º. Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

§ 2º. Havendo mais de um acusado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

§ 3º. Se a penalidade prevista for a demissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade, o julgamento caberá às autoridades de que trata o inciso I do art. 151.

§ 4º. Reconhecida pela comissão a inocência do servidor, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.

Art. 182. O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

Parágrafo único. Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta minorá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.

Art. 183. Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, a constituição de outra comissão para instauração de novo processo.

§ 1º. O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

§ 2º. A autoridade julgadora que der causa à prescrição de que trata o art. 152 será responsabilizada na forma do Capítulo IV do Título IV.

Art. 184. Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 185. Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando trasladado na repartição.

Art. 186. O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

Parágrafo único. Em havendo a exoneração de que trata o parágrafo único do art. 34, o ato será convertido em demissão, se for o caso.

Seção III

Da Revisão do Processo

Art. 187. O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se adivizem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º. Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º. No caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

Art. 188. No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 189. A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

Art. 190. O requerimento de revisão do processo será dirigido à autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. Deferida a petição será providenciada a constituição de comissão, na forma do art. 162.

Art. 191. A revisão correrá em apenso ao processo originário.

Parágrafo único. Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

Art. 192. A comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

Art. 193. Aplica-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

Art. 194. O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 151.

Parágrafo único. O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

Art. 195. Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor, exceto em relação à destituição do cargo em comissão, que será convertida em exoneração.

Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

TÍTULO VI

CAPÍTULO ÚNICO

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 196. Aplica-se aos servidores públicos municipais o Regime Geral de Previdência Social, cujos benefícios são os previstos na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, no Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999 e alterações posteriores.

Parágrafo único – Os benefícios de aposentadoria e pensão concedidos até 01 de outubro de 1999, bem como as pensões futuras decorrentes das aposentadorias concedidas até 01 de outubro de 1999, serão pagas pelo município de Coronel Freitas.

Art. 197. Os honorários advocatícios oriundos do princípio da sucumbência ou por arbitramento judicial nas ações em que o Município for representado por sua assessoria jurídica, serão devidos aos assessores jurídicos e rateados em partes iguais.

Art. 198. O Dia do Servidor Público será comemorado em vinte e oito de outubro, podendo nesse dia, ou outro conforme interesse público, ser decretado ponto facultativo na Administração Pública Municipal.

Art. 199. Os prazos previstos nesta Lei serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente.

Art. 200. Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer dos seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem se eximir do cumprimento de seus deveres.

Art. 201. Ao servidor público é assegurado, nos termos da Constituição Federal, o direito de greve, o direito à livre associação sindical e os seguintes direitos, entre outros, dela decorrentes:

a) de ser representado pelo sindicato, inclusive como substituto processual;

b) de inamovibilidade do dirigente sindical, até um ano após o final do mandato, exceto se a pedido;

c) de descontar em folha, sem ônus para a entidade sindical a que for filiado, o valor das mensalidades e contribuições definidas em assembleia geral da categoria.

Parágrafo único. O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei federal.

Art. 202. Considera-se da família do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e constem do seu assentamento individual.

Parágrafo único. Equipara-se ao cônjuge a companheira ou companheiro, que comprove união estável como entidade familiar.

TÍTULO VII

CAPÍTULO ÚNICO

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 203. Ficam submetidos ao regime jurídico instituído por esta Lei, na qualidade de servidores públicos, os servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, das autarquias e fundações públicas.

Art. 204. Quando o benefício previdenciário pago pela Previdência Social Urbana for inferior ao vencimento percebido pelo servidor na ativa, poderá o benefício ser complementado pelos cofres públicos municipais, obedecido o disposto nas emendas constitucionais 41 e 47.

§ 1º. Para fazer frente ao pagamento da complementação de que trata o “caput” deste artigo, constituir-se-á mediante lei específica, um fundo, no qual serão depositados os descontos incidentes sobre a diferença verificada entre o teto máximo pago pela Previdência Social Urbana e a remuneração percebida pelo servidor.

§ 2º. A complementação do vencimento será feita mediante requerimento do interessado, ao qual deverá ser anexada, cópia do comprovante de recebimento do benefício.

§ 3º. É facultativa a adesão do servidor ao fundo de que trata o § 1º deste artigo.

Art. 205. Esta Lei entra em vigor a partir do dia 01 de julho de 2015.

Art. 206. A partir de 30 de junho de 2015, fica revogada a Lei nº Municipal nº. 1.955/2013, e Lei Municipal 1.241/2001.

Gabinete do Prefeito, 18 de junho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

LEI MUNICIPAL N. 2.079

LEI MUNICIPAL N. 2.079, 22 de junho de 2015.

Dispõe sobre o Plano de Cargos e Remuneração dos servidores públicos municipais e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituído o Plano de Cargos e Remuneração dos servidores públicos do Município, destinado a organizar os cargos e a remuneração de seus ocupantes, conforme Anexos I e II.

Art. 2º. Os cargos de provimento efetivo, estão reunidos nos seguintes grupos profissionais:

I – Grupo I - Serviços Gerais - SEG

II – Grupo II - Serviços Operacionais - SOP

III – Grupo III - Serviços Auxiliares - SAU

IV – Grupo IV - Técnico Profissional - TEP

V – Grupo V - Técnico Científico – TEC

Parágrafo único. As especificações e descrições dos grupos e cargos, regime de trabalho, carga horária, condições para ingresso e habilitação profissional, constam do Anexo VI, desta Lei.

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Grupo Profissional: é o conjunto de cargos agrupados segundo a natureza, complexidade das atribuições e do nível de escolaridade;

II - Cargo: é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas a um servidor.

III – Vencimento base: é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor certo fixado em Lei.

IV – Vencimentos: é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes, estabelecidas em lei;

V - Remuneração: é o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes ou temporárias estabelecido em Lei;

VI - Profissionais da Educação: conjunto de Professores e Especialista em Assuntos Educacionais, ocupantes de cargos e funções do quadro do magistério Público Municipal.

CAPÍTULO II
DO INGRESSO E VENCIMENTO

Art. 4º. Os cargos e funções públicas são acessíveis aos que preencham os requisitos estabelecidos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 5º. O vencimento dos servidores ocupantes de cargo efetivo será o estabelecido no Anexo II, de acordo com o grupo, cargo e o nível de ingresso previsto no Anexo I, desta lei.

Art. 6º. A remuneração dos servidores nomeados para cargos em comissão, será aquela fixada no Anexo III, compreendendo o vencimento base, acrescido de 42,86% (quarenta e dois vírgula oitenta seis por cento) de gratificação de representação, de acordo com o cargo e o nível previsto no Anexo III, desta lei.

Art. 7º. O exercício de cargo em comissão determina o afastamento do servidor ocupante de cargo efetivo, ressalvados os casos de acumulação legal, hipótese em que poderá optar pela remuneração.

Parágrafo único. No caso de opção pela remuneração do cargo efetivo o servidor perceberá a gratificação de função constante no anexo IV.

CAPÍTULO III
DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 8º. Os servidores municipais serão submetidos a avaliações permanentes, a serem realizadas pela chefia imediata, mediante o preenchimento de formulário de desempenho próprio, a ser elaborado levando-se em conta os seguintes fatores de desempenho:

I – Assiduidade e Pontualidade;

II – Produtividade;

III – Responsabilidade;

IV – Disciplina;

V - Idoneidade Moral;

VI – Dedicação ao Serviço Público;

VII – Cooperação;

VIII – Criatividade;

IX – Organização e Planejamento;

X – Qualidade;

XI – Conhecimento do Trabalho;

XII – Bom senso e iniciativa;
XIII – Apresentação Pessoal.

Art. 9º. Até o mês de abril de cada ano, o Poder Executivo constituirá uma comissão de avaliação, com pelo menos 5 (cinco) membros, 3 (três) dos quais deverão ser estáveis, para analisar os formulários de desempenho preenchidos pela chefia imediata, de janeiro a dezembro do ano imediatamente anterior.

§ 1º. Os membros da comissão de avaliação poderão realizar novos levantamentos, entrevistas ou mesmo solicitar informações por escrito, que visem a justa e isenta avaliação dos servidores públicos municipais.

§ 2º A comissão de avaliação deverá elaborar e encaminhará ao setor de pessoal, até o dia 30 de abril, relatório das avaliações de desempenho, contendo entre outras informações, a pontuação obtida e a assinatura do servidor avaliado.

§ 3º. Caso o servidor não concorde com o resultado de sua avaliação poderá apresentar recurso à Comissão de Avaliação, fundamentando os motivos da sua discordância, o que deverá ser feito dentro de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do relatório de avaliação.

CAPÍTULO IV DOS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

Art. 10. O Poder Executivo Municipal possibilitará a participação dos servidores públicos, em cursos de capacitação, treinamento e desenvolvimento, congressos, seminários, palestras e demais encontros ou reuniões, que tenham por objetivo a modernização e a racionalização dos serviços públicos, bem como o desenvolvimento pessoal e profissional de seus servidores.

Parágrafo único. Quando tais eventos forem promovidos, coordenados ou autorizados pela administração municipal, a critério desta, poderá ser fornecido declaração ou certificado de participação, para que o servidor utilize-o para os fins de progressão por mérito.

CAPÍTULO V DOS SERVIDORES EFETIVOS E FUNÇÕES DE CONFIANÇA

Seção I DO DESEMPENHO DA FUNÇÃO

Art. 11. As Funções de Confiança serão desempenhadas, exclusivamente, por servidores efetivos, de livre escolha do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 12. Os servidores efetivos, designados para o desempenho de função confiança farão jus a uma gratificação de função, cujos percentuais são os estabelecidos no Anexo IV.

Parágrafo Único - As gratificações de função serão calculadas sobre o piso mínimo do Município.

Seção II Da Carga Horária Semanal

Art. 13. A jornada de trabalho dos servidores municipais, não poderá ser inferior a 10 (dez) ou superior a 40 (quarenta) horas.

Seção III Da Lotação

Art. 14. A lotação dos servidores dar-se-á após Edital de Chamamento, quando da nomeação, observada a ordem de classificação, e mediante critérios a serem estabelecidos em Decreto.

CAPÍTULO VI DO ENQUADRAMENTO

Art. 15. Os servidores públicos municipais com estabilidade adquirida anteriormente à Emenda Constitucional nº 19, e os servidores públicos estáveis na forma do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, serão enquadrados no Anexo V desta lei, mantendo o nível sob o qual possuem em assento funcional.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 16 – O Município de Coronel Freitas, quando houver interesse público, poderá a pedido de profissional efetivo e estável com carga horária de trabalho inferior ou igual a 40 (quarenta) horas semanais, alterar a carga horária, reduzindo-a ou aumentando-a por tempo determinado.

§ 1º. o servidor poderá ampliar a sua carga horária até o limite de 40 (quarenta) horas semanais;

§ 2º. o servidor poderá reduzir a sua carga horária até o limite de 50% (cinquenta por cento) de sua carga horária semanal;

§ 3º. o Município lançará edital para a inscrição dos interessados na alteração por tempo determinado de sua carga horária efetiva, publicado e afixado em local público, e seu resumo em jornal de circulação local com antecedência de 05 dias úteis do início do prazo de inscrição dos interessados.

§ 4º. a vaga oferecida será preenchida pelo candidato que apresentar:

I - maior nível de formação na área de atuação da vaga;

- a) Doutorado;
- b) Mestrado;
- c) Pós graduação;
- d) Graduação

II - maior tempo de serviço (em dias) junto ao município de Coronel Freitas/SC;

III - maior horas presenciais de cursos, seminários e/ou formação, nos últimos 03 (três) anos;

IV - no caso de empate, será considerado o candidato mais idoso, sendo decidida a vaga através de sorteio em caso de persistir o empate.

§ 5º. para efeito de vencimento, remuneração e contribuição previdenciária, seu valor deverá reduzir ou aumentar de forma proporcional, considerando a diminuição ou aumento da carga horária.

Art. 17. Os valores constantes dos Anexos II e III serão revistos no mês de dezembro de cada ano.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor em 01 de julho de 2015.

Art. 19. A partir de 30 de junho de 2015, revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.245/2001.

Coronel Freitas, 22 de junho de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS PERMANENTES

GRUPO	CÓD	CARGO	NÍVEL	VAGAS
I-SERVIÇOS GERAIS (SEG)	01.01	Auxiliar de serviços gerais	1	44
	01.02	Auxiliar de serviços externos	1	10
	01.03	Auxiliar Administrativo	3	02
	01.04	Auxiliar de manutenção e conservação	3	15
	01.05	Agente Comunitário de Saúde	2	26
	01.06	Merendeira	1	06
	01.07	Monitor	32	05
II-SERVIÇOS OPERACIONAIS (SOP)	02.01	Telefonista	4	04
	02.02	Agente Administrativo	5	06
	02.03	Agente de saúde pública	6	04
	02.04	Agente de manutenção e conservação	6	04
	02.05	Motorista	7	25
	02.06	Operador de máquinas I	7	08
	02.07	Operador de máquinas II	8	15
	02.08	Mecânico	9	01
	02.09	Marceneiro	8	05
	02.10	Atendente de consultório dentário	5	03
	02.11	Zelador Escolar	8	03
III-SERVIÇOS AUXILIARES (SAU)	03.01	Monitor Social I	10	07
	03.02	Auxiliar de Enfermagem	10	07
	03.03	Assistente Administrativo	11	06
	03.04	Fiscal de tributos, obras e vig. sanitária	12	04
IV-TÉCNICO PROFISSIONAL (TEP)	04.01	Monitor Social II	13	03
	04.02	Técnico em Tributação	15	03
	04.03	Técnico em agropecuária	15	04
	04.04	Técnico em administração	15	02
	04.05	Técnico em enfermagem	15	06
	04.06	Técnico em Contabilidade	15	02
	04.07	Tesoureiro	15	01

V-TÉCNICO CIENTÍFICO (TEC)	05.01	Nutricionista	16	02
	05.02	Fisioterapeuta	16	03
	05.03	Fonoaudiólogo	16	02
	05.04	Assistente social	17	03
	05.05	Engenheiro Agrônomo	17	02
	05.06	Farmacêutico	17	01
	05.07	Engenheiro Civil	19	01
	05.08	Psicólogo	18	02
	05.09	Médico Veterinário	19	01
	05.10	Odontólogo	20	03
	05.11	Enfermeiro	19	04
	05.12	Contador	19	01
	05.13	Controle interno	21	01
	05.14	Assessor Jurídico	22	02
	05.15	Médico Clínico Geral (20h)	22	03
	05.16	Médico Clínico Geral (40h)	23	04
	05.17	Médico Comunitário	23	03
	05.18	Psicólogo (40h)	33	01
	05.21	Engenheiro Civil (20h)	34	01
	05.22	Arquiteto (20h)	34	01

ANEXO II

TABELA DE VENCIMENTOS SERVIDORES EFETIVOS

NÚMERO	ESPECIFICAÇÃO DO GRUPO	NÍVEL	VALOR	HORAS
GRUPO I SERVIÇOS GERAIS – SEG		1	1.133,02	40 h
		2	1.133,02	40 h
		3	1.150,60	40 h
		32	911,63	20h
GRUPO II SERVIÇOS OPERACIONAIS – SOP		4	1.133,02	40 h
		5	1.284,97	40 h
		6	1.377,52	40 h
		7	1.640,79	40 h
		8	1.755,88	40 h
		9	2.832,51	40 h
GRUPO III SERVIÇOS AUXILIARES – SAL		10	1.658,30	40 h
		11	1.632,85	40 h
		12	1.810,78	40 h
GRUPO IV TÉCNICO PROFISSIONAL – TEP		13	1.809,53	40 h
		14	2.178,04	40 h
		15	2.780,51	40 h
GRUPO V TÉCNICO CIENTÍFICO – TEC		16	1.774,08	20 h
		17	2.926,87	40 h
		18	2.757,41	20 h
		19	3.566,80	40 h
		20	3.397,35	20 h
		21	6.157,17	40 h
		22	6.157,17	20 h
		23	12.314,36	40 h
		24	1.008,26	20 h
		25	2.016,52	40 h
		33	5.514,82	40 h
		34	1.698,67	20 h

ANEXO III

QUADRO DE VAGAS E TABELA DE VENCIMENTO/SUBSÍDIO DOS CARGOS EM COMISSÃO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO

CÓDIGO	CARGO	NÍVEL	Nº DE	Vencimento/ Subsídio	Gratificação Representação (s/venc/subs.)	
			VAGAS		42,86%	TOTAL
06.50	SECRETARIO		7	subsídio determinado por resolução da Câmara		

06.53	CONTADOR GERAL DO MUNICÍPIO	CC-4	1	2.633,87	1.128,88	3.762,75
06.52	DIRETOR DE DEPARTAMENTO	CC-3	12	2.075,19	889,43	2.964,62
06.51	CHEFE DE GABINETE	CC-2	1	1.187,96	509,16	1.697,12
06.58	CHEFE DE SETOR	CC-1	9	1.117,42	478,93	1.596,35
06.69	ASSESSOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS E IMPRENSA	CC-1	1	1.117,42	478,93	1.596,35

CONSELHEIROS TUTELARES (autônomos)

JETONS

CÓDIGO	CARGO	JETONS	J.PLANTÃO	TOTAL
12.02	Conselheiro Tutelar	1.189,98	396,66	1.586,64

ANEXO IV

QUADRO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

DENOMINAÇÃO	NÍVEL	PERCENTUAL S/PISO MÍNIMO
Contador Geral	FCA-1	211%
Tesoureiro	FCA-2	268%
Nomeação para outras atividades em fundos, órgãos ou programas.	FCA-3	141%
Designação para outras atividades e/ou atribuições	FCA-4	78%

* FCA – FUNÇÃO DE CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO GERAL.

ANEXO V

Nível	Valor
1B – Auxiliar de Serviços Gerais	1.137,60
1C – Auxiliar de Serviços gerais	1.142,41
2C – Auxiliar de Manutenção e Conservação	1.159,47
2F – Auxiliar de Manutenção e Conservação	1.176,27
4B - Agente Administrativo	1.296,46
4E – Agente Administrativo	1.312,06
5F – Agente de Manutenção e Conservação	1.416,52
6B – Motorista	1.640,79
7C – Operador de Máquinas II	1.774,19
10D – Assistente Administrativo	2.140,64
10E – Assistente Administrativo	2.157,93
12A – Técnico em Agropecuária	2.780,51
12C – Técnico em Tributação	3.555,92
14b – Odontologia	3.424,54
17A – Professor de Ensino Fundamental	2.755,79

ANEXO VI

ESPECIFICAÇÃO DE GRUPOS E CARGOS DO QUADRO PERMANENTE

1.0 GRUPO I - SERVIÇOS GERAIS - SEG

1.1 NÍVEIS: 1, 2, 3 e 32.

1.2 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO GRUPO:

Os serviços deste grupo encarregam-se das atividades de vigilância, conservação, limpeza de edifícios, instalações e mobiliário, serviços de portaria, copa, cozinha, jardinagem, lubrificação, borracharia e lavagem de veículos e máquinas, manipulação de alimentos, atividades correlatas ao transporte escolar, além de outras atividades correlatas, de nível subalterno, de natureza operacional e de menor grau de complexidade.

1.3 DESCRIÇÃO DOS CARGOS:

1.3.1. AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão.

Executar trabalhos braçais;

Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão, jardins, garagens e seus veículos;

Executar serviços auxiliares de limpeza, revisão e acondicionamento das peças e lubrificação das máquinas.

Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão.

Executar serviços de copa e cozinha, com atendimento aos servidores e alunos.
Receber, protocolar e entregar correspondência interna e externa.
Requisitar material necessário aos serviços
Processar cópia de documentos.
Receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependências do órgão.
Receber e transmitir mensagens.
Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão.
Encarregar-se da limpeza e polimento de veículos e máquinas.
Relatar as anormalidades verificadas.
Atender telefone e transmitir ligações.
Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão.

1.3.2. AUXILIAR DE SERVIÇOS EXTERNOS

Zelar e cuidar da conservação de equipamentos públicos municipais, tais como escolas e praças;
Percorrer a área sob a sua responsabilidade;
Inspecionar no sentido de impedir incêndios e depredações;
Comunicar qualquer irregularidade verificada;
Efetuar pequenos consertos e reparos;
Providenciar serviços de manutenção em geral;
Ter sob sua guarda materiais destinados a às atividades de seu setor de trabalho, bem como materiais de competição esportiva e outras.
Zelar pela limpeza e conservação de praças, parques, jardins, recintos e prédios;
Solicitar e manter controle de materiais necessários à limpeza, manutenção e conservação dos locais sob sua responsabilidade;
Conduzir ao local de trabalho equipamentos técnicos;
Executar tarefas auxiliares, tais como: fabricação e colocação de cabos em ferramentas;
Operar, entre outras, máquinas de pequeno porte, serras, cortador de grama, máquinas de fabricar telas, arame e similares;
Auxiliar serviços de jardinagem;
Lavar, lubrificar e abastecer veículos e motores; Abastecer máquinas;
Limpar estátuas e monumentos;
Auxiliar a descarregar veículos em geral;
Transportar, arrumar e elevar mercadorias, materiais de construção, móveis e outros;
Proceder à abertura de valas;
Efetuar serviço de capina em geral;
Varrer, escovar, lavar, remover lixos e detritos das vias públicas e próprios municipais;
Auxiliar em tarefas de construção, calçamento e pavimentação em geral;
Auxiliar no recebimento, pesagem e contagem de materiais;
Aplicar inseticidas e fungicidas;
Lavar peças e dependências de oficinas, garagens e similares;
Executar serviços de jardinagem compreendendo: semeadura, transplante de mudas, poda preparação e conservação de praças e jardins públicos;
Irigar, adubar e conservar o solo apropriado para produção de mudas;
Controlar a produção e distribuição de mudas do viveiro municipal;
Coletar sementes e mudas de plantas nativas;
Distribuir, mediante autorização superior às mudas do viveiro municipal;
Relatar anormalidades verificadas;
Zelar pelas instalações do viveiro de mudas do Município;
Fazer os trabalhos necessários para assentamento de pedras irregulares, paralelepípedos ou alvenaria poliédrica, tais como: determinar o alinhamento da obra, preparar o solo, assentar pedras, lajes, mosaicos e pedras portuguesas;

Fazer rejuntamento de pedras com asfalto;
Abrir, repor e consertar calçamentos;
Fazer assentamentos de meio-fio; e
Executar tarefas afins.

1.3.3. AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Executar serviços de digitação em geral;
Transcrever atos oficiais;
Preencher formulários, fichas, cartões e outros;
Providenciar material de expediente;
Selecionar e arquivar documentos;
Colaborar na redação de relatórios anuais e parciais atendendo exigências do órgão;
Realizar registros em geral;
Providenciar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos;
Secretariar autoridades de hierarquia superior, taquigrafando, redigindo expedientes relacionados as suas atividades;
Preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão;
Operar aparelhos de processamento de dados e outros equipamentos eletrônicos;
Executar outras atividades correlatas.

1.3.4. AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Efetuar pequenos consertos necessários à conservação dos bens e instalações, providenciando, se for o caso, a sua execução.

Executar serviços simples de carpintaria, encanador, pedreiro e eletricitista.
Fazer a manutenção preventiva, sob orientação da Chefia.
Executar outras tarefas correlatas.

1.3.5. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Realizar atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, sob supervisão subordinação do gestor local do SUS(a Secretaria Municipal de Saúde), de acordo com a competência definida pelo Ministério da Saúde.

1.3.6. MERENDEIRA

Receber e conferir todos os gêneros alimentícios a serem distribuídas aos alunos, verificando a quantidade e qualidade, sempre confrontando o solicitado e o recebido e, caso necessário, providenciando acertos e controles. Monitorar a temperatura dos alimentos e preparações recebidas e distribuídas aos alunos, anotando em planilhas próprias. Preparar a alimentação escolar prevista no cardápio, utilizando os ingredientes disponíveis e seguindo as orientações do responsável técnico. Exercer perfeita vigilância técnica sobre a condimentação e cocção dos alimentos, mantendo-os livres de contaminação ou de deterioração. Distribuir a alimentação, higienizando previamente o local, talheres, pratos e demais utensílios, dosando a quantidade distribuída a cada aluno. Colaborar para que os escolares desenvolvam hábitos saudáveis. Controlar o estoque de gêneros alimentícios, verificando data de validade e ainda o acondicionamento correto dos mesmos. Registrar em formulário apropriado o número de alunos, o número de refeições servidas e a preparação servida. Informar diretamente ao responsável técnico a existência de sobras e/ou ocorrências inesperadas relacionadas ao preparo e distribuição do cardápio diário, e outras ocorrências na cozinha da escola. Requisitar material e gêneros alimentícios, quando necessários, com antecedência definida pelo responsável técnico. Dispor adequadamente os restos de comida e lixo da cozinha, de forma a evitar a proliferação de insetos. Solicitar providências para reparo ou substituições de equipamentos e/ou utensílios, assim como notificar quebra e/ou dano de material, falhas e/ou irregularidades ao responsável técnico. Zelar pela higiene da cozinha e do refeitório, lavando panelas, fogões, caldeirões e demais utensílios utilizados no pré-preparo, preparo e distribuição da merenda, bem como as dependências da cozinha. Executar outras tarefas correlatas.

1.3.7. MONITOR

Compreende o conjunto de atividades destinadas a auxiliar nas tarefas do transporte escolar, controlando o embarque e desembarque dos passageiros. Auxiliar o motorista na organização e limpeza interna do veículo. Orientar, auxiliar e cobrar os passageiros quanto a utilização do cinto de segurança e demais normas de segurança. Zelar pelo bom relacionamento entre os passageiros, motorista e monitor. Executar outras tarefas correlatas.

1.4 REGIME DE TRABALHO/CARGA HORÁRIA:

Estatutário/40 (quarenta) horas semanais

1.5 CONDIÇÕES PARA INGRESSO

Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos.

1.6 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Auxiliar de Serviços Gerais: Alfabetizado.

Auxiliar de Serviços Gerais Externos: Alfabetizado.

Auxiliar Administrativo: Ensino Fundamental completo.

Auxiliar de Manutenção e Conservação: Alfabetizado.

Agente Comunitário de Saúde : Ensino Fundamental completo

Merendeira : Ensino Fundamental até a 4º Série completa. (séries Iniciais)

Monitor: Ensino Fundamental até a 4º Série completa. (séries Iniciais), idade mínima 21 anos.

2.0 GRUPO II - SERVIÇOS OPERACIONAIS - (SOP)

2.1 NÍVEIS: 4, 5, 6, 7, 8 e 9

2.2 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO GRUPO:

Os servidores deste grupo desempenham tarefas diretamente ligadas aos trabalhos de operação, construção, recuperação e manutenção de máquinas, equipamentos recuperação e manutenção de máquinas, equipamentos e implementos de produção, estradas, obras civis, embarcações, condução e transporte de equipamento de terraplanagem, de engenharia relativa e pedreiro, carpinteiro e pintor, operação de equipamentos de processamento de dados e mecânica.

2.3 DESCRIÇÃO DOS CARGOS:

2.3.1. TELEFONISTA

Operar centrais telefônicas, troncos e ramais;
Orientar e emitir pareceres sobre os serviços referentes a centrais telefônicas;
Atender as chamadas internas e externas, localizando pessoas quando solicitadas;
Controlar e auxiliar as ligações de telefone automático;
Prestar informações gerais relacionadas com o órgão;
Manter registro de ligações à longa distância;
Receber e transmitir mensagens pelo telefone;

Comunicar ao chefe imediato os defeitos verificados nos ramais e mesa;
Fornecer dados para elaboração de expedientes à empresa concessionária dos serviços telefônicos, a respeito de mudança, instalação, retirada, defeito, etc;
Propor normas de serviços e remodelação de equipamento;
Executar tarefas semelhantes.

2.3.2. AGENTE ADMINISTRATIVO

Selecionar, organizar e manter atualizados, arquivos, cadastros e fichas funcionais.
Prestar auxílio a toda atividade técnica, desenvolvida na sua área de atuação;
Organizar e controlar os serviços de recepção, encaminhamento de documentação e correspondência em geral;
Controlar e arquivar publicações oficiais;
Orientar e elaborar a classificação, codificação, catalogação e tramitação de papéis e documentos sob sua responsabilidade;
Proceder ao controle de provimento e vacância de cargos;
Estudar e propor medidas destinadas a simplificar o trabalho e a redução do custo das operações;
Atender usuários da biblioteca;
Executar serviços de expedição de documentos como: identificação, serviço militar, carteira de trabalho, INCRA, INSS.
Expedir relatórios das atividades desenvolvidas no setor.
Receber e transmitir ao superior, mensagens recebidas.
Executar outras tarefas correlatas às descrições acima.

2.3.3. AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA.

Executar procedimentos de enfermagem, de acordo com as normas técnicas da instituição;
Participar na orientação à saúde do indivíduo e grupos da comunidade;
Participar de ações de saúde desenvolvidas pela comunidade;
Fazer notificações de doenças transmissíveis;
Participar das atividades de vigilância epidemiológica;
Fazer coleta de material para exame de laboratório e complementares, quando solicitado;
Administrar medicamentos, mediante prescrição e utilização técnica de aplicação adequada;
Lavar, empacotar e esterilizar material utilizando técnicas apropriadas;
Desenvolver atividades de pré e pós consulta médica, odontológica, de enfermagem e de atendimento de enfermagem;
Participar da prestação de assistência à comunidade em situações de calamidade e emergência;
Efetuar visita domiciliar;
Solicitar material de consumo e permanente, necessários a suas atividades;
Realizar os registros das atividades executadas em formulários próprios;
Promover a melhoria das condições sanitárias do meio ambiente.
Executar outras tarefas afins.

2.3.4. AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Executar serviços simples ou complementares de montagem, reparo e ajustagem de máquinas operatrizes, linotipos, impressoras, escavadeiras, guindastes, guinchos, máquinas de refrigeração, carpintaria, serraria, lavanderia, cozinha em geral, agrícolas e outras;
Ser responsável pela limpeza, revisão e acondicionamento das peças e lubrificação de máquinas e serviços de borracharia em geral.
Executar trabalhos simples de mecânica de motores a combustão de baixa e alta compressão, movidos à gasolina, óleo diesel e outros conjuntos mecânicos de automóveis, caminhões, tratores, patrôas, rolo compressor, máquinas agrícolas e outros;
Executar trabalhos simples de confecção e reparo de matrizes, ferramentas, formas e peças para máquinas de torno, fresa, plainadeiras, retífica, forja e bigorna;
Desmontar, montar e lubrificar ferramentas;
Executar serviços de eletricidade em geral;

Montar e desmontar motores e aparelhos elétricos diversos, em fase de reparação ou manutenção;
Executar serviços simples ou complementares de desmontagem, reparo, montagem e ajustamento de aparelhos de comunicação;
Executar trabalhos simples de carpintaria e marcenaria, à vista de instruções;
Executar trabalhos simples de acabamento, encadernação, douração e restauração, de acordo com as instruções recebidas;
Executar trabalhos simples e complementares gráficos-mecânicos e gráfico-eletrônicos;
Executar serviços de serralheria, compreendendo trabalhos simples e complementares, como confecção de peças e reparos;
Executar trabalhos simples ou complementares de solda;
Executar serviços simples de hidráulica;
Executar serviços simples de pedreiro;
Auxiliar nos trabalhos de topografia, engenharia e outros serviços.
Desempenhar outras tarefas afins.

2.3.5. MOTORISTA

Dirigir veículos oficiais, transportando materiais e equipamentos;
Zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade;
Efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade;
Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a viatura sob sua responsabilidade;
Proceder ao controle contínuo de consumo de combustíveis, lubrificantes e manutenção em geral;
Proceder ao mapeamento de viagens, identificando o usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada;
Auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento;
Tratar os passageiros com respeito e urbanidade;
Manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo;
Executar outras tarefas afins.

2.3.6. OPERADOR DE MÁQUINAS I

Providenciar a lavagem, o abastecimento e a lubrificação da máquina;
Efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade;
Dirigir máquinas como: trator de pneus, rolo compactador, perfuratriz e equipamentos até HP100, inclusive;
Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob sua responsabilidade;
Proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral;
Proceder ao mapeamento dos serviços executados, identificando o tipo de serviço, o local e a carga horária;
Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina;
Efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências;
Executar outras tarefas afins.

2.3.7. OPERADOR DE MÁQUINAS II

Providenciar a lavagem, o abastecimento e a lubrificação da máquina;
Efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade;
Dirigir máquinas como: motoniveladora, trator de esteira, retroscavadeira e equipamentos acima de 100 HPs;
Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob sua responsabilidade;
Proceder ao controle contínuo de consumo de combustíveis, lubrificantes e manutenção em geral;

Proceder ao mapeamento dos serviços executados, identificando o tipo de serviço, o local e a carga horária;
Efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências;
Executar outras tarefas afins;
Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina.

2.3.8. MECÂNICO

Identificar defeitos mecânicos e orientar os reparos necessários.

Orientar e treinar mecânicos, auxiliares quanto à técnica e processos de trabalhos que necessitam de maior aperfeiçoamento.

Executar trabalhos de rotina, relacionados à montagem, reparo e ajustagem e motores à combustão de baixa e alta compressão, movidos à gasolina, óleo diesel ou outros conjuntos mecânicos de automóveis, caminhões, tratores, pás-carregadeiras e outros.

Desmontar, reparar, montar e ajustar cubos de roda, carburador, manga de eixo de transmissão, bomba d'água, de gasolina, caixa de mudança, freio, embreagem, rolamentos, retentor, radiador, válvula, diferencial, distribuição, direção, engrenagem, amortecedor, magnetos, manetos, bielas e pistões.

Desmontar, reparar e montar distribuidores.

Desmontar, reparar, montar, ajustar, retificar e localizar defeitos ocasionais em motores a combustível.

Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina, retificar cilindros, eixos, válvulas, relevos, comandos de válvulas e buchas.

Trocar óleo dos veículos, lavagem e lubrificação de máquinas.

Executar a retirada de vazamento de óleo, troca e recuperação de peças danificadas, etc.

Executar serviços de emergência no sistema elétrico dos veículos, tais como: troca de chaves, relê, instalações de faróis, recuperação de chicotes danificados por curto circuito.

Executar serviços de lubrificação, lavagem dos equipamentos, troca de óleo e limpeza dos filtros.

Executar demais serviços que exijam uma oficina mecânica de manutenção, menos retífica de motores e outros que exijam mão-de-obra mais especializada.

Executar outras tarefas afins.

2.3.9. MARCENEIRO

Coordenar obras projetadas e dirigidas por profissional legalmente habilitado;

Colaborar na fiscalização de obras de engenharia;

Comandar os recursos humanos e determinar tarefas, na execução dos projetos de engenharia;

Solicitar, receber e conferir material e equipamentos necessários à execução da obra;

Zelar pela boa e regular aplicação dos materiais especificados no projeto de engenharia utilizados na obra;

Controlar o desempenho e o horário de trabalho do pessoal sob sua responsabilidade;

Executar outras tarefas semelhantes.

2.3.10. ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Proceder a desinfecção e esterilização de materiais e instrumentos utilizados;

Realizar procedimentos educativos e preventivos nos usuários para o atendimento clínico, como evidênciação de placa bacteriana, orientações à escovação com o uso de fio dental sob acompanhamento do THD;

Preparar o instrumental e materiais para uso (sugador, espelho, sonda e demais materiais necessários para o trabalho).

Instrumentalizar o cirurgião dentista e/ou técnico em higiene dental durante a realização de procedimentos clínicos;
Cuidar da manutenção e a conservação do equipamento odontológico;
Acompanhar e apoiar o desenvolvimento dos trabalhos da equipe de saúde da família no tocante à saúde bucal;
Aplicar métodos preventivos para o controle da cárie dental;
Marcar consultas, agendar e orientar pacientes quanto ao retorno para manutenção do tratamento;

Revelar e montar radiografias intra-orais;
Preparar o paciente para o atendimento;
Promover isolamento do campo operatório;
Manipular materiais de uso odontológico;
Selecionar moldeiras e confeccionar modelos em gesso;
Realizar procedimentos coletivos como escovação supervisionada, evidenciação de placa bacteriana e bochechos fluorados na Unidade Básica de Saúde da Família e espaços sociais identificados.
Solicitar material de consumo e permanente, necessários a suas atividades;
Realizar os registros das atividades executadas em formulários próprios, preencher e anotar fichas clínicas e manter em ordem arquivo e fichário, bem como registrar no SIAB os procedimentos de sua competência realizados.
Promover a melhoria das condições sanitárias do meio ambiente.
Executar outras tarefas afins.

2.3.11. ZELADOR ESCOLAR

Executar serviços simples ou complementares de montagem, desmontagem e reparo de móveis;
Executar serviços rotineiros de troca de lâmpadas, conserto e manutenção de encanamentos em geral;
Ser responsável pela limpeza e executar serviços de conservação e manutenção das dependências dos colégios e/ou escolas.
Desmontar, montar e concertar móveis e utensílios;
Executar serviços de eletricidade em geral;
Executar trabalhos simples de carpintaria e marcenaria;
Executar tarefas simples ou complementares de manuseio de ácidos, solventes e tintas;
Executar trabalhos de pintura em móveis e imóveis;
Executar serviços de pedreiro;
Executar a poda de árvores e serviços de jardinagem em geral;
Desempenhar outras tarefas afins.

2.4 REGIME DE TRABALHO/CARGA HORÁRIA:

Estatutário/40 (quarenta) horas semanais

2.5 CONDIÇÕES PARA INGRESSO

Concurso público de provas ou provas e título.

2.6. HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Telefonista: Ensino Fundamental completo, com experiência comprovada na área de atuação e/ou treinamento específico.

Agente Administrativo: Ensino Médio incompleto, com experiência comprovada na área de atuação e/ou treinamento específico.

Agente de Saúde Pública: Ensino Fundamental completo, com experiência comprovada na área de atuação e/ou treinamento específico.

Agente de Manutenção e Conservação: Alfabetizado, com comprovada experiência profissional para desempenhar as atribuições do cargo.

Motorista: alfabetizado, com experiência e portador da carteira nacional de habilitação - categoria profissional.

Operador de Máquinas I e II: alfabetizado, com experiência e portador da carteira nacional de habilitação - categoria profissional.

Mecânico: 4ª série do Ensino Fundamental completo, com comprovada experiência profissional na área de atuação.

Marceneiro: 4ª série do Ensino Fundamental completo, com comprovada experiência profissional na área de atuação.

Atendente de Consultório Dentário: Curso Técnico de Atendente de Consultório Dentário.

Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática: Ensino Médio completo e curso técnico em manutenção de computadores ou comprovada experiência.

Zelador Escolar: Ensino Fundamental completo

3.0 GRUPO III - SERVIÇOS AUXILIARES - SAU

3.1 NÍVEIS: 10, 11 e 12

3.2 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO GRUPO:

Os servidores deste grupo encarregam-se das atividades de ordem auxiliar, de natureza repetitiva e complexidade mediana, envolvendo a execução de todo e qualquer serviço de caráter administrativo, financeiro Tributário, enfermagem simplificada, envolvendo a execução de serviços de caráter administrativo, financeiro, tributário, além de outras atividades correlatas.

3.3 DESCRIÇÃO DOS CARGOS:

3.3.1. FISCAL DE TRIBUTOS, OBRAS E VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

Fiscalizar o cumprimento do Código Tributário Municipal, Código de Postura, Código de Edificações e Zoneamento, plano Diretor e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

Verificar a exatidão dos lançamentos efetuados pelo contribuinte nos livros fiscais e contábeis à vista dos documentos correspondentes. Efetuar diligências para verificação de notas fiscais de prestação de serviços, apuração de denúncias, concessão de inscrição municipal e informações em processo fiscal.

Notificar e aplicar penalidades previstas em lei e regulamentos municipais.

Localizar evasões ou clandestinidade de receitas municipais.

Atender consultas de caráter tributário, fiscal de posturas, edificações e zoneamento.

Cooperar na atualização e aperfeiçoamento da legislação tributária e de planejamento urbano.

Executar inspeção em livros, documentos, registros e imóveis, para constatar a satisfação plena do Crédito Tributário Municipal.

Fiscalizar o transporte coletivo municipal, os táxis e lotações, os serviços funerários e outros serviços municipais permitidos, autorizados ou concedidos pelo Município.

Desincumbir-se de outras atribuições ou tarefas semelhantes.

Atuar na área da saúde pública, no cumprimento dos regulamentos municipais.

3.3.2. ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários;

Redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão;

Minutar contratos em geral;

Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras atividades correlatas;

Fazer anotações nas fichas, nos livros e nos exemplares de ocorrências em geral;

Colaborar na redação de relatórios anuais e parciais atendendo exigências do órgão;

Expedir atestados, lavrar termos de posse, apostilas, certidões e termos de ocorrência em geral; a simplificar o trabalho e a redução do custo das operações;

Realizar registros em geral;

Providenciar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos;

Secretariar autoridades de hierarquia superior, taquigrafando, redigindo expedientes relacionados as suas atividades;

Preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão;

Sugerir métodos e processos de trabalho para simplificação, recebimento, classificação, registro, guarda, codificação, tramitação e conservação de documentos, processos e papéis;

Operar aparelhos de processamento de dados e outros equipamentos eletrônicos;

Executar outras atividades correlatas.

Operador de sistemas.

3.3.3. MONITOR SOCIAL I

Atuar em programas e projetos na área de serviço social, aplicados a indivíduos, grupos e comunidades;

Atuar na área de desenvolvimento comunitário

Executar projetos destinados à melhoria da qualidade de saúde dos indivíduos da comunidade

3.3.4. AUXILAR EM ENFERMAGEM

Participar da execução de planos e programas de saúde

Manusear materiais médico-hospitalares e auxiliar o enfermeiro em suas atividades Comunicar ao enfermeiro a existência de doenças transmissíveis

Participar das atividades de vigilância epidemiológica

Participar de programas desenvolvidos para atender as necessidades básicas de assistência médica à comunidade;

Preparar o paciente para consultas, exames e tratamentos;

Observar, reconhecer e descrever sintomas, ao nível de sua qualificação

Executar tratamentos especificamente prescritos, ou de rotina;

Ministrar medicamentos por via oral e parental;

Realizar controle hídrico;

Fazer curativos;

Executar tarefas referentes à conservação e aplicação de vacinas,

Realizar teste e proceder à sua leitura, para subsídio de diagnóstico;

Colher material para exames laboratorial;

Zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamentos e de dependências de unidades de saúde;

Integrar a equipe de saúde.

Participar de atividades de educação em saúde.

Executar outras tarefas afins.

3.4 REGIME DE TRABALHO/CARGA HORÁRIA

Estatutário/40 (quarenta) horas semanais

3.5 CONDIÇÕES PARA INGRESSO

Concurso público de provas ou provas e título.

3.6 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária: Ensino Fundamental completo.

Assistente Administrativo: Ensino Médio completo

Monitor Social I: Ensino Fundamental completo

Auxiliar de Enfermagem: curso técnico em auxiliar de enfermagem

4.0 GRUPO IV - TÉCNICO PROFISSIONAL – TEP

4.1 NÍVEIS: 13, 14, 15.

4.2 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO GRUPO

Os servidores deste grupo desempenham tarefas que envolvem planejamento, organização, coordenação, avaliação, fiscalização, instrução, execução e controle dos trabalhos técnico-administrativos nas diversas áreas de laboratório, agropecuária, estatística, contábil, serviços de engenharia, educação, saúde e desenvolvimento comunitário, além de outras atividades correlatas.

4.3 DESCRIÇÃO DOS CARGOS:

4.3.1. TECNICO EM TRIBUTAÇÃO

Manter atualizado o cadastro de contribuintes do Município;
Zelar pelo cumprimento do código tributário municipal e legislação complementar;
Efetuar o lançamento da receita orçamentária;
Expedir documentos de lançamento de receita;
Processar os documentos de controle da receita orçamentária;
Propor medidas visando alteração da legislação tributária.
Participar na atualização da Planta Genérica de valores;
Operar aparelhos de processamento de dados;
Conferir relatórios de controle da receita;
Desempenhar outras tarefas afins.

4.3.2. TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Promover a execução orçamentária dos órgãos da estrutura administrativa e dos registros contábeis da receita e da despesa.
Acompanhar e controlar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.
Participar na elaboração de propostas orçamentárias.
Classificar a receita.
Emitir empenhos de despesas, ordens bancárias e cheques.
Relacionar notas de empenho, sub empenhos e estorno emitidos no mês, com as somatórias para fechar com a despesa orçamentária.
Efetuar balanço e balancete.
Elaborar termo de conferência de caixa e demonstração de saldo.
Registrar todos os bens e valores existentes nos órgãos públicos.
Controlar os serviços orçamentários e bancários, inclusive a alteração orçamentária.
Providenciar a guarda de toda a documentação para posterior análise dos órgãos competentes.
Elaborar registros contábeis da execução orçamentária.
Elaborar mapas e demonstrativos com elementos retirados do razão, de toda a movimentação financeira e contábil do órgão.
Manter atualizadas as fichas de despesa e arquivo de registros contábeis.
Conferir boletins de caixa.
Elaborar guias de recolhimento ordens de pagamento e rescisão de contrato de trabalho.
Controlar a execução orçamentária.
Relacionar restos a pagar
Reparar recursos financeiros.
Relacionar e classificar a despesa e os empenhos por itens orçamentários.

Elaborar demonstrativo da despesa de pessoal e dos recursos recebidos a qualquer título.

Analisar os balanços gerais e balancetes das despesas, objetivando o fornecimento de índices contábeis, para orientação.

Coordenar e controlar as prestações de contas de responsáveis por valores de dinheiro Fiscalizar, controlar e codificar as entradas e saídas de materiais permanentes do almoxarifado, bem como os bens adquiridos ou baixados para doação, permuta ou transferência.

Inventariar anualmente, o material e os bens móveis pertencentes ao órgão.

Expedir, termos de responsabilidade referente a bens móveis e imóveis de caráter permanente.
Organizar e manter atualizado o cadastro de bens móveis e imóveis do órgão.
Controlar os valores arrecadados, bem como conferir, diariamente extratos contábeis.
Zelar pelo compromisso financeiro no âmbito da administração Municipal.
Controlar os recursos extra-orçamentários provenientes de convênios.
Desempenhar outras tarefas semelhantes.
Assinar balanços e balancetes, na ausência do contador.

4.3.3. TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

Elaborar e orientar estudos ou programas para recuperação e desenvolvimento de propriedades rurais, serviços de instalação de posto, observando a técnica conveniente.
Emitir pareceres e sugestões sobre o aspecto da atividade agropecuária, atendendo ao seu aperfeiçoamento e às condições sociais do homem do campo.
Orientar a execução do trabalho de campo na área de mecanização do solo, fertilizante mineral e orgânico e auxiliar na elaboração de projetos respectivos.
Prestar assistência e orientação aos agricultores e criadores.
Atender consultas feitas por lavradores e criadores.
Orientar a produção, administração e planejamento agropecuários
Organizar e inspecionar granjas, pomares, hortas e plantações em geral.
Orientar a armazenagem e comercialização de produtos de origem animal e vegetal.
Orientar e fiscalizar os trabalhos de experimentação de campo.
Prestar assistência e orientação nos programas de extensão rural.
Orientar trabalhos de conservação do solo.
Participar dos trabalhos de experimentação, abrangendo: adubação, variedades resistentes à ferrugem, herbicidas e fungicidas.
Participar de previsões de safras.
Prestar assistência no tocante ao crédito agrícola.
Orientar a produção de sementes e mudas.
Executar outras tarefas semelhantes.

4.3.4. TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

Executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários.
Redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão.
Minutar contratos em geral.
Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras tarefas correlatas.
Fazer anotações nas fichas, nos livros e nos exemplares de ocorrências verificadas nos registros em geral.
Colaborar na redação de relatórios anuais ou parciais atendendo a exigências ou normas do órgão.
Expedir atestados, lavrar termos de posse, apostilas, certidões e termos de ocorrência em geral.
Preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão.
Realizar registros em geral.
Secretariar autoridades de hierarquia superior, taquigrafando, redigindo expedientes relacionados as suas atividades.
Providenciar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos.
Sugerir métodos e processo de trabalho para simplificação, recebimento, classificação registro, guarda, codificação, tramitação e conservação de documentos, processo e papéis em geral.

Colaborar nos estudos e elaboração de trabalhos técnicos relativos a projetos de planos de ação.
Acompanhar ou participar da elaboração de anteprojetos de leis e decretos.
Realizar estudos e pesquisas sobre atribuições de cargos, a fim de possibilitar sua classificação e retribuição , a organização de novos quadros de serviços, novos sistemas de ascensão, progressão e avaliação de cargos.
Participar na elaboração de projetos ou planos de organização dos serviços, inclusive para a aplicação de processamento eletrônico.
Estudar e propor normas para administração de material.
Desempenhar tarefas semelhantes.

4.3.5. TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Responsabilizar-se pelos aparelhos e equipamentos médicos, bem como orientar a sua correta utilização;
Responsabilizar-se pelo arquivo de documentos e do registro dos exames médicos realizados
Participar no planejamento, execução e avaliação de planos e programas de saúde;
Prestar assistência em situações de emergência e de calamidade pública, quando solicitado;
Comunicar ao enfermeiro a existência de doenças transmissíveis
Participar das atividades de vigilância epidemiológica
Participar de programas desenvolvidos para atender as necessidades básicas de assistência médica à população
Desempenhar outras atividades afins

4.3.6. MONITOR SOCIAL II

Atuar em programas e projetos na área de serviço social, aplicados a indivíduos, grupos e comunidades;
Atuar na área de desenvolvimento comunitário;
Executar projetos destinados à melhoria da qualidade de saúde dos indivíduos da comunidade;
Atuar na capacitação de pessoas da comunidade para a realização de atividades na área do serviço social;
Participar do programa de treinamento de pessoal técnico e auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde;
Participar de pesquisas médico-sociais e interpretar junto à equipe de saúde

Desempenhar outras funções afins.

4.3.7. TESOUREIRO

O Cargo de Tesoureiro tem como de atribuições: receber e pagar em moeda corrente; receber, entregar e guardar valores; movimentar fundos; efetuar nos prazos legais os recolhimentos devidos; conferir e rubricar livros; informar; emitir pareceres e encaminhar processos relativos à assuntos da tesouraria; endossar e assinar conhecimentos e demais documentos relativos ao movimento de valores, preencher e assinar cheques bancários, efetuar pagamentos, liquidar notas, conferir prestações de contas em geral, efetuar selagem e autenticação mecânica; redigir informações, ofícios, cartas, memorandos; executar tarefas de digitação; fazer registros de dotações orçamentárias; organizar mapas e boletins demonstrativos; conferir comprovantes contábeis e outros documentos relativos a operações de pagamento; auxiliar na organização dos serviços da unidade; executar tarefas afins.

4.4 REGIME DE TRABALHO/CARGA HORÁRIA:

Estatutário/40 horas semanais.

4.5 CONDIÇÕES PARA INGRESSO

Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos.

4.6 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Técnico em Tributação: Portador de Ensino Médio completo.

Técnico em Contabilidade: Portador de Certificado de Técnico em Contabilidade (nível de Ensino Médio)

Técnico em Agropecuária: Portador do Certificado de Ensino Médio na área de Agropecuária.

Técnico em Administração: Portador de Ensino Médio completo.

Técnico em Enfermagem: Curso Técnico em Enfermagem

Monitor Social II: Portador de Ensino Médio completo.

Tesoureiro: Portador de Ensino Médio completo.

5.0 GRUPO V - TÉCNICO CIENTÍFICO - TEC

5.1 NÍVEIS: 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 33, 34.

5.2 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO GRUPO

Os servidores deste grupo realizam pesquisas e aplicam conhecimentos na solução de problemas de ordem técnica, econômica, jurídica, administrativa, social, artística e empresarial, além de outras atividades inerentes às áreas profissionais de cada atividade.

5.3 DESCRIÇÃO DOS CARGOS:

5.3.1. ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Orientar e revisar, com certo grau de autonomia de ação e critério, as atividades de equipes de funcionários da categoria inferior;
Introdução e criação de variedades de plantas de elevada produtividade, características tecnológicas e de mercado desejáveis;
Introdução, seleção, melhoramento e produção de legumes, cereais, raízes, tubérculos, bulbos, oleaginosas, têxteis, hortícolas, frutículas e outras culturas de interesse econômico;
Produção, multiplicação e tecnologia de sementes e mudas;
Ecologia, fisiologia, botânica e taxionomia vegetal;
Exercer atividades relacionadas com a influência do solo, seus acidentes e produtos na transmissão de doenças endêmicas;
Estudo sistemático de plantas que servem como criadouros de vetores, a sua distribuição geográfica e estacional, objetivando a eliminação desses criadouros;
Avaliação dos resultados do uso de herbicidas nas plantas visadas, na flora circundante e naquela que existir nas propriedades rurais próximas;
Controle das áreas em que forem aplicadas herbicidas, quanto à recuperação e ressurgimento das plantas combatidas;
Estudo do solo, mananciais, vegetação neles existentes ou ao longo de cursos d'água e alagados, para identificação de criadouros de parasitas patogênicos ou de vetores de doenças endêmicas;
Projeto, direção ou orientação da execução de pequenas obras de hidrografia sanitária, com fins profiláticos ou de controle de endemias;
Participação no reconhecimento geográfico de área para a implantação de programas ou atividades, tendo em vista o estudo de sua viabilidade, em função de fatores geoclimáticos existentes;
Orientação na confecção de cartogramas de levantamento de terreno, clima e outros dados necessários, ao planejamento e execução de planos de trabalho;
Orientação da execução de levantamento de áreas em processo de povoamento e colonização, de seus fatores ecológicos e outros que impliquem em riscos epidemiológicos;

Orientação na manutenção, conservação e recuperação de equipamentos operacionais e participação em sua seleção para aquisição;
Participação no planejamento, execução e supervisão das operações de inseticidas;

Planejamento e direção de operações de campo contra vetores de doenças endêmicas em área em que ocorra resistência dos mesmos aos métodos convencionais para o seu controle;
Investigações sobre o valor fitossanitário dos diversos produtos empregados no combate de pragas e doenças dos vegetais;
Divulgação com fins educativos de métodos e processos de combate a pragas e doenças dos vegetais, através dos meios de comunicação usuais;
Execução de serviços de desinfecção fitossanitária;
Inspeção e vegetais submetidos à quarentena;
Orientação aos usuários de técnicas relacionadas com a defesa fitossanitária;
Resolução de problemas econômicos da produção agrícola e a decisões econômicas que deverão ser tomadas ao nível das unidades de produção;
Integração do setor agrícola nos planos e programas regionais e nacionais;
Programas de investimentos no setor agrícola;
Viabilidade econômica dos experimentos agropecuários;
Orientação aos usuários, em técnicas relacionadas à economia rural;
Levantamento do uso atual, capacidade de uso, classificação, planejamento e conservação do solo;
Mecanização agrícola;
Avaliação agrícola;
Construções rurais;
Instalações elétricas de baixa tensão, para fins agrícolas;
Topografia e foto-interpretação;
Irrigação e drenagem para fins agrícolas;
Captação de águas, reservatórios e barragens para fins agrícolas;
Estradas de rodagem vicinais para fins agrícolas;
Exame de problemas técnicos de engenharia rural;
Orientação aos usuários, em técnicas relacionadas à engenharia rural;
Orientação aos usuários, em relação à tecnologia agrícola;
Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua competência;
Manter permanente articulação com órgãos estaduais e federais, visando aplicação de melhores técnicas no setor;
Apresentar relatórios periódicos.
Desempenhar tarefas semelhantes.

5.3.2. MÉDICO VETERINÁRIO

Exercer a prática da clínica em todas as suas modalidades.
Coordenar a assistência técnica e sanitária aos animais, sob qualquer forma.
Exercer a direção técnica sanitária dos estabelecimentos industriais, comerciais, desportivos, recreativos ou de proteção, onde estejam, permanentemente, em exposição, em serviço ou para qualquer outro fim animal, ou produtos de sua origem.
Desempenhar a peritagem sobre animais, identificação, defeitos, vícios, doenças, acidentes e exames técnicos em questões judiciais.
Executar perícias, exames e pesquisas reveladoras de fraudes ou operação dolosa em animais insetos nas exposições pecuárias.
Orientar o ensino, a direção, o controle e os serviços de inseminação artificial.
Participar de eventos destinados ao estudo da medicina veterinária.
Desenvolver estudos e aplicação de medidas de saúde pública no tocante à doenças de animais, transmissíveis ao homem.
Proceder à padronização e à classificação dos produtos de origem animal.
Participar nos exames dos animais para efeito de inscrição nas sociedades de registros genealógicos.
Realizar pesquisas e trabalhos ligados à biologia geral, à zoologia e à zootécnica bem como a bromatologia animal em especial.

Proceder à defesa da fauna, especialmente, o controle da exploração das espécies de animais silvestres, bem como dos seus produtos.
Participar do planejamento e execução da educação rural.
Apresentar relatórios periódicos.
Desempenhar tarefas semelhantes.

5.3.3. ODONTÓLOGO

Participar na elaboração de normas gerais de organização e funcionamento dos serviços odontossanitários.
Aplicar as normas técnicas que regem as atividades de odontologia sanitária a fim de que sejam integralmente cumpridas da maneira prevista ou na forma de adaptação que mais convenha aos interesses e necessidades do serviço.
Encarar o paciente e sua saúde como um todo, tentando evidenciar as causas de suas necessidades odontológicas.
Examinar as condições buco-dentárias do paciente, esclarecendo sobre diagnóstico e tratamento indicado.
Fazer o encaminhamento a serviços ou entidades competentes dos casos que exijam tratamento especialização.
Aplicar medidas tendentes à melhoria do nível de saúde oral da população avaliando os resultados.
Promover e participar do programa de educação e prevenção das doenças da boca, esclarecendo à poluição métodos eficazes para evitá-las.
Requisitar ao órgão competente todo material técnico administrativo.
Prestar assistência odontológica curativa, priorizando o grupo materno-infantil.
Prestar assistência odontológica ao escolar dentro da filosofia do sistema incremental.
Coordenar e participar da assistência prestada às comunidades em situações de emergência e calamidade.
Promover o incremento e atualização de outras medidas e métodos preventivos e de controle.
Propor e participar da definição e execução da política de desenvolvimento de recursos humanos.
Realizar e participar de estudos e pesquisas, direcionadas à área de saúde pública.
Apresentar propostas de modernização de procedimentos, objetivando maior dinamização dos trabalhos na sua área de atuação.
Desenvolver todas as demais atividades relacionadas com a administração sanitária.

5.3.4. ASSISTENTE SOCIAL

Planejar, coordenar, controlar e avaliar programas e projetos na área do Serviço Social, aplicados a indivíduos, grupos e comunidades. Elaborar e /ou participar de projetos de pesquisas, visando a implantação e ampliação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário.

Participar no desenvolvimento de pesquisas médico-sociais e interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família. Fornecer dados sociais para a elucidação de diagnóstico médico e pericial.

Diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde. Desenvolver atividades que visem a promoção, proteção e a recuperação da saúde da população, ocupando-se de aplicações sociais, culturais, econômicas, que influem diretamente na situação saúde, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais.

Mobilizar recursos da comunidade para que sejam devidamente utilizados e para que possam proporcionar os benefícios necessários à população.

Prover, adequar e capacitar recursos humanos institucionais e/ou comunitários, necessários para à realização de atividade na área do Serviço Social.

Participar de programas de treinamento de pessoal técnico e auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde.

Participar das ações que visem a promoção dos servidores da instituição.

Desempenhar tarefas semelhantes.

5.3.5. ENFERMEIRO

Participar no planejamento, execução e avaliação de planos e programas de saúde.

Participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidas pela Instituição.

Formular normas e diretrizes específicas de enfermagem.

Organizar e dirigir serviços de enfermagem e suas atividades na Instituição.

Fazer consultoria, auditoria e emitir pareceres sobre a matéria de enfermagem.

Desenvolver atividades de supervisão em todos os níveis assistenciais.

Prestar assessoria quando solicitado.

Desenvolver educação continuada de acordo com as necessidades identificadas.

Promover a avaliação periódica da qualidade da assistência de enfermagem prestada.

Participar do planejamento e prestar assistência em situações de emergência e de calamidade pública, quando solicitado.

Elaborar e executar uma política de formação de Recursos Humanos de Enfermagem de acordo com as necessidades da Instituição.

Realizar consulta de enfermagem e prescrever a assistência requerida.

Fazer notificação de doenças transmissíveis.

Participar das atividades de vigilância epidemiológica.

Dar assistência de enfermagem no atendimento às necessidades básicas do indivíduo, família e à comunidade de acordo com os programas estabelecidos pela Instituição.

Identificar e preparar grupos da comunidade para participar de atividades de promoção e prevenção da saúde.

Participar de programas de saúde desenvolvidos pela comunidade.

Promover, participar de atividades de pesquisa operacional e estudos epidemiológicos. Elaborar informes técnicos para divulgação.

Colaborar no desenvolvimento das atividades com a saúde ocupacional da Instituição em todos os níveis de atuação.

Desempenhar outras funções afins.

5.3.6 FARMACÊUTICO

Desempenhar funções de dispensação ou manipulação de fórmulas magistrais e farmacopéicas;

Fiscalização profissional sanitária;

Participar da elaboração e/ou fazer cumprir normas e disposições gerais relativas ao armanezamento, controle de estoque e distribuição de medicamentos, germicidas e produtos correlatos, garantindo sua qualidade e otimizando a terapia medicamentosa;

Participar de discussões técnicas para seleção e aquisição de medicamentos, germicidas e produtos correlatos, garantindo sua qualidade sua qualidade e otimizando a terapia medicamentosa;

Elaborar manuais de procedimento, manuais técnicos, formulários e lista de medicamentos, buscando normatizar e operacionalizar o funcionamento da assistência farmacêutica, criando padrões técnicos e sanitários de acordo com a legislação;

Gerir racionalmente recursos materiais e humanos, de forma a dar garantia de qualidade aos serviços prestados na área de medicamentos;

Atender aos receituários médicos, observando a legalidade da receita, avaliando a compatibilidade física e química, bem como averiguando a dose, via de administração, duração do tratamento e dose cumulativa dos medicamentos prescritos;

Informar de forma clara e compreensiva, sobre o modo correto de administração dos medicamentos alertando sobre alterações adversas e interações medicamentosas com alimentos e/ou produtos ingeridos concomitantemente;

Atuar na promoção da educação dos profissionais da saúde e de pacientes;

Atuar como fonte de informação sobre medicamentos aos outros profissionais de saúde;

Participar de equipe multidisciplinar, colaborando na elaboração, execução e avaliação de programas de saúde pública;

Executar funções como: reconstituição de medicamentos, preparo de misturas intravenosas e nutrição parenteral, fracionamento de doses, produção de medicamentos, e outras atividades passíveis de serem realizadas e atribuições do farmacêutico;

Atuar junto a central de esterilização na orientação de processos de desinfecção e esterilização de materiais;

Atuar em farmácia clínica;

Participar como membro de comissões de sua competência como: comissão de farmácia e terapêutica, padronização de medicamentos, comissão de controle de infecção hospitalar, licitações e pareceres técnicos;

Atuar no controle de qualidade de águas de consumo humano, residuárias e controle de operações de estação de tratamento de águas e esgotos domésticos e industriais de piscinas, praias e balneários, desde a coleta de amostras, análises físico químicas e microbiológicas, até emissão de assinaturas de laudos e pareceres técnicos;

Executar e/ou supervisionar análises físico-químicas, sensoriais, microscópicas, toxicológicas, microbiológicas, fotoquímicas, ensaios biológicos e outras, fazendo uso de metodologias e equipamentos necessários;
Atuar em farmácias homeopática, desde que devidamente habilitado;
Programar, supervisionar, inspecionar, bem como responder tecnicamente pela realização de exames laboratoriais, controle de qualidade de insumos de natureza biológica, química e física, emitindo laudos, pareceres e diagnósticos;
Fazer pesquisas quantitativas e qualitativas em amostras de materiais, dos exames requisitados;
Desempenhar outras tarefas afins.

5.3.7. PSICOLÓGO

Realizar consulta e/ou atendimento individual

Realizar visitas domiciliares

Recepção e acolhimento de famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social; Proteção pró-ativa por meio de visitas às famílias que estejam em situações de maior vulnerabilidade (como, por exemplo, as famílias que não estão cumprindo as condicionalidades do PBF), ou risco;

Fazer parte da equipe multidisciplinar que atende aos programas fornecidos pelo Município no âmbito da secretaria da assistência social e secretaria de saúde.

Fazer acompanhamento terapêutico

Realizar psicoterapia individual ou social

Promover atividades de lazer

Realizar orientação familiar

Realizar terapia ocupacional

Realizar atendimentos à pacientes que demandem cuidados intensivos de reabilitação para habilitação.

Apoio nas avaliações de revisão dos cadastros do Programa Bolsa Família, BPC e demais benefícios.

Desempenhar outras tarefas afins.

5.3.8. MÉDICO CLÍNICO GERAL

Realizar atendimento ambulatorial.

Participar dos programas de atendimento à populações atingidas por calamidades públicas.

Integrar-se com a execução dos trabalhos de vacinação e saneamento.

Realizar estudos e inquéritos sobre os níveis de saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas levantados.

Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva.

Participar das atividades de apoio médico-sanitário das Unidades Sanitárias da Secretaria da Saúde.

Emitir laudos e pareceres, quando solicitado.

Participar de eventos que visem, seu aprimoramento técnico-científico e que atendam os interesses da Instituição.

Fornecer dados estatísticos de suas atividades.

Participar de treinamento para pessoal de nível auxiliar médio e superior.

Proceder a notificação das doenças compulsórias à autoridade sanitária local.

Prestar à clientela assistência médica especializada, através de diagnóstico, Tratamento, prevenção de moléstias e educação sanitária.

Opinar a respeito da aquisição de aparelhos, equipamentos e materiais a serem utilizados no desenvolvimento de serviços relacionados a sua especialidade.

Desempenhar outras atividades definidas pela Regional de Saúde.

5.3.9. MÉDICO COMUNITÁRIO

Realizar atendimento ambulatorial.

Prestar assistência integral aos indivíduos sob sua responsabilidade

Participar dos programas de atendimento a populações atingidas por calamidades públicas.

Integrar-se com a execução dos trabalhos de vacinação e saneamento.

Realizar estudos e inquéritos sobre os níveis de saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas levantados.

Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva.

Participar das atividades de apoio médico-sanitário das Unidades Sanitárias da Secretaria da Saúde.

Emitir laudos e pareceres, quando solicitado.

Participar de eventos que visem, seu aprimoramento técnico-científico e que atendam os interesses da Instituição.

Fornecer dados estatísticos de suas atividades.

Participar de treinamento para pessoal de nível auxiliar médio e superior.

Proceder a notificação das doenças compulsórias à autoridade sanitária local.

Prestar à clientela assistência médica especializada, através de diagnóstico, Tratamento, prevenção de moléstias e educação sanitária.

Opinar a respeito da aquisição de aparelhos, equipamentos e materiais a serem utilizados no desenvolvimento de serviços relacionados a sua especialidade.

Desempenhar outras atividades afins.

Elaborar e executar projetos destinados à melhoria da qualidade de saúde dos indivíduos da comunidade

Elaborar projetos e atuar na capacitação de pessoas da comunidade para a educação para a saúde

Planejar e participar de programas de treinamento de pessoal técnico e auxiliar para o desenvolvimento e participar de pesquisas médico-sociais e interpretar junto à equipe de saúde

Proceder ao atendimento a domicílio de pacientes e acompanhamento da saúde dos mesmos.

Executar ações de assistência nas áreas de atenção à criança, ao adolescente, à mulher, ao trabalhador, ao adulto e ao idoso, realizando também atendimentos de primeiros cuidados nas urgências e pequenas cirurgias ambulatoriais.

5.3.10. ENGENHEIRO CIVIL

Planejar, programar, organizar, coordenar a execução das atividades relacionadas com a construção, reformar, manutenção e locação de

prédios escolares, administrativos e esportivos, bem como a definição das instalações e equipamentos.
Executar serviços de urbanismo, obras de arquitetura paisagística e obras de decoração arquitetônica.
Orientar o mapeamento e a cartografia de levantamentos feitos para áreas operacionais.
Realizar exame técnico de processos relativos à execução de obras compreendendo a verificação de projetos e das especificações quanto às normas e padronizações.
Participar da elaboração e execução de convênios que incluam projetos de construção, ampliação ou remoção de obras e instalações.
Fazer avaliações, perícias e arbitramentos relativos à especialidade.
Acompanhar e analisar o cumprimento dos contratos celebrados para a execução de obras e serviços.

Efetuar constante fiscalização dos prédios próprios ou locados pelo órgão, com a finalidade de controlar as condições de uso e habitação.
Embargar construções que não atendam as especificações do projeto original e as normas de responsabilidade técnica.
Executar estudo, projeto, fiscalização e construção de núcleos habitacionais e obras.
Fiscalizar imóveis financiados pelo órgão.
Participar de comissões técnicas.
Propor baixa e alienação dos veículos e equipamentos considerados inservíveis.
Elaborar projetos de loteamentos.
Coordenar e supervisionar a manutenção de equipamentos.
Estudar e desenvolver métodos operacionais, bem como, baixar normas e instruções disciplinadoras para o uso e manutenção dos veículos, equipamentos e obras municipais.
Elaborar projetos, analisar, fiscalizar e executar instalações elétricas, telefônicas, sinalização, sonorização e relógio sincronizado.
Projetar subestação de energia elétrica, quadros de comando, calculando todos os dispositivos de projeção e comando, adaptando-os às necessidades do sistema elétrico.
Executar a locação de obras, junto à topografia e batimetria.
Apresentar relatórios de suas atividades.
desempenhar outras tarefas semelhantes.

5.3.11. ASSESSOR JURÍDICO

Assessorar e orientar as chefias nos assuntos relacionados com os conhecimentos técnico-especializados da categoria.
Emitir pareceres de natureza jurídica.
Programar, organizar, coordenar, executar e controlar as atividades relacionadas com assessoramento jurídico em geral.
Analisar contratos, convênios, acordos, ajustes e respectivos aditivos.
Representar o Município nas instâncias judiciais ou extrajudiciais. Representar o Município junto aos Tribunais de Contas.
Assistir as reclamações trabalhistas movida por servidores ou ex-servidores.
Acompanhar permanentemente o andamento de processos e ações jurídicas.
Acompanhar as publicações de natureza jurídica especialmente as ligadas às atividades do órgão.
Elaborar anteprojetos de leis, decreto-lei, decretos, regulamentos, portarias e normas internas.
Elaborar exposição de motivos que exijam atenção especializada do profissional.
Assessorar comissões disciplinares ou de sindicâncias.
Desempenhar outras atividades semelhantes.
Atender, consultar e emitir pareceres sobre matéria de interesse do município;
Proceder a cobrança de dívida ativa do município por via judicial ou extrajudicial;
Assessorar o prefeito e os demais órgãos da administração, em assuntos de ordem legislativa, administrativa, fiscal, trabalhista e jurídica em geral;
Desincumbir-se de outras tarefas que lhe forem cometidas por ato expresso do prefeito municipal.

5.3.12. NUTRICIONISTA

Proceder ao planejamento, coordenação e supervisão de programas e/ou serviços de nutrição nas áreas de saúde, educação e do trabalho, entre outros;
Realizar análise de carências nutricionais/alimentares além do aproveitamento conveniente de recursos dietéticos;
Proceder ao controle de estoque, preparo, conservação, além da distribuição de alimentos;
Contribuir no desenvolvimento de ações educativas, visando colaborar na aquisição de hábitos alimentares adequados da população;
Participar da equipe multidisciplinar, auxiliando no planejamento, elaboração e execução de ações da vigilância epidemiológica, sanitária e de saúde do trabalhador;
Zelar por sua própria segurança e de terceiros, bem como pela preservação e conservação de materiais e equipamentos de trabalho;
Cumprir o código de ética profissional;

Participar efetivamente da política de saúde do município através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde;
Planejar serviços e programas de nutrição nos campos hospitalares, de saúde pública, educação e de outros similares;
Organizar cardápios e elaborar dietas; e
Desempenhar outras tarefas afins.

5.3.13. CONTROLE INTERNO

Auxiliar o Chefe do Poder executivo no controle da legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Município.
Orientar servidores e os agentes políticos sobre assuntos de sua competência;
Fiscalizar a legalidade da prática de atos Administrativos e controlar as contas públicas;
Participar da elaboração da proposta da Lei de orçamento, anualmente;
Acompanhar a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Município;
Classificar a despesa dentro dos padrões exigidos pela legislação que trata do orçamento público;

Avaliar a execução das metas previstas no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual.
Executar trabalhos de processamento dos empenhos de despesas, com fornecimento de demonstrativos mensais;
Proceder a auditorias;
Avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária e financeira.
Emitir relatórios e prestar informações às autoridades competentes, em especial ao Tribunal de Contas;
Analisar e emitir pareceres sobre editais, minuta de contratos, termos aditivos ao contrato, reconhecimento de dívida, bem como nos processos de dispensa e inexistência de licitação.
Desempenhar outras tarefas semelhantes.

5.3.14. CONTADOR

Elaborar planos de contas e preparar normas de trabalho de contabilidade; elaborar os balancetes mensais, orçamentários, financeiro e patrimonial com os respectivos demonstrativos; elaborar balanços gerais com os respectivos demonstrativos; elaborar registros de operações contábeis; organizar dados para a proposta orçamentária; elaborar certificados de exatidão de balanços e outras peças contábeis; fazer acompanhar da legislação sobre execução orçamentária; controlar empenhos e anulação de empenhos; orientar na organização de processo de tomadas de prestação de contas; assinar balanços e balancetes; fazer registros sistemáticos da legislação pertinente às atividades de contabilidade de administração financeira; preparar relatórios informativos sobre a situação financeira e patrimonial das repartições; opinar a respeito de consultas formuladas sobre matéria de natureza técnica, jurídica-contábil financeira e orçamentária, propondo se for o caso, as soluções cabíveis em tese; emitir pareceres, laudos e informações sobre assuntos contábeis, financeiros e orçamentários; fornecer dados estatísticos de suas atividades; apresentar relatório de suas atividades; desempenhar outras tarefas afins.

5.3.15. FISIOTERAPEUTA

Executar ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso, intervindo na prevenção, através da atenção primária e também em nível secundário e terciário de saúde por julgar o profissional habilitado para realizar procedimentos tais como: imobilizações de fraturas, mobilização de secreções em pneumopatas, tratamento de pacientes com AVC na fase de choque, tratamento de pacientes cardiopatas durante o pré e pós cirúrgico, analgesia através da manipulação e do uso da eletroterapia; realizar atendimentos domiciliares em pacientes portadores de enfermidades crônicas e/ou degenerativas, pacientes acamados ou impossibilitados. Encaminhando à serviços de maior complexidade, quando julgar necessário; prestar atendimento pediátrico a pacientes portadores de doenças neurológicas com retardo no DNPM (desenvolvimento neuropsicomotor), mal formações congênitas, distúrbios nutricionais, afecções respiratórias, deformidades posturais, pois com os procedimentos ou recursos fisioterápicos o número de hospitalizações pode ser reduzido, a progressão das lesões

pode ser evitada ou acentuada e o desenvolvimento motor normal pode ser estimulado; orientar os pais ou responsáveis, pois qualquer tratamento ou procedimento realizado em pediatria deve contar com a dedicação e a colaboração da família, para que este seja completo e eficaz, realizar técnicas de relaxamento, prevenção e analgesia para diminuição e/ou alívio da dor, nas diversas patologias ginecológicas; no pré-natal e puerpério, devido as modificações gravídicas locais e gerais, o fisioterapeuta pode atuar nestas fases da vida da mulher realizando condicionamento físico, exercícios de relaxamento e orientações de como a gestante deve proceder no pré e no pós parto para que ela possa retornar às suas atividades normalmente; na prevenção de câncer, o profissional pode orientar quanto ao diagnóstico precoce: papa-nicolau e auto exame das mamas. Realizar procedimentos ou técnicas fisioterápicas afim de evitar as complicações da histerectomia e da mastectomia, incluindo drenagem linfática como forma de tratamento; realizar programas de atividades físicas e psico-sociais com o objetivo de aliviar os sintomas dessa fase da vida da mulher, onde ela passa da fase reprodutiva para a não reprodutiva (climatério); desenvolver atividades físicas e culturais (como palestras e orientações preventivas) para a terceira idade, para que o idoso consiga realizar suas atividades diárias de forma independente, melhorando sua qualidade de vida e prevenindo as complicações decorrentes da idade avançada; orientar a família ou responsável, quanto aos cuidados com o idoso ou paciente acamado; desenvolver programas de atividades físicas, condicionamento cardiorespiratório e orientações nutricionais para o obeso, prevenindo com isso a instalação de enfermidades relacionadas a obesidade; em patologias específicas, como a Hipertensão Arterial Sistêmica, Diabetes melitus, Tuberculose e Hanseníase - prescrever atividades físicas, principalmente exercícios aeróbicos, a fim de prevenir e evitar complicações decorrentes, prescrever exercícios/técnicas respiratórios para diminuir o tempo de internação hospitalar e prevenir deformidades que levam às incapacidades; atuar de forma integral junto às famílias, através de ações interdisciplinares e intersetoriais, visando assistência e a inclusão social das pessoas portadores de deficiências, incapacitadas e desassistidas; receber e atender os encaminhamentos médicos, de forma a complementar o tratamento ministrado pelo mesmo ao paciente, e/ou empregar tratamento independente adequado ao caso.

5.3.16. FONOAUDIÓLOGO

Atender a demanda de pacientes que se apresentarem direta ou indiretamente (encaminhados por outros profissionais) ao SUS, no Município; planejar e executar programas de prevenção auditiva; detectar, atender e encaminhar a clientela, na área de comunicação, tanto oral como escrita; desenvolver, programar e supervisionar treinamento de linguagem, fala, voz, compreensão do pensamento verbalizado; prestar orientações aos familiares e corpo docente, sobre atitudes e responsabilidades na educação e/ ou reabilitação do educando; executar exames fonéticos de linguagem, audiometria e outros procedimentos apropriados, visando ao diagnóstico de limiares auditivos, além do estabelecimento do plano de sonoterapia; demonstrar técnicas de empostação de voz e respiração, orientando os treinamentos foniátricos, auditivos, de dicção e organização do pensamento expresso em palavras, objetivando a reeducação ou reabilitação do cliente; detectar, pela avaliação, as deficiências de comunicação do cliente tais como: fala, linguagem, voz, audição, leitura e escrita; participar da equipe multidisciplinar, colaborando na elaboração de programas de saúde pública; zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela conservação e manutenção de materiais e equipamentos de seu ambiente de trabalho; participar em comissões técnicas e auditorias, com fins diversos, emitindo laudos e pareceres de sua competência; participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde; desempenhar outras tarefas afins.

5.3.17. ARQUITETO

Realizar supervisão, coordenação e orientação técnica; fazer estudo, planejamento, projeto e especificação; fazer estudo de viabilidade técnico-econômica; assistência, assessoria e consultoria; realizar a direção de obra e serviço técnico; realizar vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico; elaborar orçamento; realizar a padronização, mensuração e controle de qualidade; ser responsável

pela execução de obra e serviço técnico; realizar a fiscalização de obra e serviço técnico; realizar a condução de equipe de instalação, montagem,

operação, reparo ou manutenção; executar a instalação, montagem e reparo; realizar a operação e manutenção de equipamento e instalação; fazer a execução de desenho técnico; planejar, programar, organizar, coordenar a execução das atividades relacionadas com a construção, reformas, manutenção e locação de prédios públicos, bem como a definição das instalações e equipamentos; realizar exame técnico de processos relativos a execução de obras compreendendo a verificação de projetos e das especificações quanto as normas e padronizações; participar de comissões técnicas; participar de comissões de sindicâncias; participar da elaboração e execução de convênios que incluam projetos de construção, ampliação, reforma ou remoção de obras e instalações públicas; acompanhar e analisar o cumprimento dos contratos celebrados para a execução de obras e serviços públicos; efetuar fiscalização dos prédios próprios ou locados pelo órgão, com a finalidade de controlar as condições de uso e habitação; embargar construções que não atendam as especificações do projeto original e as normas de responsabilidade técnica; fiscalizar imóveis financiados pelo órgão; fiscalizar obras públicas; orientar o mapeamento e a cartografia de levantamentos feitos a áreas operacionais; orientar, analisar e fiscalizar a elaboração de projetos estruturais, instalações hidro-sanitárias, elétricas, telefônicas, sinalização, sonorização; elaborar projetos de urbanismo; elaborar projetos de paisagismo; elaborar projetos e arquitetura de interiores; elaborar projetos de conforto ambiental; elaborar processos licitatórios; laborar memoriais descritivos; elaborar orçamentos e cronogramas físico-financeiro; elaborar projetos de loteamentos; elaborar e analisar planos diretores; elaborar e analisar normas e diretrizes para o planejamento, ordenamento territorial, controle, uso, parcelamento e ocupação do solo urbano; elaborar estudo, projeto e, fiscalização de núcleos habitacionais e obras; apresentar relatórios de suas atividades; desempenhar outras tarefas correlatas

5.4 REGIME DE TRABALHO E CARGA HORÁRIA

Estatutário

- Engenheiro agrônomo: 40 (quarenta) horas semanais;
- Médico veterinário: 40 (quarenta) horas semanais
- Odontólogo: 20 (vinte) horas semanais
- Assistente social: 40 (quarenta) horas semanais
- Enfermeiro: 40 (quarenta) horas semanais
- Farmacêutico: 40 (quarenta) horas semanais
- Psicólogo: 20 (vinte) horas semanais
- Psicólogo: 40 (quarenta) horas semanais
- Médico Clínico Geral: 20 (vinte) horas semanais
- Médico Clínico Geral: 40 (quarenta) horas semanais
- Médico Comunitário: 40 (quarenta) horas
- Engenheiro Civil: 20 (vinte) horas semanais
- Engenheiro Civil: 40 (quarenta) horas semanais
- Assessor Jurídico: 20 (vinte) horas semanais
- Nutricionista: 40 (quarenta) horas semanais
- Controle Interno: 40 (quarenta) horas semanais
- Contador: 40 (quarenta) horas semanais
- Fisioterapeuta: 20 (vinte) horas semanais
- Fonoaudiólogo: 20 (vinte) horas semanais
- Arquiteto: 20 (vinte) Horas semanais

5.5 CONDIÇÕES PARA INGRESSO

Concurso público de provas e títulos.

5.6 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL.

Engenheiro Agrônomo: Portador de Diploma de engenheiro Agrônomo, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Médico veterinário: Portador de Diploma de Médico Veterinário, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Odontólogo: Portador de Diploma de Cirurgião Dentista, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Assistente social: Portador de Diploma de Assistente Social, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Enfermeiro: Portador de Diploma de Enfermeiro, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Farmacêutico: Portador de Diploma de Farmacêutico, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Psicólogo: Portador de Diploma de Psicologia, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Médico Clínico Geral: Portador do Diploma de Médico, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Médico Comunitário: Portador do Diploma de Médico, com residência em medicina geral e comunitária e com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Engenheiro Civil: Portador de Diploma de Engenheiro Civil, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Assessor Jurídico: Portador de Diploma de Bacharel Em Direito, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Nutricionista: Portador de Diploma de Nutricionista, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Controle Interno: Portador de diploma de Bacharel em Ciências Econômicas ou Ciências Contábeis.

Contador: Portador de diploma de Bacharel em Contabilidade e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Fisioterapeuta: Portador de diploma de Bacharel em Fisioterapia e registro no órgão fiscalizador da profissão.

Fonoaudiólogo: Portador de diploma de Bacharel em Fonoaudiologia e registro no órgão fiscalizador da profissão.

Arquiteto: Portador de diploma de Bacharel em Arquitetura registro no órgão fiscalizador da profissão.

LEI MUNICIPAL N. 2.080

LEI MUNICIPAL N. 2.080, 06 de julho de 2015.

DISPÕE SOBRE A DESAFETAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA, E AUTORIZA DOAÇÃO PARA USO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Egrégia Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a desafetar os lotes 06, 07 e 08 da quadra Q-B, do Bairro Irmã Colonatta, conforme mapa que integra a presente lei em forma de anexo único.

Art. 2º. Fica autorizada a doação dos lotes urbanos 06, 07 e 08, da quadra Q-B, do Bairro Irmã Colonatta, àqueles que quitarem o financiamento habitacional para pagamento da casa, cujo credor é o Município de Coronel Freitas.

Art. 3º. As despesas decorrentes da escrituração dos imóveis correrão por conta do Município de Coronel Freitas.

Art. 4º. Os donatários ficam isentos do pagamento do Imposto de Transmissão Inter Vivos.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de julho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

LEI MUNICIPAL N. 2.081

LEI MUNICIPAL Nº. 2.081, 08 de julho de 2015.

Declara utilidade pública a instituição que menciona e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Mauri José Zucco, Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação Equipe Cultural Artística Sagrado Coração de Jesus, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.564.533/0001-12, sediada no Município de Coronel Freitas/SC.

Art. 2º. A presente declaração de utilidade pública confere a entidade descrita no art. 1º desta lei, todos os direitos e vantagens da legislação pertinente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 08 de julho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

LEI MUNICIPAL N. 2.082

LEI MUNICIPAL Nº. 2.082, 10 de julho de 2015.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber - Que a Egrégia Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento do fundo municipal de saúde, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde
Função: 10- Saúde
Sub-função: 122– Administração Geral
Programa: 0019 – Saúde para Todos
Ação: 2.091- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0002 – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos – R\$ 200.000,00.

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes do Supêravit do exercício anterior conforme decreto nº. 7.060/2015.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 10 de julho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

LEI MUNICIPAL N. 2.083

LEI MUNICIPAL Nº. 2.083, 22 de julho de 2015.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber - Que a Egrégia Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado para abrir crédito adicional especial, suplementar verba por anulação de dotações no orçamento vigente do município, no valor de R\$

20.000,00 (vinte mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 11.00 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Unidade: 11.01 – Departamento de Desenvolvimento Econômico
Função: 04 - Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 31 – Incentivo a Indústria, Comércio e Prestação de Serviço
Ação: 1.072 – Implantação de Incubadora e Condomínios Empresariais
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0089 – Alienação de Bens Destinados a Outros Programas
R\$ 20.000,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Unidade: 11.01 – Departamento de Desenvolvimento Econômico
Função: 04 - Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 31 – Incentivo a Indústria, Comércio e Prestação de Serviço
Ação: 1.072 – Implantação de Incubadora e Condomínios Empresariais
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0089 – Alienação de Bens Destinados a Outros Programas
R\$ 20.000,00.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de julho de 2015.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal
Registrada nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

LEI MUNICIPAL N. 2.085

LEI MUNICIPAL N. 2.085, 12 de agosto de 2015.
Declara utilidade pública a instituição que menciona e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Mauri José Zucco, Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação Desportiva, Artística e Cultural Capoeira Iê Menino, inscrita no CNPJ sob o nº. 22.594.991/0001-10, sediada no Município de Coronel Freitas/SC.

Art. 2º. A presente declaração de utilidade pública confere a entidade descrita no art. 1º desta lei, todos os direitos e vantagens da legislação pertinente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de agosto de 2015.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

LEI MUNICIPAL N. 2.086

LEI MUNICIPAL Nº. 2.086, 14 de agosto de 2015.
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento do município, no valor de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais) conforme a seguir discriminado:

Órgão: 05.00 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade: 05.01 – Departamento de Agricultura
Função: 20- Agricultura
Sub-função: 606– Extensão Rural
Programa: 0010 – Agricultura
Ação: 2.028- Manutenção e Assistência ao Produtor Rural
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Próprios R\$ 30.000,00
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0000 – Superávit do Exercício Anterior R\$ 4.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes do Superávit do exercício anterior conforme Decreto Nº. 7.060/2015 no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), e da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras
Função: 26- Transporte
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0013 – Estradas Vicinais
Ação: 2.044- Manutenção, Abertura e conservação de estradas vicinais
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito, 14 de agosto de 2015.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

LEI MUNICIPAL N. 2.087

LEI MUNICIPAL Nº. 2.087, 14 de agosto de 2015.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Egrégia Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento do município, no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) conforme a seguir discriminado:

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de assistência Social
Unidade: 10.01 – Departamento de Assistência Social
Função: 08- Assistência Social
Sub-função: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 0023 – Proteção Social Básica
Ação: 2.105- Manutenção da Assistência Social
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 150.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos
Função: 15- Urbanismo
Sub-função: 451 – Infraestrutura Urbana
Programa: 0018 – Serviço de Utilidade Pública
Ação: 2.050- Manutenção De Departamento de Serviços Urbanos
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 80.000,00

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras
Função: 26 - Transporte
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0013 – Estradas Vicinais
Ação: 2.044- Manutenção, Abertura e conservação de estradas vicinais
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 90.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de agosto de 2015.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL N. 2.088

LEI MUNICIPAL N. 2.088, 14 de agosto de 2015.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Egrégia Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento do município, no valor de R\$12.000,00 (doze mil reais) conforme a seguir discriminado:

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras
Função: 26-Transporte
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0013 – Estradas Vicinais
Ação: 2.044- Manutenção, abertura e conservação de estradas vicinais
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0000 – Superávit do Exercício Anterior R\$ 12.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes do Superávit do exercício anterior conforme Decreto Nº. 7.060/2015 no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de agosto de 2015.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL N. 2.089

LEI MUNICIPAL N. 2.089, 14 de agosto de 2015.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Egrégia Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento do município, no valor de R\$ 790.000,00 (setecentos e noventa mil reais) conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação
Função: 12- Educação
Sub-função: 122– Administração Geral
Programa: 0005 – Todas as crianças e adolescentes na escola

Ação: 2.012- Manutenção do Administrativo de Educação
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0001 – Superávit do Exercício Anterior R\$ 30.000,00
Elemento: 3.1.90.0000000000.03.0001 – Superávit do Exercício Anterior R\$ 40.000,00

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação
Função: 12- Educação
Sub-função: 365– Educação Infantil
Programa: 0005 – Todas as crianças e adolescentes na escola
Ação: 2.019- Manutenção da Educação Infantil
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0001 – Receita de Imp. de Transferências R\$ 50.000,00

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação
Função: 12- Educação
Sub-função: 361– Ensino Fundamental
Programa: 0005 – Todas as crianças e adolescentes na escola
Ação: 2.020- Manutenção do ensino Fundamental
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0001 – Receita de Imp. de Transferências R\$ 20.000,00
Elemento: 3.1.90.0000000000.03.0001 – Superávit do Exercício Anterior R\$ 200.000,00
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0001 – Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação
Função: 12- Educação
Sub-função: 361– Ensino Fundamental
Programa: 0005 – Todas as crianças e adolescentes na escola
Ação: 2.007- Manutenção do Transporte Escolar
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0001 – Receita de Imp. de Transferências R\$ 350.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes do Superávit do exercício anterior conforme Decreto Nº. 7.060/2015 no valor de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), e da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos
Função: 15- Urbanismo

Sub-função: 451 – Infraestrutura Urbana
Programa: 0018 – Serviço de Utilidade Pública
Ação: 2.050- Manutenção De Departamento de Serviços Urbanos
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 70.000,00

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos
Função: 15- Urbanismo
Sub-função: 451 – Infraestrutura Urbana
Programa: 0015 – Urbanização da Cidade
Ação: 1.057- Asfaltamento de vias urbanas
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 350.000,00

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras
Função: 26- Transporte
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0013 – Estradas Vicinais
Ação: 2.044- Manutenção, Abertura e conservação de estradas

vicinais
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de agosto de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL N. 2.090

LEI MUNICIPAL Nº. 2.090, 14 de agosto de 2015.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber –Que a Egrégia Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento do município, no valor de R\$ 122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais) conforme a seguir discriminado:

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos
Função: 15- Urbanismo
Sub-função: 451 – Infraestrutura Urbana
Programa: 0018 – Serviço de Utilidade Pública
Ação: 2.050- Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos
Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0000 – Superávit do Exercício Anterior R\$ 100.000,00

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos
Função: 26- Transporte
Sub-função: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 0013 – Estradas Vicinais
Ação: 1.086- Pavimentação Na Linha Cairú
Elemento: 4.4.90.0000000000.03.0000 – Superávit do Exercício Anterior R\$ 15.202,88
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 6.797,12

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes do Superávit do exercício anterior conforme Decreto Nº. 7.060/2015 no valor de R\$ 115.202,88 (cento e quinze mil, duzentos e dois reais e oitenta e oito centavos) e da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras
Função: 26- Transporte

Sub-função: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 0013 – Estradas Vicinais
Ação: 1.042- Pavimentação com pedras irregulares, nas comunidades do interior
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 6.797,12

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de agosto de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL N. 2.091

LEI MUNICIPAL N. 2.091, 14 de agosto de 2015.

AUTORIZA A BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS COM PERCA TOTAL CAUSADA PELA ENXURRADA DO DIA 14/07/2015 e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a baixa do patrimônio do Município - do Poder Executivo e do Poder Legislativo, os veículos que, por sua natureza, utilidade e estado de conservação, foram considerados inservíveis, com perca total causada pela enxurrada do dia 14/07/2015, conforme Boletim de ocorrência, avaliação da comissão, ata e demais documentos constantes em anexo.

I – Fiat Palio Weekend ELX 1.4, Flex, ano 2010/2010, Cor Prata, Placa MHT 7069, Chassis N. 9BD17301MA4324961, Patrimônio N. 6130.

II - Renault Logan EXP 16, ano 2010/2011, cor Branca Flex, Placa MJN 1839, Chassis N. 93YLSR7UHBj678206, Patrimônio N. 9743.

III – VW Parati 1.6, Track e Field, cor Vermelha, Flex, Ano 2006/2006, placa MBK 0812, Chassis N. 9BWDB05W76T101140, Patrimônio N. 3276.

IV – Renault Master TCA Ambulancia, ano 2012/2013, cor Branca, Placa MKL 6123 – Chassis N. 93YADC1L6DJ333741, Patrimônio N. 6466.

V - Renault Fluence Privilege 2.0, CVT, ano 2013/2014, cor Branca Flex, automático, Placa MLJ 7025 – Chassis N. 8ª1LZBW-3TEL826167, Patrimônio N. 6753.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de agosto de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL N. 2.092

LEI MUNICIPAL Nº. 2.092, 14 de agosto de 2015.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO VENCIMENTO DO ISS – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DOS CONTRIBUINTE ATINGIDOS POR ENXURRADA.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Aos atingidos pela enxurrada relacionados no Decreto nº 7.250/15, fica prorrogada a data de pagamento do ISS – Imposto Sobre Serviço com vencimentos em julho, agosto, setembro, outubro, para o dia 21/12/2015.

Art. 2º. Para realizar o pagamento com novo vencimento, o contribuinte deverá retirar novo carnê junto ao setor de tributação do Município de Coronel Freitas.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de agosto de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

LEI MUNICIPLA N. 2.084

LEI MUNICIPAL Nº. 2.084, 22 de julho de 2015.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber - Que a Egrégia Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar o orçamento do município, no valor de R\$ 65.103,00 (sessenta e cinco mil, cento e três reais) conforme a seguir discriminado:

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15- Urbanismo

Sub-função: 451 – Infra - estrutura Urbana

Programa: 15 – Urbanização da Cidade

Ação: 1.054- Infra-estrutura e urbanização (pavimentação com pedras irregulares)

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0024 – Transferência de Convênios R\$ 14.000,00

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15- Urbanismo

Sub-função: 451 – Infra - estrutura Urbana

Programa: 16 – Embelezamento da Cidade

Ação: 1.060- Revitalização da Av Santa Catarina

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0024 – Transferência de Convênios R\$ 10.000,00

Elemento: 4.4.90.0000000000.03.0000 – Transferência de Convênios R\$ 41.103,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes do excesso de arrecadação na fonte 01.0024- Transferência de Convênios e do Superávit do exercício anterior conforme Decreto N. 7.060/2015.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 22 de julho de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

Coronel Martins

PREFEITURA

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO Nº 035/2015 DE 25 DE AGOSTO DE 2015

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO Nº 035/2015 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

MÊS/ANO: AGOSTO/2015. NÚMERO CONTRATO: 035/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 25/08/2015

CLÁUSULA I - DO OBJETO:

Execução de projeto de pavimentação poliédrica e macadame seco nas ruas Araranguá, Aires e Saudades; com fornecimento de materiais e mão de obra especializada pela empresa, a ser executada na cidade de Coronel Martins, SC, com execução indireta, no regime de empreitada integral, conforme documentação constante do Processo Licitatório nº 19/2015, modalidade Tomada de Preços nº 004/2015.

CLÁUSULA XII - DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

12.1 - O presente contrato terá vigência a partir de sua publicação, pelo período de 120 (cento e vinte) dias para conclusão dos serviços.

CLÁUSULA XIV- DO FORO:

14.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de São Domingos - SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões, oriundas do presente instrumento contratual.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 01.341.214/0001-94

CONTRATADA: CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA.

DECRETO Nº. 164 DE 20 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº. 164 DE 20 DE AGOSTO DE 2015.

FIXA HORÁRIO DE ATENDIMENTO E FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS EM TURNO ÚNICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Dirceu Favretto, Prefeito do Município de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando o interesse público e o atendimento dos princípios que regem a Administração Municipal contemplados no artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando o Princípio da Economicidade contemplado no artigo 70 da Constituição Federal;

Considerando a necessidade do efetivo enquadramento das despesas à previsão de receita, objetivando cumprir as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);

Considerando que o atendimento em turno único promove a redução de despesas de custeio e de manutenção, em função da otimização e racionalização dos serviços;

DECRETA:

Art. 1º A partir do dia 31 de agosto de 2015, as repartições públicas municipais abaixo discriminadas passarão a funcionar e

promover o atendimento ao público em turno único, das 07:00 (sete) às 13:00 (treze) horas:

- Gabinete do Prefeito;
- Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças;
- Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- Biblioteca Pública Municipal e Telecentro;

Parágrafo Primeiro. O Posto de Atendimento dos Correios de Coronel Martins passará a funcionar e promover o atendimento ao público em turno único, das 08:00 (oito) às 14:00 (quatorze), em virtude da chegada dos malotes.

Parágrafo Segundo. Nas demais Secretarias o horário de atendimento permanecerá das 7:45 às 11:45 e 13:00 às 17:00 horas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,
em 20 de agosto de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 140 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 140 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal, Senhor, André Luiz Zevieski, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Operador de Maquinas, por um período de 15 (quinze) dias, a partir do dia 25 de agosto a 08 de setembro de 2015, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,
em 25 de Agosto de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

Correia Pinto

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 39/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL 39/2015 – PMCP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PALANQUES, PRANCHAS, TRAVAS E VIGAS DE EUCALIPTO, CONFORME ANEXO I DO EDITAL. Tipo: Menor preço GLOBAL. Abertura dos envelopes: 09/09/2015 às 14:30 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto - SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 27 de agosto de 2015.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Pregoeiro Municipal

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 917/15

DECRETO Nº 917/15

DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE SISTEMA CONVENCIONAL E DE MEIO ELETRÔNICO NOS PROCEDIMENTOS DE MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, por sua Administração Direta e Indireta, autorizado a utilizar além dos sistemas convencionais o meio eletrônico para a movimentação financeira a seu cargo junto ao Banco do Brasil S/A – Agência 2011-7, para contas vinculadas ao Fundo de Assistência Social – CNPJ: 01.741.319/0001-30.

Art. 2º - Para atendimento ao previsto no art. anterior, fica designado:

· LUIZ CARLOS TAMANINI – Prefeito Municipal;

· FELIPE RAFAELI RODRIGUES – Secretário Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Art. 3º - A movimentação financeira, para os fins deste decreto, abrange todas as movimentações bancárias necessárias à realização da despesa e receita públicas, assinatura para abertura de conta bancária, emissão de talonário de cheques, endossos, transferência de recursos, transmissão e recepção de arquivos eletrônicos, via provedor, disponibilizado por instituições bancárias oficiais e via Internet.

Art. 4º - As transações serão realizadas pelos agentes públicos responsáveis pela movimentação dos recursos públicos, de acordo com as respectivas competências e atribuições, por meio suas assinaturas ou da senha eletrônica, aos quais compete preservar o respectivo sigilo, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. A senha eletrônica equipara-se, para os efeitos deste decreto, à assinatura de próprio punho do agente público.

Art. 5º - Deverão ser realizados contratos específicos com o Banco do Brasil, instituição bancária oficial, detentora das contas por meio das quais são movimentados os recursos públicos, regulando-se, de forma detalhada, a operacionalização do sistema eletrônico, inclusive os poderes inerentes a cada senha.

Art. 6º - As mensagens que trafegarem entre os sistemas eletrônicos dos bancos oficiais e da Administração Pública deverão ser criptografadas e protegidas por outra forma que garanta a segurança dos dados.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 24 de agosto de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.638/2015

DECRETO Nº 4.638/2015

APROVA O REGULAMENTO DO CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, e suas atribuições legais e na forma da Lei Orgânica do Município, e na forma estabelecida pela Lei Complementar n. 047/20069 que dispõe sobre o Código de Obras do Município de Curitibanos,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento do Código de Obras e Edificações do Município de Curitibanos, que a este acompanha.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 11 de agosto de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos onze dias do mês de agosto do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Hercilio Beppler Secretário Municipal Transportes e Obras	Lenora Elisa Borsarini Secretária de Planejamento
--	--

REGULAMENTO DO CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este regulamento institui normas para aplicação da Lei Complementar nº 047/2006 que dispõe sobre o Código de Obras do Município de Curitibanos e estabelece diretrizes para elaboração de projetos e execução de obras e instalações em seus aspectos técnicos, estruturais e funcionais.

Art. 2º Todos os logradouros públicos e edificações, exceto aquelas destinadas à habitação de caráter permanente unifamiliar, deverão garantir o acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida, atendendo as seguintes condições:

- I – Alturas recomendadas para acionamento de dispositivos;
- II – Espaços demandados para a circulação de pessoas que fazem uso de instrumentos de apoio, como bengalas, muletas, andadores e tripés e cães de guia;
- III – Pisos de circulação com características diferenciadas;
- IV – Áreas para circulação de cadeiras de roda;
- V – Desníveis toleráveis em circulações;
- VI – Dimensionamento, patamares e guias de balizamento de rampas de circulação;
- VII – Características, dimensionamento e patamares de degraus e escadas fixas de circulação;
- VIII – Condições gerais adequadas dos equipamentos eletromecânicos de circulação, como elevadores, esteiras rolantes e plataformas móveis;
- IX – Dimensionamento de portas e janelas;
- X – Condições gerais adequadas e áreas de manobras em sanitários e vestiários;
- XI – Proporção e dimensionamento de espaços e assentos em locais de reunião;

XII – Condições gerais, dimensionamento e previsão de vagas em estacionamentos;

XIII – Condições gerais de mobiliário urbano.

Parágrafo único – Nas medidas apresentadas nos incisos deste artigo obedecerão o disposto a legislações específicas, em especial aos art. 12,13,14 e 15 da Lei.

a) A implementação das modificações deverão acontecer em até 6 (seis) anos da aprovação do Código de Obras e Edificações.

CAPÍTULO II

DIREITOS E RESPONSABILIDADES

Seção Única

Do Município e do Responsável Técnico

Art. 3º Cabe ao Município a aprovação do projeto de arquitetura, observando as disposições do Código de Obras, deste Regulamento, bem como os padrões urbanísticos definidos pela legislação municipal.

Art. 4º O responsável técnico pela obra compromete-se perante o município e terceiros, o cumprimento de todas as condições previstas no projeto de arquitetura.

Art. 5º É obrigação do responsável técnico a colocação da placa da obra, que deverá conter as seguintes informações:

- I – Endereço completo da obra;
- II – Nome do proprietário;
- III – Nome do responsável técnico;
- IV – Número e data da licença para construção;
- V – Finalidade da obra.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Seção I

Do alinhamento e do Nivelamento

Art. 6º A Prefeitura, mediante requerimento, fornecerá uma ficha técnica contendo as notas de alinhamento e nivelamento e, em caso de logradouro já pavimentado ou com grade definido, deverá fornecer também o nivelamento da testada do terreno.

Art. 7º As notas de alinhamento e nivelamento serão fornecidas em forma de desenho esquemático e terão validade de dois anos a partir da data de sua expedição.

Parágrafo único – O desenho esquemático indicará pontos pique-teados do terreno e deverá conter, pelo menos, uma referência de nível – RN.

Seção II

Da Licença para Construção

Art. 8º. Deverão ser encaminhados ao órgão competente do município, para aprovação do projeto de arquitetura e outorga de licença para construção, os seguintes documentos:

- I – Quatro cópias do projeto arquitetônico;
- II – Cópia de Registro de Imóveis atualizada que comprove a propriedade do imóvel;
- III – Cópia do Carnê de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, em dia;
- IV – Uma via da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART / RRT do profissional responsável pela obra com a cópia do comprovante

de quitação do pagamento.

V – Laudo de exigências expedido pelo Corpo de Bombeiros.

Art. 9º. No caso específico das edificações de interesse social, com até 60,00m², construídas sob o regime de mutirão, autoconstrução e pertencentes a programa habitacional como projeto padrão, serão isentas de taxas.

Art. 10. Durante a construção da edificação deverão ser mantidos na obra, com fácil acesso à fiscalização, os seguintes documentos:

- I – Ficha técnica devidamente assinada pela autoridade competente;
- II – Alvará de licença de construção;
- III – Cópia do projeto aprovado, assinada pela autoridade competente e pelos profissionais responsáveis.

Seção III

Do Certificado de Mudança de Uso

Art. 11. Será objeto do pedido do certificado de mudança de uso, qualquer alteração quanto à utilização de uma edificação que não implique alteração física do imóvel.

Art. 12. Para solicitação do certificado de mudança de uso deverá ser apresentado ao órgão competente do município, o projeto de arquitetura, com sua nova utilização e com o novo destino de seus compartimentos.

Seção IV

Do Habite-se

Art. 13. Uma obra é considerada concluída, quando tiver condições de habitabilidade.

Art. 14. Para o requerimento do habite-se o proprietário da obra deverá apresentar ao órgão municipal competente, os seguintes documentos:

- I – Cópia ou número da licença para construção;
- II – Documentos que comprovem as aprovações das instalações prediais, pelas repartições competentes estaduais ou municipais ou pelas concessionárias de serviço público, quando for o caso;
- III – Cópia do certificado de aprovação emitido pelo Corpo de Bombeiros.

Art. 15. Durante a vistoria deverá ser verificado o cumprimento das seguintes exigências:

- I – Estar à edificação em condições de habitabilidade;
- II – Estar à obra executada de acordo com os termos do projeto aprovado pela Prefeitura;
- III – Ter as instalações prediais executadas de acordo com a aprovação pelas repartições competentes estaduais ou municipais ou pelas concessionárias de serviço público, quando for o caso.

CAPÍTULO IV

DA APRESENTAÇÃO DO PROJETOS

Art. 16. Os projetos de arquitetura, para efeito de aprovação e outorga de licença para construção deverão conter, obrigatoriamente as seguintes informações:

- I – Data, nome e assinatura do proprietário e do responsável pela obra no cabeçalho de todas as pranchas;
- II – Planta esquemática de situação do lote, com orientação do norte magnético, nome e cotas de largura de logradouros e passeios contíguos ao lote, distância do lote à esquina mais próxima, indicação da numeração dos lotes vizinhos e do lote a ser construído, quando houver;
- III – Quadro contendo a relação das áreas de projeção e da área total de cada unidade ou pavimento, área do lote e taxa de ocupação;
- IV – Planta de localização, na escala mínima de 1:500 (um para quinhentos), onde constarão:

- a) Projeção da edificação ou das edificações dentro do lote e as cotas, figurando ainda, rios, canais e outros elementos informativos;
- b) Dimensões das divisas do lote e as dimensões do afastamento das edificações em relação às divisas e outras edificações porventura existentes.

c) Dimensões externas da edificação;

d) Nome dos logradouros contíguos ao lote.

V – Planta baixa de cada pavimento da edificação na escala 1:50 (um para cinquenta) onde constarão:

- a) Dimensões e áreas exatas de todos os compartimentos, inclusive dos vãos de iluminação, ventilação, garagens e áreas de estacionamento;
- b) Finalidade de cada compartimento;
- c) Traços indicativos dos cortes longitudinais e transversais;
- d) Indicação das espessuras das paredes e dimensões externas totais da obra.

VI – Cortes transversais e longitudinais na escala de 1: 50 (um para cinquenta) e em número suficiente a perfeito entendimento do projeto, dos compartimentos, níveis dos pavimentos, alturas das janelas e peitoris e demais elementos, com indicação quando necessário, dos detalhes construtivos em escalas apropriadas;

VII – Planta de cobertura com indicação do sentido de escoamento das águas, localização das calhas, tipo e inclinação da cobertura, caixa d'água, casa de máquinas e todos os elementos componentes da cobertura, na escala mínima de 1:200 (um para duzentos);

VIII – Elevação da fachada ou fachadas voltadas para a via pública, na escala mínima de 1:50 (um para cinquenta);

IX – Especificações e descrição das esquadrias a serem utilizadas.

X. Apresentar pranchas distintas para o projeto arquitetônico e complementares.

XI. os projetos que ultrapassarem o formato da prancha A0 serão admitidos em escalas 1/75.

§ 1º - Os desenhos esquemáticos representativos das edificações de interesse social deverão conter as informações previstas nos incisos do artigo 10 deste regulamento.

§ 2º - Em casos excepcionais, o Município aceitará desenhos em outras escalas.

§ 3º Não serão permitidas rasuras, correções a mão –livre, colagens e outras técnicas. Deve-se reapresentar novas pranchas já corrigidas

CAPÍTULO V

DA CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES

Art. 17. As edificações classificam-se conforme o tipo de atividade a que se destinam, em residenciais, para o trabalho, especiais e mistas.

Art. 18. As edificações destinadas ao trabalho, mistas e residenciais de uso coletivo devem atender às exigências legais específicas:

- I – Código Sanitário Municipal;
- II – Normas de concessionárias de serviços públicos;
- III – Normas de segurança contra incêndio do corpo de bombeiros;
- IV – Normas regulamentadoras da consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 19. As edificações classificadas como especiais devem atender às disposições legais específicas:

- I – Estabelecidas pela Secretaria Estadual de Educação e Saúde do município;
- II – Estabelecidas pelo Ministério da Educação e Saúde.

CAPÍTULO VI

DAS CONDIÇÕES GERAIS RELATIVAS ÀS EDIFICAÇÕES

Seção I

Das estruturas, das paredes e dos pisos

Art. 20. Os locais onde houver preparo, manipulação ou depósito de alimentos deverão ter:

- I – Piso revestido com material resistente, lavável, impermeável e de fácil limpeza;
- II – Paredes revestidas com material liso, lavável e impermeável até a altura de 2,00 metros.

Seção II

Dos Corpos em Balanço

Art. 21. Serão permitidas as projeções de jardineiras, saliências, quebra-sóis e elementos decorativos, sobre os afastamentos, com no máximo 0,50m de profundidade.

Art. 22. Sobre os afastamentos frontais serão permitidas sacadas e varandas abertas com no máximo 2/3 da largura estipulada para os passeios na respectiva zona.

Art. 23. Não é permitido qualquer tipo de saliência na parte da fachada correspondente ao pavimento térreo, quando a edificação se situa no alinhamento do logradouro público.

§ 1º - Ocorrendo o recuo da edificação, admitir-se-ão saliências não excedentes a 20 (vinte) centímetros em relação ao alinhamento aprovado.

§ 2º - É vedado ainda, a instalação de esquadras que abram com proteção sobre o passeio, nas edificações construídas no alinhamento.

Seção III

Dos Compartimentos

Art. 24. Os compartimentos das edificações, conforme o uso a que se destinam, são classificados em compartimentos de permanência prolongada e de permanência transitória.

Art. 25. Os compartimentos de permanência prolongada deverão ter pé-direito mínimo de 2,60m e os de permanência transitória pé-direito de no mínimo 2,40m.

§ 1º - Admite-se para cozinhas pé-direito mínimo de 2,40m.

§ 2º - No caso de tetos inclinados, o ponto mais baixo deverá ter altura mínima de 2,40m e o ponto médio altura mínima de 2,60m.

§ 3º - No caso de varandas com tetos inclinados, o ponto mais baixo deverá ter altura mínima de 2,20m e o ponto médio altura mínima de 2,40m.

Art. 26 Os compartimentos de permanência prolongada, exceto cozinhas, deverão ter área útil mínima de 9,00m², de tal forma que permita a inscrição de um círculo de 2,50m de diâmetro em qualquer região de sua área de piso.

I - Admite-se área mínima de 6,00m² para cozinhas.

II – Para casas com até 70m² de área total, será permitido no máximo 02 dormitório com área mínima de 7,50m².

III – Para Kitinetes e Lofts exige-se 7,50m² de área mínima para dormitórios, quando separado das áreas de cozinha e sala.

IV – As Kitinetes e Lofts deverão ter 3,37m² de área mínima para banheiros;

V - Exige-se que Kitinetes e Lofts possuam vãos que garantam a ventilação através de pelo menos um sexto do ambiente.

Artigo 27 - Os compartimentos de permanência transitória deverão ter área útil mínima de 1,50m², para o caso de circulação/lavabos e sanitários.

I- Os banheiros deverão ter largura mínima de 1,35m de largura e com comprimento mínimo de 2,50m.

II- Nas edificações comerciais/ públicas, os banheiros para

portadores de necessidades especiais devem obedecer as normas da ABNT-9050, conforme disposto em suas dimensões mínimas. Para terrenos com área de 360m², serão permitidas somente 02 (duas) unidades para edificações térreas, com área máxima total construída de 215m². Permite-se 60% de ocupação do terreno para as 02 (duas) unidades. Para terrenos maiores deve ser usada a mesma proporção.

Art. 28 As edificações destinadas à indústria e ao comércio em geral deverão ter pé-direito mínimo de:

I – 3,00m, quando a área do compartimento for superior a 25,00m² e não exceder a 75,00m².

II – 3,60m, quando a área do compartimento exceder a 75,00m².

Art. 29 Os corredores e galerias comerciais deverão ter pé-direito mínimo de 4,00m.

Art. 30. As edificações destinadas a abrigar atividades de prestação de serviços automotivos deverão observar as seguintes exigências:

I – A limpeza, lavagem e lubrificação de veículos devem ser feitas em boxes isolados, de modo a impedir que a sujeira e as águas servidas sejam levadas para o logradouro público ou neste se acumulem;

II – As edificações de que trata este artigo deverão dispor de espaço para recolhimento ou espera de veículos dentro dos limites do lote.

Art. 31. As edificações destinadas a escolas, colégios, ginásios e outros estabelecimentos congêneres, deverão satisfazer as seguintes condições:

I – Serem edificadas em um raio mínimo de 500,00 metros de qualquer atividade perigosa, nociva ou industrial pesadas;

II – Ter local de recreação coberto, com área mínima igual a 1/3 (um terço) do total da área destinada às salas de aula;

III – Ter instalações sanitárias, separadas por sexo, nas seguintes proporções:

a) Um vaso sanitário para cada grupo de 30 alunos ou fração;

b) Um lavatório para cada grupo de 20 alunos ou fração;

c) Um mictório para cada grupo de 20 alunos ou fração;

d) Um chuveiro, quando houver vestiários para educação física, para cada grupo de 25 alunos ou fração.

IV – Ter bebedouro automático, de água filtrada, no mínimo, para cada grupo de 40 alunos;

V – Ter equipamentos e instalações de combate auxiliar de incêndios.

§ 1º - As salas de aula deverão satisfazer as seguintes condições:

I – Pé direito mínimo de 2,80m;

II – Área calculada à razão de 1,50m², no mínimo por aluno, não podendo ter área inferior a 30m² e nem superior a 75m²;

III – Piso pavimentado com material adequado ao uso;

IV – Janelas apenas em umas das paredes, assegurada a iluminação lateral esquerda e equivalente a 1/5 (um quinto) da área do respectivo piso;

V – Possuírem vãos que garantam a ventilação, através de, pelo menos, 1/5 (um quinto) de superfície e que preferencialmente, parte das aberturas, devem estar localizadas na parte superior da parede oposta ao das janelas;

VI – Comprimento máximo de 10 metros;

VII – Janelas dispostas no sentido do eixo maior da sala;

VIII – As salas especiais não se sujeitam as exigências desta seção devendo ser apresentadas suas justificativas no próprio projeto.

§ 2º - As escadas deverão satisfazer ainda, as seguintes condições:

I – Largura mínima de 1,50 metros;

II – Largura de 2,00 metros, quando em cada pavimento existirem 6 (seis) ou mais salas de aula;

III – Não serem desenvolvidas em leque ou caracol;

IV – Estarem localizadas de maneira que a distancia à entrada de qualquer sala de aula, não seja superior a 30 metros;

V – Possuírem iluminação direta, em cada pavimento.

§ 3º - As rampas, quando existirem, não poderão ter declividade superior a 10% aplicando-se as demais disposições do parágrafo anterior.

§ 4º - As escolas que possuam dormitórios, além das demais exigências deste Código deverão:

- a) Área mínima de 9,00m² para 02 leitos, com pé direito de 2,60m;
- b) Área acrescida de 4,00m² por leito excedente, com capacidade de até 10 leitos, pé direito de 2,80m;
- c) Área acrescida de 4,00m² por leito excedente, até o limite máximo de xxxm², pé direito de 3,00m.

I – Os dormitórios deverão dispor de instalações sanitárias anexadas nas seguintes proporções mínimas ou fração:

1 – Sanitários masculinos:

Um vaso sanitário para cada grupo de 15 leitos;

Um mictório para cada grupo de 10 leitos;

Um lavatório e um chuveiro para cada grupo de 10 leitos.

2 – Sanitários femininos:

Um vaso sanitário, um lavatório e um chuveiro para cada grupo de 10 leitos;

Um bidê para cada grupo de 15 leitos.

II – Ter no pavilhão, bebedouro automático no mínimo para cada grupo de 50 leitos.

III – Disporem as salas de espera, de lazer e de leitura com área mínima de 10 m² cada uma e área proporcional de 0,25 m² por leito.

§ 5º - Os refeitórios, quando houver, deverão dispor de área proporcional a 1,00 m² por aluno observado o pé direito mínimo de 3,00 metros.

§ 6º - As cozinhas terão área equivalente a 1/5 (um quinto) da área do refeitório, observado o mínimo de 8,00m², com largura não inferior a 2,890 metros, comunicando-se diretamente com a copa esta ao refeitório.

Art. 32. As lotações máximas dos salões destinados a locais de reunião serão determinadas admitindo-se, nas áreas destinadas a pessoas sentadas, uma pessoa para cada 0,70m² e, nas áreas destinadas a pessoas em pé, uma para cada 0,40m², não sendo computadas as áreas de circulação e acessos.

Art. 33. O cálculo da capacidade das arquibancadas, gerais e outros setores de estádios, deverá considerar, para cada metro quadrado, duas pessoas sentadas ou três em pé, não se computando as áreas de circulação e acessos.

Seção IV Casas Germinadas

Art. 34. Para terrenos com 360m (quadrados), serão permitidos somente 02(duas) unidades para edificações térreas, com área máxima total construída de 215m(quadrados).

§ 1º. Permite-se 60% de ocupação para as 02(duas) unidades.

§ 2º Para o mínimo de área internas exige-se seguir a legislação em vigor; Qualquer parede divisória das unidades deverá ter espessura mínima de 25 cm isolado até o nível do telhado;

§ 3º. A distância entre as unidades, quando houver aberturas deve ser de no mínimo 2,00 metros;

§ 4º. Para o caso de poço de luz, este deverá ter área mínima de 4,50m² (exceto par ao caso de ventilação para banheiros que poderá ter no mínimo 1,5m²).

§ 5º Para o caso de edificações com dois pavimentos em terrenos de 360,00m², permite-se a construção do pavimento térreo de 34% com área máxima construída para térreo de 120,00m².

Seção V

Dos Vãos e Aberturas de Ventilação e Iluminação

Art. 35. Todos os compartimentos de permanência prolongada

e banheiros deverão dispor de vãos para iluminação e ventilação abrindo para o exterior da construção.

Art. 36. Os compartimentos de permanência prolongada e banheiros poderão ser iluminados e ventilados por varandas, terraços e alpendres, desde que a profundidade coberta não ultrapasse a 2,00m.

Art. 37 – Os vãos úteis para iluminação e ventilação deverão observar as seguintes proporções mínimas para os casos de ventilação cruzada:

I - 1/6 (um sexto) da área do piso para os compartimentos de permanência prolongada;

II - 1/8 (um oitavo) da área do piso para os compartimentos de permanência transitória;

III - 1/20 (um vinte avos) da área do piso nas garagens coletivas.

§ 1º - No caso de vedação dos vãos para iluminação e ventilação com esquadrias basculantes, deverão ser observadas as seguintes proporções mínimas para os casos de ventilação cruzada:

I - ½ (um meio) da área do piso para os compartimentos de permanência prolongada;

II - 2/5 (dois quintos) da área do piso para os compartimentos de permanência transitória;

III - 1/6 (um sexto) da área do piso nas garagens coletivas.

§ 2º - No caso de não ser possível atingir o índice do inciso III no caput do §1º deste artigo, poderá ser adotada solução mecânica para ventilação de garagens, desde que comprovada a eficiência do sistema em projeto específico executado por profissional habilitado, visando a garantia da qualidade do ar no espaço em questão.

§ 3º - As proporções apresentadas nos três incisos no caput do § 1º deste artigo dobrarão para o caso de ventilação unilateral.

Art. 38. A profundidade máxima admitida como iluminada naturalmente, para os compartimentos de permanência prolongada das edificações residenciais corresponde a 2,5 vezes a altura do ponto mais alto de vão de iluminação do compartimento.

Parágrafo único – No caso de cozinhas, a profundidade máxima admitida como iluminada naturalmente corresponde a 2,5 vezes a altura do ponto mais alto do vão de iluminação do compartimento subtraídos 0,80m.

Art. 39 As salas de aula das edificações destinadas a atividades de educação deverão ter aberturas para ventilação equivalentes a, pelo menos, um terço da sua área, de forma a garantir a renovação constante do ar e que permitam a iluminação natural mesmo quando fechadas.

Seção VI Dos Prismas de Ventilação e Iluminação

Art. 40. Será permitida a abertura de vãos de iluminação e ventilação de compartimentos de permanência prolongada e transitória para prismas de iluminação e ventilação (PVI), desde que possível, no mínimo, a inscrição de um círculo de 3,00m de diâmetro em seu interior.

Art. 41. Recuos em planos de fachadas não posicionadas na divisa do lote não serão considerados prismas de ventilação e iluminação abertos quando a sua profundidade for inferior a ½ de sua largura aberta.

Seção VII Dos Vãos de Passagens e das Portas

Art. 42. Os vãos de passagens de portas de uso privativo, à exceção dos banheiros e lavabos deverão ter vão livre mínimo de 0,80 m.

Art. 43. As portas de acesso das edificações destinadas a abrigar atividades de comércio deverão ser dimensionadas em função das somas das áreas úteis comerciais, na proporção de 1,00m de largura para cada 600m² de área útil, sempre respeitando o mínimo de 1,50m de largura.

Art. 44. As portas de acesso das edificações destinadas e abrigar atividades de educação deverão ter largura mínima 3,00m.

Art. 45. As portas de acesso das edificações destinadas a abrigar atividade de indústria deverão, além das disposições da CLT, ser dimensionadas em função da atividade desenvolvida, sempre respeitando o mínimo de 1,50m.

Art. 46. As portas de acesso das edificações destinadas a locais de reunião deverão atender as seguintes disposições:

- I – As saídas dos locais de reunião devem se comunicar, de preferência, diretamente com a via pública;
- II – As folhas das portas de saída dos locais de reunião não poderão abrir diretamente sobre o passeio do logradouro público;
- III – Para o público haverá sempre, no mínimo, uma porta de entrada e outra de saída do recinto, situadas de modo a não haver sobreposição de fluxo, com largura mínima de 2,00m, sendo que a soma das larguras de todas as portas equivalerá a uma largura total correspondente a 1,00m para cada 100 (cem) pessoas.

Art. 47. Os corredores serão dimensionados de acordo com a seguinte classificação:

- I – De uso privativo;
- II – De uso comum;
- III – De uso coletivo.

Art. 48. De acordo com a classificação do artigo 46, as larguras mínimas permitidas para corredores serão:

- I - 0,80m para uso privativo;
- II – 1,50m para uso comum e coletivo.

Art. 49. Os corredores que servem às salas de aula das edificações destinadas a abrigar atividades de educação deverão apresentar largura mínima de 1,50m e acréscimo de 0,20m para cada sala.

Art. 50. Os corredores das edificações destinadas a abrigar locais de reunião deverão atender as seguintes disposições:

- I – quando o escoamento do público se fizer através de corredores ou galerias, estes possuirão uma largura constante até o alinhamento do logradouro, igual à soma das larguras das portas que para eles se abrirem;
- II – As circulações, em um mesmo nível, dos locais de reunião até 500m² terão largura mínima de 2,50m;
- III – Ultrapassada a área de 500m², haverá um acréscimo de 0,05m na largura da circulação, por cada 100m² excedentes.

Art. 51. As galerias comerciais e de serviços deverão ter largura útil correspondente à 1/12 (um doze avos) de seu comprimento, desde que observadas as seguintes dimensões mínimas:

- I – Galerias destinadas a salas, escritórios e atividades similares;
 - a) Largura mínima de 1,50m, quando apresentarem compartimentos somente em um dos lados;
 - b) Largura mínima de 2,00m, quando apresentarem compartimentos nos dois lados;
- II – Galerias destinadas a lojas e locais de venda:
 - a) Largura mínima de 2,00m, quando apresentarem compartimentos somente em um dos lados;
 - b) Largura mínima de 3,00m, quando apresentarem compartimentos nos dois lados.

Art. 52. As galerias internas terão o pé direito de 2,40m obedecidos os seguintes requisitos:

- a) Deixarem passagem livre, por baixo, com altura mínima de

2,60m;

- b) Terem parapeito;
- c) Terem escadas fixa de acesso;
- d) Não terem acesso por elevador.

§ 1º - As galerias, ou jirais poderão ser destinadas a pequenos escritórios, depósitos, estradas elevadas de fabricas, desde que não fiquem prejudicadas quando a iluminação e ventilação, bem como para os compartimentos onde forem construídos.

§ 2º - As áreas das galerias ou jirais, não poderão exceder a 25% da área do compartimento em que foram construídas.

§ 3º - O fechamento desses compartimentos, com paredes ou divisões de qualquer espécie, não serão permitidas.

Seção VIII

Das Escadas e Rampas

Art. 53. A construção de escadas e rampas de uso comum ou coletivo deverá atender os seguintes aspectos:

- I – Ter degraus com altura mínima de 0,15m e máximo de 0,18m e piso como dimensão mínima de 0,28m e máxima de 0,32m;
- II – Serem construídas de material incombustível e terem o peso revestido de material antiderrapante;
- III – Quando se elevarem a mais de um metro do nível do peso, deverão ser dotados de corrimão contínuo, sem interrupções nos patamares;
- IV – Não poderão ser dotadas de lixeira ou qualquer de lixeira ou qualquer outro tipo de equipamento, bem como de tubulações que possibilitem a expansão de fogo ou fumaça;
- V – Patamar de acesso ao pavimento deverá estar no mesmo nível do piso da circulação;
- VI – A sequência de degraus entre diferentes níveis será preferencialmente reta, devendo existir patamares intermediários quando houver mudança de direção ou quando exceder a 14 (quatorze) degraus, no caso de escadas;
- VII – Sempre que possível, contar com vãos para renovação de ar e iluminação natural na proporção descrita no artigo 36 para locais de ocupação temporária;
- VIII – Serem dispostas de forma a assegurar passagem com altura livre igual ou superior a 2,10m.

Art. 54 As edificações residenciais multifamiliares, as destinadas ao trabalho e as especiais não poderão ter nenhum ponto com distância superior a 35m da escada ou rampa mais próxima.

§1. Quando houver rampas de acesso para veículos a inclinação máxima permitida será de 22%.

§2º As rampas ascendentes com descendentes devem iniciar no alinhamento predial.

Art. 55 Todo edifício-garagem deverá possuir, no mínimo, uma escada de alvenaria ou metálica do primeiro pavimento à cobertura, com largura mínima de 1,20m.

Art. 56 As escadas e rampas de acesso às edificações destinadas a locais de reunião, além das exigências constantes deste regulamento, deverão atender as seguintes disposições:

- I – As escadas deverão ter largura mínima de 2,00m para a lotação de até 200 pessoas, sendo obrigatório acréscimo de 1,00m para cada 100 pessoas ou fração excedente;
- II – As escadas deverão ter o lance extremo que extremo que se comunicar com a saída sempre orientado na direção desta;
- III – Quando a lotação exceder a 5000 lugares serão sempre exigidas rampas para o escoamento do público.
- IV - Edificações comerciais com dois ou mais pavimentos deverão prever rampa de acesso / elevadores / plataforma (conforme norma ABNT 9050)
- V - As edificações comerciais/públicas existentes deverão adaptar-se norma vigente, NBR 9050, garantindo a acessibilidade

Art. 57. As entradas e saídas térreas de salas comerciais/ órgão público e espaços destinados a reuniões de público deverão sempre ser efetuadas através de rampas, quando houver necessidade de vencer níveis.

Parágrafo único – As rampas de entradas e saídas de estádios terão a soma de suas larguras calculada na base de 1,40m para cada 1000 espectadores, não podendo ser inferior a 3,00m.

Seção IX Dos Elevadores e das Escadas Rolantes

Art. 58 Será obrigatório o uso de elevadores ou escadas rolantes, atendendo a todos os pavimentos, desde que estes tenham mais de 10m de desnível da soleira principal de entrada até o nível do piso do pavimento mais elevado, ou que a construção tenha mais de quatro pavimentos incluindo térreo.

Parágrafo único – Nas edificações com altura superior a 23m de desnível da soleira principal de entrada até o nível do piso do pavimento mais elevado, ou com mais de sete pavimentos, haverá pelo menos dois elevadores de passageiros.

Art. 59 . Os poços dos elevadores das edificações deverão estar isolados por paredes de alvenaria de 0,25m de espessura ou de concreto com 0,15m.

Seção X Das instalações Hidrossanitárias, Elétricas e de Gás

Art. 60. Todas as instalações hidrossanitárias, elétricas e de gás deverão obedecer às orientações dos órgãos responsáveis pela prestação do serviço.

Art. 61. As instalações hidrossanitárias deverão obedecer às seguintes disposições:

I – Todas as edificações localizadas nas áreas onde não houver sistema de tratamento dos esgotos sanitários deverão apresentar solução para disposição final das águas servidas, que consistem em:

a) A fossa séptica, filtro anaeróbico e sumidouro, ou;
b) Fossa séptica, filtro anaeróbico e ligação à rede de águas pluviais, quando houver;

II – As águas provenientes das pias de cozinha e copa deverão passar por uma caixa de gordura antes de serem esgotadas;

III – A solução adotada para tratamento de esgoto deverá ser apresentada no projeto hidro-sanitário, acompanhado de memorial de cálculo e justificativa.

Art.62. As edificações que abrigarem atividades comerciais de consumo de alimentos com permanência prolongada deverão dispor de instalações sanitárias separadas por sexo, tendo no mínimo um vaso sanitário para cada uma, sendo o restante calculado na razão de um para cada 100m² de área útil.

Art. 63. Os açougues, peixarias e estabelecimentos congêneres deverão dispor de chuveiros, na proporção de um para cada 150m² de área útil.

Art. 64. As edificações destinadas a escritórios, consultórios e estúdios de caráter profissional, além das disposições deste regulamento que lhes forem aplicáveis, terão sanitários separados por sexo e calculados na proporção de um conjunto de vaso, lavatório e mictório, este último quando masculino, para cada 70m² de área útil ou fração.

Parágrafo único – Nos casos de edificações comerciais poderá ter sanitários de uso comum, separados por sexo, em cada pavimento para um grupo de quatro salas ou conjuntos.

Art. 65. As edificações de prestação de serviços destinadas à hospedagem deverão ter instaladas sanitárias calculados na proporção

de um vaso sanitário, um lavatório e um chuveiro para cada grupo de seis dormitórios, em cada pavimento, quando os quartos não possuírem sanitários privados.

Art. 66. As edificações destinadas a abrigar atividades de educação deverão ter instalações sanitárias separadas por sexo, devendo ser dotadas de vasos sanitários em número correspondente a, no mínimo, um para cada 25 alunas e um para cada 40 alunos, um mictório para cada 20 alunos e um lavatório para cada 20 alunos ou alunas.

Art. 67. As edificações destinadas a locais de reunião, além das exigências constantes deste regulamento, deverão ter instalações sanitárias calculadas na proporção de um vaso sanitário para cada 100 pessoas e um mictório para cada 200 pessoas.

Art. 68. As instalações elétricas para fins de iluminação deverão obedecer os seguintes dispositivos específicos:

I – Todos os compartimentos edificados deverão dispor de comandos para acender e apagar seus pontos de iluminação;

II – Os pontos de comando a que se refere o inciso anterior deverão estar localizados preferencialmente nas proximidades do local de acesso do compartimento e nunca distando mais de 8,00m do ponto a ser controlado;

III – As alturas para acionamento de dispositivos elétricos como interruptores, campainhas, tomadas, interfones e quadro de luz, deverão estar situadas entre 0,80m e 1,00m do piso do compartimento;

IV – As medidas de quer tratam os incisos anteriores não serão adotadas nos espaços de uso não privado, cujo controle da iluminação não deve ser realizado pelos usuários, de modo a não comprometer a segurança e conforto da coletividade.

Art. 69. A base do aparelho de ar-condicionado deverá estar situada a uma altura mínima de 1,50m do piso, para um maior rendimento da refrigeração de todo compartimento.

Seção XI Das Instalações Especiais

Art. 70. Os equipamentos geradores de calor de edificações destinadas a abrigar atividades industriais deverão ser dotados de isolamento térmico, admitindo-se:

I – Distância mínima de 1,00m do teto, sendo esta distância aumentada para 1,50m, pelo menos, quando houver pavimento superposto;

II – Distância mínima de 1,00m das paredes.

Art. 71. As edificações destinadas a abrigar atividades de prestação de serviços automotivos deverão observar as seguintes exigências:

I – As águas servidas serão conduzidas à caixa de retenção de óleo, antes de serem lançadas na rede geral de esgoto;

II – Deverão existir raios com grades em todo alinhamento voltado para os passeios públicos;

III – Os tanques de combustível deverão guardar afastamento mínimo de 4,00m do alinhamento da via pública e demais instalações;

IV – A edificação deverá ser projetada de modo que as propriedades, vizinhas ou logradouros públicos não sejam molestados pelos ruídos, vapores, jatos e aspersão de água ou óleo originados dos serviços de lubrificação e lavagens.

Seção XII Das Áreas de Estacionamento de Veículos

Art. 72 . Estarão dispensadas da obrigatoriedade de local de estacionamento e guarde dos veículos as edificações situadas nos seguintes casos:

I – Lotes em logradouros cuja "grade" seja em escadaria;

II – Lotes cuja largura do acesso seja inferior a 3,70m;

III – Lotes com área inferior a 200m² e testada igual ou inferior a 6,00m.

Art. 73. A área mínima por vaga será de 15,00m², com largura mínima de 3,00m.

Parágrafo único – Os estacionamentos de uso coletivo deverão ter área de acumulação, acomodação e manobra de veículos, calculada para comportar, no mínimo 3% de sua capacidade.

Art. 74. Deverão ser previstas vagas para os usuários portadores de deficiências na proporção de 1% de sua capacidade, sendo o número de uma vaga o mínimo para qualquer estacionamento coletivo ou comercial e 1,20m o espaçamento mínimo entre veículos em tais casos.

CAPÍTULO VII DA FISCALIZAÇÃO, DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Seção Única Das Infrações

Art. 75 . Deverão estar contidas no auto de infração, as seguintes informações:

- I – Endereço da obra ou edificação;
- II – Número de inscrição da obra no cadastro imobiliário;
- III – Nome do proprietário, do construtor e do responsável técnico, ou somente do proprietário quando se tratar de autoconstrução;
- IV – Data da ocorrência;
- V – Descrição da ocorrência que constitui a infração e os dispositivos legais violados;
- VI – Multa aplicada;
- VII – Intimação para a correção da irregularidade;
- VIII – Prazo para apresentação de defesa;
- IX – Identificação e assinatura do autuante e do autuado e de testemunhas se houver.

Parágrafo único – As omissões ou incorreções do auto de infração não acarretarão sua nulidade quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 76. Os casos omissos neste regulamento serão objetos de instruções especiais a serem expedidas.

Art. 77 – Este regulamento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 11 de agosto de 2015.

DECRETO Nº 4.639/2015

DECRETO nº 4.639/2015

REGULAMENTA A TAXA DOS ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba, e na forma do que determina a Lei nº 3.303 de 18 de dezembro de 1998. DECRETA:

Art. 1º. Ficam fixados, na forma do artigo 34 da Lei nº 3.303/98, os valores das Taxas dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal:

A. ALVARÁ SANITÁRIA ANUAL (Por atividade desenvolvida)

1. INDÚSTRIA DE ALIMENTOS

1.1 Maior Risco Epidemiológico UFM

- 1.1.1 Conservas de produtos de Origem Vegetal 14,2
- 1.1.2 Desidratadoras de Carne 14,2
- 1.1.3 Doces/Produtos de Confeitaria (com creme) 14,2
- 1.1.4 Embutidos 14,2
- 1.1.5 Massas frescas e produtos derivados semi processados

- perceíveis 14,2
- 1.1.6 Panificação (fabricação/distribuição) 5,0
- 1.1.7 Produtos alimentícios infantis 14,2
- 1.1.8 Produtos dietéticos 14,2
- 1.1.9 Refeições industriais 14,2
- 1.1.10 Sorvetes e similares 14,2
- 1.1.11 Sub-produtos lácteos 14,2
- 1.1.12 Usinas Pasteurizadoras e processadoras de leite 14,2
- 1.1.13 Vacas mecânicas 14,2
- 1.1.14 Fábricas de aditivos (enzimas, edulcorantes) 14,2
- 1.1.15 Congêneres 14,2

§ 1º - A cada grupo de produtos secundários relacionados acima e industrializado pela empresa será acrescido do valor de 1,5 (um virgula cinco) UFM

1.2 MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

- 1.2.1 Água Mineral 10,0
- 1.2.2 Aditivos 10,0
- 1.2.3 Amido e derivados 10,0
- 1.2.4 Bebidas alcoólicas, sucos e outras 10,0
- 1.2.5 Biscoitos e bolachas 10,0
- 1.2.6 Cacau, chocolates e sucedâneos 10,0
- 1.2.7 Cerealista, depósito e beneficiamento de grãos 10,0
- 1.2.8 Condimentos, molhos e especiarias 10,0
- 1.2.9 Confeitos, caramelos, bombons e similares 10,0
- 1.2.10 Desidratados de frutas (uva passa, banana, maçã, etc.) 10,0
- 1.2.11 Desidratadora de vegetais e ervateira 10,0
- 1.2.12 Frainhas (moinhos) e similares 10,0
- 1.2.13 Gelatinas, pudins, pós para sobremesas e sorvetes 10,0
- 1.2.14 Gelo 10,0
- 1.2.15 Gorduras, óleos, azeites, cremes (fabr./refinação/envasadoras) 10,0
- 1.2.16 Marmeladas, doces, xaropes 10,0
- 1.2.17 Massas secas 10,0
- 1.2.18 Refinadora e envasadora de açúcar 10,0
- 1.2.19 Refinadora e envasadora de sal 10,0
- 1.2.20 Salgadinhos/batata frita (empacotado) 10,0
- 1.2.21 Salgadinhos e frituras 10,0
- 1.2.22 Suplementos alimentares enriquecidos 10,0
- 1.2.23 Tempero à base de sal 10,0
- 1.2.24 Torrefadora de café 10,0
- 1.2.25 Congêneres 10,0

§ 2º - A cada grupo de produtos secundários industrializados pela empresa será acrescido o valor de 1,0 (uma) UFM

2. LOCAL DE ELABORAÇÃO E/OU VENDA DE ALIMENTOS

2.1 - MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

- 2.1.1 Açougue 2,0
- 2.1.2 Assadora de aves e outros tipos de carne 1,0
- 2.1.3 Cantina escolar 1,0
- 2.1.4 Casa de carnes 3,0
- 2.1.5 Casa de frios (laticínios e embutidos) 3,0
- 2.1.6 Casa de sucos/caldo de cana e similares 1,0
- 2.1.7 Comércio atacadista/depósito de produtos perecíveis 4,0
- 2.1.8 Depósito de cereais 2,0
- 2.1.9 Comércio de produtos alimentícios Importados e Nacionais 4,0
- 2.1.10 Confeitaria 2,5
- 2.1.11 Cozinha de escolares 2,0
- 2.1.12 Cozinha clube/hotel/creche/boate/industria/similares 2,0
- 2.1.13 Cozinha de lactários/hosp/maternidade/casas de saúde 2,0
- 2.1.14 Feiras livre/comércio ambulante (c/venda carne, pescados, outros) 2,0
- 2.1.15 Lanchonete/café colonial e petiscarias 2,0
- 2.1.16 Mercado/super/minimercado (somatório das atividades) *

2.1.17 Mercearia. Armazém (única atividade)	2,0
2.1.18 Padaria/panificadora	2,5
2.1.19 Pastelaria	1,0
2.1.20 Peixaria (pescados e frutos do mar)	2,0
2.1.21 Pizzaria	3,5
2.1.22 Produtos congelados	2,0
2.1.23 Restaurante/buffet/churrascaria	3,0
2.1.24 Rotisserie	2,5
2.1.25 Serv-carro/drive-in/quiosque/trailer e similares	1,5
2.1.26 Sorveteria e/ou posto de vendas	2,0
2.1.27 Entrepósito de distribuição de carnes	3,0
2.1.28 Entrepósito de resfriamento de leite	3,0
2.1.29 Serviço de alimentação por meios de transportes	2,0
2.1.30 Congêneres	2,0

§ 3º - Em estabelecimentos com mais de uma atividade, o valor da taxa será a soma dos valores para cada uma das atividades exercidas

2.2. MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

2.2.1 Bar (única atividade)	1,5
2.2.2 Bar e lanchonete/sorveteria	2,0
2.2.3 Bar e mercearia	2,0
2.2.4 Armazéns, supermercados e mercearias sem venda de produtos perecíveis	2,0
2.2.5 Bomboniere	1,0
2.2.6 Café	1,5
2.2.7 Depósito de bebidas	3,0
2.2.8 Depósito de frutas e verduras	1,5
2.2.9 Depósito de produtos não perecíveis	1,5
2.2.10 Envasadora de chás/ cafés/ condimentos/ especiarias	2,0
2.2.11 Feira livre/comercio ambulante/alimentos não perecíveis	1,0
2.1.12 Quitanda, frutas e verduras	1,5
2.1.13 Venda ambulante (carrinho pipoca/milho/sanduíche, etc)_ ..	1,0
2.1.14 Comercio atacadista de produtos não perecíveis	2,0
2.1.15 Casa de alimentos naturais	1,0
2.1.6 Congêneres	2,0

§ 4º - Estabelecimentos com mais de uma atividade, o valor da taxa será a soma dos valores de cada atividade exercida.

3. INDUSTRIA DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE

3.1. MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

3.1.1 Agrotóxicos	14,2
3.1.2 Cosméticos, perfumes e produtos de higiene	14,2
3.1.3 Insumos farmacêuticos	14,2
3.1.4 Produtos farmacêuticos	14,2
3.1.5 Produtos biológicos	14,2
3.1.6 Produtos de uso laboratorial	14,2
3.1.7 Produtos de uso médico/hospitalar	14,2
3.1.8 Produtos de uso odontológico	14,2
3.1.9 Próteses (ortop./estética/auditiva, etc)	14,2
3.1.10 Saneantes domissanitários	14,2
3.1.11 Congêneres	14,2

§ 5º - Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento será acrescido o valor de 3 (três) UPMC.

3.2. MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

3.2.1 Embalagens	10,0
3.2.2 Equipamentos/instrumentos laboratoriais	10,0
3.2.3 Equipamentos/instrumentos médico/hospitalares	10,0
3.2.4 Equipamentos/instrumentos odontológicos	10,0
3.2.5 Produtos veterinários	10,0
3.2.6 Congêneres	10,0

§ 6º - Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento será acrescido o valor de 2,0 (duas) UPMC

4. COMERCIO DE INTERESSE DA SAÚDE

4.1 - MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

4.1.1 Agrotóxicos	10,0
4.1.2 distribuidora de medicamentos	10,0
4.1.3 Com./distribuição de produtos laboratoriais	10,0
4.1.4 Com./distribuição de produtos médicos hospitalares	10,0
4.1.5 Com./ distribuição de produtos odontológicos	10,0
4.1.6 Distribuidora de produtos veterinários	10,0
4.1.7 Com./distribuição de saneantes/domissanitários	10,0
4.1.8 Produtos químicos	10,0
4.1.9 Agropecuária (somatório das atividades)	**
4.1.10 Congêneres	8,0
4.1.11 Pet shop/Hotel para Cães	4,0

§ 7º - Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento será acrescido o valor de 1,0 (uma) UPMC.

4.2 - MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

4.2.1 Alimentação animal (ração/supletivos)	2,5
4.2.2 Com./distribuição de cosméticos/perfumes/produtos higiene	4,0
4.2.3 Embalagens	2,5
4.2.4 Equip./instrumentos agrícolas, ferragens, etc	2,5
4.2.5 Equip./instrumentos laboratoriais	5,0
4.2.6 Equip./instrumentos médico/hospitalares	5,0
4.2.7 Equip./instrumentos odontológicos	5,0
4.2.8 Fertilizantes/corretivos	5,0
4.2.9 Prótese (ortopédica/estética/auditiva/etc.)	5,0
4.2.10 Sementes selecionadas/mudas	5,0
4.2.11 Congêneres	3,0

§ 8º - Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento será acrescido o valor de 1,0 (uma) UPMC

5. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

5.1 MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

5.1.1 Ambulatório médico	5,0
5.1.2 Ambulatório odontológico	5,0
5.1.3 Ambulatório veterinário	3,0
5.1.4 Ambulatório de enfermagem	5,0
5.1.5 Banco de leite humano	3,0
5.1.6 Banco de órgãos (olhos, rins, fígado, etc)	3,0
5.1.7 Clínica médica	10,0
5.1.8 Clínica veterinária	5,0
5.1.9 Hemodiálise	10,0
5.1.10 Policlínica	10,0
5.1.11 Pronto-socorro	3,0
5.1.12 Serviço e nutrição e dietética	3,0
5.1.13 Unidade sanitária	ISENTO
5.1.14 Medicina nuclear	10,0
5.1.15 Radioimunoensaio	10,0
5.1.16 Radioterapia/cobaltoterapia,etc.(por equipamento)	10,0
5.1.17 Radiologia médica (por equipamento)	7,0
5.1.18 Radiologia odontológica (por equipamento)	3,0
5.1.19 Farmácia alopática	10,0
5.1.20 Farmácia homeopática	10,0
5.1.21 Drogaria	10,0
5.1.22 Posto de medicamentos	3,0
5.1.23 Dispensário de medicamentos	3,0
5.1.24 Ervanária	5,0
5.1.25 Unidade volante de comércio farmacêutico	3,0
5.1.26 Farmácia privativa (hosp./clínica/associação, etc) ...	10,0
5.1.27 Hospital especializado (*)	14,0
5.1.28 Hospital geral (*)	14,0
5.1.29 Hospital infantil (*)	14,0
5.1.30 Maternidade (*)	14,0
5.1.31 Unidade integrada de saúde/unidade mista (*)	14,0
5.1.32 Laboratório de análises clínicas	10,0
5.1.33 Laboratório de análises bromatologia	10,0
5.1.34 Laboratório de anatomia e patologia	10,0
5.1.35 Laboratório de controle qualidade ind. farmacêutica ...	10,0
5.1.36 Laboratório químico-toxicológico	10,0

5.1.37 Laboratório cito/genético	10,0
5.1.38 Posto de coleta de material de laboratório	3,5
5.1.39 Agência transfuncional de sangue	5,0
5.1.40 Banco de sangue	7,0
5.1.41 Posto de coleta de sangue	5,0
5.1.42 Serviço de hemoterapia	10,0
5.1.43 Serviço industrial de derivados de sangue	14,2
5.1.44 Unidade volante de assistência médica pré-hospitalar(por unidade móvel)	5,0
5.1.45 Unidade volante de assistência de enfermagem (por unidade móvel)	3,0
5.1.46 Sala de Vacinas	3,0

(*) Excluídas as atividades que exijam responsabilidade técnica específica

5.2. MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

5.2.1 Clínica de fisioterapia e/ou reabilitação	7,0
5.2.2 Clínica de psicoterapia/desintoxicação	8,0
5.2.3 Clínica de psicanálise	8,0
5.2.4 Clínica de odontologia	8,0
5.2.5 Clínica de tratamento e repouso	8,0
5.2.6 Clínica de ortopedia	8,0
5.2.7 Clínica de diagnóstico por imagem (por equipamento) (*)	8,0
5.2.8 Clínica de fonoaudiologia	5,0
5.2.9 Consultório médico	5,0
5.2.10 Consultório nutricional	5,0
5.2.11 Consultório odontológico	5,0
5.2.12 Consultório de psicanálise/psicologia	5,0
5.2.13 Consultório veterinário	5,0
5.2.14 Estabelecimento de massagem	5,0
5.2.15 Laboratório de prótese dentária	5,0
5.2.16 Laboratório de prótese auditiva	5,0
5.2.17 Laboratório de prótese ortopédica	5,0
5.2.18 Laboratório de ótica	5,0
5.2.19 Ótica	2,5
5.2.20 Serviços eventuais (pressão arterial, coleta e tipo de sangue)	2,0
5.2.21 Estab.saúde de propriedade da união, estado e município	ISENTO
5.2.22 Congêneres	2,5

§ 9º - Para os estabelecimentos com mais de uma atividade, o valor da taxa será a soma dos valores das atividades exercidas.

(*) Não enquadrado no subgrupo

6 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE DA SAÚDE

6.1 - MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

6.1.1 Asilo e similares	2,0
6.1.2 Boite/Uisqueria	3,5
6.1.3 Desinsetizadora e/ou desratizadora...(**)	5,0
6.1.4 Escola de natação e similares	2,0
6.1.5 Estação hidromineral /termal /climático	14,0
6.1.6 Estabelecimento de ensino pré-escolar maternal, pré-escola creche, estabelecimento pré-escolar jardim de infância	1,5
6.1.7 - Estab. de ensino de 1º, 2º, 3º graus e similares	2,5
6.1.8 - Estab. de ensino (todos os graus) regime internato	5,0
6.1.9 - Piscina coletiva	3,0
6.1.10 - Radiologia industrial	10,0
6.1.11 - Sauna	4,0
6.1.12 - Zoológico	8,0
6.1.13 - Estab. de propriedade da União, Estados, municípios e asilos	ISENTO
6.1.14 - Congêneres	5,0
(**) toda empresa que desenvolve esta atividade também faz a limpeza e desinfecção da caixa d'água acrescentando mais 05 UFMC)	
6.2 - MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	

6.2.1 - Aviário/pequenos animais/peixes ornamentais/aquários	2,5
6.2.2 Academia de ginástica/dança/artes marciais e similares	3,0
6.2.3 Agência bancária e similares	2,0
6.2.4 Barbearia	1,0
6.2.5 Camping	5,0
6.2.6 Cárcere/penitenciária e similares	ISENTO
6.2.7 Casa de espetáculos (Discoteca/baile/similares)	5,0
6.2.8 Casa de diversões (jogos eletrônicos, boliche, similares)	2,5
6.2.9 Cemitério/necrotério	4,0
6.2.10 Cinema/auditório/teatro	2,0
6.2.11 Circo/rodeio/hipica/parque de diversão	2,0
6.2.12 Comércio geral (eletrodom., calçado, tecido, disco, vest., etc.)	2,0
6.2.13 Dormitório (por cômodo)	0,3
6.2.14 Escritório em geral	1,0
6.2.15 Estação de tratamento de água para abast.público	10,0
6.2.16 Estação de tratamento de esgoto	10,0
6.2.17 Estética facial/maquiagem	2,5
6.2.18 Floricultura/plantas/mudas	2,0
6.2.19 Garagem/estacionamento coberto	2,0
6.2.20 Hotel (hospedagem) (por cômodo)	0,4
6.2.21 Igrejas e similares	1,0
6.2.22 Lavanderia	2,0
6.2.23 Motel (hospedagem) (por cômodo)	0,5
6.2.24 Oficina/consertos em geral	2,0
6.2.25 Orfanato/patronato	1,0
6.2.26 Parque natural/campo de naturismo	2,0
6.2.27 Pensão (por cômodo)	0,3
6.2.28 Posto combustível/lubrificante	2,5
6.2.29 Quartel	ISENTO
6.2.30 Salão de beleza/manicure/cabelereiro	2,0
6.2.31 Shopping (área comum) exceto estabelecimento	2,5
6.2.32 Serviço e veículo para o transporte de alimentos (por veículo)	2,0
6.2.33 Serviço de coleta, transp. e destino de resíduos sólidos	10,0
6.2.34 Serviço de lavagem de veículos	2,0
6.2.35 Serviço de limpeza de fossa	10,0
6.2.36 Serviço de limpeza/desinf. de poço/caixa d'água	5,0
6.2.37 Tabacaria	2,0
6.2.38 Transportadora de produtos perecíveis (por veículo)	2,0
6.2.39 Transporte coletivo (terrestre, marítimo e aéreo)	2,0
6.2.40 Empresa produtora de módulos sanitários	2,0
6.2.41 Estab. de propriedade da união, estado ou município ..	ISENTO
6.2.42 Congêneres	2,0
6.2.43 Crematório/Laboratório Tanatopraxia	5,0

Estabelecimento com mais de uma atividade, o valor da taxa será a soma dos valores das atividades exercidas.

B. - ALVARÁ SANITÁRIO PARA HABITAÇÃO

1.1. - DIVERSOS UFMC

1.1.1 - Apartamento/hotel/cabana (prédio) (p/m²)	0,02
1.1.2 - Residência (p/m²)	0,02
- Ampliação (p/m²)	0,02
- Habitação popular até 40 m² (p/m²)	ISENTO
1.1.3 - Sala comercial (p/m²)	0,05
1.1.4 - Ginásio/estádio e similares (p/m²)	0,05
1.1.5 - Galpão/depósito e similares (p/m²)	0,05
1.1.6 - Garagem/estac. coberto (p/m²)	0,05
1.1.7 - Estabelecimento de saúde (p/m²)	0,02
1.1.8 - Estabelecimento de ensino (p/m²)	0,02
1.1.9 - Estabelecimento de ginástica/natação e lazer (p/m²)	0,02
1.1.10 - Material/creche/jardim infância/asilo (p/m²)	0,02

1.1.11 - Habitação coletiva-internato e similares (p/m²)	0,02
1.1.12 - Cemitérios e afins (p/m²)	0,02
1.1.13 - Congêneres (p/m²)	0,02

C - ANÁLISE DE PROJETOS

1.2. DIVERSOS UPMC

1.2.1 - Apartamento/residência e similares até (100m²)	1,0
1.2.2 - Estabelecimento de saúde até (100m²)	1,5
1.2.3 - Estabelecimento de ensino até (100m²)	1,5
1.2.4 - Estabelecimento de ginástica/lazer e similares até (100m²)	1,5
1.2.5 - Estabelecimento e locais de trabalho até (100m²)	1,5
1.2.6 - Maternal/creche/jardim de infância/asilo até (100m²)	1,5
1.2.7 - Cemitérios e afins até (100m²)	1,0
1.2.8 - Sistema de tratamento de água até (100m²)	1,5
1.2.9 - Sistema de tratamento de esgoto até (100m²)	1,5
1.2.10 - Congêneres até (100m²)	1,5
P/cada metro quadrado de projeto analisado acima de 100 m² (p/m²)	0,02

D. - REGISTRO ESTADUAL DE PRODUTOS (DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA)

Valores sujeitos a atualização da tabela do Ministério da Saúde/Secretaria do Estado de Saúde

1. - DIVERSOS

1.1. - REGISTRO DE PRODUTOS UPMC

1.1.1 - Segunda via do Registro de produto	1,5
1.1.2 Aditivos alimentares	2,5
1.1.3 - Alimentos	2,5
1.1.4 - Alimentos dietéticos	3,6
1.1.5 - Alimentos produtos coloniais/artesanais	1,1
1.1.6 - Coadjuvantes de tecnologia ou embalagens	2,0
1.1.7 - Produtos de higiene	3,0
1.1.8 - Saneantes domissanitários	3,0

No valor cobrado para registro de produto estão compreendidas as diversas apresentações, tais como: fragrância, tonalidade, aroma, sabor, volume e material de acondicionamento; independentemente das quantidades solicitadas pela empresa.

1.2 - ALTERAÇÃO DE REGISTRO

1.2.1 - Por iniciativa da empresa, independente da área de atuação (por assunto)	2,0
1.2.2 - Para produtos coloniais/artesanais	1,0

1.3 - VALIDAÇÃO DE REGISTRO

1.3.1 - Para a totalidade das classes de produtos (inclusas todas as apresentações do produto)	2,5
1.3.2 - Para produtos coloniais/artesanais	1,0

1.4 - TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE POR REGISTRO

1.4.1 - Para a totalidade das classes de produtos (inclusas todas as apresentações do produto)	2,5
1.4.2 - Para produtos coloniais/artesanais	1,0

1.5 - ALTERAÇÃO DA EMPRESA

1.5.1- Incorporação, fusão ou outras formas de combinação, associação de empresas, dissociação de empresas	10,0
--	------

1.6 - CANCELAMENTO

1.6.1 - Registro ou de autorização	2,2
--	-----

1.7 - AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

1.7.1 - Toxicológica, extensão de uso de produtos: - Estudo	10,0
---	------

- Análise	10,0
-----------------	------

E. - ANÁLISES LABORATORIAIS (DIRETORIA DE VIG. SANITÁRIA)
Os valores estão sujeitos a atualização da tabela pelo Ministério da Saúde.

1. - ANÁLISE DE ALIMENTOS, BEBIDAS, MATÉRIAS-PRIMAS PARA ALIMENTOS, ADITIVOS E CONSULTAS TÉCNICAS

1.1. - ÁGUAS

1.1.1 - Águas industriais	**
1.1.2 - Análise química de potabilidade	**
1.1.3 - Análise bacteriológica de potabilidade	**
1.1.4 - Análise de potabilidade (química + bacteriológica)	**
1.1.5 - Análise de potabilidade c/exame detalhado do resíduo	**

Para cada elemento do resíduo, (acréscimo de)

1.1.6 - Análise microbiológica de água mineral incluindo pseudomonas, enterococcus e clostrídio sulfito redutor (indicativo)	**
1.1.7 - Eficiência de filtros para água (bacteriológico)	**
1.1.8 - Eficiência de filtros para água (química)	**
1.1.9 - Água de piscina	**

1.2 - ADITIVOS PARA ALIMENTOS

1.2.1 - Aditivos, quimicamente definidos	**
1.2.2 - Aditivos em alimentos, exame quantitativo, cada um	**
1.2.3 - Aditivos em alimentos, exame qualitativo, cada um	**
1.2.4 - Mistura de aditivos em preparações para alimentos, cada aditivo a ser determinado	**
1.2.5 - Teor de bioxina	**
1.2.6 - Teor de cafeína	**
1.2.7. Teor de Lactose	**
1.3 - ÁLCOOL	
1.3.1 - Álcool para uso alimentar ou farmacêutico	**

1.4 - ALIMENTOS

1.4.1 - Alimentos em geral, naturais ou industrializados, exame bromatológico (voláteis a 105°C, resíduo mineral fixo, lipídeos, glicídios)	**
1.4.2 - Exame microscópio e exame microbiológico	**
1.4.3 - Determinação de glúten	**
1.4.4 - Determinação de fibras	**
1.4.5 - Determinação de colesterol, em alimentos com ovos	**
1.4.6 - Determinação de caseína em alimentos (com prévia consulta junto à seção competente)	**
1.4.7 - Análise bromatológica, com determinação do valor calórico ..	**
1.4.8 - Matérias-primas, quimicamente definidas p/uso alimentar	**
1.4.9 - Alcalinidade livre	**
1.4.10 - Alimentos com aditivos: taxa bromatológica + taxa correspondente aos aditivos possíveis de serem analisados (qualitativo e quantitativo)	
1.4.11 - Alimentos enriquecidos com vitaminas, sais minerais, amino-ácidos, etc.: taxa bromat. + taxa correspondente ao enriquecedores que serão determinados	**
1.4.12 - Geléia real (nutrientes, microscópico e microbiológico)	**
1.4.13 - Óleos e gorduras comestíveis (determinação dos índices físicos)	**
1.4.14 - Óleos e gorduras (cromatografia em fase gasosa)	**
1.4.15 - Açúcares (umidade, resíduo mineral fixo, sacarose, cor e microscópico)	**

1.4.16 - Cromatografia em açúcares**
 1.4.17 - Leite "in natura" pasteurizado ou longa vida**
 1.4.18 - Pesquisa de resíduos de inibidores bacterianos**
 1.4.19 - Testes de deteriorização (reação de eber, p/ amoníaco e gás sulf.)**
 1.4.20 - Determinação de cloretos ou outras determinações volumétricas em alimentos, cada uma**
 1.4.21 - Análise microscópica**
 1.4.22 - Análise microbiológica**
 1.4.23 - Pesquisa botulítica**
 1.4.24 - Pesquisa de bacteriófagos fecais**
 1.4.25 - Colesterol**
 1.4.26 - Óleos de amêndoas, germen de trigo e outros (para determinação do índice de acidez, peróxido, iodo, saponificação e refração)**

1.5 – BEBIDAS

1.5.1 - Refresco, refrigerante preparados para refresco (análise físico-química, microscópica e microbiológica)**
 1.5.2 - Sucos e xaropes (análise físico-químico, microbiológico e microbiológico)**
 1.5.3. Sucos de frutas**
 1.5.4. Vinhos e bebidas fermentadas**
 1.5.5 - Bebidas fermento-destilladas**
 1.5.6 - Cerveja**
 1.5.7 - Metanol em álcool e em bebidas alcóolicas**

1.6 – CONDIMENTOS

1.6.1 - Condimentos industrializados**
 1.6.2 - Condimentos naturais**
 1.6.3 - Vinagres**

1.7 - COADJUVANTE DE TECNOLOGIA PARA ALIMENTOS

1.7.1- Fermentos biológicos**
 1.7.2 - Fermentos químicos**
 1.7.3 - Preparação enzimática, por enzima analisado**

1.8 - EMBALAGENS PARA ALIMENTOS E MEDICAMENTOS

1.8.1 - Embalagens para alimentos e medicamentos autoclavados pelo vapor**
 1.8.2 - Embalagens para águas minerais e de mesa**
 1.8.3 - Revestimentos para embutidos**
 Mais taxas para metais pesados e outros componentes da formulação e para exame microscópico.
 1.8.4 - Embalagens p/ medicamentos segundo a farmacopeia Americana USP XX edição**
 1.8.5 - Embalagens para óleos (índice de iodo espectrofotometria UV-VIS e teste de Schall)**
 1.8.6 - Embalagens para medicamentos, segundo port. 23/64**

1.9 - NUTRIENTES E CONTAMINANTES

1.9.1 - Vitamina A**
 1.9.2 - Vitamina B1**
 1.9.3 - Vitamina B2**
 1.9.4 - Vitamina B6 (em alimentos)**
 1.9.5 - Vitamina B12 (em alimentos)**
 1.9.6 - Vitamina B6 (em medicamentos)**
 1.9.7 - Vitamina E**
 1.9.8 - Vitamina B12 (em medicamentos)**
 1.9.9 - Vitamina C (adicionadas em alimentos e medicamentos) ..**
 1.9.10 - Vitamina C (natural)**
 1.9.11 - Vitamina D2 e D3, cada uma**
 1.9.12 - Vitamina FP (nicotinamida ou niacina)**

1.9.13 - Vitamina K (menadiona), em matéria prima**
 1.9.14 - Pantotenato de cálcio**
 1.9.15 - Aminograma (somente c/ consulta prévia junto à seção competente)**
 1.9.16 - Carotenos, adicionados em alimentos**
 1.9.17 - Carotenos naturais**
 1.9.18 - Enzimas, cada uma**
 1.9.19 - Minerais (sódio, potássio, cálcio, magnésio, ferro, fósforo e outros) cada uma**
 1.9.20 - Metais pesados (chumbo, cádmio, mercúrio, manganês, zinco, cromo, níquel, e outros) ,por espectrofotometria de absorção atômica ou por polarografia, cada um**
 1.9.21 - Micotoxinas (aflotaxinas, ocratoxina, zearalenona) para determinação**
 1.9.22 - Outras toxinas**
 1.9.23 - Análise por cromatografia líquida em alta resolução (CLAR)**

1.10 - DESINFETANTE E OUTROS

1.10.1 - Esterilidade**
 1.10.2 - Pirogênio**
 1.10.3- Poder bactericida de desinfetantes (s/ fornecimento da diluição de uso)**
 1.10.4- Poder bactericida de desinfetantes (s/ fornecimento da diluição de uso) po bactéria**
 1.10.5 - Poder esporicida por microorganismo**
 1.10.6- Poder fungicida, por microorganismo**
 1.10.7- Poder fungistático, microorganismo**
 1.10.8- Poder tuberculicidade, por microorganismo**
 1.10.9- Poder bacteriostático, por microorganismo**
 1.10.10- Ação residual por dia e microorganismo**
 1.10.11- Antigermicida**
 1.10.12 - Teste de toxicidade de medicamentos**
 1.10.13 - Análise química de princípio ativo em detergentes, desinfetante**
 1.10.14 - Teste de segurança**
 1.10.15 - Exame microbiológico de medicamentos não estereis**

1.11 - COSMÉTICOS E OUTROS

1.11.1 - Teste de irritação dérmica (em cobaias), cosméticos**
 1.11.2 - Teste de irritação dérmica (em cobaias), para domissanitário e inseticidas em geral**
 1.11.3 - Teste de irritação ocular (em coelhos)**
 1.11.4 - Toxicidade aguda por via oral (em cobaias ou camundongos)**
 1.11.5 - Toxicidade aguda por inalação (em cobaias)**
 1.11.6 - Análise microbiológica de cosméticos**
 1.11.6 - Poder conservador de cosméticos**
 1.11.7 - PH**
 1.11.8 - Alcalinidade livre**

5.5 – MEDICAMENTOS

5.5.1 - Teste físicos em medicamentos e matéria-prima (densidade, viscosidade, ponto de fusão, PH, umidade, teste de desintegração de comprimido), cada um**
 5.5.2 - Substância quimicamente definida inscrita em farmacopeia**
 5.5.3 - Medicamento composto (análise quantitativa), por componente**
 5.5.4 - Medicamento composto (análise qualitativa), por componente**
 5.5.5 - Produtos oficiais (análise quantitativa)**

5.5.6 - Produtos oficiais (análise qualitativa)	**
5.5.7 - Esteróides, corticosteróides (análise qual,ou quantitativa)	**
5.5.8 - Produtos à base de plantas ou extrato de plantas,não inscritos em farmacopéia ou formulários	**
5.5.9 - Antibiótico (análise química)	**
5.5.10 - Antibiótico (análise microbiológica)	**

5.6 - PESTICIDAS E OUTROS

5.6.1 - Resíduos de pesticidas organoclorados/fosforados,cada um	**
5.6.2 - Resíduos de fosfina, carbanato, deltametrina,cada um	**
5.6.3 - Resíduos de ácido de etileno,etilenocloridrina,etilenoglicol,- cada um	**
5.6.4 - Benzeno em solvente para tintas	**
5.6.5 - Formulação de pesticidas (cada princípio ativo)	**
5.6.6 - Bifenilas policloradas (pcb`s)	**

5.7 - VÁRIOS

5.7.1 - Titulação potenciométrica	**
5.7.2 - Determinação de cianeto	**
5.7.3 - Espectro na região UV-VIS	**
5.7.4 - Espectro na região do infravermelho	**
5.7.5 - Espectro infravermelho,com interpretação	**
5.7.6 - Unidade,segundo Karl Fischer	**
5.7.7 - Análise de detergentes e desinfetantes,por componente	**
5.7.8 - Análise de arsênio (Gutzeit)	**
5.7.9 - Análise de arsênio (colorimetria c/dietilditiocarbamato ag) ..	**
5.7.10 - Análise de flúor (eletrodo selstivo)	**
5.7.11 - Análise de metais pesados (sem chumbo) com gás sulfuri-co	**
5.7.12 - Consulta técnica	**
5.7.13 - Biodegradabilidade	**

(**) Valores de acordo com os dos Laboratórios credenciados pelo Ministério da Saúde

F. - SERVIÇOS DIVERSOS

6. - DIVERSOS

6.1 - Segunda via do alvará sanitário	1,0
6.2. - Análise de processos para registro de produto	8,0
6.3 - Segunda via certificado de registro de produto	2,0
6.4 - Desarquivamento de processo de reg.produto (p/processo)	3,5
6.5 - Visto em receitas e notificação de receitas	ISENTO
6.6. - Fornecimento de notificação de receita (por bloco)	0,02
6.7 - Alteração contrato social	2,0
6.8 - Baixa de alvará sanitário (mudança, baixa razão social)	0,5
6.9 - Baixa de responsabilidade técnica	0,5
6.10 - Mudança de responsabilidade técnica	1,0
6.11 - Mudança de endereço	30% do valor do alvará
6.12 - Cadastramento de empresa	1,0
6.13 - Segunda via laudo análise	1,0
6.14 - Emissão de edital	2,0
6.15 - Atestado de antecedentes	1,0

6.1 - VISTORIA PRÉVIA PARA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMETO DE EMPRESA,CONCESSÃO E/OU REVALIDAÇÃO DE ALVARÁ SANITÁRIO,ETC.

6.1.1 - De natureza simples(menor risco epidemiológico)	5,0
---	-----

6.1.2 - De natureza complexa (maior risco epidemiológico)	8,0
---	-----

6.2 - GUIAS/LICENÇAS

6.2.1 - Livre trânsito prod.sujeito fisc.sanitária (p/guia)	0,5
6.2.2 - Requisição de entorpecentes (p/guia)	0,5
6.2.3 - Importação de produto sujeito fisc.sanitária	4,5
6.2.4 - Comércio de entorpecentes/subst.psicotrópico	3,0

6.3 - IMPLANTAÇÃO/MONITORAMENTO

6.3.1 - Sistema simplificado de tratamento de água	ARBITRAR
6.3.2 - Sistema simplificado de tratamento de esgoto...(*)	ARBITRAR

(*) Comunidade carente ISENTO

6.4 - LIBERAÇÃO DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE

6.4.1 - Liberação de petit parquet (p/volume)	0,02
6.4.2 - Liberação colix pesteux (p/volume)	0,02
6.4.3 - Liberação produtos (pacientes estado terminal)	ISENTO

6.5 - AUTENTICAÇÃO

6.5.1 - Livros farmácias/hospital/lab.prótese/ótica/creches/banco de órgãos e similares (por folha)	0,01
6.5.2 - Transferência de resp.técnica/baixa de livros (p/livro)	0,5

6.6 - REGISTROS

6.6.1 - Diplomas e certidões	1,0
6.6.2 - Certificado (aux. de farmácia/protético/ótico/outros)	1,0
6.6.3 - Apostilamento	0,5

6.7 - CERTIDÃO (QUALQUER NATUREZA)

6.7.1 - Até 50 linhas	0,5
6.7.2 - Acima de 50 linhas	1,0
6.7.3 - Laudo técnico	5,0
6.7.4 - Comunicação vacância unidade resid./com./ind.(até 500 m²)	5,0

6.8 - CERTIFICADOS/EXPEDIENTES

6.8.1 - Certificado de regularidade sanitária	5,0
6.8.2 - Requerimentos diversos	1,0
6.8.3 - Certificado de livre comercialização de produtos	5,0
6.8.4 - Termo de compromisso	0,08

6.9 - COMBATE DE VETORES

6.9.1 - Desinsetização até (100 m²) *	2,0
6.9.2 - Desratização até (100 m²) *	1,5
- Para cada metro quadrado de área tratada acima de 100 m² (p/ m²)	0,02
(*) Comunidade carente	ISENTO

6.10 - AÇÕES PEDAGÓGICAS

6.10.1 - Treinamento (*)	ARBITRAR
6.10.2 - Reciclagem (*)	ARBITRAR
6.10.3 - Palestra (*)	ARBITRAR
6.10.4 - Demonstração (*)	ARBITRAR
(*)Órgãos públicos comunidade carentes	ISENTO

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 2º. Revoga-se o decreto n. 2.752/1998 de 30/12/1998.

Curitiba, 11 de agosto de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria aos onze dias do mês de agosto do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Altamir Carvalho Goetten
Secretário de Saúde

DECRETO Nº 4.640/2015

DECRETO Nº 4.640/2015

CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Aldo Dolberth, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e consoante disciplina do art. 185 da Lei Orgânica :

DECRETA

Art. 1º. Fica instituída a Comissão de Patrimônio Histórico Cultural do Município de Curitiba composta de três membros titulares e um suplente e responsável por promover a análise, aquisição, avaliação e levantamento de bens considerados patrimônio Histórico e aptos a integrar, por doação, o acervo do Museu Histórico Antonio Granemann de Souza.

Art. 2º. Ficam nomeados os membros abaixo para, em caráter relevante e não remunerado, compor a Comissão de Patrimônio Histórico Cultural prevista no art. 1º. :

- Luiz Antonio Cidral da Costa – titular
- Aldair Goetten de Moraes – titular
- Prof. Dra. Simone Rocha – titular
- Sebastião Luiz Alves – suplente

Art. 3º. Fica a comissão instituída e nomeada por este decreto, autorizada a expedir edital público para convocação de interessados na doação ao Patrimônio Público de bens considerados históricos, segundo as regras estabelecidas pelo art. 185 da Lei Orgânica.

Art. 4º. Compete a comissão promover a análise dos bens e sua adequação ao rol de patrimônio histórico cultural do Município.

Art. 5º. Os bens considerados de patrimônio histórico serão recebidos em doação e integrados ao Patrimônio Público junto ao Museu Histórico Antonio Granemann de Souza.

Art. 6º. Em contraprestação o doador receberá do Município um certificado de doação de bem ao acervo Histórico Municipal.

Art. 7º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 24 de agosto de 2015.

Aldo Dolberth
Prefeito Municipal e.e.

Publicado o presente decreto aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima
Secretário de Educação e Cultura

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 162/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 162/2015

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO EM MAQUINÁRIOS DE USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 09/09/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 09/09/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 25 de agosto de 2015.

Aldo Dolberth
Prefeito Municipal em Exercício

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 43/2015

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 43/2015
REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre o Fundo Municipal de Educação de Curitiba e a empresa ANTÔNIO CARLOS POPINHAKI, com o valor total de R\$ 3.000,00 (Três mil reais).

RESUMO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OFICINA PRÁTICA DE EMPREENDEDORISMO A SER MINISTRADA AOS ALUNOS DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO GETÚLIO VARGAS E LEONIZA CARVALHO AGOSTINI, NOS DIAS 26, 27, 28 E 31/08/2015, COM CARGA HORÁRIA DE 32 HORAS, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II – “para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25, inciso II da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 25 de agosto de 2015.

Diego Sebem Wordell
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto
Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25 o inciso II dou como aprovada.

Curitibanos, 25 de agosto de 2015.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 25 de agosto de 2015.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

LEI COMPLEMENTAR Nº 141/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 141/2015

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 026/2002 QUE INSTITUI O ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. O artigo 93 da Lei Complementar n. 026/2002 passa a vigorar com as alterações desta lei:

Art. 93 - A licença prêmio poderá ser usufruída de forma parcelada, desde que por período não inferior a 30 dias, havendo interesse da administração municipal, com a concordância do servidor, devendo ser concedida a este em sua totalidade antes de sua aposentadoria.

Art. 2º. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 17 de julho de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezessete dias do mês de julho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal
Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº 142/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 142/2015

ALTERA ANEXOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 049/2006 QUE DISPOE SOBRE O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO - ZONEAMENTO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS.

Aldo Dolberth , Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Ficam alterados os anexos da Lei Complementar nº 049/2006 que dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano - Zoneamento

do Município de Curitibanos, que, conforme descrição abaixo, passa a vigorar com as alterações desta lei.

I - Altera a ZRP2 - Zona Residencial Predominante 2: Testada e Área Mínima T = 15,00 m A= 450,00 m². Deverá observar gabarito de rampa de aproximação do aeroporto (altura máxima) .

II - Altera a ZUE2 – Zona de Uso Especial 2 Hospitais – Gabarito: Térreo mais tres pavimentos. Deverá observar gabarito de rampa de aproximação do aeroporto (altura máxima) .

III - Altera a ZRP5 - Zona Residencial Predominante 5: recuo frontal esquina de 7,00 m quando de frente para a avenida.

IV – Acrescenta observação à ZRP4 - Zona Residencial Predominante 4: Deverá observar gabarito de rampa de aproximação do aeroporto (altura máxima) .

V - Altera a ZIS - Zona de Interesse Social: recuo frontal 3,00 m

VI – Altera a ZEU 1 – Zona de Expansão Urbana - recuo frontal 3,00 m

VII – Altera a ZCP – Zona Comercial Predominante – Recuo residencial – Frontal = 3,00 m Lat/Fundos = 1,50 m quando houver abertura. Esquina = 2,00m

VIII – Altera a ZEC – Zona de Expansão Comercial – Recuo residencial – Frontal = 3,00 m Lat/Fundos = 1,50 m quando houver abertura. Esquina = 2,00m. Deverá observar gabarito de rampa de aproximação do aeroporto (altura máxima) .

IX – Altera a ZCB – Zona Comercial de Bairro – Recuo Frontal – 3,00 m Deverá observar gabarito de rampa de aproximação do aeroporto (altura máxima) .

X – Altera a ZMD1 – Zona Mista Diversificada 1 - Deverá observar gabarito de rampa de aproximação do aeroporto (altura máxima) .

XI - Cria a ZEIS - Zona Especial de Interesse Social: lotes com 240,00 m², testada mínima de 12,00 m, recuo frontal de 3,00 m, Lat/Fundos = 1,50 m quando houver abertura. Esquina = 2,00m; taxa de ocupação de 60%, índice de aproveitamento de 1,2, gabarito = térreo + 01 (um) pavimento. Tem por objetivo prioritariamente a produção de habitações de interesse social e implantação de equipamentos urbanos beneficiando a população de baixa renda, dando preferência ao poder Público para aquisição da área, conforme art. 25 do Estatuto da Cidade.

Art. 2º. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 18 de agosto de 2015.

Aldo Dolberth
Prefeito Municipal e.e.

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de agosto do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal,

Lenora Elisa Borsarini
Secretária de Planejamento

LEI COMPLEMENTAR Nº 143/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 143/2015

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 026/2002 QUE INSTITUI O ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS REVOGA LEI MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Aldo Dolberth , Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. O artigo 93 da Lei Complementar n. 026/2002 passa a vigorar com as alterações desta lei:

Art. 93 - A licença prêmio poderá ser usufruída de forma parcelada, desde que por período não inferior a 30 dias, havendo interesse da

administração municipal, com a concordância do servidor.

Art. 2º. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se a Lei Complementar n. 141/2015

Curitibanos, 18 de agosto de 2015.

Aldo Dolberth
Prefeito Municipal e.e.

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de agosto do ano dois mil e quizne na portaria da Prefeitura Municipal
Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

27 de julho de 2015.
OF/PROJUR/ 237/2015.

Assunto: Projeto de Lei Complementar nº 009/2015

Através do Projeto de Lei Complementar n. 07/2015 a Câmara Municipal aprovou a alteração do art. 93 da Lei Complementar n. 026/2002 para permitir o gozo fracionado do período de licença prêmio.

Entretanto, houve a inserção de uma emenda determinando que a licença prêmio deverá ser concedida antes de sua aposentadoria. Considerando que não há previsão de conversão em pecúnia da licença prêmio, esta é concedida sempre ao servidor antes de sua aposentadoria, caso essa se dê de forma voluntária. Entretanto, para os casos de aposentadoria compulsória (aos 70 anos de idade ou aposentadoria por invalidez) não há possibilidade de se conceder a licença antes da aposentação.

Por essa razão é que vimos encaminhar a matéria possibilitando o fracionamento do gozo do período de licença, retirando, entretanto, a emenda oposta, pelas razões acima expostas.

Atenciosamente

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
Arcílio Alves
DD. Presidente da Câmara de Vereadores
Curitibanos - SC

LEI N º 5.540/2015

LEI N º 5.540/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO JOSÉ

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Jane Aparecida do Amaral, inscrita no CPF sob n. 899.545.219-68, do lote urbano, Bairro São José, com área de 427,94m² (quatrocentos e vinte e sete metros e noventa e quatro decímetros quadrados), situado ao lado norte da Rua Aparício Ouro Preto de Moraes, distando 93,60 metros ao lado leste da Rua Salvador Inácio Pereira, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 16,08 metros com Narciso Sonda;
Ao Sul, 16,00 metros com a Rua Aparício Ouro Preto de Moraes;
Ao Leste, 27,50 metros com Marcelo do Amaral;
Ao Oeste, 23,10 metros com Jurema Fátima da Luz.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 11 de agosto de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos onze dias do mês de agosto do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.534/2015

LEI Nº 5.534/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR LOTES DE SUCATAS E DESAFETAR DO USO PÚBLICO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos da lei n.º 8.666/93, a alienar as sucatas abaixo relacionados do patrimônio Municipal, autorizando ainda a sua desafetação pública:

I - Lote de sucatas de Informática, aproximadamente 86 itens, contendo caixa de som, monitor, Impressora, maquina copiadora, gabinete CPU e estabilizador.

II - Lote de sucatas de moveis em madeira, aproximadamente 34 itens, contendo mesa grande, armário de madeira e Banco de madeira.

III - Lote de sucatas de móveis de aço e eletro portáteis, contendo aproximadamente 52 itens, contendo Armário de ferro, Estante de ferro, Ventilador de teto, Condicionador de ar, Geladeira, Bebedouro, Maquina de lavar roupas, Freezer, Aquecedor.

IV - Lote de sucatas de itens escolares, aproximadamente 183 itens, contendo Cadeira escolar, Bebê conforto, Mesa de refeitório, Mesa escolar.

V - Lote de outras sucatas, aproximadamente 74 itens, contendo Extintor, Maquina de escrever, Carrinho de mão, Cadeira odontológica, Itens de instalação hidráulica.

VI - Lote de sucatas de materiais elétricos, aproximadamente, 6500 itens, contendo Braço de poste, Reatores, Lâmpadas.

Art. 2º. O Poder Executivo promoverá a abertura de conta corrente bancária especial destinada aos recursos provenientes da venda dos equipamentos descritos no artigo 1º, sendo vedada a aplicação do produto da venda no financiamento de despesas correntes, na forma da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal procederá a desafetação e a baixa dos equipamentos/sucatas descrito nesta lei do rol de bens do Patrimônio Municipal imediatamente após sua transferência.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 07 de agosto de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos sete dias do mês de agosto do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.535/2015

LEI Nº 5.535/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR VEÍCULO À ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO – AMURC.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar à Associação dos Municípios da Região do Contestado – AMURC, o veículo M/S10 Colina D 4X4, ano/modelo 2005/2006, cor branca, placas MEG 5878, RENAVAL 869709887, no estado em que se encontra e para uso exclusivo da associação.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 07 de agosto de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos sete dias do mês de agosto do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Hercilio Beppler
Secretário Municipal Transportes e Obras

LEI Nº 5.536/2015

LEI Nº 5.536/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR PARCERIA COM MORADORES PARA FORNECIMENTO DE PEDRAS DE REVESTIMENTO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parceria com moradores das ruas abaixo relacionadas objetivando a conjugação de esforços para pavimentação e calçamento das vias públicas:

I – Ruas área Total

R. Raulino Almeida	238m x 10m	2.380 m²
R. Professora Juracy de M. Schmidt	152m x 9 m	1.368 m²

Art. 2º. Caberá ao Município o fornecimento de lajotas ou paralelepípedos , bem como o nivelamento das ruas e assessoramento técnico, devendo os moradores responsabilizar-se pela execução

do projeto e seus respectivos custos

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 07 de agosto de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos sete dias do mês de agosto do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Hercilio Beppler

Secretário Municipal Transportes e Obras

LEI Nº 5.537/2015

LEI Nº 5.537/2015

REVOGA LEIS MUNICIPAIS Nº 5.490/2015 E 5.493/2015.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Ficam revogadas as Leis Municipais n. 5.490/2015 e 08/06/2015 e 5.493/2015 de 08 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 07 de agosto de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos sete dias do mês de agosto do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.538/2015

LEI Nº 5.538/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO JOSÉ

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Roseli Aparecida Colasso, inscrita no CPF sob n. 046.905.879-06, do lote urbano, Bairro São José, com área de 273,47m² (duzentos e setenta e três metros e quarenta e sete decímetros quadrados), situado ao lado norte da Rua Aparicio Ouro Preto de Moraes, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 13,17 metros com Narciso Sonda;
Ao Sul, 13,10 metros com a Rua Aparicio Ouro Preto de Moraes;
Ao Leste, 21,49 metros com Rita de Cassia Pereira;
Ao Oeste, 20,15 metros com Fabiana da Silva de Abreu.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogando disposições em contrário.

Curitiba, 11 de agosto de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos onze dias do mês de agosto do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.539/2015

LEI Nº 5.539/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO JOSÉ

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Jane Aparecida do Amaral, inscrita no CPF sob n. 899.545.219-68, do lote urbano, Bairro São José, com área de 427,94m² (quatrocentos e vinte e sete metros e noventa e quatro decímetros quadrados), situado ao lado norte da Rua Aparício Ouro Preto de Moraes, distando 93,60 metros ao lado leste da Rua Salvador Inácio Pereira, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 16,08 metros com Narciso Sonda;
Ao Sul, 16,00 metros com a Rua Aparício Ouro Preto de Moraes;
Ao Leste, 27,50 metros com Marcelo do Amaral;
Ao Oeste, 23,10 metros com Jurema Fátima da Luz.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 11 de agosto de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos onze dias do mês de agosto do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.541/2015

LEI Nº 5.541/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO JOSÉ

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Vera Lucia da Silva, inscrita no CPF sob n. 031.726.539-35, do lote urbano, Bairro São José, com área de 316,40m² (trezentos e dezesseis metros e quarenta decímetros quadrados), situado ao lado sul da Rua Aparício Ouro Preto de

Moraes, distando 34,00 metros ao lado leste da Rua Salvador Inácio Pereira, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 11,30 metros com Rua Aparício Ouro Preto de Moraes;
Ao Sul, 11,30 metros com Marilei Aparecida dos Santos;
Ao Leste, 28,00 metros com Waldrilo Deadil dos Santos;
Ao Oeste, 28,00 metros com Nelson Gonçalves dos Santos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 11 de agosto de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos onze dias do mês de agosto do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.542/2015

LEI Nº 5.542/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO JOSÉ

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Walfrido Deadil dos Santos, inscrito no CPF sob n. 439.313.249-15, do lote urbano, Bairro São José, com área de 271,60m² (duzentos e setenta e um metros e sessenta decímetros quadrados), situado ao lado sul da Rua Aparício Ouro Preto de Moraes, distando 45,30 metros ao lado leste da Rua Salvador Inácio Pereira, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 9,70 metros com Rua Aparício Ouro Preto de Moraes;
Ao Sul, 9,70 metros com Ivonete Moraes Borba Nascimento;
Ao Leste, 28,00 metros com Orival Rodrigues;
Ao Oeste, 28,00 metros com Vera Lucia da Silva.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 11 de agosto de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos onze dias do mês de agosto do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.543/2015

LEI Nº 5.543/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO JOSÉ

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Nelson Gonçalves Antunes, inscrito no CPF sob n. 910.515.929-68, do lote urbano, Bairro São José, com área de 364,00m² (trezentos e sessenta e quatro metros quadrados), situado ao lado sul da Rua Aparicio Ouro Preto de Moraes, distando 21,00 metros ao lado leste da Rua Salvador Inácio Pereira, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 13,00 metros com Rua Aparício Ouro Preto de Moraes;
Ao Sul, 13,00 metros com Ivonete Moraes Borba Nascimento;
Ao Leste, 28,00 metros com Orival Rodrigues;
Ao Oeste, 28,00 metros com Vera Lucia da Silva.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 11 de agosto de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos onze dias do mês de agosto do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.544/2015

LEI Nº 5.544/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO JOSÉ

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Ademir Gomes dos Santos, inscrito no CPF sob n. 942.583.099-15, do lote urbano, Bairro São José, com área de 243,00m² (duzentos e quarenta e três metros quadrados), situado ao lado leste da Rua Benjamim Dacol, distando 114,00 metros ao lado norte da Rua Pedro Davi Fernandes de Souza, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 27,00 metros com Cleomar Maria Santos Gomes dos Santos;
Ao Sul, 27,00 metros com Claudete da Silva Moraes;
Ao Leste, 9,00 metros com Denise Santos da Silva;
Ao Oeste, 9,00 metros com a Rua Benjamim Dacol.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 11 de agosto de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos onze dias do mês de agosto do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.545/2015

LEI Nº 5.545/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO BOM JESUS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Marcos Antonio Mendes, inscrito no CPF sob n. 042.760.979-83, do lote urbano, Bairro Bom Jesus, com área de 325,49m² (trezentos e vinte e cinco metros e quarenta e nove decímetros quadrados), situado ao lado oeste da Rua José Proença, distando 33,50 metros ao lado sul da Rua Antonio Tenório Cavalcante, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 15,70 metros com Santolino Tobias de Liz;
Ao Sul, 17,50 metros com Claudete Alves da Silva;
Ao Leste, 12,00 metros com a Rua José Proença;
Ao Oeste, 13,40 metros com Wilson dos Santos Fulgieri.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 11 de agosto de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos onze dias do mês de agosto do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.546/2015

LEI Nº 5.546/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR PARCERIA COM MORADORES PARA FORNECIMENTO DE PEDRAS DE REVESTIMENTO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parceria com moradores das ruas abaixo relacionadas objetivando a conjugação de esforços para pavimentação e calçamento das vias públicas:

I – Ruas área Total

R. Vergilio de Oliveira Lemos	84m X 10m	840,00 m²
R. Alfredo Moraes Goetten	126m X 12m	1.512,00 m²

Art. 2º. Caberá ao Município o fornecimento de lajotas ou

paralelepípedos , bem como o nivelamento das ruas e assessoramento técnico, devendo os moradores responsabilizar-se pela execução do projeto e seus respectivos custos

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 11 de agosto de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos onze dias do mês de agosto do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Hercilio Beppler
Secretário Municipal Transportes e Obras

LEI Nº 5.547/2015

LEI Nº 5.547/2015

DENOMINA VIA PÚBLICA DE "RAYMUNDO LUCIANO OLIVO".

Aldo Dolberth, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, e.e. no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica denominada de "Raymundo Luciano Olivo" a Rua sem denominação "C", situada no Loteamento Nova Alvorada, no Bairro São Luis, no Município de Curitiba/SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 17 de agosto de 2015.

Aldo Dolberth
Prefeito Municipal e.e.

Publicada a presente lei aos dezessete dias do mês de agosto do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.548/2015

LEI Nº 5.548/2015

REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 669, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1966.

Aldo Dolberth, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, e.e. no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica revogada a Lei Municipal nº 669, de 24 de novembro de 1966.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de agosto de 2015.

Aldo Dolberth
Prefeito Municipal e.e.

Publicada a presente lei aos dezessete dias do mês de agosto do

ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal
Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.549/2015

LEI Nº 5.549/2015

DENOMINA VIA PÚBLICA DE "GENTIL PEREIRA DE CAMARGO".

Aldo Dolberth, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, e.e. no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica denominada de "Gentil Pereira de Camargo" a Rua sem denominação "O", situada no Loteamento Nova Alvorada, no Bairro São Luis, no Município de Curitiba/SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 17 de agosto de 2015.

Aldo Dolberth
Prefeito Municipal e.e.

Publicada a presente lei aos dezessete dias do mês de agosto do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.550/2015

LEI Nº 5.550/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR PARCERIA COM MORADORES PARA FORNECIMENTO DE PEDRAS DE REVESTIMENTO.

Aldo Dolberth , Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parceria com moradores das ruas abaixo relacionadas objetivando a conjugação de esforços para pavimentação e calçamento das vias públicas:

I – Ruas área Total

R. Antonio Ribas de Macedo(entre as ruas Carlos Goetten e Rua Augusto Groener)	100 X 12 m	1.200 m²
R. João Batista Pozzo (Av. Leoberto Leal até a rua Cristóvão Colombo)	100 X 12 m	1.200 m²
R. Fredolino Knoll (entre a rua Contestado e rua Ver. Pedro Ronchi)	293 X 10	2.930 m²
R. Francisco C de Farias	126 X 10	1.260 m²
R. Maria Pires	12 X 9	1.080 m²

Art. 2º. Caberá ao Município o fornecimento de lajotas ou paralelepípedos , bem como o nivelamento das ruas e assessoramento técnico, devendo os moradores responsabilizar-se pela execução do projeto e seus respectivos custos

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de agosto de 2015.

Aldo Dolberth
Prefeito Municipal e.e.

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de agosto do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.551/2015

LEI Nº 5.551/2015

cria PROGRAMA MUNICIPAL DE AUXÍLIO A REFORMA E AMPLIAÇÃO DE MORADIA PARA PESSOAS CARENTES.

Aldo Dolberth, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica criado no âmbito do município de Curitiba o Programa de Reforma e Ampliação de Moradias para pessoas carentes.

Art. 2º O programa refere-se a reformas e pequenas ampliações de moradias que estejam em situação precária de habitabilidade .

Art. 3º São requisitos para obtenção do benefício:

- a) Cadastro prévio na diretoria de habitação do Município;
- b) Avaliação do nível de carência realizado pela assistência Social do Município.

Parágrafo Único: O cadastramento que trata este artigo, para o Programa Municipal de Reforma e Ampliação de Moradias, deverá ser previamente analisado e aprovado por um Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social.

Art. 4º Os recursos a serem utilizados no Programa de Reforma e Ampliação de Moradias serão os provenientes do Fundo de Habitação de Interesse Social- FHIS, além de convênios do Município com Entes Estadual e Federal e outras Entidades interessadas no desenvolvimento do programa, bem como, da iniciativa privada que queira fazer doações para o desenvolvimento da atividade em caráter social.

Art. 5º O Poder Executivo tem o prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a publicação desta, para regulamentar a presente Lei.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de agosto de 2015.

Aldo Dolberth
Prefeito Municipal e.e.

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de agosto do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO NR. 68/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 149/2015 - PR	
	Processo Administrativo:	149/2015
	Processo de Licitação:	149/2015
Data do Processo:		28/07/2015
Folha: 1/1		

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 68/2015 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

AQUISIÇÃO DE CAMERAS FOTOGRAFICAS DIGITAIS E PIPOQUEIRAS ELÉTRICAS PARA USO NOS EVENTOS DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SAÚDE, AÇÃO SOCIAL E ESPORTES. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

CONFORME LAUDO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SEGUE RESULTADOS DAS AMOSTRAS: EMPRESA MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, APRESENTOU AMOSTRA REFERENTE AO ITEM Nº 01 E FOI APROVADA; EMPRESA BAGATOLI COMERCIO DE MÓVEIS LTDA, APRESENTOU AMOSTRA REFERENTE AOS ITENS Nº 02 E 03, SENDO APROVADA.

Curitiba, 26 de Agosto de 2015

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL

- - Pregoeiro(a)

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 018/2015. Objeto: Aquisição de equipamentos de informática, móveis, eletrodomésticos e equipamentos e materiais diversos para o fundo ,municipal de assistência Social.. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 11/09/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 26/08/2015.
Maria C. W. Shirmbech
Gestora do FMAS

CONTRATOS E ADITIVOS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 036/2015.
Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: : Edio Murer -ME

Objeto Contratação de empresa para produção de vídeo institucional para a Administração Municipal. .Origem: Processo 056/2015 Modalidade: CV nº 056/2015. - Vigência: 31/08/2015 à 31/12/2015. - Dionísio Cerqueira 25/08/2015
Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 001/2015.
Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: : Luiz Chicouski dos Santos -EPP

Objeto Aquisição de oxigênio medicinal para o Hospital Municipal. .Origem: Processo 001/2015 Modalidade: Pregão nº 001/2015.
Valor do Aditivo R\$ 7.875,00 - Vigência: 25/08/2015 à 31/12/2015. Dionísio Cerqueira 25/08/2015
Luciana Gomes Pires – Gestora do HMDC.

Ermo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 107, DE 13 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº 107, de 13 de agosto de 2015.
Admite Servidor em Caráter Temporário - ACT.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº 312, de 24 de abril de 2013 e Art. 2º, V da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a assinatura de Convênio com a Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc de Criciúma em Conjunto com o Criciúma Esporte Clube para fins de estruturar e organizar escolinha de futebol com o fim de proporcionar formação/educação de atletas do Município voltados ao desenvolvimento do esporte amador;
RESOLVE:

Art. 1º Admitir MAICON SIMÃO EMERIM, em Caráter Temporário, para ocupar a função de MONITOR, para fins de estruturar e organizar escolinha de futebol voltada ao desenvolvimento do esporte amador, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 01 de agosto de 2015 e encerrando-se no dia 30 de novembro de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 13 de agosto de 2015.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 112, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº 112, de 25 de agosto de 2015.
Concede Adicional de Nova Titulação de Nível Superior a Servidor Público Municipal e dá Outras Providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 70-A da Lei nº 038 de 04 de novembro de 1997 e Capítulo VI da Lei Complementar nº. 025/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Adicional de Nova Titulação de Nível Superior conforme Anexo VI da Lei Complementar nº 025/2014, ao servidor abaixo especificado:

Nome	Título	Denominação da Verba	Adicional sobre o Vencimento
Marta Pezente	Especialização	Pós Graduação	10%

Art. 2º Conforme Art. 018 da Lei Complementar nº. 025/2014; O adicional de que trata o Artigo anterior, consiste no acréscimo pecuniário que se adita definitivamente ao padrão do cargo efetivo mediante apresentação, pelo servidor, de certificado de nova titulação de nível superior relacionada às atribuições do cargo efetivo que ocupa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 25 de agosto de 2015.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 108, DE 13 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 108, de 13 de agosto de 2015.
Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 022 de 01 de julho de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir ALINE ADRIANO FREDERICO, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Ensino da Educação com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início no dia 01 de agosto de 2015 encerrando-se em 11 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 13 de agosto de 2015.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 109, DE 13 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 109, de 13 de agosto de 2015.
Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 022 de 01 de julho de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir DIANA HELINSKI MAGNUS DE JESUS, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Ensino da Educação com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início no dia 01 de agosto de 2015 encerrando-se em 11 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 13 de agosto de 2015.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 110, DE 13 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 110, de 13 de agosto de 2015.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 022 de 01 de julho de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir JOSIANE GIRARDI PAGANI, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Ensino da Educação com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início no dia 01 de agosto de 2015 encerrando-se em 11 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 13 de agosto de 2015.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 111, DE 13 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 111, de 13 de agosto de 2015.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 022 de 01 de julho de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir KELI DE OLIVEIRA DAL PONT, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Ensino da Educação com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início no dia 01 de agosto de 2015 encerrando-se em 11 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 13 de agosto de 2015.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 06/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/PMF/2015
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 20/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 06/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO de Lubrificantes, Graxas e afins para uso na manutenção e conservação dos veículos da frota do Município de Forquilha, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 23/02/2016
3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 07/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/PMF/2015
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 17/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 07/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO referente a prestação de serviços de solda, funilaria e pintura com fornecimento de materiais, (com exceção das peças de reposição) para a frota de veículos leves do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 23/02/2016
3ª Publicação

AVISO DE LEILÃO: LEILÃO PÚBLICO Nº. 141/PMF/2015
AVISO DE LEILÃO
MODALIDADE: EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº. 141/PMF/2015

OBJETO: O presente edital de leilão tem por objetivo a alienação de bens imóveis, de acordo com as especificações do edital de chamamento e relação de item.

DATA DE ABERTURA: Dia 14 de setembro de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br

Forquilha, 26 de agosto de 2015.
VALDECIR TISCOSKI
Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 140/PMF/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 140/PMF/2015

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de pneus, a fim de atender as necessidades de diversas secretarias do Município Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 11 de setembro de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 26 de agosto de 2015.
ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI
Pregoeira

Fraiburgo

PREFEITURA

AT15PMF98

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF98
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: ARTES GRÁFICAS COSMOS LTDA
Valor : 4.087,60 (quatro mil e oitenta e sete reais e sessenta centavos).
Vigência : Início: 14/08/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 92/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO FUTURA DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO E IMPRESSÃO DE EXPEDIENTE DIVERSOS PARA USO DO PARA USO DA POLÍCIA MILITAR DE FRAIBURGO, DURANTE OS MESES DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 26 de Agosto de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

PORTARIA Nº 1896/2015

PORTARIA N.º 1896, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de PEDRO JOSÉ FERREIRA, brasileiro(a), divorciado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 461.153.909-15, contratado(a) em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de agosto de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1897/2015

PORTARIA N.º 1897, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLEONICE FRANCIONE, brasileiro(a),

solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 004.723.209-98, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 27 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de agosto de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1898/2015

PORTARIA N.º 1898, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANA PAULA MEIRELES, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 086.946.459-93, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2015 até 15 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de agosto de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1899/2015

PORTARIA N.º 1899, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUANA BUSSATTO, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 093.290.899-33, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de agosto de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1900/2015

PORTARIA N.º 1900, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELIZETE DE OLIVEIRA, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 091.477.479-43, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de agosto de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1901/2015

PORTARIA N.º 1901, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANILDES PIRES RIBEIRO, brasileiro(a), separada judicialmente, inscrito(a) no CPF sob o n.º 601.276.199-68, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de agosto de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1902/2015

PORTARIA N.º 1902, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0014 de junho de 2015 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DELYRIA BENTO DE ANDRADE, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 046.524.309-65, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 23 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de agosto de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1903/2015

PORTARIA N.º 1903, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de HELENA CORRÊA MASSAROLI, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 014.411.579-48, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de agosto de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1904/2015

PORTARIA N.º 1904, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de EDENILCE DALAGNOL, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 023.346.339-92, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1905/2015

PORTARIA N.º 1905, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IDINEZ CATARINA VIEIRA MAZZUCCO, brasileiro(a), viúvo(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 777.377.509-59, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1906/2015

PORTARIA N.º 1906, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CARINA CRISTINA ALEXANDRE DA SILVA, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 017.252.529-29, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de setembro de 2015 até 15 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1907/2015

PORTARIA N.º 1907, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de KETINA PRISCILA FERREIRA DOS SANTOS GUETT, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 071.412.019-71, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1908/2015

PORTARIA N.º 1908, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de TACIANE MITTANCK FANTIN, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 057.194.229-60, contratado(a) em caráter temporário na função de FARMACÊUTICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2015 até 01 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1909/2015

PORTARIA N.º 1909, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALINE SAVIAN CONCI, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 064.399.609-54, contratado(a) em caráter temporário na função de FARMACÊUTICO BIQUÍMICO, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1910/2015

PORTARIA N.º 1910, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GIANA ROBERTA FURTADO, brasileiro(a), separada judicialmente, inscrito(a) no CPF sob o n.º 004.916.819-33, contratado(a) em caráter temporário na função de ODONTÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1911/2015

PORTARIA N.º 1911, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLENE DOMINGUES DA SILVA PEREIRA, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 866.020.399-20, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1912/2015

PORTARIA N.º 1912, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA APARECIDA BORBA, brasileiro(a), separada judicialmente, inscrito no CPF sob o n.º 501.582.799-72, contratado(a) em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1913/2015

PORTARIA N.º 1913, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NILCÉIA APARECIDA MANFIOLETTI, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 552.265.749-91, contratado(a) em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1914/2015

PORTARIA N.º 1914, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0027 de 09 de maio de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NORACI DA MAIA VANZ, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 904.808.059-20, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1915/2015

PORTARIA N.º 1915, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SUZI ABIGAIL RÖNNAU, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 754.640.209-34, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1916/2015

PORTARIA N.º 1916, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SOLANGE GRANEMANN PRESTES, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 040.645.239-38, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1917/2015

PORTARIA N.º 1917, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SIRLEI SCHÄBERLE GATTI, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 538.445.139-49, contratado(a) em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

TA.AT15PMF58

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT15PMF58 - Contrato Nº: AT15PMF79
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada....: EQUISCOLA EQUIPAMENTOS ESCOLARES LTDA
Valor : 16.807,20 (dezesseis mil oitocentos e sete reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 10/08/2015 Término: 30/09/2015

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 3/2015
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25% NA QUANTIDADE DO ITEM 4 DO LOTE 1.

Fraiburgo, 26 de Agosto de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA.AT15PMF59 EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT15PMF59 - Contrato Nº: AT15PMF73
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: CLODOMIR BAHR JUNIOR ME
Valor : 731,00 (setecentos e trinta e um reais)
Vigência : Início: 14/08/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2015
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25% NA QUANTIDADE DO ITEM 1.

Fraiburgo, 26 de Agosto de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA.AT15PMF60 EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT15PMF60 - Contrato Nº: AT15PMF45
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA
Vigência : Início: 20/08/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 43/2015
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AT15PMF45 PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 26 de Agosto de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA15PMF110 EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF110 - Contrato Nº: CT15PMF45
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: FEMAKS - CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.
Vigência : Início: 11/08/2015 Término: 13/09/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2015.
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DA ARQUITETA FISCAL DA OBRA, AJUSTAM E CONTRATAM A

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO QUE CONSTA DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO PARA ATÉ A DATA DE 13.09.2015.

Fraiburgo, 26 de Agosto de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA15PMF111 EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF111 - Contrato Nº: CT14PMF22
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA
Vigência : Início: 14/08/2015 Término: 31/08/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2014.
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO E ADITIVOS PARA ATÉ O DIA 31 DE AGOSTO DE 2015, SENDO ESTE O PRAZO FINAL PARA TÉRMINO DOS SERVIÇOS E ENTREGA DA OBRA.

Fraiburgo, 26 de Agosto de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA15PMF112 EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF112 - Contrato Nº: CT15PMF64
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP
Vigência : Início: 21/08/2015 Término: 10/01/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 7/2015
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA NOMEADO SR. ANDRE CARLOS CHELLI, AJUSTAM E PRORROGAM O PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO PARA ATÉ A DATA DE 10 DE JANEIRO DE 2016, TENDO EM VISTA O ATRASO DO REPASSE DE VERBAS FEDERAIS PARA ESTE FIM.

Fraiburgo, 26 de Agosto de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA15PMF113 EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF113 - Contrato Nº: CT15PMF92
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: BN CONSULTORIA AGROPECUARIA E FLORESTAL S/S - ME
Valor : 10.000,00 (dez mil reais)
Vigência : Início: 21/08/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 14/2015
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADAS, EM COMUM ACORDO E EM CONFORMIDADE COM O ART. 65 B,

INCISO II DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, AJUSTAM E CONTRATAM A REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA SEMANAL EM 28,169%, EM FUNÇÃO DA REDEFINIÇÃO NAS METAS DO MUNICÍPIO NO PROGRAMA DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR.

Fraiburgo, 26 de Agosto de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA15PMF114

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF114 - Contrato Nº: CT15PMF58
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA
Vigência : Início: 21/08/2015 Término: 10/01/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2015.
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA NOMEADO SR. ANDRE CARLOS CHELLI, AJUSTAM E PRORROGAM O PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO PARA ATÉ A DATA DE 10 DE JANEIRO DE 2016, TENDO EM VISTA O ATRASO DO REPASSE DE VERBAS FEDERAIS PARA ESTE FIM.

Fraiburgo, 26 de Agosto de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

Frei Rogério

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 831/2015 ALTERA DISPOSITIVOS NA LEI MUNICIPAL N. 578/2009, E AMPLIA NÚMERO DE VAGAS PARA ESTAGIÁRIOS NA EDUCAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI MUNICIPAL Nº 831/2015 DE 26 DE AGOSTO DE 2015.
ALTERA DISPOSITIVOS NA LEI MUNICIPAL N. 578/2009, E AMPLIA NÚMERO DE VAGAS PARA ESTAGIÁRIOS NA EDUCAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 6º da Lei Municipal n. 578/2009, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º Fica autorizada a criação de 11 (onze) vagas para estagiários na educação superior, 01 (uma) vaga para estagiários no ensino médio, e 01 (uma) vaga para estagiários nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, não podendo o número de vagas destinadas ao estágio exceder a 20% (vinte por cento) do número total de servidores públicos da entidade concedente.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta própria do orçamento vigente.

Art. 3º - Permanecem inalterados os demais dispositivos da Lei Municipal n. 578/2009, de 04 de novembro de 2009, alterada pela Lei Municipal 794/2014, de 13 de agosto de 2014.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Frei Rogério, 26 de agosto de 2015.
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

PRAZO DE VALIDADE DAS ATAS 08; 09 E 10/2015, RECAPAGEM/RECAUCHUTAGEM DE PNEUS = PUBLICAÇÃO AGOSTO

O Município de Frei Rogério-SC, neste ato representado pelo prefeito municipal, senhor OSNY BATISTA ALBERTON, torna público aos interessados que as atas de nº 08; 09 e 10/2015, provenientes do processo licitatório nº 013/2015, na modalidade de Pregão Presencial 007/2015, Registro de Preços, 003/2015 firmadas no dia 20/05/2015, com os seguintes fornecedores:

FM PNEUS LTDA,
F. VACHILESKI & CIA LTDA e
RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA – ME, respectivamente, encontram-se dentro de seu prazo de validade.

Frei Rogério, 19 de agosto de 2015
Cópias das atas em sua íntegra e ou informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal, na rua Adolfo Soletti, nº 750, ou através do fone 49 3257 0000 eo do e-mail: compras@freirogerio.sc.gov.br
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 044/2015

SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 44/2015, DATADO DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM:

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO E A EMPRESA:
ENGENHARQ IND. E COM. DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.616.039.0001-09, com sede administrativa à Rua Adolfo Soletti, nº 750, na cidade de Frei Rogério – SC, Centro, CEP. 89.530-000, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Senhor OSNY BATISTA ALBERTON, residente e domiciliado neste Município, inscrito no Cadastro de Pessoa Física, (CPF), sob o nº 569.572.629-87, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa ENGENHARQ IND. E COM. DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Margens da BR 470, s/n, km 249,5, no Município de Curitiba-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 78.522.554.0001-46, neste ato representada pelo Sócio/administrador, Senhor ATECIR AMADEU GUIDI, inscrito no Cadastro de Pessoa Física, (CPF), sob o nº 211.429.550-87 doravante denominada CONTRATADA, abaixo assinado em conformidade com a Lei 8.666/93 aditam ao presente contrato as seguintes disposições.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS VALORES E DO PAGAMENTO:

Em virtude de alguns materiais e serviços não terem sido contemplados inicialmente, e nem no primeiro termo de aditamento, as partes de comum acordo e em conformidade com a planilha quantitativa em anexo, resolvem promover a alteração dos valores, num total de R\$ 20.968,85 (vinte mil, novecentos e sessenta e oito reais e oitenta e cinco centavos) para execução/conclusão do contrato acima mencionado.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO:

Em virtude das alterações feitas no projeto inicial da obra, principalmente no que diz respeito ao quantitativo de materiais e serviços fica alterado para o dia 31 de dezembro de 2015 o prazo para término da execução da mesma.

3 - CLÁUSULA TERÇA = DO EMBASAMENTO LEGAL:

O Presente aditivo é realizado com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DA DEMAIS CLAUSULAS:

As demais cláusulas do contrato que a este deu origem permanecem inalteradas

E, por estarem justas e acertadas, as partes assinam o presente instrumento em (03) três vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Frei Rogério (SC), 26 de agosto de 2015
MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO
Contratante

ENGENHARQ IND. E COM. DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA
Contratada

Testemunhas:

Nome:

Nome:

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO 045/2015

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 045/2015, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 030/2015, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 10 de setembro de 2015, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ARNALDO FRANCISCO DOS SANTOS E CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO DE GALVÃO, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br

Galvão - SC, 26 de agosto de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Edijane Borella de Almeida
Secretária Municipal de Educação

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PR012/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2015

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando o Registro de Preço pelo período de 12 meses para contratação de empresa especializada para aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado para a climatização de salas utilizada pelas secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 09/09/2015.

A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 09/09/2015, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br.

Garopaba - SC, 26 de agosto de 2015.

Paulo Sergio de Araújo

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº031/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 031/2015

FMS

Ata nº. 031/2015; Processo nº. 085/2015; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: A.G. KIENEN & CIA LTDA; ADISUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA; ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA; ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; ANGEIMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA; CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA; CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA; DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICA LTDA; DIMEVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; DMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA; DRV COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA; EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; GRAMS & GRAMS LTDA; INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA; KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; KLIMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA; L.A DALLA PORTA JUNIOR; LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA; MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA; MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA; NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA; PHARMA LOG PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA; PROFARMA SPECIALTY S/A; PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS

LTDA; PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA; PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; S & R DISTRIBUIDORA LTDA - ME; SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA; VICTÓRIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; Objeto: Registro de preço para Aquisição parcelada de medicamentos para farmácia Básica, ponto atendimento, uso contínuo, controlado e judicial. Valor: R\$ 1.301.176,43 (Hum milhão trezentos e um mil cento e setenta e seis reais e quarenta e três centavos); Data da Assinatura: 20/07/2015.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 55/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 54/2015

PMG

Ata nº. 054/2015; Processo nº. 112/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: COPAL VIA ROSA UNIFORMES LTDA; SAGASSI INDÚSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA; Objeto: Registro de Preço para aquisição de camisas para atender a projetos e campanhas do centro de referência especializado de Assistência Social; Valor: R\$ 12.178,00 (Doze mil cento e setenta e oito reais); Data da Assinatura: 25/08/2015

PORTARIA N.º 735/2015.

PORTARIA N.º 735, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CONCLUSÃO DE PROCESSO SINDICANTE INSTITUÍDO PELA PORTARIA N.º 100/2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente, e

Considerando a Conclusão do Relatório da Comissão de Processo Sindicante, Portaria n.º 100/2015;

Considerando a aplicação de penalidade administrativa de advertência escrita, extinguindo o objeto do Processo Sindicante;

RESOLVE,

Art. 1º. Publicar a conclusão do Processo Sindicante instituído pela Portaria n.º 100/2015, nos seguintes termos:

I - DETERMINO nos termos do inciso II, art. 173, da Lei Municipal n.º 1.000/2005, aplique a penalidade administrativa de advertência escrita.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 27/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 740/2015.

PORTARIA N.º 740, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) MARILIS DOS REIS WERLANG.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) MARILIS DOS REIS WERLANG, matrícula funcional n.º 3587, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 27/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 741/2015.

PORTARIA N.º 741, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) JEFERSON ÁVILA DE SOUZA.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) JEFERSON ÁVILA DE SOUZA, matrícula funcional n.º 3642, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 27/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 742/2015.

PORTARIA N.º 742, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) ANA CRISTINA GONÇALVES CANTO.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de

Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) ANA CRISTINA GONÇALVES CANTO, matrícula funcional n.º 4656, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 17/11/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 27/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 743/2015.

PORTARIA N.º 743, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) ELICÉIA FLOR DOS SANTOS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) ELICÉIA FLOR DOS SANTOS, matrícula funcional n.º 4651, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 27/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 744/2015.

PORTARIA N.º 744, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) ELIS REGINA DE OLIVEIRA SOARES.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) ELIS REGINA DE OLIVEIRA SOARES, matrícula funcional n.º 4654, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 27/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 745/2015.

PORTARIA N.º 735, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A CONCLUSÃO DE PROCESSO SINDICANTE INSTITUÍDO PELA PORTARIA N.º 100/2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente, e

Considerando a Conclusão do Relatório da Comissão de Processo Sindicante, Portaria n.º 100/2015;

Considerando a aplicação de penalidade administrativa de advertência escrita, extinguindo o objeto do Processo Sindicante;

RESOLVE,

Art. 1º. Publicar a conclusão do Processo Sindicante instituído pela Portaria n.º 100/2015, nos seguintes termos:

I - DETERMINO nos termos do inciso II, art. 173, da Lei Municipal n.º 1.000/2005, aplique a penalidade administrativa de advertência escrita.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 27/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 746/2015.

PORTARIA N.º 746, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) FERNANDA DE CARVALHO NASCIMENTO.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) FERNANDA DE CARVALHO NASCIMENTO, matrícula funcional n.º 4653, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 27/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 747/2015.

PORTARIA N.º 747, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) GIANE VIDAL.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) GIANE VIDAL, matrícula funcional n.º 4381, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 27/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 748/2015.

PORTARIA N.º 748, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) MALVELINA LEODÓRIO.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) MALVELINA LEODÓRIO, matrícula funcional n.º 4383, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 27/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 749/2015.

PORTARIA N.º 749, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) SILVIA MARIA DE VIEIRA PORTO.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) SILVIA MARIA DE VIEIRA PORTO, matrícula funcional n.º 4675, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 27/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 750/2015.

PORTARIA N.º 750, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) VANESSA DA SILVA JOÃO GONÇALVES.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) VANESSA DA SILVA JOÃO GONÇALVES, matrícula funcional n.º 4474, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 27/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 13 DE 25 DE AGOSTO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 13 DE 25 DE AGOSTO DE 2015

"CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA AO SENHOR FERNANDO BITENCOURT.

LUIZ BERNARDO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele promulga a seguinte resolução:

RESOLVE:

Art. 1º. É concedido Título de Cidadão Honorário do Município de Garopaba ao Senhor FERNANDO BITENCOURT, natural de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Fernando Bitencourt, com 55 anos é casado pai de cinco filhos e já com sete netos todos morando em Garopaba, empresário no ramo gráfico/publicitário, já publicou três livros que resgatam a História e formação da nossa cidade, colaborador e produtor de vários livros de escritores locais, entre eles: professor Manoel Valentim e Maurício dos Passos o Morigo, hoje presidente da AMA – Amigos do Meio Ambiente de Garopaba. Atua em vários projetos e na implantação da sinalização turística das Trilhas e Pontos Culturais, na implantação do DTS Desenvolvimento Territorial Sustentável em Garopaba no apoio a formação dos Grupos de Condutores Ambientais de Garopaba e Região, entre outros.

Art. 2º. A Câmara Municipal de Garopaba fará a entrega do respectivo Título em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de agosto de 2015.

Luiz Bernardo
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos vinte e seis dias do mês de agosto de 2015 .

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyn
Diretora de Redação, Legislação e
Processo Legislativo

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.545 DE 20 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 6.545 DE 20 DE AGOSTO DE 2015.
SUPLEMENTA SALDO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº 3.620, de 27 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por superávit financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:

Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade: 18 CORPO DE BOMBEIROS	
Função: 06 SEGURANÇA PÚBLICA	
SubFunção: 182 DEFESA CIVIL	
Programa: 0016 Gestão do Corpo de Bombeiro Militar de Gaspar	
Atividade: 1071 Aquisição de Equipamento e Material Permanente	
Dotação: 329 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
Atividade: 2080 Apoio à Segurança Pública	
Dotação: 43 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 80.000,00

Art. 2º Fica suplementado, por superávit financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS:

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Unidade: 14 DITRAN – DIRETORIA DE TRÂNSITO	

Função: 26 TRANSPORTE

SubFunção: 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Programa: 0015 Gestão do Ditrán

Atividade: 2078 Manutenção da Ditrán

Dotação: 336 3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 20.000,00
------------------------------------	---------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de agosto de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL Nº 181/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 181/2015

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de componentes mecânicos de desgaste contínuo para máquinas utilizadas pela Secretaria Municipal de Agricultura. ENTREGA dos envelopes até às 9h do dia 10/09/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. ABERTURA às 9h30min no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 26/08/2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

.

SAMAE - GASPAR

EXTRATO DO CONTRATO Nº 44/2015 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

=====

Número do contrato: 44/2015
Data vigência: 18/08/2015
Data vencimento: 31/12/2015
Número da Licitação: 33/2015 - Modalidade: Dispensa
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Contratado: KIFERRO COMERCIO DE FERRO E AÇO LTDA. - CNPJ do contratado: 73.989.956/0001-31.
Objeto: aquisição de tubos redondos e retangulares, barras e cantoneiras para soldas
Valor contratado: R\$ 8.337,39 (oito mil trezentos e trinta e sete reais e trinta e nove centavos)

Gaspar (SC), em 18 de agosto de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - CARTA CONVITE 02/2015 CV

AVISO DE LICITAÇÃO - CARTA CONVITE 02/2015 CV
AVISO DE LICITAÇÃO

A CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

CONVITE 002/2015 CV
PROCESSO ADM 013/2015

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE: INFORMÁTICA, CENTRAL TELEFONICA, SONORIZAÇÃO E CONSULTORIA EM TI, COM 02 (DOIS) TÉCNICOS PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NOS ANEXOS I e II DESTA CARTA CONVITE, PARTE INTEGRANTE DESTE INSTRUMENTO, INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 04/09/2015 até às 15h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 04/09/2015 às 15h00min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Câmara Municipal de Vereadores, de segunda a sexta feira, das 13:00 as 19:00hs no Setor de Licitações ou pelo site www.camaragcr.sc.gov.br.

Governador Celso Ramos, 26 de agosto de 2015.
LEONARDO OSNI QUINTINO
Presidente da Comissão de Licitação

Grão Pará

PREFEITURA

10º TERMO ADITIVO TCL CONTRATO 55-2010

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 55/2010

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/ SC, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrito no CNPJ/ MF 82.558.149/0001-55, neste ato, representado pelo Senhor AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em Exercício, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Grão-Pará, neste ato, simplesmente denominado de CONTRATANTE e a empresa TRANSPORTES CAPIVARI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Januário Alves Garcia, 776, Centro, no Município de Tubarão/ SC, inscrita no CNPJ/ MF n. 86.428.661/0001-38, neste ato, representada pelo Senhor EDSON DE OLIVEIRA SOUZA, Diretor, inscrito no CPF/MF n. 767.570.809-15, doravante denominada CONTRATADA, com fundamento na Lei n. 8.666/93 e alterações, conforme descrito no Processo Licitatório Pregão Presencial n. 10/2010, assim como pelas condições do Edital referido, celebram este aditivo contratual,

CONSIDERANDO:

- a) o requerido pelo Contratado, reajuste de 12,43% (onze vírgula quarenta e três por cento) no preço pactuado através do Contrato n. 55/2010 e Termos Aditivos;
- b) o Parecer Jurídico de que não há óbice à revisão contratual solicitada pelo Contratado.

RESOLVE, a Contratante, reajustar o Contrato n. 55/2010 e Termos Aditivos, em 12,43% (onze vírgula quarenta e três por cento) o preço do quilômetro rodado na Linha 17 e na Linha Socorro, conforme Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula IV, conforme descrito a seguir.

“CLÁUSULA QUARTA – O preço do serviço de transporte escolar passa de R\$ 6,02 (seis reais e dois centavos) para R\$ 6,77 (seis reais e setenta e sete centavos) por quilômetro rodado na Linha n. 17, e passa de R\$ 6,27 (seis reais e vinte e sete centavos) para 7,05 (sete reais e cinco centavos) o valor da locação por quilômetro rodado na Linha Socorro.”

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 1º de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ – CONTRATANTE

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

TRANSPORTES CAPIVARI LTDA – CONTRATADA

EDSON DE OLIVEIRA SOUZA

Diretor da Contratada

TESTEMUNHAS:

10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 20-2011 (AIRTON NANDI)

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 20/2011

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/ SC, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrito no CNPJ/ MF 82.558.149/0001-55, neste ato, representado pelo Senhor AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Grão-Pará, neste ato, simplesmente denominado de CONTRATANTE e o Senhor AIRTO NANDI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Estrada Geral Aiurê, Distrito de Aiurê, Município de Grão-Pará/ SC, inscrito no CNPJ sob n. 415.765.199-53 e portador da Carteira de Identidade n. 1.181.361, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na Lei n. 8.666/93 e alterações, conforme descrito no Processo Licitatório 15/2011, Pregão Presencial n. 3/2011, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 20/2011, no que diz respeito à quilometragem da Linha 6, para constar as seguintes alterações,

CONSIDERANDO:

- a) O requerido pelo Contratado, reajuste no preço pactuado através do Contrato n. 20/2011 e Termos Aditivos;
- b) O Parecer Jurídico de que não há óbice à revisão contratual solicitada pelo Contratado.

RESOLVE, a Contratante, reajustar o Contrato n. 20/2011 e Termos Aditivos, em 15% (quinze por cento) o preço do quilômetro rodado na Linha 6, conforme Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula IV, conforme descrito a seguir.

“CLÁUSULA QUARTA – O preço do serviço de transporte escolar será de R\$ 2,39 (dois reais e trinta e nove centavos) por quilômetro rodado na Linha n. 6.”

CLÁUSULA SEGUNDA

Alterar a Cláusula VIII, conforme descrito a seguir.

O contrato 20/2011, terá vigência até a data da homologação e adjudicação de um novo processo licitatório, para a linha 6, tendo em vista a solicitação de rescisão amigável em anexo, na data de 18 de março de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 18 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ – CONTRATANTE

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

AIRTO NANDI – CONTRATADO

CPF n. 415.765.199-53

**14º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 47-2011
(CONSTRUTORA DANDOLINI)****DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 47/2011, DATADO DE 20 DE ABRIL DE 2011, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA CONSTRUTORA DANDOLINI LTDA, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE UM NÚCLEO DE ESPORTE E LAZER

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e CONSTRUTORA DANDOLINI LTDA, estabelecida na Av. Monsenhor Frederico Tombröck, 815, Centro, São Ludgero, Santa Catarina, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n. 04.357.863/0001-71, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, representada, neste ato, pelo Senhor CLÁUDIO DANDOLINI, brasileiro, casado, engenheiro civil, Sócio Administrador, CPF n. 651.514.109-20, CREA/SC 46885-6, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 47/2011, no que diz respeito à alteração do prazo para execução da obra, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por 05 (cinco) meses o prazo para execução da obra, totalizando, assim, 45 (quarenta e cinco) meses o prazo global que a CONTRATADA dispõe para finalização da obra, contados do recebimento da Ordem de Serviço, que ocorreu em 26 de abril de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 26 de janeiro de 2015.

CONTRATANTE
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

CONTRATADA
CLÁUDIO DANDOLINI
Sócio Administrador da Empresa Contratada

T E S T E M U N H A S

**15º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 47-2011
(CONSTRUTORA DANDOLINI) VALOR****DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 47/2011, DATADO DE 20 DE ABRIL DE 2011, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA CONSTRUTORA DANDOLINI LTDA, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE UM NÚCLEO DE ESPORTE E LAZER

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e CONSTRUTORA DANDOLINI LTDA, estabelecida na Av. Monsenhor Frederico Tombröck, 815, Centro, São Ludgero, Santa Catarina, inscrita no Cadastro Geral de

Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n. 04.357.863/0001-71, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, representada, neste ato, pelo Senhor CLÁUDIO DANDOLINI, brasileiro, casado, engenheiro civil, Sócio Administrador, CPF n. 651.514.109-20, CREA/SC 46885-6, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 47/2011, considerando a necessidade de alteração quantitativa e qualitativa da obra, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula II – Do Preço Global, conforme descrito a seguir: a) o valor do referido contrato será aditado em R\$ 32.177,42 (Trinta e dois mil, cento e setenta e sete reais e quarenta e dois centavos), passando o valor global da obra de R\$ 519.931,77 (quinhentos e dezenove mil, novecentos e trinta e um reais e setenta e sete centavos) para R\$ 552.109,18 (quinhentos e cinquenta e dois mil, cento e nove reais e dezoito centavos). Tendo em vista a necessidade de construção de uma arquibancada, conforme parecer da engenharia e jurídico em anexo.

.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 25 de junho de 2015.

CONTRATANTE
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

CONTRATADA
CLÁUDIO DANDOLINI
Sócio Administrador da Empresa Contratada

T E S T E M U N H A S

**16º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 47-2011
(CONSTRUTORA DANDOLINI)****DÉCIMO SEXTO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 47/2011, DATADO DE 20 DE ABRIL DE 2011, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA CONSTRUTORA DANDOLINI LTDA, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE UM NÚCLEO DE ESPORTE E LAZER

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e CONSTRUTORA DANDOLINI LTDA, estabelecida na Av. Monsenhor Frederico Tombröck, 815, Centro, São Ludgero, Santa Catarina, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n. 04.357.863/0001-71, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, representada, neste ato, pelo Senhor CLÁUDIO DANDOLINI, brasileiro, casado, engenheiro civil, Sócio Administrador, CPF n. 651.514.109-20, CREA/SC 46885-6, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 47/2011, no que diz respeito à alteração do prazo para execução da obra, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por 05 (cinco) meses o prazo para execução da obra, totalizando, assim, 50 (cinquenta) meses o prazo global que a

CONTRATADA dispõe para finalização da obra, contados do recebimento da Ordem de Serviço, que ocorreu em 26 de abril de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 26 de junho de 2015.

CONTRATANTE
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

CONTRATADA
CLÁUDIO DANDOLINI
Sócio Administrador da Empresa Contratada

T E S T E M U N H A S

16º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 70-2012 (CONS. ESPAÇO IDEAL) DÉCIMO SEXTO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 70/2012, DATADO DE 06 DE JULHO DE 2012, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA CONSTRUTORA ESPAÇO IDEAL LTDA, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA REFORMA DO GINÁSIO DE ESPORTES DO DISTRITO DE AIURÉ, GRÃO-PARÁ/SC, COM A ÁREA TOTAL DE 1.000,00M2 (UM MIL METROS QUADRADOS)

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, CEP 88890-000, neste ato, representado pelo Senhor AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal, portador do CPF n. 436.051.849-87, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUTORA ESPAÇO IDEAL LTDA, estabelecida na Rua Professor Pedro Michels, 998, Térreo, Bairro INSS, Município de Braço do Norte/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 15.074.566/0001-35, representada, neste ato, por sua Sócia Administradora, Sra. ROSIMERI DE SOUZA ROHDEN SERAFIM, portadora da Cédula de Identidade RG n. 1.732.913 e inscrita no CPF sob o n. 505.861.659-91, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 70/2012, no que diz respeito à alteração do prazo para execução da obra, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por 06 (seis) meses o prazo para execução da obra, totalizando, assim, 38 (trinta e oito) meses o prazo global que a CONTRATADA dispõe para finalização da obra, contados do recebimento da Ordem de Serviço, que ocorreu em 06 de julho de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 04 de março de 2015.

CONTRATANTE
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

CONTRATADA
ROSIMERI DE SOUZA ROHDEN SERAFIM
Sócia Administradora Empresa Contratada

T E S T E M U N H A S

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 20-2015 (POSTO GRÃO PARÁ LTDA)

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 20/2015, DATADO DE 22 DE JANEIRO DE 2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA POSTO GRÃO-PARÁ LTDA, VISANDO À Aquisição de GASOLINA E ÓLEO DIESEL, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, para o exercício de 2015

Aos quatro dias da mês de fevereiro de 2015, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e POSTO GRÃO PARÁ LTDA, empresa estabelecida na Rua Nereu Ramos,s/n, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 00.084.043/0001-00, doravante denominada de VENDEDORA, neste ato, representada por seu Sócio Administrador, Senhor DAILTON DORIGON DE SOUZA, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Grão-Pará/ SC, inscrito no CNPJ n. 824.733.079-20, considerando que as correções de valores de combustíveis, diante de decisão governamental, são de livre negociação entre as empresas concessionárias e distribuidoras e considerando que estes valores estão sendo repassados aos postos revendedores, conforme faz prova através das notas fiscais n. 00002662a, 000026892, 000026891 e 000026623, da empresa Raizem Mime Combustíveis S.A, CNPJ/MF n. 01.799.935/0003-04, partes integrantes deste Termo, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo, reajustando em 5,00% (cinco por cento) o preço do litro do óleo diesel e 3,00%(três por cento) o preço da gasolina, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula II, do Contrato n. 20/2015, datado de 22 de janeiro de 2015, passando a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA II – DO VALOR

O valor do litro do óleo diesel passa de R\$ 2,66 para R\$ 2,83 e o valor do litro da gasolina passa de R\$ 3,30 para R\$ 3,60 [...]."

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 04 de fevereiro de 2015.

AMILTON ASCARI DAILTON DORIGON DE SOUZA
Prefeito Municipal Sócio Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 34-2015 (DISTRIMEL)

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 34/2015, DATADO DE 30 DE JANEIRO DE 2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A DISTRIMEL – MATERIAIS ELETRICOS LTDA-EPP, VISANDO À AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

Aos vinte e nove dias do mês de julho de 2015, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro,

Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e DISTRIMEL – MATERIAIS ELETRICOS LTDA-EPP, empresa estabelecida na Rua Rubens Faraco, s/n, Humaita, Tubarão/SC, CEP 88.704-440, inscrita no CNPJ/MF sob n. 03.317.788/0001-52, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Sr., Senhor LEANDRO DA SILVA CARDOSO, Brasileiro, portador da cédula de identidade 3.519.920, inscrito no CNPF n. 016.959.389-41, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 34/2015, considerando a necessidade de alteração quantitativa, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar as quantidades dos itens abaixo especificados:

Item – 7 RELÉ FOTOELÉTRICO COM ACIONAMENTO MECÂNICO TÉRMICO:

Tensão de alimentação - 220Vac, Acionamento por dispositivo mecânico (bi-metálico)

Contato normalmente fechado, Tempo de retardo de 1 minuto a 5 minutos para comutação dos contatos, Luminosidade máxima para acionamento - 20 lux, Luminosidade máxima para desacionamento - 80 lux, Sistema de proteção contra surtos de tensão, Tensão de Surto - mínimo 4000V/2000A (1.2x50µs), Frequência 60Hz, Consumo menor 1 W, Potencia do comando 1000W/1800VA, Índice de proteção - IP 65.- marca EXATRON- 72 PEÇAS. passa para 90 PEÇAS.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 04 de agosto de 2015.

AMILTON ASCARI LEANDRO DA SILVA CARDOSO
Prefeito Municipal PROCURADOR da Contratada

TESTEMUNHAS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 47-2015 (CORREIO)JÉSSICA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 47/2015, DATADO DE 16 DE MARÇO DE 2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A SENHORA JESSICA ENGELS PERONE TABACKI, VISANDO À TERCEIRIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA AGÊNCIA DE CORREIOS COMUNITÁRIA – AGC, DE INVERNADA, MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e JESSICA ENGELS PERONE TABACKI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Localidade de Invernada, Município de Grão-Pará/ SC, portadora do CPF 066.564.729-82, CONSIDERANDO:

a) que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, no que tange ao Contrato Múltiplo nº 9912275114, firmado entre o Município e a ECT, para manutenção da AGC de Invernada, aumentou o valor do repasse mensal para manutenção da referida AGC;

b) que a contratada possui qualificação para a execução da prestação de serviço objeto do Contrato n. 47/2015 e que é de interesse público a continuidade dos serviços da AGC de Invernada;

RESOLVEM, em comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo, relativamente ao valor do Contrato 47/2015, de acordo com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula II do Contrato n. 47/2015, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA II – DO VALOR

Pela prestação de serviços, a contratada receberá a importância de R\$ 1.420,29 (um mil, quatrocentos e vinte reais e vinte e nove centavos) mensais.”

CLÁUSULA SEGUNDA

Os efeitos deste Termo Aditivo Contratual retroagirão à data do aumento do repasse efetivado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/SC, 01 de abril de 2015.

AMILTON ASCARI JESSICA ENGELS PERONE TABACKI
Prefeito Municipal Contratada

TESTEMUNHAS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 48-2015 (CORREIO)ALINE

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 48/2015, DATADO DE 16 DE MARÇO DE 2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A SENHORA ALINE BONINI PAZETO, VISANDO À TERCEIRIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA AGÊNCIA DE CORREIOS COMUNITÁRIA – AGC, DE AIURÊ, MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e ALINE BONINI PAZETO, brasileira, casada, residente e domiciliada na Localidade de Aiurê, Município de Grão-Pará/ SC, portadora do CPF 078.631.279-39 e do RG 5.974.739, CONSIDERANDO:

a) que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, no que tange ao Contrato Múltiplo nº 9912275114, firmado entre o Município e a ECT, para manutenção da AGC de Aiurê, aumentou o valor do repasse mensal para manutenção da referida AGC;

b) que a contratada possui qualificação para a execução da prestação de serviço objeto do Contrato n. 48/2015 e que é de interesse público a continuidade dos serviços da AGC de Aiurê;

RESOLVEM, em comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo, relativamente ao valor do Contrato 48/2015, de acordo com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula II do Contrato n. 48/2015, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA II – DO VALOR

Pela prestação de serviços, a contratada receberá a importância de R\$ 1.420,29 (um mil, quatrocentos e vinte reais e vinte e nove centavos) mensais.”

CLÁUSULA SEGUNDA

Os efeitos deste Termo Aditivo Contratual retroagirão à data do aumento do repasse efetivado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/SC, 01 de abril de 2015.

AMILTON ASCARI ALINE BONINI PAZETO
Prefeito Municipal Contratada

TESTEMUNHAS**2º TERMO ADITIVO CONTRATO 25-2014 - TCL VALOR****SEGUNDO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 25/2014, DATADO DE 4 DE FEVEREIRO DE 2014, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA TRANSPORTES CAPIVARI LTDA VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS e/ou LOCAÇÃO PARA TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ NA LINHA 2 NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ.

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/ SC, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrito no CNPJ/ MF 82.558.149/0001-55, neste ato, representado pelo Senhor AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Grão-Pará, neste ato, simplesmente denominado de CONTRATANTE e empresa TRANSPORTES CAPIVARI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Januário Alves Garcia, 776, Centro, no Município de Tubarão/ SC, inscrita no CNPJ/ MF n. 86.428.661/0001-38, neste ato, representada pelo Senhor representada pelo EDSON DE OLIVEIRA SOUZA, Representante da Contratada, inscrito no CPF/MF n. 767.570.809-15, portador da Cédula de Identidade n. 2.539.141, residente e domiciliado na Rua Antônio Hülse, 1980, Município de Tubarão/SC, doravante denominado CONTRATADA, com fundamento na Lei n. 8.666/93 e alterações, conforme descrito no Processo Licitatório 5/2014, Pregão Presencial n. 2/2014, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 27/2014, no que diz respeito à quilometragem da Linha 2, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CONSIDERANDO:**

O requerido pelo Contratado, reajuste no preço pactuado através do Contrato n. 25/2014 e Termos Aditivos;

a) O Parecer Jurídico de que não há óbice à revisão contratual solicitada pelo Contratado.

RESOLVE, a Contratante, reajustar o Contrato n. 25/2014, passando de 2,92 (dois reais e noventa e dois centavos) para 3,22 (três reais e vinte e dois centavos) tendo um aumento de 10,37%, o preço do quilômetro rodado na Linha 2, conforme Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula IV, conforme descrito a seguir.

“CLÁUSULA QUARTA – O preço do serviço de transporte escolar

será de R\$ 3,22 (três reais e vinte e dois centavos) por quilômetro rodado na Linha n. 2.”

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 01 de abril de 2015.

AMILTON ASCARI EDSON DE OLIVEIRA SOUZA
Prefeito Municipal Representante da Contratada

TESTEMUNHAS:**2º TERMO ADITIVO CONTRATO 27-2014 - ANTONINHO MIRO****SEGUNDO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 27/2014, DATADO DE 4 DE FEVEREIRO DE 2014, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E O LICITANTE ANTONINHO OENNING PAZETO, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS e/ou LOCAÇÃO PARA TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ NA LINHA 4 NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ.

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/ SC, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrito no CNPJ/ MF 82.558.149/0001-55, neste ato, representado pelo Senhor AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Grão-Pará, neste ato, simplesmente denominado de CONTRATANTE e o licitante ANTONINHO OENNING PAZETO, pessoa física de direito privado, com sede no Distrito de Aiurê, Grão-Pará/SC CEP 88.892-000, Portador do CPF 480.959.239.-15, e Cédula de Identidade n. 1.028.631, doravante denominado CONTRATADO, com fundamento na Lei n. 8.666/93 e alterações, conforme descrito no Processo Licitatório 5/2014, Pregão Presencial n. 2/2014, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 27/2014, no que diz respeito à quilometragem da Linha 4, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A quilometragem da Linha 4 ficará, a partir desta data, assim redefinida:

Linha 4 - de 44/km/dia para 47KM/DIA

Parágrafo Único. A alteração descrita acima refere-se à real quilometragem da Linha 4, a partir desta data, pois o Contratado passará a executar um trajeto mais longo, conforme necessário. Por isso, justifica-se o aditamento contratual ora realizado. Abaixo descritivo de novo trajeto e quilometragem:

LINHA 4: LOCAÇÃO DE ÔNIBUS PARA TRANSPORTE ESCOLAR. ÔNIBUS PARA TRANSPORTE ESCOLAR, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 40 PASSAGEIROS, PERFAZENDO A LINHA 4 – NO PERÍODO VESPERTINO, SAÍDA DO DISTRITO DE AIURÊ, VIA ILHA GRANDE, ENTRANDO NA ESTRADA DIRECIONADA À PROPRIEDADE DO SENHOR NIVALDO KUNTZ, RETORNANDO À ESTRADA GERAL DE ILHA GRANDE, COM DIREÇÃO AO CENTRO DE GRÃO-PARÁ, IDA E VOLTA, INDO ATÉ A PROPRIEDADE DO Sr. JOÃO KONS, NIVALDO KUNTZ, ATÉ A PROPRIEDADE DO SR. LÁZARO MICHELS, RETORNANDO À ESTRADA GERAL IDA E VOLTA NO TOTAL DE 48,47 KM DIÁRIOS, CONFORME ANEXO.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 09 de fevereiro de 2015.

MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ - CONTRATANTE

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

ANTONINHO OENNING PAZETO
Licitante

TESTEMUNHAS:

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 62-2014-VIGENCIA- (BRITADOR)

SEGUNDO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 62/2014, DATADO DE 16 DE ABRIL DE 14, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA BRUCH E RAUBER MECÂNICA PESADA LTDA-ME, VISANDO À AQUISIÇÃO DE 01 (UM) BRITADOR MÓVEL PARA O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e BRUCH E RAUBER MECÂNICA PESADA LTDA-ME, empresa estabelecida na Rua Santa Catarina, nº 316, Bairro Aimoré, Arroio do Meio/RS, CEP 95.940-000, inscrita no CNPJ/MF sob n. 12.989.602/0001-00, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador, Senhor PAULO ROBERTO HECK, brasileiro, empresário, portador do RG 2076431788, CPF 992.445.940-72, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 62/2014, no que diz respeito à alteração do prazo para vigência contratual, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar, a partir desta data, por 08(oito) meses o prazo de vigência do Contrato n. 62/2014, assinado em 16 de abril de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 16 de dezembro de 2014.

CONTRATANTE	CONTRATADA
AMILTON ASCARI	PAULO ROBERTO HECK
Prefeito Municipal	Procurador da Contratada

T E S T E M U N H A S

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 79-2014(ARAUJO)

SEGUNDO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 79/2014, DATADO DE 25 DE JUNHO DE 2014, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA ARAUJO CONSTRUÇÕES LTDA-EPP, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) PONTE DE CONCRETO ARMADO SOBRE O RIO BRAÇO ESQUERDO COM A EXTENSÃO DE 28,50M E LARGURA DE 5M, NA LOCALIDADE DE BRAÇO ESQUERDO, MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC.

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, CEP 88890-000, neste ato, representado pelo Senhor AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal, portador do CPF n. 436.051.849-87, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ARAUJO

CONSTRUÇÕES LTDA-EPP, estabelecida em Rua LOURENCO ZANETTE, 567, Santo Antônio, Criciúma/SC, CEP 88.809-470, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 76.599.059/0001-00, representada, neste ato, por Sua Sócia Administradora, Srª. MARA REGINA PERRARO, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG n. 6R-1746004 e inscrito (a) no CPF sob o n. 531.065.049-000, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 79/2014, no que diz respeito à alteração do prazo para execução da obra, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por 03 (três) meses o prazo para execução da obra, totalizando, assim, 09 (nove) meses o prazo global que a CONTRATADA dispõe para finalização da obra, contados do recebimento da Ordem de Serviço, que ocorreu em 25 de junho de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 23 de dezembro de 2014.

CONTRATANTE	CONTRATADA
AMILTON ASCARI	MARA REGINA PERRARO
Prefeito Municipal	Sócia Administradora

T E S T E M U N H A S

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 20-2015 (POSTO GRÃO PARÁ LTDA)

SEGUNDO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 20/2015, DATADO DE 22 DE JANEIRO DE 2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA POSTO GRÃO-PARÁ LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE GASOLINA E ÓLEO DIESEL, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, para o exercício de 2015

Aos dez dias do mês de fevereiro de 2015, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e POSTO GRÃO PARÁ LTDA, empresa estabelecida na Rua Nereu Ramos, s/n, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 00.084.043/0001-00, doravante denominada de VENDEDORA, neste ato, representada por seu Sócio Administrador, Senhor DAILTON DORIGON DE SOUZA, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Grão-Pará/ SC, inscrito no CNPJ n. 824.733.079-20, considerando que as correções de valores de combustíveis, diante de decisão governamental, são de livre negociação entre as empresas concessionárias e distribuidoras e considerando que estes valores estão sendo repassados aos postos revendedores, conforme faz prova através das notas fiscais n. 000079222, 000078411, da empresa Raizem Mime Combustíveis S.A, CNPJ/MF n. 01.799.935/0003-04, partes integrantes deste Termo, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo, reajustando em 6,00% (seis por cento) o preço do litro do óleo diesel S10, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula II, do Contrato n. 20/2015, datado de 22 de janeiro de 2015, passando a ter a seguinte redação:

“CLÁUSULA II – DO VALOR

O valor do litro do óleo diesel S10 passa de R\$ 2,85 para R\$ 3,00 [...]”

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 10 de fevereiro de 2015.

AMILTON ASCARI	DAILTON DORIGON DE SOUZA
Prefeito Municipal	Sócio Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 73-2013 (BETHA)

SEGUNDO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 73/2013, DATADO DE 01 DE AGOSTO DE 2013, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA.

Aos vinte dias do mês de abril de 2015, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e BETHA SISTEMAS LTDA, empresa estabelecida na Rua João Pessoa, 134 – 1º Andar, Centro – Criciúma/SC, CEP 88.801-530, inscrita no CNPJ/MF sob n. 00.456.865/0001-67, neste ato, representada por seu Procurador, Senhor Ernesto Muniz de Souza Jr, advogado, Portador do CPF. 004.770.259-19, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 73/2013, considerando a necessidade de alteração quantitativa e de valor respectivamente para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a quantidade do item e respectivo valor mensal, abaixo especificado:

Item 3 – CONTABILIDADE PÚBLICA – DE 4 USUÁRIOS, PASSA PARA 5 USUÁRIOS, acrescentando o valor respectivo R\$ 196,17(cento e noventa e seis reais e dezessete centavos

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 24 de abril de 2015.

AMILTON ASCARI	ERNESTO MUNIZ DE SOUZA
Prefeito Municipal	Procurador da Contratada

TESTEMUNHAS

3º TERMO ADITIVO CONTRATO 45-2014 - ROBSON

TERCEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 45/2014, DATADO DE 20 DE MARÇO DE 2014, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E O SENHOR ROBSON GODINHO OENNING, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ.

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/ SC, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrito no CNPJ/ MF 82.558.149/0001-55, neste ato, representado pelo Senhor AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Grão-Pará, neste ato, simplesmente denominado de CONTRATANTE e o Senhor ROBSON GODINHO OENNING, Residente no Distrito de Aiurê, no Município de Grão-Pará/ SC, Portador do CPF 081.643.619-33 e carteira de identidade n. 5.539.682-8, doravante denominado CONTRATADO, com fundamento na Lei n. 8.666/93 e alterações, conforme descrito no Processo Licitatório 30/2014, Pregão Presencial n. 9/2014, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 45/2014, no que diz respeito à quilometragem da Linha 8, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A quilometragem da Linha 7 ficará, a partir desta data, assim redefinida:

Linha 7 - de 40/km/dia para 45KM/DIA

Parágrafo Único. A alteração descrita acima refere-se à real quilometragem da Linha 7, a partir desta data, pois o Contratado passará a executar um trajeto mais longo, conforme necessário. Por isso, justifica-se o aditamento contratual ora realizado. Abaixo descritivo de novo trajeto e quilometragem:

LINHA 7: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR. VEÍCULO AUTOMÓVEL PARA, NO MÍNIMO, 04 PASSAGEIROS, PARA TRANSPORTE ESCOLAR, PERFAZENDO A LINHA 7 – SAÍDA DO CENTRO DO DISTRITO DE AIURÊ, EM DIREÇÃO À SERRA DO CORVO BRANCO, INDO ATÉ A RESIDÊNCIA DO SENHOR BONIFÁCIO DA SILVA, RETORNANDO À ESTRADA GERAL, VINDO ATÉ A PROPRIEDADE DO SENHOR RONALDO BUSO, INDO EM DIREÇÃO À RESIDÊNCIA DO SENHOR ANDRIANO FELDHAUS BLASIUS, DESCENDO ATÉ O CENTRO DO DISTRITO DE AIURÊ, NOS PERÍODOS MATUTINOS E VESPERTINOS, ENTRANDO NA RESIDÊNCIA DE ADRIANO FELDHAUS BLASIUS, INDO ATÉ A RESIDÊNCIA DO Sr. VALDIR WANDERLINDE, SAINDO DE AIURÊ INDO ATÉ A RESIDÊNCIA DO SR. BONIFÁCIO DA SILVA AO MEIO DIA, IDA E VOLTA, PASSANDO DE 40KM/DIA PARA 45 KM/DIA DIÁRIOS. CONFORME SOLICITAÇÃO EM ANEXO.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 17 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ - CONTRATANTE
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

ROBSON GODINHO OENNING
CPF n. 081.643.619-33

TESTEMUNHAS:

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 1-2014 (CORREIO)JÉSSICA**TERCEIRO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 1/2014, DATADO DE 02 DE JANEIRO DE 2014, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A SENHORA JESSICA ENGELS PERONE TABACKI, VISANDO À TERCEIRIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA AGÊNCIA DE CORREIOS COMUNITÁRIA – AGC, DE INVERNADA, MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e JESSICA ENGELS PERONE TABACKI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Localidade de Invernada, Município de Grão-Pará/ SC, portadora do CPF 066.564.729-82, CONSIDERANDO:

a) que há a necessidade de continuidade nos serviços prestados no contrato 1/2014, até a data da licitação para nova contratação de prestação de serviço;

b) que a contratada possui qualificação para a execução da prestação de serviço objeto do Contrato n. 1/2014 e que é de interesse público a continuidade dos serviços da AGC de Invernada;

c) que por ser o processo de licitação tomada de preço, considerando a melhor técnica e o prazo de publicação é mais extenso.

RESOLVEM, em comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo, relativamente ao prazo do Contrato 1/2014, de acordo com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula II do Contrato n. 1/2014, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA

O contrato 1/2014 terá sua vigência prorrogada de 28 de fevereiro de 2015 para 16 de março de 2015.”

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/SC, 27 de fevereiro de 2015.

AMILTON ASCARI JESSICA ENGELS PERONE TABACKI
Prefeito Municipal Contratada

TESTEMUNHAS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 2-2014 (CORREIO)ALINE**TERCEIRO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 1/2014, DATADO DE 02 DE JANEIRO DE 2014, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A SENHORA JESSICA ENGELS PERONE TABACKI, VISANDO À TERCEIRIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA AGÊNCIA DE CORREIOS COMUNITÁRIA – AGC, DE INVERNADA, MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente

de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e JESSICA ENGELS PERONE TABACKI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Localidade de Invernada, Município de Grão-Pará/ SC, portadora do CPF 066.564.729-82, CONSIDERANDO:

a) que há a necessidade de continuidade nos serviços prestados no contrato 1/2014, até a data da licitação para nova contratação de prestação de serviço;

b) que a contratada possui qualificação para a execução da prestação de serviço objeto do Contrato n. 1/2014 e que é de interesse público a continuidade dos serviços da AGC de Invernada;

c) que por ser o processo de licitação tomada de preço, considerando a melhor técnica e o prazo de publicação é mais extenso.

RESOLVEM, em comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo, relativamente ao prazo do Contrato 1/2014, de acordo com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula II do Contrato n. 1/2014, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA

O contrato 1/2014 terá sua vigência prorrogada de 28 de fevereiro de 2015 para 16 de março de 2015.”

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/SC, 27 de fevereiro de 2015.

AMILTON ASCARI JESSICA ENGELS PERONE TABACKI
Prefeito Municipal Contratada

TESTEMUNHAS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 20-2015 (POSTO GRÃO PARÁ LTDA)**TERCEIRO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 20/2015, DATADO DE 22 DE JANEIRO DE 2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA POSTO GRÃO-PARÁ LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA O EXERCÍCIO DE 2015, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL.

Aos treze dias do mês de julho de 2015, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e POSTO GRÃO PARÁ LTDA, empresa estabelecida na Rua Nereu Ramos, s/n, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 00.084.043/0001-00, doravante denominada de VENDEDORA, neste ato, representada por seu Sócio Administrador, Senhor DAILTON DORIGON DE SOUZA, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Grão-Pará/ SC, inscrito no CNPJ n. 824.733.079-20, considerando que as correções de valores de combustíveis, diante de decisão governamental, são de livre negociação entre as empresas concessionárias e distribuidoras e considerando que estes valores estão sendo repassados aos postos revendedores, conforme faz prova através

das notas fiscais n. 000034281, 000033751, da empresa Raizem Mime Combustíveis S.A, CNPJ/MF n. 01.799.935/0003-04, partes integrantes deste Termo, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo, reajustando em 1,19% (um e dezenove por cento) o preço do litro do óleo diesel S10, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula II, do Contrato n. 20/2015, datado de 22 de janeiro de 2015, passando a ter a seguinte redação:

“CLÁUSULA II – DO VALOR

O valor do litro do óleo diesel S10 passa de R\$ 3,00 para R\$ 3,03 [...]” e o valor do litro do óleo diesel passa de R\$ 2,83 para R\$ 2,86[...].”

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 13 de julho de 2015.

AMILTON ASCARI	DAILTON DORIGON DE SOUZA
Prefeito Municipal	Sócio Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 27-2014 (ANTONINHO OENNING)MIRO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 27/2014

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/ SC, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrito no CNPJ/ MF 82.558.149/0001-55, neste ato, representado pelo Senhor AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Grão-Pará, neste ato, simplesmente denominado de CONTRATANTE e o Senhor ANTONINHO OENNING PAZETO, pessoa física de direito privado, com sede no Distrito de Aiurê, Grão-Pará/SC CEP 88.892-000, Portador do CPF 480.959.239.-15, e Cédula de Identidade n. 1.028.631, doravante denominado CONTRATADO, com fundamento na Lei n. 8.666/93 e alterações, conforme descrito no Processo Licitatório 5/2014, Pregão Presencial n. 2/2014, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 27/2014, no que diz respeito à quilometragem da Linha 4, para constar as seguintes alterações,

CONSIDERANDO:

- a) O requerido pelo Contratado, reajuste no preço pactuado através do Contrato n. 27/2014 e Termos Aditivos;
- b) O Parecer Jurídico de que não há óbice à revisão contratual solicitada pelo Contratado.

RESOLVE, a Contratante, reajustar o Contrato n. 27/2014, passando de 2,95 (dois reais e noventa e cinco centavos) para 3,32 (três reais e trinta e dois centavos) tendo um aumento de 12,50%, o preço do quilômetro rodado na Linha 4, conforme Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula IV, conforme descrito a seguir.

“CLÁUSULA QUARTA – O preço do serviço de transporte escolar será de R\$ 3,32 (três reais e noventa centavos) por quilômetro rodado na Linha n. 4.”

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 18 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ – CONTRATANTE

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

ANTONINHO OENNING PAZETO – CONTRATADO

CPF n. 480.959.239.-15

TESTEMUNHAS:

4º TERMO ADITIVO TCL CONTRATO N 49-2013 (TCL) QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 49/2013

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/ SC, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrito no CNPJ/ MF 82.558.149/0001-55, neste ato, representado pelo Senhor AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em Exercício, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Grão-Pará, neste ato, simplesmente denominado de CONTRATANTE e a empresa TRANSPORTES CAPIVARI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Januário Alves Garcia, 776, Centro, no Município de Tubarão/ SC, inscrita no CNPJ/ MF n. 86.428.661/0001-38, neste ato, representada pelo Senhor EDSON DE OLIVEIRA SOUZA, Diretor, inscrito no CPF/MF n. 767.570.809-15, doravante denominada CONTRATADA, com fundamento na Lei n. 8.666/93 e alterações, conforme descrito no Processo Licitatório Pregão Presencial n. 9/2013, assim como pelas condições do Edital referido, celebram este aditivo contratual,

CONSIDERANDO:

- a) o requerido pelo Contratado, reajuste de 12,43% (onze vírgula quarenta e três por cento) no preço pactuado através do Contrato n. 49/2013 e Termos Aditivos;
- b) o Parecer Jurídico de que não há óbice à revisão contratual solicitada pelo Contratado.

RESOLVE, a Contratante, reajustar o Contrato n. 49/2013 e Termos Aditivos, em 12,43% (onze vírgula quarenta e três por cento) o preço do quilômetro rodado nas Linhas 10 e 11, conforme Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula IV, conforme descrito a seguir.

“CLÁUSULA QUARTA – O preço do serviço de transporte escolar passa de R\$ 6,52 (seis reais e cinquenta e dois centavos) para R\$ 7,33 (sete reais e trinta e três centavos) por quilômetro rodado na Linha 10 e, na Linha 11, o preço do transporte escolar passa de R\$ 6,30 (seis reais e trinta centavos) para R\$ 7,08 (sete reais e oito centavos) por quilômetro rodado.”

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 1º de abril de 2015.
MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ – CONTRATANTE
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

TRANSPORTES CAPIVARI LTDA – CONTRATADA
EDSON DE OLIVEIRA SOUZA
Diretor da Contratada

TESTEMUNHAS

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 76-2013 (ISALTINO CARBONI)

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 76/2013

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/ SC, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrito no CNPJ/ MF 82.558.149/0001-55, neste ato, representado pelo Senhor AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Grão-Pará, neste ato, simplesmente denominado de CONTRATANTE e o Senhor ISALTINO CARBONI, pessoa física, residente e domiciliado no Distrito de Invernada, s/n., Bairro interior, no Município de Grão-Pará/SC, portador do CPF n. 416.842.069-87, portador da Cédula de Identidade n 1.900.579-2, doravante denominado CONTRATADO, com fundamento na Lei n. 8.666/93 e alterações, conforme descrito no Processo Licitatório Pregão Presencial n. 22/2013, no que diz respeito à quilometragem da Linha 5, para constar as seguintes alterações,

CONSIDERANDO:

- a) O requerido pelo Contratado, reajuste no preço pactuado através do Contrato n. 76/2013 e Termos Aditivos;
- b) O Parecer Jurídico de que não há óbice à revisão contratual solicitada pelo Contratado.

RESOLVE, a Contratante, reajustar o Contrato n. 76/2013, passando de 1,36 (Um real e trinta e seis centavos) para 1,59 (um real e cinquenta e nove centavos) tendo um aumento de 17,20%, o preço do quilômetro rodado na Linha 5, conforme Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula IV, conforme descrito a seguir.

“CLÁUSULA QUARTA – O preço do serviço de transporte escolar será de R\$ 1,59 (um real e cinquenta e nove centavos) por quilômetro rodado na Linha n. 5.”

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 18 de março de 2015.
MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ – CONTRATANTE
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

ISALTINO CARBONI – CONTRATADO
CPF n. 416.842.069-87

TESTEMUNHAS:

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 30-2012 (VALDAIR)

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 30/2012

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal em Exercício, Senhor ELIO MÜLLER BRATTI, e VALDAIR FRANÇA CLAUDINO ME, empresa estabelecida na Estrada Geral Morro São João, s/n, na Localidade de Ilha Grande, Município de Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 10.683.586/0001-90, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Proprietário, Senhor VALDAIR FRANÇA CLAUDINO, brasileiro, casado, inscrito no CNPF n. 506.939.569-68, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 30/2012, no que diz respeito à alteração do valor contratual, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Conforme previsão contratual expressa na Cláusula II do Contrato n. 30/2012,

O valor do contrato 30/2012 de 13/02/2012 passa de 55,00 (cinquenta e cinco reais) para 61,77 (sessenta e um reais e setenta e sete centavos), conforme parecer jurídico em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas decorrentes deste reajuste correrão por conta de dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município de Grão-Pará 2015.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 05 de janeiro de 2015.

ELIO MÜLLER BRATTI

VALDAIR FRANÇA CLAUDINO

Prefeito Municipal

Proprietário da Contratada

TESTEMUNHAS

PORTARIA 160-237

PORTARIA Nº. 0160/ 2015 DE 15 de MAIO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE: Conceder férias regulamentares a LOURIVAL GOU-DINHO ocupante do cargo de Servente de Obras, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 18/05/2015 a 16/06/2015, referente ao período aquisitivo de 03/03/2012 a 02/03/2013.

PORTARIA Nº. 0161/ 2015 DE 15 de MAIO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 16.º da Lei Municipal nº 991/2000 de 04/04/2000 e Lei complementar 011/2015, de 14/04/2015,

RESOLVE Reduzir a carga horária do funcionário LIGIA MARIA HADEMANN ESSER, ocupante do cargo de Médico, código 1.06, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, passando para 5 (cinco) horas semanais, com efeitos retroativos a Lei complementar 011/2015, de 14/04/2015.

PORTARIA Nº. 0162/ 2015 DE 15 de MAIO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

RESOLVE Contratar VANIA ALBERTON ROHLING, para, a partir desta data, exercer a função de Estagiário, com carga horária de

30 (trinta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal do Esporte e Turismo.

PORTARIA Nº. 0163/ 2015 DE 15 de MAIO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Prorrogar os efeitos da portaria 317/2014, de 10/11/2014, que contratar EDINEIA DAUFANBACH NANDI, para ocupar o cargo de Monitor Especial, código 3.05, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas atividades no Consórcio Intermunicipal de Abrigo para Criança e Adolescente - CIACA, localizado no Bairro São Januário, na cidade de Braço do Norte, neste Estado, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, até a realização de Processo Seletivo.

PORTARIA Nº. 0164/ 2015 DE 18 de MAIO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

RESOLVE Prorrogar os efeitos da portaria 158/2014, de 15/05/2014, que contrata JONATA ZEFERINO MORAES, para exercer a função de Estagiário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar a disposição da Delegacia de Polícia, vinculado à Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, até 15/05/2016.

PORTARIA Nº. 0165/ 2015 DE 18 de MAIO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

RESOLVE Prorrogar os efeitos da portaria 184/2014, de 23/06/2014, que contrata MILENA BELTRAME BLASIUS, para exercer a função de Estagiário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas, Creche, vinculado a Secretaria da Educação e Cultura, até 22/05/2016, conforme Solicitação Administrativa em anexo.

PORTARIA Nº.0167/ 2015 DE 19 de MAIO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 29.º item I, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000

RESOLVE Exonerar, a partir de 31/05/2015, MARIA MADALENA HEIDEMANN, ocupante do cargo de Professor, nível I, com exercício Centro de Educação Infantil To Patinhas, desde 01/02/1991, conforme portaria de nomeação por concurso nº 015/1991, de 01/02/1991, declarando a vacância do cargo especificado, na forma prevista no artigo 28º, incisos I, da Lei Municipal nº 989/2000, a pedido, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0168/ 2015 DE 19 de MAIO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 16.º da Lei Municipal nº 991/2000 de 04/04/2000

RESOLVE Alterar, temporariamente, a carga horária da funcionária IOLANDA ANTUNES MATTOS, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, passando para 20 (vinte) horas semanais, a partir de 25/05/2015, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0169/ 2015 DE 22 de MAIO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Conceder férias regulamentares a EDESIO DACOREGIO ALBINO, ocupante do cargo de Condutor de Veículos, código 4.03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 22/05/2015 a 21/06/2015, referente ao período aquisitivo de 18/11/2013 a 17/11/2014, conforme Solicitação Administrativa em anexo.

PORTARIA Nº. 0170/ 2015 DE 22 de MAIO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições

RESOLVE Designar DAILSON SCHLICKMANN WESSLER, ocupante

do cargo efetivo de Condutor de Veículos, código 4.03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, para exercer suas funções na Secretária da Saúde e Sanemaneto, em substituição a titular em gozo de férias regulamentares, a partir de 25/05/2015, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0171/ 2015 DE 22 de MAIO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições

RESOLVE Regularizar a situação funcional da servidora ODINEIA GALVANI PICKLER DELLA GIUSTINA, ocupante do cargo de Vigilante Sanitário, vinculada a Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, para exercer suas funções até 31/12/2016.

PORTARIA Nº. 0172/ 2015 DE 22 de MAIO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 10º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Designar NEY LANE OENNING DACOREGIO SQUIZATTO, ocupante do cargo de Farmacêutico, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, para ocupar a Função Gratificada de Chefe de Divisão da Farmácia Básica, fazendo jus a gratificação FG-03, a partir desta data, conforme Solicitação Administrativa anexo.

PORTARIA Nº. 0173/ 2015 DE 22 de MAIO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Prorrogar até a realização de Concurso Público para provimento de cargo efetivo, os efeitos da portaria nº 325/2014, de 24/11/2014, que contrata FABIO BELTRAME SOMBRIO, para ocupar o cargo de Servente de Obras, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ter exercício na Secretaria dos Transportes e Obras.

PORTARIA Nº. 0174/ 2015 DE 22 de MAIO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Contratar ANGELO MARTINELLI DE BONA, para, temporariamente, ocupar o cargo de Servente de Obras, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ter exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, até a realização de Concurso Público, a partir apresentação dos documentos previstos no Edital nº 001/2014, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, por ter sido aprovado em 1º (primeiro) lugar no Processo Seletivo 001/2014.

PORTARIA Nº. 0175/ 2015 DE 25 de MAIO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Contratar JAISON GUIZONI DE BONA, para, no período compreendido entre 25/05/2015 a 24/06/2015, ocupar o cargo de Condutor de Veículos, código 4.03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ter exercício na Transporte Escolar, vinculado à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, em substituição a titular em gozo de férias regulamentares, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, conforme Solicitação Administrativa

PORTARIA Nº.0176/ 2015 DE 01 de JUNHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 6.º da Lei Municipal nº 991/2000, de 04.04.2000,

RESOLVE Nomear, a partir desta data, JORGE LUIS DA SILVA para ocupar o Cargo Comissionado de Diretor Adjunto do Departamento da Família, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, para ter exercício na Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, sob o regime Estatutário com vínculo previdenciário no INSS.

PORTARIA Nº. 0177/ 2015 DE 01 de JUNHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas

atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,
RESOLVE Cessar, a partir desta data, os efeitos da portaria 112/2015, de 23/03/2015, que contrata MARIA APARECIDA NUN-CIO BECKER, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Creche, vinculado à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, em substituição a titular em licença para tratamento de saúde, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0178/ 2015 DE 01 de JUNHO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Contratar ANA MARIA MENDES, para, temporariamente, a partir desta data, ocupar o cargo de Gari, Código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ter exercício na Secretaria Municipal na Secretaria dos Transportes e Obras, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, por não existir candidato inscrito em processo e/ou concurso público.

PORTARIA Nº. 0179/ 2015 DE 01 de JUNHO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Contratar, temporariamente, NAGILA BELARMINDA MORGAN para ocupar o cargo cargo de Enfermeira, código 1.02, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para ter exercício na Secretaria da Saúde e Saneamento, em substituição a Denisia Alberton Demay designada para exercer suas funções no ESF, conforme portaria nº 103/2013, de 01/03/2013, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, conforme solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0180/ 2015 DE 01 de JUNHO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 31.º item I, da Lei Municipal nº 990/2000 de 04/04/2000

RESOLVE Contratar IRENE SCHULZ WESSLER, para, a partir desta data, ocupar o cargo de Professor, nível I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Pré-Escola, em substituição a Nadir Perin de Bona, em licença para tratamento de saúde, enquanto perdurar o período da licença, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, conforme solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0181/ 2015 DE 01 de JUNHO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 31.º item II, da Lei Municipal nº 990/2000 de 04/04/2000

RESOLVE Contratar em caráter temporário, MILEIDE WESLING RECH, para ocupar o cargo de Professor Nível I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data, para atuar no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Creche, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, por não existir candidato aprovado em processo seletivo, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, conforme solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0182/ 2015 DE 03 de JUNHO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 29.º item I, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000

RESOLVE Exonerar, a partir de 08/06/2015, VILMAR LAURINDO, ocupante do cargo de Servente de Obras, código 4.01, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes e Obras, desde 04/03/2002, conforme portaria de nomeação por concurso nº 110/2002, de 04/03/2002, declarando a vacância do cargo especificado, na forma prevista no artigo 28º, incisos I, da Lei Municipal nº 989/2000, concedendo a despedida voluntária, conforme o que dispõe o artigo 20, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000, alterado pela Lei Municipal nº 1419/2006, de 05/07/2006, a pedido conforme requerimento e parecer jurídico em anexo.

PORTARIA Nº.0183/ 2015 DE 08 de JUNHO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 29.º item I, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000

RESOLVE Exonerar, a partir de 10/06/2015, NILSA DA SILVA HONORATO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, Código 4.01, pertencente ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura, com exercício na Secretaria da Educação e Cultura, desde 01/02/1995, conforme portaria de nomeação por concurso nº 026/1995, de 01/02/1995, declarando a vacância do cargo especificado, na forma prevista no artigo 28º, incisos I, da Lei Municipal nº 989/2000, concedendo a despedida voluntária, conforme o que dispõe o artigo 20, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000, alterado pela Lei Municipal nº 1419/2006, de 05/07/2006, a pedido conforme requerimento e parecer jurídico em anexo.

PORTARIA Nº. 0184/ 2015 DE 10 de JUNHO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições,

RESOLVE Reduzir temporariamente a carga horária da funcionária SIRLEIA MAXIMIANO DA SILVA MARTINS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, Código 4.01, com exercício no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, passando para 30 (trinta) horas semanais, conforme requerimento e Solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0185/ 2015 DE 10 de JUNHO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Contratar em caráter temporário, ERONICE BITTENCOURT BLASIUS, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, vinculado a Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, a partir desta data, devido a redução de carga horária da titular, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0186/ 2015 DE 10 de JUNHO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

RESOLVE Contratar ANA PAULA FRANCISCO, para, a partir desta data, exercer a função de Estagiário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, vinculado a Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0187/ 2015 DE 10 de JUNHO de 2015
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 75, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Cessar, a partir de 10/06/2015, os efeitos da portaria 131/2015, de 09/04/2015, que concede LICENÇA SEM VENCIMENTOS PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES ao funcionário ROBSON VIDAL ROSA, ocupante do cargo de Servente de Obras, Código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal do Planejamento, Indústria, Comércio e Desenvolvimento Urbano, conforme requerimento.

PORTARIA Nº.0188/ 2015 DE 12 de JUNHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, Alterar temporariamente a carga horária da funcionária LENITA KUNTZ NANDI DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Professor, nível I, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em substituição a Jane Blasius Faust, designada para exercer cargo comissionado, passando para 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data, em substituição à Elisângela da Silva Oliveira, licenciada para tratamento de saúde, pelo período da licença, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0189/ 2015 DE 12 de JUNHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Cessar, a partir de 15/06/2015, os efeitos da portaria 089/2015, de 18/02/2015, que contrata EDESIO DACOREGIO ALBINO para ocupar o cargo de Condutor de Veículos, código 4.03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em substituição a titular nomeado para ocupar cargo comissionado.

PORTARIA Nº. 0190/ 2015 DE 12 de JUNHO de 2015

MILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Cessar, a partir de 15/06/2015, os efeitos da portaria 021/2015, que contrata MARGARETE WILLEMANN GRACIA, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, em substituição a titular em licença para tratamento de saúde.

PORTARIA Nº. 0191/ 2015 DE 12 de JUNHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

RESOLVE Exonerar, a pedido, VOLDINARA GONÇALVES NEVES, ocupante da função de Estagiário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, atuando no SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, vinculado a Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, a partir desta data, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0192/ 2015 DE 12 de JUNHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Conceder férias regulamentares a EDMAR KEMPER NANDI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Informática, código 3.06, exercendo a função de Controlador Geral, nível DAS-04, no período de 15/06/2015 a 15/07/2015, referente ao período aquisitivo de 01/04/2012 a 31/03/2013, bem como, a conversão do período de 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0193/ 2015 DE 12 de JUNHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Leis Municipais nºs 1604/2009, de 16/07/2009, e 1900/2012, de 18/12/2012,

Nomear MARIA LUIZA DE OLIVEIRA BUSSOLO, para, a partir de 15/06/2015, ocupar a função de Conselheira Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por ter sido classificada em 10º (décimo) lugar no Processo Eleitoral 001/2012, de 28/12/2012, em substituição a titular Valéria Heidemann Margotti, em licença para tratamento de saúde pelo INSS, enquanto perdurar o período do afastamento.

PORTARIA Nº. 0194/ 2015 DE 12 de JUNHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura, no período de 15/06/2015 a 14/07/2015.

PORTARIA Nº 0195/ 2015 DE 12 de JUNHO de 2015.

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Conceder férias regulamentares a VALMIR JACINTO BALLMANNI, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo, código 3.08, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 22/06/2015 a 21/07/2015, referente ao período aquisitivo de 01/07/2011 a 31/06/2012, bem como, a conversão do período de 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0196/ 2015 DE 24 de JUNHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000,

RESOLVE Prorrogar, pelo prazo de 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde em pessoa da família à funcionária RITA CA-NEVER GUIZONI, ocupante do cargo de Professor, nível I, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data, conforme documentos apresentados, com a redução de 30% da remuneração, conforme item II, do parágrafo único do artigo 67, da Lei Municipal 989/2000, de 04/04/2000.

PORTARIA Nº. 0197/ 2015 DE 25 de JUNHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, , no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 75, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Conceder LICENÇA SEM VENCIMENTOS PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, pelo prazo 3 (três) anos, a funcionária TALITA PEREIRA, ocupante do cargo de Médico, no Programa ESF - Estratégia da Saúde Familiar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme requerimento e parecer jurídico, a partir de 06/07/2015.

PORTARIA Nº. 0198/ 2015 DE 26 de JUNHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Contratar MARIA APARECIDA NUNCIO BECKER, para, a partir desta data exercer a função de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Infantil, vinculado à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, em substituição a titular Sirleia Maximiano da Silva Martins, em licença para tratamento de saúde, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, enquanto perdurar o período da licença, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0199/ 2015 DE 01 de JULHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000,

Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura, no período de 01/07/2015 a 30/07/2015.

PORTARIA Nº. 0200/ 2015 DE 01 de JULHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei Municipal nº 1803/2011, de 29/11/2011,

RESOLVE Contratar ALEXANDRE BONIN BAGGIO , para, a partir desta data, ocupar o cargo comissionado de Superintendente da Fundação Ambiental Municipal de Grão Pará - FAMGP, vinculado a Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS.

PORTARIA Nº. 0201/ 2015 DE 01 de JULHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

RESOLVE Exonerar, a pedido, MAYARA TORRES PORFIRIO ARNAUTS, ocupante da função de Estagiário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, a partir desta data, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0202/ 2015 DE 01 de JULHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Contratar EDINEIA NILSEN SCHLICKMANN, para, a partir desta data, ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Creche, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, em substituição a titular Elizabet da Silva Martins, em gozo de licença maternidade, até 31/07/2015, sob o regime Estatutário,

com vínculo previdenciário ao INSS, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0203/ 2015 DE 01 de JULHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Contratar JOYCE PAIVA MARTINS DA SILVA, para, a partir desta data, ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Pré Escola, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, em substituição a titular Valdira Marcelino, em licença para tratamento de saúde, enquanto perdurar o período da licença, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0204/ 2015 DE 01 de JULHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 1236/2003, de 18/06/2003,

RESOLVE Prorrogar os efeitos da portaria 018/2015, de 05/01/2015, que contrata PRISCILA MARIA DA SILVA, para ocupar o cargo de Auxiliar de Enfermagem no ESF - Estratégia Saúde da Família, vinculado a Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, até a realização de processo seletivo, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS.

PORTARIA Nº. 0205/ 2015 DE 02 de JULHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Exonerar a pedido, MARIA GORETI ANTUNES MONTEIRO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, com exercício na Escola Municipal Professor Gregório Wessler, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em substituição a titular Elizabeth Cristina da Silva Martins, em gozo de licença maternidade, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0206/ 2015 DE 02 de JULHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

RESOLVE Exonerar, a pedido, VANIA ALBERTON ROHLING, ocupante da função de Estagiário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na na Secretaria Municipal do Esporte e Turismo, a partir desta data, conforme requerimento.

PORTARIA Nº 0207/ 2015 DE 06 de JULHO de 2015.

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei Municipal nº 1196/2003, de 06/02/2003,

RESOLVE Contratar, temporariamente, TAISE COAN DA COREGIO, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções no Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, em substituição a titular Nilsilene Geremias Fernandes, em licença para tratamento de saúde, a partir desta data, pelo período da licença, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS.

PORTARIA Nº. 0208/ 2015 DE 09 de JULHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Contratar MARIA APARECIDA NUNCIO BECKER, para, a partir desta data exercer a função de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Infantil, vinculado à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, em substituição a titular Sirleia Maximiano da Silva Martins, em licença para tratamento de saúde, sob o

regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, enquanto perdurar o período da licença, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0209/ 2015 DE 10 de JULHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições,

Reduzir, a partir desta data, a carga horária da funcionária LENITA KUNTZ NANDI DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Professor, nível I, passando para 20 (vinte) horas semanais, em substituição a Jane Blasius Faust, designada para exercer cargo comissionado, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0210/ 2015 DE 13 de JULHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Exonerar, a pedido, NAGILA BELARMINDA MORGAN ocupante do cargo cargo de Enfermeira (ACT), código 1.02, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para ter exercício na Secretaria da Saúde e Saneamento, em substituição a Denisia Alberton Demay designada para exercer suas funções no ESF, a partir de 19/07/2015, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0211/ 2015 DE 15 de JULHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000,

RESOLVE Conceder férias regulamentares a EDSON SCHMITZ BLASIUS, ocupante do cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos, código 4.05, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15/07/2015 a 14/08/2015, referente ao período aquisitivo de 09/10/2010 a 08/10/2011, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0212/ 2015 DE 15 de JULHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000,

Conceder férias regulamentares a VALERIA HEIDEMANN MARGOTTI, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, no período de 16/07/2015 a 15/08/2015, referente ao período aquisitivo de 15/08/2014 a 14/09/2015, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0213/ 2015 DE 15 de JULHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000

RESOLVE Conceder férias regulamentares a ROSILANE LOCH SCHACKOW DACOREGIO, ocupante do cargo de Psicólogo, código 1.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 21/07/2015 a 19/08/2015, referente ao período aquisitivo de 19/02/2014 a 18/02/2015, conforme requerimento e solicitação em anexo.

PORTARIA Nº. 0214/ 2015 DE 15 de JULHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

RESOLVE Contratar MAIARA CAMILO AVELINO, para, a partir de 22/07/2015, exercer a função de Estagiário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, vinculado a Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0215/ 2015 DE 15 de JULHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Leis Municipais nºs 1604/2009, de 16/07/2009, e 1900/2012, de 18/12/2012,

RESOLVE Nomear MARIA LUIZA DE OLIVEIRA BUSSOLO, para, a partir desta data, ocupar a função de Conselheira Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por ter sido classificada em 10º (décimo) lugar no Processo Eleitoral 001/2012, de 28/12/2012, em substituição a titular Valéria Heidemann Margotti, em gozo de férias regulamentares, conforme portaria nº 212/2015 de 15/07/2015.

PORTARIA Nº. 0216/ 2015 DE 21 de JULHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas

atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Contratar SELMA SANDOVAL, para, a partir desta data, ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria da Saúde e Saneamento, em substituição a Roseni Borges Chequeto, em licença para tratamento de saúde pelo INSS, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, enquanto perdurar o período da licença, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0217/ 2015 DE 21 de JULHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Contratar MARIA EMILIA VIEIRA, para ocupar o cargo de Médico, no Programa ESF - Estratégia da Saúde Familiar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em substituição a titular Talita Pereira, em gozo de licença para tratar de assuntos particulares, conforme portaria nº 197/2015, de 25/06/2015, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, a partir da data, pelo período da licença, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº.0218/ 2015 DE 21 de JULHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

RESOLVE Prorrogar os efeitos da portaria nº 206/2014, de 21/07/2014, que contrata NATALIA BERTO DE SOUZA, para exercer a função de Estagiário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas, Pré Escola, vinculado a Secretaria da Educação e Cultura, ate 21/07/2016.

PORTARIA Nº. 0219/ 2015 DE 27 de JULHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 1352/2005, de 25/01/2005,

RESOLVE Exonerar, a pedido, MARLENE COSTA NILSEN, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais do PETI, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com exercício desde 02/04/2007, conforme portaria de nomeação nº 124/2007, a partir desta data, por motivos de aposentadoria por Invalidez, conforme requerimento e carta de concessão.

PORTARIA Nº. 0220/ 2015 DE 27 de JULHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Exonerar, a pedido, ANA MARIA MENDES, ocupante do cargo de Gari, Código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal na Secretaria dos Transportes e Obras, a partir desta data.

PORTARIA Nº. 0221/ 2015 DE 27 de JULHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei Municipal nº 1235/2003 de 15/06/2003

RESOLVE Contratar FERNANDA ALBERTON PINTO, para, a partir desta data, ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer suas funções no SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, em virtude da aposentadoria por invalidez de Marlene Costa Nilsen, até a realização de processo seletivo, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0222/ 2015 DE 29 de JULHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 75, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Prorrogar, pelo prazo de 2 (dois) anos, os efeitos da portaria 040/2015, de 30/01/2015, que concede de LICENÇA SEM VENCIMENTOS PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES a funcionária GISELE NANDI CARARA, ocupante do cargo de Professor, Nível III, carga horária de 10 (dez) horas semanais, em

exercício no Centro de Educação de Jovens e Adultos, disciplina de Química e Física, vinculado à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, a partir desta data, conforme Solicitação administrativa e requerimento.

PORTARIA Nº. 0223/ 2015 DE 29 de JULHO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000,

RESOLVE Conceder férias regulamentares a KATIA REGINA DE PIERRI PICKLER, ocupante do cargo de Enfermeira, código 1.02, no período de 03/08/2015 a 01/09/2015, referente ao período aquisitivo de 02/08/2012 a 01/08/2013, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0224/ 2015 DE 01 de AGOSTO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições

Designar ELIEL DE OLIVEIRA BONOTI, ocupante do cargo de Conductor de Veículos, código 4.03, 40 horas semanais, da Secretaria dos Transportes e Obras, para, a partir de 01/11/2014, exercer suas funções na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, a partir desta data.

PORTARIA Nº. 0225/ 2015 DE 01 de AGOSTO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições

Designar NERI HERT, ocupante do cargo de Conductor de Veículos, código 4.03, 40 horas semanais, da Secretaria dos Transportes e Obras, para, a partir de 01/11/2014, exercer suas funções na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, a partir desta data.

PORTARIA Nº.0226/ 2015 DE 01 de AGOSTO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Prorrogar os efeitos da portaria 202/2014, que contrata DANIELA RECH FIGUEREDO FAUSTINA, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria da Saúde e Saneamento, até a realização de Concurso Público para provimento de cargo efetivo, sob regime estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, por ter sido aprovada em 1º (primeiro) lugar no Processo Seletivo 001/2013, de 03/07/2013, conforme solicitação administrativa em anexo.

PORTARIA Nº. 0227/ 2015 DE 01 de AGOSTO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000,

Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura, no período de 01/08/2015 a 30/08/2015.

PORTARIA Nº.0228/ 2015 DE 01 de AGOSTO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições

Alterar, temporariamente, a carga horária da funcionária BRUNA SILVEIRA DA SILVA, ocupante do cargo de Monitor do PETI, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, vinculado a Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, passando para 20 (vinte) horas semanais, a partir de 01/08/2015, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0229/ 2015 DE 01 de AGOSTO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000, e artigo 6º, parágrafo 1º, da Lei Complementar 04/2013, de 11/12/2013,

RESOLVE Contratar PRISCILA MELO TAVARES, para ocupar o cargo de Fisioterapeuta, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para ter exercício no Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF, vinculado à Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, a partir da apresentação dos documentos previstos no Edital nº 001/2014,

enquanto perdurar o programa, por ter sido aprovada em 1º (primeiro) lugar no Processo Seletivo 001/2014.

PORTARIA Nº. 0230/ 2015 DE 01 de AGOSTO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000, e artigo 6º, parágrafo 1º, da Lei Complementar 04/2013, de 11/12/2013,

RESOLVE Contratar SAMIRA NECKEL ANTUNES, para ocupar o cargo de Psicólogo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para ter exercício no Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF, vinculado à Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, a partir da apresentação dos documentos previstos no Edital nº 001/2014, enquanto perdurar o programa, por ter sido aprovada em 1º (primeiro) lugar no Processo Seletivo 001/2014.

PORTARIA Nº. 0231/ 2015 DE 01 de AGOSTO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei Municipal n.º 1782/2011, de 20/09/2011,

RESOLVE Conceder 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade à funcionária RUT HONORATO KIRCHNER, ocupante do cargo de Enfermeira, atuando no ESF - Estratégia Saúde da Família, vinculado a Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período compreendido entre 03/08/2015 a 01/12/2015, bem como, a prorrogação de 60 (sessenta) dias o período, de acordo com a Lei Municipal 1782/2011, de 20/09/2011, conforme documentação anexo.

PORTARIA Nº. 0232/ 2015 DE 01 de AGOSTO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991/2000 de 04/04/2000,

RESOLVE Contratar MORGANA MATOS, para ocupar o cargo de Enfermeira, no Programa ESF - Estratégia da Saúde Familiar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em substituição a titular Rut Honorato Kirchner, em gozo de licença para tratamento de saúde e licença maternidade, conforme portaria 232/2015, de 01/08/2015, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, a partir da data, pelo período da licença, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0233/ 2015 DE 01 de AGOSTO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Cessar, a partir de 03/08/2015, os efeitos da portaria 110/2015, de 13/03/2015, que contrata ROSINETE MEURER BONINI KEMPER, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, com exercício no Posto de Saúde de Aiurê, vinculado a Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0234/ 2015 DE 06 de AGOSTO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000,

RESOLVE Conceder férias regulamentares a MARIA AIDE NAIZ BECKER, ocupante do cargo de Gari, Código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 10/08/2015 a 09/09/2015, referente ao período aquisitivo de 05/03/2014 a 04/03/2015, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0235/ 2015 DE 06 de AGOSTO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991/2000 de 04/04/2000,

RESOLVE Contratar VALDETE MARCOS GONÇALVES, para, no período compreendido entre 10/08/2015 a 09/09/2015, ocupar o cargo de Gari, Código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal do Planejamento, Indústria, Comércio e Desenvolvimento Urbano, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, a partir de 10/08/2015, em substituição a titular Maria Aide Naiz Becker, em

gozo de férias regulamentares.

PORTARIA Nº. 0236/ 2015 DE 06 de AGOSTO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000,

RESOLVE Conceder férias regulamentares a JOELMA PATRICIO DA LUZ, ocupante do cargo de Telefonista, código 4.03, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 06/08/2015 a 05/09/2015, referente ao período aquisitivo de 02/01/2014 a 01/01/2015, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0237/ 2015 DE 11 de AGOSTO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Cessar a partir desta data, a pedido, os efeitos a portaria nº 217/2015, de 21/07/2015, que contrata MARIA EMILIA VIEIRA, para ocupar o cargo de Médico, no Programa ESF - Estratégia da Saúde Familiar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme requerimento.

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 17/2015 - FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / SETOR DE LICITAÇÕES

PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO Nº 017/2015 – FMS.

Objeto: Fornecimento de alimentação para a realização da 8ª Conferência Municipal de Saúde.

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Art. 24, II, da Lei 8.666/93.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, 155, Centro – Guaramirim/SC.

Contratado: NONA RESTAURANTE E LANCHONETE EIRELI, sob o CNPJ nº 20.960.546/0001-00.

Valor: R\$ 7.400,00 (sete mil quatrocentos reais).

Guaramirim (SC), 25 de Agosto de 2015.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 109/2015 -PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SETOR DE LICITAÇÕES
ERRATA I:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 109/2015 – PMG

A Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 109/2015 – PMG

1. ALTERAÇÃO DO VALOR

Onde se lê:

Valor: R\$ 966,00(novecentos e sessenta e seis reais)

Leia-se:

Valor: R\$ 668,00 (seiscentos e sessenta e oito reais)

Guaramirim (SC), 26 de agosto de 2015.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

130/2015

DECRETO Nº 130/2015
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.399/14 de 02 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul, no exercício de 2015, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:

06- Departamento Municipal de trânsito:

ATIVIDADE: 0406.06.181.0005.2.0034

4.4.90.00-267 – Aplicações Diretas R\$
20.000,00

Soma R\$ 20.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, ficam utilizados o Superavit Financeiro do Exercício de 2014, referentes aos recursos do Convênio Rádio Patrulha no valor de R\$ 20.000,00.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 26 DE AGOSTO DE 2015.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner

Secretária Administração e Fazenda

131/2015

Decreto 131/2015
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.399/14 de 02 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 13.637,73 (treze mil, seiscentos e trinta e sete reais e setenta e três centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, destinados à suplementação do seguinte item orçamentário:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

03- Gerencia de Saúde Preventiva e Epidemiologica:

Projeto: 1103.10.304.0010.2.047

3.1.90.00-00.00.257- Aplicações Diretas R\$
13.637,73

SOMA R\$ 13.637,73

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, ficam utilizados o Superavit Financeiro do Exercício de 2014, referentes aos recursos da Vigilância Sanitária no valor de R\$ 13.637,73

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,
26 de agosto de 2015.

José Carlos Foiatto

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Rosa Isabel Montagner

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Herval d'Oeste

PREFEITURA

LEI Nº 3110/2015

LEI Nº 3110/2015

Dispõe sobre a instituição do Programa "Adote um Ponto de Ônibus" no município e dá outras providências.

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal,

Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

Art. 1º. Fica instituído o Programa "Adote um Ponto de Ônibus", que tem por finalidade receber a colaboração, diretamente, de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, na implantação, melhoria e conservação de pontos de parada de ônibus no Município.

Parágrafo único - Os contemplados deverão manter as normas de conservação estabelecidas pelo setor competente e seguir as normas NBR 9050 de acessibilidade.

Art. 2º. O Programa caracteriza-se pela adesão espontânea dos interessados, que se comprometerão a observar as condições ajustadas em "Termo de Cooperação" a ser firmado com a Prefeitura.

§ 1º. No "Termo de Cooperação" constará o prazo máximo de 30 (trinta), dias para o início das obras necessárias e de 60 (sessenta) dias para seu término.

§ 2º. Não respeitados os prazos, considerar-se-á rompido automaticamente o "Termo de Cooperação".

§ 3º. Para cada ponto de parada de ônibus haverá autorização específica.

Art. 3º. A Prefeitura, através da Secretaria competente, colocará à disposição dos interessados o rol dos locais passíveis de serem beneficiados pelo Programa e os modelos-padrão de ponto de parada de ônibus.

Art. 4º. As entidades que adotarem os pontos de ônibus poderão neles explorar publicidade, por meio de equipamento previamente aprovado pela Secretaria competente, ficando isentas do pagamento de taxas de publicidade e propaganda, enquanto durar o período de adoção.

Parágrafo único - É vedada propaganda de:

I – cunho político

II – fumo e seus derivados;

III – jogos de azar;

IV – armas, munição e explosivos;

V – bebidas alcoólicas;

VI – produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida;

VII – fogos de estampido e de artifício, exceto aqueles que, pelo seu reduzido potencial, sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida;

VIII – revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado para crianças e adolescentes.

Art. 5º. Poderão ser celebradas parcerias com outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, para os fins do Programa.

Art. 6º. Cada ponto de parada de ônibus poderá ser adotado por mais de uma entidade e cada entidade poderá adotar mais de um ponto.

Art. 7º A concessão terá a validade de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogada mediante requerimento próprio.

Parágrafo Único – A prorrogação dependerá exclusivamente de comprovação das normas estabelecidas no Art. 1º desta Lei.

Art. 8º. O Executivo regulamentará a presente lei no que couber, inclusive com a minuta do "Termo de Cooperação".

Art. 9º. As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de verbas orçamentárias próprias.

Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste - (SC), 20 de agosto de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 967/2015

PORTARIA Nº 967/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor MOACIR ALVES (Matr. 2848), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 7/B, para o Nível/Referência – 7/C, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao mês de agosto de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Agosto de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 968/2015

PORTARIA Nº 968/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor SIDNEY DALLA VECHIA (Matr. 13), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico em Contabilidade, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 12/2/J, para o Nível/Referência – 12/2/K, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao mês de agosto de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas

as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 26 de Agosto de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 969/2015

PORTARIA Nº 969/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora LETÍCIA FUGA VARELA DE OLIVEIRA (Matr. 2776), ocupante do Cargo de Provimeto Efetivo de Odontólogo, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 13/1/B, para o Nível/Referência – 13/1/C, Anexo V da LC Nº 280/2011, a partir de 01 de agosto de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 26 de Agosto de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 970/2015

PORTARIA Nº 970/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora VANESA RICARDO DA SILVA DE LIMA (Matr. 2787), ocupante do Cargo de Provimeto Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 8/B, para o Nível/Referência – 8/C, Anexo V da LC Nº 280/2011, a partir de 12 de agosto de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 26 de Agosto de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 971/2015

PORTARIA Nº 971/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora LUCIVANI APARECIDA GALVAN CAMARGO (Matr. 2853), ocupante do Cargo de Provimeto Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, 40 horas semanais, do Nível/Referência – 8/B, para o Nível/Referência – 8/C, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao mês de agosto de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 26 de Agosto de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 972/2015

PORTARIA Nº 972/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora WANEISSA FRANCO SOBRAL (Matr. 4167), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC nº 316/2013, turno matutino, Disciplina de Língua Portuguesa, junto a EBM Cruz e Souza, em substituição à servidora Maria Lúcia Gelain, que encontra-se em Licença Maternidade, a partir de 26 de agosto de 2015 a 18 de dezembro, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 033/2015/SMECE, de 18 de agosto de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Agosto de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº CM 0137/2015**

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 0137/2015 (Republicação)

"INSTITUI REGRAS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DA CÂMARA LEGISLATIVA MIRIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEONARDO MASCARELLO, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste (SC),

LEONARDO MASCARELLO, presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Esta Resolução institui regras para a operacionalização da CÂMARA LEGISLATIVA MIRIM.

Art. 2º Os alunos concorrerão a um sistema de eleição que acontecerá dentro da Unidade Escolar, cuja organização e responsabilidade ficarão a cargo da respectiva escola.

Art. 3º A Unidade Escolar indicará dois professores de seu quadro funcional para a coordenação de seus representantes eleitos.

§ 1º - A Escola Reunidas Municipal Professor Alcino Fernandes terá direito a 01 (uma) vaga.

§ 2º - A Escola Básica Municipal Cruz e Souza terá direito a 02 (duas) vagas.

§ 3º - A Escola Básica Municipal Estação Luzerna terá direito a 01 (uma) vaga.

§ 4º - A Escola de Educação Básica Melo e Alvim terá direito a 01 (uma) vaga.

§ 5º - O Grupo Escolar Municipal Nossa Senhora de Fátima terá direito a 01 (uma) vaga.

§ 6º - O Centro de Educação Pequeno Pensador terá direito a 01 (uma) vaga.

§ 7º - O Centro Municipal de Educação Pequeno Príncipe terá direito a 01 (uma) vaga.

§ 8º - O Grupo Escolar Municipal Professor Adolfo Becker terá direito a 01 (uma) vaga.

§ 9º - A Escola de Educação Básica São José terá direito a 01 (uma) vaga.

Art. 3º As vagas mencionadas no artigo anterior correspondem aos cargos titulares, sendo que cada titular terá seu suplente.

Parágrafo Único Em caso de desistência ou não-participação de algum educandário mencionada no artigo anterior, será destinada vaga para a unidade escolar com maior número de alunos.

Art. 4º A data de posse dos vereadores mirins será no dia 31/08/2015, sendo que as escolas deverão até esta data já ter enviado o nome de seus representantes a este Órgão.

Parágrafo Único As eleições deverão acontecer concomitantemente em todas as escolas.

Art. 5º O número de vereadores mirins por escola pode ser alterado, conforme necessidade ou caso instituía-se novas escolas no município ou eventualmente modificar as grades curriculares.

Art. 6º Os vereadores mirins serão orientados dentro da Casa Legislativa pela Mesa Diretora, que se necessário solicitará auxílio dos demais Vereadores.

Art. 7º A Unidade Escolar levará ao conhecimento dos demais alunos o trabalho realizado por seus representantes na Casa Legislativa, bem como discutirá com estes as matérias que serão debatidas nas sessões.

Art. 8º Caso haja desistência de algum dos vereadores mirins eleitos, o suplente assumirá no lugar do desistente.

Art. 9º Os casos omissos desta Resolução serão decididos pela Mesa Diretora desta Casa Legislativa, devendo ser encaminhado às respectivas direções de escolas elencadas no art. 2º, juntamente com cópias da Lei específica e da presente Resolução para as providências cabíveis.

Art. 10º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste(SC), em 14 de agosto de 2015.

LEONARDO MASCARELLO

Presidente

Ilhota

PREFEITURA

DECRETO 87 2015

Decreto nº 87, de 18 de agosto de 2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PARA ATENDER A DOTAÇÃO CONSTANTE DO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de ILHOTA/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, IV, da Lei Orgânica do Município e conforme autorização prevista no inciso I do artigo 7º da Lei nº4.320, de17/03/64, e de conformidade com os arts. das Leis Municipais nº 1784 e 1785, de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 20.000,00(Vinte mil reais), por conta de redução parcial do valor previsto nas seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Ilhota:

Órgão: 04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária: 04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto: 2.006 - Manutenção e funcionamento da Secretaria de Administração

Elemento: (15) 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.400,00

Órgão: 04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária: 04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto: 2.006 - Manutenção e funcionamento da Secretaria de Administração

Elemento: (20144) 3.3.70.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 9.600,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art.2º - O resultado das anulações previstas no artigo primeiro, serão utilizados para suplementação do seguinte item do orçamento vigente:

Órgão: 04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária: 04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto: 2.024 - Manutenção e funcionamento da Secretaria de Administração

Elemento: (20154) 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art.3º - Registre-se e publique-se.

Ilhota, 18 de agosto de 2015.

Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

Imarui

PREFEITURA

DECRETO Nº. 090, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº. 090, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 61, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado ponto facultativo aos funcionários e servidores públicos municipais, nas Repartições Públicas do Município de Imaruí no dia 28 de agosto de 2015 em razão do feriado municipal referente ao aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município de Imaruí em 27.08.2015 (art. 3º, §1º IV da Lei Orgânica).

Parágrafo único – Não será facultativo o ponto nas repartições, cujos serviços são considerados essenciais, e não podem, por sua natureza, serem suspensos, mesmo que temporariamente.

Art. 2º Na data mencionada caput no art. 1º não haverá expediente nas Repartições Públicas do Município de Imaruí, excetuando-se as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 25 de agosto de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 091, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº. 091, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA LEILOEIRO.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 61, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. ANDERSON LUCHTENBERG, devidamente inscrito no CPF sob o n. 022.246.659-62 e RG n.3.160.076/SSP/SC, matriculado regularmente na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC sob nº AARC 313, como Leiloeiro Público Oficial credenciado através do Processo Licitatório n.054/2015, Contrato PMI 050/2015, homologado em 30 de junho de 2015, para proceder ao LEILÃO de Bens do Patrimônio Público Municipal, declarados inservíveis.

Art. 3º Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, SC, 25 de agosto de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 166, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 166, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a convocação da I Conferência Municipal dos Direitos da Mulher do Município de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, que lhe são conferidas pelo art. 93 c/c art. 32 da Lei Orgânica do Município e nos termos da Lei 4.163/2013,

DECRETA:

Art.1º Convocar a, I Conferência Municipal dos Direitos da Mulher, nos termos deste Decreto, a realizar-se no dia 10 de setembro de 2015, das 13h às 18h, na cidade de Imbituba, com o objetivo geral de fortalecer a Política Nacional para as Mulheres.

Art. 2º A I Conferência Municipal dos Direitos da Mulher tendo como Tema: "Mais Direitos, Participação e Poder Para as Mulheres"

Art. 3º A coordenação geral da Iª Conferência ficará a cargo do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM.

Art. 4º A Comissão organizadora da Conferência caberá:

I – Orientar e acompanhar a realização e resultados da I Conferência Municipal dos Direitos da Mulher

II – Preparar e acompanhar a operacionalização da I Conferência Municipal;

III – Dar suporte técnico-operacional durante o evento;

IV – Organizar e coordenar a Iª Conferência Municipal;

V – Mobilizar o público alvo para participar da Conferência.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na de sua publicação.

Imbituba, 24 de agosto de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 167, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 167, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.200,06 (um mil e duzentos reais e seis centavos), para reforço da seguinte dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA

– SEAPI

Humanização de Praças e Vias Públicas

15.451.0007-1.013		
4.4.90.00.00.00.00.0.10000 (0085)	Aplicações Diretas	1.200,06
Total		1.200,06

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de agosto de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 168, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 168, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre o funcionamento dos estabelecimentos comerciais localizados no Município de Imbituba.

O PREFEITO DE IMBITUBA, nos termos do art. 194, §2º, da Lei Municipal nº 846, de 2 de janeiro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Ficam autorizados a funcionar até as 18h, nos dias abaixo indicados os estabelecimentos comerciais localizados no Município de Imbituba:

I – dia 5 de setembro de 2015;

II – dia 10 de outubro de 2015;

III – dia 7 de novembro de 2015;

IV – dia 5 de dezembro de 2015.

Art. 2º Fica revogado o Decreto PMI nº 156, de 17 de agosto de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de agosto de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2015 (SEAST)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial, comunica, que fica revogado o Processo Licitatório nº 30/2015, na modalidade de Pregão Presencial nº 26/2015, pelo Sistema de Registro de Preços, devido ao não comparecimento de interessados, caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 27 de Agosto de 2015.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

PORTARIA PMI/GGP Nº 481/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 481, de 26 de agosto de 2015.

Dispõe sobre o Enquadramento Funcional de Auxiliar de Enfermagem para Técnica de Enfermagem, integrante do quadro de carreira de que trata a Lei nº 1.144/1991 e aqueles de que trata a Lei nº 3.135/2007, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar n.º 4.500, de 23 de dezembro de 2014,

Considerando, que o Enquadramento Funcional se dá através da apresentação do diploma ou certificado devidamente registrado na Instituição de Ensino de Nível Superior e o registro junto ao órgão fiscalizador competente,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora abaixo relacionada, ENQUADRAMENTO FUNCIONAL, conforme estabelecido na tabela a seguir:

Nome	CPF	Cargo Anterior	Enquadramento Funcional	Processo Ano	Data Referência
Rita de Cássia da Silva Rosa Monteiro	770.026.019-20	Auxiliar de Enfermagem	Técnica de Enfermagem	16001/2015	24/08/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de agosto de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Indaial

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 169/2015

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 169/2015

Pregão Presencial nº 066/2015-10430

Objeto: Aquisição de pneus para frota de caminhões e tratores.

Entrega dos envelopes: 10/09/2015 as 09:15h.

Abertura das propostas: 10/09/2015 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 150/2015

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 150/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Mário Withoeft, Prefeito em exercício, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479-20 e Cédula de Identidade nº 3/R-757.931, domiciliado na Av. Getúlio Vargas, nº 126, Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE INDAIAL, inscrito no CNPJ sob nº 15.808.965/0001-82, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, PEDRO MAURICIO DIAS 38253976968, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 382.539.769/68, e CNPJ sob o nº 22.273.935/0001-84, com endereço na Rua Paulo Kellner, nº 50, bairro Garcia, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, o presente Termo Aditivo visa à alteração da razão social da Contratada, qual seja, PEDRO MAURICIO DIAS 38253976968, inscrito no CNPJ nº 22.273.935/0001-84, conforme o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual e o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (anexos). O contrato original, tem como objeto a atividade lúdica com teatro de bonecos tornar as crianças e adolescentes protagonistas de ações educativas fazendo – os saber dos seus direitos, difusão dos direitos das crianças e adolescentes.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 21 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Mário Withoeft Prefeito em exercício Contratante	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE INDAIAL Lindomar Lindner Contratante
PEDRO MAURICIO DIAS Contratada	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmaria Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 003 DO CONTRATO Nº 046/2014

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 046/2014

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Mário Withoef, Prefeito em exercício, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479-20 e Cédula de Identidade nº 3/R-757.931, domiciliado na Av. Getúlio Vargas, nº 126, Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 19.354.317/0001-54, estabelecida à Rua Professor Francisco Bodenmuller, nº 100, Bairro Centro, na cidade de Brusque – Estado de Santa Catarina, neste ato representada por sua representante legal Sra. Maria de Lourdes Dalago, brasileira, casada, empresária, inscrita no CPF sob nº 506.988.699-15 e Cédula de Identidade nº 1.119.361-1-SESP/SC, residente à Rua ST 007, nº 50, Bairro Santa Terezinha, na cidade de Brusque – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, através do Processo Licitatório nº 026/2014 – Termo de Inexigibilidade nº 002/2014 - 18201 e demais disposições legais aplicáveis à espécie, celebrar o presente Termo Aditivo de contrato, o qual reger-se-á pelas condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, o presente Termo Aditivo visa informar o descolhimento do Sr. Antônio Cacemiro de Amorim em 21/07/2015 (docs. anexos). Ademais, a cláusula quarta, item 4.1., do contrato original, que tem como objeto a contratação de 03 (três) vagas para adultos para os acolhimentos da Sra. Simone Malkowski, Sra. Neiva Maria da Silva e Sr. Antônio Cacemiro de Amorim, que necessitam de proteção integral por encontrar-se com seus direitos violados, vínculos familiares rompidos, de acordo com laudo de Assistente Social, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

4.1. O preço unitário (mensal/vaga) contratado é de R\$3.380,00 (três mil, trezentos e oitenta reais), e descontado o valor de 100% do BPC, sendo de responsabilidade do Fundo Municipal de Assistência Social, o valor de R\$2.592,00 (dois mil, quinhentos e noventa e dois reais), perfazendo o valor total mensal de R\$5.184,00 (cinco mil, cento e oitenta e quatro reais), o valor total anual de R\$62.208,00 (sessenta e dois mil, duzentos e oito reais).

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial (SC), 21 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Mário Withoef Prefeito em exercício Contratante	CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELI Maria de Lourdes Dalago Contratada
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 005 DO CONTRATO Nº 123/2014

TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 123/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Mário Withoef, Prefeito em exercício, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479-20 e Cédula de Identidade nº 3/R-757.931, domiciliado na Av. Getúlio Vargas, nº 126, Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, doravante denominado simplesmente de doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, SOBERANA SERVIÇOS E CONSULTÓRIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.408.643/0001-31, com sede na rua Rio do Sul, bairro da Velha, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Sebastião de Souza, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 551.673.909/82 e Cédula de Identidade nº 1.845.512, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução da construção de uma unidade de saúde – Estratégia de Saúde da Família Alcides Müller, com área total a construir de 338,20m2, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo do presente contrato é de 09 de setembro de 2015 a 05 de fevereiro de 2016, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente

Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 25 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Mário Withoeft Prefeito em exercício Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Adriane Machado Ferrari Contratante
SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA Sebastião de Souza Contratante	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Nome Legível: _____
CPF: _____

Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 005 DO CONTRATO Nº 140/2014 TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 140/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Mário Withoeft, Prefeito em exercício, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479-20 e Cédula de Identidade nº 3/R-757.931, domiciliado na Av. Getúlio Vargas, nº 126, Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.574.370/0001-20, com sede na Rodovia SC 495, nº 2.034, Areias Pequenas, 89.245-000, na cidade de Araquari – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Marcelo Benvenutti, brasileiro, administrador e engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 024.368.779-63, portador da RG nº 4.017.012, residente e domiciliado na Rua Piratuba, 1.502, bairro Bom Retiro, 89.222-365, na cidade de Joinville – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução de terraplanagem, drenagem pluvial e pavimentação asfáltica da Rua Ribeirão das Pedras – Trecho 03 (início: estaca 71+6,00 PF; término: estaca 81+4,00 PF), com extensão de 198,00 metros, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo do presente contrato é de 30 de agosto de 2015 até 27 de novembro de 2015, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico

financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 25 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Mário Withoeft Prefeito em exercício Contratante	EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA Marcelo Benvenutti Contratada
--	---

SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215
--	---

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 006 DO CONTRATO Nº 198/2014 TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº 198/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – SECRETARIA DE OBRAS – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO – SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE – GABINETE DO PREFEITO – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH – FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS – FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL – FUNDEC – INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL – IN-DAPREV – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL – FASSPI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Mário Withoeft, Prefeito em exercício, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479-20 e Cédula de Identidade nº 3/R-757.931, domiciliado na Av. Getúlio Vargas, nº 126, Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, IPM INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.258.027/0001-41, com sede na Avenida Trompowski, nº 354, 7º Andar, bairro Centro, na cidade de Florianópolis – Estado de Santa Catarina, representada neste

ato por seu Representante Legal, Sr. Aldo Luiz Mees, brasileiro, administrador, inscrito no CPF sob nº 292.867.519/15 e Cédula de Identidade nº 7R/865.793, residente na Rua Desembargador Arno Hoeschi, nº 361, Apto 1.301, bairro Centro, na cidade de Florianópolis – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, visa o reajuste de valores com validade a partir de setembro/2015. Sendo que a cláusula quarta, itens 4.1.; 4.1.4., letras e 4.1.5, letra "a", do contrato original, que tem como objeto o fornecimento de licença de uso em caráter permanente de software de gestão, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUARTA: VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total previsto do presente contrato é de R\$2.254.070,80 (dois milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, setenta reais e oitenta centavos), subdivididos nos seguintes itens (totalização dos valores descritos nos itens 4.1.1 à 4.1.5 e/ou 4.1.9):

4.1.4. Suporte Técnico, no período de 48 (quarenta e oito meses): R\$1.581.742,98 (um milhão, quinhentos e oitenta e um mil, setecentos e quarenta e dois reais e noventa e oito centavos), composto da seguinte forma:

- a) - Município de Indaial, no valor mensal de R\$27.463,99 (vinte e sete mil, quatrocentos e sessenta e três reais e noventa e nove centavos);
- b) - Fundação Municipal de Esportes Vereador Maro Marcos Haldich, no valor mensal de R\$943,42 (novecentos e quarenta e três reais e quarenta e dois centavos);
- c) - FIC – Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters, no valor mensal de R\$943,42 (novecentos e quarenta e três reais e quarenta e dois centavos);
- d) - INDAPREV – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos do Município de Indaial, no valor mensal de R\$943,42 (novecentos e quarenta e três reais e quarenta e dois centavos);
- f) - Fundo Municipal de Saúde de Indaial, no valor mensal de R\$1.310,31 (um mil, trezentos e dez reais e trinta e um centavos);
- g) - Fundo Municipal de Assistência Social de Indaial, no valor mensal de R\$712,81 (setecentos e doze reais e oitenta e um centavos);

h) - Fundo de Assistência a Saúde dos Servidores Públicos do Município de Indaial, no valor mensal de R\$461,23 (quatrocentos e sessenta e um reais e vinte e três centavos); e,

i) - Fundo Municipal da Infância e Adolescência, no valor mensal de R\$461,23 (quatrocentos e sessenta e um reais e vinte e três centavos).

4.1.5. Provimento de Data-Center, no período de 48 (quarenta e oito meses): R\$131.717,82 (cento e trinta e um mil, setecentos e dezessete reais e oitenta e dois centavos), composto da seguinte forma:

- a) - Município de Indaial, no valor mensal de R\$2.777,38 (dois mil, setecentos e setenta e sete reais e trinta e oito centavos);

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente

Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 25 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Mário Withoef Prefeito em exercício Contratante	IPM INFORMÁTICA LTDA Aldo Luiz Mees Contratada
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Márcio Antônio Ferrari Secretário Municipal	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Huebes Nicolletti Secretária Municipal
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO Remir José de Faveri Secretário Municipal	SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal	SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Jânio Wilson de Aviz Secretário Municipal
GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe Gabinete	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊN- CIA SOCIAL DE INDAIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPOR- TES VEREADOR MARO MARCOS HA- DLICH Ademir Packer Diretor Executivo
FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL Nivaldo Reichel	FUNDAÇÃO IDAIALENSE DE CULTU- RA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegrid Wanser Ribeiro Diretora Executiva
PROCURADORA GERAL DO MUNI- CÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215	

Testemunhas:

Nome Legível: _____
CPF.: _____

Nome Legível: _____
CPF.: _____

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1713/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1713/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIE1371	55722443E	6394/4	02/05/2015	R\$ 191,53	220 * XIV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 26 DE AGOSTO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1717/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1717/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJE7752	55722235E	6564/0	24/04/2015	R\$ 191,53	230 * II
AJZ9901	55487322E	5185/1	09/04/2015	R\$ 127,69	167
ASB3738	55487468E	5568/0	08/05/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
BBU4000	55487579E	5444/0	18/05/2015	R\$ 53,20	181 * VII
CSX7217	55485635E	6068/1	12/04/2015	R\$ 127,69	209
CYF9552	55487323E	5185/1	09/04/2015	R\$ 127,69	167
CYG0146	55721523E	5185/1	16/05/2015	R\$ 127,69	167
JWN9038	55487429E	5541/1	05/05/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
KJK4367	55487327E	7366/2	09/04/2015	R\$ 85,12	252 * VI
LXU5804	55720646E	5720/0	03/05/2015	R\$ 127,69	186 * I
LYA9077	55487134E	5185/1	25/03/2015	R\$ 127,69	167
LYC1938	55487477E	5185/1	12/05/2015	R\$ 127,69	167
LYI9798	55487586E	5452/1	19/05/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
LYS1722	55487162E	5185/2	25/03/2015	R\$ 127,69	167
MBI2320	55486449E	5460/0	27/04/2015	R\$ 85,12	181 * IX
MBK6318	55721527E	5207/0	16/05/2015	R\$ 53,20	169
MCB0149	55722172E	5835/0	22/05/2015	R\$ 127,69	195
MCB0149	55722173E	5720/0	22/05/2015	R\$ 127,69	186 * I
MCB0149	55722174E	5215/2	22/05/2015	R\$ 191,53	170
MCW0466	55487629E	5452/1	23/05/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MCY6254	55487393E	5207/0	04/05/2015	R\$ 53,20	169
MCY6254	55487394E	7102/1	04/05/2015	R\$ 127,69	244 * VIII
MDM4089	55487433E	6050/2	06/05/2015	R\$ 191,53	208
MDR6592	55485643E	5185/1	29/04/2015	R\$ 127,69	167
MDT5390	55722440E	5193/0	02/05/2015	R\$ 191,53	168
MDT5390	55722441E	5827/0	02/05/2015	R\$ 127,69	194

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDX0019	55487449E	5452/1	08/05/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MDX9486	55487577E	5185/1	15/05/2015	R\$ 127,69	167
MEC6333	55721230E	7048/1	29/04/2015	R\$ 191,53	244 * II
MEH8235	55487735E	5541/1	06/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEM2073	55487559E	5452/1	13/05/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MFC3052	55487411E	5452/1	24/04/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MFP8559	55487474E	5541/1	12/05/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFQ4478	55487172E	5207/0	30/03/2015	R\$ 53,20	169
MGC5690	55487170E	5452/1	30/03/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MGD0103	55487460E	5398/0	08/05/2015	R\$ 53,20	181 * II
MHF8481	55487107E	5541/1	12/03/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHG2407	55723032E	5207/0	21/05/2015	R\$ 53,20	169
MHQ2589	55485639E	5452/2	27/04/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MHT5019	54430884E	6122/0	25/04/2015	R\$ 191,53	214 * I
MHX7694	55722511E	5193/0	23/05/2015	R\$ 191,53	168
MIA4111	55487581E	5541/4	18/05/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIB4016	55487457E	7366/2	06/05/2015	R\$ 85,12	252 * VI
MIC7101	55487428E	5185/1	05/05/2015	R\$ 127,69	167
MIN7992	55487363E	5185/1	20/04/2015	R\$ 127,69	167
MIW1291	55485637E	5819/2	13/04/2015	R\$ 574,61	193
MIZ9021	55487583E	5193/0	18/05/2015	R\$ 191,53	168
MJU6413	55722213E	6050/2	23/03/2015	R\$ 191,53	208
MKH0938	55487436E	5550/0	06/05/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKW1234	55487552E	5185/1	12/05/2015	R\$ 127,69	167
MLG3511	55487196E	5460/0	06/04/2015	R\$ 85,12	181 * IX
MMH8823	54430194E	6122/0	26/03/2015	R\$ 191,53	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 26 DE AGOSTO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1717/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1717/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJE7752	55722235E	6564/0	24/04/2015	R\$ 191,53	230 * II
AJZ9901	55487322E	5185/1	09/04/2015	R\$ 127,69	167
ASB3738	55487468E	5568/0	08/05/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
BBU4000	55487579E	5444/0	18/05/2015	R\$ 53,20	181 * VII
CSX7217	55485635E	6068/1	12/04/2015	R\$ 127,69	209
CYF9552	55487323E	5185/1	09/04/2015	R\$ 127,69	167
CYG0146	55721523E	5185/1	16/05/2015	R\$ 127,69	167
JWN9038	55487429E	5541/1	05/05/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
KJK4367	55487327E	7366/2	09/04/2015	R\$ 85,12	252 * VI
LXU5804	55720646E	5720/0	03/05/2015	R\$ 127,69	186 * I
LYA9077	55487134E	5185/1	25/03/2015	R\$ 127,69	167
LYC1938	55487477E	5185/1	12/05/2015	R\$ 127,69	167
LYI9798	55487586E	5452/1	19/05/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
LYS1722	55487162E	5185/2	25/03/2015	R\$ 127,69	167
MBI2320	55486449E	5460/0	27/04/2015	R\$ 85,12	181 * IX
MBK6318	55721527E	5207/0	16/05/2015	R\$ 53,20	169
MCB0149	55722172E	5835/0	22/05/2015	R\$ 127,69	195
MCB0149	55722173E	5720/0	22/05/2015	R\$ 127,69	186 * I
MCB0149	55722174E	5215/2	22/05/2015	R\$ 191,53	170
MCW0466	55487629E	5452/1	23/05/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MCY6254	55487393E	5207/0	04/05/2015	R\$ 53,20	169
MCY6254	55487394E	7102/1	04/05/2015	R\$ 127,69	244 * VIII
MDM4089	55487433E	6050/2	06/05/2015	R\$ 191,53	208
MDR6592	55485643E	5185/1	29/04/2015	R\$ 127,69	167
MDT5390	55722440E	5193/0	02/05/2015	R\$ 191,53	168
MDT5390	55722441E	5827/0	02/05/2015	R\$ 127,69	194

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDX0019	55487449E	5452/1	08/05/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MDX9486	55487577E	5185/1	15/05/2015	R\$ 127,69	167
MEC6333	55721230E	7048/1	29/04/2015	R\$ 191,53	244 * II
MEH8235	55487735E	5541/1	06/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEM2073	55487559E	5452/1	13/05/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MFC3052	55487411E	5452/1	24/04/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MFP8559	55487474E	5541/1	12/05/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFQ4478	55487172E	5207/0	30/03/2015	R\$ 53,20	169
MGC5690	55487170E	5452/1	30/03/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MGD0103	55487460E	5398/0	08/05/2015	R\$ 53,20	181 * II
MHF8481	55487107E	5541/1	12/03/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHG2407	55723032E	5207/0	21/05/2015	R\$ 53,20	169
MHQ2589	55485639E	5452/2	27/04/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MHT5019	54430884E	6122/0	25/04/2015	R\$ 191,53	214 * I
MHX7694	55722511E	5193/0	23/05/2015	R\$ 191,53	168
MIA4111	55487581E	5541/4	18/05/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIB4016	55487457E	7366/2	06/05/2015	R\$ 85,12	252 * VI
MIC7101	55487428E	5185/1	05/05/2015	R\$ 127,69	167
MIN7992	55487363E	5185/1	20/04/2015	R\$ 127,69	167
MIW1291	55485637E	5819/2	13/04/2015	R\$ 574,61	193
MIZ9021	55487583E	5193/0	18/05/2015	R\$ 191,53	168
MJU6413	55722213E	6050/2	23/03/2015	R\$ 191,53	208
MKH0938	55487436E	5550/0	06/05/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKW1234	55487552E	5185/1	12/05/2015	R\$ 127,69	167
MLG3511	55487196E	5460/0	06/04/2015	R\$ 85,12	181 * IX
MMH8823	54430194E	6122/0	26/03/2015	R\$ 191,53	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 26 DE AGOSTO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1721/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1721/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DJC7413	55487364E	7366/2	20/04/2015	R\$ 85,12	252 * VI
DTX4866	55722253E	5541/5	16/04/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
EBU1367	55722175E	5193/0	25/05/2015	R\$ 191,53	168
LXT8556	55487556E	5541/7	13/05/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LXW7478	55487602E	5452/1	19/05/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
LZV7007	55487601E	5967/0	16/05/2015	R\$ 957,69	203 * V
MAK5058	55487573E	5410/0	15/05/2015	R\$ 85,12	181 * IV
MCF9612	55485642E	5568/0	29/04/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MEG9376	55487505E	5185/1	20/05/2015	R\$ 127,69	167
MGA5719	55722237E	5193/0	02/05/2015	R\$ 191,53	168
MJM8920	55487359E	5185/1	20/04/2015	R\$ 127,69	167
MML8711	55723015E	5835/0	10/05/2015	R\$ 127,69	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 26 DE AGOSTO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 276/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 276/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHT4284	8789050704	7455/0	12/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
AJM3919	8789049049	7455/0	19/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
FDN3041	8789050647	7455/0	05/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
IRD4550	8789048246	7455/0	25/02/2015	R\$ 85,12	218 * I
JNY4272	8789050517	7455/0	29/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
LWX7546	8789050565	7455/0	01/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
LYN7533	8789050755	7463/0	14/05/2015	R\$ 127,69	218 * II
LYP3890	8789050341	7463/0	06/05/2015	R\$ 127,69	218 * II
LZM8823	8789050712	7455/0	13/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCT5753	54050476N	5002/0	05/06/2015	R\$ 127,69	257 § 8º
MDD8167	8789050768	7455/0	14/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDP0784	8789050464	7455/0	27/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDX0439	8789050369	7455/0	07/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGB5859	8789048377	7455/0	01/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGC7457	8789050344	7455/0	06/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGG1294	8789050790	7463/0	16/05/2015	R\$ 127,69	218 * II
MGQ5894	8789050509	7455/0	28/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHE4159	8789050568	7455/0	01/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHF1830	8789050474	7455/0	27/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHP1523	8789050866	7455/0	19/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIU0302	8789050336	7455/0	06/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJC4248	8789050515	7455/0	29/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJL4725	8789050987	7463/0	23/05/2015	R\$ 127,69	218 * II
MLH9569	8789050337	7463/0	06/05/2015	R\$ 127,69	218 * II
MMI6924	8789051003	7463/0	24/05/2015	R\$ 127,69	218 * II
QHC6055	8789050436	7455/0	10/05/2015	R\$ 85,12	218 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
QHK5672	8789050672	7455/0	11/05/2015	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 26 DE AGOSTO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 278/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 6

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 278/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACG4012	8789049439	7455/0	30/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
ADZ3116	8789050288	7455/0	04/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
AJK5071	8789050624	7455/0	03/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
AKG2824	8789050583	7455/0	01/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
AKJ1720	8789050325	7455/0	05/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
AKX3746	8789050498	7455/0	28/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
ALL5442	8789048821	7463/0	12/03/2015	R\$ 127,69	218 * II
AMM3878	54048501N	5002/0	26/05/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
ANY7623	8789049961	7455/0	13/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
AOM2154	8789050237	7455/0	26/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
ARW5429	54045785N	5002/0	11/05/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
ASM7742	8789049696	7455/0	24/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
BBC1920	8789050261	7455/0	21/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
BDC0922	8789048845	7455/0	13/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
BDI0400	8789050251	7463/0	14/04/2015	R\$ 127,69	218 * II
CSN7596	8789049492	7455/0	01/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
CVB4083	54035510N	5002/0	17/03/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
CXD4019	8789050539	7455/0	30/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
DFA5909	8789050653	7455/0	07/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
DJE7875	8789050561	7455/0	01/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
DYD6570	8789050496	7455/0	28/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
DYU9720	8789050001	7455/0	14/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
DYU9720	8789050707	7455/0	12/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
DZF8166	8789050225	7455/0	26/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
GZK4001	8789049188	7455/0	22/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
ILG4874	8789049779	7455/0	05/04/2015	R\$ 85,12	218 * I

1 / 6

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JIC5312	8789048800	7455/0	11/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
KEX8660	8789048682	7463/0	08/03/2015	R\$ 127,69	218 * II
LWR2283	8789049475	7455/0	01/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
LWT8440	8789050191	7455/0	25/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
LXE7986	8789050392	7455/0	08/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
LXK5583	8789050408	7455/0	09/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
LXO0611	8789049459	7455/0	31/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
LXO4827	8789050234	7455/0	26/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
LXX2409	8789050525	7455/0	29/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
LYI3362	8789050065	7455/0	18/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
LYS7096	8789048552	7455/0	05/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
LYU2435	8789050804	7455/0	16/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
LYV6039	8789048914	7455/0	15/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
LYW4197	8789050545	7455/0	30/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
LYW9230	54048503N	5002/0	26/05/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
LZA0245	8789050190	7455/0	24/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
LZA5200	8789050591	7455/0	01/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
LZB8077	8789050209	7455/0	25/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
LZJ5030	8789050295	7455/0	04/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAJ8896	8789050066	7455/0	18/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAL7334	8789048972	7455/0	16/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAT6160	8789050453	7455/0	10/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAY0330	8789050194	7455/0	25/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAY1885	8789050353	7455/0	06/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBD8292	8789048859	7455/0	13/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBH0246	8789050439	7455/0	10/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBM6184	8789050262	7455/0	22/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBW5170	8789050514	7455/0	28/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCD1198	8789050062	7455/0	18/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCH7048	8789049963	7455/0	13/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCH9414	8789050747	7455/0	13/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCK7694	54045777N	5002/0	11/05/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MCQ5832	8789050597	7455/0	02/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCU0852	8789050183	7455/0	24/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCZ8309	8789050518	7455/0	29/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDG6023	8789050099	7455/0	19/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDP9402	8789050605	7455/0	02/05/2015	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDQ7063	8789049362	7455/0	28/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDW9896	8789049988	7455/0	14/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDY3919	8789048672	7463/0	08/03/2015	R\$ 127,69	218 * II
MDZ0549	8789050184	7455/0	24/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDZ5476	54048493N	5002/0	26/05/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MEB3055	8789050847	7463/0	18/05/2015	R\$ 127,69	218 * II
MEB9658	8789048588	7455/0	07/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MEB9936	8789049491	7455/0	01/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MEG4273	8789049092	7455/0	18/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MEN3747	8789050888	7455/0	20/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MEU4978	8789051159	7455/0	31/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MEX9420	8789050220	7455/0	25/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MEZ2393	8789050235	7455/0	26/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFA6988	8789050159	7455/0	23/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFD6041	8789049894	7463/0	11/04/2015	R\$ 127,69	218 * II
MFG2053	8789051019	7455/0	25/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFG2877	8789048863	7455/0	13/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFH1236	8789051094	7455/0	29/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFH4265	8789049233	7455/0	24/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFI9547	8789050046	7463/0	17/04/2015	R\$ 127,69	218 * II
MFQ0673	8789050064	7455/0	18/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFQ8993	8789050969	7455/0	23/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFR0288	8789050148	7455/0	22/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFT0499	8789049869	7455/0	10/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFU1369	8789050358	7455/0	06/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFV9784	8789050189	7455/0	24/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFV8643	8789049914	7455/0	11/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFZ8370	8789050108	7463/0	20/04/2015	R\$ 127,69	218 * II
MGB8609	54045779N	5002/0	11/05/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MGJ4958	8789050571	7455/0	01/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGN6447	54045780N	5002/0	11/05/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MGN6798	8789050015	7455/0	15/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGO6628	8789050621	7455/0	03/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGQ7017	8789049576	7455/0	04/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGS3216	54045788N	5002/0	11/05/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MGS3216	54048500N	5002/0	26/05/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MGT2412	8789050192	7455/0	25/04/2015	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGV5018	8789050995	7455/0	24/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHB1616	54045775N	5002/0	11/05/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MHB6477	8789049714	7455/0	28/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHB9879	8789050105	7455/0	20/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHC4094	8789049964	7455/0	13/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHJ5858	8789050967	7455/0	23/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHK6256	8789050634	7455/0	03/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHL7118	8789049567	7455/0	04/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHM6548	54045783N	5002/0	11/05/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MHN3542	8789049881	7455/0	11/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHP2407	8789050339	7455/0	06/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHQ0077	8789050491	7455/0	28/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHS8558	8789050933	7455/0	22/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHY4687	8789050144	7455/0	22/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHZ3284	54048490N	5002/0	26/05/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MIH1920	8789050210	7455/0	25/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIJ2319	8789048645	7455/0	08/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIK7558	8789049762	7455/0	02/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIN4556	8789048751	7455/0	10/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIN4556	8789048844	7455/0	13/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIQ0697	54048486N	5002/0	26/05/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MIT7500	8789050671	7463/0	11/05/2015	R\$ 127,69	218 * II
MIZ2798	54048488N	5002/0	26/05/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MIZ2798	8789050364	7455/0	07/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIZ3383	8789048986	7455/0	17/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIZ5312	8789049765	7455/0	03/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJB0409	8789049974	7471/0	13/04/2015	R\$ 574,61	218 * III
MJB6347	8789049328	7455/0	28/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJC1358	54048494N	5002/0	26/05/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MJH8907	8789050123	7455/0	21/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJI4746	8789051176	7455/0	01/06/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJI5103	54045772N	5002/0	11/05/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MJM7109	8789048574	7455/0	06/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJN2602	8789048743	7463/0	10/03/2015	R\$ 127,69	218 * II
MJP5862	8789050520	7455/0	29/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJP5862	8789050542	7455/0	30/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJQ5392	8789050297	7455/0	04/05/2015	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJS8813	8789050401	7455/0	09/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJU9088	8789050431	7471/0	09/05/2015	R\$ 574,61	218 * III
MJV1566	54047906N	5002/0	19/05/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MKA4536	8789051287	7455/0	04/06/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKJ7140	8789049250	7455/0	24/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKK4271	8789049146	7455/0	21/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKP4415	8789048522	7455/0	05/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKS8993	8789050163	7455/0	24/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKU9606	8789048714	7455/0	09/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKV3216	8789049312	7463/0	27/03/2015	R\$ 127,69	218 * II
MKX9153	54048487N	5002/0	26/05/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MKY9158	8789049011	7455/0	18/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKZ4309	8789050936	7455/0	22/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLA9524	8789051156	7455/0	31/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLC3999	8789050246	7455/0	26/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLD1477	8789051023	7455/0	25/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLF3778	8789048896	7455/0	14/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLG5274	8789048684	7455/0	08/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLL0675	8789050371	7455/0	07/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLP9033	8789050049	7455/0	17/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLQ7081	8789051133	7455/0	30/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLR1793	8789050548	7455/0	30/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLR4762	8789050176	7455/0	24/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLR4762	8789050233	7463/0	26/04/2015	R\$ 127,69	218 * II
MLR6512	8789050438	7455/0	10/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLU0604	54047918N	5002/0	19/05/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MLV1362	8789050508	7455/0	28/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLX4688	8789049674	7455/0	08/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLY6611	8789050334	7455/0	06/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLZ9615	8789050586	7455/0	01/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MMA4448	8789050427	7455/0	09/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MMI1795	8789050475	7455/0	27/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MML2516	8789050445	7463/0	10/05/2015	R\$ 127,69	218 * II
MQA5915	8789049990	7455/0	14/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
NPR2744	8789049922	7455/0	12/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
NXZ4683	8789050679	7455/0	11/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
OKE6464	8789048161	7455/0	21/02/2015	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
QHA3768	8789051012	7455/0	25/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
QHR1720	8789050010	7463/0	15/04/2015	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 26 DE AGOSTO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1711/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1711/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ICV8790	55487791E	5967/0	22/06/2015	203 * V
IEH4808	55487948E	5452/1	26/06/2015	181 * VIII
IYI9000	55487779E	5185/1	17/06/2015	167
LXW0213	55487914E	5185/1	23/06/2015	167
LYO5452	55488104E	6823/1	04/07/2015	231 * IV
LYQ0184	55487815E	5452/1	10/06/2015	181 * VIII
LZR8909	55487751E	5452/1	09/06/2015	181 * VIII
LZT1103	55488146E	6858/0	12/07/2015	231 * VII
LZZ7812	55488106E	7064/0	04/07/2015	244 * IV
MAL8624	55488142E	6858/0	12/07/2015	231 * VII
MDP1138	55487772E	5541/1	16/06/2015	181 * XVII
MFQ0710	55485648E	5541/1	16/06/2015	181 * XVII
MFQ2035	55488133E	7099/1	10/07/2015	244 * V II
MGE2162	55722533E	6076/0	12/07/2015	210
MGR7496	55487795E	5541/1	22/06/2015	181 * XVII
MIC7101	54059586N	5002/0	21/07/2015	257 § 8º
MIN7992	54059584N	5002/0	21/07/2015	257 § 8º
MIP5948	55487800E	5916/1	23/06/2015	202 * II
MIS9051	55487773E	5541/1	16/06/2015	181 * XVII
MIU3080	55487908E	5193/0	22/06/2015	168
MIU3080	55487909E	5185/1	22/06/2015	167
MIZ9021	54059587N	5002/0	21/07/2015	257 § 8º
MJV2222	55487921E	5550/0	24/06/2015	181 * XVIII
MJW1625	55487812E	6050/1	10/06/2015	208
MJW2153	55721971E	6076/0	10/07/2015	210
MJW2153	55721972E	5835/0	10/07/2015	195

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJW2153	55721973E	5215/2	10/07/2015	170
MJY3378	55488048E	5185/1	09/07/2015	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 26 DE AGOSTO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1715/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1715/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AUW9838	55488049E	5843/3	09/07/2015	196
AUW9838	55488050E	5215/2	09/07/2015	170
CFT4375	55488205E	5452/1	16/07/2015	181 * VIII
CGG6711	55722826E	6050/2	13/07/2015	208
DDO5537	55485718E	5452/1	04/07/2015	181 * VIII
IPJ1875	55487970E	7048/1	26/06/2015	244 * II
IPJ1875	55487971E	7048/3	26/06/2015	244 * II
IPJ1875	55487972E	7072/1	26/06/2015	244 * V
LXT7203	55488202E	7064/0	22/07/2015	244 * IV
MBW1365	55488198E	5185/1	22/07/2015	167
MBY5078	55487950E	5185/2	26/06/2015	167
MIP4548	54059582N	5002/0	21/07/2015	257 § 8º
MJQ8822	55487945E	5452/1	26/06/2015	181 * VIII
MMA6686	55488019E	5193/0	01/07/2015	168
OKF9098	55485649E	5967/0	21/07/2015	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 26 DE AGOSTO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 275/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 275/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACJ3208	8789052392	7455/0	13/07/2015	218 * I
AHP4156	8789052334	7455/0	11/07/2015	218 * I
APS4731	8789052308	7455/0	10/07/2015	218 * I
BHH9368	8789052180	7455/0	04/07/2015	218 * I
CQX1775	8789052121	7455/0	01/07/2015	218 * I
EJS7373	8789052249	7455/0	08/07/2015	218 * I
HHP1336	8789052226	7455/0	06/07/2015	218 * I
KVF2786	8789052063	7463/0	22/06/2015	218 * II
LPS5184	54059568N	5002/0	21/07/2015	257 § 8º
LXK5583	54059569N	5002/0	21/07/2015	257 § 8º
LXO5650	8789052355	7455/0	11/07/2015	218 * I
LYM8960	8789052377	7455/0	13/07/2015	218 * I
MAF6758	8789052387	7455/0	13/07/2015	218 * I
MAN6929	8789051554	7455/0	10/06/2015	218 * I
MAR3022	8789052193	7455/0	04/07/2015	218 * I
MAR9208	8789052347	7455/0	11/07/2015	218 * I
MBH3951	8789051602	7455/0	13/06/2015	218 * I
MBK4624	8789052256	7455/0	09/07/2015	218 * I
MBN6529	8789052276	7463/0	09/07/2015	218 * II
MBQ1603	8789052179	7455/0	04/07/2015	218 * I
MCC4256	8789052313	7455/0	11/07/2015	218 * I
MCQ9909	8789052090	7455/0	30/06/2015	218 * I
MDL2008	8789052194	7463/0	05/07/2015	218 * II
MDY2557	8789052318	7455/0	11/07/2015	218 * I
MEA2550	8789052281	7455/0	09/07/2015	218 * I
MED8489	8789051590	7455/0	12/06/2015	218 * I

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFI9547	54059567N	5002/0	21/07/2015	257 § 8º
MFL1158	8789051580	7455/0	12/06/2015	218 * I
MFQ0368	8789052378	7455/0	13/07/2015	218 * I
MFQ6204	8789052363	7455/0	12/07/2015	218 * I
MFR8753	8789052292	7455/0	10/07/2015	218 * I
MFS0281	54059576N	5002/0	21/07/2015	257 § 8º
MFS1164	8789052224	7455/0	06/07/2015	218 * I
MFY9848	8789052310	7455/0	11/07/2015	218 * I
MGK2755	8789052364	7455/0	12/07/2015	218 * I
MGQ1907	8789051587	7455/0	12/06/2015	218 * I
MGQ7017	54059558N	5002/0	21/07/2015	257 § 8º
MHJ5858	54059579N	5002/0	21/07/2015	257 § 8º
MHP2407	54059571N	5002/0	21/07/2015	257 § 8º
MIN4556	54054316N	5002/0	25/06/2015	257 § 8º
MIN4556	54054317N	5002/0	25/06/2015	257 § 8º
MIQ6935	8789052255	7455/0	08/07/2015	218 * I
MIR6016	8789052273	7455/0	09/07/2015	218 * I
MIZ2798	54059570N	5002/0	21/07/2015	257 § 8º
MIZ4890	8789052277	7455/0	09/07/2015	218 * I
MJC2517	8789052254	7455/0	08/07/2015	218 * I
MJH8907	54059565N	5002/0	21/07/2015	257 § 8º
MJW0664	8789052166	7463/0	03/07/2015	218 * II
MKF7026	8789052337	7455/0	11/07/2015	218 * I
MKV3216	54054326N	5002/0	25/06/2015	257 § 8º
MKZ4309	54059580N	5002/0	21/07/2015	257 § 8º
MLC3357	8789052114	7455/0	01/07/2015	218 * I
MLH9042	8789052383	7455/0	13/07/2015	218 * I
MLI9870	8789052129	7463/0	01/07/2015	218 * II
MLL0675	8789052283	7455/0	10/07/2015	218 * I
MLV4680	8789052139	7455/0	02/07/2015	218 * I
MLZ3337	8789052096	7455/0	30/06/2015	218 * I
MMA4448	54059573N	5002/0	21/07/2015	257 § 8º
MMI1795	54059574N	5002/0	21/07/2015	257 § 8º
MML0340	54059396N	5002/0	20/07/2015	257 § 8º
MMM1138	54059392N	5002/0	20/07/2015	257 § 8º
NMD2037	8789051516	7463/0	06/06/2015	218 * II
OQY1184	8789052357	7455/0	12/07/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
QHA3768	54059581N	5002/0	21/07/2015	257 § 8º
QHD5384	8789051851	7455/0	21/06/2015	218 * I
QHL3032	8789052080	7455/0	28/06/2015	218 * I
QHR1720	54059563N	5002/0	21/07/2015	257 § 8º
QIA0330	8789052304	7455/0	10/07/2015	218 * I
QII0077	54059564N	5002/0	21/07/2015	257 § 8º

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 26 DE AGOSTO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 277/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 277/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BYR6852	8789052069	7455/0	22/06/2015	218 * I
DTB3175	8789051685	7455/0	16/06/2015	218 * I
LYG4885	8789052018	7455/0	28/06/2015	218 * I
LZJ3564	8789051849	7455/0	21/06/2015	218 * I
LZO9853	8789052055	7455/0	29/06/2015	218 * I
MCA5131	8789051886	7455/0	22/06/2015	218 * I
MCZ0718	8789051744	7455/0	19/06/2015	218 * I
MDZ2005	54059572N	5002/0	21/07/2015	257 § 8º
MEB5724	8789051801	7455/0	20/06/2015	218 * I
MFH4265	54059560N	5002/0	21/07/2015	257 § 8º
MGB4118	54059577N	5002/0	21/07/2015	257 § 8º
MGQ0416	8789051909	7455/0	23/06/2015	218 * I
MHB6477	8789051811	7455/0	20/06/2015	218 * I
MJH0062	8789051891	7455/0	22/06/2015	218 * I
MJV3514	8789051815	7455/0	20/06/2015	218 * I
MMB3653	8789051790	7463/0	20/06/2015	218 * II
MMC7318	8789052043	7463/0	29/06/2015	218 * II
MMJ7298	8789051783	7455/0	20/06/2015	218 * I
OKF0816	8789051942	7455/0	26/06/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 26 DE AGOSTO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 279/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 280/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHO1762	8789049157	7455/0	21/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
AKI4908	8789050250	7455/0	14/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
AKU3912	8789048408	7455/0	02/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
AVA4172	8789049818	7455/0	09/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
AWD0535	8789050622	7455/0	03/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
AZZ0195	8789050363	7455/0	07/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
CTJ3182	8789051112	7463/0	30/05/2015	R\$ 127,69	218 * II
CVR0658	8789050229	7455/0	26/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
EIJ6768	8789050534	7455/0	29/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
INQ9078	8789050213	7455/0	25/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
KKD6764	8789050649	7455/0	06/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
LXI0830	8789050463	7455/0	27/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
LYC5620	8789050501	7455/0	28/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
LZS4995	8789051552	7455/0	10/06/2015	R\$ 85,12	218 * I
LZX6594	8789050493	7455/0	28/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAA2609	8789051276	7455/0	04/06/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAO8162	8789050104	7455/0	19/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAW2391	8789050242	7455/0	26/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBI1349	8789049915	7471/0	11/04/2015	R\$ 574,61	218 * III
MBK8308	8789051384	7455/0	06/06/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBQ2346	8789050604	7455/0	02/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBS3338	8789050101	7455/0	19/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBV8351	8789050395	7455/0	08/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MBW9042	8789051370	7455/0	06/06/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCL5204	8789050468	7455/0	27/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCM1968	8789049436	7455/0	30/03/2015	R\$ 85,12	218 * I

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDO1002	8789050547	7455/0	30/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDZ2005	8789050383	7455/0	08/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDZ3175	8789050312	7455/0	04/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MEX8697	8789049012	7455/0	18/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFA0920	8789048983	7455/0	17/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFA1724	8789050196	7455/0	25/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFD7617	8789049434	7455/0	30/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFH2059	54045781N	5002/0	11/05/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MFQ4478	8789048533	7471/0	05/03/2015	R\$ 574,61	218 * III
MFS0281	8789050495	7455/0	28/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFT7033	8789049187	7455/0	22/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFZ1549	8789049920	7455/0	12/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGB4118	8789050533	7455/0	29/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGJ3184	8789050417	7455/0	09/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGQ9434	8789050048	7455/0	17/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGW2683	8789049171	7455/0	21/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHB3157	8789050489	7455/0	28/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHL0922	8789050074	7455/0	18/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHT8263	8789050573	7455/0	01/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIA5060	8789051166	7455/0	31/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIE9944	8789050633	7463/0	03/05/2015	R\$ 127,69	218 * II
MII0243	8789050394	7463/0	08/05/2015	R\$ 127,69	218 * II
MII0917	54045789N	5002/0	23/04/2015	R\$ 574,61	257 § 8º
MII0917	54045790N	5002/0	23/04/2015	R\$ 574,61	257 § 8º
MIJ1710	8789050023	7455/0	16/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIO7680	8789050482	7455/0	27/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIS1699	54045782N	5002/0	11/05/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MIT2809	54041005N	5002/0	14/04/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MJJ2727	8789050308	7455/0	04/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJM8920	8789049919	7455/0	12/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJM8920	8789050552	7455/0	30/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJM8920	8789050588	7455/0	01/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJX2080	54048491N	5002/0	26/05/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MJX6228	8789050222	7455/0	26/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJZ8407	8789049355	7455/0	28/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKG6967	8789050400	7455/0	09/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
MKH7998	54048497N	5002/0	26/05/2015	R\$ 85,12	257 § 8º

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKX2637	54048489N	5002/0	26/05/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MKX2637	54048496N	5002/0	26/05/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MKY4062	8789049899	7463/0	11/04/2015	R\$ 127,69	218 * II
MLA4223	8789051544	7463/0	10/06/2015	R\$ 127,69	218 * II
MLU2282	8789050232	7455/0	26/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
MMA7537	54045787N	5002/0	11/05/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MMF7272	8789050154	7455/0	23/04/2015	R\$ 85,12	218 * I
NGN3798	8789050368	7455/0	07/05/2015	R\$ 85,12	218 * I
QHL6791	8789049060	7455/0	06/03/2015	R\$ 85,12	218 * I
QII0077	8789050125	7455/0	21/04/2015	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 26 DE AGOSTO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

Ipumirim

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 52/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 52/2015

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 10/09/2015, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 10/09/2015. Objeto da licitação: o registro de Preços, com entrega parcelada de material de limpeza, destinado as atividades dos Órgãos e Unidades da Administração Pública Municipal. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 26/08/2015

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO N.º 2.849/2015

Decreto nº 2.849/2015

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.828 de 17 de dezembro de 2014, conforme art.11,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada parcialmente no Orçamento próprio da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada no montante de R\$ 500,00 (Quinhentos reais).

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.005 – Despesas não consideradas nos índices legais - Educação		
3.3.90.00.00.00.00.0100 (160)	Aplicações Diretas	R\$ 500,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.005 – Despesas não consideradas nos índices legais - Educação		
4.4.90.00.00.00.00.0100 (161)	Aplicações Diretas	R\$ 500,00

Art. 3º - Fica suplementada parcialmente no Orçamento próprio da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada no montante de R\$ 16.309,30 (Dezesseis mil e trezentos e nove reais e trinta centavos).

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.020 – Manutenção de Programas de Assistência Social		
3.3.90.00.00.00.00.0100 (127)	Aplicações Diretas	R\$ 16.309,30

Art. 4º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.020 – Manutenção de Programas de Assistência Social		
3.3.90.00.00.00.00.0100 (167)	Aplicações Diretas	R\$ 16.309,30

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 25 de agosto de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 2.849/2015 - ERRATA

ERRATA DECRETO Nº 2.849/15

O Decreto nº 2.849/2015, de 25 de agosto de 2015, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, Edição nº 1.814, pág. 215 de 26 de agosto de 2015, Dispõe sobre Crédito Adicional Suplementar e dá Outras Providências, passa a vigorar com a seguinte redação no Art. 4º:

ONDE SE LÊ:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.020 – Manutenção de Programas de Assistência Social		
3.3.90.00.00.00.00.0100 (167)	Aplicações Diretas	R\$ 16.309,30

LEIA-SE:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.020 – Manutenção de Programas de Assistência Social		
4.4.90.00.00.00.00.0100 (167)	Aplicações Diretas	R\$ 16.309,30

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 26 de agosto de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 2.850/2015

Decreto nº 2.850/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.828 de 17 de dezembro de 2014, conforme art.11,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais), conforme discriminação seguinte:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.008 – Ensino Fundamental para Jovens e Adultos		
3.3.90.00.00.00.00.00.3308 (49)	Aplicações Diretas	R\$ 2.400,00
T O T A LR\$ 2.400,00		

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos do excesso de arrecadação na fonte de recursos 3308 – Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 25 de agosto de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 2.850/2015 - ERRATA

ERRATA DO DECRETO Nº 2.850/2015

O Decreto nº 2.850/2015, de 25 de agosto de 2015, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, Edição nº 1.814, pág. 215 de 26 de agosto de 2015, Dispõe sobre Crédito Adicional Suplementar e dá Outras Providências, passa a vigorar com a seguinte redação no Art. 2º:

ONDE SE LÊ:

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos do excesso de arrecadação na fonte de recursos 3308 – Programa Educação de Jovens e Adultos – PEJA.

LEIA-SE:

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2.014 na fonte de recurso 3308 – Programa Educação de Jovens e Adultos – PEJA.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 26 de agosto de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 2.851/2015

Decreto nº 2.851/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.828 de 17 de dezembro de 2014, conforme art.11,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada parcialmente no Orçamento Próprio da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada no montante de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

05 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.042 – Manutenção do Programa de Atenção Integral a Família - PAIF		
3.1.90.00.00.00.00.0222 (23)	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada:

05 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.042 – Manutenção do Programa de Atenção Integral a Família - PAIF		
3.3.90.00.00.00.00.0222 (25)	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 26 de agosto de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

LEI Nº. 1.855/2015

LEI Nº 1.855/2015.

“ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO CAPÍTULO VI DA LEI Nº 951/99 – QUE DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO URBANO DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JULIANO POZZI PERREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Egrégia Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI :

Art.1º. Ficam incluídas novas disposições na Lei Municipal nº 951/1.999 – “Que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano do Município de Irineópolis”, em seu Art. 59 - Capítulo VI – Das Disposições Gerais, que passa a vigorar acompanhado de parágrafo único e com a seguinte redação:

“Art. 59 - Em imóveis urbanos com área que possibilite o desmembramento em até 2 (dois) imóveis, o primeiro com acesso direto à via pública e o segundo aos fundos do primeiro, e que se enquadrem nos requisitos previstos nesta Lei, fica o segundo imóvel aos fundos do primeiro, dispensado da exigência dos 10 (dez) metros de frente para a via pública, sendo autorizada a constituição de servidão de passagem, nos termos do artigo 1378 e seguintes do Código Civil, com no mínimo, 4 (quatro) metros de largura.”

“Parágrafo único. As despesas para constituição e manutenção da servidão, serão de exclusiva responsabilidade do proprietário, e ainda no caso de extinção ou desuso da servidão constituída, aplicam-se as determinações do Código Civil.”

Art. 2º. À mesma Lei Municipal fica acrescido o Art. 60, com a seguinte redação:

“Art. 60. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

Art. 3º- Os demais artigos da Legislação citada permanecem inalterados.

Art.4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis/SC, 26 de Agosto de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 12-2015 ELENICE**

Portaria Nº 12/2015

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SANDRA RENATE PIEKARZEWICZ MAYDL, Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Conceder a Servidora, ELENICE ISAURA NEPPEL WASMANN, Contadora, o gozo das férias pelo período de 24/08/2015 à 07/09/2015, de acordo com o artigo 101 da Lei Complementar nº 001/97, retornando as atividades normais em 03/09/2015, convertendo 1/3 em abono pecuniário.

Referente ao período aquisitivo de 01/03/2013 a 28/02/2014.

Gabinete da Presidência, em 07 de Agosto de 2015.

Sandra Renate Piekazewicz Maydl

Presidente da Mesa

Itá

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO FINAL - PROCESSO SELETIVO 003/2015

MÉDIAS/CLASSIFICAÇÃO - PROCESSO SELETIVO 003/2015

	NOME E CARGO	NOTA
MONITOR DE TECLADO		
1º	Jansiele Denize Schumann	7,10
2º	Everton Antônio Battisti	6,10
3º	Eliakim Darlei Klement	5,90
MONITOR DE VIOLÃO		
1º	Paulo Vinícius Hassemer	8,15
2º	Luan Horchwart	5,50
3º	Anderson Luis Lemes da Silva	4,80
MONITOR DE BANDA MARCIAL		
1º	Gustavo Luis Oliveira Guimarães	6,95
2º	Lucas Ramires Mingotti	5,80
MONITOR DE BALLET		
1º	José Roberto Oliveira Rosa	8,00
2º	Soyara Muller Chaves	6,35
3º	Mariana Paula Gritti	5,35
MONITOR DE TEATRO		
1º	Dilmara Pratto	6,30
MONITOR DE DANÇA ALEMÃ		
1º	Simone Brand	6,80

DECRETO 063/15

Decreto 063/2015, de 25 de agosto de 2015

"Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências".

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de acordo com o disposto na Lei nº 2.416, de 25 de agosto de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no exercício de 2015, no valor de R\$ 751.000,00 (setecentos cinquenta e um mil reais), conforme descrito a seguir:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

0.001- Encargos Gerais do Município

3.2.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	25.000,00
--	-----------

3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas 120.000,00

2.003- Manutenção Atividades da Secretaria Administração e Fazenda

3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	30.000,00
--	-----------

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

06.01 – Departamento de Educação

2.013- Coordenação e Distribuição Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.1000– Aplicações Diretas	50.000,00
---	-----------

2.015- Transporte Escolar Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.1001– Aplicações Diretas	45.000,00
---	-----------

3.3.90.00.00.00.00.1022– Aplicações Diretas 45.000,00

3.3.90.00.00.00.00.1058– Aplicações Diretas 80.000,00

2.017- Manutenção e Apoio Frequência Ensino Médio e Prof.	
3.3.90.00.00.00.1022- Aplicações Diretas 6.000,00	
08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico	
08.02 – Departamento de Indústria, Comércio e Serviços	
2.027- Capitalização e Transferência a Itá Hidromineral S/A	
3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	150.000,00
08.03 – Departamento de Cultura	
2.029- Manutenção Departamento de Cultura	
3.1.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	40.000,00
09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	
09.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
2.009- Manutenção Serviços Iluminação Pública	
3.3.90.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	40.000,00
09.02 – Fundo Municipal de Saneamento Básico	
2.046- Manutenção Fundo Municipal de Saneamento Básico	
3.3.90.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	120.000,00
Art. 2º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º no valor de R\$ 751.000,00 (setecentos cinquenta e um mil reais) serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento do Município de Itá, conforme a seguir descrito:	
03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
1.033 – Adequação do Centro Administrativo Municipal	
4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	25.000,00
05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiental	
05.01 – Departamento Municipal de Agricultura	
1.004- Aquisição de Equipamentos Rodoviários e Agrícolas	
4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer	
06.01 – Departamento de Educação	
1.009- Ampliação e Adequação Rede Física Colégio Valentin Bernardi	
4.4.90.00.00.00.1058 – Aplicações Diretas	30.000,00
1.010- Aquisição de Veículo Transporte Escolar	
4.4.90.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas	15.000,00
2.014- Manutenção Ensino Fundamental	
3.1.90.00.00.00.1022- Aplicações Diretas	51.000,00
2.016- Aplicação Recursos Salário Educação	
4.4.90.00.00.00.1058- Aplicações Diretas	50.000,00
2.019- Manutenção Pré-Escolar	
3.1.90.00.00.00.1001- Aplicações Diretas	30.000,00
06.02 – Departamento de Esporte e Lazer	
1.012- Construção de Espaços Esportivos e Recreativos	
4.4.90.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	40.000,00
07.00 – Secretaria Assistência Social	
07.01 – Departamento de Assistência Social	
2.022- Manutenção Atividades Departamento Promoção Social	
4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	20.000,00
07.03 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.056- Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	
3.1.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.50.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições	40.000,00

4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
--	-----------

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

08.01 – Departamento de Turismo

1.015- Complexo Turístico Parque Thermas Itá

4.4.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	30.000,00
--	-----------

1.024- Projeto Som e Luz

4.4.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	5.000,00
--	----------

1.042- Projeto Santo Mirante

4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
--	-----------

08.02 – Departamento de Indústria, Comércio e Serviços

1.017- Estímulos Instalação e Desenvolvimento Unidades Produtivas

3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	20.000,00
4.4.50.00.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições Privadas	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	20.000,00
4.5.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00

2.028- Manutenção Departamento Indústria, Comércio e Serviços

3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00

08.03 – Departamento de Cultura

1.022- Construção do Centro de Cultura

4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	60.000,00
--	-----------

1.027- Replicar em Miniatura Antiga Cidade de Itá

4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	15.000,00
--	-----------

08.04 – Fundo Municipal de Turismo

2.030- Manutenção Atividades Fundo Municipal de Turismo

3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	5.000,00

09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

09.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

1.001- Infra estrutura Urbana

4.4.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	15.000,00
--	-----------

2.008- Manutenção Atividades Departamento Urbanismo

4.4.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	20.000,00
--	-----------

09.02 – Fundo Municipal de Saneamento Básico

1.035- Saneamento Básico Municipal

3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	40.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	10.000,00

2.046- Manutenção Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 3º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Fundo Municipal de Saúde de Itá, no exercício de 2015, no valor de R\$ 280.050,00 (duzentos e oitenta mil e cinquenta reais), conforme descrito a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.032- Manter Programa Saúde da Família

3.1.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	250.000,00
--	------------

2.037- Manutenção Convênio com Hospitais

3.3.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	30.050,00
--	-----------

Art. 4º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 4º no valor de R\$ 280.050,00 (duzentos e oitenta mil e cinquenta reais) serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, conforme a seguir descrito:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde

1.019- Aquisição de Veículo

4.4.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	100.000,00
--	------------

2.031- Manutenção Atividades Fundo Municipal de Saúde

3.1.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	180.050,00
--	------------

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá – SC, 25 de agosto de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI 2415

LEI Nº 2415 DE 25 DE AGOSTO DE 2015

“Denomina Centro Comunitário de Linha Adolfo Konder e dá outras providências”.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado o Centro Comunitário de Linha Adolfo Konder, Interior deste Município de Itá, como “CLEMENTINO SANTUCHES”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá – SC, em 24 de Agosto de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI 2416

Lei nº 2416, de 25 de agosto de 2015

“Dispõe Sobre Autorização para a Abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências”.

Leide Mara Bender, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de acordo com o disposto na Lei Orgânica Municipal, Faz Saber, a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e ele, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no exercício de 2015, no valor de R\$ 751.000,00 (setecentos cinquenta e um mil reais), conforme descrito a seguir:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

0.001- Encargos Gerais do Município

3.2.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	25.000,00
--	-----------

3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas 120.000,00

2.003- Manutenção Atividades da Secretaria Administração e Fazenda

3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	30.000,00
--	-----------

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer**06.01 – Departamento de Educação****2.013- Coordenação e Distribuição Merenda Escolar**

3.3.90.00.00.00.00.1000– Aplicações Diretas	50.000,00
---	-----------

2.015- Transporte Escolar Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.1001– Aplicações Diretas	45.000,00
---	-----------

3.3.90.00.00.00.00.1022– Aplicações Diretas 45.000,00

3.3.90.00.00.00.00.1058– Aplicações Diretas 80.000,00

2.017- Manutenção e Apoio Frequência Ensino Médio e Prof.

3.3.90.00.00.00.00.1022– Aplicações Diretas 6.000,00

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico**08.02 – Departamento de Indústria, Comércio e Serviços**

2.027- Capitalização e Transferência a Itá Hidromineral S/A	
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	150.000,00

08.03 – Departamento de Cultura**2.029- Manutenção Departamento de Cultura**

3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	40.000,00

09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos**09.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos****2.009- Manutenção Serviços Iluminação Pública**

3.3.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	40.000,00
--	-----------

09.02 – Fundo Municipal de Saneamento Básico**2.046- Manutenção Fundo Municipal de Saneamento Básico**

3.3.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	120.000,00
--	------------

Art. 2º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º no valor de R\$ 751.000,00 (setecentos cinquenta e um mil reais) serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento do Município de Itá, conforme a seguir descrito:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda**03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda****1.033 – Adequação do Centro Administrativo Municipal**

4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	25.000,00
--	-----------

05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiental**05.01 – Departamento Municipal de Agricultura****1.004- Aquisição de Equipamentos Rodoviários e Agrícolas**

4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
--	-----------

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer**06.01 – Departamento de Educação****1.009- Ampliação e Adequação Rede Física Colégio Valentin Bernardi**

4.4.90.00.00.00.00.1058 – Aplicações Diretas	30.000,00
--	-----------

1.010- Aquisição de Veículo Transporte Escolar

4.4.90.00.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas	15.000,00
--	-----------

2.014- Manutenção Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.1022– Aplicações Diretas	51.000,00
---	-----------

2.016- Aplicação Recursos Salário Educação

4.4.90.00.00.00.00.1058– Aplicações Diretas	50.000,00
---	-----------

2.019- Manutenção Pré-Escolar

3.1.90.00.00.00.00.1001– Aplicações Diretas	30.000,00

06.02 – Departamento de Esporte e Lazer

1.012- Construção de Espaços Esportivos e Recreativos

4.4.90.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	40.000,00
---	-----------

07.00 – Secretaria Assistência Social

07.01 – Departamento de Assistência Social

2.022- Manutenção Atividades Departamento Promoção Social

4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	20.000,00
---	-----------

07.03 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.056- Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade

3.1.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.50.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições	40.000,00
4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

08.01 – Departamento de Turismo

1.015- Complexo Turístico Parque Thermas Itá

4.4.90.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	30.000,00
---	-----------

1.024- Projeto Som e Luz

4.4.90.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	5.000,00
---	----------

1.042- Projeto Santo Mirante

4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
---	-----------

08.02 – Departamento de Indústria, Comércio e Serviços

1.017- Estímulos Instalação e Desenvolvimento Unidades Produtivas

3.3.50.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições	10.000,00
3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	20.000,00
4.4.50.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições Privadas	20.000,00
4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	20.000,00
4.5.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00

2.028- Manutenção Departamento Indústria, Comércio e Serviços

3.3.50.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições	10.000,00
3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	20.000,00
4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00

08.03 – Departamento de Cultura

1.022- Construção do Centro de Cultura

4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	60.000,00
---	-----------

1.027- Replicação em Miniatura Antiga Cidade de Itá

4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	15.000,00
---	-----------

08.04 – Fundo Municipal de Turismo

2.030- Manutenção Atividades Fundo Municipal de Turismo

3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	5.000,00

09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

09.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

1.001- Infra estrutura Urbana

4.4.90.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	15.000,00
---	-----------

2.008- Manutenção Atividades Departamento Urbanismo

4.4.90.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	20.000,00
---	-----------

09.02 – Fundo Municipal de Saneamento Básico

1.035- Saneamento Básico Municipal

3.3.50.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições	10.000,00
3.3.90.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	40.000,00
4.4.90.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	10.000,00

2.046- Manutenção Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 3º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Fundo Municipal de Saúde de Itá, no exercício de 2015, no valor de R\$ 280.050,00 (duzentos e oitenta mil e cinquenta reais), conforme descrito a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.032- Manter Programa Saúde da Família

3.1.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	250.000,00
--	------------

2.037- Manutenção Convênio com Hospitais

3.3.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	30.050,00
--	-----------

Art. 4º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 4º no valor de R\$ 280.050,00 (duzentos e oitenta mil e cinquenta reais) serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, conforme a seguir descrito:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde

1.019- Aquisição de Veículo

4.4.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	100.000,00
--	------------

2.031- Manutenção Atividades Fundo Municipal de Saúde

3.1.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	180.050,00
--	------------

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá – SC, 25 de agosto de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI 2417

LEI Nº 2417 DE 25 DE AGOSTO DE 2015

“Autoriza o Município de Itá a transferir recursos financeiros para a Companhia ITA HIDROMINERAL S/A, inscrita no CNPJ sob o n. 04.583.832/0001-39 e dá outras providências”

LEIDE MARA BENDER, Prefeita de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que coloca em apreciação e votação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte projeto de lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a transferência de recursos financeiros da quantia de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), durante o exercício financeiro de 2015, para a Companhia Itá Hidromineral S/A, inscrita no CNPJ sob o n. 04.583.832/0001-39, a título de auxílio financeiro para custear as despesas de manutenção.

Parágrafo Único. As despesas decorrentes desta Lei ocorrerão por conta do orçamento vigente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá – SC, 25 de agosto de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Itapiranga

PREFEITURA

PREGÃO Nº 144/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL PARA
REGISTRO DE PREÇOS
Nº 144/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 144/2015, cujo objeto é a contratação de empresas para realização de transporte de atletas e outros, conforme autoriza a Lei Municipal nº 2.497/2008. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 10 de setembro de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga – SC, 26 de agosto de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao vigésimo sexto dia do mês de agosto de 2015, a partir das 11:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAICIK DUTRA POHL e VALERIO PACHECO, nomeados pelo(a) Decreto nº 2438/2015, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 44/2015, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT, QUE SERÃO DESTINADOS À SECRETARIA DE OBRAS, SETOR DE FROTAS, E DEFESA CIVIL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento do representante:

Participantes	
Empresa	Representante
BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA ME	VALMIR TAVARES

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foi aberto o envelope de Proposta de Preços da empresa licitante para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisada a proposta foi achada conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, fica a licitante vencedora responsável pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo ao classificado para o lance a oportunidade de redução do preço ofertado na proposta escrita conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de documentação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo HABILITADA para este certame. Verificando vencedora, portanto, a empresa citada abaixo:

Empresas Ganadoras	Itens/Lotes	Valor Total
BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA ME	01	R\$ 6.775,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a empresa ofertante do menor preço, a Pregoeira declarou a empresa supracitada vencedora deste Pregão. O representante credenciado não manifestou interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata. Itapoá, 26 de agosto de 2015.

	FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
ISABELA RAICIK DUTRA POHL Membro		VALERIO PACHECO Membro
BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA ME VALMIR TAVARES		

Ituporanga

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2015 AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA, (ASSISTÊNCIA SOCIAL: CRAS, CREAS, CADASTRO ÚNICO, GESTÃO E PRONATEC) E FEXPONACE.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº47/2015

Processo: 74/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA, (ASSISTÊNCIA SOCIAL: CRAS, CREAS, CADASTRO ÚNICO, GESTÃO E PRONATEC) E FEXPONACE. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 09 de setembro de 2015 até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 09 de setembro de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 27 de agosto de 2015

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2015 AQUISIÇÃO DE TONERS E CARTUCHOS PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC, FEXPONACE E SAÚDE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº48/2015

Processo: 75/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE TONERS E CARTUCHOS PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC, FEXPONACE E SAÚDE. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 11 de setembro de 2015 até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 11 de setembro de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 27 de agosto de 2015

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

Joaçaba

PREFEITURA

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PL 19/2015/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 19/2015/FMS

O Secretário de Saúde Ademir Luiz Righi, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 19/2015/FMS – PP 14/2015/FMS, nos seguintes termos:

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de lancetas e tiras de glicemia, destinadas a manutenção dos programas e atividades desenvolvidas por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

Empresa Vencedora:

CELI PRODUTOS DE AÇO – EPP

R\$: 10.025,00

FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA – ME

R\$: 2.145,00

IRMÃOS PACHECO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME

R\$: 3.525,00

L.A.CN INFORMATICA LTDA – ME

R\$: 1.350,00

LUIS CESAR REIS – EPP

R\$: 22.730,00

ROBERTO TESSARO E CIA LTDA – EPP

R\$: 12.262,00

TARSIO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

R\$: 5.636,00

VALDEMAR TONDELLO – ME

R\$: 71.000,00

FISCAI: PAULA GIOVANA KLEBER

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 20 de agosto de 2015.

ADEMIR LUIZ RIGHI

Secretario- FMS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 262/2015- RECEBIDA EM 18/08/2015

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 262/2015

Autorizo por meio desta, a empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ/MF nº 03.377.072/0001-40 a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação em lajotas sextavadas da Rua Herve Celant, bairro Santa Tereza, no município de Joaçaba SC, de acordo com o Processo de Licitação nº 63/2015/PMJ – Edital Tomada de Preços nº 12/2015/PMJ, homologado no dia 11/06/2015. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 305.807,93 (trezentos e cinco mil, oitocentos e sete reais e noventa e três centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta do Contrato nº 252/2015/PMJ de 11 de junho de 2015 e Termo Aditivo 01/2015 de 03 de agosto de 2015. O prazo de início é em até 10 (dez) dias e a execução é em até 150 (cento e cinquenta) dias contados da data de recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 18 de Agosto de 2015.

Contratante : SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Assinatura e carimbo: _____

VENILTON ROGÉRIO TELES

Secretário

Contratada: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

Representante: SIMAR JOSÉ ROSA

Assinatura e carimbo _____

CPF: 437.061.009-59

RECEBI EM ____/____/____

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 263/2015- RECEBIDA EM 25/08/2015

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO 263/2015

Autorizo por meio desta, a empresa PEDREIRA CALDART LTDA, CNPJ/MF nº 79.386.850/0001-20 a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação em paralelepípedos de parte da Rua Lineu Luiz Bonato, bairro Cruzeiro do Sul, no município de Joaçaba SC, de acordo com o Processo de Licitação nº 58/2015/PMJ – Edital Tomada de Preços nº 10/2015/PMJ, homologado no dia 22/07/2015. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 52.324,00 (cinquenta e dois mil e trezentos e vinte e quatro reais), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta do Contrato nº 255/2015/PMJ de 20 de agosto de 2015. O prazo de início é em até 10 (dez) dias e a execução é em até 90 (noventa) dias contados da data de recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 20 de Agosto de 2015.

Contratante : SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Assinatura e carimbo: _____

VENILTON ROGÉRIO TELES

Secretário

Contratada: PEDREIRA CALDART LTDA

Representante: ALIRIO ANTONIO CALDART

Assinatura e carimbo _____

CPF: 233.832.860-87

RECEBI EM ____/____/____

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

PORTARIA N.º 4606

PORTARIA Nº 4.606 DE 25 DE AGOSTO DE 2015

"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o (a) Sr. (a) CELSO FELIPE BORDIN, Secretário Municipal de Gestão Administrativa, nível CC-1, com lotação na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, para exercer cumulativamente o cargo de Procurador Geral do Município, nível CC-1, (recebendo a remuneração de Secretário neste período), vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal – Divisão da Procuradoria do Município, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 25 de agosto de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4607

PORTARIA Nº 4.607 DE 25 DE AGOSTO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ELIZETE MARQUES, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando n.º 520/2015 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 17 de agosto de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 17 de agosto de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 25 de Agosto de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4608

PORTARIA Nº 4.608 DE 25 DE AGOSTO DE 2015

"NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER AS ATIVIDADES QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

Art. 1º - NOMEAR a servidora ANA PAULA PEREIRA, Técnica de Administração, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para compor a equipe de acompanhamento do Convênio n.º 16/2015 entre o Município de Joaçaba e a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais em especial a Cláusula V, inciso II, substituindo a Sra. Gabriela Pratto.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 25 de agosto de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4609

PORTARIA Nº 4.609 DE 25 DE AGOSTO DE 2015

"ANULA PORTARIA DE SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º ANULAR A PORTARIA N.º 4.576/2015 na qual concede a (o) Servidor (a) Sr.(a) ANA PAULA DA SILVA, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 137.438 de 20 de fevereiro de 2015, referente ao período de 13 de fevereiro de 2012 a 11 de fevereiro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 25 de agosto de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003, em função de solicitação deferida pela Secretaria Municipal de Educação para troca de data para usufruir a referida licença.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 25 de Agosto de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4610

PORTARIA Nº 4.610 DE 25 DE AGOSTO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) IARA TEREZINHA CASTAGNARO SCHNEIDER, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 139.518/2015, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 19 de agosto de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de agosto de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 25 de Agosto de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

TERMO RESCISÃO CONTRATO 75/2015/FMS

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 75/2015/FMS

LOCATÁRIO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

LOCADORA: MARIA ALVANI FIORENTIN VOLPATO.

OBJETO: Não havendo mais interesse por parte da LOCADORA em manter referido contrato de locação, resolvem as partes, de comum acordo, rescindir o contrato nº 75/2015/FMS, firmado em 24/03/2015, proveniente do PL 5/2015/FMS – DL 1/2015/FMS, cujo objeto é a locação de imóvel de propriedade da LOCADORA, compreendendo uma sala comercial denominada Loja nº 01, localizada no pavimento térreo do Condomínio Edifício Wilmar Volpato, situado na Avenida Santa Terezinha, nº 1.728, bairro Menino Deus, matrícula nº 30.549 – Registro de Imóveis 1º Ofício, destinado à instalação de Unidade de Saúde.

DATA ASSINATURA: 06/07/2015.

ATA 12/2015/FMS

Página: 1/8

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Número do Registro de Preços: 12/2015 Data do Registro: 19/08/2015 Válido até: 19/08/2016
 Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos de informática e outros, destinados as novas Unidades de Saúde e ao Programa DST/AIDS/HEPATITES do Município de Joaçaba, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	CADEIRA CAIXA - cadeira alta para uso em bancadas. Altura máxima do assento em relação ao apoio 77 cm / mínima 67 cm. Aro apoio para os pés de ø 52 cm. Regulagem do assento por coluna a gás amortecedor. Em couro ecológico. Cor preta.	UN	TARSIO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (7009)	LG	0	124,0000	1
			FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - ME (8077)	Metatcad	0	125,0000	2
			COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITORIO LTDA - EPP (7449)	LG	0	131,0000	3
5	CADEIRA LONGARINA - Cadeira de espera fixa tipo longarina. Assento plástico injetado em polipropileno copolímero de alta resistência com três lugares. Estrutura de sustentação e suporte do encosto em tubo de aço. Ponteiros em polipropileno injetado. Dimensões aproximadas: 1.415 x 525 x 815 mm (L x P x A). Encosto: 260 x 460 mm (A x L). Assento: 400 x 460 mm (P x L). Cor: preta.	UN	TARSIO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (7009)	PLAX	0	165,0000	1
			LUIS CESAR REIS - EPP (8078)	REFLEX	0	178,0000	2
			FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - ME (8077)	Plex	0	180,0000	3
6	POLTRONA FIXA - modelo ferradura, estrutura em madeira com 04 pés de elevação em alumínio, assento com espuma de densidade mínima 28 e encosto com espuma de densidade mínima 20, revestimento em couro, cor preta. Medidas aproximadas: 1,98 x 0,40 x 1,20 (A x L x P)	UN	TARSIO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (7009)	RD	0	274,0000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	PHOENIX	0	380,0000	2
			COMERCIAL MENELLI LIMITADA - EPP (8074)	SIDFLEX	0	441,9800	3
7	ARMÁRIO MÚLTIPLO - com 02 portas, 04 prateleiras internas e 02 gavetas com correijas metálicas. MDF. Dimensões aproximadas: 1,50 x 0,45 x 0,30 m (A x L x P). Cor branca.	UN	IRMAOS PACHECO COMERCIO E SERVICO LTDA - ME (8079)	BELINIACI	0	235,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 2/8

Número do Registro de Preços: 12/2015		Data do Registro: 19/08/2015		Válido até: 19/08/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos de informática e outros, destinados às novas Unidades de Saúde e ao Programa DST/AIDS/HEPATITES do Município de Joaçaba, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	ARMÁRIO ALTO - Móvel para escritório, fechado com 02 portas, com as seguintes características: Medidas mínimas: 1600 x 890 x 400 mm (A x L x P). Tampo superior em post forming aglomerado 25 mm, com bordas arredondadas 180º na parte frontal. Caixaria em aglomerado 15 mm. Fundo do armário em lâmina de madeira. Acabamento nas laterais e na traseira do tampo em PVC. 02 portas com dobradiças metálicas, com regulagem de pressão e altura, puxadores de metal, fechadura com chave nas duas portas, divisória interna em chapa aglomerado 15 mm, com regulagem de altura a cada 10 cm, com 06 prateleiras internas. Cor branca.	UN	LUIS CESAR REIS - EPP (8078)	REFLEX	0	295,0000	1
			COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITORIO LTDA - EPP (7449)	DELLUS	0	366,0000	2
			LUIS CESAR REIS - EPP (8078)	REFLEX	0	378,0000	3
9	BALCÃO BAIXO - Móvel para escritório, fechado com 02 portas, com as seguintes características: Medidas mínimas: 740 x 910 x 450 mm (A x L x P). Tampo superior em post forming aglomerado 25 mm, com bordas arredondadas 180º na parte frontal. Caixaria em aglomerado 15 mm. Fundo do armário em lâmina de madeira. Acabamento nas laterais e na traseira do tampo em PVC. 02 portas com dobradiças metálicas, com regulagem de pressão e altura, puxadores de metal, fechadura com chave nas duas portas, divisórias internas em chapa aglomerado 15 mm, com regulagem de altura a cada 10 cm, com prateleiras internas. Cor branca.	UN	LUIS CESAR REIS - EPP (8078)	REFLEX	0	195,0000	1
			IRMAOS PACHECO COMERCIO E SERVICO LTDA - ME (8079)	BELNIAKI	0	389,0000	2
			FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - ME (8077)	Delpra	0	450,0000	3
			LUIS CESAR REIS - EPP (8078)	REFLEX	0	195,0000	1
			FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - ME (8077)	Delpra	0	235,0000	2
			IRMAOS PACHECO COMERCIO E SERVICO LTDA - ME (8079)	BELNIAKI	0	252,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 3/8

Número do Registro de Preços: 12/2015 Data do Registro: 19/08/2015 Válido até: 19/08/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos de informática e outros, destinados às novas Unidades de Saúde e ao Programa DST/AIDS/HEPATITES do Município de Joaçaba, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	ARMÁRIO ROUPEIRO em aço (chapa 24), com 12 portas (04 x 03 - L x A), com chave e veneziana de ventilação em cada porta, 01 divisão interna para cada espaço. Medidas: 1,23 x 1,96 x 0,40 m (L x A x P) Cor branca.	UN	CELI PRODUTOS DE AÇO LTDA - EPP (8080)	CELI	0	685,0000	1
			LUIS CESAR REIS - EPP (8078)	REFLEX	0	688,0000	2
			TARSIO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (7009)	LUNASA	0	709,0000	3
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	CELLI	0	742,5000	4
11	ARQUIVO DE AÇO PASTAS SUSPENSAS, chapa 24, cor cinza, com 04 gavetas para pastas suspensas tamanho ofício, com porta elquieta no lado externo, chave de travamento, gavetas deslizantes com rolamentos. Medidas: 1,330 x 466 x 600 mm (A x L x P)	UN	CELI PRODUTOS DE AÇO LTDA - EPP (8080)	CELI	0	330,0000	1
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (7566)	LUNASA	0	335,0000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	CELLI	0	429,0000	3
12	ARQUIVO PARA PASTA SUSPENSAS - Móvel para escritório em post forming, na com 04 gavetas. Medidas mínimas: 1350 x 510 x 450 mm (A x L x P) Tampo superior em post forming aglomerado 25 mm, com bordas arredondadas 180° na parte frontal. Portas em post forming 18 mm. Conexão telescópica nas gavetas. Estrutura metálica na base inferior das gavetas em aço carbono pintado. Tampo de metal sob os gaveteiros para suportar o peso das pastas suspensas. Pintura dos post forming na cor branca.	UN	LUIS CESAR REIS - EPP (8078)	REFLEX	0	397,0000	1
			TARSIO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (7009)	MDP	0	398,0000	2
			FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - ME (8077)	Delpra	0	575,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 4/8

Número do Registro de Preços: 12/2015		Data do Registro: 19/08/2015		Válido até: 19/08/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos de informática e outros, destinados às novas Unidades de Saúde e ao Programa DST/AIDS/HEPATITES do Município de Joaçaba, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	MESA COM GAVETEIRO em madeira MDF revestida com lâmina de madeira e acabamento em verniz; tampo com 25 mm de espessura e frente com 15 mm de espessura. Dimensões: 1,50 x 0,68 cm x 0,74 m; Estrutura metálica com ponteiros de plástico e acabamento em pintura epoxi a pó, com passagem para tração. Três gavetas em MDF de 15 mm com corrediças metálicas e fechadura de travamento. Cor: branca.	UN	LUIS CESAR REIS - EPP (8078)	REFLEX	0	235,0000	1
			IRMAOS PACHECO COMERCIO E SERVICO LTDA - ME (8079)	BELNIAKI	0	389,0000	2
			TARSIO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (7009)	MDP	0	479,0000	3
14	ESTANTE DE AÇO - na cor cinza, com 06 prateleiras com reforço. Medidas aproximadas: 1,760 x 920 x 300 mm (A x L x P).	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (7566)	LUNASA	0	90,0000	1
			COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITORIO LTDA - EPP (7449)	LUNASA	0	91,0000	2
			FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - ME (8077)	RCH	0	110,0000	3
15	FOGÃO - Tipo piso; 04 bocas; forno com capacidade mínima de 40 litros (autolimpante, vidro duplo na porta); 01 prateleira fixa e válvula corta gás; acendimento automático total; mesa de aço inox sobreposta; tampa de vidro temperado; puxadores de forno em metal na cor branca; grades duplas; dimensão aproximada (L x A x P) 50,0 x 88,0 x 60,0 cm; bi volt; classificação de consumo A (forno e mesa); tipo de gás GLP. Cor: branca. Garantia mínima: 12 meses.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ATLAS	0	438,0000	1
			FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - ME (8077)	Muller	0	550,0000	2
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (7566)	ELECTROLUX	0	749,0000	3
16	FORNO MICROONDAS - capacidade mínima de 31 litros. Painel digital com teclas descongelar / ligar + 30 segundos. 220 V. Cor: branca.	UN	FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - ME (8077)	Electrolux	0	429,0000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	PHILCO	0	430,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Página: 5/8

Número do Registro de Preços: 12/2015		Data do Registro: 19/08/2015		Válido até: 19/08/2016			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos de informática e outros, destinados às novas Unidades de Saúde e ao Programa DST/AIDS/HEPATITES do Município de Joaçaba, SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	APARELHO DE DVD, com diversos formatos de leitura, dentre eles, XVID, MP3, Entrada USB. Reproduz CDROM/4-in-1, DVD-RW/4-in-1. Saída de vídeo: Vídeo Composto. Saída de Audio: Digital Coaxial, e Analógica. Garantia mínima: 12 meses.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	LENOX	0	136,0000	1
18	ESTABILIZADOR - em conformidade com a NBR 14373/2006. Leds no painel frontal (indicando rede elétrica normal, alta crítica e baixa crítica). Chave liga/desliga. Potência BIFX 430VA. Tensão nominal de entrada 115/127/220 V e saída 115 V. Seis tomadas elétricas de saída no padrão NBR 14136, sendo 04 com opção para pinos redondos. Porta fusível externo com unidade reserva. Gabinete em plástico anti chama. Filtro de linha integrado. Proteção contra surto de tensão. Proteção contra sub tensão e sobre tensão de rede elétrica com desligamento e rearme automático.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	TS SHARA	0	99,8000	1
19	FRAGMENTADORA DE PAPEL - com corte 3,5 x 3,0 mm, abertura 300 mm, ruído inferior a 62db, lixeira 60 litros, potência 300 watts, capacidade (70g/m2) 22 / 25 fls. 220 V.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	MENO	0	540,0000	1
20	PERSIANA EM ALUMÍNIO - Espessura 21 micras, horizontal. No valor deverá estar incluso os custos de material e serviços de instalação. Cor a definir.	M2	VALDEMAR TONDELLO - ME (7025)	QUEVEDO	0	80,0000	1
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (7566)	LENOXX	0	139,0000	2
			FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - ME (8077)	SMS	0	158,0000	2
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (7566)	SMS	0	159,0000	3
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (7566)	LENNO	0	545,0000	2
			FINALIZZARE DECORACOES LTDA - ME (8076)	COLUMBIA	0	82,0000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	KEVEDO	0	99,0000	3

Página: 6/8

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015**

Número do Registro de Preços: 12/2015 Data do Registro: 19/08/2015 Válido até: 19/08/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos de informática e outros, destinados às novas Unidades de Saúde e ao Programa DST/AIDS/HEPATITES do Município de Joaçaba, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	PERSIANA EM PVC - Vertical. No valor deverá estar incluso os custos de material e serviços de instalação. Cor a definir.	M2	VALDEMAR TONDELLO - ME (7025)	QUEVEDO	0	62,0000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	KEVEDO	0	74,0000	2

Página: 78

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Número do Registro de Preços: 12/2015		Data do Registro: 19/08/2015		Válido até: 19/08/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos de informática e outros, destinados às novas Unidades de Saúde e ao Programa DST/AIDS/HEPATITES do Município de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FINALIZZARE DECORACOES LTDA - ME (8076)	IPE	0	75,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Número do Registro de Preços: 12/2015		Data do Registro: 19/08/2015		Válido até: 19/08/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos de informática e outros, destinados às novas Unidades de Saúde e ao Programa DST/AIDS/HEPATITES do Município de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2015

PROCESSO Nº 19/2015

- (6216) - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP
- (7009) - TARSIO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME
- (7025) - VALDEMAR TONDELLO - ME
- (7449) - COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITORIO LTDA - EPP
- (7566) - L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME
- (8074) - COMERCIAL MENELLI LIMITADA - EPP
- (8076) - FINALIZZARE DECORACOES LTDA - ME
- (8077) - FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - ME
- (8078) - LUIS CESAR REIS - EPP
- (8079) - IRMAOS PACHECO COMERCIO E SERVICO LTDA - ME
- (8080) - CELI PRODUTOS DE ACO LTDA - EPP

Joaçaba, 19 de Agosto de 2015.

HOMOLOGAÇÃO PL 19/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA CNPJ: 10.594.533/0001-00 AV. XV DE NOVENBRO, 223 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2015 - PR	
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: Data do Processo:	19/2015 19/2015 22/07/2015

Folha: 1/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, RAFAE LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 19/2015
b) Licitação Nr.: 14/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 20/08/2015
e) Objeto da Licitação: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos de informática e outros, destinados às novas Unidades de Saúde e ao Programa DST/AIDS/HEPATITES do Município de Joaçaba, SC.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

CELI PRODUTOS DE AÇO LTDA - EPP (8080)

10 ARMÁRIO ROUPEIRO em aço (chapa 24), com 12 portas (04 x 03 - L x A), com chave e veneziana de ventilação em cada porta, 01 divisão interna para cada espaço. Medidas: 1,23 x 1,98 x 0,40 m (L x A x P) Cor branca. - Marca: CELI	UN	5,00	0,0000	685,00	3.425,00
11 ARQUIVO DE AÇO PASTAS SUSPENSAS, chapa 24, cor cinza, com 04 gavetas para pastas suspensas tamanho ofício, com porta etiqueta no lado externo, chave de travamento, gavetas deslizantes com rolamentos. Medidas: 1.330 x 466 x 600 mm (A x L x P) - Marca: CELI	UN	20,00	0,0000	330,00	6.600,00

Total do Fornecedor: 10.025,00**FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - ME (8077)**

16 FORNO MICROONDAS - capacidade mínima de 31 litros. Painele digital com teclas descongelar / ligar + 30 segundos. 220 V. Cor branca. - Marca: Electrolux	UN	5,00	0,0000	429,00	2.145,00
--	----	------	--------	--------	----------

Total do Fornecedor: 2.145,00

Joaçaba, 20 de Agosto de 2015.

ADEMIR LUIZ RIGHI - Secretário

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA CNPJ: 10.594.533/0001-00 AV. XV DE NOVENBRO, 223 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2015 - PR Processo Administrativo: 19/2015 Processo de Licitação: 19/2015 Data do Processo: 22/07/2015
	Folha: 2/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

IRMAOS PACHECO COMERCIO E SERVICO LTDA - ME (8079)

7	ARMÁRIO MULTIUSO - com 02 portas, 04 prateleiras internas e 02 gavetas com corredeiras metálicas. MDF. Dimensões aproximadas: 1,50 x 0,45 x 0,30 m (A x L x P). Cor branca. - Marca: BELNIAKI	UN	15,00	0,0000	235,00	3.525,00
---	---	----	-------	--------	--------	----------

Total do Fornecedor: 3.525,00

L.A.C.N INFORMATICA LTDA - ME (7566)

14	ESTANTE DE AÇO - na cor cinza, com 06 prateleiras com reforço. Medidas aproximadas: 1.760 x 920 x 300 mm (A x L x P). - Marca: LUNASA	UN	15,00	0,0000	90,00	1.350,00
----	---	----	-------	--------	-------	----------

Total do Fornecedor: 1.350,00

LUIS CESAR REIS - EPP (8078)

8	ARMÁRIO ALTO - Móvel para escritório, fechado com 02 portas, com as seguintes características: Medidas mínimas: 1600 x 890 x 400 mm (A x L x P). Tampo superior em post forming aglomerado 25 mm, com bordas arredondadas 180° na parte frontal. Caixaaria em aglomerado 15 mm. Fundo do armário em lâmina de madeira. Acabamento nas laterais e na traseira do tampo em PVC. Acabamento nas caixaarias em PVC 2 mm. 02 portas com dobradiças metálicas, com regulagem de pressão e altura, puxadores de metal, fechadura com chave nas duas portas, divisória interna em chapa aglomerado 15 mm, com regulagem de altura a cada 10 cm, com 06 prateleiras internas. Cor branca. - Marca: REIFLEX	UN	35,00	0,0000	295,00	10.325,00
9	BALCÃO BAIXO - Móvel para escritório, fechado com 02 portas, com as seguintes características: Medidas mínimas: 740 x 910 x 450 mm (A x L x P). Tampo superior em post forming aglomerado 25 mm, com bordas arredondadas 180° na parte frontal. Caixaaria em aglomerado 15 mm. Fundo do armário em lâmina de madeira. Acabamento nas laterais e na traseira do tampo em PVC. Acabamento nas caixaarias em PVC 2 mm. 02 portas com dobradiças metálicas, com regulagem de pressão e altura, puxadores de metal, fechadura com chave nas duas portas, divisórias internas em chapa aglomerado 15 mm, com regulagem de altura a cada 10 cm, com prateleiras internas. Cor branca. - Marca: REIFLEX	UN	15,00	0,0000	195,00	2.925,00

Joaçaba, 20 de Agosto de 2015.

ADEMIR LUIZ RIGHI - Secretário

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA CNPJ: 10.594.533/0001-00 AV. XV DE NOVEMBRO, 223 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2015 - PR Processo Administrativo: 19/2015 Processo de Licitação: 19/2015 Data do Processo: 22/07/2015
	Folha: 3/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LUIS CESAR REIS - EPP (8078)

12 ARQUIVO PARA PASTA SUSPENSAS - Móvel para escritório em post forming, na com 04 gavetas. Medidas mínimas: 1350 x 510 x 450 mm (A x L x P) Tampo superior em post forming aglomerado 25 mm, com bordas arredondadas 180° na parte frontal. Portas em post forming 18 mm. Corrediça telescópica nas gavetas. Estrutura metálica na base inferior das gavetas em aço carbono pintado. Tampo de metal sob os gaveteiros para suportar o peso das pastas suspensas. Pintura dos post forming na cor branca. - Marca: REIFLEX	UN	15,00	0,0000	397,00	5.955,00
13 MESA COM GAVETEIRO em madeira MDF revestida com lâmina de madeira e acabamento em verniz; tampo com 25 mm de espessura e frente com 15 mm de espessura. Dimensões: 1,50 x 0,68 cm x 0,74 m; Estrutura metálica com ponteiros de plástico e acabamento em pintura epóxi a pó, com passagem para fiação. Três gavetas em MDF de 15 mm com corrediças metálicas e fechadura de travamento. Cor: branca. - Marca: REIFLEX	UN	15,00	0,0000	235,00	3.525,00
Total do Fornecedor:					22.730,00

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)

15 FOGÃO - Tipo piso; 04 bocas; forno com capacidade mínima de 40 litros (autolimpante, vidro duplo na porta); 01 prateleira fixa e válvula corta gás; acendimento automático total; mesa de aço inox sobreposta; tampa de vidro temperado; puxadores de forno em metal na cor branca; grades duplas; dimensão aproximada (L x A x P) 50,0 x 88,0 x 60,0 cm; bi volt; classificação de consumo A (forno e mesa); tipo de gás GLP. Cor branca. Garantia mínima: 12 meses. - Marca: ATLAS	UN	5,00	0,0000	438,00	2.190,00
17 APARELHO DE DVD, com diversos formatos de leitura, dentre eles, XVID, MP3. Entrada USB. Reproduz CDRom/r/r+r, DVD-RW/r/r+dl. Saída de vídeo: Vídeo Composto. Saída de Áudio: Digital Coaxial, e Analógica. Garantia mínima: 12 meses. - Marca: LENOX	UN	5,00	0,0000	136,00	680,00
18 ESTABILIZADOR - em conformidade com a NBR 14373/2006. Leds no painel frontal (indicando rede elétrica normal, alta crítica e baixa crítica). Chave liga/desliga. Potência BIFX 430VA. Tensão nominal de entrada 115/127/220 V e saída 115 V. Seis tomadas elétricas de saída no padrão NBR 14136, sendo 04 com opção para pinos redondos. Porta fusível externo com unidade reserva. Gabinete em plástico anti chama. Filtro de linha integrado. Proteção contra surto de tensão. Proteção contra sub tensão e sobre tensão de rede elétrica com desligamento e rearme automático. - Marca: TS SHARA	UN	40,00	0,0000	99,80	3.992,00
19 FRAGMENTADORA DE PAPEL - com corte 3,5 x 3,0 mm, abertura 300 mm, ruído inferior a 62db, lixeira 60 litros, potência 300 watis, capacidade (70g/m2) 22 / 25 fls. 220 V. - Marca: MENO	UN	10,00	0,0000	540,00	5.400,00
Total do Fornecedor:					12.262,00

Joaçaba, 20 de Agosto de 2015.

ADEMIR LUIZ RIGHI - Secretário

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

CNPJ: 10.594.533/0001-00
 AV. XV DE NOVENBRO, 223
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 14/2015 - PR

Processo Administrativo: 19/2015
 Processo de Licitação: 19/2015
 Data do Processo: 22/07/2015

Folha: 4/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TARSIO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME (7009)

4	CADEIRA CAIXA - cadeira alta para uso em bancadas. Altura máxima do assento em relação ao apoio 77 cm / mínima 67 cm. Aro apoio para os pés de Ø 52 cm. Regulagem do assento por coluna a gás amortecedor. Em couro ecológico. Cor preta. - Marca: LG	UN	10,00	0,0000	124,00	1.240,00
5	CADEIRA LONGARINA - Cadeira de espera fixa tipo longarina. Assento plástico injetado em polipropileno copolímero de alta resistência com três lugares. Estrutura de sustentação e suporte do encosto em tubo de aço. Ponteiros em polipropileno injetado. Dimensões aproximadas: 1.415 x 525 x 815 mm (L x P x A). Encosto: 260 x 460 mm (A x L). Assento: 400 x 460 mm (P x L). Cor: preta. - Marca: PLAX	UN	20,00	0,0000	165,00	3.300,00
6	POLTRONA FIXA - modelo ferradura, estrutura em madeira com 04 pés de elevação em alumínio, assento com espuma de densidade mínima 28 e encosto com espuma de densidade mínima 20, revestimento em corino, cor preta. Medidas aproximadas: 1,98 x 0,40 x 1,20 (A x L x P) - Marca: RD	UN	4,00	0,0000	274,00	1.096,00
Total do Fornecedor:						5.636,00

VALDEMAR TONDELLO - ME (7025)

20	PERSIANA EM ALUMÍNIO - Espessura 21 micras, horizontal. No valor deverá estar incluso os custos de material e serviços de instalação. Cor a definir. - Marca: QUEVEDO	M2	500,00	0,0000	80,00	40.000,00
21	PERSIANA EM PVC - Vertical. No valor deverá estar incluso os custos de material e serviços de instalação. Cor a definir. - Marca: QUEVEDO	M2	500,00	0,0000	62,00	31.000,00
Total do Fornecedor:						71.000,00
Total Geral:						128.673,00

Joaçaba, 20 de Agosto de 2015.

 ADEMIR LUIZ RIGHI - Secretário

IMPRES

RENTABILIDADE CARTEIRA IMPRES JULHO/2015


Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - SC

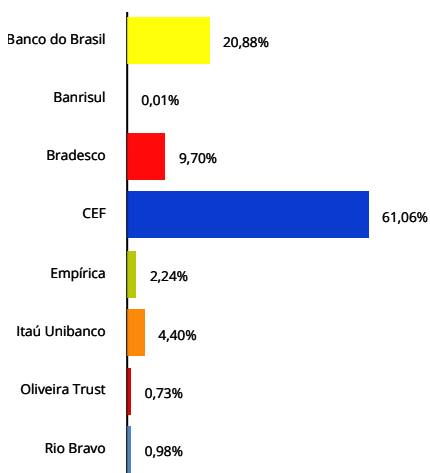
Relatório da Carteira de Investimentos

JULHO

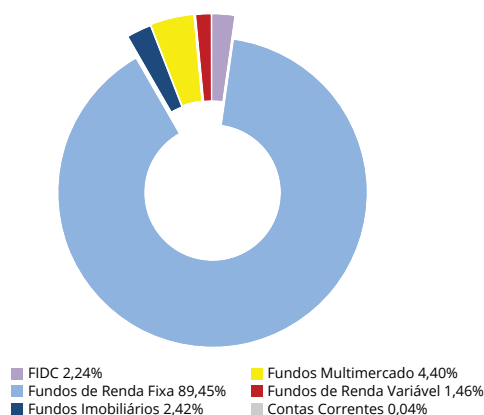
Os recursos do IMPRES são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência.

A diretoria do Instituto, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos. Neste mês a carteira de investimentos está distribuída da seguinte forma:

Distribuição da Carteira por Instituição Financeira



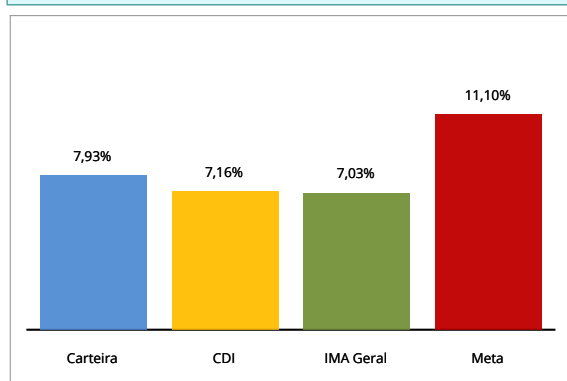
Distribuição da Carteira por Segmento



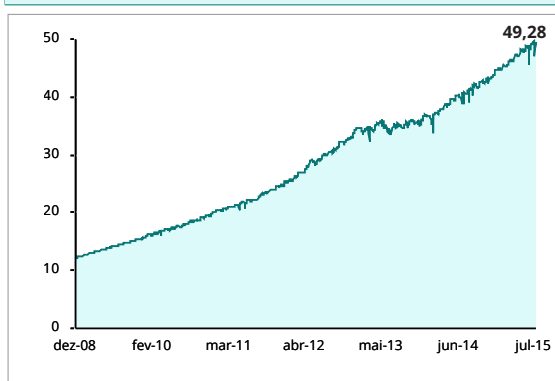
HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 252 DIAS ÚTEIS
IMPRES	1,40%	7,93%	12,59%
CDI	1,18%	7,16%	12,02%
IMA Geral	0,51%	7,03%	11,13%
Meta Atuarial - INPC + 6 %	1,07%	11,10%	16,30%

Carteira x Indicadores em 2015



Evolução do Patrimônio (em R\$ Milhões)



Análise de Desempenho: A carteira do IMPRES tem como principal objetivo superar a Meta Atuarial.

SMI Consultoria de Investimentos
Fone: 48 3037 1001
www.smiconsult.com.br



Análise Macroeconômica

Ao longo do mês de julho, a Presidente do Federal Reserve (Banco Central americano) Janet Yellen declarou diversas vezes que os juros serão elevados neste ano. Apesar de continuarmos acreditando que o liftoff (elevação dos juros) deveria ocorrer só em 2016, não podemos ignorar uma sinalização tão clara e tão direta feita pela Presidente do Banco Central mais importante do mundo. Como os salários de lá seguem crescendo a taxas inferiores ao período pré-crise (atualmente valorizam em torno de 2% ao ano, e até 2009 cresciam entre 3% e 4%) e a inflação segue muito baixa (o índice de inflação acompanhado pelo BC americano está em 0,3%, enquanto o índice oficial de inflação está em 0,1%), acreditamos que o liftoff deva ocorrer na reunião do FOMC de dezembro deste ano, e não na de setembro, como aposta a maior parte do mercado.

O comunicado do FOMC divulgado no final do mês de julho mostrou que o Comitê está bastante otimista com a atividade americana, embora mostre certa preocupação sobre os impactos da apreciação do dólar na balança comercial americana – como o dólar se fortaleceu em relação às demais moedas do mundo, os países compram menos produtos americanos. Com relação à inflação estar bastante baixa, os membros do FOMC mantiveram a visão de que se trata de uma situação passageira, causada pela queda de preços das commodities, sendo que os preços devem se elevar no decorrer dos próximos meses.

Na Zona do Euro, a situação da Grécia ainda não foi solucionada. Na carta mensal do último mês, citamos a fala de um dos membros do Banco Central Europeu, Ewald Nowotny, para ilustrar a tolerância que acabou se formando sobre o calote grego. A diretora do FMI, Christine Lagarde, deu diversas declarações no sentido de estimular os credores a conceder um desconto à dívida grega. Na prática, os credores estarão aceitando tomar um calote de um montante conhecido, em vez de correrem o risco de um calote de proporções desconhecidas.

Por fim, na China, continuamos acreditando que há riscos relevantes em seu sistema financeiro não oficial que ainda não vieram à tona. O governo chinês certamente estará disposto a agir caso um evento não antecipado ocorra. No entanto, um acontecimento deste porte deve trazer dificuldade adicional à recuperação da economia global.

A situação econômica brasileira segue cada vez mais complicada. Temos mais dificuldade de antever uma melhora da economia do país. Infelizmente, passamos a esperar que uma retomada efetiva da economia só aconteça a partir de 2019. Hoje acreditamos em uma retração da atividade de 2,2% neste ano, seguida de uma nova retração de 0,6% em 2016.

A redução da meta de superávit primário deste ano pelo governo foi, de longe, o assunto mais importante e o mais relevante para a piora da perspectiva brasileira. Embora os ministros da Fazenda e do Planejamento tenham deixado claro que não estão menos comprometidos com a redução dos gastos do governo e com a trajetória da relação dívida-PIB, a notícia não deixou de ser muito ruim. A nova meta de superávit é de 0,15% do PIB (equivalente a R\$ 8 bilhões) e, em nossa visão, não será atingida.

Na semana seguinte à redução da meta de superávit primário, a Standard & Poor's colocou a nota de rating da economia brasileira em perspectiva negativa. O Brasil já possuía a nota mais baixa possível dentro da classificação de grau de investimento, de forma que a perda de grau se tornou o cenário mais provável. Desta forma, acreditamos que a S&P rebaixará o Brasil a grau especulativo no primeiro trimestre de 2016.

Além da piora econômica, a piora da situação política também foi bastante latente ao longo do mês. Especulações sobre o impeachment de Dilma são cada vez mais frequentes nos jornais e uma nova manifestação popular contra o governo e o PT está marcada para o dia 16/08. Nos primeiros dias do mês de agosto, o DataFolha apontou que a rejeição de Dilma chegou ao pior nível de um presidente eleito desde a redemocratização – pior, inclusive, que as estatísticas de Collor.

Na política monetária, o Copom elevou a meta da Taxa Selic para 14,25% a.a, em linha com o que era esperado pela SOMMA Investimentos. O Comunicado da reunião sugeriu disposição do Comitê em manter a Selic inalterada neste valor por um longo período, mas a ata detalhou que o Comitê está acompanhando a situação fiscal e a taxa de câmbio. Se ambas as variáveis piorarem, deveremos ter novos aumentos da taxa básica de juros.



Renda Fixa

Em julho, vimos o cenário de deterioração do Brasil se confirmar em várias frentes. O crescimento econômico que se esperava para 2016, já ficou para lá de 2018. O enfraquecimento do governo, batendo recordes de rejeição e isolando a presidente. A jogada de toalha do ajuste fiscal com a redução da meta para pífios 0,15%. A ameaça de perda do grau de investimento e o Bacen afirmando a permanência da taxa de juros em patamar elevado por mais tempo. Como se tudo isso não fosse suficiente, ainda temos que lidar com a dúvida em relação ao início do aumento da taxa de juros dos EUA. Todos esses fatores pressionam as taxas de juros e o dólar para cima. A elevação da moeda americana fica mais intensa ainda devido ao ajuste que os fundos de pensão estrangeiros, que não podem ter exposição a países sem grau de investimento, estão fazendo em suas carteiras, encerrando suas posições no nosso mercado.

No Brasil, as curvas de juros de longo prazo fecharam em alta, com o movimento se intensificando na última semana do mês. Os juros de curto prazo (FUT DI1 F16, vencimento janeiro/2016), abriram o mês a 14,24%, chegaram a 14,31% e fecharam em 14,19% a.a., um movimento lateral já precificado pela alta de 50 pontos base. O movimento dos juros de longo prazo (FUT DI1 F21, vencimento janeiro/2021) foi mais volátil. Abriam o mês em 12,68%, chegaram na máxima de 13,43% e fecharam em 12,77% a.a., encerrando uma alta de 0,71%. Alguns vértices mais longos apresentaram altas mais fortes, como o FUT DI1 F24, que encerrou o mês subindo 2,55%. Nesse ambiente, o IMA-B fechou com uma queda de 0,73% e o IRF-M com alta de 1,23%. O CDI apresentou variação de 1,18% no mês de julho.

O forte movimento do dólar se deveu aos fatores já mencionado acima. O mau humor do cenário interno está pesando bastante, sendo que a moeda americana fechou o mês com alta de 9,39%, abrindo o mês em R\$ 3,1026 e fechando em R\$ 3,394. As taxas de juros de longo prazo dos títulos americanos apresentaram queda de 7,35% no mês, após ter subido 10,92% em junho. Os juros de 10 anos fecharam o mês de maio em 2,35% e junho em 2,18% a.a. Essa queda é atribuída a aversão ao risco desencadeada pelo cenário conturbado do sistema financeiro chinês. O dólar ainda pode sofrer pressão de alta, caso o cenário interno continue nebuloso.

Renda Variável

A partir da segunda quinzena de julho, ficou latente o agravamento da crise política. O rompimento formal do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), associado ao anúncio da redução da meta fiscal agravada por interesses políticos adversos, além da revisão negativa do rating soberano por parte da S&P foram fatos que se fizeram o Ibovespa recuar 8% no momento mais delicado do mês. Com a alta volatilidade, parte dos investidores, talvez contabilizando a Bolsa em dólar, identificaram o momento como uma oportunidade de entrada, sendo que houve relativa melhora do Ibovespa ao final do mês.

Lages

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 75/2015 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 75/2015

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 75/2015 através da Secretaria Municipal de Educação, com a empresa ACRO – Associação das Comunidades Rurais Organizadas, inscrito no CNPJ sob n.º 78.477.767/0001-01, com sede a Avenida João Goulart, 1020 – Bairro: Pisani, CEP: 88.521-752, na cidade de Lages/SC, para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação dos Alunos da Rede Municipal, pelo valor de R\$ 69.850,06 (sessenta e nove mil oitocentos e cinquenta reais e seis centavos).

OBJETO	QUANT	UN	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
Alface	11.606	Pés	1,57	18.221,42
Bolacha Caseira	700	Kg	14,56	10.192,00
Couve Manteiga	3.582	Maço	1,55	5.552,10
Espinafre	900	Maço	1,59	1.431,00
Feijão Preto	4.000	Kg	4,00	16.000,00
Tempero verde	11.606	Maço	1,59	18.453,54
VALOR TOTAL R\$				69.850,06

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 17 de Agosto de 2015.
Marimília Casa Costa Coelho
Secretária Municipal de Educação

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Marimília Casa Costa Coelho, Secretária Municipal de Educação, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 17 de Agosto de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito em Exercício

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 282/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

O 4º TERMO ADITIVO CONTRATO 282/2014 –PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SOLUÇÃO CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ n.º 05.091.927/0001-06, com sede a Rua Fritz Spornau, 653 – Bairro Fortaleza – CEP 89055-200 – Blumenau/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Pavimentação Asfáltica da Rua Portugal

2.2 De Execução: Fica prorrogado até 31/12/2015;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado até 31/12/2015.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 25 de junho de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte – Prefeito Municipal

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 95/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 95/2103 – 5º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC – cep: 88.505-900.

CONTRATADA: CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.703.684/0001-50, com sede à Rua Antonio Edu Vieira n.º 646 - sala 01 - Lages/SC – CEP: 88.508-300 – fone:99831026.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A Contratação de Empresa de Engenharia para Construção da Praça dos Esportes e da Cultura.

2.2 De Execução: Fica prorrogado até 31/12/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUA.

Fica prorrogado até 31/12/2015.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 13 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte – Prefeito de Lages

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO CONTRATO 95/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 95/2103 – 6º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC – cep: 88.505-900.

CONTRATADA: CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.703.684/0001-50, com sede à Rua Antonio Edu Vieira n.º 646 - sala 01 - Lages/SC – CEP: 88.508-300 – fone:99831026.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A Contratação de Empresa de Engenharia para Construção da Praça dos Esportes e da Cultura.

De acordo com solicitação da Secretaria do Planejamento com anuência da Secretaria da Fazenda com parecer Secretaria da Fazenda Favorável ADITA-SE o valor correspondente a correção anual IGP-DI de 5,6224%..

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 26 de Agosto de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte – Prefeito de Lages

EXTRATO ARP 06/2015 PML PP 96/2015 KIFERRO

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/2015

PROCESSO Nº 217/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Ferragens para Confeção de Elementos para o Natal Felicidade 2015, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE TURISMO, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 96/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 8.222,50 (vinte e sete mil setecentos e trinta reais), sendo:

KIFERRO COMÉRCIO DE FERRO E AÇO LTDA

CNPJ: 73.989.956/0001-31

RUA BERNARDO DORNBUSCH 2343 – VILA LALAU

CEP: 89.256-100 – JARAGUÁ DO SUL/SC

Lages/SC 14 de Agosto de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO ARP 06/2015 PML PP 96/2015 MATHEUS

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/2015

PROCESSO Nº 217/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Ferragens para Confeção de Elementos para o Natal Felicidade 2015, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE TURISMO, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 96/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 5.185,00 (vinte e sete mil setecentos e trinta reais), sendo:

MATHEUS VIEIRA ZAGO EPP

CNPJ: 10.515.077/0001-58

RUA NILO PEÇANHA, S/N.º - BAIRRO FREI ROGÉRIO – LAGES/SC

CEP: 88508-500

Lages/SC 14 de Agosto de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO CONTRATO 01/2015 LAGESPREV

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 01/2015 LAGESPREVI.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: SMI PRIME – CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 11.882.190/0001-34, com sede a Rua Dom Jaime Câmara, 170 – Prime Tower – sala 901 – CEP 88.015-120 – Centro – Florianópolis/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 01/2014, correlato a Tomada de Preços nº 01/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada, com a finalidade da prestação de serviços de assessoria em relação ao mercado financeiro, capacitada a realizar diagnóstico da carteira de investimentos, para assessorar na elaboração e aplicação da política de investimentos, realizar treinamento e capacitação aos gestores e conselheiros nos assuntos relacionados ao mercado financeiro,

disponibilizar software para o preenchimento das APR's – Autorização de Aplicação e Resgate, disponibilizando o referido documento em ambiente WEB privativo da entidade previdenciária que gere o RPPS municipal, disponibilizar software para simulações dos retornos financeiros ou percentuais com os fundos da carteira de renda variável, executar controles relacionados às aplicações e investimentos, executar avaliação de risco dos ativos, analisar a rentabilidade mensal das aplicações financeiras, elaborar cenários macroeconômicos, realizar a análise e emitir parecer documentado de novos produtos financeiros, assessorar nas questões relacionadas ao enquadramento das aplicações em conformidades com as normas e princípios da Resolução do CMN nº 3.922/2010, na Portaria MPS nº 519 de 24 de agosto de 2011, alterada pela Portaria MPS nº 170 de 25 de abril de 2012 e pela Portaria MPS nº 440 de 09 de outubro de 2013 e suas alterações durante a vigência do contrato. Disponibilizando todos os referidos documentos, relatório e ferramentas, em ambiente web privativo da entidade previdenciária que gere o RPPS municipal, acessado exclusivamente através de login e senha, em conformidade com o Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.2. Os serviços contratados englobam:

1.2.1. a elaboração de diagnóstico da situação atual da carteira de investimentos, nos termos da Resolução nº 3.922/2010, do CMN e da Política de Investimentos do LAGESPREVI;

1.2.2. a elaboração de relatório gerencial mensal com, no mínimo, a composição da carteira de investimentos, a distribuição por segmento e por instituição financeira, o desempenho da carteira de investimentos do LAGESPREVI, informando a rentabilidade real e consolidada (mensal e acumulada no período) das aplicações financeiras, apresentar um resumo da carteira de cada um dos fundos investidos e, a consolidação dos ativos que compõem a carteira destes fundos, bem como, dos ativos da carteira própria (se houver), permitindo uma visão geral dos ativos financeiros. Em face às premissas atuariais adotadas, o LAGESPREVI tem na sua composição um Fundo Financeiro e um Fundo Previdenciário, devendo ser os relatórios elaborados separadamente e consolidados, em consonância com a Resolução nº 3.922/2010, do CMN e com a Política de Investimentos do LAGESPREVI;

1.2.3. a elaboração de parecer mensal sobre o enquadramento das aplicações nos termos da Resolução nº 3.922/2010, do CMN e da Política de Investimentos do LAGESPREVI;

1.3.4. a elaboração de um relatório obrigatoriamente em prazo hábil, que vise subsidiar completamente o preenchimento do "DAIR - Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – no sistema CADPREV" do MPS;

1.3.5. a elaboração de relatório individual mensal, demonstrando o resultado financeiro obtido pelo LAGESPREVI em cada uma das suas aplicações financeiras que, em face às premissas atuariais adotadas, tem na sua composição fundo financeiro e previdenciário, devendo ser elaborado separadamente e consolidados;

1.3.6. a elaboração de relatório semanal de fluxo de caixa da carteira de investimentos, de modo que permita verificar as movimentações de entradas e saídas de recursos, bem como do enquadramento da carteira em relação à Resolução nº 3.922/2010, do CMN e à Política de Investimentos do LAGESPREVI;

1.3.7. a elaboração de relatório diário demonstrando a evolução do patrimônio do LAGESPREVI em valor monetário (em reais) e percentualmente – a chamada cota única;

1.3.8. a elaboração de relatório atualizado com os prazos de emissão e resgate de cotas dos fundos de investimentos, que compõem a carteira de investimentos do LAGESPREVI;

1.3.9. o assessoramento na definição de regras e normas para a alocação de recursos, propondo metas de alocação de recursos em segmentos específicos e limites de exposição ao risco, nos termos da Resolução nº 3.922/2010, do CMN e da Política de Investimentos do LAGESPREVI;

1.3.10. o desenvolvimento de avaliações focadas em estratégias e planos de ação direcionados à redução da volatilidade, à

antecipação de efeitos das mudanças estruturais econômicas e à ampliação contínua do nível de conhecimento do mercado dos gestores, membros do Comitê de Investimentos e conselheiros do LAGESPREVI, devidamente fundamentada em pesquisas e pareceres técnicos;

1.3.11. o monitoramento da indústria de fundos de investimentos, que subsidie a licitante a apresentar alternativas de investimentos ao LAGESPREVI;

1.3.12. a análise de novos produtos financeiros para aplicações, nos termos da Resolução nº 3.922/2010, do CMN e da Política de Investimentos do LAGESPREVI, num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação do LAGESPREVI, via correio eletrônico, exceto para fundos estruturados, cujo prazo será de 15 (quinze) dias úteis, a contar da solicitação do LAGESPREVI, onde seja exposta a opinião clara e pontual da consultoria a respeito do produto financeiro analisado;

1.3.13. o assessoramento na elaboração, possíveis alterações e aplicação da Política de Investimentos do LAGESPREVI, nos termos da Resolução nº 3.922/2010, do CMN;

1.3.14. disponibilizar Software para elaboração e publicação das Autorizações de Aplicação e Resgate – APR, conforme exigência do MPS;

1.3.15. o assessoramento no credenciamento de instituições para receber as aplicações dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS administrado pelo LAGESPREVI, realizando-se análise e registro do gestor e distribuidor do fundo, incluindo ferramenta para o controle de prazos e respectivas atualizações, nos termos da Portaria nº 440, de 9 de outubro de 2013, do MPS;

1.3.16. a realização de reunião mensal e presencial entre o consultor da licitante, os gestores, membros do Comitê de Investimentos e Conselheiros do LAGESPREVI, ou a critério do Instituto;

1.3.17. o treinamento e capacitação dos gestores, membros do Comitê de Investimentos e Conselheiros do LAGESPREVI, no mínimo 2 (duas) vezes ao ano, com carga horária estimada de 4 (quatro) horas por evento e direcionados a assuntos relevantes ao mercado financeiro;

1.3.18. o atendimento eletrônico, telefônico e pessoal na sede da licitante.

1.3.19. apresentação do relatório utilizado para acompanhamento das taxas indicativas dos títulos públicos federais que compõem o IRF-M e o IMA-B, bem como a média ponderada das taxas indicativas dos títulos que compõem os índices e sub índices IMA;

1.3.20. apresentação do relatório utilizado para apresentar sugestões na alocação dos recursos financeiros do instituto na montagem da carteira de investimentos, tendo como premissa a MACRO ALOCAÇÃO, ou seja, para os segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, indicando os diversos índices e Benchmark, NÃO fazendo referência a produtos financeiros.

1.3. Todos os relatórios, análises, diagnósticos, entre outros documentos oriundos da presente contratação devem ser disponibilizados em ambiente web, privativo do LAGESPREVI, e por meio impresso sempre que solicitado.

1.4. Todas as informações prestadas pelo LAGESPREVI obrigam ao dever de sigilo, não podendo ser divulgadas sem prévia e expressa autorização escrita por parte do LAGESPREVI

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) 2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega: em até 05 dias da(s) Solicitação(ões) do(s) Relatório(s) Técnico(s).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 3.350,00 (três mil, trezentos e cinquenta reais) Lages, 11 de agosto de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 365/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 365/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS ORGANIZADAS – ACRO - inscrita no CNPJ sob n.º 78.477.767/0001-01, com sede à Avenida João Goulart, 1020 – Bairro Pisani, CEP 88.521-752, na cidade de Lages/SC.

Contrato decorrente da Dispensa de Licitação 75/2015, Chamamento Público 01/2015, Ata 02/2015 de 10 de Julho de 2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para consumo dos alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, nos meses de Agosto a Dezembro do corrente ano, com termos dos anexos:

I - Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar;

II - Relação de Fornecedores/Produtos/Quantidades/Valores;

III - Especificações dos produtos; que ficam fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento, expedida pela Diretoria de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31/12/2015, o que acontecer primeiro;

a) A entrega dos produtos relacionados no anexo II deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com o cronograma de entrega anexo a Chamada Pública n.º 01/2015;

b) O recebimento dos produtos dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e a(s) Nota(s) Fiscal(is) de Venda pela pessoa responsável pela alimentação, no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 69.850,06 (sessenta e nove mil oitocentos e cinquenta reais e seis centavos).

Lages, 17 de agosto de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 366/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 366/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 07.703.684/0001-50 com sede Rua Antônio Edu Vieira, 646 – S-01 Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 179/2015, correlato à Tomada de Preços nº 27/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Pintura na 8ª Delegacia Regional de Polícia, à Rua Lauro Muller, nº 142, Bairro Centro, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, em até 04 (quatro) meses, a contar da data da assinatura da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 49.658,45 (quarenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta e cinco centavos)

Lages, 17 de agosto de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 64/2015 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 64/2015 - SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADO: HEXIS CIENTÍFICA S/A, inscrita no CNPJ n.º 53.276.010/0001-10, com sede a Avenida Antonieta Piva Barranqueiros, 385 – Distrito Industrial – Jundiá/SP – CEP 13.208-090.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 47/2015, correlato à prego Presencial 28/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Controladores e Sondas de Oxigênio dissolvido para Operação do Modulo II- ETE (Estação de Tratamento de Esgoto), Bairro Caça e Tiro, conforme planilha de quantitativos em anexo, parte integrante do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) 2.1 De 2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), incluindo o descarregamento em até 60 (sessenta) dias a contar da(s) solicitação(s), na Secretaria Municipal de Águas e Saneamento SEMASA, Av 1º de Maio, nº 1700, B: Popular posteriormente agendada a data para instalação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 94.800,00 (noventa e quatro mil e oitocentos reais).

Lages, 26 de agosto de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal (SEMASA)

PP 40-2015 SMS; TP 28 E 29-2015 PML; PE 17-2015 SMS E TP 12-2015 SEMASA**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 40-2015 SMS

Objeto: Aquisição de Medicamentos Judiciais e Injetáveis.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 16/09/2015 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 166.124,29

Modalidade: PE 17-2015 SMS

Objeto: Aquisição de Veículos

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 17/09/2015 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 281.765,32

Modalidade: TP 28-2015 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Pavimentação e Drenagem Urbana da Rua João Severiano Waltrick.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 15/09/2015 às 16:00

Valor Estimado: R\$ 195.303,95

Modalidade: TP 29-2015 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Confecção de Muro de Fechamento e Rampa de Acesso do CEIM Promorar

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 18/09/2015 às 13:30
Valor Estimado: R\$ 179.386,11

Modalidade: TP 12-2015 SEMASA
Objeto: Construção de Estrutura em Concreto Pré-Moldado.
Tipo: Menor Preço Global
Abertura: 17/09/2015 às 16:30
Valor Estimado: R\$ 374.589,30

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus.
Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 26 de agosto de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO Nº 04 PP 35-2015 SMS

RERRATIFICAÇÃO Nº 04

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015 SMS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA UNIDADES DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO DA SMS, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES PRESCRITAS NO ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA, PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido de impugnação e a Solicitação da Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que algumas alterações se fizeram necessárias no edital em comento. As alterações encontram-se disponibilizadas no site: www.lages.sc.gov.br

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 13:30 horas do dia 31/08/2015, para às 13:30 do dia 21/09/2015.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 26 de agosto de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.453/15

DECRETO Nº 4.453 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014.

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Proj/Atividade: 2.703 – Vigilância em Saúde
Elemento da Despesa: 98 – 3.1.90.11.00.00.00.00.01.0101 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 110.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Proj/Atividade: 2.703 – Vigilância em Saúde
Elemento da Despesa: 102 – 3.1.90.16.00.00.00.00.01.0101 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R\$ 110.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.454/15

DECRETO Nº 4.454 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014.

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Proj/Atividade: 2.711 – Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU
Elemento da Despesa: 35 – 3.1.90.11.00.00.00.00.01.0101 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 160.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Proj/Atividade: 2.711 – Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU
Elemento da Despesa: 37 – 3.1.90.16.00.00.00.00.01.0101 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R\$ 160.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.455/15

DECRETO Nº 4.455 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014.

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Proj/Atividade: 2.700 – Estender, equipar e manter a rede básica
Elemento da Despesa:
5 – 3.1.90.11.00.00.00.00.01.0002 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 600.000,00
6 – 3.1.90.13.00.00.00.00.01.0002 - Obrigações Patronais R\$ 50.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Proj/Atividade: 2.700 – Estender, equipar e manter a rede básica
Elemento da Despesa: 7 – 3.1.90.16.00.00.00.00.01.0002 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

..... R\$ 650.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.456/15

DECRETO Nº 4.456 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 e transpostos os valores de dotação orçamentária entre elementos de despesas correntes no orçamento de 2015, no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 14 Fundo Municipal de Assistência Social.
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.
Proj/ Atividade: 2.214 – Proteção Social Especial
Elemento da Despesa: 5 – 3.3.50.43.00.00.00.00.0035 - Subvenções Sociais
..... R\$ 21.000,00

Art. 2º. Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados em iguais valores os recursos das seguintes dotações:

Órgão: 14 Fundo Municipal de Assistência Social.
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.
Proj/ Atividade: 2.214 – Proteção Social Especial
Elemento da Despesa: 8 – 3.3.90.30.00.00.00.00.0035 - Material de Consumo
..... R\$ 21.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.457/15

DECRETO Nº 4.457 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014.

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Município de Laguna, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo
Unidade: 06 - Secretaria de Educação e Esporte
Proj/Atividade: 2.039 – Manutenção e Melhoria do Ensino Fundamental - Salário Educação
Elemento da Despesa:
90 – 3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0006 - Material de Consumo
..... R\$ 50.000,00
91 – 3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0006 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
..... R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo
Unidade: 06 - Secretaria de Educação e Esporte
Proj/Atividade: 2.039 – Manutenção e Melhoria do Ensino Fundamental - Salário Educação
Elemento da Despesa:
92 – 4.4.90.51.00.00.00.00.00.01.0006 - Obras e Instalações
..... R\$ 100.000,00
93 – 4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0006 - Equipamentos e Material Permanente
..... R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.458/15

DECRETO Nº 4.458 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, DO EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 e transpostos os valores de dotações orçamentárias entre elementos de despesas correntes no orçamento de 2015 do Município, no valor de R\$ 22.420,00 (vinte e dois mil, quatrocentos e vinte reais), na seguinte dotação:

Órgão: 09 – Poder Executivo
Unidade: 02 – Gabinete do Prefeito e Dependências
Projeto/Atividade: 2.005 – Avaliar a ação governamental e a gestão fiscal pelo Controle Interno
Elemento de Despesa: 36 – 3.3.90.39.00.00.00.00.00.01 – Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica
..... R\$ 22.420,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica utilizado em igual valor recurso da seguinte dotação:

Órgão: 09 – Poder Executivo
Unidade: 02 – Gabinete do Prefeito e Dependências
Projeto/Atividade: 2.005 – Avaliar a ação governamental e a gestão fiscal pelo Controle Interno
Elemento de Despesa:
30 – 3.1.90.13.00.00.00.00.00.01 – Obrigações Patronais

.....	
..... R\$ 700,00	
32 – 3.1.90.94.00.00.00.00.01 – Indenizações Restituições Trabalhistas	
..... R\$ 6.325,00	
33 – 3.3.90.14.00.00.00.00.01 – Diárias Civil	
.....	
... R\$ 2.975,00	
34 – 3.3.90.30.00.00.00.00.01 – Material de Consumo	
..... R\$ 2.500,00	
35 – 3.3.90.36.00.00.00.00.01 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
..... R\$ 1.000,00	
37 – 3.3.90.49.00.00.00.00.01 – Auxílio-Transporte	
..... R\$ 1.000,00	
38 – 4.4.90.52.00.00.00.00.01 – Equipamentos e Material Permanente	
..... R\$ 7.920,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.459/15

DECRETO Nº 4.459 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais, com base no artigo 68 da Lei Orgânica do Município e, no art. 6º da Lei nº 1.781, de 22 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Laguna, readequando a dotação orçamentária, no valor de R\$ 11.748,36 (onze mil, setecentos e quarenta e oito reais e trinta e seis reais), na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 06 – Secretaria de Educação e Esporte

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 184 - Educação Básica

Fonte de Recursos - 37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNEDE

Projeto/Atividade: 2.040 - Manutenção e Melhoria do Ensino Fundamental

Elemento da Despesa:

465 - 3.3.90.30.00.00.00.01.0037 – Material de Consumo

..... R\$ 7.877,30

466 - 3.3.90.30.39.00.00.01.0037 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

..... R\$ 3.871,06

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica utilizado em igual valor, recursos decorrentes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos federais 37 (Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNEDE), nas suas respectivas contas bancárias:

Receita 4.1.7.2.1.3.5.07.00.00.00 - Apoio à Alfabetização e à

Educação de Jovens e Adultos - BRALF

Fonte de Recursos - 110 (1.0037) - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNEDE

Programa - PBA - Alfabetização de Jovens e Adultos - Banco do Brasil - Agência 0345 - Conta Corrente 0000167509

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.835/15

LEI Nº 1.835 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR FINANCIAMENTO DO PMAT – PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA GESTÃO DOS SETORES SOCIAIS BÁSICOS, DO BNDES JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, A OFERECER GARANTIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Laguna, por intermédio do Poder Executivo Municipal, autorizado a contratar e garantir financiamento na linha de crédito do PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos, do BNDES junto a Caixa Econômica Federal até o valor de R\$ 6.041.007,00 (seis milhões, quarenta e um mil e sete reais), observadas as disponibilidades legais em vigor para contratação de operações de crédito, as normas e as condições específicas e aprovadas pela Caixa Econômica Federal e pelo BNDES para a operação.

Parágrafo único. Os recursos resultantes do financiamento autorizado por esta Lei serão obrigatoriamente aplicados na execução de projeto integrante do PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos, do BNDES vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º do art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º Para garantia do principal e encargos da operação de crédito, fica o Município de Laguna autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “b”, e parágrafo 3º da Constituição Federal, ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los.

§ 1º Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica a Caixa Econômica Federal autorizada a transferir os recursos cedidos ou vinculados nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados.

§ 2º Na hipótese de insuficiência dos recursos previstos no caput, fica o Município de Laguna, autorizado a vincular, mediante prévia aceitação da CAIXA, outros recursos para assegurar o pagamento das obrigações financeiras decorrentes do contrato celebrado.

§ 3º Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a promover o empenho e consignação das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios financeiros em que se efetuar as amortizações de principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.

§ 4º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica a Caixa Econômica Federal autorizada a debitar na conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal incluirá, na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual em vigor, na categoria econômica de Despesas de Capital, os recursos necessários aos investimentos a serem realizados com os recursos provenientes do BNDES e com os recursos próprios de contrapartida, quando for o caso, no montante mínimo necessário à realização do projeto e das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei, observado o disposto no parágrafo único do art. 20 da Lei nº 4.320, de 17.03.1964, com abertura de programa especial de trabalho.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.836/15

LEI Nº 1.836 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional especial, no orçamento vigente do Município de Laguna, readequando a dotação orçamentária, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Poder Executivo
Unidade: 07 – Secretaria de Obras e Saneamento
Função: 15 – Urbanismo
Subfunção: 451 – Infra-Estrutura Urbana
Programa: 22 – Melhoria do Sistema Viário Municipal
Detalhamento: 000000 – Sem Detalhamento das Destinações de Recursos
Projeto/Atividade: 2.020 Pavimentação e Recuperação do Sistema Viário Municipal
Despesa: 438 – 4.4.90.51.00.00.00.00.0093 – Obras e Instalações
..... R\$ 5.000.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º desta Lei, fica autorizado o uso de recursos de igual valor, oriundos de Operação de Crédito junto ao BADESC, Programa BADESC Cidades, para realização das obras de pavimentação da Estrada Geral do Distrito de Ribeirão Pequeno.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1108/2015

PORTARIA RH Nº 1108/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, JOSÉ WANDERLEI MARTINS AMADOR para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Controle de Contratos e Convênios, DS 5, com lotação na Secretaria de Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Agosto de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1140/2015

PORTARIA RH Nº 1140/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR, RENATA GOMES NUNES SOUZA, Auxiliar Administrativo, para responder pela Divisão de Atenção Básica da Consulta, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Agosto de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1141/2015

PORTARIA RH Nº 1141/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, MARIA DE LURDES CORRÊA para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Projetos e Convênios Educacionais, DS 5, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Agosto de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1149/2015

PORTARIA RH Nº 1149/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, ALINE RIBEIRO CORRÊA do Cargo de Professor Auxiliar, HAB 300, 20 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 13 de Agosto de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1150/2015

PORTARIA RH Nº 1150/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário CAMILA PIRES DOS PASSOS para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas, HAB 030, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 14/08/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 14 de Agosto de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1154/2015

PORTARIA RH Nº 1154/2015

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ROGÉRIO CORRÊA ROCHA Guarda Municipal, do dia 17.08.2015 a 15.09.2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Agosto de 2015.
LUIZ PAULO DE REZENDE
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1155/2015

PORTARIA RH Nº 1155/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, MARINÊS CHAPLASKI Agente Comunitário, do dia 17.08.2015 a 15.09.2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Agosto de 2015.
RAQUEL XAVIER
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1156/2015

PORTARIA RH Nº 1156/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR, GRASIELA PACHECO FERMINO do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Agosto de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1157/2015

PORTARIA RH Nº 1157/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, MARIA IVONE KOERICH FERNANDES para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Apoio a Rede Física, DS 5, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Agosto de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1158/2015

PORTARIA RH Nº 1158/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, SYLLAS TIMÓTEO MARIZ MELO para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Diários Oficiais, DS 5, com lotação na Secretaria de Comunicação Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Agosto de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1159/2015

PORTARIA RH Nº 1159/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, HELLEN RODRIGUES ESPÍNDOLA para exercer o cargo em comissão de Coordenador do PROCON, DS 5, com lotação na Secretaria de Assistência Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Agosto de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1160/2015

PORTARIA RH Nº 1160/2015

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ANDRÉ LUIZ VIEIRA DE OLIVEIRA Conselheiro do Conselho Tutelar do dia 17.08.2015 a 15.09.2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Agosto de 2015.

LORENA BARBOSA DE ANDRADE
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1161/2015

PORTARIA RH Nº 1161/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, ELIANA VIOLA DA SILVA MONTICELI do Cargo de Agente Comunitário, 40 horas, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Agosto de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1162/2015

PORTARIA RH Nº 1162/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, JÂNIO ANTÔNIO BERNARDO do Cargo de Professor de Matemática, HAB 100, 20 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 14/08/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Agosto de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1163/2015

PORTARIA RH Nº 1163/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, VIVIANE DO NASCIMENTO para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 11/08/2015, em conformidade com a Lei nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Agosto de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1164/2015

PORTARIA RH Nº 1164/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário HILZETE FELISBERTO FIGUEIREDO para exercer o Cargo de Professor de Artes, 10 horas, HAB 100, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 17/08/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Agosto de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1165/2015

PORTARIA RH Nº 1165/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000; e processo protocolado sob o nº 4042/2015;

RESOLVE:

Prorrogar por sessenta dias a licença maternidade, da Sra. FABIANA JEREMIAS DA SILVA VIANA Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Comunicação Social, a partir de 18/08/2015, em conformidade com a Lei Complementar nº 206 de 19 de março de 2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Agosto de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1166/2015

PORTARIA RH Nº 1166/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

Designar SILMARA AGOSTINHO MEDEIROS, Secretário de Escola, de provimento efetivo, para exercer as funções dentro da Secretaria de Educação e Esportes nos programas Educacenso, Ieducar – Sistema de Gestão de Informação Escolar e Projeto Presença.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Agosto de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1167/2015

PORTARIA RH Nº 1167/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, THIAGO SEBASTIÃO LAURINDO para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Planejamento e Organização do Turismo, DS 4, com lotação na Secretaria de Turismo, Lazer, Desenvolvimento Econômico e Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Agosto de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1168/2015

PORTARIA RH Nº 1168/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000; e processo protocolado sob o nº 3256/2015;

RESOLVE:

Prorrogar por sessenta dias a licença maternidade, da Sra. CRISTINA DA SILVA GOULART Professor, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 20/08/2015, em conformidade com a Lei Complementar nº 206 de 19 de março de 2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 20 de Agosto de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1169/2015

PORTARIA RH Nº 1169/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, CECÍLIA DA SILVA SCHMITZ para ocupar o cargo de Supervisor Escolar, DAE 2, no E.E.B. Nininha Guedes dos Reis, Barbacena, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 20 de Agosto de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1170/2015

PORTARIA RH Nº 1170/2015

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ADRIANA MARTINS COSTA SILVA, Especialista em Assuntos Educacionais, do dia 20.07.2015 a 18.08.2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 20 de Agosto de 2015.

KLEVYS LOPES ROSA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1171/2015

PORTARIA RH Nº 1171/2015

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, JAMILLE MILITÃO DE SOUZA BACKES, Técnico em Educação, do dia 06.08.2015 a 04.09.2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 20 de Agosto de 2015.

KLEVYS LOPES ROSA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1172/2015

PORTARIA RH Nº 1172/2015

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, SÉRGIO MATIAS PEREIRA, Assistente de Administração, do dia 27.07.2015 a 25.08.2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 20 de Agosto de 2015.

KLEVYS LOPES ROSA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1173/2015

PORTARIA RH Nº 1173/2015

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, UBALDO MARTINS TOURINHO DI PIETRO, Motorista, do dia 03.08.2015 a 01.09.2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 20 de Agosto de 2015.

KLEVYS LOPES ROSA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1174/2015

PORTARIA RH Nº 1174/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário ANA CLARA FERNANDES MARTINS para exercer o Cargo de Professor Anos Iniciais, 20 horas, HAB 300, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 19/08/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 20 de Agosto de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1175/2015

PORTARIA RH Nº 1175/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário SHIRLEI TOMÉ SOARES para exercer o Cargo de Professor de Matemática, 20 horas, HAB 100, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 19/08/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 20 de Agosto de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1176/2015

PORTARIA RH Nº 1176/2015

O SECRETÁRIO DE TURISMO, LAZER, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ANTÔNIO AUGUSTO PAQUILIN DOS PASSOS Assistente de Administração, do dia 17.08.2015 a 15.09.2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 20 de Agosto de 2015.

HÊNIO MARCELINO CARDOSO

Secretário Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 090/2015

DECRETO Nº 090/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA), DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.01 - Fundo Municipal de Saúde
2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de Saúde
DOTAÇÃO 40
3.1.90.00.00.1194 - Aplicação Direta R\$ 80.000,00
Total: R\$ 80.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação nas seguintes dotações orçamentárias:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.01 - Fundo Municipal de Saúde
2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de Saúde
DOTAÇÃO 19
3.3.90.00.00.1194 - Aplicação Direta R\$ 80.000,00
Total: R\$ 80.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE AGOSTO DE 2015.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Finanças e Planej.

DECRETO Nº 091/2015

DECRETO Nº 091/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA), DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 116.200,00 (Cento e Dezesesseis Mil e Duzentos Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2015 - - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de saúde
DOTAÇÃO 09

3.1.90.00.00.1180 - Aplicação Direta R\$ 49.800,00
DOTAÇÃO 18

3.3.90.00.00.1180 – Aplicação direta R\$ 66.400,00
Total R\$ 116.200,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do excesso de arrecadação verificada até o mês de Agosto de 2015 da fonte 1180 (Recursos do PMAQ).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE AGOSTO DE 2015.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Finanças e Planej.

DECRETO Nº 092/2015

DECRETO Nº 092/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA), DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 1.003,30 (Um Mil, Três Reais e Trinta Centavos), para reforço do seguinte item orçamentário:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL
09.02 - Fundo Municipal da Assistência Social
2.011 - - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL
DOTAÇÃO NOVA
3.3.90.00.00.3204 - Aplicação Direta R\$ 1.003,30
Total: R\$ 1.003,30

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do superávit financeiro da fonte 1204 (IGD / SUAS) verificada no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE AGOSTO DE 2015.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Finanças e Planej.

Lebon Regis

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015_RP06 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015_RP06 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2015

O Município de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Lote. Objeto: Elaboração de Ata de Registro de Preços para eventual compra escalonada de MATERIAIS GRÁFICOS para manutenção das atividades das Secretarias sob o domínio da administração Municipal. Conforme especificações contidas neste Edital e seus anexos. Recebimento das propostas até as 09 horas do dia 09 de setembro de 2015. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 09h10min do 09/09/2015. Obtenção do Edital e maiores informações: pelo site www.lebonregis.sc.gov.br, e-mail: licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou tel.: (49) 3247-0188.

Lebon Régis 25 de agosto de 2015.

LUDOVINO LABAS – Prefeito.

Leoberto Leal

PREFEITURA

LEI N.º 1.176/2015

LEI Nº 1.176, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal, no valor de R\$ 25.000,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	25.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	25.000,00
Função	12	Educação	25.000,00
Sub-função	361	Ensino Fundamental	25.000,00
Programa	04	Educação é Tudo	25.000,00
Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental	25.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	25.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	25.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	25.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0036.0	Salário Educação	25.000,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			25.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	25.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	25.000,00
Função	12	Educação	25.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	25.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	25.000,00
Projeto/ Atividade	1.045	Construção de um Núcleo Escolar em Rio das Pedras	25.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	25.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	25.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	25.000,00
Fonte de Recurso	0.1.00036.0	Salário Educação	25.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			25.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 26 de agosto de 2015.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO N.º 2.712/2015, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO N.º 2.712/2015, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.289/2015 de 26 de Agosto de 2015:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade 01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Projeto/Atividade 2.044 – Segurança Pública
4.4.90.00.00.00.00.00.0655 – Aplicações Diretas
.....R\$ 2.500,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação da seguinte dotação:

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade 01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Projeto/Atividade 2.044 – Segurança Pública
3.3.90.00.00.00.00.00.0655 – Aplicações Diretas
.....R\$ 2.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 26 de Agosto de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

LEI COMPLEMENTAR N.º 270/2015, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR N.º 270/2015, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N. 216/2014, DE 16 DE MAIO DE 2014 E A LEI COMPLEMENTAR N. 217/2014, DE 16 DE MAIO DE 2014, QUE DISPÕEM, RESPECTIVAMENTE, SOBRE O CÓDIGO DE OBRAS E CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei

Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam alterados os art. 114, 115 e 116 da Lei Complementar N. 216/2014, de 16 de maio de 2014, que dispõe sobre o Código de Obras do Município de Lindóia do Sul, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 114. As edificações deverão dispor de local adequado, para armazenagem de resíduos sólidos domiciliares, onde o mesmo deverá permanecer até o momento da apresentação à coleta em condições que controle o acesso de animais, proliferação de vetores e emissão de odores e chorume.

Art. 115. Nas edificações com mais de 2 (dois) pavimentos deverá haver, local para armazenagem de lixo, devidamente identificado e prevendo compartimento diferenciado para resíduo sólido domiciliar orgânico e resíduo sólido domiciliar reciclável.

Art. 116. Em todas as edificações deverá ser reservada área do terreno voltada para o passeio público para o depósito de armazenamento do resíduo sólido domiciliar a ser coletado pelo serviço público, com livre acesso aos prestadores de serviço de coleta de resíduos sólidos.

§ 1º – As edificações de uso para habitação de caráter permanente unifamiliar poderão adotar soluções coletivas e/ou consorciadas entre si, desde que o sistema proposto seja tecnicamente aceitável e mediante consentimento prévio e formal de todos os usuários.

§ 2º – As edificações já existentes e em situação consolidadas deverão implantar depósitos de resíduo sólido domiciliar até a data limite de 31/12/2016.

§ 3º – O Poder Executivo Municipal poderá, através do setor competente, implantar programas de estímulo à implantação de depósitos de resíduos sólidos domiciliares junto às edificações, bem como programas para destino final adequado aos resíduos gerados.

Art. 2º Ficam alterados os art. 6º e 8º e acrescido mais um inciso ao art. 9º, todos, da Lei Complementar N. 217/2014, de 16 de maio de 2014, que dispõe sobre o Código de Posturas do Município de Lindóia do Sul, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pelo armazenamento adequado dos resíduos gerados, da disposição à coleta, pela limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.

Art. 8º A coleta e o transporte dos resíduos sólidos serão feitos em veículos contendo dispositivos que impeçam, durante o trajeto, a queda de partículas nas vias públicas e que contribuam para a realização da coleta seletiva de resíduos.

Parágrafo único. Cabe aos geradores a separação seletiva e acondicionamento adequado dos resíduos gerados.

Art. 9º

VIII – disposição de resíduos gerados pelos moradores, proprietários, comerciantes, prestadores de serviços e industriais nas lixeiras

públicas.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 26 de Agosto de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

LEI COMPLEMENTAR N.º 271/2015, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR N.º 271/2015, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N. 228/2014, DE 05 DE MARÇO DE 2014 QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - COMDEMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o art. 3º da Lei Complementar N. 228/2014, de 05 de março de 2014, que cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Lindóia do Sul – COMDEMA e dá outras providências, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º

.....

II – Traçar, discutir, decidir e avaliar as ações e programas a serem desenvolvidos para a implementação da política de meio ambiente e de saneamento básico, colaborando nos programas intersetoriais e interestitucionais de proteção e recuperação do meio ambiente, observada Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente, planos municipais elaborados e acordos internacionais vigentes sobre a matéria;

.....

Art. 2º Fica alterado o art. 4º da Lei Complementar N. 228/2014, de 05 de março de 2014, que cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Lindóia do Sul – COMDEMA e dá outras providências, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º

.....

VI – Entidades Ambientais com Atuação no Território Municipal;
VII – Prestadores dos Serviços de Saneamento;
VIII – Usuários dos Serviços de Saneamento;

.....

Art. 3º. Permanecem inalterados os demais dispositivos da Lei Complementar N. 228/2014 , de 05 de março de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 26 de Agosto de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

LEI ORDINÁRIA N.º 1.289/2015, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

LEI ORDINÁRIA N.º 1.289/2015, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade 01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Projeto/Atividade 2.044 – Segurança Pública
4.4.90.00.00.00.00.00.0655 – Aplicações Diretas
.....R\$ 2.500,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação da seguinte dotação:

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade 01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Projeto/Atividade 2.044 – Segurança Pública
3.3.90.00.00.00.00.00.0655 – Aplicações Diretas
.....R\$ 2.500,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 26 de Agosto de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

Luzerna

PREFEITURA

CONTRATO PML Nº 130

CONTRATO PML Nº 130/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 074/2015

INEXIGIBILIDADE PML Nº 009/2015

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERS-MANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3. 427.769, residente e domiciliado a Rua Beno Dresch, s/n, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000, de ora em diante denominado CONTRATANTE e o ALTO URUGUAI EVENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.810.579/0001-62, com sede na Av. 15 de novembro, 78, sala 710, Centro, Município de Erechim/RS, CEP 99.700-000, representada por GILBERTO FERNANDO DE LIMA, empresário, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 394.766.500-87 e portador da cédula de identidade nº 6025518892 SSP/SC, doravante denominados CONTRATADO, com fundamento no PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 074/2015, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2015 de 17 de agosto de 2015, com fulcro no art. 25, inc. III, da Lei n. 8.666/93, resolvem celebrar a presente para CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO MUSICAL DO "GRUPO MINUANO", NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2015, EM COMEMORAÇÃO AO 20º ANIVERSÁRIO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO E AOS 100 ANOS DE COLONIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

0.1. Contratação de apresentação musical do "Grupo Minuano", no dia 24 de agosto de 2015, em comemoração ao 20º Aniversário da Emancipação Político-Administrativo e aos 100 Anos de Colonização do Município de Luzerna, constituindo-se em:

Item	Especificação	UN	Qtd.	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	Grupo artístico GRUPO MINUANO, para apresentação No Centro de Eventos São Batista, a partir das 15h30min do dia 24 de agosto de 2015.	UN	01	8.000,00	8.000,00

- 1.1. A apresentação relativa ao item 1 será por ocasião do 20º Aniversário da Emancipação Político-Administrativo e aos 100 Anos de Colonização do Município de Luzerna, no dia 24 de agosto de 2014, no Centro de Eventos São João Batista;
- 1.4. O grupo musical deverá estar presente no local estabelecido com todos os seus componentes e instrumentos em, no mínimo, 02 (duas) horas antes do horário previsto para a sua apresentação;
- 1.5. A apresentação deverá ter a duração mínima de 4 horas (quatro horas).
- 1.6. O CONTRATADO deverá responsabilizar-se pelo envio e frete dos instrumentos necessários para a execução do objeto, bem como pela montagem e desmontagem dos mesmos.
- 1.7. O CONTRATADO deverá, em até 8h (oito horas) antes do horário previsto para o início da apresentação, disponibilizar responsável técnico e prestar a assistência necessária para a operacionalização e execução dos serviços;
- 1.8. Será de responsabilidade do Município a disponibilização de palco, sonorização e iluminação para a apresentação do item 1;
- 1.9. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a execução do objeto, são de inteira responsabilidade do CONTRATADO.
- 1.10. Serão de total responsabilidade do CONTRATADO, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.
- 1.11. Caberá exclusivamente ao CONTRATADO a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade ou colocado à disposição para a execução do objeto.
- 1.12. Por ocasião da realização dos serviços, o Setor de Cultura, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, estando a proponente vencedora obrigada a promover a devida correção das falhas apontadas ou a substituição, conforme o caso, observando-se os prazos contratuais.
- 1.13. O aceite dos serviços não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.
- 1.14. Caso o serviço seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

- 2.1. O pagamento será realizado após o apresentação musical, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 2.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e

CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

2.3. O CONTRATADO deverá enviar FAX ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

2.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o CONTRATADO.

2.5. Os preços não serão reajustados.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS DOTAÇÕES

3.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e de seus Fundos Especiais, durante a vigência da Ata de Registro de Preço, conforme discriminado no preâmbulo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

08 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade – 0802.13.392.0046.2038 – Apoio para Difusão Cultural

Fonte 00 – Recursos Ordinários

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Executar o objeto do Edital de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira deste Contrato;

4.2. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.3. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do CONTRATADO, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 8.666/1993 e no Contrato, observando o contraditório e a ampla defesa.

5.2. Fica estipulada a multa de 50% (cinquenta por cento) do valor constante na Cláusula Primeira, para a parte que deixar de cumprir qualquer cláusula deste contrato ou der motivo a sua rescisão, revertendo o valor da multa a favor da parte prejudicada, além das perdas e danos que forem apurados em execução.

5.3. O Município observará a boa-fé do CONTRATADO e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.4. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura do Contrato, para o início da execução dos serviços, inexecução parcial ou total do Contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.4.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do Contrato por dia de mora na assinatura do Contrato ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.4.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato no caso de inexecução parcial do Contrato;

5.4.3. 30% (trinta por cento) do valor do Contrato no caso de inexecução total do contrato.

5.5. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.5.1. Houver atraso injustificado, do início da prestação dos serviços, após o recebimento pelo CONTRATADO da ordem de serviços.

5.6. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao CONTRATADO:

5.6.1. Se o valor a ser pago ao CONTRATADO não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.6.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DA VIGÊNCIA

6.1. O presente Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2015, contados da data de publicação da mesma, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA DO FORO

7.1. Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

7.2. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 17 de agosto de 2015.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito Municipal CONTRATANTE	GILBERTO FERNANDO DE LIMA ALTO URUGUAI EVENTOS LTDA CONTRATADO
---	--

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

CONTRATO PML Nº131.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 131/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 19 (dezenove) dias do mês de agosto do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

1 – CAPINZAL CENTER LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Carmelo Zocolli, na cidade de Capinzal/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.383.088/0001-17, neste ato representada por seu sócio administrador ENIO DELAZERI, brasileiro, casado, do comércio, portador da cédula de identidade nº 11/R 1.870.202 e inscrito no CPF/MF nº 453.533.100-63, residente e domiciliado à Rua Carmelo Zocolli, s/n, no Município de Capinzal/SC, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 069/2015, Pregão Presencial nº 047/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de gêneros alimentícios, de forma parcelada, destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Joaçaba/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
Lote 01					
1	80,00	KG	Açúcar branco refinado, de primeira, branco, especial peneirado, isento de fermentações, matéria terrosas, parasitas e detritos animais e vegetais. Embalagens: primária – polietileno ou polietileno de baixa densidade, atóxica, original do fabricante, de 1 kg; secundária, caixa de papelão ou tipo fardo. Legislação: Resolução - RDC no 271, de 22 de setembro de 2005. OBS.: não vale prazo de validade da safra e, sim, o do produto, a contar da data de sua fabricação.	2,0828	166,62
2	50,00	UN	Extrato de tomate, de 1ª qualidade, concentrado puro (à base de tomate, sal e aditivos permitidos pela legislação vigente), cor vermelho, cheiro e sabor característico, isento de peles e sementes. Embalagens: embalagem cartonada "Longa Vida" (Tetra Pak), lata ou sachet de 340g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação e validade, quantidade do produto. Legislação: Resolução - RDC no 272, de 22 de setembro de 2005	2,5993	129,97
3	24,00	UN	Margarina cremosa com sal, de primeira qualidade, com no mínimo 80% de lipídios, isenta de gorduras trans. A apresentação, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares aos mesmos e deverão estar isentos de ranço e outras características indesejáveis. Embalagens: potes de polipropileno atóxico resistente, original do fabricante, apresentando vedação adequada, com 500g. Deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação e validade. Legislação: Resolução - RDC no 270, de 22 de setembro de 2005, Resolução - RDC no 360, de 23 de dezembro de 2003.	3,4824	83,58

4	160,00	LT	Leite líquido integral, homogeneizado, submetido ao processo de ultra pasteurização, esterilizado (UHT), longa vida, contendo marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Ter registro no MA e/ou MS. Embalagens: embalagem cartonada "Longa Vida" (tetra pak) de 1 litro. Primária: U.H.T. (do inglês Ultra High Temperature), hermeticamente fechadas. Secundária: Embalagem de mercado que preserve a integridade e qualidade do produto. A rotulagem deve atender a legislação vigente. Legislação: Portaria no 368 de 04/09/97 – MAA; Portaria no 370 de 04/09/97 – MAA; Resolução RDC no 12 de 02/01/98 – ANVISA/MS; Resolução RDC no 360 de 21/03/01 – ANVISA/MS; Instrução Normativa no 22 de 24/11/05 – MAPA.	2,6993	431,89
5	60,00	UN	Óleo de soja refinado, de primeira qualidade, 100% natural; comestível; extrato refinado, acidez máxima de 0,6 mg KOH/g, isento de gorduras trans. Embalagens: Embalagem em polietileno tereftalado (PET), original do fabricante, de 900ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto. Legislação: Resolução - RDC no 270, de 22 de setembro de 2005.	3,2658	195,95
6	20,00	UN	Vinagre de álcool, líquido límpido, cor, cheiro e sabor próprio, isento de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem: Embalagem em PVC (policloreto de vinila) ou polietileno tereftalado (pet), atóxico, com 900ml.	1,5996	31,99
Lote 02					
7	100,00	KG	Carne bovina, de coxão mole, cortado em bifos, resfriada, de primeira qualidade, sem osso c/ 4% gordura e carimbo SIE, em embalagens com, no máximo, 1 Kg. Embalada em PVC, transparente ou saco plástico transparente e segunda embalagem de papel ou papelão, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99.	19,45	1.945,00
LOTE 03					
08	60,00	KG.	Carne suína, corte tipo carré, resfriada, de primeira qualidade, cortada unitariamente e embalada em PVC transparente ou saco plástico transparente, em embalagens com, no máximo, 1 Kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99.	11,8923	713,54
09	10,00	KG	Linguiça suína tipo calabresa. Embalagem máxima de 500g em PVC, transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99.	13,6464	136,46
LOTE 04					
10	150,00	KG	Sobrecoxa de frango de primeira qualidade, embalada em PVC transparente ou saco plástico transparente, em embalagens com, no máximo, 1 Kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99.	5,6333	845,00
LOTE 05					
11	60,00	KG	Presunto suíno cozido fatiado, resfriado, de primeira qualidade. Embalagem de 200 a 300g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA, com registro no MA ou MS.	20,2849	1.217,09
12	60,00	KG	Queijo tipo prato fatiado, de primeira qualidade, resfriado, interfolhado, embalagem de 200g a 300g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA, com registro no MA ou MS.	19,6318	1.177,91

LOTE 06					
13	60,00	UN	<p>Café torrado e moído, tipo Tradicional ou de melhor qualidade, procedente de grãosãos, limpos e isentos de impurezas, de qualidade tradicional (nota mínima 4,9), constituído de café rábica ou combinado com robusta/conillon, que atenda os requisitos de qualidade global da bebida. Apresentar, por ocasião do pregão, laudos técnicos com validade de no máximo 60 dias, em original ou fotocópia autenticada, emitido por laboratório que deverá estar habilitado pela ANVISA ou com credenciamento junto ao mapa, comprovando os parâmetros constantes na RDC no 175 de 08/07/2003, ANVISA, Portaria no 157 de 24/11/2002, INMETRO, Resolução - RDC no 277, de 22 de setembro de 2005, ANVISA, RDC no 12 de 02/01/2001, ANVISA. Comprovar as seguintes características: sensoriais - aspecto, cor, odor, sabor; físico - químicas - cafeína, umidade e substâncias voláteis a 150oc; microscopia - identificação da composição de elementos histológicos, matéria macroscópica e matéria microscópica; microbiologia - coliformes a 45oC. Apresentar, ainda, laudo de qualidade global da bebida, com nota mínima de 4,9. Registrado no Ministério da Saúde e atender a Portaria no 451, de 19 de setembro de 1997, do Ministério da Saúde e a Portaria ANVISA no 377, de 26 de abril de 1999. Dessa forma, deve obedecer à legislação vigente sobre embalagens e rotulagem (Portaria no 42, de 13 de janeiro de 1998, Regulamento Técnico para Rotulagem de Alimentos Embalados e Resolução - RDC no 360, de 23 de dezembro de 2003), Portaria MS no 1.428, de 26/11/93, Estabelece o Regulamento Técnico para Inspeção Sanitária de Alimentos e o Regulamento Técnico para o Estabelecimento de Padrões de Identidade e Qualidade para Produtos na Área de Alimentos, Portaria SVS/MS no 451, de 19 de setembro de 1997, Institui Princípios Gerais para o Estabelecimento de Critérios e Padrões Microbiológicos para Alimentos.</p> <p>Embalagens: Além da embalagem a vácuo de alto desempenho, metalizada, tipo "tijolo" (PET/Al ***/ PE ou PET impressão / PET metalizado - alta barreira / PE), de 500g, fechamento hermético e acondicionado ou não em caixa individual de papelão bem vedada (cartão), que por sua vez deverá estar acondicionada em caixa de papelão, com prazo de validade impresso nas embalagens (na caixa de papelão e no pacote individual). A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor. Legislação: Além das supracitadas, a Resolução SAA - 28 de 01 de junho de 2007, Resolução SAA - 30 de 22 de junho de 2007, Resolução SAA - 31 de 22 de junho de 2007 – Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Resolução SAA - 19, de 5 de abril de 2010, Instrução Normativa no 16, de 24 de maio de 2010.</p>	7,25	435,00

O FORNECEDOR 1 - CAPINZAL CENTER LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 7.510,00 (sete mil quinhentos e dez reais);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que os objetos licitados deverão ser fornecidos, de forma parcelada, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega da mercadoria em até 05 (cinco) dias contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, junto ao prédio sede da 2ª Companhia de Bombeiros Militar, localizado na Avenida Caetano Natal Branco, 1.242, bairro Frei Bruno, Joaçaba, SC, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo e sem custos adicionais.

1.3. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete dos alimentos solicitados.

1.4. Todos os itens, descritos no anexo, deverão ser de 1ª (primeira) qualidade.

1.5. Os produtos, quando for o caso, deverão possuir inscrição junto ao Ministério da Agricultura e observar as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6. Os produtos deverão possuir as datas de fabricação e validade, bem como deverão ser apresentados em embalagens adequadas, exigindo que o produto esteja dentro do prazo de validade.

1.7. O FORNECEDOR deverá trocar o alimento fornecido quando o mesmo, na ocasião do recebimento, apresentar defeito, estiver em desacordo com as especificações técnicas e em desacordo com a solicitação do Órgão Requisitante, sem custos adicionais.

1.8. O aceite dos gêneros alimentícios não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, qualidade, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificados posteriormente, e pelas eventuais consequências delas decorrentes.

1.9. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.10. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.11. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 2.1. Os preços não serão reajustados;
- 2.2. O preço registrado poderá ser revisado, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;
- 2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;
- 2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente;
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br);
- 3.4. A apresentação de documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Cabe ao FORNECEDOR:
 - 4.1.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no Edital e seus anexos e na Cláusula Primeira desta Ata;
 - 4.1.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
 - 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
 - 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;
 - 4.1.5. Exigir do Município documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
 - 5.1.1. Advertência;
 - 5.1.2. Multa;
 - 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
 - 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
 - 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
 - 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro

de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR a da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar a Ata decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa da Ata decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao Registro de Preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos

termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas

Elemento: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

Atividade: 06.01.06.181.0010.2011 – Manutenção do Convênio do Corpo de Bombeiros CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do §1º do art.65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 19 de agosto de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

ENIO DELAZERI

CAPINZAL CENTER LTDA

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Macieira

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0006/2015 FMS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0004/2015

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0006/2015

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através do Fundo Municipal de Saúde de Macieira, representado pela Sra. Mariza Aparecida Pérego Schmitz, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº. 0006/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0004/2015, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, que até 09h00min, do dia 10 de setembro de 2015, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3264, de 05 de janeiro de 2015, estará recebendo propostas para a contratação de empresa com profissional qualificado (mecânico) para a recuperação do veículo Ford Transit, placas MIF 2337, ano e modelo 2010, conforme a especificação e quantitativos do Anexo I do Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 10/09/2015, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0004/2015, ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2017, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira – SC, 25 de agosto de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Mafra

PREFEITURA

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO – EDITAL Nº 002/2014-SME - TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 09

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO – EDITAL Nº 002/2014-SME

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 09

O Prefeito Municipal e a Secretária Municipal da Educação, com fundamento na Lei Municipal Nº 3.008, de 15 de dezembro de 2005 que dispõe sobre a Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público, Lei Complementar Nº 16 de 28 de dezembro de 2005; Lei Nº 3.795 de 04.04.2012, Constituição Federal, Artigo 37, inciso IX, no uso de suas atribuições legais, CONVOCAM os Profissionais a seguir relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado- Edital Nº 002/2014, para contratação de membros do magistério, em caráter temporário para o ano letivo de 2015, desta Municipalidade a comparecer no Endereço a seguir:

- Av. Cel José Severiano Maia, 441 na Secretaria Municipal de Educação, no dia 31 de agosto de 2015, às 8:30min.

A Convocação dos candidatos irá respeitar a seguinte ordem, das Áreas/ Disciplinas (abaixo informadas no quadro de vagas), conforme cita o item 7. DA CLASSIFICAÇÃO, que: 7.1. A classificação será efetuada em ordem decrescente dos pontos obtidos, obedecendo a seguinte ordem de classificação:

- a. 1.ª classificação – os HABILITADOS que atingiram a média igual ou superior a 5,0.
- b. 2.ª classificação - os NÃO HABILITADOS que atingiram a média igual ou superior a 5,0.
- c. 3.ª classificação - os HABILITADOS que NÃO atingiram a média 5,0.
- d. 4.ª classificação - os NÃO HABILITADOS que NÃO atingiram a média 5,0.

QUADRO DE VAGAS

01. Área de Atuação: Alfabetização

A	Série/Turma: 2º ano	Turno: (x) Matutino – (--) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: ---	Termino: 30 dias
	Local: EMEB São Lourenço	Professor Titular: --	
	Obs. Licença Tratamento de Saúde Professora Titular		
B	Série/Turma: 1º ano	Turno: (-) Matutino – (X) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: ---	Termino: 30 dias
	Local: EMEB São Lourenço	Professor Titular: --	
	Obs. Licença Tratamento de Saúde Professora Titular		
C	Série/Turma: 2º ano	Turno: (--) Matutino – (x) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: ---	Termino: 18/12/15
	Local: EMEB Evaldo Steidel	Professor Titular: --	
	Obs. Desdobramento de turma		

02. Área de Atuação: Ensino Fundamental (4º e 5ºano)

A	Série/Turma: 4º ano	Turno: (-) Matutino – (-X) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: ---	Termino: 18/12/15
	Local: CEM Beija Flor	Professor Titular: --	
	Obs. Readaptação Professor Titular		

03. Área de Atuação: Educação Infantil

A	Série/Turma: Educação Infantil	Turno: (X) Matutino – (-) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: ---	Termino: 18/12/15
	Local: CEIM Ana Rank	Professor Titular: -	
	Obs. Retorno da Professora efetiva para Unidade Escolar de sua lotação		
B.	Série/Turma: Educação Infantil	Turno: (-) Matutino – (x) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: ---	Termino: 18/12/15
	Local: CEIM Vila Olsen	Professor Titular: --	
	Obs. Professora efetiva em atribuição de exercício no CEM Beija Flor		
C.	Série/Turma: Educação Infantil	Turno: (X) Matutino – (-) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: ---	Termino: 18/12/15
	Local: CEIM Ana Rank	Professor Titular: --	
	Obs. Licença Gestação da Profissional		
D.	Série/Turma: Educação Infantil	Turno: (-) Matutino – (X) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: ---	Termino: 18/12/15
	Local: CEIM Ana Rank	Professor Titular: --	
	Obs. Licença Gestação da Profissional		

E.	Série/Turma: Educação Infantil	Turno: (X) Matutino – (-) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: ---	Termino: 18/12/15
	Local: CEM Faxinal	Professor Titular: --	
	Obs. Professora efetiva em atribuição de exercício no CEM Beija Flor		
F.	Série/Turma: Educação Infantil	Turno: (x) Matutino – (-) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: ---	Termino: 18/12/15
	Local: CEM Anjo da Guarda	Professor Titular: --	
	Obs. Alteração de Matrícula em cumprimento de Determinação do Ministério Público		
G.	Série/Turma: Educação Infantil	Turno: (-) Matutino – (x) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: ---	Termino: 18/12/15
	Local: CEM Anjo da Guarda	Professor Titular: --	
	Obs. Alteração de Matrícula em cumprimento de Determinação do Ministério Público		
H.	Série/Turma: Educação Infantil	Turno: (X) Matutino – (-) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: ---	Termino: 18/12/15
	Local: CEM Anjo da Guarda	Professor Titular: --	
	Obs. Alteração de Matrícula em cumprimento de Determinação do Ministério Público		
I.	Série/Turma: Educação Infantil	Turno: (-) Matutino – (x) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: ---	Termino: 18/12/15
	Local: CEM Anjo da Guarda	Professor Titular: --	
	Obs. Alteração de Matrícula em cumprimento de Determinação do Ministério Público		
J.	Série/Turma: Educação Infantil	Turno: (-) Matutino – (x) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: ---	Termino: 18/12/15
	Local: CEM Beija Flor	Professor Titular: --	
	Obs. Alteração de Matrícula em cumprimento de Determinação do Ministério Público		
K.	Série/Turma: Educação Infantil	Turno: (-) Matutino – (X) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: ---	Termino: 18/12/15
	Local: CEM Beija Flor	Professor Titular: --	
	Obs. Alteração de Matrícula em cumprimento de Determinação do Ministério Público		

04. Área de Atuação: Ensino Fundamental

Disciplina: INGLÊS

A.	Série/Turma: 6º ao 9º ano	Turno: (-) Matutino – (x) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 05 horas	Início: ---	Termino: 18/12/15
	Local: CEM Anjo da Guarda	Professor Titular: -	
	Obs. Licença Gestação da Professora Contratada		

B.	Série/Turma: 6º ao 9º ano	Turno: (X) Matutino – (-) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 10 horas	Início: ---	Termino: 18/12/15
	Local: CEMMA	Professor Titular: -	
	Obs. Licença Gestação da Professora Contratada		

05. Área de Atuação: Ensino Fundamental

Disciplina: Educação Física

A.	Série/Turma: Educação Infantil	Turno: (x) Matutino – (x) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 15 horas	Início: ---	Termino: 18/12/15
	Local: CEIM Breno Cauan Garcia	Professor Titular: --	
	Obs. Desistência da Professora Convocada através do Termo de Convocação nº 08		

Obs. De acordo com o Edital 002/2014: 9.10. Quando não houver candidato para a vaga de determinada disciplina, que seja observada a disponibilidade dos inscritos nas áreas afins (respeitando a classificação).

O Candidato Classificado que não se apresentar no Av. Cel Jose Severiano Maia, 441 na Secretaria Municipal de Educação, no dia 31/08/15, às 08h30min perderá o direito às VAGAS especificadas neste Termo de Convocação.

Mafra, 26 de agosto de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito do Município de Mafra

Estela Maris Bergamini Machado

Secretária Municipal de Educação

Maracajá

PREFEITURA

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTOS Nº 567/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Extrato da Autorização de Fornecimento nº 567/2015

Processo Licitatório nº 567/2015 – Dispensa de Licitação

Contratante: Município de Maracajá,

Contratado: Jean Richard Minatto ME

Objeto: Fornecimento de lanches para coquetel na formação realizada pelo Prof. Gilmar Tondim no Programa de Esporte e Lazer na Cidade - PELC – TODAS AS IDADES, no município de Maracajá (Convênio ME/PM Maracajá/SC nº 774058/2012).

Valor: R\$ 621,55 (seiscentos e vinte e um reais, cinquenta e cinco centavos).

Vigência: 60 (sessenta) dias á partir de 10/08/2015

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 112/2015

DECRETO Nº 112, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

Constitui Comissão Especial e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 8º da Lei Complementar Municipal nº 76, de 18 de agosto de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Constitui Comissão Especial, conforme art. 8º da Lei Complementar Municipal nº 76, de 18 de agosto de 2015, a qual será composta pelos seguintes servidores:

- I - Jorge Luiz Dummer - Engenheiro do Município;
- II - Berlin Marcos Felippin - Diretor de Planejamento;
- III - Eliane F. S. Beduschi - Diretora de Tributação.

Art. 2º Compete à comissão designada analisar e emitir parecer técnico, proceder em vistoria e emitir manifestação preliminar sobre os projetos de regularização das edificações irregulares.

Art. 3º Os serviços prestados pelos membros da comissão são de caráter relevante não onerando os cofres públicos com qualquer despesa.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 058, de 2 de julho de 2013.

Maravilha - SC, 26 de agosto de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 23/2015

DECRETO Nº 23, DE 2 DE MARÇO DE 2015

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

05.00 – SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO

05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

10.304 – Vigilância Sanitária

10.304.0010 – Saúde para Todos

10.304.0010.2.134 – MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE, EPIDEMIOLOGICA E SANITÁRIA

Destinação de Recursos: 0.1.66 – Vigilância em Saúde

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

09.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.01 – Fundo Mun. de Assistência Social

08 – Assistência Social

08.244 – Assistência Comunitária

08.244.0017 – Programas Socioeducativos

08.244.0017.2.138 – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Destinação de Recursos: 0.1.52 – Outras Transf. - FNAS

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do Superávit financeiro do exercício de 2014, da unidade gestora Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 2 de março de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 26/2015

DECRETO Nº 26, DE 23 DE MARÇO DE 2015

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.809, de 25 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04.03 – Departamento da Cultura

13 – Cultura

13.391 – Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico

13.391.0009 – Apoio e Desenvolvimento da Cultura

13.391.0009.1.032 – CONSTRUÇÃO E REFORMA DO PRÉDIO DO MUSEU MUNICIPAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

06.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

06.01 – Departamento de Urbanismo

15 – Urbanismo

15.452 – Serviços Urbanos

15.452.0011 – Serviços Urbanos

15.452.0011.1.106 – CONSTRUÇÃO, LIMPEZA E MELHORIA DE PRAÇAS PÚBLICAS

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

08.00 – SECRETARIA DA INDÚSTRIA COM. E TURISMO

08.01 – Depto. da Indústria e Comércio

22 – Indústria

22.661 – Promoção Industrial

22.661.0015 – Apoio a Indústria e ao Comércio

22.661.0015.2.050 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04.03 – Departamento da Cultura

13 – Cultura

13.391 – Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico

13.391.0009 – Apoio e Desenvolvimento da Cultura

13.391.0009.1.032 – CONSTRUÇÃO E REFORMA DO PRÉDIO DO MUSEU MUNICIPAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações R\$ 150.000,00

06.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

06.01 – Departamento de Urbanismo

15 – Urbanismo

15.452 – Serviços Urbanos

15.452.0011 – Serviços Urbanos

15.452.0011.1.106 – CONSTRUÇÃO, LIMPEZA E MELHORIA DE PRAÇAS PÚBLICAS

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

08.00 – SECRETARIA DA INDÚSTRIA COM. E TURISMO

08.01 – Depto. da Indústria e Comércio

22 – Indústria

22.661 – Promoção Industrial

22.661.0015 – Apoio a Indústria e ao Comércio

22.661.0015.2.050 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.50.00 – Transf. a Inst. Privadas Sem Fins Lucrativos R\$

10.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 23 de março de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO N. 4.011/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 4.011/2015 - Modalidade Pregão Presencial n. 031/2015 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço - SRP, a aquisição de material de expediente, conforme a necessidade, para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 11 de setembro de 2015 até às 09h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min. e das 13h 30 min. às 18 horas. Maravilha - SC, 21 de agosto de 2015. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

Marema

PREFEITURA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 3º BIMESTRE 2015

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.775.927,00	14.775.927,00	2.422.956,42	16,40	7.161.416,05	48,47	7.614.510,95
RECEITAS CORRENTES	14.775.910,00	14.775.910,00	2.422.956,42	16,40	7.036.245,82	47,62	7.739.664,18
RECEITA TRIBUTÁRIA	310.750,00	310.750,00	57.576,26	18,53	212.906,97	68,51	97.843,03
IMPOSTOS	266.200,00	266.200,00	54.934,38	20,64	194.182,74	72,95	72.017,26
TAXAS	22.550,00	22.550,00	2.641,88	11,72	18.724,23	83,03	3.825,77
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	37.400,00	37.400,00	5.199,77	13,90	15.409,09	41,20	21.990,91
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	37.400,00	37.400,00	5.199,77	13,90	15.409,09	41,20	21.990,91
RECEITA PATRIMONIAL	69.800,00	69.800,00	27.072,05	38,79	78.647,55	112,68	-8.847,55
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	69.800,00	69.800,00	27.072,05	38,79	78.647,55	112,68	-8.847,55
RECEITA AGROPECUÁRIA	11.000,00	11.000,00	3.865,09	35,14	3.865,09	35,14	7.134,91
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	11.000,00	11.000,00	3.865,09	35,14	3.865,09	35,14	7.134,91
RECEITA DE SERVIÇOS	200.200,00	200.200,00	24.904,72	12,44	84.560,09	42,24	115.639,91
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.047.650,00	14.047.650,00	2.234.990,86	15,91	6.558.617,87	46,69	7.489.032,13
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.955.650,00	13.955.650,00	2.191.305,76	15,70	6.508.090,22	46,63	7.447.559,78
TRANSF. DE CONV.	92.000,00	92.000,00	43.685,10	47,48	50.527,65	54,92	41.472,35
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	99.110,00	99.110,00	69.347,67	69,97	82.239,16	82,98	16.870,84
MULTAS E JUROS DE MORA	17.710,00	17.710,00	2.108,30	11,90	8.173,00	46,15	9.537,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	23.100,00	23.100,00	1.503,77	6,51	7.948,00	34,41	15.152,00
RECEITAS DIVERSAS	36.300,00	36.300,00	65.735,60	181,09	66.110,16	182,14	-29.818,16
RECEITAS DE CAPITAL	17,00	17,00	0,00	0,00	125.170,23	736,295,47	-125.153,23
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	17,00	17,00	0,00	0,00	125.170,23	736,295,47	-125.153,23
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	17,00	17,00	0,00	0,00	125.170,23	736,295,47	-125.153,23
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.775.927,00	14.775.927,00	2.422.956,42	16,40	7.161.416,05	48,47	7.614.510,95
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.775.927,00	14.775.927,00	2.422.956,42	16,40	7.161.416,05	7.614.510,95
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.775.927,00	14.775.927,00	2.422.956,42	16,40	7.161.416,05	7.614.510,95
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.095.099,79	—	—	276.642,96	—
Superávit Financeiro	—	987.849,79	—	—	169.392,96	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	107.250,00	—	—	107.250,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	12.556.707,00	13.889.557,35	1.809.820,10	8.141.136,95	5.748.420,40	2.401.664,62	5.785.033,44	8.104.523,91	5.785.033,44
DESPESAS CORRENTES	11.812.560,00	12.259.938,96	1.698.555,69	7.244.778,95	5.015.160,01	2.325.853,41	5.418.171,87	6.841.767,09	5.418.171,87
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.485.146,00	6.596.183,30	1.091.350,39	3.238.701,59	3.357.481,71	1.128.629,99	2.980.071,18	3.616.112,12	2.980.071,18
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	42.000,00	42.000,00	6.834,25	26.322,44	15.677,56	7.475,55	24.371,12	17.628,88	24.371,12
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.285.414,00	5.621.755,66	600.371,05	3.979.754,92	1.642.000,74	1.189.747,87	2.413.729,57	3.208.026,09	2.413.729,57
DESPESAS DE CAPITAL	722.147,00	1.607.618,39	111.264,41	896.358,00	711.260,39	75.811,21	366.861,57	1.240.756,82	366.861,57
INVESTIMENTOS	486.147,00	1.371.618,39	72.154,48	779.028,21	592.590,18	36.701,28	249.531,78	1.122.086,61	249.531,78
INVERSOES FINANCEIRAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	235.000,00	235.000,00	39.109,93	117.329,79	117.670,21	39.109,93	117.329,79	117.670,21	117.329,79
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	12.556.707,00	13.889.557,35	1.809.820,10	8.141.136,95	5.748.420,40	2.401.664,62	5.785.033,44	8.104.523,91	5.785.033,4
RESERVA DE CONTINGENCIA	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,0
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	12.556.707,00	13.889.557,35	1.809.820,10	8.141.136,95	5.748.420,40	2.401.664,62	5.785.033,44	8.104.523,91	5.785.033,4
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	12.556.707,00	13.889.557,35	1.809.820,10	8.141.136,95	5.748.420,40	2.401.664,62	5.785.033,44	8.104.523,91	5.785.033,4
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	209.805,68	—	5.994.839,1
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	12.556.707,00	13.889.557,35	1.809.820,10	8.141.136,95	—	2.401.664,62	5.994.839,12	—	11.779.872,5

FONTE:

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2014 A JUNHO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.087.821,80	0,00
Pessoal Ativo	5.818.405,91	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	31.507,73	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	237.908,16	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	6.087.821,80	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.630.376,27	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	6.087.821,80	52,34
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.978.225,76	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	6.629.314,47	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	6.280.403,19	54,00
FONTE:		

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR 1º SEMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
			(b)	(c)						(d)
(a)	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)				
Atenção Básica - Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	87,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87,91	999,27	0,00	
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública	4.239,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.239,08	18.537,54	0,00	
Convênio de Trânsito - Civil	1.875,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.875,15	326,00	0,00	
Convênio de Trânsito - Militar	181,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	181,94	0,00	0,00	
Convênio de Trânsito - Prefeitura	2.756,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.756,52	928,00	0,00	
CONVENIO DE TRANSITO MILITAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONVENIO DE TRANZITO MILITAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fundo Especial do Petróleo e Transf.de Comp.Financeira p/ Expl	(446,41)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(446,41)	43.274,08	0,00	
Operações de Crédito Internas - Outros Programas - Tesouro-Ex	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas - Outros Programas - Tesouro-Ex	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento d	27.408,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.408,76	0,00	0,00	
Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.348,60	0,00	
Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Transferências Legais e Constitucionais - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Edt	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PISO BASICO VARIÁVEL - SCFV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PISO BASICO VARIÁVEL - SCFV SUPERAVIT	63.576,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.576,93	55.485,09	0,00	
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI - Tesouro-E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI - Tesouro-E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/6

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/6

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
Rec. Impostos Saúde	1.093.239,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1.093.239,75	658.575,88	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde - :	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde - :	(16.163,11)	0,00	0,00	171,00	0,00	(16.334,11)	23.025,41	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde - :	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remun. Transf. Conv. Assist. Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Royalties de Petróleo – Saúde - Lei nº 12.858/2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário-Educação	235,17	0,00	0,00	0,00	0,00	235,17	14.452,30	0,00
Superavit FEP	12.058,53	0,00	0,00	0,00	0,00	12.058,53	0,00	0,00
Superavit SUAS - Estado	15.990,64	0,00	0,00	0,00	0,00	15.990,64	0,00	0,00
Superavit CIDE	325,13	0,00	0,00	0,00	0,00	325,13	0,00	0,00
Superavit Conv. Outros - União	74.972,17	0,00	0,00	0,00	0,00	74.972,17	0,00	0,00
Superavit Conv. Transito - Civil	10.974,66	0,00	0,00	0,00	0,00	10.974,66	0,00	0,00
Superavit conv. Transito - Prefeitura	15.729,22	0,00	0,00	0,00	0,00	15.729,22	0,00	0,00
Superavit COSIP	3.657,28	0,00	0,00	0,00	0,00	3.657,28	0,00	0,00
Superavit Transf. FNDE	69.899,61	0,00	0,00	0,00	0,00	69.899,61	0,00	0,00
Superavit Transf. SUS - Estado	45.302,96	0,00	0,00	0,00	0,00	45.302,96	0,00	0,00
Superavit Transf. SUS - União	208.627,28	0,00	0,00	0,00	0,00	208.627,28	0,00	0,00
Transferencia de Convênio/união/educação/superavit	(9.736,75)	0,00	0,00	0,00	0,00	(9.736,75)	35.234,00	0,00
Transferencia de Convênios - Estados/outros	(1.386,58)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.386,58)	0,00	0,00
transferencia de Convênios da Saúde superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios – Assistência Social - Tesouro-Ex.C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios – União/Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/6

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/6
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Transferências de Convênios – União/Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios – União/Outros	1.808,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.808,73	38.210,56	0,00
Transferências de Convênios – União/Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Outros	22.542,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.542,25	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Outros - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Outros - Tesouro-Ex.Cor.	(66.322,82)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(66.322,82)	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Saúde - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Assistência Social	21.470,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.470,91	16.730,77	0,00
Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUASE	618,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	618,08	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	112.163,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.163,06	76.551,33	0,00
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	11.228,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.228,33	47,50	0,00
Transferências Legais para o desenvolvimento da Educação	15.938,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.938,76	0,00	0,00
Transferências legais para p desenvolvimento da Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.742.853,14	0,00	0,00	0,00	171,00	0,00	1.742.682,14	994.726,33	0,00
Alienções de Bens destinados a Outros Programas - Tesouro-E	185.177,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	185.177,75	200.000,00	0,00
Alienções de Bens destinados a Outros Programas - Tesouro-E	7.157,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.157,55	0,00	0,00
Apoio a Pessoa Idosa - API - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Apoio a Pessoa Idosa - API - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Farmacêutica Básica - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Farmacêutica Básica - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/6

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")		Continuação 4/6					R\$ 1,00		
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Atenção Básica - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bolsa Família - Tesouro-Ex. Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bolsa Família - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE - Tes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONVENIO DE TRANZITO MILITAR	7.648,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.648,23	0,00	0,00
CONVENIO DE TRANZITO MILITAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,20	0,00
Convênio Trânsito - Civil - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Civil - Tesouro-Ex.Cor.	4.296,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.296,51	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Militar - Tesouro-Ex.Ant	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Militar - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Prefeitura - Tesouro-Ex.Ant	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Prefeitura - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FIA Imposto de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo - Tesouro-Ex.Ant	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão do SUS - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão do SUS - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Especificações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 4/6

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 5/6
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Soc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Soc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa de Atenção à Criança - PAC - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa de Atenção à Criança - PAC - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Tesouro-Ex	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Tesouro-Ex	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE - Te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE - Te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educaçã	41.176,63	0,00	0,00	0,00	0,00	40.964,89	108.518,37	0,00
Recursos Ordinários	(946.306,61)	0,00	0,00	7.740,67	17.791,58	(971.838,86)	770.060,47	0,00
Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIOS EXERCICIOS ANTERIORES	663.640,87	0,00	0,00	0,00	953,63	662.687,24	282.718,14	0,00
Salário Educação - Tesouro-Ex.Ant	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário Educação - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALARIO EDUCAÇÃO SUPERAVIT	8.192,34	0,00	0,00	0,00	0,00	8.192,34	0,00	0,00
Sem Especificação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Educação - Tesouro-Ex.Ant	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Educação - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - outras despesas da Educ	16.037,30	0,00	0,00	0,00	0,00	16.037,30	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - outras despesas da Educ	98.069,02	0,00	0,00	0,00	0,00	98.069,02	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - remuneração dos profissi	(16.037,30)	0,00	0,00	0,00	0,00	(16.037,30)	0,00	0,00

Continua 5/6

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 6/6
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Demais Obrigações Financeiras	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	(e)			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - remuneração dos profissi	(90.685,79)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(90.685,79)	0,00	0,00
Vigilância em Saúde - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância em Saúde - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	(21.633,50)	0,00	0,00	0,00	7.740,67	18.956,95	(48.331,12)	1.361.377,18	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.721.219,64	0,00	0,00	0,00	7.911,67	18.956,95	1.694.351,02	2.356.103,51	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atual.

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 1º SEMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6		R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida		11.630.376,27
DESPESAS COM PESSOAL		% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		52,34
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA		% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-12,37
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		120,00
GARANTIA DE VALORES		% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	2.356.103,51	1.694.351,02

FONTE:

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA 1º SEMESTRE 2015
MUNICÍPIO DE MAREMA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	399.615,60	282.285,81	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	399.615,60	282.285,81	0,00
Interna	399.615,60	282.285,81	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.589.916,93	1.721.219,64	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.594.531,71	1.721.219,64	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	4.614,78	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.190.301,33	-1.438.933,83	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.263.744,15	11.630.376,27	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	3,55%	2,43%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-10,57%	-12,37%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	13.516.492,98	13.956.451,52	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	12.164.843,68	12.560.806,37	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	399.615,60	282.285,81	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	399.615,60	282.285,81	0,00
Interna	399.615,60	282.285,81	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015

Continuação 2/2

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	18.956,95	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	105.371,59	2.364.015,18	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO 3º BIMESTRE 2015

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (e-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	12.556.707,00	13.889.557,35	1.809.820,10	8,141,136,95	100,00	2.401.664,62	5.785.033,44	8,104,523,91
Ação Legislativa	750.000,00	750.000,00	96.417,17	340.531,42	4,18	106.726,99	312.988,32	437,011,68
Administração	2.240.000,00	2.325.000,00	404.086,79	1.403.490,36	17,24	506.318,31	1.080.126,54	1.244,873,46
Administração Geral	2.133.000,00	2.218.000,00	396.759,14	1.298.453,79	15,95	487.449,31	1.014.747,62	1.203,252,38
Administração Financeira	107.000,00	107.000,00	7.327,65	105.036,57	1,29	18.869,00	65.378,92	41,621,08
Segurança Pública	15.290,00	21.597,95	1.331,20	4.231,20	0,05	925,00	3.825,00	17,772,95
Policimento	15.290,00	21.597,95	1.331,20	4.231,20	0,05	925,00	3.825,00	17,772,95
Assistência Social	814.471,00	951.273,58	147.872,96	507.146,27	6,23	194.583,28	416.693,87	534,579,71
Assistência ao Idoso	15.000,00	15.000,00	2.690,00	4.950,00	0,06	4.950,00	4.950,00	10,050,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	17.600,00	17.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17,600,00
Assistência Comunitária	781.871,00	918.673,58	145.222,96	502.196,27	6,17	189.633,28	411.743,87	506,929,71
Saúde	2.995.019,50	3.210.019,50	397.292,62	1.947.693,08	23,92	438.645,00	1.148.155,15	2,061,864,35
Atenção Básica	2.740.298,50	2.935.298,50	357.201,72	1.811.168,37	22,25	412.585,35	1.113.677,25	1,821,621,25
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	81.950,00	81.950,00	18.000,00	70.000,00	0,86	9.790,00	9.790,00	72,160,00
Vigilância Sanitária	11.000,00	11.000,00	1.811,00	1.983,41	0,02	0,00	172,41	10,827,59
Vigilância Epidemiológica	16.590,00	16.590,00	7.276,50	10.224,50	0,13	10.224,50	10.224,50	6,325,50
Alimentação e Nutrição	142.220,00	162.220,00	13.003,40	54.316,80	0,67	107.903,20	14.290,99	147,929,01
Abastecimento	3.001,00	3.001,00	0,00	0,00	0,00	3.001,00	0,00	3,001,00
Educação	1.898.086,50	2.066.856,06	320.979,32	952.962,15	11,71	327.662,46	791.217,48	1,275,638,58
Ensino Fundamental	1.562.845,50	1.648.780,29	246.563,82	862.734,55	10,60	291.553,22	748.967,27	899,813,02
Ensino Médio	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,300,00
Ensino Superior	30.000,00	30.000,00	9.570,00	18.210,00	0,22	9.450,00	14.670,00	15,330,00
Educação Infantil	301.941,00	384.775,77	64.845,50	72.017,60	0,88	26.659,24	27.580,21	357,195,56
Cultura	73.000,00	83.000,00	19.515,00	77.213,18	0,95	55.981,39	63.463,18	19,536,82
Divulgação Cultural	73.000,00	83.000,00	19.515,00	77.213,18	0,95	55.981,39	63.463,18	19,536,82
Urbanismo	185.693,00	788.023,58	33.655,00	657.093,85	8,07	18.751,68	132.907,44	655,116,14
Infra-Estrutura Urbana	179.623,00	781.953,58	33.655,00	655.793,85	8,06	18.751,68	132.535,44	649,418,14
Serviços Urbanos	6.070,00	6.070,00	0,00	1.300,00	0,02	135,40	372,00	5,698,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)								
Habituação	12.556.707,00	13.889.557,35	1.809.820,10	8.141.136,95	100,00	2.401.664,62	5.785.033,44	100,00
Habituação Urbana	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Vegetal	1.288.802,00	1.397.441,68	462,79	797.208,44	9,79	228.034,03	666.008,26	11,51
Extensão Rural	712.800,00	712.800,00	-111.697,65	408.529,21	5,02	115.873,59	277.329,03	4,79
Promoção da Produção Agropecuária	560.000,00	560.000,00	110.773,86	280.032,65	3,44	110.773,86	280.032,65	4,84
Indústria	16.002,00	124.641,68	1.386,58	108.646,58	1,33	1.386,58	108.646,58	1,88
Promoção Industrial	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	1.754.042,00	1.754.042,00	320.451,89	1.193.224,02	14,66	425.848,50	912.542,45	15,77
Desporto e Lazer	1.754.042,00	1.754.042,00	320.451,89	1.193.224,02	14,66	425.848,50	912.542,45	15,77
Desporto Comunitário	69.000,00	69.000,00	18.327,50	47.768,20	0,59	24.181,38	46.928,75	0,81
Encargos Especiais	69.000,00	69.000,00	18.327,50	47.768,20	0,59	24.181,38	46.928,75	0,81
Outros Encargos Especiais	433.000,00	433.000,00	49.427,86	212.574,78	2,61	74.006,60	210.177,00	3,63
	433.000,00	433.000,00	49.427,86	212.574,78	2,61	74.006,60	210.177,00	3,63

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS (b)		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.556.707,00	13.889.557,35	1.809.820,10	8.141.136,95	5.748.420,40	2.401.864,62	5.785.033,44	8.104.523,91
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	12.556.707,00	13.889.557,35	1.809.820,10	8.141.136,95	5.748.420,40	2.401.864,62	5.785.033,44	8.104.523,91

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 3º BIMESTRE 2015

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2014 A JUNHO/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	976.126,91	1.024.752,78	1.023.356,84	1.032.946,16	1.137.373,80	1.599.882,89	1.273.043,14	1.147.774,70	1.077.851,27	1.114.620,29	1.208.619,43	1.214.336,99	13.831.187,20
RECEITA TRIBUTÁRIA	21.445,40	11.802,22	23.593,53	45.184,96	11.480,74	186.711,77	21.185,98	27.425,36	80.445,05	26.274,32	30.705,66	26.859,80	513.118,59
IPT.U.	16.073,05	3.254,88	406,42	1.105,86	711,05	358,02	0,00	4.428,15	32.208,10	0,00	3.029,86	900,48	62.478,87
I.R.R.F.	886,21	1.495,01	1.857,59	20.165,09	1.148,12	160.703,22	12.878,43	15.307,54	14.239,08	13.699,65	13.859,51	14.113,60	289.896,06
I.S.S.	3.668,53	4.189,36	11.593,76	19.474,37	5.720,21	22.088,77	4.514,72	6.493,67	10.663,63	4.994,21	7.518,86	7.293,07	108.120,16
I.T.B.U.	550,00	2.450,00	9.940,00	4.400,00	3.890,00	3.080,00	3.762,83	870,00	14.270,00	912,35	3.812,00	4.440,00	35.200,00
Outras Receitas Tributárias	285,61	491,97	382,76	39,64	41,36	501,76	0,00	350,00	9.064,24	6.665,11	2.495,43	146,45	20.447,33
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.155,05	2.142,47	2.119,71	2.162,24	2.429,02	2.149,02	2.755,71	2.272,09	2.581,76	2.686,76	2.591,30	2.603,47	28.566,60
RECEITA PATRIMONIAL	12.564,89	7.544,44	9.782,75	10.275,64	9.500,28	11.185,01	11.294,29	12.333,26	13.899,71	14.088,24	14.603,30	12.468,25	139.480,56
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.835,98	929,51	3.865,09
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	18.397,77	15.169,99	10.266,96	15.899,12	28.929,12	25.242,00	11.736,94	16.750,75	14.185,53	16.892,25	9.036,61	15.893,11	189.466,73
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	918.793,93	980.088,85	973.388,53	966.138,18	1.084.595,34	1.372.866,20	1.226.067,32	1.086.167,34	999.618,57	1.051.772,98	1.133.881,57	1.101.109,29	12.844.469,93
Cota-Parte do FPM	369.126,63	446.426,05	393.882,94	371.503,64	491.732,86	540.132,51	599.335,67	611.805,61	445.610,52	490.931,82	591.411,98	514.598,39	5.857.698,82
Cota-Parte do ICMS	354.228,39	371.624,52	398.472,34	410.825,51	453.251,44	436.891,41	442.806,09	394.551,27	396.247,01	425.945,97	403.053,38	398.254,30	4.873.843,63
Cota-Parte do IRPA	21.952,05	13.899,25	17.676,46	10.778,52	9.100,83	6.021,52	10.268,70	9.144,55	16.043,96	19.978,91	18.574,88	17.895,83	171.122,46
Outras Transferências Correntes	127.209,07	97.113,99	114.116,80	109.462,91	75.696,96	334.265,47	121.952,10	25.710,90	57.442,82	70.853,83	70.741,52	134.622,56	1.339.287,43
Transferências de LC 61/1989	6.018,37	6.203,48	5.837,85	6.251,62	7.178,88	7.083,60	9.237,18	5.495,55	5.390,00	5.946,13	6.368,39	6.066,86	76.777,91
Transferências de LC 87/1996	1.653,99	1.653,99	1.653,99	1.653,99	1.653,99	3.317,98	0,00	0,00	0,00	6.744,10	1.686,02	1.686,02	21.729,07
Transferências do FUNDEB	38.474,53	41.156,07	42.000,38	43.882,18	45.813,29	45.380,43	42.465,58	38.459,88	38.885,06	41.641,42	42.024,92	38.929,71	501.113,43
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.769,87	8.004,81	4.720,76	3.285,94	439,30	1.728,89	0,00	2.885,90	7.189,85	2.815,74	14.953,91	54.483,76	103.188,73
DEDUÇÕES (II)	150.602,15	163.383,42	163.449,90	163.559,40	192.616,72	198.443,81	212.329,73	204.199,24	172.698,04	187.855,31	204.221,92	185.312,89	2.200.910,93
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	150.602,15	163.383,42	163.449,90	163.559,40	192.616,72	198.443,81	212.329,73	204.199,24	172.698,04	187.855,31	204.221,92	185.312,89	2.200.910,93
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	825.524,76	861.369,36	860.407,34	872.386,76	944.757,08	1.401.238,08	1.060.713,41	943.575,46	906.193,23	926.764,98	1.004.397,51	1.029.024,30	11.630.376,27

FONTE:

Marema, 25/08/2015

MARCOS PEDRO BATISTEL
PREFEITO MUNICIPAL

LOWR MILITO FIN
CONTADOR CRC-SC 015.345/O-2

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES 1º SEMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)		R\$ 1,00	
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	11.263.744,15	11.630.376,27	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.478.023,71	2.558.682,78	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.230.221,34	2.302.814,50	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:			
FONTE:			

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO 1º SEMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.630.376,27	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + II)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	1.860.860,20	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	1.674.774,18	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	814.126,34	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PUBLICO PRIVADAS 3º BIMESTRE 2015

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)	
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)		

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024

NADA A DECLARAR

FONTE:

Marema, 25/08/2015

MARCOS PEDRO BATISTEL
PREFEITO MUNICIPAL

LOACIR MILTO FIN
CONTADOR CRC-SC 015.345/O-2

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES 3º BIMESTRE 2015

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS					
DOTAÇÃO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DOTAÇÃO ATUALIZADA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EMPENHADAS					
Até o Bimestre/2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Até o Bimestre/2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS LIQUIDADAS					
Até o Bimestre/2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Até o Bimestre/2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00

Continua 2/4

JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continua 3/4

Município de Marema - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Marema, 25/08/2015

MARCOS PEDRO BATISTEL	LOACIR MILTO	FIN
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR	CRG-SC 015.345/O-2

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL 3º BIMESTRE 2015

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAREMA

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Abr 2015 (B)	Em 30 Jun 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	399.615,60	321.395,74	282.285,81
DEDUÇÕES (II)	1.196.889,08	1.547.798,59	1.145.527,67
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.201.503,86	1.552.413,37	1.145.527,67
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	4.614,78	4.614,78	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-797.273,48	-1.226.402,85	-863.241,86
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-797.273,48	-1.226.402,85	-863.241,86

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2015 (C - A)
VALOR	363.160,99	-65.968,38

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Abr 2015 (B)	Em 30 Jun 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Marema, 25/08/2015

MARCOS PEDRO BATISTEL
PREFEITO MUNICIPAL

LOACIR MILTO FIN
CONTADOR CRC-SC 015.345/O-2

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO 3º BIMESTRE 2015

Município de Marema - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	12.286.890,00	5.791.021,34	5.453.095,25
Receita Tributária	310.750,00	212.906,97	76.071,16
I.P.T.U.	30.800,00	40.567,59	14.640,19
I.S.S.	110.000,00	41.429,16	34.503,20
I.T.B.I.	35.200,00	28.097,18	9.953,99
I.R.R.F.	90.200,00	84.088,81	5.940,21
Outras Receitas Tributárias	44.550,00	18.724,23	11.033,57
Receita de Contribuição	37.400,00	15.409,09	14.051,22
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	37.400,00	15.409,09	14.051,22
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	69.800,00	78.647,55	49.941,52
(-) Aplicações Financeiras	69.800,00	78.647,55	49.941,52
Transferências Correntes	14.047.650,00	6.558.617,87	5.246.839,25
F.P.M.	6.820.000,00	3.243.683,99	2.431.786,50
I.C.M.S.	5.000.000,00	2.448.860,02	1.817.194,20
Convênios	92.000,00	50.527,65	24.228,00
Outras Transferências Correntes	2.135.650,00	815.546,21	973.630,55
Demais Receitas Correntes	-2.108.910,00	-995.912,59	116.133,62
Dívida Ativa	23.100,00	7.948,00	15.562,50
Diversas Receitas Correntes	-2.132.010,00	-1.003.860,59	100.571,12
RECEITAS DE CAPITAL (II)	17,00	125.170,23	1.250.000,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	17,00	125.170,23	1.250.000,00
Convênios	17,00	125.170,23	1.250.000,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	17,00	125.170,23	1.250.000,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	12.286.907,00	5.916.191,57	6.703.095,25

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	12.259.938,96	7.244.778,95	6.896.099,04	5.418.171,87	4.861.510,24
Pessoal e Encargos Sociais	6.596.183,30	3.238.701,59	2.968.355,59	2.980.071,18	2.747.195,06
Juros e Encargos da Dívida (IX)	42.000,00	26.322,44	40.212,68	24.371,12	38.546,88
Outras Despesas Correntes	5.621.755,66	3.979.754,92	3.887.530,77	2.413.729,57	2.075.768,30
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	12.217.938,96	7.218.456,51	6.855.886,36	5.393.800,75	4.822.963,36
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.607.618,39	896.358,00	1.750.184,32	366.861,57	1.238.360,36
Investimentos	1.371.618,39	779.028,21	1.632.954,96	249.531,78	1.121.131,00
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	235.000,00	117.329,79	117.229,36	117.329,79	117.229,36
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.372.618,39	779.028,21	1.632.954,96	249.531,78	1.121.131,00

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	22.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	13.612.557,35	7.997.484,72	8.488.841,32	5.643.332,53	5.944.094,36
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.325.650,35	-2.081.293,15	-1.785.746,07	272.859,04	759.000,89
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00	

Marema, 25/08/2015

MARCOS PEDRO BATISTEL
PREFEITO MUNICIPAL

LOACIR MILTO FIN
CONTADOR CRC-SC 015.345/O-2

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO 3º SEMESTRE 2015

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos			Inscritos			Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)	
	En Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2014	Pagos	Cancelados	Saldo (a)	En Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	4.614,78	4.614,78	-	-	-	105.371,59	97.459,92	-	7.911,67	7.911,67	
EXECUTIVO	0,00	4.614,78	4.614,78	0,00	0,00	0,00	105.371,59	97.459,92	0,00	7.911,67	7.911,67	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.490,00	21.490,00	0,00	0,00	0,00	
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.799,46	75.799,46	0,00	0,00	0,00	
DEPTO. DE DESENV. COMUNITARIO	0,00	4.614,78	4.614,78	0,00	0,00	0,00	1.006,53	0,00	0,00	1.006,53	1.006,53	
DEPTO. DE INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	171,00	0,00	0,00	171,00	171,00	
FUNDO MUN. DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.904,60	170,46	0,00	6.734,14	6.734,14	
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL (III) = (I) + (II):	0,00	4.614,78	4.614,78	0,00	0,00	0,00	105.371,59	97.459,92	0,00	7.911,67	7.911,67	

FONTE

Marema, 25/08/2015

MARCOS PEDRO BATISTEL
PREFEITO MUNICIPAL

LOACIR MILITO FIN
CONTADOR CRC-SC 015.345/O-2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 3º BIMESTRE 2015

Município de Marema - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		14.775.927,00		
Previsão Atualizada		14.775.927,00		
Receitas Realizadas		7.161.416,05		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		276.642,96		
DESPESAS				
Dotação Inicial		12.556.707,00		
Créditos Adicionais		1.332.850,35		
Dotação Atualizada		13.889.557,35		
Despesas Empenhadas		8.141.136,95		
Despesas Liquidadas		5.785.033,44		
Despesas pagas		5.785.033,44		
Superavit Orçamentário		209.805,68		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		8.141.136,95		
Despesas Liquidadas		5.785.033,44		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		11.630.376,27		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-248.632,50	0,00
Resultado Primário		0,00	272.859,04	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	105.371,59	0,00	97.459,92	7.911,67
EXECUTIVO	105.371,59	0,00	97.459,92	7.911,67
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.614,78	0,00	4.614,78	0,00
EXECUTIVO	4.614,78	0,00	4.614,78	0,00
TOTAL:	109.986,37	0,00	102.074,70	7.911,67
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		1.617.359,18	25%	26,81
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		238.321,28	60%	97,00

Continua 1/2

Município de Marema - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL				Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito				0,00	
Despesa de Capital Líquida				366.861,57	1.240.756,82
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS				Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				0,00	110,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		923.520,96	15,00	15,31	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)		0,00			

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Marema, 25/08/2015

MARCOS PEDRO BATISTEL
PREFEITO MUNICIPAL

LOACIR MILTO FIN
CONTADOR CRC-SC 015.345/O-2

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO Nº 061-2015 - EXCESSO SAÚDE - PSF

DECRETO n.º 061/2015

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.663/2014, de 17 de Novembro de 2014.
DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), nestes termos:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
130110301.2051 – Manutenção do Programa ESF/PACS	
3.1.90.00.00.00.00.00.00040.0 – Aplicações Diretas (25)	R\$ 60.000,00
Total	R\$ 60.000,00

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada do recurso.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 10 de Julho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

DECRETO Nº 062-2015 - ANULAÇÃO PREFEITURA E SAÚDE

DECRETO n.º 062/2015

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.663/2014, de 17 de Novembro de 2014.
DECRETA

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais), nestes termos:

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP. CULTURA E TURISMO	
040112365.2008 – Manutenção do Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00.00.0100.0 – Aplicações Diretas (55)	R\$ 40.000,00
06 – SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO	
060115.452.2016 – Manutenção da Iluminação Pública	
3.3.90.00.00.00.00.00.0114.0 – Aplicações Diretas (135)	R\$ 20.000,00

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
130110301.2055 – Manutenção do SAMU	
3.1.90.00.00.00.00.00.0756.0 – Aplicações Diretas (47)	R\$ 30.000,00
130110301.2056 – Manutenção do PMAQ/NASF	
4.4.90.00.00.00.00.00.0757.0 – Aplicações Diretas (59)	R\$ 30.000,00
Total	R\$ 120.000,00

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulações parciais e totais das seguintes Dotações Orçamentária.

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP. CULTURA E TURISMO	
040112365.2008 – Manutenção do Ensino Infantil	
3.3.50.00.00.00.00.00.0100.0 – Transf. Inst. Privadas sem Fins lucrat(58)	R\$ 40.000,00
06 – SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO	
060115.452.2016 – Manutenção da Iluminação Pública	
3.1.90.00.00.00.00.00.0114.0 – Aplicações Diretas (133)	R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0114.0 – Aplicações Diretas (137)	R\$ 10.000,00
13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
130110301.2055 – Manutenção do SAMU	
3.3.90.00.00.00.00.00.0756.0 – Aplicações Diretas (49)	R\$ 30.000,00
130110301.2056 – Manutenção do PMAQ/NASF	
3.1.90.00.00.00.00.00.0757.0 – Aplicações Diretas (54)	R\$ 30.000,00
Total	R\$ 120.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 10 de Julho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

DECRETO Nº 063-2015 - EXCESSO SAÚDE - VS

DECRETO n.º 063/2015.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.663/2014, de 17 de Novembro de 2014.
DECRETA

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), nestes termos:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
130110304.2053 – Manutenção da Vigilância em Saúde	
3.3.90.00.00.00.00.00.0759.0 – Aplicações Diretas (35)	R\$ 5.000,00
130110305.2053 – Manutenção da Vigilância em Saúde	
3.3.90.00.00.00.00.00.0759.0 – Aplicações Diretas (36)	R\$ 15.000,00
Total	R\$ 20.000,00
.....	

Art. 2.º As suplementações das Dotações Orçamentárias de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada do recursos repassado pelo Fundo Nacional de Saúde.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 27 de Julho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

EXTRATO ADITIVO Nº 001-2015 AO CONTRATO Nº 004-2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2015 (Acréscimo valor)

Contrato n.º. 004/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: JOSÉ AMBONI PRESA EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENE PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

Valor Acrescido: R\$ 11.531,81

Data da assinatura: 26 de agosto de 2015.

EXTRATO ADITIVO Nº 001-2015 AO CONTRATO Nº 005-2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2015 (Acréscimo valor)

Contrato n.º. 005/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ANCS DISTRIBUIDORA E ATACADO LTDA EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENE PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

Valor Acrescido: R\$ 8.878,10

Data da assinatura: 26 de agosto de 2015.

EXTRATO ADITIVO Nº 001-2015 AO CONTRATO Nº 027-2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2015 (Acréscimo valor)

Contrato n.º. 027/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ARALUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS EIRELI EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2015.

Valor Acrescido: R\$ 18.446,48

Data da assinatura: 26 de agosto de 2015.

LEI Nº 1693-2015

LEI Nº 1693/2015.

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2016 DO MUNICÍPIO DE MELEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no art. 165, inciso II, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2016, serão elaboradas e executadas observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I – as metas fiscais, incluindo as disposições sobre as metas de Resultado Primário, Resultado Nominal e demais Relatórios de Gestão e metas estabelecidas pela LRF;

II – as prioridades e metas da administração municipal para o exercício de 2016 extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017;

III – a estrutura dos orçamentos da Prefeitura e dos Fundos Municipais;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária e relativa à arrecadação;

VIII – as disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2016 e nos três exercícios anteriores, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 estão identificadas no ANEXO I desta Lei, e que conterá ainda os seguintes demonstrativos:

I – Anexo I – Metas Fiscais Consolidadas;

II - Anexo I.1 – Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2014 (último exercício encerrado);

III - Anexo I.2 – Demonstrativo de Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas no exercício anterior;

IV – Anexo I.3 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais da Receita;
V – Anexo I.3.1 – Memória e Metodologia de Cálculo das Principais Fontes de Receita;
VI – Anexo I.4 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais da Despesa;
VII – Anexo I.4.1 – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;
VIII – Anexo I.5 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;
IX – Anexo I.6 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;
X – Anexo I.7 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;
XI – Anexo I.8 – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido e Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos;
XII – Anexo I.9 – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
XIII – Anexo I.10 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
XIV – Anexo II – Planilhas das Prioridades e Metas;
XV – Anexo III – Demonstrativo dos Riscos Fiscais;
XVI – Anexo IV – Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público;
XVII – Anexo V – Relatório dos Projetos em Execução e Obras com necessidade de Conservação;
XVIII – Anexo VI – Demonstrativo da Compatibilização das Metas Físicas e Fiscais.

Parágrafo Único: O Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social e o Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal, não se aplicam, em função da adoção pelo Município do Regime Geral da Previdência Social;

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2016
Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS II e VI de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
II – ação: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
III – atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
IV – projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
V – operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
VI – unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como

os de maior nível da classificação institucional;
VII – receita ordinária: aquela prevista para ingressar no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
VIII – execução física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
IX – execução orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
X – execução financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscrito.
XI – receita não financeira, receita total do exercício, excluídas aquelas provenientes de operações de crédito, de alienação de ativos, de aplicações no mercado financeiro e de amortização de empréstimos;
XII – despesa não financeira, despesa total do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de títulos de capital já integralizado.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais e estes, com a identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 303/2005 e alterações posteriores.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, será identificada por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos Municipais e o SAMAE, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e ao Orçamento Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº. 163/2001, STN nº 303/2005 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº. 8/85);
II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 8/85);
III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);
IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 8/85);
V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);
VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);
VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);
VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e

Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85); IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 08/85); X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (Art. 5º, II da LRF);

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF);

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2016. (Art. 5º, III);

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2016. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XX – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2016. (Art. 8º e 50, I da LRF).

§ 1º O Orçamento Geral do Município poderá ser apresentado por modalidade de aplicação, evidenciando as Fontes de Recursos, na forma prevista nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 2º Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central a Prefeitura Municipal e como Unidade Gestora o SAMAE e cada Fundo com orçamento e contabilidade próprios.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada Projeto/Atividade.

§ 4º O orçamento do SAMAE e dos Fundos Municipais descentralizados por força legal, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 5º Os Fundos Municipais cujo funcionamento orçamentário e financeiro de menor volume não exigir sua descentralização, a critério de seus Gestores e do Chefe do Poder Executivo Municipal, poderão integrar ao orçamento geral da Prefeitura, apresentado em destaque as respectivas receitas e despesas a eles vinculadas.

Art. 8º - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentário conterá as informações básicas sobre a forma utilizada para as estimativas das receitas e as fixações das despesas.

Art. 9º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "1.00" – Ordinários, do orçamento fiscal.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 - Os Orçamentos para o exercício de 2016 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos e Autarquia. (Art. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Parágrafo Único: O Orçamento Municipal conterá dotações específicas para atendimento do disposto no artigo 100 da Constituição Federal e normas complementares pertinentes.

Art. 11 - Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Artigo 7º, X desta Lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais e o SAMAE serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a Agente Político ou servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais e do SAMAE deverá ser demonstrada também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a Agente Político ou servidor Municipal.

Art. 12 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2016 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo Único: O Poder Executivo Municipal colocará à disposição dos interessados legalmente constituídos, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 13 - Se a receita estimada para 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Poder Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações: (Art. 9º da LRF).

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito e alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV – Dotação para material de consumo e serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único: Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação, para implementação, ou não, do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I.10 do artigo 2º desta Lei, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 16 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO III desta Lei. (Art. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício anterior.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 17 - Os orçamentos para o exercício de 2016 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, proporcionalmente ao montante estabelecido no Plano Plurianual. (Art. 5º, III da LRF)

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para atendimento de despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº. 42/99, art. 5º, Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º e atendimento dos riscos fiscais demonstrados no ANEXO III desta Lei. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem ao final de cada mês, poderão, excepcionalmente, serem

utilizados na proporção de 1/12 do saldo, mediante autorização legislativa, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 18 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 19 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação; a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 20 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016 com dotações vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer, ou estiver garantido, o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único e 50 I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº. 101/2000;

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual, os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada, cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I, da LRF);

§ 3º - Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito especial ou suplementar.

Art. 21 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2016, constantes do Anexo I.9, do art. 2º desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF).

Art. 22 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá em qualquer caso de autorização em Lei específica. (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

§ 1º - Na transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas observar-se-á os dispositivos da Lei Federal nº. 13.019/2014 e regulamentos pertinentes.

§ 2º - Não se aplicam os dispositivos desse artigo, para os casos das contribuições devidas às entidades municipalistas e consórcios intermunicipais em que o Município for associado ou consorciado.

§ 3º - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, ou até 20 de dezembro de 2016, o que ocorrer primeiro, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 23 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 farão parte do processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único: Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2016, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF)

Art. 24 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF)

Parágrafo Único: As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº. 02/2001, estão demonstrados nos Anexos IV e V desta Lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 25 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando previstos recursos na Lei orçamentária e firmados por convênios, acordos ou ajustes previamente autorizados pelo Poder Legislativo. (Art. 62 da LRF)

Art. 26 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão

orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 27 - A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº. 163/2001 e alterações posteriores.

Parágrafo Único: A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos orçamentários de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto/Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por

Decreto do Prefeito Municipal, com autorização expressa na Lei Orçamentária Anual. (Art. 167, VI da CF).

Art. 28 - Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016 e constantes desta Lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 29 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão expressos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino básico, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo Único: Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 30 - Os programas priorizados por esta Lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – Anexo VI, e contemplados na Lei Orçamentária para 2016, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigirem desvios, avaliar gastos e o cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 31 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 32 - A Lei Orçamentária de 2016 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento estabelecido pelo Senado Federal e demais disposições pertinentes, na forma prescrita na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 33 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 34 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 32 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14

desta Lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 35 - O Poder Executivo e o Poder Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão em 2016, criar cargos e funções, alterar a estrutura administrativa ou de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da Lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF), combinado com os dispositivos da legislação eleitoral, em especial quanto as restrições decorrentes do último ano de mandato.

Parágrafo Único: Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei do orçamento para 2016 ou em créditos adicionais.

Art. 36 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V da LRF).

§ 1º - Quando as despesas com pessoal excederem ao limite prudencial estabelecido na LRF, poderão ser realizadas horas extras somente para os serviços de transporte escolar e transporte de enfermos, bem como para o atendimento de calamidade pública ou situação de emergência, devidamente homologadas pela Defesa Civil Estadual.

§ 2º - Em qualquer circunstância, serão realizadas horas extras somente com prévia autorização da autoridade competente, justificado o interesse público e comprovada a excepcionalidade da despesa.

Art. 37 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e 20 da LRF)

I – eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;
II – eliminação das despesas com horas extras;
III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
V – acordo para demissão voluntária, em conformidade com a legislação municipal.

Art. 38 - Para efeito desta Lei e dos registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra, referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Meleiro, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único: Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não os "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39 - O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas

a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes. (Art. 14 da LRF)

Art. 40 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º da LRF)

Art. 41 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

Art. 42 - Alteração de alíquotas, bases de cálculo e normas tributárias do Município não poderão ser realizadas pela Administração Municipal sem prévia autorização legislativa, verificados os princípios constitucionais vigentes.

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até ao final do exercício de 2015.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o final do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44 - O Poder Executivo Municipal, autorizado em Lei própria, poderá conceder incentivos e benefícios econômico-fiscais a empresas para a instalação de novas indústrias e/ou ampliação das unidades já instaladas, desde que sejam comprovadas vantagens sociais entre outras, a geração de emprego e renda, bem como, de incremento de recursos do retorno de tributos federais, estaduais e municipais ao próprio Município.

Art. 45 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, e de situações provenientes de atos considerados involuntários ao ordenador primário das despesas municipais.

Art. 46 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios e/ou similares com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para execução de obras ou aquisição de equipamentos, materiais ou serviços de interesse do Município ou não, durante o exercício de 2016.

Art. 47 - Por Ato próprio do Chefe do Poder Executivo, as Destinações de Recursos poderão ser alteradas, bem como inseridas novas fontes de recurso e despesa orçamentária correspondente, desde que a modalidade esteja prevista no Projeto/Atividade, em especial quando originárias de intervenções do Tribunal de Contas e da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 48 - Ficam autorizados os ajustes necessários nos Anexos do Plano Plurianual 2014/2017, que se fizerem necessárias em função dos valores constantes dos Anexos da presente Lei.

Parágrafo Único: Os valores do Plano Plurianual 2014/2017 para o exercício de 2016 em diante, bem como as metas físicas, passam a vigorar com a redação dos Anexos da presente Lei, no que couber.

Art. 49 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos durante o exercício de 2016.

Meleiro/SC, 26 de agosto de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0218/2015

DECRETO MUNICIPAL Nº 218/2015 DE 26 DE AGOSTO DE 2015
DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DE DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL,
NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 887/1988 ALTERADA PELA
LEI MUNICIPAL Nº 1.958 DE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Complementar Municipal nº 2060/2012 de 26/12/2012, da Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento, sendo de parte dos Lotes Rurais nºs 115 e 116, d Segunda Seção Anta Gorda, com áreas respectivas de 4.338,58 m2 e 5.146,25, totalizando a área de 9.484,83 m2., situado na Rua João Felipe Werlang, nesta Comarca e Cidade de Modelo - SC., matrícula nº 5.134, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Modelo, de propriedade do Senhor Erno Kottwitz e sua esposa Senhora Silvia Kottwitz, de conformidade com memorial descritivo, mapa e justificativa, ART nº 543481-9 Engenheiro Florestal Dayvit kuhn Weber, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º. A área desmembramento de que dispõe o artigo 1º deste Decreto, formará o Lote Urbano nº 07, da Quadra 69, com área de 381,13 m2, situado na Rua Joao Felipe Werlang, na cidade de Modelo SC, de conformidade com os documentos descritos e integrantes deste Decreto, conforme análise e aprovado pela Assessoria de Arquitetura e Planejamento Urbano da AMERIOS – Análise nº 410 de 15/05/2015.

Art. 3º. Fica autorizado a concessão da "Licença para desmembramento", devendo os proprietários e demais interessados, observar as disposições legais pertinentes a matéria.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo(SC),
aos 26 de agosto de 2015
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

KÁTIA RAGAZZON
CHEFE DO SETOR DE OBRAS

PORTARIA Nº 0136/2015

PORTARIA Nº 0136/2015 DE 20.08.2015
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e em especial, as de conformidade com o Art.º 95 da Lei Municipal 1.513/02 e demais normas pertinentes,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, a partir de agosto de 2015, Gratificação por Grau de Instrução que incidirá sobre o vencimento base na seguinte forma:

SERVIDOR	PERCENTUAL	NÍVEL
Daniela Frandoloso Marins	05% (cinco por cento)	Especialização – Curso de Pós Graduação – Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental – registrado sob o nº 8711 do livro nº 03, folhas nº 23 do Registro de Certificados e Atestados – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas FACISA – Celer Faculdades.
Donisete Euzebio	05% (cinco por cento) – 02% Ensino Fundamental + 03% Ensino Médio	Conclusão do Nível Escolar de Ensino Médio (Segundo Grau) – Certificado emitido em 17.12.2004 – Secretaria de Estado da Educação – Escola de Educação Básica Dom Helder Câmara – Modelo/SC.
Sirlei Gonçalves da Silva	05% (cinco por cento)	Especialização – Curso de Pós Graduação – Psicopedagogia – registrado sob o nº 004 do Livro nº 10, Folhas nº 07 em 24.22.2006 da Secretaria de Pós Graduação – Sociedade Educacional de Itapiranga SEI – FAI Faculdades.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 09 de julho de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

Monte Carlo

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 29/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 29/2015

Aos vinte e seis dias do mês e ano corrente, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições simplesmente MUNICÍPIO, e de outro lado a empresa MASTER RETIFICA DE MOTORES LTDA-ME pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Joaçaba-SC inscrita no C.N.P.J. sob o nº 15.460.747/0001-08 neste ato representada por: SERGIO LUIZ RECALCATTI cpf nº 534.275.139-04 doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PEÇAS, PARA A MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MASTER PLACA MJX-5596 DO FUNDO MUNICIPAL SAUDE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO 2.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 20 (vinte) dias..

2.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO 3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

LOTE	QTDADE	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL
01	16,00	Und	GUIA ADM/ESC MASTER MJX-5596		22,65	362,42
2	1,00	UND	JOGO DE JUNTA C/ RETENTOR MASTER MJX-5596		1.122,74	1.122,74
3	1,00	UND	COXIM MASTER MJX-5596		201,90	201,90
4	1,00	UND	POLIA GUIA DA CORREIA MASTER MJX-5596		236,37	236,37
5	2,00	UND	RETENTOR COMANDO MASTER MJX-5596		47,27	94,55
6	1,00	UND	KIT CORREIA MASTER MJX-5596		448,11	448,11
7	16,00	UND	VEDADOR DE VALVULAS MASTER MJX-5596		9,06	144,97
8	16,00	UND	ESMERILHAR SEDE/VALVULA MASTER MJX-5596		10,34	165,46
9	16,00	UND	TROCAR GUIAS DE VALVULAS MASTER MJX-5596		12,11	193,82
10	16,00	UND	RETIFICA VALVULA MASTER MJX-5596		15,36	245,82
11	16,00	UND	RETIFICA SEDE DE VALVULA MASTER MJX-5596		16,44	263,15
12	1,00	UND	MONTAR CABEÇOTE MASTER MJX-5596		126,06	126,06
13	1,00	UND	PLAINAR CABEÇOTE MASTER MJX-5596		305,31	305,31
14	1,00	UND	LIMPAR CABEÇOTE MASTER MJX-5596		71,89	71,89
15	1,00	UND	TESTAR CABEÇOTE MASTER MJX-5596		167,43	167,43
			TOTAL:			4.150,00

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS 4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência do presente contrato, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS 5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

- 6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;
 6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE 7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3 – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); BRUNO DE OLIVEIRA portador do cpf nº 011.305.239-18 como fiscal do presente contrato.

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 – A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 – Falha na execução do contrato prevista no LOTE nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

LOTE	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento

8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL 9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10.1 – O presente contrato poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR 11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- Tiver presentes razões de interesse público;
- For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015, a saber:

Entidade: 04 – Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo

Órgão: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2033 – Atenção Básica à Saúde

Código Reduzido: 17

Dotação Orçamentária: 3.3.90.00.00.00.00.00.0038

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 87/2015, Pregão Presencial nº 44/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA 14.1 - O prazo de validade do presente termo será da data de assinatura até a data de 06 (seis) meses em função da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 15.1 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.2 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.3 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.4 – O prazo de garantia das peças e dos serviços prestados será de 06 (seis) meses ou, 20000 (vinte mil) quilômetros, sendo que durante o período de garantia, a contratante poderá exigir a abertura do motor para verificação dos serviços executados, na hipótese da ocorrência de falhas ou defeitos.

15.5 – Todos os encargos, traslado do veículo a partir deste Município até o local de prestação de serviços ou outro que tenha sido necessário ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive o traslado de devolução do veículo/máquina, montagem, desmontagem e segurança do veículo enquanto este permanecer em poder do contratado são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO 16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam á presente Ata em 02- duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 26 de Agosto de 2015.

MUNICIPIO DE MONTE CARLO
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

MASTER RETIFICA DE MOTORES LTDA ME
SERGIO LUIZ RECALCATTI

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: BRUNO DE OLIVEIRA - 011.305.239-18

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 088/2015

DECRETO Nº 088/2015, em 26 de Agosto de 2015.

“NOMEIA OS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, IX, da Lei Orgânica Municipal e, considerando ainda, o disposto na Lei Municipal n. 1.236/2007, alterada pela Lei Municipal nº 1298/2009;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os integrantes do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — FUNDEB.

Art. 2º - Os Integrantes do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos

Profissionais da Educação-Conselho (FUNDEB), de que trata o artigo 1º deste Decreto, será formada pelos Senhores:

Representantes do Conselho Municipal de Educação
Titular: Lilian Tezza Budny
Suplente: Adriana de Souza Barro de Biasi

Representantes do Conselho Tutelar
Titular: Andréia Teixeira
Suplente: Joelma Bortolotto de Jesus

Diretores das Escolas Básicas
Titular: Aline Salvan
Suplente: Maria Elizabeth de Almeida Henfrain

Estudantes da Educação Básica Pública
Titular: Ariany Farias dos Santos Sales
Suplente: Jéssica Luiz Gomes dos Santos

Estudantes da Educação Básica Pública — Indicados Pela Entidade de Estudantes Secundaristas
Titular: Andréia Machado Pacheco
Suplente: Rogéria de Souza Ghisi

Pais de Alunos da Educação Básica Pública
Titular: Márcio José Martinho
e sua Suplente: Gislaine Martins Elias
Titular: Fabio Niero
e sua Suplente: Luzia Mroczkoski dos Santos

Membros do Poder Executivo Municipal
Titular: Rangel De Fáveri Serafin
Suplente: Morgana Madalena do Canto

Membros do Poder Executivo Municipal — Secretaria Municipal de Educação ou Órgão Educacional Equivalente

Titular: Gabriela Recco
Suplente: Priscila Guollo

Professores da Educação Básica Pública
Titular: Rose Mery Teixeira
Suplente: Júlia Maccari Espíndula

Servidores Técnicos Administrativos das Escolas Básicas Públicas
Titular: Edilane Cypriano
Suplente: Luana Monteiro da Rosa

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 25 de Agosto de 2015.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ADILSON PEDRO MACCARI
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 089/2015

DECRETO Nº 089/2015, em 26 de Agosto de 2015.

“NOMEIA A COMISSÃO PARA A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA O PREENCHIMENTO DOS CARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONSTANTES NO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MAGISTÉRIO (LEI COMPLEMENTAR 009/2011).”

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de provimento dos cargos públicos vagos;
CONSIDERANDO a necessidade de conferir a maior transparência possível ao Processo Seletivo Simplificado de candidatos para o preenchimento de ditas vagas, coisa que aconselha a Constituição Federal,
DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão encarregada de promover, supervisionar e acompanhar o Processo Seletivo Simplificado destinado à seleção para preenchimento dos cargos da Secretaria Municipal de Educação, constantes no Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais do Magistério (Lei Complementar 009/2011), ficando designados para sua composição as seguintes pessoas, todos servidores desta municipalidade, sob a presidência do primeiro:

1. Queila de Almeida Simões Zanatta;
2. Talita Bortolatto;
3. Priscila Guollo Recco;
4. Geovana de Bitencourt.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data ficando revogada

toda e qualquer disposição em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 26 de Agosto de 2015.
Agnaldo David Maccari
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ADILSON PEDRO MACCARI
Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

LEI Nº 1706/2015

LEI Nº 1706/2015

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º - A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de aquisição de máquinas e equipamentos, obras no sistema viário e obras de empreendimentos comunitários.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas

médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 26 de Agosto de 2015.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ADILSON PEDRO MACCARI
Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV

TERMO DE DESISTÊNCIA CONCURSO PÚBLICO EDITAL N.º 001/2014

TERMO DE DESISTÊNCIA CONCURSO PÚBLICO EDITAL N.º 001/2014 GUILHERME CESAR CHRISTINO DA SILVA

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV

TERMO DE DESISTÊNCIA

CONCURSO PÚBLICO EDITAL N.º 001/2014

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de 2015, GUILHERME CESAR CHRISTINO DA SILVA por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovado no Concurso Público Edital nº. 001/2014, relativo ao cargo de Motorista, classificação 02, conforme termo arquivado no Processo Administrativo do Instituto de Previdência.

Navegantes/SC, 27 de Agosto de 2015.

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 158/2015

DECRETO nº 158 de 26 de agosto de 2015.

DECLARA DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL OS BENEFICIÁRIOS DE INCENTIVOS ECONÔMICOS E ESTÍMULOS FISCAIS PREVISTOS NA LEI MUNICIPAL Nº 520, DE 04 DE SETEMBRO DE 1975, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gian Francesco voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso da competência que lhe confere os arts. 10, I, 1ª parte e 94, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO que a atual conjuntura econômica nacional obriga aos municípios a viabilização de mecanismos de estímulo ao desenvolvimento econômico, o qual passa necessariamente pela instalação de novas empresas e ampliação das já existentes, aumentando, por via direta e indireta, a arrecadação dos entes municipais, inclusive com o retorno de ICMS e demais tributos;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 520, de 04 de setembro de 1975, se consubstancia em instrumento jurídico surgido como forma de fomentar a instalação de empreendimentos, bem como estimular a ampliação dos já existentes, com vistas a ampliar sua capacidade de produção e demanda de mão de obra, como prevê seu art. 1º;

CONSIDERANDO ser de interesse público municipal o fortalecimento do arranjo industrial local e o consequente desenvolvimento do Município neotrentino, com a instalação e ampliação das atividades de empresas instaladas em seu território, notadamente as beneficiárias de incentivos econômicos e estímulos fiscais previstos na Lei Municipal nº 520, de 04 de setembro de 1975;

CONSIDERANDO, por fim, que cabe ao Município legislar sobre assuntos locais;

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados de interesse público municipal os beneficiários de incentivos econômicos e estímulos fiscais previstos na Lei Municipal nº 520, de 04 de setembro de 1975.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Trento, em 26 de agosto de 2015.

Gian Francesco VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

VALDEMIR LUIZ QUIATTO

Secretário M. Administração e Finanças

DECRETO Nº 159/2015

DECRETO nº 159/2015

convoca OS aprovados no PROCESSO SELETIVO 003/2015, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem ao Setor de Recursos Humanos, do dia 27 a 31 de agosto de 2015, munidos da documentação abaixo relacionada, observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XIV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 26 de agosto de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº 159/2015)

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Classificação	Nome completo
11º	Alvina Buttchewitz Dalri
12º	Sérgio Pereira Lobo
13º	Terezinha Maria Dalri
14º	Tayse Gambeta
15º	Daniela Carina Selli Rodhen
16º	Chirle Silva

CARGO: ATENDENTE DE CRECHE

Classificação	Nome completo
11º	Raquel Venske
12º	Edna Magali Koerich

CARGO: PROFESSOR NÃO HABILITADO - EDUCAÇÃO INFANTIL

Classificação	Nome completo
03º	Elide Maria Anzoategui
04º	Suelen do Belem de Oliveira

LEI COMPLEMENTAR Nº 639/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 639/2015.

Dispõe sobre vencimento do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais e dá outras providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, que lhe confere o artigo 30, inciso XII e Art. 94, inciso V da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, Faz saber a todos os habitantes que a Câmara aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O vencimento do cargo efetivo Auxiliar de Serviços Gerais, da Câmara Municipal de Nova Trento, a partir desta lei, passa a ser R\$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais).

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar serão atendidas pelo orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Trento, em 24 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei Complementar nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 2.588/2015

Lei nº 2.588/2015

Concede Subvenção à Ação Social Neotrentina e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe confere o Art. 30 inciso V, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder subvenção no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), em 06 (seis) parcelas de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), mensais, à Ação Social Neotrentina, estabelecida à Rua Santo Inácio, nº 170, na cidade de Nova Trento, cadastrada no CNPJ sob o nº 78.540.929/0001-09.

Art. 2º O valor a que se refere o Artigo 1º da presente Lei, será aplicado para pagamento de monitores objetivando a execução do projeto social denominado "Inclusão e Promoção para o Trabalho".

Art. 3º Fica a entidade contemplada pelo Município com a subvenção, obrigada a prestar contas da aplicação dos recursos ao Poder Executivo Municipal, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data do recebimento, na forma estabelecida pelas normas de controle interno, sob pena de ressarcir aos cofres públicos o valor recebido.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de recursos próprios consignados no orçamento fiscal vigente do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 24 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei Complementar nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 640/2015 "A"

Portaria Nº 640/2015 "A"

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

Resolve:

Art. 1º - Fica nomeado pelo Decreto nº 119/2015, de 27 de julho de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, VIVIANE CASTIEL SILVA, matrícula nº 6836, no Cargo de Provimento Efetivo de ATENDENTE DE CRECHE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e POSSE em 03 de Agosto de 2015.

Art. 2º - Atribuir exercício no Centro Municipal de Educação Infantil Pe. Rossi - Centro, a partir de 03/08/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 641/2015 "A"

Portaria Nº 641/2015 "A"

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

Resolve:

Art. 1º - Fica nomeado pelo Decreto nº 119/2015, de 27 de julho de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, JUDITE SILVEIRA ROMERO, matrícula nº 6835, no Cargo de Provimento Efetivo de ATENDENTE DE CRECHE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e POSSE em 03 de Agosto de 2015.

Art. 2º - Atribuir exercício na Creche Municipal Claraíba, a partir de 03/08/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito MunicipalRegistrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SCValdemir Luiz Quaiatto
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº 692/2015 CORRETA**

Portaria Nº 692/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94,XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20 da Lei Municipal nº 1.207/1992,

Resolve:

Art. 1º Fica nomeado pelo Decreto nº119/2015 de 27 de julho de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, MUSSIA DE CASTRO E SILVA CARRE, matrícula nº 6795, no Cargo de Provimento Efetivo de FARMACÊUTICO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e POSSE em 03 de Agosto de 2015.

Art. 2º Atribuir exercício na Unidade Sanitária Madre Paulina, a partir de 03/08/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito MunicipalRegistrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SCValdemir Luiz Quaiatto
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº 705/2015 "B"**

PORTARIA Nº 705/ 2015 "B"

Dispõe sobre Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR o Servidor Público Municipal, MARCOS PAULO MARCOLLA, matrícula nº 6864, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Saúde, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 04 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 04 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças**PORTARIA Nº 734/2015**

Portaria Nº 734/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94,XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20 da Lei Municipal nº 1.207/1992,

Resolve:

Art. 1º Fica nomeado pelo Decreto nº 140/2015 de 12 de agosto de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, LUIS ANTONIO DE SOUZA, matrícula nº 6823, no Cargo de Provimento Efetivo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 30 (trinta) horas semanais, e POSSE em 13 de Agosto de 2015.

Art. 2º Atribuir exercício na Secretaria de Bem Estar Social e Habitação - Centro, a partir de 14/08/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito MunicipalRegistrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SCValdemir Luiz Quaiatto
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 747/2015

PORTARIA Nº 747/ 2015

Dispõe sobre Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora Pública Municipal, FERNANDA VOLTOLINI, matrícula nº 6832, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 17 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 748/2015

PORTARIA Nº 748/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado pelo Decreto nº 119/2015, de 27 de julho de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, TANIA MURCESKI PEREIRA, matrícula nº 6837, no Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e POSSE em 17 de Agosto de 2015.

Art. 2º - Atribuir exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, a partir de 17/08/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 749/2015

PORTARIA Nº 749/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado pelo Decreto nº 119/2015, de 27 de julho de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, RAFAEL GUSTAVO MADER, matrícula nº 6838, no Cargo de Provimento Efetivo de FISIOTERAPEUTA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e POSSE em 17 de Agosto de 2015.

Art. 2º - Atribuir exercício na Unidade Sanitária Madre Paulina, a partir de 17/08/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 750/2015

PORTARIA Nº 750/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado pelo Decreto nº 119/2015, de 27 de julho de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, CAROLINE BATTISTI DA SILVA, matrícula nº 6839, no Cargo de Provimento Efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e POSSE em 17 de Agosto de 2015.

Art. 2º - Atribuir exercício na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir de 17/08/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 751/2015

PORTARIA Nº 751/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado pelo Decreto nº 140/2015, de 12 de agosto de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, ADRIANA COSTA, matrícula nº 6840, no Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e POSSE em 17 de Agosto de 2015.

Art. 2º - Atribuir exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, a partir de 17/08/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 755/2015

PORTARIA Nº 755/ 2015

Dispõe sobre Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), e art. 22, inciso II, da Lei nº 1.668/99, de 22/12/1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora Pública Municipal, LILIAN CRISTIANI FONTANELLI, matrícula nº 1052, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Supervisor de Educação Infantil, Nível CM4, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 17 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 758/2015

PORTARIA Nº 758/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, CLARICE POLI FERRARI, matrícula nº 6842, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora CLARICE POLI FERRARI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Ribeirão Frederico, s/n, Bairro Vígolo, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 053.821.689-11, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro

de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, a partir de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini Clarice Poli Ferrari
Prefeito Municipal Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 759/2015

PORTARIA Nº 759/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, BERNARDETE TOMASI CARNIEL, matrícula nº 6843, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora BERNARDETE TOMASI CARNIEL, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Geral Molha, Bairro Molha, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 894.468.019-15, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, a partir de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Bernardete Tomasi Carniel

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 761/2015

PORTARIA Nº 761/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, SANTIM TEODORO TOMASI, matrícula nº 6845, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor SANTIM TEODORO TOMASI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Alto Pitanga, Bairro Pitanga, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 398.764.209-25, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais

efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, a partir de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini	Santim Teodoro Tomasi
Prefeito Municipal	Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 762/2015

PORTARIA Nº 762/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, JOSÉ VALDIR PEROTONI, matrícula nº 6846, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor JOSÉ VALDIR PEROTONI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Geral São Valentim, Bairro São Valentim, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 508.351.149-53, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, a partir de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini	José Valdir Perotoni
Prefeito Municipal	Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 763/2015

PORTARIA Nº 763/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, RICARDO LUIS DA SILVA, matrícula nº 6847, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor RICARDO LUIS DA SILVA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Benjamin Constante, nº 347, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 658.331.390-15, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, a partir de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini	Ricardo Luis da Silva
Prefeito Municipal	Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 764/2015

PORTARIA Nº 764/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, OSNI VALTER MICHALSKI, matrícula nº 6848, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor OSNI VALTER MICKALSKI, brasileiro, convivente em união estável, residente e domiciliado na Rua São Valentim, Bairro São Valentim, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 960.725.719-72, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, a partir de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini Osni Valter Michalski
Prefeito Municipal Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 765/2015

PORTARIA Nº 765/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, ENES TOMASI, matrícula nº 6849, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor ENES TOMASI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Geral Alto Pitanga, Bairro Pitanga, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 380.033.689-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, a partir de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini	Enes Tomasi
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 766/2015

PORTARIA Nº 766/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, CELESTINO ALVES, matrícula nº 6850, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor CELESTINO ALVES, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Valsugana, Bairro Valsugana, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 803.680.009-82, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, a partir de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini	Celestino Alves
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 767/2015

PORTARIA Nº 767/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, VALDOCI LOFY, matrícula nº 6851, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor VOLDOCI LOFY, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Aguti, s/n, Bairro Aguti, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 960.726.799-00, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, a partir de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini	Valdoci Lofy
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 768/2015

PORTARIA Nº 768/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, DANIEL MARINS GODOE, matrícula nº 6852, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor DANIEL MARINS GODOE, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Alferes, s/n, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 042.034.059-98, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na

mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, a partir de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini	Daniel Marins Godoe
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 769/2015

PORTARIA Nº 769/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, JOÃO TABONI, matrícula nº 6853, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor JOÃO TABONI, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na Rua Geral Salto, Bairro Salto, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 591.536.959-68, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, a partir de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini	João Taboni
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 770/2015

PORTARIA Nº 770/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, IVO BONIKOSKI, matrícula nº 6854, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor IVO BONIKOSKI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Est. Geral Três Barras, Bairro Trombudo, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 436.945.009-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, a partir de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Ivo Bonikoski

Prefeito Municipal

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 771/2015

PORTARIA Nº 771/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, MARIO ABELINO, matrícula nº 6855, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor MARIO ABELINO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Geral Salto, s/n, Bairro Salto, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 824.275.779-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, a partir de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini	Mario Abelino
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 772/2015

PORTARIA Nº 772/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, NORIVAL LIBARDO, matrícula nº 6856, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor NORIVAL LIBARDO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Ribeirão da Velha, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 030.586.609-52, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, a partir de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini	Norival Libardo
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 773/2015

PORTARIA Nº 773/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, OSMAR HILLESHEIN, matrícula nº 6857, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor OSMAR HILLESHEIN, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Baixo Capivara, s/n, Bairro Aguti, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 617.029.439-68, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, a partir de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini	Osmar Hilleshein
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 774/2015

PORTARIA Nº 774/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, SERGIO FACHI, matrícula nº 6858, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor SERGIO FACHI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Valerio Maleski, s/n, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 488.654.359-68, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, a partir de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini	Sergio Fachi
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 775/2015

PORTARIA Nº 775/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, ALDO INÁCIO MARCHI, matrícula nº 6859, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor ALDO INÁCIO MARCHI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Serraval, Bairro Serraval, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 449.273.399-04, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, a partir de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini	Aldo Inácio Marchi
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 776/2015

PORTARIA Nº 776/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, HILÁRIO WOLF, matrícula nº 6860, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor HILÁRIO WOLF, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na Rua Alto Alferes, Bairro Vígolo, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 570.238.249-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, a partir de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini	Hilário Wolf
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Orleans

PREFEITURA

ATA 04 TP 49/2015

Tomada de Preços 49/2015

QUARTA ATA DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ORELANS PARA ABERTURA E PROCESSAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 49/2015 QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E/OU PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA O MUNICÍPIO DE ORLEANS.

Às dezesseis horas do dia vinte e seis de agosto de dois mil e quinze reuniu-se a Comissão Especial de Licitações do Município de Orleans/SC, na Prefeitura Municipal, com Sede na Rua XV de Novembro – 282, Centro, para marcar a data para abertura do 4º envelope – Proposta de Preço relativamente a Tomada de Preços 49/2015. A comissão decidiu marcar a data de 02/09/2015 às 14h00min para a abertura dos envelopes das propostas de preços.

DELSON LOTIN

Presidente da Comissão de Licitações

CONTRATO 137/2015

Contrato Nº: 137/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada: MARILENI DE ANDRADE DALAZEN

Valor: R\$ 14.511,00

Licitação: Processo 105/2015

Dispensa de Licitação Nº. 73/2015

Recursos: 2.013.3390.00 - 102 - 64/2015 - Manutenção do Ensino Fundamental

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COMERCIAL PARA FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL REGINA CHECHETTO SPRICIGO.

EDUARDO BERTONCINI – SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Orleans, 26 de agosto de 2015.

DISPENSA 73/2015

PROCESSO Nº 105/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 73/2015

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COMERCIAL PARA FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL REGINA CHECHETTO SPRICIGO.

Contratado: MARILENI DE ANDRADE DALAZEN

Valor R\$ 14.511,00

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada.

Orleans - SC, 26 de agosto de 2015.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração

DISPENSA 74/2015

PROCESSO Nº 106/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 74/2015

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA ORGANIZAÇÃO DA SEMANA DA AÇÃO SOCIAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Contratado: MARIANA TAVARES JACQUES

Valor R\$ 5.000,00 em parcela única.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada.

Orleans - SC, 26 de agosto de 2015.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração

EDITAL TPO 96/2015

PROCESSO Nº 107/2015

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 96/2015

Tipo: Menor Preço/GLOBAL

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE 16 LOMBADAS EM DIVERSOS BAIRROS DO MUNICÍPIO CFE. PROJETO EM ANEXO.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 14/09/2015 às 14h:00min.

Abertura das Propostas: dia 14/09/2015, às 14h30min.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada.

Orleans - SC, 26 de agosto de 2015.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração

Palhoça

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 2724/2015.

PORTARIA Nº. 2724/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO EDUARDO DE JESUS ALBUQUERQUE BRAVO, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/07/2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2670/2015.

PORTARIA Nº. 2670/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DELEGAR para Responder como Responsável pelo Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas Liberdade Assistida e Prestação de Serviços a Comunidade a servidora PRISCILA NETTO DE CAMPOS DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2704/2015.

PORTARIA Nº. 2704/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para FERNANDA DE MATOS SANCHEZ ALVES, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da

Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2014.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Presidente da FMP

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3218/2015.

PORTARIA Nº. 3218/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Eloise Cristina Vicente Custódio, estudante regularmente matriculada no Curso de Administração da Faculdade Municipal de Palhoça - FPM, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com início em 17/08/15 e término em 17/08/16 com carga horária de 25 (vinte cinco horas semanais), no CIRETRAN.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2663/2015.

PORTARIA Nº. 2663/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SANDRA MARA DOMANSKI DA LUZ, matrícula nº. 400267-1, titular do cargo de Auxiliar de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 16/04/2006 a 16/04/2011, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 06/07/2015 à 06/08/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2665/2015.
PORTARIA Nº. 2665/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JANETE FERREIRA PINHEIRO, matrícula nº. 400116-1, titular do cargo de Psicóloga, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 23/01/2005 a 23/01/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 13/07/2015 à 13/08/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2666/2015.
PORTARIA Nº. 2666/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA JACENI DA ROSA FERREIRA, matrícula nº. 800951-1, titular do cargo de Auxiliar de Serviços gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 11/06/2008 a 11/06/2013, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 01/07/2015 à 01/08/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2667/2015.
PORTARIA Nº. 2667/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para YANA MARLETE MARTINS, matrícula nº. 100055-1, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/11/2001 a 01/11/2006, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 03/07/2015 à 03/08/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2668/2015.
PORTARIA Nº. 2668/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA APARECIDA SANTANA ANASTACIO, matrícula nº. 800441-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 14/02/2000 a 14/02/2005, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 03/08/2015 à 03/11/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2669/2015.
PORTARIA Nº. 2669/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FERNANDA MARTINS, matrícula nº. 126046-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 11/03/2007 a 11/03/2012, por 03 (três) meses, com efeitos a

contar de 03/08/2015 à 03/11/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2671/2015.

PORTARIA Nº. 2671/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MANOEL DONIZETE VELHO, matrícula nº. 800445-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 14/02/2005 a 14/02/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/07/2015 à 01/08/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação
MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2672/2015.

PORTARIA Nº. 2672/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO RITA DE CASSIA DA ROSA, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/07/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2673/2015.

PORTARIA Nº. 2673/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO PRICILA ODETE MULLER, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/07/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2674/2015.

PORTARIA Nº. 2674/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Flavio Jose de Souza	1013064847

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2675/2015.

PORTARIA Nº. 2675/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de julho de 2015.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
402147-8	Kátia de Souza	R\$ 200,00

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração
MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2676/2015.

PORTARIA Nº. 2676/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO LEONARDO CAMPOS GOMES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Médico, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde Central da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 01/07/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2677/2015.

PORTARIA Nº. 2677/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTÉRIO para ADRIANA BOTELHO GONÇALVES BROERING, titular do cargo de Assistente de Educação, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 22/06/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2678/2015.

PORTARIA Nº. 2678/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CEDER para Secretaria de Estado da Saúde com ônus ressarcidos a origem, a servidora CAMILA MIRIAN DA SILVA CONTI, matrícula nº. 401034-2, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o artigo 171, 172 e 173 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, a contar de 01/07/2015 a 31/12/2016.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2679/2015.

PORTARIA Nº. 2679/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 0958 de 19 de fevereiro de 2015, que Contratou por Tempo Determinado à servidora JULIANA WEINGARTNER, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 02/02/2015 a 18/12/2015, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2680/2015.

PORTARIA Nº. 2680/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDSON EUGENIO DA SILVA, matrícula nº. 500006-1, titular do cargo de Fiscal de Tributos, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 03/09/2001 a 03/09/2006, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 10/07/2015 à 10/08/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2681/2015.

PORTARIA Nº. 2681/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELIZANDRA MARCOLINO, matrícula nº. 100284-1, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 24/05/2010 a 24/05/2015, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 02/07/2015 à 02/08/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2682/2015.

PORTARIA Nº. 2682/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
JAIME LUIZ NETO	976254649

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2683/2015.

PORTARIA Nº. 2683/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 3308 de 21 de novembro de 2011, que Averbou Tempo de Serviço da servidora DORIAM VITOR DE ANDRADE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que devesse ser:

Averbou o tempo que como Professor (ACT) 07 (sete) anos e 10 (dez) meses.

E não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 15 de maio de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2684/2015.

PORTARIA Nº. 2684/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1197 de 02 de março de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora SCHEILA SCHIDIED, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 28/05/2015 a 01/07/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2685/2015.

PORTARIA Nº. 2685/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARCIO OSMAR TEZZIANI, matrícula nº. 123105-1, titular do cargo de Fiscal de Obras, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 24/02/2004 a 24/02/2009, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 06/07/2015 à 06/08/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2686/2015.

PORTARIA Nº. 2686/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MARCELO HUGO RESENDE CAVALCANTE, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/07/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2687/2015.

PORTARIA Nº. 2687/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ANISIA TRUPPEL, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de julho de 2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2688/2015.

PORTARIA Nº. 2688/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL – para os servidores abaixo relacionados com fundamento no Artigo 292, 293 e 297 da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Cargo	Nível		A partir de:
			De:	Para	
500002-1	Ari Leonel Filho	Fiscal de Tributos	1-147-2-E - ANMF	1-147-3-E - ANMF	13/04/2015
801658-3	Bianca Ana de Sá	ASO	1-9-1-A - ANF - B	1-9-2-A - ANF - B	27/05/2015
401396-1	Divania Comelli Gonçalves	ACS	1-143-1-A - ACS	1-143-2-A - ACS	08/06/2015
200008-1	Eliane Vidal	Técnico em Contabilidade	1-5-2-G - ANT	1-5-3-G - ANT	27/05/2015
801436-1	Elis Regina Hienzen Garcia	ASO	1-9-1-B - ANF - B	1-9-2-B - ANF - B	29/05/2015
401200-1	Fernanda Espindola Martins	Enfermeira	1-136-1A-A – ESF	1-136-2A-A – ESF	13/05/2015
401429-1	Gabriel Werlich Correa	Socorrista	1-5-1-A – ANT	1-5-2-A – ANT	27/05/2015

190094-1	Leda Silva Duarte	Psicóloga	1-118-2B-C - ANS	1-118-2C-C - ANS	28/05/2015
400909-1	Luciane Probst	Agente Administrativo I	1-8-1-B - ANF - A	1-8-2-B - ANF - A	28/04/2015
300056-1	Marinete Carmem Alves	Agente Administrativo Auxiliar	1-8-1-F - ANF- A	1-8-2-F - ANF- A	02/06/2015
500021-1	Mauricio Martins	Fiscal de Tributos	1-147-1-D - ANMF	1-147-2-D - ANMF	21/05/2015
500024-1	Odilon Pedro de Farias	Fiscal de Tributos	1-147-2-G - ANMF	1-147-3-G - ANMF	25/05/2015
300152-3	Rose Magaly Martins	Assistente Administrativo	1-17-2-E - ANM	1-17-3-E - ANM	03/06/2015
800103-1	Rosita Márcia da Silveira	ASO	1-9-1-F - ANF - B	1-9-2-F - ANF - B	25/05/2015
300221-2	Ruby Steinmetz Filho	Agente Administrativo I	1-8-1-G - ANF- A	1-8-2-G - ANF- A	02/06/2015
400871-1	Viviane C. Pacheco de Andrade	Nutricionista	1-141-2A-B ESF NASF	1-141-3A-B ESF NASF	04/05/2015

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2689/2015.

PORTARIA Nº. 2689/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FABIANA DOS ANJOS PIRES, matrícula nº. 800193-1, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 06/03/2005 a 06/03/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/07/2015 à 01/08/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2690/2015.

PORTARIA Nº. 2690/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2438 de 04 de julho de 2014, que Contratou por Tempo Determinado o servidor RAUL LUIZ DOS SANTOS, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/07/2015 a 15/07/2016.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2691/2015.

PORTARIA Nº. 2691/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Artigo 1º - Instituir a UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROJETO LOCAL – UGP LOCAL, com a finalidade de executar e acompanhar as atividades do Projeto de Assistência Técnica ao Prosanear – PAT – PROSANEAR, gerenciar e acompanhar a execução dos Projetos de Saneamento Integrado, bem como conduzir a elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI e dos Projetos de Saneamento Integrado - PSI.

Artigo 2º - A Unidade ora instituída fica vinculada ao Gabinete do Prefeito, a quem compete a sua coordenação. Podendo, entretanto delegar essa atribuição quando do seu impedimento.

Artigo 3º - Os profissionais, membros da Unidade de Gerenciamento Local do Projeto – UGP local deverão ser facilitados acessos e informações, tanto no âmbito deste Gabinete Municipal quanto nas demais Secretarias, quando a serviços da UGP local.

Artigo 4º - A Unidade de Gerenciamento do Projeto Local – UGP local, será assim composta.

NOME	FUNÇÃO
Allan Pyetro de Melo de Souza	Diretor Geral
Diogo Jesus da Rocha	Engenheiro
Eduardo Freccia	Secretário de Infraestrutura
Jeferson Welter	Diretor
Regiane Duggen Mauricio	Arquiteta
Ricardo Mattiello	Engenheiro
Suzy Conceição Marques	Assistente Social

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revoga-se as disposições em contrário.

Artigo 6º - Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2692/2015.

PORTARIA Nº. 2692/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ANNA KARLA MARTINS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 08/07/2015, face o término da LG.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2693/2015.

PORTARIA Nº. 2693/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ANA DANIELA FERNANDES, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/07/2015, face o término da LG.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2694/2015.

PORTARIA Nº. 2694/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para JAIR JOAQUIAM PEREIRA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2014.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente da FMP

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2695/2015.

PORTARIA Nº. 2695/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ROSANA ROSA SILVEIRA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de abril de 2014.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Presidente da FMP

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2696/2015.

PORTARIA Nº. 2696/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para PERCI DE FREITAS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2014.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Presidente da FMP

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2697/2015.

PORTARIA Nº. 2697/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para DEGELANE CORDOVA DUARTE, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de abril de 2014.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Presidente da FMP

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2698/2015.

PORTARIA Nº. 2698/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para JACKSON ALEXSANDRO PERES, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2014.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Presidente da FMP

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2699/2015.

PORTARIA Nº. 2699/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para LUZINETE CARPIN NIEDZIELUK, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Presidente da FMP

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2700/2015.

PORTARIA Nº. 2700/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para VERA REGINA LUCIO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2014.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Presidente da FMP

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2701/2015.

PORTARIA Nº. 2701/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Presidente da FMP

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2702/2015.

PORTARIA Nº. 2702/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ALISSANE LIA TASCA DA SILVEIRA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2014.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Presidente da FMP

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2703/2015.

PORTARIA Nº. 2703/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para FABIANA WITT, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2014.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Presidente da FMP

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2705/2015.

PORTARIA Nº. 2705/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ALEXANDRE LISBOA DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2014.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Presidente da FMP

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral,

PORTARIA Nº. 2706/2015.

PORTARIA Nº. 2706/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para MARCELO ROBERTO DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de abril de 2014.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Presidente da FMP

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2707/2015.

PORTARIA Nº. 2707/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para FABIO HENRIQUE PEREIRA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2014.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Presidente da FMP

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2708/2015.

PORTARIA Nº. 2708/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ANGELA HEIDEMANN DA SILVA, titular do cargo de Professor de Educação Infantil, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de junho de 2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2709/2015.

PORTARIA Nº. 2709/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para JOSIANE APARECIDA DA ROSA, titular do cargo de Professor de Educação Infantil, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de julho de 2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2710/2015.

PORTARIA Nº. 2710/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para CRISTIANE MARA SEIDLER, titular do cargo de Professor de Educação Infantil, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de junho de 2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2711/2015.

PORTARIA Nº. 2711/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para TAMNA AMANDIO, titular do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de abril de 2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2712/2015.

PORTARIA Nº. 2712/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para FERNANDO MAURICIO DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de fevereiro de 2014.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Presidente da FMP

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2713/2015.

PORTARIA Nº. 2713/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 1946 de 10 de abril de 2015, que Contratou por Tempo Determinado à servidora JUCIELI MARTINS SCHAFFER THIESEN, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao cargo que deveria ser Professor (ACT), e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2714/2015.

PORTARIA Nº. 2714/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLAMIR ELAINE LIBERATO, matrícula nº. 123369-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 16/02/2005 a 16/02/2010, por 03 (três) meses e referente ao quinquênio de 16/02/2010 a 16/02/2015, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 03/08/2015 à 03/02/2016.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2715/2015.

PORTARIA Nº. 2715/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOÃO RENATO DE ANDRADE, matrícula nº. 300223-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/05/2010 a 02/05/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/07/2015 à 01/08/2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2716/2015.

PORTARIA Nº. 2716/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR DENIZE PEREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Ulisses Guimarães, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 20/05/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Tacilda de Freitas de Souza, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2717/2015.

PORTARIA Nº. 2717/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR FABIANA MATOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vida Melhor, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/06/2015 a 01/08/2015, face ao impedimento da titular Solane M. de Jesus Eli, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2718/2015.

PORTARIA Nº. 2718/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR RONALDO VALIM FARIAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Guilherme W. Filho, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/06/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Andreia M. Silva, que se encontra em Direção Escolar.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2719/2015.

PORTARIA Nº. 2719/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JULIA NATALICIA BATISTA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) Escola Reunida Olga Cerino, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/06/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2720/2015.

PORTARIA Nº. 2720/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR TEREZINHA DE SOUZA MENDONÇA FONSECA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina História, no (a) Escola Básica Neri Brasileiro Martins, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/05/2015 a 25/08/2015, face ao impedimento da titular Atanil M. Wagner Filho, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2721/2015.

PORTARIA Nº. 2721/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ALAIR ALAID PEREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Santa Marta, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/06/2015 a 21/07/2015, face ao impedimento da titular Elane N. B. Alves, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2722/2015.

PORTARIA Nº. 2722/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ROSA MARIA DA SILVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/06/2015 a 31/07/2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2723/2015.

PORTARIA Nº. 2723/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JULIANA MARAFIGO DE LIZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/06/2015 a 31/07/2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2725/2015.

PORTARIA Nº. 2725/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO VALERIA PEREIRA SILVA, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/07/2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2726/2015.

PORTARIA Nº. 2726/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LENITA ALTHOFF, matrícula nº. 800051-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 07/07/2009 a 07/07/2014, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 02/07/2015 à 02/08/2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2727/2015.

PORTARIA Nº. 2727/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCI GOMES PEREIRA, matrícula nº. 400093-1, titular do cargo de Odontologa, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 10/01/2010 a 10/01/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/07/2015 à 01/08/2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2728/2015.

PORTARIA Nº. 2728/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para KATIA REGINA MEDEIROS, matrícula nº. 400280-3, titular do cargo de Auxiliar de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 14/06/2003 a 14/06/2008, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 10/07/2015 à 10/08/2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2729/2015.

PORTARIA Nº. 2729/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JUSSARA DA SILVEIRA, matrícula nº. 400113-1, titular do cargo de Psicóloga, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/02/2010 a 01/02/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/07/2015 à 01/08/2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2730/2015.

PORTARIA Nº. 2730/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para MARCOS MOSER, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de junho de 2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2731/2015.

PORTARIA Nº. 2731/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TANIA MACHADO SINTLINGER, matrícula nº. 400332-1, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 16/04/2006 a 16/04/2011, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 07/07/2015 à 07/08/2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2732/2015.

PORTARIA Nº. 2732/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO JANE COSER, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/07/2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2733/2015.

PORTARIA Nº. 2733/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para VIVIANE ROSAR, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de maio de 2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2734/2015.

PORTARIA Nº. 2734/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ANDRE DE ABREU DEMETRIO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/07/2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2735/2015.

PORTARIA Nº. 2735/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CLAMIR ELAINE LIBERATO, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 006/2015, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, Disciplina Projeto de Extensão Brinquedoteca, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/06/2015 à 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2736/2015.

PORTARIA Nº. 2736/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR VINICIUS PIERRI, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 006/2015, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas/semanais, Disciplina Projeto Curso de Aquicultura, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/06/2015 à 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2737/2015.

PORTARIA Nº. 2737/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JULIA ADRIANA GERALDI, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 006/2015, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, Disciplina Projeto de Extensão Brinquedoteca, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/06/2015 à 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2738/2015.

PORTARIA Nº. 2738/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR GUSTAVO LIMA SOARES, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 006/2015, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, Disciplina Analise de Investimento, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 10/06/2015 à 31/07/2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2739/2015.

PORTARIA Nº. 2739/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR OSNY TABORDA RIBAS JUNIOR, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 010/2015, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas/semanais, Disciplina Gestão de Capacitação de Recursos/Contabilidade para Administradores, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 11/06/2015 à 31/07/2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2740/2015.

PORTARIA Nº. 2740/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JAQUELINE BUCCO DA SILVA, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 010/2015, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Disciplina Projeto Extensão Brinquedoteca, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/06/2015 à 01/07/2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2741/2015

PORTARIA Nº. 2741/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LEANDRO GIACOMELLO, de acordo com a Lei nº. 080, de 14 de dezembro de 2009, Lei nº. 2508/2088 e Processo Seletivo Edital nº. 012/2014, para ocupar o cargo de Médico Cardiologista, com 10 (dez) horas/semanais, do Quadro de Pessoal Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/07/2015 a 01/07/2016.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2742/2015.

PORTARIA Nº. 2742/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LAURA RASSI VANHONI, de acordo com a Lei nº. 080, de 14 de dezembro de 2009, Lei nº. 2508/2088 e Processo Seletivo Edital nº. 012/2014, para ocupar o cargo de Médico Ginecologista, com 10 (dez) horas/semanais, do Quadro de Pessoal Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/07/2015 a 01/07/2016.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2743/2015.

PORTARIA Nº. 2743/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO RENATA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 014/2013, para ocupar

o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/07/2015 a 01/07/2016.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2744/2015.

PORTARIA Nº. 2744/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MARISTELA NORMA DUTRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/06/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Joana Darc Mendonça, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2745/2015.

PORTARIA Nº. 2745/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CINARA JULIANA MARIA VICENTE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) ER Isabel Botelho de Paulo, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da

Administração Direta desta Prefeitura, no período de 26/05/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Andreia O. M. de Paulo, que se encontra na Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2746/2015.

PORTARIA Nº. 2746/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CAROLINE GABRIELA BATISTA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Dona Maricota, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/06/2015 a 21/07/2015, face ao impedimento da titular Márcia M. V. Macedo, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2747/2015.

PORTARIA Nº. 2747/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ARIANE ASSUNÇÃO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Informática, no (a) EB Antonieta Silveira de Souza, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 26/06/2015 a 26/07/2015, face ao

impedimento da titular Aurea A. Gerlach, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2748/2015.

PORTARIA Nº. 2748/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO MAIARA MENDES DE SOUZA SILVA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Procurador, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 06/07/2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2749/2015.

PORTARIA Nº. 2749/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1481 de 05 de março de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora NATALIA CRISTINA DA SILVA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/04/2015 a 01/09/2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2750/2015.

PORTARIA Nº. 2750/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1185 de 02 de março de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora SUZANA GERMANO FARIAS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 05/07/2015 a 05/08/2015.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3192/2015.

PORTARIA Nº. 3192/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Bruno Leôncio Martins, estudante regularmente matriculada no Curso de Direito da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com início em 17/08/15 e término em 17/08/16 com carga horária de 25 (vinte cinco horas semanais), na Procuradoria Geral do Município.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3234/2015.

PORTARIA Nº. 3234/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Mainara Lehmkuhl Espíndola, estudante regularmente matriculada no Curso de Enfermagem da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com início em 17/08/15 e término em 17/08/16 com carga horária de 25 (vinte cinco horas semanais), na Secretaria da Saúde.

Palhoça, SC, em 03 de agosto de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

RESULTADO DO PG 103 -2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 103/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de alimentos (leite especial) para as crianças do Centro de Acolhimento Institucional de Palhoça, pelo sistema de Registro de Preço, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

BRUTHAN COMERCIAL LTDA ficou classificada em 1º lugar totalizando R\$ 35.744,00 (trinta e cinco mil setecentos e quarenta e quatro reais).
Palhoça, 26 de agosto de 2015.

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº108/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

108/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, materiais e acessórios para embarcações e equipamentos marítimos do Corpo de Bombeiros do Município, através de Registro de Preços.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

LOTE 1: - ESTALEIRO PANGA LTDA ME foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais).

Palhoça, 26 de Agosto de 2015.
André José Silveira
Pregoeiro

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA

PORTARIA Nº 053/2015

PORTARIA Nº 053/2015

Extingue aposentadoria por Tempo de Serviço, concedida a servidora Elsa Julia da Silva .

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º Extinguir a aposentadoria por Tempo de Serviço, concedida a servidora Elsa Julia da Silva, nos termos da Portaria nº 488-C/1992, retificada pela Portaria nº 005/2011, em face do óbito ocorrido em 09/08/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 09/08/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 24 de agosto de 2015.
Camilo Nazareno Pagani Martins
Prefeito Municipal

Milton Luiz Espindola
Presidente do IPPA

Maria Terezinha Broering Fernandes
Assistente Administrativo
Matrícula 300054-1

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 102/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 102/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 46/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS. Data da entrega dos envelopes: 14/09/2015 até as 14:30 horas. Data da abertura: 14/09/2015 às 15:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 27 de Agosto de 2015. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

Papanduva

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 030/2015 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

Portaria Nº 030/2015 de 26 de agosto de 2015

CONCEDE FÉRIAS, BEM COMO A CONVERSÃO DE 1/3 DA FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO À SERVIDORA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, MATRICULADA SOB O Nº. 121, A SENHORA SANDRA MARIA DE MORAES REFERENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE 22 DE JUNHO DE 2013 À 21 DE JUNHO DE 2014"

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição conferida pelo Artigo 86 da Lei Complementar nº. 8 de 03 de dezembro de 2003 e Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido o gozo de férias para a servidora com matrícula sob nº. 121, a senhora SANDRA MARIA DE MORAES, portadora do CPF nº. 605.752.639-20, no período de 04 à 23 de setembro de 2015, referente período aquisitivo de 22 de junho de 2013 à 21 de junho de 2014, bem como autorizado a conversão de 10 dias de férias em abono pecuniário dentro do mês corrente, conforme dispositivo do Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 26 de agosto de 2015.

GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

VALDECIR VANESKI

Vice-Presidente

ALOIS MIKALOVICZ

1º Secretário

DJANA PAULA MATIOSKI

2ª Secretária

PORTARIA Nº 031/2015 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

Portaria Nº 031/2015 de 26 de agosto de 2015

CONCEDE FÉRIAS, AO SERVIDOR PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, MATRICULADO SOB O Nº. 118, O SENHOR JAMES MICHEL CERNAK REFERENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE 22 DE MAIO DE 2014 À 21 DE MAIO DE 2015"

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição conferida pelo Artigo 86 da Lei Complementar nº. 8 de 03 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido o gozo de 20 dias de férias para o servidor com matrícula sob nº. 118, o senhor James Michel Cerniak, portador do CPF nº. 041.576.899-33, no período de 04 à 23 de setembro de 2015, referente período aquisitivo de 22 de maio de 2014 à 21 de maio de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 26 de agosto de 2015.

GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

VALDECIR VANESKI

Vice-Presidente

ALOIS MIKALOVICZ

1º Secretário

DJANA PAULA MATIOSKI

2ª Secretária

Passo de Torres

PREFEITURA

DECRETO 066/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

DECRETO Nº 066 DE 25 DE AGOSTO DE 2015

“CEDE A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO PODER EXECUTIVO AO PODER LEGISLATIVO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o artigo 53, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETO:

Art. 1º. Fica concedida a Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo ao Poder Legislativo de Passo de Torres –SC, em virtude daquele poder não dispor de número suficiente de servidores para sua própria comissão, em conformidade com o art. 5º da Lei 733/2011.

Art. 2º A Comissão Permanente de Licitação, seguirá as normas da Lei municipal nº 733/2011 e demais legislações pertinentes à licitação.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, em 25 de agosto de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 25 de agosto de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Passos Maia

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO N. 0075/2015

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

EXTRATO DE CONTRATO N. 0075/2015

PROCESSO LICITATORIO N. 0044/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0030/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

CONTRATADO: ADAPAMA ASSOCIAÇÃO DE ARBITROS DE PASSOS MAIA

OBJETO: O objeto do presente contrato é a aquisição de serviços de arbitragem para os Jogos do Campeonato Municipal de Futsal Edição 2015, conforme especificações do anexo I do Edital, as quais a CONTRATADA se declara em condições de entregar em estrita observância com o indicado nas Especificações do Anexo I e na documentação levada a efeito pelo Pregão Presencial n. 0030/2015, Processo Licitatório n. 0044/2015.

VALOR: Pelos itens a serem fornecidos, objeto do presente contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 17.242,00 (dezessete mil duzentos e quarenta e dois reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura vigorando até 31/12/2015.

Passos Maia, 26 de agosto de 2015.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

Paulo Lopes

PREFEITURA

AVISO REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2015

TERMO DE REVOGAÇÃO

PROCESSO LICITATORIO Nº. 050/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015

O município de Paulo Lopes, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Evandro João dos Santos, no uso de suas atribuições legais e considerando razões de interesse público, resolve REVOGAR o presente feito, que tem por objeto a "prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem/pintura e capotaria nos veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, com o fornecimento de peças e acessórios originais de fábrica."

De início, ressalta-se que a revogação está fundamentada no art. 49 da Lei Federal 8666/93 c/c art. 9º da Lei Federal 10.520/02, e previsto ainda no item 16.9 – do edital.

Nesse sentido, tendo em vista razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, que apenas tomou conhecimento o ente licitante após a realização da sessão pública do pregão, onde solicitou-se que a Secretaria de Obras verificasse as reais condições da empresa declarada vencedora para execução do respectivo contrato, referente a estrutura, pessoal técnico e distância entre a sede da contratante e a empresa contratada, para a execução contratual.

Concluída as diligências, a Secretaria de Obras reportou ao Setor de Licitações que a licitante MEGA COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA ME, está localizada na Avenida Thiago Antunes Teixeira, 321, Bela Vista, Palhoça - SC, situando-se a uma distância viária de 39,2 Km da sede da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sendo superior a distância máxima permitida (35 km), conforme disposição editalícia.

Conforme o apontamento acima, e considerando que não haviam mais empresas habilitadas no presente certame, em juízo de discricionariedade, levando em consideração o princípio de vinculação ao instrumento convocatório, bem como o da isonomia, decide-se por declarar o presente certame Fracassado.

Portanto, com fulcro no art. 49, § 3º da Lei 8.666/93 c/c art. 109, I, "c", dá-se ciência aos licitantes da revogação da presente licitação, para que, querendo, se possa exercer a ampla defesa e o contraditório, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, muito embora haja entendimentos jurisprudenciais em contrário, tendo em vista que o processo sequer chegou ao seu curso final, veja-se:

"Revogação de licitação em andamento com base em interesse público devidamente justificado não exige o cumprimento do parágrafo terceiro, do artigo 49, da Lei nº 8.666/93. (...) Só há aplicabilidade do parágrafo terceiro, do artigo 49, da Lei nº 8.666/93, quando o procedimento licitatório, por ter sido concluído, gerou direitos subjetivos ao licitante vencedor (adjudicação e contrato) ou em casos de revogação ou de anulação onde o licitante seja apontado, de modo direto ou indireto, como tendo dado causa ao proceder o desfazimento do certame". (TJSP, Apelação Cível nº 175.932-5/4-00, Rel. Scarance Fernandes, j. em 16.03.2004).

Paulo Lopes – SC, 25 de agosto de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Almery Alcides Vieira
Pregoeiro Oficial

De acordo:

Orlando Gonçalves Pacheco Junior
OAB/SC 17.164
Assessoria Jurídica

Penha

PREFEITURA

AVISO DE REABERTURA CC01/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE REABERTURA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2014 - PMP

A presente Licitação tem por objeto CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, pelo prazo de 35 (trinta e cinco anos) anos, conforme os termos deste EDITAL e dos seus Anexos.

Reabertura do julgamento da habilitação: 28/08/2014 às 14h:00min na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Gabriela Garbini Strelow – Presidente da Comissão Especial de Licitações.

Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria de Administração.

HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Telefone: 47 – 3345-4649 (ramal 23)

Penha, 26 de Agosto de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2378/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2378/2015

NOMEIA: a Sra. CLAUDETE CARDOSO MARTINS TILLMANN, para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR I P.A 24 HORAS, do Departamento de Saúde. Da Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

Penha/SC, 26 de agosto de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

RESULTADO DA PROVA - EDITAL 03/2015 - COMCAD

C O M C A D

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Penha / SC

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA PROVA DE AFERIÇÃO DE CONHECIMENTO AOS CANDIDATOS PARA CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE PENHA – GESTÃO 2016/2019

EDITAL Nº 003/2015 – COMCAD PENHA

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Penha – COMCAD, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Legislação vigente e no Edital nº 003/2015 do COMCAD e suas retificações, publica o resultado da prova de aferição de conhecimentos aos candidatos para Conselheiros Tutelares do município de Penha – Gestão 2016/2019.

1. Publica resultado da prova de aferição de conhecimentos aos candidatos para Conselheiros Tutelares do município de Penha – Gestão 2016/2019:

Resultado da Prova Conselho Tutelar - Penha

Candidato(a)	Pontuação
Antônio Carlos Siqueira da Silva	10
Wilson Mistura	10
Matheus Marcondes Romeiro Sobrinho	9
Ricardo Silva Baptista	9
Eduardo Mauro Vicente	9
Rita Antônia de Cassia Laudário	8
Vivian Lane Felicio	7
Mari Neusa da Silva Steinhoff	7
Carmen Lúcia Amaro	6
Luciana Maria da Silva	6

Guilherme Cechelero

Penha (SC), 26 de agosto de 2015.

Antônio Bertoldi

Presidente do COMCAD

TERMO DE RESCISAO 22/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 22/2015

Fica rescindido o contrato nº 254/2015 PMP, firmado entre o Sr. ALEXSANDRO DE NOVAIS e esta PREFEITURA, em 03 de março de 2015, por interesse próprio, a contar desta data.

Penha/SC, 26 de agosto 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA**

Ata da 31ª Sessão Ordinária do 3º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede aos dezoito de agosto de 2015. Ausentes os Senhores Vereadores Antônio Alfredo Cordeiro Filho, Édio Marquetti e Maria Juraci Alexandrino devido viagem à Brasília e Vereador Isac Hamilton da Costa, por motivo de luto. Estando presentes os demais senhores Vereadores, havendo o quorum legal, o Exmo. Sr. Presidente Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão, Iniciou o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 129 do Regimento Interno com a votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes. Tramitaram as INDICAÇÕES: Nº 302/2015 do Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT. Nº 303, 304 e 305/2015 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 306 e 307/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Nº 308 e 309/2015 do Vereador SÉRGIO DE MELLO. No Grande Expediente - Art. 130 R.I. foi determinada a leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 25/2015 de autoria da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO: INSTITUI O ZONEAMENTO NAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS E ESTADUAIS E BENEFÍCIOS DO TRANSPORTE ESCOLAR NO SISTEMA DOS ALUNOS QUE ATENDEM ÀS ESPECIFICAÇÕES EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO QUE NORTEIA O RECEBIMENTO FINANCEIRO DOS REPASSES AOS MUNICÍPIOS E CRITÉRIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 26/2015 de autoria do Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT: INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DE INCENTIVO À ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 27/2015 de autoria do Vereador SÉRGIO DE MELLO: INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO BOMBEIRO VOLUNTÁRIO NO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Leitura do Parecer das Comissões Permanentes ao Projeto de Lei nº20/2015 do Legislativo: DISPÕE SOBRE A CAPACITAÇÃO EM PRIMEIROS SOCORROS, AOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. REQUERIMENTOS: Nº 160/2015 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA, aprovada por unanimidade dos presentes. Nº 161/2015 do Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI: aprovada por unanimidade dos presentes. Nº 162/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO: aprovada por unanimidade dos presentes. Nº 163/2015 do Vereador SÉRGIO DE MELLO aprovada por unanimidade dos presentes. MOÇÕES: Nº 50/2015 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA, aprovada por unanimidade dos presentes. Nº 51/2015 do Vereador SÉRGIO DE MELLO, aprovada por unanimidade dos presentes. Nº 52/2015 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA e subscrito por todos os vereadores, aprovada por unanimidade dos presentes. ORDEM DO DIA - ART. 131 R.I. tramitou em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº20/2015 do Legislativo: DISPÕE SOBRE A CAPACITAÇÃO EM PRIMEIROS SOCORROS, AOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, aprovada por unanimidade dos presentes. Nas Considerações Finais, de acordo com o artigo 132 do R.I., CONSIDERAÇÕES FINAIS - Art. 132 R.I. Assumindo a tribuna, o Vereador Sérgio de Mello iniciou seu pronunciamento citando a escola municipal na localidade de Santa Lúcia, utilizando-a como exemplo para ilustrar as diversas obras, reformas e ampliações necessárias no município. Mencionando as diversas obras já realizadas pelos administradores anteriores e dando continuidade, citou a Rua Sérgio Antônio Leandro, solicitando providências também para o loteamento Jardim dos Navegantes no que diz respeito às valas e sistema de esgoto entupido. Parabenizou a APONEP e também o grupo de reflexão Nossa Sra. da Penha. Finalizando, mencionou as diversas ações de fiscalização realizadas pelos vereadores e salientou a importância delas para o Município. Ato contínuo, o Vereador Jefferson Ademir Custódio

falou sobre a necessidade de serem definidas prioridades e efetivamente tomadas ações em diversas áreas no município onde já foram feitas diversas solicitações e questionamentos, mas que na prática não saíram do papel. Em razão da ausência do Exmo. Sr. Presidente Felipe Rebello Schmidt, o Vereador Presidente em exercício Clóvis Bergamaschi fez seu pronunciamento sem utilizar a tribuna. Falando sobre a agenda positiva, começou seu discurso falando sobre a situação de alguns esgotos no município que deságuam diretamente no mar e o assoreamento do rio Iriri. Sobre a construção de uma terceira avenida, falou da necessidade de serem tomadas ao menos medidas provisórias que possibilitem o escoamento do trânsito. Em aparte, o Vereador Sérgio de Mello também falando sobre a agenda positiva apresentou uma das dificuldades de implantá-la, no caso a discordância entre os pontos de vista dos vereadores; citou também a situação dos cemitérios no município e as diversas medidas já apresentadas por ele que potencialmente resolveriam esse problema. Também em aparte, o Vereador Jefferson Ademir Custódio explicou seus focos com relação à ideia de agenda positiva. Retomando a palavra, o Vereador Clóvis Bergamaschi falou sobre a necessidade de ser criado um plano rodoviário. Em aparte, o Exmo. Sr. Presidente Felipe Rebello Schmidt mencionou a necessidade de maturidade e imparcialidade ao serem aplicadas as regras e procedimentos na realização de obras e projetos no município. Retomando a palavra e concluindo, o Vereador Clóvis Bergamaschi mais uma vez fala sobre o plano rodoviário e cita que eventualmente em função da negligência nos últimos anos, hoje talvez seja possível construir mais uma avenida no Bairro Nossa Sra. de Fátima. Nada mais havendo, o Exmo. Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente sessão convocando a próxima reunião para o dia 25 de agosto do corrente, terça-feira, em seu horário habitual. E, para constar, Eu, Matheus Souza de Melo, lavrei a presente ata que após aprovada será assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e Primeiro Secretário. Sala das Sessões, 18 de agosto de 2015.

FELIPE REBELLO SCHMIDT
Presidente

ISAC HAMILTON DA COSTA
1º Secretário

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 256/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 256/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE REVISÃO DO ONIBUS PLACA IFF-0302 E IFE-7886- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 148/2015.

EMPRESA CONTRATADA: MECÂNICA ATLAS LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer serviços de conserto no valor de R\$ 2.380,29 (dois mil trezentos e oitenta reais e vinte e nove centavos).

DATA DO CONTRATO: 24 de agosto de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 259/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 259/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE CONCERTO DO PORTAL DE ENTRADA DA CIDADE DE PINHEIRO PRETO- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 151/2015.

EMPRESA CONTRATADA: ELÉTRICA DEBUS

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor total de R\$ 3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais).

DATA DO CONTRATO: 25 de agosto de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 257/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 257/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO LIQUIDO PARA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 149/2015.

EMPRESA CONTRATADA: NITROGÊNIO N2L-LUCINEIA DE FRANÇA EIRELI-ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor de R\$ 3.600,00(três mil seiscentos reais).

DATA DO CONTRATO: 24 DE AGOSTO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 260/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 260/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE CONCERTO DE ONIBUS ESCOLAR PLACA OKH-6864 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 152/2015.

EMPRESA CONTRATADA: MECÂNICA AUTO PEÇAS M.A.P. LTDA - POPP

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor total de R\$ 651,34 (seiscentos e cinquenta e um reais e trinta e quatro centavos).

DATA DO CONTRATO: 25 de agosto de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 258/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 258/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE CONCERTO DE CAMINHÃO DE ADUBO PLACA MCA-2714- SECRETARIA DE AGRICULTURA.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 150/2015.

EMPRESA CONTRATADA: MECÂNICA ATLAS LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer serviços de conserto no valor de R\$ 841,81 (oitocentos e quarenta e um reais e oitenta e um centavos).

DATA DO CONTRATO: 24 DE AGOSTO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º: 263/2015

(Ementa)

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º: 263/2015

PROCESSO SELETIVO: 003/2015

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Educação, cultura e Esportes função de Atendente de Creche, em caráter temporário .

CONTRATADA: NEILA REGINA BONADIMAN NORA

VALOR: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 907,98 (novecentos e sete reais e noventa e oito centavos).

DATA DO CONTRATO: 25 de agosto de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

DECRETO Nº 4.263, DE 18 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 4.263, DE 18 DE AGOSTO DE 2015.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.454, de 26 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Designa, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Pinheiro Preto, os seguintes membros:

I - Representante de Entidades Governamentais:

a) Titular: Jurcelei Bertha, Assistente Social;
Suplente: Elaine Timm Duarte, Assistente Social.

b) Titular: Ivanise Maria Groff Pilatti, representante da Secretaria municipal da Saúde
Suplente: Tânia Zanella, Psicóloga do CRAS.

c) Titular: Rosana dos Santos, diretora, representante da Secretaria municipal da Educação
Suplente: Kely Regina Piva, Secretária do Centro Educacional.

d) Titular: Geni Birk de Oliveira, representante da Secretaria municipal da Educação
Suplente: Karina Chiarani, chefe de divisão da Pré- Escola

II – Representantes de Entidades não-governamentais;

a) Titular: Maria Estela Piovesan, representante do Clube de Mães da Escola de Educação Básica Professora Maura de Senna Pereira;
Suplente: Regina Casagrande.

b) Titular: Sabrina Albuquerque de Freitas, representante da Associação de Pais e Professores do Centro Educacional Pe. Trudo Plessers;
Suplente: Cleusa Terezinha Tomazzi Bee.

c) Titular: Arildo Mânica, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pinheiro Preto
Suplente: Valderi Perazzoli

d) Titular: Sonia Maria Hentz, representante da AUNO.
Suplente: Bárbara Venturin Zucco.

Art. 2º Os membros do Conselho não serão remunerados, sendo considerada atividade de relevante interesse social, com mandato de 2 (dois) anos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 3.861, de 20 de agosto de 2013.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 18 de agosto de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.264, DE 18 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 4.264, DE 18 DE AGOSTO DE 2015.

DESIGNA NOVOS MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 758, de março de 1996,

DECRETA:

Art. 1º Designa, para compor o Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Pinheiro Preto, os seguintes membros:

I - Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social:

Titular: Elaine Timm Duarte
Suplente: Jurcelei Bertha

II - Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Geni Birck de Oliveira
Suplente: Karina Chiarani Faccin

III - Representante da Secretaria Municipal de Administração:

Titular: Angela Natieli Perdoncini
Suplente: Nelize Schlosser

IV - Representante da Escola de Educação Básica Profª Maura de Senna Pereira:

Titular: Ademilson Antonio Einsweiler
Suplente: Justina Mazureck Mariani

V - Representante do Conselho Tutelar:

Titular: Ana Paula Demori Carletto
Suplente: Vera Lucia Zago

VI - Representante da Comissão Municipal do Idoso:

Titular: Elide Denardi
Suplente: Ines Mugnol

VII - Representante da Pastoral da Saúde:

Titular: Irene Eggers Farina
Suplente: Paulina Almeida

VIII - Representante dos Alcoólicos Anônimos:

Titular: Dejair Rodrigues
Suplente: Clovis Hentz

IX - Representante da APP do Centro Educacional Padre Trudo Plessers:

Titular: Mauro Osmarin
Suplente: Kelly Regina Piva

X - Representante do Clube de Mães da Escola de Educação Básica Profª Maura de Senna Pereira:

Titular: Mara Estela Piovesan
Suplente: Regina Casagrande
Representante

Art. 2º Os membros do Conselho não serão remunerados, sendo considerada atividade de relevante interesse social, com mandato de 2 (dois) anos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Fica revogado o Decreto nº 3.859, de 05 de agosto de 2013.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 18 de agosto de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.265, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 4.265, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.798 de 18 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 950,00 (Novecentos e cinquenta reais) no Município de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

Unidade Orçamentária: 2006 – Secretaria de Transportes e Obras

Função: 6 – Segurança Pública

Subfunção: 182 – Defesa Civil

Programa: 4 – Segurança Municipal

Atividade: 2.24 – Manutenção do Funrebom

Modalidade de Aplicação: 4490-0000

Fonte: 0100

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Município de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 950,00 (Novecentos e cinquenta reais) conforme abaixo discriminado;

Unidade Orçamentária: 2006 – Secretaria de Transportes e Obras

Função: 6 – Segurança Pública

Subfunção: 182 – Defesa Civil

Programa: 4 – Segurança Municipal

Atividade: 2.24 – Manutenção do Funrebom

Modalidade de Aplicação: 3390-0000

Fonte: 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 25 DE AGOSTO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 299, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº 299, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA neila regina bonadiman nora PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE atendente de creche I.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a aprovação no Processo Seletivo nº 003/2015, homologado através da Portaria nº 250, de 06 de julho de 2015;

Considerando que a candidata, através de exames médicos, foi considerada apta para exercer a função,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, mediante processo seletivo neila regina bonadiman nora, brasileira, inscrita no CPF nº 950.766.709-15, para exercer a função em caráter temporário de Atendente de creche I, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Educação Cultura e Esportes, pelo prazo de 12 (doze) meses ou em prazo menor caso seja realizado concurso público.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 20 de julho de 2015.

Centro Administrativo Municipal, 25 de agosto de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.976, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO Nº 2.976, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

ANULA PARCIALMENTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA CÂMARA MUNICIPAL E ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS E, CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL AO PEAL – ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS E ASSISTENCIAIS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.730 de 26/08/2015 e o Art. 43, Parágrafo 1º, da Lei 4.320 de 17 de março de 1964.

DECRETA:

Art. 1º Anula parcialmente dotação orçamentária no orçamento em vigor da Unidade Gestora Câmara Municipal por destinação de recursos, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 01 - CÂMARA MUNICIPAL

Unidade Orçamentária: 001 - Câmara Municipal

Projeto/Atividade: 0001.0031.0010.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas

Elemento: 33900000 - Aplicações Diretas

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º Abre crédito adicional especial no orçamento em vigor da Unidade Gestora Prefeitura por destinação de recursos, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais), por conta da anulação de que trata o art. 1º deste decreto, conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 0012.0361.0040.2010 - Manut. e Desenvolv. do Ensino Fundamental

Elemento: 3350.0000 - Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 26 de agosto de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 287, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 287, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

ALTERA, CRIA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 154 E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara

Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar nº 75, de 12 de dezembro de 2001 - Código Tributário Municipal, passa a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:

Art. 154 A Procuradoria Geral emitirá a competente Certidão de Dívida Ativa – CDA -, para fins de cobrança judicial e/ou extrajudicial.

Parágrafo Único. A notificação do lançamento do tributo será realizado pela Secretaria de Administração e Fazenda através do órgão competente.

Art. 157 O pagamento dos créditos constantes de CDA's, já encaminhadas à cobrança judicial e/ou extrajudicial, será realizado através de DAM – Documento de Arrecadação Municipal -, emitido pela Procuradoria Geral do Município.

Art. 159 Inscrito o crédito fiscal em dívida ativa, cessa a competência dos órgãos fazendários para agir ou decidir quanto a ele, transferindo-se tais atribuições à Procuradoria Geral, exceto, quando solicitadas informações pelo Poder Judiciário.

Art. 2º - Ficam revogados, o Parágrafo Único e seus Incisos do Artigo 157 e o Artigo 158, da Lei Complementar nº 75 de dezembro de 2001.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 26 de agosto de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.728, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.728, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PARTE DA ÁREA DE IMÓVEL, DE PROPRIEDADE DE NELSON LUIZ FANTINI E CIRLENE LOPES FANTINI PARA IMPLANTAÇÃO DO VIRADOURO NO FINAL DA RUA ERNESTO VOLKMANN, BAIRRO TESTO REGA, DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA EFEITOS DE DESAPROPRIAÇÃO, DECRETO Nº 2963, DE 31 DE JULHO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir parte da área de imóvel, mediante compra ou desapropriação, para atender o interesse público municipal com a finalidade de implantação de viradouro no final da Rua Ernesto Volkmann, Bairro Testo Rega, nos seguintes termos:

§1º Parte do imóvel de área total de DOIS MIL SETECENTOS E QUARENTA E TRÊS METROS E VINTE DECÍMETROS QUADRADOS (2.743,20m²), situado neste município de Pomerode, a Rua Ernesto Volkmann, bairro Testo Rega, Pomerode, de forma retangular, sob Matrícula 8992, de propriedade de NELSON LUIZ FANTINI e CIRLENE LOPES FANTINI, contendo a área a ser desapropriada 45,00m² (quarenta e cinco metros quadrados), de forma retangular, fazendo

frente em 15,00m (quinze metros) com o lado ímpar da Rua Ernesto Volkmann; fundos em 15,00m (quinze metros), com terras de Nelson Luiz Fantini e Cirlene Lopes Fantini (Matrícula 8992); extremando pelo lado direito em 3,00 (três metros) com terras Nelson Luiz Fantini e Cirlene Lopes Fantini (Matrícula 8992); e pelo lado esquerdo em 3,00 (três metros) com terras da Empresa de Transportes Coletivos Volkmann Ltda (Registro nº 539 do Livro nº 3 – área descrita em 2º lugar). Sem edificações;

§2º A indenização da área desapropriada e autorizada pela presente Lei, alcança o valor de R\$10.000,00 (Dez mil Reais), obedecendo avaliação e anuência dos proprietários.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover os atos necessários ao cumprimento da presente Lei, as despesas correrão por conta do orçamento em vigor.

Art. 3º Está lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 26 de agosto de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.729, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.729, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE POMERODE A REALIZAR CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO REGIONAL DE BLUMENAU – FURB VISANDO COOPERAÇÃO EM ATIVIDADES DO PROGRAMA VIDA E SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar convênio com a Fundação Regional de Blumenau – FURB -, visando cooperação em atividades do programa vida e saúde, nos termos da minuta do convênio anexo, que passa a fazer parte integrante desta lei.

Art. 2º Para a consecução do convênio autorizado pela presente lei, o município fará a cessão de servidor sob suas expensas.

Art. 3º As obrigações da Fundação Regional de Blumenau – FURB -, são as expressas na cláusula segunda do contrato, podendo o mesmo ser rescindido, sem ônus, por qualquer dos convenientes através de expressa comunicação prévia de 90 (noventa) dias.

Art. 4º As despesas decorrentes com a cessão do servidor mencionada no art. 2º desta lei, correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 5º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 26 de agosto de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.730, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.730, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

ANULA PARCIALMENTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA CÂMARA MUNICIPAL E ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS E, CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL AO PEAL – ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS E ASSISTENCIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a anular parcialmente dotação orçamentária no orçamento em vigor da Unidade Gestora Câmara Municipal por destinação de recursos, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 01 - CÂMARA MUNICIPAL

Unidade Orçamentária: 001 - Câmara Municipal

Projeto/Atividade: 0001.0031.0010.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas

Elemento: 33900000 - Aplicações Diretas

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento em vigor da Unidade Gestora Prefeitura por destinação de recursos, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais), por conta da anulação de que trata o art. 1º desta Lei, conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 0012.0361.0040.2010 - Manut. e Desenvol. do Ensino Fundamental

Elemento: 3350.0000 - Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 20.000,00

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social no exercício financeiro de 2015, ao PEAL – Associação dos Programas Educacionais e Assistenciais, inscrita no CNPJ sob nº 08.889.308/0005-75, com sede à Rua 15 de Novembro, 10.298, Pomerode/SC, o valor de até R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput deste artigo, destinam-se à cobertura de despesas apresentadas no Projeto definido como “Programa no Contra Turno Escolar”, objetivando oportunizar um ambiente sadio e seguro, enquanto os pais trabalham, onde as crianças possam desenvolver novas habilidades contribuindo de maneira significativa para sua formação social.

Art. 4º O PEAL – Associação dos Programas Educacionais e Assistenciais, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente, em vigor.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 6º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de setembro de 2015.

Município de Pomerode, 26 de agosto de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO 071/2015

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA- SC

Processo licitatório nº 071/2015 Dispensa de Licitação nº 019/2015.

OBJETO: contratação de empresa especializado para prestação de consultoria na realização de estudos sobre a folha de pagamento do município com a finalidade de identificar contribuições cuja incidência foram e estão sendo indevidas, exclusivamente no que tange a não incidência das contribuições previdenciárias sobre as verbas salariais de caráter indenizatório/compensatório a fim de promover ação judicial com o objetivo de recuperar os valores pagos indevidamente nos últimos cinco anos.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

CONTRATADO: BOTTIN CONSULTORIA LTDA

Endereço: CHAPECÓ – Santa Catarina

CNPJ 08.286.542/0001-84

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II, do artigo 24, da Lei n. 8666/93

Valor: R\$ 7.900,00 (Sete mil e novecentos reais)

VIGÊNCIA: de 26 de agosto á 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado.

Ponte Serrada/SC, 26 de agosto de 2015

EDUARDO COPPINI PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR 204/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 204 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

AUTORIZA A DESAFETAÇÃO E DOAÇÃO COM ENCARGOS DE ÁREA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no Decreto Municipal sob n.438, de 21 de abril de 2.015, que decretou Situação de Emergência no Município de Ponte Serrada, reconhecida pela Defesa Civil Nacional; na Ação Direta de Inconstitucionalidade sob n. 927-3/RS, promovida pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul; no artigo 17, § 4º, da Lei Federal n.8.666/1993, com redação conferida pela Lei n.8.883/1994; na Lei Estadual n. 13.992/2007; na orientação do Ministério Público Estadual de Santa Catarina; no Prejulgado 2050/2010, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE-SC; e nos termos dos Artigos 16 e 18, da Lei Orgânica do Município, faz saber que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal de Ponte Serrada, autorizado a desafetar do Patrimônio Público Municipal e a alienar em forma de doação com encargos, à WANDERLEI BARBOSA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob n. 10.910.306/0001-39, o seguinte imóvel:

I - lote urbano com área de 1.000,00 m² (mil metros quadrados), com as confrontações descritas no incluso Levantamento Topográfico - Mapa Planimétrico da Área, parte integrante e inseparável da presente Lei.

Parágrafo Único - O imóvel descrito foi avaliado em R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Artigo 2º - O imóvel objeto da doação com encargos destina-se a atividade econômica descrita no Contrato Social da donatária.

Artigo 3º - Fica dispensada a licitação para fins de doação do imóvel público de que trata esta Lei, à vista do justificado interesse

público aferido pela necessidade de reconstrução, reforma, manutenção, funcionamento e alocação de recursos junto a instituições financeiras para a consecução da atividade desenvolvida pela donatária, e com vistas a restabelecer a economia local pela geração de emprego e renda.

Artigo 4º - O imóvel objeto da presente doação não poderá ser transferido a terceiros pelo prazo de 02 (dois) anos da data de doação e, nos próximos 08 (oito) anos subsequentes, somente mediante o cumprimento das obrigações desta Lei por parte da empresa beneficiada e mediante autorização do Poder Legislativo Municipal e a devida sanção do Poder Executivo Municipal, sob pena de reversão do imóvel e suas benfeitorias em favor do Município, sem que caiba qualquer direito de indenização sobre as benfeitorias.

Artigo 5º - Fica expressamente estabelecido que o imóvel objeto da doação reverterá ao Município nas seguintes hipóteses:

I - não utilização do imóvel para as finalidades definidas no artigo 2º da presente Lei;

II - não cumprimento do prazo estipulado no artigo 4º da presente Lei;

III - paralisação das atividades por período superior a 12 (doze) meses;

IV - falência da empresa;

V - transferência do estabelecimento para outro município;

VI – não emplacamento de 100% (cem por cento) da frota de veículos da empresa donatária, no prazo de 01 (um) ano, no Município de Ponte Serrada;

VII – não manter durante o exercício da atividade empresarial e/ou comercial o mínimo de 02 (dois) empregados, devidamente registrados e em cumprimento as regras Trabalhistas e da Previdência Social.

Parágrafo Único – Os requisitos exigidos na presente Lei deverão ser comprovados anualmente junto ao Município de Ponte Serrada, na forma da lei.

Artigo 6º - Será de inteira responsabilidade da empresa donatária:

a) Toda e qualquer benfeitoria necessária, inclusive, os encargos com escrituras públicas de doação;

b) Apresentar as Certidões Negativas das Fazendas Federal, Estadual, Municipal, Contribuições Sociais e Previdenciárias (FGTS e INSS) no ato de escrituração do imóvel, sob pena de não efetivação do ato de doação;

c) À título de recomendação, deverá a empresa beneficiária investir em ações ambientais e sociais visando a melhoria do meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado, bem como participar de programas de amparo social voltados para ações filantrópicas no município. _____

d) Fica vedado ao beneficiário e quaisquer sucessores a construir

no imóvel benfeitorias para fins de locação, venda, constituição de condomínios residenciais ou desmembramentos para fins residenciais, mesmo depois de decorrido o prazo de que trata o artigo 4º.

Artigo 7º - No caso de reversão do imóvel ao Município, observar-se-á a legislação então vigente à época.

Artigo 8º - Nos casos de financiamento contratado para implementação de projetos de investimentos sobre o imóvel objeto desta Lei, junto a qualquer instituição financeira, o terreno doado poderá ser dado em hipoteca, em primeiro grau, permanecendo hipoteca em segundo grau em favor do Município.

Artigo 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA ESTADO DE SANTA CATARINA EM 25 DE AGOSTO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LEI COMPLEMENTAR 205/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 205, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

AUTORIZA A DESAFETAÇÃO E DOAÇÃO COM ENCARGOS DE ÁREA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no Decreto Municipal sob n.438, de 21 de abril de 2.015, que decretou Situação de Emergência no Município de Ponte Serrada, reconhecida pela Defesa Civil Nacional; na Ação Direta de Inconstitucionalidade sob n. 927-3/RS, promovida pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul; no artigo 17, § 4º, da Lei Federal n.8.666/1993, com redação conferida pela Lei n.8.883/1994; na Lei Estadual n. 13.992/2007; na orientação do Ministério Público Estadual de Santa Catarina; no Prejulgado 2050/2010, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE-SC; e nos termos dos Artigos 16 e 18, da Lei Orgânica do Município, faz saber que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal de Ponte Serrada, autorizado a desafetar do Patrimônio Público Municipal e a alienar em forma de doação com encargos, à DMCN PALLETS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob n.17.803.071/0001-25, o seguinte imóvel:

I - lote urbano com área de 7.844,55m² (sete mil, oitocentos e quarenta e quatro metros e cinquenta e cinco centímetros quadrados), com as confrontações descritas no incluso Levantamento Topográfico - Mapa Planimétrico da Área, parte integrante e inseparável da presente Lei.

Parágrafo Único - O imóvel descrito foi avaliado em R\$ 282.403,80 (duzentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e três reais e oitenta centavos).

Artigo 2º - O imóvel objeto da doação com encargos destina-se a atividade econômica descrita no Contrato Social da donatária.

Artigo 3º - Fica dispensada a licitação para fins de doação do imóvel público de que trata esta Lei, à vista do justificado interesse público aferido pela necessidade de reconstrução, reforma, manutenção, funcionamento e alocação de recursos junto a instituições financeiras para a consecução da atividade desenvolvida pela donatária, e com vistas a restabelecer a economia local pela geração de emprego e renda.

Artigo 4º - O imóvel objeto da presente doação não poderá ser transferido a terceiros pelo prazo de 02 (dois) anos da data de doação e, nos próximos 08 (oito) anos subsequentes, somente mediante o cumprimento das obrigações desta Lei por parte da empresa beneficiada e mediante autorização do Poder Legislativo Municipal e a devida sanção do Poder Executivo Municipal, sob pena de reversão do imóvel e suas benfeitorias em favor do Município, sem que caiba qualquer direito de indenização sobre as benfeitorias.

Artigo 5º - Fica expressamente estabelecido que o imóvel objeto da doação reverterá ao Município nas seguintes hipóteses:

I - não utilização do imóvel para as finalidades definidas no artigo 2º da presente Lei;

II - não cumprimento do prazo estipulado no artigo 4º da presente Lei;

III - paralisação das atividades por período superior a 12 (doze) meses;

IV - falência da empresa;

V - transferência do estabelecimento para outro município;

VI - não emplacamento de 100% (cem por cento) da frota de veículos da empresa donatária, no prazo de 01 (um) ano, no Município de Ponte Serrada;

VII - não manter durante o exercício da atividade empresarial e/ou comercial o mínimo de 10 (dez) empregados, devidamente registrados e em cumprimento as regras Trabalhistas e da Previdência Social.

Parágrafo Único - Os requisitos exigidos na presente Lei deverão ser comprovados anualmente junto ao Município de Ponte Serrada, na forma da lei.

Artigo 6º - Será de inteira responsabilidade da empresa donatária:

a) Toda e qualquer benfeitoria necessária, inclusive, os encargos com escrituras públicas de doação;

b) Apresentar as Certidões Negativas das Fazendas Federal, Estadual, Municipal, Contribuições Sociais e Previdenciárias (FGTS e INSS) no ato de escrituração do imóvel, sob pena de não efetivação do ato de doação;

c) À título de recomendação, deverá a empresa beneficiária investir em ações ambientais e sociais visando a melhoria do meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado, bem como participar de programas de amparo social voltados para ações filantrópicas no município. _____

d) Fica vedado ao beneficiário e quaisquer sucessores a construir no imóvel benfeitorias para fins de locação, venda, constituição de condomínios residenciais ou desmembramentos para fins residenciais, mesmo depois de decorrido o prazo de que trata o artigo 4º.

Artigo 7º - No caso de reversão do imóvel ao Município, observar-se-á a legislação então vigente à época.

Artigo 8º - Nos casos de financiamento contratado para implementação de projetos de investimentos sobre o imóvel objeto desta Lei, junto a qualquer instituição financeira, o terreno doado poderá ser dado em hipoteca, em primeiro grau, permanecendo hipoteca em segundo grau em favor do Município.

Artigo 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA ESTADO DE SANTA CATARINA EM 25 DE AGOSTO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LEI ODINÁRIA 2246/2015

LEI Nº 2.246/2015, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DESAFETAR AS ÁREAS DESCRITAS, CONFORME ESPECIFICA”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI.

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo municipal autorizado promover a desafetação parcial das ruas Honório Leon Agüero, Domiciano Costa e Emílio Acunha, situadas no Loteamento Industrial, conforme Matrícula 5.755, do Cartório de Registro de Imóveis neste município a seguir descritas:

I – Lote Urbano n. 05A do Loteamento Industrial, com área de 800,00 m2 (oitocentos metros quadrados), que teve sua origem proveniente da desafetação de parte da Rua Emílio Acunha e sua descrição.

Norte: com parte do lote 5B em 8,00 metros;

Sul: com a Rua Albino Gomercindo Potrich em 8,00 metros;

Leste: com a Rua Emílio Acunha em 100,00 metros;

Oeste: com o lote 5 em 100,00 metros;

II- Lote Urbano n. 05B do Loteamento Industrial, com área de 432,00 m2 (quatrocentos e trinta e dois metros quadrados), que teve sua origem proveniente da desafetação de parte da Rua Honório Leon Agüero e sua descrição.

Norte: com a Rua Honório Leon Agüero em 108,00 metros;

Sul: com o lote 5A em 8,00 metros, com o lote 5 em 50,00 metros e com o lote 6 em 50,00 metros;

Leste: com a Rua Emílio Acunha em 4,00 metros;

Oeste: com a Rua Domiciano Costa em 4,00 metros;

III- Lote Urbano n. 10A do Loteamento Industrial, com área de 68,00 m2 (sessenta e oito metros quadrados), que teve sua origem proveniente da desafetação de parte da Rua Honório Leon Agüero e sua descrição.

Norte: com a Rua Honório Leon Agüero em 17,00 metros;

Sul: com o lote 9A em 8,00 metros e com parte o lote 10 em 9,00 metros;

Leste: com a Rua Domiciano Costa em 4,00 metros;

Oeste: com a Rua Honório Leon Agüero em 4,00 metros;

IV- Lote Urbano n. 09A do Loteamento Industrial, com área de 800,00 m2 (oitocentos metros quadrados) que teve seu origem proveniente da desafetação de parte da Rua Domiciano Costa e sua descrição.

Norte: com parte do Lote 10A em 8,00 metros;

Sul: com a Rua Albino Gomercindo Potrich em 8,00 metros;

Leste: com a Rua Domiciano Costa em 100,00 metros;

Oeste: com o lote 9 em 50,00 metros e com o lote 10 em 50,00 metros;

V- Lote Urbano n. 12A do Loteamento Industrial, com área de 1.000,00 m2 (mil metros quadrados) que teve seu origem proveniente da desafetação de parte da Rua Domiciano Costa e sua descrição.

Norte: com a Rua Jacob Zotti em 10,00 metros;

Sul: com a Rua Honório Leon Agüero em 10,00 metros;

Leste: com a Rua Domiciano Costa em 100,00 metros;

Oeste: com o lote 12 em 50,00 metros e com o lote 13 em 50,00 metros;

Art.2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE AGOSTO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 016/2015, DE 23 DE JULHO DE 2015.

Ilmo Senhor

OLIVO CORTELINI

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

PONTE SERRADA – SC.

Cumprimento a Vossa Excelência e a seus pares, em cumprimento à Legislação inerente à espécie, JUSTIFICATIVA referente ao Projeto de Lei 016/2015, nos seguintes termos:

JUSTIFICATIVA:

Sirvo-me do presente para solicitar a essa egrégia Casa Legislativa a aprovação do projeto de lei que autoriza o Município de Ponte Serrada a desafetar parte das áreas de ruas do Loteamento Industrial com esta justificação:

A desafetação das áreas mencionadas no projeto de Lei tem como finalidade a regularização da estrutura viária do local onde serão edificadas as residências com recursos provenientes da Defesa Civil Nacional.

Isso posto, requer-se a aprovação desta lei, em REGIME DE URGÊNCIA.

Atenciosamente.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA 2243/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.243/2015, DE 29 DE JULHO DE 2015.

“DENOMINA VIAS PÚBLICAS CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Fica denominada como Rua Claudir Cagliari a Rua “A” do Loteamento São Miguel I, neste município de Ponte Serrada.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publica em data supra.

LEI ORDINÁRIA 2242/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.242/2015, DE 29 DE JULHO DE 2015.

“DENOMINA VIAS PÚBLICAS CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Ficam denominadas as vias públicas, neste município de Ponte Serrada, conforme segue:

Rua “B” – Loteamento São Miguel I – Rua Angelo Cortellini

Rua “C” – Loteamento São Miguel I - Rua Arlindo Martinelli

Rua “A” – Loteamento São Miguel II – Rua Artur Castaman Brunoro

Rua “B” - Loteamento São Miguel II - Rua Fernande Fávero

Rua “C” – Loteamento São Miguel II – Rua Pedro Augustinho Zotti

Rua “B” – Bairro Bela Vista (partindo da esquina com a Rua Primo Fachinello até a área verde) - Rua Gilmar Correia de Queiroz

Loteamento Oltramari – Rua Isidoro Francisco Oltramari

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publica em data supra.

LEI ORDINÁRIA 2245/2015

LEI Nº 2.245/2015 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional espécie Suplementar no orçamento do exercício de 2014 no valor de até R\$ 322.900,00 (Trezentos e Vinte Dois Mil e Novecentos Reais) destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

02.00 – SECRETARIA DE ADM.FAZENDA, IND. COM. E TURISMO

06.181.0601.2.044 – Manutenção Convênio Trânsito – Polícia Militar e Civil

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 01.0000 – 05 – R\$ 20.200.00

03.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

12.361.1201.2.011 – Manutenção da Merenda Escolar

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 01.0000 – 19 – R\$ 184.000.00

04.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS

26.782.1501.2.020 – Manutenção da Secretaria de transportes e Obras

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 01.0000 – 19 – R\$ 118.700.00

Art. 2º. Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.00 – SECRETARIA DE ADM.FAZENDA, IND. COM. E TURISMO

04.122.0402.2.004 – Contribuição a Entidades Municipalistas

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 01.0000 – 04 – R\$ 40.200.00

22.661.2201.2.022 – Apoio ao Desenvolvimento Econômico

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recursos: 01.0000 – 14 – R\$ 52.500.00

Modalidade de Aplicação: 45900000

Fonte de Recursos: 01.0000 – 15 – R\$ 1.000.00

03.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

12.367.1201.2.018 – Apoio a Educação Especial
Modalidade de Aplicação: 33900000
Fonte de Recursos: 01.0000 – 52 – R\$ 8.400.00
27.812.2701.2.015 – Manutenção do Desporto Amador
Modalidade de Aplicação: 44900000
Fonte de Recursos: 01.0000 – 57 – R\$ 2.100.00

04.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS
17.512.2902.1.007 – Obras de Saneamento Básico
Modalidade de Aplicação: 44900000
Fonte de Recursos: 01.0000 – 60 – R\$ 30.000.00
26.782.1501.2.020 – Manutenção da Secret. de Transportes, Obras e Serviços
Modalidade de Aplicação: 44900000
Fonte de Recursos: 01.0000 – 67 – R\$ 3.700.00
20.606.2001.2.048 – Feira Gado Leiteiro e Festa do Chimarrão
Modalidade de Aplicação: 33500000
Fonte de Recursos: 01.0000 – 60 – R\$ 5.000.00
Modalidade de Aplicação: 33900000
Fonte de Recursos: 01.0000 – 74 – R\$ 180.000.00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA ESTADO DE SANTA CATARINA EM 25 DE AGOSTO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

JUSTIFICATIVA Nº 001/2015 Ponte Serrada, 10 de julho de 2015

Ilmo Senhor
OLIVO CORTELINI
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
PONTE SERRADA – SC.

Cumpre-me encaminhar a Vossa Excelência e a seus pares, em cumprimento à Legislação inerente à espécie, JUSTIFICATIVA referente ao Projeto de Lei 014/2015, nos seguintes termos:

JUSTIFICATIVA:

O objetivo desta que “Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e da Outras Providências”.

O Referido projeto de lei dispõe a reforçar parte das dotações orçamentárias acima para contingenciar despesas de custeio e manutenção das Secretarias em sua atividades no decorrer do exercício.

A solicitação em epígrafe necessita da tramitação em regime de urgência, urgentíssima para podermos encaminharmos processos licitatórios em especial na aquisição da merenda escolar.

Isso posto, requer-se a aprovação desta lei.

Atenciosamente,

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 001-2015 - CMC

RESOLUÇÃO Nº. 001/2015

Dispõe sobre a alteração no regimento interno do Conselho Municipal de Cultura, capítulo III, art. 6º, no que diz respeito ao plenário e as sessões

O Conselho Municipal de Cultura de Porto Belo, criado pela Lei Ordinária Municipal nº 1.749 / 2009 de 29 de outubro de 2009, órgão colegiado de caráter deliberativo, que tem como finalidade o planejamento, assessoramento, orientação e fiscalização das atividades artístico-culturais do Município de Porto Belo, conforme deliberações da reunião ordinária de 17 de Julho de 2015, no uso de sua competência.

Resolve:

Art. 1º. Alterar o regimento interno do Conselho Municipal de Cultura Capítulo III, art. 6º, no que diz respeito ao plenário e as sessões passando a valer o seguinte:

· § 1º Caso não atinja o quorum mínimo em primeira convocação, deverá haver uma segunda convocação, 15 (Quinze) minutos após com a presença de no mínimo 03 (Três) representantes sendo um representante da diretoria.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, 25 de Agosto de 2015.

Patricia Estilavet

Presidente do Conselho Municipal de Cultura

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 030/2015

RESOLUÇÃO Nº 030/2015

“PRORROGA PRAZO DE FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JONAS AMADEU RAULINO, no uso de suas atribuições asseguradas por Lei, na conformidade com o que dispõe o artigo 25, inciso I, alínea “j” do Regimento Interno e artigo 115, §1º da Lei Orgânica Municipal, PROMULGA a presente RESOLUÇÃO resolve:

ART. 1º - Fica prorrogada por 15 (quinze) dias, o prazo de funcionamento da Comissão Especial de Inquérito instituída pela Resolução nº 015/2015, a fim de continuar aos trabalhos de investigação e apuração de possíveis irregularidades na contratação da empresa EMMEL, ANDREANI, SCHUSTER & MARCHIORI ADVOGADOS ASSOCIADOS

ART. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 2015.

Jonas Amadeu Raulino

Presidente

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 758/2015

DECRETO Nº 758, de 14 de agosto de 2015.

Dispõe sobre delegação de competência para movimentação de conta bancária, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Delega competência ao Coordenador de Pagadoria da Saúde, Sr. Jeferson José da Cruz, CPF nº 065.343.729-32, que fica autorizado a movimentar as contas bancárias conjuntamente com o Secretário Municipal de Saúde, Sr. Jair Giraldo, CPF nº 139.805.809-20, junto ao Banco do Brasil, para as seguintes contas: 205568-6 e 14707-9.

Art. 2º Os mesmos estarão investidos conjuntamente nos seguintes poderes:

- 1- emitir cheques;
- 2- abrir contas de depósito;
- 3- autorizar cobrança;
- 4- receber, passar recibo e dar quitação;
- 5- requisitar talonários de cheques;
- 6- autorizar débito em conta relativo a operações;
- 7- efetuar transferências/pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- 8- sustar/contrar – ordenar cheques;
- 9- efetuar resgates/aplicações financeiras;
- 10- efetuar saques – conta corrente;
- 11- efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- 12- efetuar transferências por meio eletrônico;
- 13- efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- 14- efetuar transferências, exceto por meio eletrônico;
- 15- liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro /AASP;
- 16- emitir comprovantes;
- 17- efetuar transferência para mesma titularidade – meio eletrônico;
- 18- encerrar contas de depósito;

Art. 3º Os mesmos estarão investidos isoladamente nos seguintes poderes:

- 1- solicitar saldos e extratos;
- 2- retirar cheques devolvidos;
- 3- cancelar cheques;
- 4- baixar cheques;
- 5- cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- 6- consultar contas/aplicações programas repasse recursos federais - RPG;
- 7- solicitar saldos/extratos, exceto investimento e operações de crédito;
- 8- solicitar saldos/extratos de investimentos;
- 9- solicitar saldos/extratos de operações de crédito;

Parágrafo único. Ficam ratificados os efeitos dos Decretos Municipais nºs 095, de 1º de fevereiro de 2013 e 730, de 18 de junho de 2015.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 14 de agosto de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

DECRETO Nº 759/2015

DECRETO Nº 759, de 14 de agosto de 2015.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.262, de 07 de julho de 2014 (LDO) e nº 4.291, de 04 de dezembro de 2014 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0210 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
ATIVIDADE	2030 – Convênio Polícia Militar		
MODALIDADE	3390 – 3100 – Aplicações Diretas	164	10.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Superávit Financeiro, na Fonte 100.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 14 de agosto de 2015.

ANIZIO DE SOUZA PAULO RUBENS BUCH
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

EDITAL DE CITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA / PODER JUDICIÁRIO

Comarca – Porto União / 2ª Vara Cível

Rua Voluntários da Pátria, 365, Cidade Nova – CEP 89400-000, Fone: (42) 3521-3711, Porto União-SC – E-mail: portouniao.civel2@tjsc.jus.br

Juiz de Direito: Fernando Zimmermann Gerber

Chefe de Cartório: Vilmarize Terezinha Bughay Wilkosz

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO – DESAPROPRIAÇÃO – IMISSÃO PROVISÓRIA DE POSSE – COM PRAZO DE 30 DIAS

Desapropriação nº 0001984-97.2012.8.24.0052

Autor: Município de Porto União/

Réu: Espólio de Julius Israel Hirsch e outros/

Citando(a)(s) / Intimando(a)(s) Johanna Sara Fried, brasileiro(a)

Laura Sara Fried, brasileiro(a)

Rosa Sara Hirsch, brasileiro(a)

Por intermédio do presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, fica(m) ciente(s) de que, neste Juízo de Direito, tramitam os autos do processo epigrafado, bem como CITADA(S) para responder(em) à ação, querendo, em 15 dias, contados do transcurso do prazo deste edital, e também INTIMADA(S) da concessão da medida liminar, com imissão de posse provisória do autor sobre a área litigiosa, transcrita na parte superior deste edital. ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação no prazo marcado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na petição inicial (art. 285, c/c art. 319 do CPC). E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, o qual será afixado no local de costume e publicado 1 vez(es), com intervalo de 0 dias na forma da lei.

Porto União (SC), 26 de maio de 2015.

EXTRATO DE CONTRATO 161/2015

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 161/2015 - PREFEITURA

Partes: Município de Porto União e Luciano Edinei Karpovisch & Cia Ltda – ME.

Objeto: aquisição de três faixas em lona impressa referente ao desenvolvimento de ações do projeto "Educação em Saúde Ambiental".

Valor Total: R\$ 405,00 (quatrocentos e cinco reais).

Vigência: até 31 de dezembro de 2015.

Base legal: Dispensa de Licitação 019/2015 - Prefeitura, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 18 de agosto de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Luciano Edinei Karpovisch & Cia Ltda – ME

Contratada

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2015

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2015

CARTA CONVITE Nº 10/2015

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 09:15 (nove horas e quinze minutos), do dia 09 (nove) de setembro de 2015, no Setor de Licitações, as propostas para CARTA CONVITE, que tem como objeto a contratação de empresa para perfuração de até 654 metros lineares na proporção mínima de 2,5 polegadas e desmonte de rochas incluindo explosivos, acessórios e mão de obra em pedreiras de propriedade do município e de terceiros, pedreiras essas localizadas em Linha Salto da Praia e Linha Cabeceira Dois Irmãos, destinadas ao alargamento e recuperação de estradas vicinais no interior do município. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 26 DE AGOSTO DE 2015.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

DIVULGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 02/2015

DIVULGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão - 2/2015

A Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social de Presidente Nereu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

HOMOLOGAR E ADJUDICAR o processo de licitação 14 - Pregão - 2/2015, consoante ata de julgamento.

AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA O SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS (SCFV)

Fornecedores e Itens Vencedores:

Fornecedor	Item	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	00024	500,00000	KG	1,7900	895,00
SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	00025	400,00000	KG	2,5800	1.032,00
SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	00026	300,00000	KG	2,3900	717,00
SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	00027	300,00000	KG	2,9900	897,00
SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	00028	300,00000	KG	5,9900	1.797,00
SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	00029	50,00000	UN	3,2500	162,50
SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	00030	150,00000	UN	1,9800	297,00
SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	00031	300,00000	KG	2,6500	795,00
SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	00032	300,00000	KG	2,9900	897,00
SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	00033	400,00000	KG	3,9800	1.592,00
SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	00034	180,00000	UN	2,4900	448,20
SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	00035	300,00000	KG	1,6900	507,00
SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	00036	400,00000	KG	3,9900	1.596,00
SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	00037	300,00000	KG	2,9800	894,00
SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	00038	300,00000	KG	3,9800	1.194,00
SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	00039	250,00000	KG	3,9900	997,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00001	300,00000	UN	2,3300	699,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00002	250,00000	UN	9,5200	2.380,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00003	400,00000	UN	7,5500	3.020,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00004	400,00000	UN	9,4600	3.784,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00005	400,00000	UN	4,4600	1.784,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00006	50,00000	UN	9,5000	475,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00007	300,00000	UN	11,3000	3.390,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00009	700,00000	UN	2,8900	2.023,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00010	300,00000	UN	0,9100	273,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00011	350,00000	UN	2,8800	1.008,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00012	350,00000	UN	2,5400	889,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00014	6.000,00000	UN	2,3900	14.340,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00015	500,00000	UN	7,5300	3.765,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00016	300,00000	UN	5,1600	1.548,00

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00017	200,00000	UN	2,6300	526,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00018	300,00000	UN	4,8400	1.452,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00019	50,00000	UN	1,9000	95,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00020	200,00000	UN	1,9200	384,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00021	200,00000	UN	5,6800	1.136,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00022	150,00000	UN	3,4300	514,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00023	100,00000	UN	1,3300	133,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00040	120,00000	UN	2,8100	337,20
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00041	500,00000	UN	4,2900	2.145,00

PRESIDENTE NEREU - SC, 26 de agosto de 2015

VALDECI JOSÉ COMANDOLI
GERENTE DE LICITAÇÕES

DECRETO 55/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 47 3362-1108 – Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1452

Ano lei : 2014

Data Lei: 03/12/2014

DECRETO Nº 55, de 18 de agosto de 2015

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA
no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (tres mil reais), observadas as

seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS 03.001.0004.0122.1301.2030.33900000000000.01000000 3.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação :

R\$3.000,00 (tres mil reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS 03.001.0004.0122.1301.2030.31900000000000.01000000 3.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 18 de agosto de 2015

ANTONIO F. COMANDOLI
Prefeito Municipal

ALINE L. TILLMANN
Contadora

Rio do Sul

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 131/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 131/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2015

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Aos seis (06) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e quinze (2015), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Comercial Daclande Ltda, inscrita com o CNPJ sob o nº 03.222.166/0001-40, com sede a Rua Estrada Geral, Subida, Ibirama, Estado de Santa Catarina, CEP 89.140-000, por seu representante legal, Sr. Marco Adriano Grabowski, portadora do RG nº 3.486.829-1, inscrita no CPF sob o nº 003.405.319-08, acordam proceder, nos termos do edital de Pregão Presencial nº 075/2015, em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisições de materiais de construção para manutenção de vias públicas municipais, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 276103 - COMERCIAL DACLANDE LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Base de brita graduada de granito ou basalto.	U	DACLANTE	960	R\$38,00	R\$36.480,00
2	Rachao com bitola igual ou superior 4.	M3	DACLANTE	1.200	R\$37,00	R\$44.400,00
11	Brita nr. 2.	M3	DACLANTE	560	R\$43,00	R\$24.080,00
Total do Fornecedor:						R\$104.960,00
Total Geral dos Itens:						R\$104.960,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Comercial Daclande Ltda

Procurador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 132/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 132/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2015

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Aos seis (06) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e quinze (2015), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Tonet Materiais de Construção Ltda., inscrita com o CNPJ sob o nº 80.653.918/0003-30, com sede a Rua XV de Novembro, 1070, Laranjeiras, Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.167-410, por seu representante legal, Sr. Valdecir Tonet, portadora do RG nº 1890906, inscrita no CPF sob o nº 701.383.549-87, acordam proceder, nos termos do edital de Pregão Presencial nº 075/2015, em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisições de materiais de construção para manutenção de vias públicas municipais, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 335096 - TONET MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
8	Areia media lavada e peneirada.	M3	TONET	30	R\$70,00	R\$2.100,00
9	Cimento 50 kg.	Saco	TONET	100	R\$28,00	R\$2.800,00
10	Tijolo macico.	und	TONET	7.500	R\$0,57	R\$4.275,00
12	Madeira de pinus serrada em bruto, diversas medidas.	M3	TONET	5	R\$650,00	R\$3.250,00
Total do Fornecedor:						R\$12.425,00
Total Geral dos Itens:						R\$12.425,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Tonet Materiais de Construção Ltda
Procurador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 133/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 133/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2015

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Aos seis (06) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e quinze (2015), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Fronza Artefatos de Cimento Ltda., inscrita com o CNPJ sob o nº 76.695.086/0001-74, com sede a Rod. BR 470, Km 135, 470, Rainha, Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.162-020, por seu representante legal, Sr. Aldo Fronza, portadora do RG nº 865786-6, inscrita no CPF sob o nº 400.253.309-34, acordam proceder, nos termos do edital de Pregão Presencial nº 075/2015, em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisições de materiais de construção para manutenção de vias públicas municipais, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 354996 - FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	Tubo de concreto 0,40.	U	FRONZA	600	R\$25,80	R\$15.480,00
4	Tubo de concreto 0,60 PA1.	U	FRONZA	10	R\$90,00	R\$900,00
5	Tubo de concreto 1,00 PA2	U	FRONZA	380	R\$247,00	R\$93.860,00
6	Grelha de concreto para boca de lobo 0,75 x 0,55m.	und	FRONZA	30	R\$70,00	R\$2.100,00
Total do Fornecedor:						R\$112.340,00
Total Geral dos Itens:						R\$112.340,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Fronza Artefatos de Cimento Ltda
Procurador

PORTARIA Nº 0651/RH

PORTARIA Nº. 0651/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Redistribuir o cargo de Auxiliar Administrativo II, ocupado pelo servidor ELÍGIO LUÍS PESSOA, do Gabinete do Prefeito para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, com fundamento no Art. 42 da Lei Complementar nº 207 de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores, Decreto nº 4.871 de 20 de agosto de 2015 e Memorando n. 010/2015, oriundo da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 2º Fica desta forma assegurado ao servidor Elígio Luís Pessoa a lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de agosto de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

RESOLUÇÃO Nº 019, DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

RESOLUÇÃO Nº 019, 19 de Agosto de 2015.

"HOMOLOGA O PEDIDO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO Sr. GILMAR BLEMER"

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar o pedido aposentadoria voluntária por tempo de contribuição ao servidor público Sr. Gilmar Blemer, brasileiro, solteiro, Cédula de Identidade nº 396.525 e CPF nº 181.861.909-10, domiciliado e residente na rua Euclides da Cunha, 115, Centro, em Rio do Sul - SC, no cargo de Agente Administrativo, nível E, classe 1 com proventos integrais com paridade a partir de 10 de Setembro de 2015.

Art. 2º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010; letra "c" inciso I do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001; letra "c" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e artigo 6º incisos I a IV da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Art. 3º - A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 19 de Agosto de 2015 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 19 de Agosto de 2015.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

PRESIDENTE DO FAP

RESOLUÇÃO Nº 020, DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

RESOLUÇÃO Nº 020, 19 de Agosto de 2015.

"HOMOLOGA O PEDIDO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL DE MAGISTÉRIO A SRA. TÂNIA MARIA GARCIA"

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar o pedido de aposentadoria por tempo de contribuição – especial de magistério a Sra. Tânia Maria Garcia, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1.225.155, CPF nº 434.374.609-78, domiciliada e residente na Rua Expedicionário Giuseppe Valle, 85, Bairro Canto Galo, em Rio do Sul – SC, no cargo de Professor, nível 3, classe D, com proventos integrais e paridade, a partir de 01 de Setembro de 2015.

Art. 2º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 4º § 1º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e artigo 27 §§ 1º e 2º do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 3º - A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 19 de Agosto de 2015 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 19 de Agosto de 2015.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

PRESIDENTE DO FAP

RESOLUÇÃO Nº 021, DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

RESOLUÇÃO Nº 021, 19 de Agosto de 2015.

"HOMOLOGA A APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO Sr. VALDEMIRO POFFO"

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a aposentadoria por invalidez ao servidor Sr. Valdemiro Poffo, brasileiro, casado portador da Cédula de Identidade nº 416.511 e CPF nº 292.474.119-04, matrícula nº 79448, domiciliado e residente na Rua Prefeito Raulino João Rosar, 30, Bairro Jardim América, em Rio do Sul – SC, no cargo de Professor, nível 4/D, com proventos integrais e paridade, a partir de 01 de Setembro de 2015.

Art. 2º - A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 19 de Agosto de 2015 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 19 de Agosto de 2015.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

PRESIDENTE DO FAP

RESOLUÇÃO Nº 022, DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

RESOLUÇÃO Nº 022, 19 de Agosto de 2015.

"HOMOLOGA A APOSENTADORIA POR INVALIDEZ Sr. JOÃO LÁZARO GOEDERT"

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a aposentadoria por invalidez ao servidor Sr. João Lázaro Goedert, brasileiro, viúvo, cozinheiro, portador da Cédula de Identidade nº 2.499.277-1 e CPF nº 292.803.629-68, domiciliado e residente na Rua Vaticano, 618, Bairro Barragem, em Rio do Sul – SC, no cargo de Cozinheiro, nível B-1, com proventos proporcionais e paridade a partir de 01 de Setembro de 2015.

Art. 2º - A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP,

na reunião realizada no dia 19 de Agosto de 2015 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 19 de Agosto de 2015.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

PRESIDENTE DO FAP

RESOLUÇÃO Nº 023, DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

RESOLUÇÃO Nº 023, 19 de Agosto de 2015.

"HOMOLOGA O PEDIDO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL DE MAGISTÉRIO A SRA. MARIA SALETE DA SILVA FIGUEIREDO"

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar o pedido de aposentadoria por tempo de contribuição – especial de magistério a Sra. Maria Salete da Silva Figueiredo, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1.425.354, CPF nº 539.242.239-04, domiciliada e residente na Ladeira Fortaleza, 94, bairro Eugênio Schneider, em Rio do Sul em Rio do Sul – SC, no cargo de Professor, nível 3, classe C, com proventos integrais e paridade, a partir de 01 de Setembro de 2015.

Art. 2º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 4º § 1º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e artigo 27 §§ 1º e 2º do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 3º - A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 19 de Agosto de 2015 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 19 de Agosto de 2015.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

PRESIDENTE DO FAP

RESOLUÇÃO Nº 024, DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

RESOLUÇÃO Nº 024, 19 de Agosto de 2015.

"HOMOLOGA O PEDIDO DE PENSÃO A SRA. MARLENE VARGAS"

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar o pedido pensão por morte à Sra. Marlene Vargas, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1.670.490, CPF nº 509.120.709-00, domiciliada e residente na rua São Bento, 1.433, Bairro Progresso, em Rio do Sul - SC, na qualidade de companheira, em virtude do falecimento do Sr. Osni dos Santos

servidor público municipal ativo, ocupante do cargo de Motorista de Caminhão, masculino, nível E-1, a partir de 06 de Junho de 2015.

Art. 2º - A pensão foi concedida de Em conformidade com o Art. 40, § 7º, inciso II da CF/88 com a redação dada pela EC. nº 41/2003, a pensão corresponderá a totalidade da remuneração do servidor falecido em 06/06/2015.

Art. 3º - Os proventos da pensão serão revistos pelo índice e na data do reajuste dos benefícios vinculados ao Regime Geral da Previdência Social.

Art. 4º - A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 19 de Agosto de 2015 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 19 de Agosto de 2015.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

PRESIDENTE DO FAP

RESUMO DO ADITIVO 062/2015

2º TERMO ADITIVO Nº 062/2015 – DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL NR. 124/2013, REFERENTE LOCAÇÃO DE PARTE DO IMÓVEL PARA DEPÓSITO DE PEDRA BRUTA, ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A Srª. MAGALI MARIA DA SILVA KLAAR

Aos vinte e oito (28) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado MUNICÍPIO, e o Srª. Magali Maria da Silva Klaar, brasileira, casada, do lar, portadora do RG. 5.923.750, inscrita no CPF nº 077.118.179-59, residente na Estrada Geral Alto Atafona s/nº, no Município Lontres/SC, ora denominada LOCADORA, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Dispensa de Licitação nº 080/2013, o contrato original de Locação de Imóvel nº 124, datado de 15 de julho de 2013, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do inciso II do Artigo 57 e § 6º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Fica prorrogado o término do prazo contratual de locação assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o MUNICÍPIO e a LOCADORA, tendo um acréscimo de 12 (doze) meses, com o seu término em 31 de julho de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA– DO REAJUSTE

Fica reajustado através da Cláusula Segunda, constante do contrato

original, passando ao valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mês:

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul
Município

Sr^a. MAGALI MARIA DA SILVA KLAAR
Locadora

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

RESUMO DO ADITIVO 066/2015

2º TERMO ADITIVO Nº 066/2015 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 089/2015, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS LTDA.

Aos dezessete (17) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Click Soluções Técnicas, Administrativas e Pedagógicas Ltda., estabelecida na rua Tenente Costa, 95, Centro, no município de Ituporanga/SC, CEP 88.400-000, inscrita no CNPJ sob o nº 09.151.415/0001-30, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu Sócio Gerente, Sr. Ruan Carlos Souza, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Pregão Presencial nº 057/2015, o Contrato original de Prestação de Serviços nº 089, datado de 18 de junho de 2015, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 125 (cento

e vinte e cinco) dias, com o seu término em 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul
Contratante

Click Soluções Técnicas, Administrativas e Pedagógicas Ltda.
Sr. Ruan Carlos Souza
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

CÂMARA MUNICIPAL**RESUMO DO CONTRATO CORREIOS - Nº 9912381580**

CONTRATO MÚLTIPLO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS - Nº 9912381580

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul – SC, no uso de suas atribuições legais, torna público o Contrato Múltiplo de Prestação de Serviços e Venda de Produtos nº 9912381580, assinado entre a Câmara Municipal de Rio do Sul e a Empresa brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

Vigência: prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses.

Valor estimado: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Rio do Sul, 10 de agosto de 2015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul

PAULO OLIVEIRA DE ANDRADE

Diretor Regional

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT

Salto Veloso

PREFEITURA

CT Nº. 001/2015 – IPRESVEL

CT Nº. 001/2015 –

DATA: 29/07/2015

CONTRATADO: SMI PRIME CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada, com a finalidade da prestação de serviços de assessoria em relação ao mercado financeiro ao Regime Próprio de Previdência Social Municipal PREGÃO PRESENCIAL nº001/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2015.

INÍCIO: 29/07/2015

TÉRMINO: 31/12/2015

VALOR: 9.600,00

CT Nº. 048/2015 – ELETRICA VELOSO LTDA

CT Nº. 048/2015 – ELETRICA VELOSO LTDA

DATA: 07/08/2015

CONTRATO: ELETRICA VELOSO LTDA ME

OBJETO: Aquisição de material elétrico e mão de obra pertinente para a Prefeitura Municipal, suas secretarias e para o Fundo Municipal de Saúde

PREGÃO PRESENCIAL nº029/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2015.

INÍCIO: 07/08/2015

TÉRMINO: 31/12/2015

VALOR: 35.443,80

CT Nº. 049/2015 – AGRICOPEL LUBRIFICANTES LTDA

CT Nº. 049/2015 – AGRICOPEL LUBRIFICANTES LTDA

DATA: 07/08/2015

CONTRATO: AGRICOPEL LUBRIFICANTES LTDA

OBJETO: Aquisição de lubrificantes para a Prefeitura Municipal, suas secretarias e para o Fundo Municipal de Saúde

PREGÃO PRESENCIAL nº028/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2015.

INÍCIO: 07/08/2015

TÉRMINO: 31/12/2015

VALOR: 51.000,00

CT Nº. 050/2015 – MAUCOR LUBRIFICANTES LTDA

CT Nº. 050/2015 – MAUCOR LUBRIFICANTES LTDA

DATA: 07/08/2015

CONTRATO: MAUCOR LUBRIFICANTES LTDA

OBJETO: Aquisição de lubrificantes para a Prefeitura Municipal, suas secretarias e para o Fundo Municipal de Saúde

PREGÃO PRESENCIAL nº028/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2015.

INÍCIO: 07/08/2015

TÉRMINO: 31/12/2015

VALOR: 67.625,85

PORTARIA Nº. 011, DE 17 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 011, DE 17 DE AGOSTO DE 2015.

Nomeia Comissão Especial para proceder avaliação de terrenos.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o disposto na Legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores Alvaro Antonio Biscaro, Mozar Ganasini e Zuriel Marco Azzolini Bussi, para proceder avaliação de imóveis, objetos de possível permuta, tratando-se de duas áreas de 1.000 m² (um mil metros quadrados) cada, descrita na ART 5532880-3.

Art. 2º - As quotas-parte dos imóveis acima a serem avaliadas serão indicadas pelo Secretário de Planejamento, Sr. Paulo Hoffelder.

Art. 3º - A avaliação deverá se dar de forma escrita e fundamentada, em 3 (três) vias.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso (SC), 14 de agosto de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 281/2015

PORTARIA Nº. 281/2015

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLAUDEMIR CESCA Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais,

Resolve:

Artigo 1º. Fica prorrogada a Licença Para Tratamento de Saúde, para a servidora Sra. SUELI TEREZINHA CHAVES SIMÕES, matrícula funcional nº 1121, pelo período de 16/07/2015 a 30/11/2015, correspondente a 138 dias, conforme atestado médico e perícia da Previdência Social, partes integrantes da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 12 de Agosto de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO Nº 119/2015 SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 119/2015

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1237/2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de até R\$ 137.800,00 (cento e trinta e sete mil oitocentos reais).

02.00 Gabinete do Prefeito				
02.02 Depto de Cultura, Esporte e Turismo				
133920021.2.024000 Manutenção das atividades do setor de esporte				
15	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	6.000,00

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.2.003000 Manutenção das atividades do Dpto de Administração				
21	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	4.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem				
74	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	24.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
154520040.2.033000 Manutenção das atividades de serviços urbanos				
83	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	50.000,00

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025000 Fundo Municipal de Saúde				
6	0102	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	50.000,00

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.042000 Vigilância Sanitária				
35	0102	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.800,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de R\$ 137.800,00 (cento e trinta e sete mil oitocentos reais), a seguir especificados:

02.00 Gabinete do Prefeito				
02.02 Depto de Cultura, Esporte e Turismo				
133920021.2.024000 Manutenção das atividades do setor de esporte				
16	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	6.000,00

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.2.003000 Manutenção das atividades do Dpto de Administração				
24	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	4.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem				
75	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	24.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
154520040.2.033000 Manutenção das atividades de serviços urbanos				
84	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	50.000,00

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025000 Fundo Municipal de Saúde				
20	0102	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	50.000,00

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.042000 Vigilância Sanitária				
36	0102	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.800,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 26 de Agosto de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
MATRICULA Nº1300/5

São Bento do Sul

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 189 DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

Portaria/SAMAE/SBS Nº 189 de 19 de agosto de 2015.

“ CONCEDE LICENÇA ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art.1º - CONCEDER ao servidor GERALDO POKRYWIECKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Operacionais, lotado nesta Autarquia, licença prêmio em pecúnia.

Art. 2º - A licença a que se refere o artigo 1º é relativa ao triênio 2011/2014.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

EXTRATO REGISTRO DE PREÇOS PL PREFE 083/2015

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 083/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 028/2015. Objeto: AQUISIÇÕES DE AGENTE REDUTOR LÍQUIDO DE NOX AUTOMOTIVO (ARLA-32), PARA USO DE TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS DA MUNICIPALIDADE. Fornecedor Registrado: SAFRA DIESEL LTDA

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	AQUISIÇÕES DE AGENTE REDUTOR LÍQUIDO DE NOX AUTOMOTIVO (ARLA-32), PARA USO DE TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS DA MUNICIPALIDADE	R\$ 33.000,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.
Vigência da Ata: 26/08/2015 a 26/08/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 006-2015 CONCEDE FERIAS NILVA

PORTARIA Nº 06/2015, DE 26.08.2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DA CÂMARA DE VEREADORES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO DOMINGOS, nas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno, Lei Complementar nº 045/2012 (Estatuto dos Servidores Municipais) e Resolução nº 001/2011, que dispõe sobre a Organização Administrativa da Secretária, quadro de pessoal, gratificações, vencimentos mensais e descrição dos cargos dos servidores da Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos – SC.

Considerando requerimento protocolado junto a Secretaria Administrativa;

Resolve:

Art. 1º Fica concedido FÉRIAS a servidora da Câmara Municipal de Vereadores, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Nilva Maria Rovani Demarco	Contadora	26/03/2014 à 26/03/2015	15	08/09/2015 à 22/09/2015

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos-SC, 26 de agosto de 2015.

NEUDI JOSÉ BURATTI

Presidente da Câmara de Vereadores

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MILTON BERTOLDI
1º SECRETÁRIO

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO 1º TA DE SUPRESSÃO DE VALOR AO CONTRATO Nº 02/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 1º TA DE SUPRESSÃO DE VALOR AO CONTRATO Nº 02/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Terra Nova – Sociedade Beneficente Do Vale Do Pirapucu.

ORIGEM: Inexigibilidade nº 02/2015

OBJETO: "Prestar os serviços na execução/fornecimento dos serviços socioassistenciais - de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos."

VALOR SUPRIMIDO: R\$ 9.750,00

VIGÊNCIA: 01.08.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste – 21 de Agosto de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Macromaq Equipamentos Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial N º 55/2015

OBJETO: "Aquisição de peças para manutenção da Retro Escavadeira JCB 4CX e Escavadeira Hidráulica JS 160, ambas da secretaria de Obras do Município de São João do Oeste."

VALOR: R\$ 7.658,00

VIGÊNCIA: 21.08.2015 até 30.08.2015

São João do Oeste – 21 de Agosto de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Kena Materiais de Construção Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial N º 56/2015

OBJETO: "Contratação de serviços de pedreiro/carpinteiro/pintor para as diversas secretarias do município de São João do Oeste."

VALOR: R\$ 7.000,00

VIGÊNCIA: 26.08.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste – 26 de Agosto de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Vilson Thomé- ME

ORIGEM: Pregão Presencial N º 59/2015

OBJETO: "Aquisição de materiais natalinos e contratação de serviços das decorações alusivas ao natal, promovidas pelo setor de urbanismo do município de São João do Oeste."

VALOR: R\$ 21.951,65

VIGÊNCIA: 27.08.2015 até 30.11.2015

São João do Oeste – 27 de Agosto de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

LEI 1651 - PROJETO - SUPLEMENTA AGOSTO

LEI Nº 1.651/15, DE 25/08/2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e que ele sanciona e promulga a presente lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a abrir Crédito Suplementar no orçamento vigente, até o valor de R\$ 498.000,00 (quatrocentos e noventa e oito mil reais) segundo classificações abaixo discriminadas:

Órgão: 01.00 – CÂMARA DE VEREADORES

Unid. Orçam.: 01.01 – Câmara de Vereadores

Proj./Ativ.: 2.001 – Manutenção Atividades da Câmara de Vereadores

Elemento: 3.1.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas
..... (02) R\$ 30.000,00

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unid. Orçam.: 05.01 – Setor do Ensino Fundamental

Proj./Ativ.: 2.016 – Magistério do Ensino Fundamental

Elemento: 3.1.90.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas
..... (046) R\$ 40.000,00

Proj./Ativ.: 2.017 – Manutenção do Ensino Fundamental

Elemento: 3.1.90.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas
..... (052) R\$ 100.000,00

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas
..... (053) R\$ 8.000,00

Unid. Orçam.: 05.02 – Setor de Ensino Infantil

Proj./Ativ.: 2.023 – Manutenção da Creche Municipal

Elemento: 3.1.90.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas
..... (080) R\$ 10.000,00

Unid. Orçam.: 05.03 – Setor de Merenda Escolar

Proj./Ativ.: 2.024 – Alimentação Escolar para o Ensino Fundamental

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas
..... (085) R\$ 20.000,00

Proj./Ativ.: 2.025 – Alimentação Escolar para o Ensino Pré-Escolar

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas
..... (088) R\$ 15.000,00

Órgão: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unid. Orçam.: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Proj./Ativ.: 2.055 – Proteção Social Básica a Criança

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas
..... (09) R\$ 2.000,00

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Unid. Orçam.: 11.01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Ativ.: 2.045 – Atividades dos Programas SF - ACS e SB

Elemento: 3.1.90.00.00.00.0523 – Aplicações Diretas
..... (05) R\$ 30.000,00

Proj./Ativ.: 2.047 – Assistência Farmacêutica Básica

Elemento: 3.1.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas
 (13) R\$ 3.000,00
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas
 (14) R\$ 40.000,00

Proj./Ativ.: 2.049 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas
 (21) R\$ 40.000,00
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas
 (14) R\$ 160.000,00

Art. 2º Os recursos para atender os Créditos Suplementares acima especificados, decorrerão da redução, segundo classificações abaixo discriminadas:

Órgão: 01.00 – CÂMARA DE VEREADORES
 Unid. Orçam.: 01.01 – Câmara de Vereadores
 Proj./Ativ.: 2.001 – Manutenção Atividades da Câmara de Vereadores
 Elemento: 3.3.50.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas
 (03) R\$ 2.000,00
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas
 (04) R\$ 28.000,00

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 Unid. Orçam.: 05.02 – Setor de Ensino Infantil
 Proj./Ativ.: 1.008 – Ampliação Rede Física Escolar do Ensino Infantil
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas
 (062) R\$ 90.000,00
 Elemento: 4.5.90.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas
 (063) R\$ 10.000,00

Proj./Ativ.: 2.020 – Manutenção da Educação Infantil
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas
 (068) R\$ 10.000,00

Unid. Orçam.: 05.04 – Setor de Ensino Médio e Superior
 Proj./Ativ.: 2.029 – Apoio ao Ensino Médio/Técnico Profissionalizante
 Elemento: 3.3.50.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas
 (096) R\$ 8.000,00

Unid. Orçam.: 05.05 – Fundo Municipal de Cultura
 Proj./Ativ.: 1.009 – Obras de Adaptação/reforma/ampliação do Museu Público Municipal
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas
 (098) R\$ 40.000,00

Órgão: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Unid. Orçam.: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
 Proj./Ativ.: 1.023 – Implantação Centro de Referência da Assistência Social - CRAS
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas
 (01) R\$ 20.000,00

Proj./Ativ.: 2.056 – Atividades do Programa de Gestão do Bolsa Família
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas
 (11) R\$ 1.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas
 (13) R\$ 1.000,00

Proj./Ativ.: 2.058 – Proteção Social a Criança e Adolescente - CT
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas
 (23) R\$ 1.000,00
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas
 (24) R\$ 250,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas
 (25) R\$ 1.000,00

Proj./Ativ.: 2.059 – Proteção Social Básica a Infância e Adolescência
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas
 (27) R\$ 9.750,00

Proj./Ativ.: 2.060 – Atividades do Conselho Municipal de Assistência Social
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas
 (28) R\$ 2.000,00

Proj./Ativ.: 2.061 – Política de Concessão de Benefícios Eventuais
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas
 (29) R\$ 1.000,00

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
 Unid. Orçam.: 11.01 – Fundo Municipal de Saúde
 Proj./Ativ.: 1.022 – Aquisição de Veículos para o Fundo Municipal de Saúde
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas
 (02) R\$ 8.000,00

Proj./Ativ.: 2.045 – Atividades dos Programas SF - ACS e SB
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas
 (03) R\$ 130.000,00
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas
 (06) R\$ 20.000,00

Proj./Ativ.: 2.048 – Atividades Núcleo de Atenção a Saúde da Família
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas
 (17) R\$ 61.000,00
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas
 (19) R\$ 4.000,00

Proj./Ativ.: 2.049 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.0523 – Aplicações Diretas
 (28) R\$ 20.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.0523 – Aplicações Diretas
 (33) R\$ 10.000,00

Proj./Ativ.: 2.050 – Atividades do Conselho Municipal de Saúde
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas
 (34) R\$ 5.000,00

Proj./Ativ.: 2.051 – Atividades de Vigilância Sanitária
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas
 (37) R\$ 15.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São João do Oeste, 25 de agosto de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN

Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 022/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 022/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 053/2015

OBJETO: Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, sendo o início de sua vigência a partir de 07/08/2015, com término em 07/08/2016, o seguinte objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL da Secretaria Mun. de Saúde, amparado pela previsão do art 57 II da lei 8.666/93.

CONTRATADA: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A

VALOR: R\$ 5.280,00

DOTAÇÃO0701 – 10.301.0127.2024 - 3.90.39.69.00.00.00.0085

São João do Sul, 07 de Agosto de 2015.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 023/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 023/2015

OBJETO: Aquisição de gasolina comum filtrada e óleo diesel s10 para os veículos da Unidade Central de Saúde, Vigilância Epidemiológica e Vigilância Sanitária do município.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POTO LTDA

VIGÊNCIA: 17/08/2015 à 31/12/2015

VALOR: R\$ 17.999,80 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Adesão a Ata de Registro de Preços nº 007/2014 da Prefeitura Municipal de São João do Sul

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0701 – 10.301.0127.2024 – 3.3.90.30.01.00.00.00.0085.

São João do Sul, 17 de Agosto de 2015.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 239/2015

DECRET O Nº 239/2015

O Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica DESIGNADA a Funcionária MIRIAN CHIOCA VALTRICK, ocupante do Cargo de Assistente Social, para a partir desta data ficar respondendo pelo expediente da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 19 de Agosto de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício.

DECRETO Nº 240/2015

DECRET O Nº 240/2015

“QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REMANEJAMENTO ENTRE DOTAÇÕES DA MESMA ATIVIDADE CONFORME ART. 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 4.280/2014, 25/11/2014”

O Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO
03.09 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
(60)4.4.90.00.00.00.00.00.2.013-0160 – Aplicações Diretas
36.393,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
..... 36.393,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária.

03 – PODER EXECUTIVO
03.09 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
(59)3.3.90.00.00.00.00.00.2.013-0160 – Aplicações Diretas
36.393,00
TOTAL DA ANULAÇÃO
..... 36.393,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 19 de Agosto de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício.

DECRETO Nº 241/2015

DECRET O Nº 241/2015

“QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO CONFORME ART. 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 4.280/2014, 25/11/2014 E REVOGA OS EFEITOS DO DECRETO Nº 238/2015”

O Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO
03.04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
(12)3.3.90.00.00.00.00.00.2.005-0015 – Aplicações Diretas
30.400,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 30.400,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária.

03 – PODER EXECUTIVO
03.04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
(14)4.4.90.00.00.00.00.00.2.005-0015 – Aplicações Diretas
30.400,00
TOTAL DA ANULAÇÃO 30.400,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições do Decreto Nº 238/2015, de 18/08/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 19 de Agosto de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício.

DECRETO Nº 242/2015

DECRET O Nº 242/2015

O Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADO o senhor: - ROBERTO MARTINS CHAVES, para ocupar o Cargo Comissionado de Assessor do Gabinete do Prefeito – CC-1. A referida nomeação é a contar do dia 17/08/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 17 de Agosto de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 19 de Agosto de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício.

DECRETO Nº 243/2015

DECRET O Nº 243/2015

“QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO CONFORME ART. 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 4.280/2014, 25/11/2014”

O Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.10 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

(4)4.4.90.00.00.00.00.00.2.014-0024 – Aplicações Diretas 200,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO

..... 200,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária.

03 – PODER EXECUTIVO

03.10 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

(3)3.3.90.00.00.00.00.00.2.014-0024 – Aplicações Diretas 200,00

TOTAL DA ANULAÇÃO

..... 200,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Agosto de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício.

DECRETO Nº 244/2015

DECRET O Nº 244/2015

“QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REMANEJAMENTO ENTRE DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA ATIVIDADE, CONFORME ART. 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 4.280/2014, 25/11/2014”

O Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

02 – PODER LEGISLATIVO

02.01 – CÂMARA DE VEREADORES

(3)3.3.90.00.00.00.00.00.2.001-0024 – Aplicações Diretas 6.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO

..... 6.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação.

02 – PODER LEGISLATIVO

02.01 – CÂMARA DE VEREADORES

(4)4.4.90.00.00.00.00.00.2.001-0024 – Aplicações Diretas 6.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO

..... 6.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Agosto de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício.

DECRETO Nº 245/2015

DECRETO Nº 245/2015

“QUE AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA”

O Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em conformidade com as Leis Nº 1.918/1994, de 25/08/1994 e Lei Nº 1.925/1994, de 13/10/1994; Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar a competente Escritura Pública ao senhor LUIZ DOS SANTOS DA SILVA LUZ de um lote de terras Nº 316, quadra 16, medindo 300,00m2, situado na Rua Francisco Assis de Bem, Bairro Olaria, nesta cidade.

Parágrafo Único – Fica fazendo parte integrante deste Decreto xerox do Mapa e Memorial Descritivo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de Agosto de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício.

LEI Nº 4.341/2015

LEI Nº 4.341/2015

“QUE DA DENOMINAÇÃO AO SALÃO COMUNITÁRIO DA LOCALIDADE DA VÁRZEA”

Eu, ULADIMIR DEMECIANO, Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim – SC faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o salão comunitário da localidade da Várzea denominado de: Salão Comunitário da Várzea “Manoel Vieira da Rosa”.

Parágrafo Único – Que a denominação dada ao imóvel seja gravada em todos os documentos que se refiram ao Salão Comunitário da Várzea “Manoel Vieira da Rosa”.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 19 de Agosto de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício.

PORTARIA Nº 343/2015

PORTARIANº 343/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim – Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido a senhora FABIANA PORTO, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 316/2015, de 05/08/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 18 de Agosto de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 19 de Agosto de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício.

PORTARIA Nº 344/2015

PORTARIANº 344/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim – Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Decreto Nº 226/2015, de 05/08/15; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a seguinte funcionária: - JANAINA UIARA DE ANDRADE, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, na área de Língua Portuguesa, Profª Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 19/08/2015, em substituição a professora Fabiana Porto que pediu exoneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 19 de Agosto de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício.

PORTARIA Nº 345/2015

PORTARIANº 345/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim – Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Lei Municipal Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, Capítulo III e Seção I; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS: – ANA KARINE DE SOUZA, para exercer a função de DIRETORA na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, com 30 horas semanais, a contar do dia 05/08/2015. – DANIELA MENDONÇA GOULART, para exercer a função de DIRETORA na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade

de Luizinho, com 30 horas semanais, a contar do dia 05/08/2015. – HERMINIO COSTA DUTRA, para exercer a função de DIRETOR na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, com 30 horas semanais, a contar do dia 05/08/2015. – LUCI MARA PEREIRA MACHADO, para exercer a função de DIRETORA na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade de Pericó, com 30 horas semanais, a contar do dia 05/08/2015. – MARCIO ERON DE SOUZA, para exercer a função de DIRETOR na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, com 30 horas semanais, a contar do dia 05/08/2015. – MARILÉIA DE BRIDA AMARAL, para exercer a função de DIRETORA na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, com 30 horas semanais, a contar do dia 05/08/2015.

Parágrafo Único – As pessoas Designadas através do art. 1º podem ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 05 de Agosto de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de

São Joaquim, 19 de Agosto de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício.

PORTARIA Nº 346/2015

PORTARIANº 346/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim – Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Lei Municipal Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, Capítulo III e Seção I; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS: – SANDRA SCHILISCHTING NUNES GIL, para exercer a função de DIRETORA na E.E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de Arvoredo, com 30 horas semanais, a contar do dia 05/08/2015. – SÂNIA RAMOS DE CARVALHO, para exercer a função de DIRETORA na E.E.B.M. Attilia Cechinel Nezi, Localidade de Despraiado, com 30 horas semanais, a contar do dia 05/08/2015. – THAYSE GREICE DA SILVA, para exercer a função de DIRETORA na E.E.B.M. Jarbas Amarante Ferreira, Localidade de Boava, com 30 horas semanais, a contar do dia 05/08/2015. – ZULEICA APARECIDA DA COSTA ANDRADE LIMA, para exercer a função de DIRETORA na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, com 30 horas semanais, a contar do dia 05/08/2015. Parágrafo Único – As pessoas Designadas através do art. 1º podem ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 05 de Agosto de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 19 de Agosto de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício.

PORTARIA Nº 347/2015

PORTARIANº 347/2015

O Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica CEDIDA TEMPORARIAMENTE por restrição médica a funcionária HILDA CATARINA GARCIA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, no prédio da Prefeitura Municipal, para desempenhar suas funções compatíveis com sua incapacidade no SINE, com 40 horas semanais, pelo período de 06 (seis) meses quando deve ser reavaliada.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 18 de Agosto de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 19 de Agosto de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício.

PORTARIA Nº 348/2015

PORTARIANº 348/2015

O Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a seguinte funcionária: - IVETE PADILHA MACEDO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 19/08/2015 à 17/09/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 19 de Agosto de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício.

PORTARIA Nº 349/2015

PORTARIANº 349/2015

O Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Gestação, conforme apresentação de atestado médico à funcionária – SUIANI ELINIS OLIVEIRA DA ROSA, ocupante da Função de Professora Substituta, a contar do dia 20/08/2015 até término de contrato.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Agosto de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal – Em Exercício

PORTARIA Nº 350/2015

PORTARIANº 350/2015

O Prefeito Municipal – Em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – MARTA APARECIDA PEREIRA OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Professora, por 01(um) dia, no dia 18/08/2015. – MARIELA TAINÁ DE JESUS, ocupante da Função de Professora, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 18/08/2015. – OTILLIA DE FATIMA DA SILVA MELO, ocupante do Cargo de Professora, por 06 (seis) dias, a contar do dia 18/08/2015. – MARTA APARECIDA PEREIRA OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Professora, por 01(um) dia, no dia 19/08/2015. ESTELA MARIS MARIOT CHIODELLI, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 19/08/2015. – BEATRIZ NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 20/08/2015. – JULIANO RIBEIRO ZANELLA, ocupante do Cargo de Encanador, por 01 (um) dia, no dia 20/08/2015. – PATRICIA NUNES DE BRIDA, ocupante da Função de Professora, por 01 (um) dia, no dia 21/08/2015. – RITA DE CASSIA JESUS, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 21/08/2015. – ADRIANA M. SOUZA ALMEIDA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 21/08/2015. – NILZA APARECIDA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 24/08/2015, para tratamento de saúde de sua Mãe.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 18 de Agosto de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

São José

PREFEITURA

PORTARIA Nº 753/2015/SMA - CREDENCIAMENTO DO BANCO BONSUCESSO S/A PARA REALIZAR EMPRÉSTIMO CONSIGNADO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ

PORTARIA Nº 753/2015/SMA

CREDENCIA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA REALIZAR EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL.

A Secretária de Administração Sinara Regina Landt Simioni, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica credenciada a instituição financeira BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A – CNPJ: 71.371.686/0001-75, objetivando a prestação dos serviços descritos no Edital de Chamamento Público 001/2014.

Paço Municipal de São José (SC), 25 de agosto de 2015.

Sinara Regina Landt Simioni

Secretária de Administração

PREGÃO PRESENCIAL 107/2015 – PROCESSO Nº 343/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 107/2015 – Processo nº 343/2015 - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA O EVENTUAL FORNECIMENTO DE UNIFORMES PARA A GUARDA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 10/09/2015 às 14h00min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 10/09/2015 às 14h15min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

REVOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

REVOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2015 – Processo nº 188/2015: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DESTINADOS A ATENDER A DEMANDA DE DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIA DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC. Motivo: Nos termos do art. 49, caput, da Lei 8.666/93, visando à readequação do Edital. Após concluída a reavaliação e levando em consideração a crise pela qual o país atravessa, será instruído um novo processo licitatório observando a redução de gastos, imprescindível para o momento atual.

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO CHAMADA PUBLICA N.89/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de São José do Cedro – SC

Processo Licitatório N.89/2015

A Prefeitura Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados o Edital de Chamada Pública n.04/2015, para Credenciamento, referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e convidam os Grupos Formais e Informais da Agricultura Familiar e Empreendedores Familiares Rurais a apresentarem propostas de preços para “Aquisição de gênero alimentício (queijo) da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para o atendimento ao programa nacional de alimentação escolar/PNAE, conforme Lei Federal 11.947/2009, resolução CD/FNDE nº038/2009, resolução CD/FNDE nº 025/2012, resolução CD/FNDE nº 26/2013”. O prazo para apresentação da habilitação e proposta fica prorrogado até dia 25/09/2015 as 09:00 horas, no departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:45 as 11:45 e das 13:30 as 17:30 de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal, ou por e-mail: compras@prefcedro.sc.gov.br, ou informações pelo fone 49 36430247. ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - PREFEITO MUNICIPAL.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 118/2015 - SRP - PR Nº 078/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 09/09/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 118/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 078/2015. SISTEMA REGISTRO DE PREÇO. OBJETO: AQUISIÇÃO DE VASOS PARA FLOR, A SEREM UTILIZADOS NA DECORAÇÃO DA 5ª EFAISLO – EXPOSIÇÃO E FEIRA COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 24 de agosto de 2015.
GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 119/2015 - SRP - PR Nº 079/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 10/09/2015, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2015. SISTEMA REGISTRO DE PREÇO. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 25 de agosto de 2015.
GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.156, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 5.156, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.238, de 26 de agosto 2015, e de acordo com o inciso III, do §1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional, por anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.01.0002 11 Aplicação Direta R\$ 170.000,00

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
13.01.10.301.4506.2.058.3.3.90.00.00.00.00.01.0002 21 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
13.01.10.302.4506.2.021.3.3.71.00.00.00.00.01.0002 28 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
13.01.10.302.4506.2.021.3.3.90.00.00.00.00.01.0002 30 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.238, de 26 de agosto de 2015, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

12.00 SECRETARIA TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO
12.01 SECRETARIA TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO
12.01.22.661.4515.1.087.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 157 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

12.00 SECRETARIA TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO
12.01 SECRETARIA TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO
12.01.22.661.4515.2.026.3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 158 Aplicação Direta R\$ 136.500,00

12.00 SECRETARIA TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO
12.01 SECRETARIA TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO
12.01.22.661.4515.2.026.3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 159 Aplicação Direta R\$ 5.000,00

12.00 SECRETARIA TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO
12.01 SECRETARIA TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO
12.01.22.661.4515.2.026.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 160 Aplicação Direta R\$ 7.000,00

12.00 SECRETARIA TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO
12.01 SECRETARIA TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO
12.01.22.661.4515.2.026.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 161 Aplicação Direta R\$ 1.000,00

12.00 SECRETARIA TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO
12.01 SECRETARIA TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO
12.01.22.661.4515.1.074.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 165 Aplicação Direta R\$ 10.500,00

12.00 SECRETARIA TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO
12.01 SECRETARIA TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO
12.01.22.661.4515.1.074.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 166 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

09.00 SECRETARIA DE PLANEJ. E DES. URBANO - SDU
09.03 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO - FUNSAN
09.03.17.512.4511.2.032.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 123 Aplicação Direta R\$ 110.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 27 de agosto de 2015.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2015

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2015

Baixa normas para cobrança da Contribuição de Melhoria, referente a pavimentação de ruas da cidade de São Lourenço do Oeste/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas e, tendo em conta o disposto nos artigos 112 e seguintes do Código Tributário Municipal, com a redação que lhe foi dada pela Lei Complementar nº 104, de 29 de setembro de 2009, mais o disposto no Decreto-Lei Federal nº 195, de 24 de fevereiro de 1967, baixa o presente Edital instituindo Plano para cobrança da Contribuição de Melhoria, para fazer face aos custos das obras de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA QUE SERÁ EXECUTADA NA RUA RIO DE JANEIRO, ENTRE A AVENIDA BRASIL E A RUA JARBAS MENDES, que será regido pelas seguintes cláusulas:

I - DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA OBRA E A RELAÇÃO DOS IMÓVEIS QUE A INTEGRAM

I.1 - A obra será executada na rua Rio de Janeiro, entre a Avenida Brasil e a rua Jarbas Mendes, cuja relação dos imóveis que a integram é a seguinte:

Quadra 08 - Série B - Imóveis: 4888, 401, 402, 403, 404, 60007, 406, 407, 408;
Quadra 07 - Série B - Imóveis: 500, 3597, 1275, 519, 518, 517, 516;
Quadra 08 - Série C - Imóveis: 563, 564, 4944, 565, 566, 567, 568, 569, 3888;
Quadra 07 - Série C - Imóveis: 477, 600, 499, 6998, 497, 2806, 3287, 496;
Quadra 07 - Série D - Imóveis: 1741, 4011, 1760, 20, 1759, 1758, 1756, 1755;
Quadra 08 - Série D - Imóveis: 3289, 1587, 1588, 1592, 1593, 1594;
Quadra 07 - Série E - Imóveis: 2104, 4225, 2123, 2122, 2121, 4648, 2120, 2119, 1557, 2118;
Quadra 08 - Série ME - Imóveis: 1943, 1944, 3352, 1946, 1947, 1948;

Quadra 08 - Série E - Imóveis: 1905, 61468, 3780, 1907, 4348, 1908;
 Quadra 08 - Série F - Imóveis: 2219, 2218, 2217, 2220, 4348, 2222, 2223, 2225;
 Quadra 07 - Série F - Imóveis: 2268, 2164, 2163, 2162, 2161, 2160, 2159, 2158, 36.

II - MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

II.1 - O memorial descritivo encontra-se no Anexo I deste Edital.

III - ÍNDICE DE VALORIZAÇÃO ESTIMADO DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS

III.1 - Foi estimado que o índice de valorização dos imóveis, referente a rua Rio de Janeiro, entre a Avenida Brasil e a rua Jarbas Mendes, será de 7% (sete por cento), conforme Anexo III deste Edital.

III.2 - O índice previsto acima incidirá sobre o valor venal do terreno, levando-se em consideração a testada do respectivo imóvel, utilizado como base de cálculo para o lançamento dos demais tributos municipais, conforme previsto no art. 113, do Código Tributário Municipal, e item VI deste Edital.

IV - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

IV.1 - O custo da obra consta do Anexo II deste Edital.

V - VALOR TOTAL A SER LANÇADO A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

V.1 - O valor total lançado a título de Contribuição de Melhoria é de R\$ 675.948,92 (seiscentos e setenta e cinco mil, novecentos e quarenta e oito reais e noventa e dois centavos), referente a rua Rio de Janeiro, conforme disposto art. 113-D, do Código Tributário Municipal, e item VII deste Edital.

V.2 - Na hipótese do resultado da operação acima descrita ultrapassar o limite previsto no item III deste Edital, o valor será minorado até que o resultado atinja referido percentual.

VI - PLANO DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA

VI.1 - O custo da obra, levado em consideração para esta Contribuição de Melhoria, será rateado entre os contribuintes, de acordo com o seguinte critério:

VI.1.1 - A testada do imóvel determinará a cota de participação de cada contribuinte, que será multiplicada pelo valor venal total das respectivas quadras. O resultado desta operação será novamente multiplicado pelo índice de valorização imobiliária de cada terreno (7% - sete por cento), conforme previsto no item III deste Edital.

VI.1.2 - Referida operação determinará o valor a ser recolhido a título de Contribuição de Melhoria.

VII - DETERMINAÇÃO DO VALOR DA PARCELA INDIVIDUAL DO CUSTO DA OBRA A SER RESSARCIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (ART. 113-E, DO CTM)

VII.1 - A parcela individual do custo da obra a ser cobrada de cada contribuinte é a seguinte, conforme divisão entre trechos:

Rua Rio de Janeiro entre a Avenida Brasil e a Rua Coronel Bertaso							
QDA.	LOTE	CONTRIBUINTE	Test.	Cota Part.	VALOR VENAL (em reais)	7% (em reais)	Nº DO IMÓVEL
08 "B"	P/06	VANDERLEI RIGON	25	14,79%	68.115,70	4.768,10	4888
08 "B"	P/06	GILBERTO LUIZ ZATTERA	20	11,83%	54.492,56	3.814,48	401
08 "B"	8	HENRIQUE MARCOS BERNARDI	20	11,83%	245.210,88	10.655,04	402
08 "B"	P/10	ANTONIO ROBERTO MACHADO	9	5,33%	113.287,43	4.794,77	403
08 "B"	P/10	VALMIR BIF	11	6,51%	134.865,98	5.860,27	404
08 "B"	12	IVALDINO PEDRASSANI	20	11,83%	245.210,88	10.655,04	60007
08 "B"	14	ARMELINDA LUCIA NOLIO	20	11,83%	245.210,88	10.655,04	406
08 "B"	P/20	ITALIA TRES FONTANA	11	6,51%	44.955,33	3.146,87	407
08 "B"	P/20	NAIR MOSCHEN BADO	33	19,53%	134.865,98	9.440,62	408
			169	100,00%	1.286.215,62	63.790,23	
07 "B"	1	FERNANDO FONTANA	45	27,27%	367.816,32	25.747,14	500
07 "B"	P/07	LIDIA OTAVIO FLOR	7,5	4,55%	183.908,16	5.461,52	3597
07 "B"	P/07	LIDIA OTAVIO FLOR	7,5	4,55%	61.302,72	4.291,19	1275
07 "B"	9	BARBARA LUCIA SILVEIRA BIANCHI	20	12,12%	245.210,88	14.564,04	519
07 "B"	11	LUIZ CARLOS SILVEIRA	20	12,12%	245.210,88	14.564,04	518

07 "B"	P/13	ALEXANDRE CITADIN	20	12,12%	143.039,68	10.012,78	517
07 "B"	15	ESCOLA SÃO FRANCISCO DE ASSIS LTDA	45	27,27%	469.987,52	32.769,09	516
			165	100,00%	1.716.476,16	107.409,80	
Total Geral					3.002.691,78	171.200,03	

Rua Rio de Janeiro entre a Rua Coronel Bertaso e a Rua Dom Pedro II

QDA.	LOTE	CONTRIBUINTE	Test.	Cota Part.	VALOR VENAL (em reais)	7% (em reais)	Nº DO IMÓVEL
08 "C"	P/06	BLADEMIR LUIZ SUSIN	20	11,76%	83.780,38	5.864,63	563
08 "C"	P/06	VALDEMIR BAGGIO	12,5	7,35%	49.042,18	4.943,37	564
08 "C"	P/06	LIDIA OTAVIO FLOR	12,5	7,35%	51.085,60	3.575,99	4944
08 "C"	8	VADECIR CENI	20	11,76%	163.477,68	7.909,40	565
08 "C"	10	BLADEMIR LUIZ SUSIN	20	11,76%	163.477,68	7.909,40	566
08 "C"	12	ANA MARIA HAEFLINGER	20	11,76%	163.477,68	7.909,40	567
08 "C"	14	MARIA VILMA FABIAN	20	11,76%	163.477,68	7.909,40	568
08 "C"	P/20	AMAUURI LUIS HAEFLIGER	20	11,76%	54.492,56	3.814,48	569
08 "C"	P/20	ARMELINDA RANCATI DE DEUS	25	14,71%	68.115,70	4.768,10	3888
			170	100%	960.427,14	54.604,17	
07 "C"	P/01	AMAUURI COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	60	35,29%	735.632,64	41.639,69	477
07 "C"	9	CARLOS MOREZ	25	14,71%	306.513,60	17.349,87	600
07 "C"	11	PAULO JOSE ELEUTHERIO DA LUZ	10	5,88%	102.171,20	6.939,95	499
07 "C"	P/11	FRANCISCO JOSE DALLA VECCHIA	10	5,88%	143.039,68	6.939,95	6998
07 "C"	P/13	NEIVA MARIA HOPE	10	5,88%	124.240,18	6.939,95	497
07 "C"	P/13	LUCIA DE FATIMA ROTTA ORTALAN	10	5,88%	89.910,66	6.939,95	2806
07 "C"	P/15	ALTAMIR GIROTTO	22,5	13,24%	91.954,08	6.436,79	3287
07 "C"	P/15	ERMINDO LAZAROTTO	22,5	13,24%	91.954,08	6.436,79	496
			170	100%	1.685.416,12	99.622,93	
Total Geral					2.645.843,26	154.227,10	

Rua Rio de Janeiro entre a Rua Dom Pedro II e a Rua Pedro Álvares de Cabral

QDA.	LOTE	CONTRIBUINTE	Test.	Cota Part.	VALOR VENAL (em reais)	7% (em reais)	Nº DO IMÓVEL
07 "D"	P/01	ANTONIO AMADO PAN	20	11,77%	102.171,20	7.151,98	1741
07 "D"	P/01	ALDO LUIZ PAN	17,9	10,54%	53.129,02	3.719,03	4011
07 "D"	P/01	SOLEDADE NUNES RODRIGUES	12	7,06%	49.042,18	3.432,95	1760
07 "D"	7	ALDO LUIZ PAN	18	10,59%	220.689,79	9.395,66	20
07 "D"	9	DORILDO TREVISOL	18	10,59%	220.689,79	9.395,66	1759
07 "D"	11	ARI BADO E OUTROS	18	10,59%	220.689,79	9.395,66	1758
07 "D"	13	LUIZ BADO	16	9,42%	196.168,70	8.351,70	1756
07 "D"	P/15	GEMA BERTONCELO PRESSOTTO	50	29,43%	204.342,40	14.303,97	1755
			169,9	100%	1.266.922,87	65.146,62	
08 "D"	1 a 10	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA SOROR ANGELICA	85	49,28%	1.389.560,28	57.985,61	3289
08 "D"	P/12	ANGELINA LAZZAROTTO	17,5	10,14%	57.217,19	4.005,20	1587
08 "D"	P/14	ADRIANO FAVERO	17,5	10,14%	57.217,19	4.005,20	1588
08 "D"	P/20	VANDERLEI CORREIA DOS SANTOS	20	11,59%	108.985,12	7.628,96	1592
08 "D"	P/20	MARISTELA MARIA DO PRADO	12,5	7,25%	34.057,85	2.384,05	1593
08 "D"	P/20	ARI JOSE BADO	20	11,59%	34.057,85	2.384,05	1594
			172,5	100%	1.681.095,48	78.393,08	

Total Geral					2.948.018,35	143.539,69	
Rua Rio de Janeiro entre a Rua Pedro Álvares de Cabral e a Rua Saldanha da Gama							
QDA.	LOTE	CONTRIBUINTE	Test.	Cota Part.	VALOR VENAL (em reais)	7% (em reais)	Nº DO IMÓVEL
07 "E"	P/01	SIDNEY JOSE MATIOTTI	30	17,65%	122.605,44	8.582,38	2104
07 "E"	P/01	NEIDE MONTEIRO DA SILVA BOZA	20	11,76%	53.129,02	3.719,03	4225
07 "E"	7	DULSIMAR LUIZ TROMBETA	19,7	11,59%	241.532,72	11.039,47	2123
07 "E"	P/09	LUCIA LAZARIN MILKEWICZ	13,9	8,18%	170.421,56	7.789,27	2122
07 "E"	P/09	GERVASIO ANTONIO TAVELLA	12	7,06%	147.126,53	6.724,55	2121
07 "E"	P/09	ANGELO TAVELLA	12,4	7,29%	152.030,75	6.948,70	4648
07 "E"	11	GIL ANDRE TAVELLA	12	7,06%	147.126,53	6.724,55	2120
07 "E"	P/13	DANILO FALCHETTI	15	8,82%	122.605,44	8.405,68	2119
07 "E"	P/13	ITACIR SELLI	15	8,82%	122.605,44	8.405,68	1557
07 "E"	P/13	VERGINIO DI DOMENICO	20	11,76%	81.736,96	5.721,59	2118
			170	100%	1.360.920,39	74.060,90	
QDA.	LOTE	CONTRIBUINTE	Test.	Cota Part.	VALOR VENAL (em reais)	7% (em reais)	Nº DO IMÓVEL
08"ME"	1	EUNICE/ BENICE E PATRICIA FOLADOR	13	16,61%	56.127,34	3.682,68	1943
08"ME"	P/02	ALFONSO CANISIO JUNGES	13	16,61%	49.043,30	3.433,03	1944
08"ME"	P/02	MARI LUCI LORENZI	13	16,61%	53.130,25	3.682,68	3352
08"ME"	4	JOSE SAVI MONDO SOBRINHO	12,5	15,97%	51.086,78	3.541,04	1946
08"ME"	5	ELOIR CHEMIN	13	16,61%	51.086,78	3.576,07	1947
08"ME"	6	TEREZINHA OSMARIN VANIN	13,75	17,57%	56.195,45	3.895,14	1948
			78,25	100%	316.669,90	21.810,64	
QDA.	LOTE	CONTRIBUINTE	Test.	Cota Part.	VALOR VENAL (em reais)	7% (em reais)	Nº DO IMÓVEL
08 "E"	P/01	CLEIDE LASAROTO MUHL	12,25	14,24%	12.516,26	876,14	1905
08 "E"	P/01	KARINE MUHL	12,25	14,24%	12.516,26	876,14	61468
08 "E"	P/01	CLECI MARIA LISSA DAL PRA	14	16,28%	28.608,59	2.002,60	3780
08 "E"	3	ERNIDE FATIMA GALEAZZI	12,5	14,53%	51.086,78	2.390,98	1907
08 "E"	4 e 5	GENUIR CENI	25	29,07%	102.173,55	4.781,96	4348
08 "E"	6	MARZINHO DEON	10	11,63%	28.097,73	1.912,78	1908
			86	100%	234.999,17	12.840,60	
Total Geral					1.912.589,46	108.712,14	
Rua Rio de Janeiro entre a Rua Saldanha da Gama e Rua Jarbas Mendes							
QDA.	LOTE	CONTRIBUINTE	Test.	Cota Part.	VALOR VENAL (em reais)	7% (em reais)	Nº DO IMÓVEL
08 "F"	P/06	DESIDERIO PACHECO DA SILVA	10	8,03%	27.246,28	1.907,24	2219
08 "F"	P/06	VOLMIR MACHADO GIRARDI	12,5	10,04%	34.057,85	2.384,05	2218
08 "F"	P/06	JOSE LUZ VANIN	22	17,67%	61.304,13	4.291,29	2217
08 "F"	P/08	ALCINO PROFETA DE MELLO	10	8,03%	81.738,84	4.365,97	2220
08 "F"	P/08	GEMIRO LUIZ DANIEL	10	8,03%	81.738,84	4.365,97	4348
08 "F"	10	ROQUE LUIZ KRINDGES	20	16,06%	163.477,68	8.731,94	2222
08 "F"	12	DOMINGA JULIANA CAMPOS DE MEDEIROS	20	16,06%	163.477,68	8.731,94	2223
08 "F"	14	JOSE LUZ VANIN	20	16,06%	163.477,68	8.731,94	2225
			124,5	100%	776.518,98	43.510,34	
QDA.	LOTE	CONTRIBUINTE	Test.	Cota Part.	VALOR VENAL (em reais)	7% (em reais)	Nº DO IMÓVEL
07 "F"	P/01	ILSAMAR PADILHA MULLER	20	15,63%	46.998,75	3.289,91	2268
07 "F"	P/01	MILTON TADEU BIAZUS	13	10,16%	53.129,02	3.719,03	2164

07 "F"	P/01	VILMAR LUIZ CALLEGARI	13	10,16%	53.129,02	3.719,03	2163
07 "F"	P/01	ALTAIR GEREMIAS	12	9,38%	49.042,18	3.432,95	2162
07 "F"	P/07	GUERINO CARBONI MOLON	12	9,38%	147.126,53	6.959,77	2161
07 "F"	P/07	JAIME FURLAN	10	7,81%	122.605,44	5.799,81	2160
07 "F"	P/09	ROGERIO DALLA COSTA	13	10,16%	159.387,07	7.539,76	2159
07 "F"	P/09	ANILSON SPRICIGO	15	11,72%	183.908,16	8.699,72	2158
07 "F"	11	MARIA BEIMAR MARTINS	20	15,63%	245.210,88	11.599,62	36
			128	100%	1.060.537,05	54.759,61	
Total Geral					1.837.056,03	98.269,95	
Total Geral: rua Rio de Janeiro entre Avenida Brasil e rua Jarbas Mendes					12.346.198,88	675.948,92	

VIII - PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, PARA IMPUGNAÇÃO PELOS INTERESSADOS, DE QUALQUER DOS ELEMENTOS REFERIDOS NESTE EDITAL

VIII.1 - Os contribuintes lindeiros à obra de pavimentação de que se trata o presente Edital, tem prazo de 30 (trinta) dias, a contar da intimação para impugnação de qualquer dos elementos do Plano, que se encontra à disposição dos interessados no mural da Prefeitura, no site do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br), e no site oficial do Município (www.saolourenco.sc.gov.br), durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

VIII.2 - A impugnação deverá ser dirigida à repartição fazendária municipal, através de petição fundamentada, que servirá de início do processo administrativo.

VIII.3 - A decisão será proferida no prazo de 07 (sete) dias, a contar do recebimento do pedido.

IX - LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO

IX.1 - Após a conclusão da obra e respeitados os princípios da anterioridade e da noventena, será publicado Edital de Lançamento da Contribuição de Melhoria, a qual será arrecadada seguindo-se as seguintes normas estabelecidas pelo art. 113-L do Código Tributário Municipal.

X - ISENÇÕES

X.1 - O aposentado, pensionista, inválido, deficiente físico ou mental, cuja renda mensal não ultrapasse 1,5 (um e meio) salário mínimo e que possua um único imóvel no Município, terá isenção no percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor apurado como Contribuição de Melhoria.

X.2 - Para provar a propriedade única de imóvel deverá ser apresentada Certidão expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis, enquanto que a prova de rendimentos/benefícios deve ser feita à vista de Declaração do órgão responsável pelo pagamento.

XI - DISPOSIÇÕES FINAIS

XI.1 - Fazem parte do presente Edital: memorial descritivo da obra (Anexo I), planilha de orçamento do custo da obra (Anexo II), laudo de valorização estimada dos imóveis beneficiados (Anexo III), bem como disposições legais aplicáveis à Contribuição de Melhoria (Anexo IV).

São Lourenço do Oeste - SC, 25 de agosto de 2015.

Geraldino Cardoso
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.239, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

LEI Nº 2.239, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

Autoriza receber recursos financeiros da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber transferência de recursos financeiros da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - FUNDESTE, mantenedora da Universidade Comunitária da região de Chapecó, inscrita no CNPJ sob n.º 82.804.642/0001-08, em quantia correspondente a 50% (cinquenta por cento) do custo final alcançado em licitação, da obra de pavimentação com pedras irregulares e pavimentação de passeios públicos no trecho entre a rodovia SC-480 e a Rua Henrique Tereza Brisot Pagani, Bairro São Francisco, que serve de acesso à sede da doadora.

Parágrafo único. A obra referida no caput deste artigo encontra-se devidamente identificada no memorial descritivo constante do Anexo Único desta Lei e deverá ser executada até 31/12/2015.

Art. 2º A transferência será efetivada durante o exercício de 2015 com o encargo de o Município executar a obra de pavimentação no local indicado no artigo 1º desta Lei, de acordo com o respectivo memorial descritivo.

Art. 3º Em decorrência da doação de que trata esta Lei, fica a Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - FUNDESTE, mantenedora da Universidade Comunitária da região de Chapecó, inscrita no CNPJ sob n.º 82.804.642/0001-08, isenta da contribuição de melhoria decorrente da valorização do imóvel da matrícula n.º 13866, pertinente a obra de pavimentação referida no artigo 1º desta Lei.

Art. 4º Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei serão usados recursos do orçamento municipal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Lourenço do Oeste, SC, 26 de agosto de 2015.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal
ANEXO ÚNICO
(Lei nº 2.239, de 26 de agosto de 2015)

MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO, PLANILHA DE ORÇAMENTO, MATRÍCULA DE N.º 13.866, DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC E TERMO DE DOAÇÃO Nº 007, DE 1º DE JUNHO DE 2015.

São Lourenço do Oeste, SC, 26 de agosto de 2015.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.240, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

LEI Nº 2.240, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

Altera a Lei nº 2.089, de 06 de junho de 2013, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança - CONSEG, do município de São Lourenço do Oeste.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Amigos de Apoio a Segurança Pública dos Municípios Integrados da Comarca de São Lourenço do Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 13.417.736/0001-01, fundada no dia 09 de março de 2005, com alteração estatutária registrada em cartório no dia 07 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 26 de agosto de 2015.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

TERMO DE RETOMADA DE OBRA - CONTRATO Nº 134/2015

TERMO DE RETOMADA DE OBRA

Solicito, na presente data, que a empresa CONXAP CONSTRUTORA LTDA. EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 10.338.596/0001-98, vencedora do Processo Licitatório nº 079/2015, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 011/2015, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO EM PEDRAS IRREGULARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, EM ÁREA TOTAL DE 7.836,61 M², A SER REALIZADA EM PARTE DAS RUAS: PAULO LIBARDONI, ADELINO GROBE, SILVINO STANGHERLIN, ISAURA MORETTO FEUSER E ANTONIO BORGES DO BAIRRO SANTA CATARINA E DA RUA SALDANHA DA GAMA DO BAIRRO BRASÍLIA, TODAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME PROJETOS ANEXOS AO EDITAL E CONTRATO DE REPASSE DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, REFERENTE À EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO PROGRAMA GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO - CONTRATO DE REPASSE Nº 0303230-84/2009 E CONVÊNIO Nº 713757, em virtude do que, assinou o Contrato nº 134/2015, de 1º de julho de 2015, RETOME DE IMEDIATO a execução do mesmo.

Tal solicitação se faz necessária em razão de que o objeto contratado é proveniente do Contrato de Repasse nº 0303230-84/2009, assinado com o Ministério das Cidades, com intermediação da Caixa Econômica Federal, que emitiu autorização para o início da execução da obra, por meio de Ofício nº. 1176/2015/SR Oeste de SC/GIGOV/CH.

São Lourenço do Oeste, SC, 26 de agosto de 2015.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2015 - ANEXO I - MEMORIAL DESCRITIVO

GIOVANI ECKER ARQUITETO&URBANISTA
CAU-SC A32.916-9
RESPONSÁVEL TÉCNICO

MEMORIAL DESCRITIVO**DADOS DA OBRA**

Obra: Drenagem Pluvial, Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) e Sinalização Viária de parte da Rua Rio de Janeiro.

Local: Perímetro Urbano

Município: São Lourenço do Oeste/SC

Área Total: 39.367,82m²

DADOS DO PROPRIETÁRIO

Proprietário: Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste

CNPJ 83.021.873/0001-08

Endereço: Rua Duque de Caxias, 789 – Centro.

CEP 89990-000

Município: São Lourenço do Oeste – SC

DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Responsável Técnico: Arquiteto Giovanni Ecker

CAU-SC: A32.916-9

Desenho: Arquiteto Giovanni Ecker

OBJETIVO

A finalidade do presente documento é descrever as etapas construtivas, bem como os materiais utilizados para execução da obra de **Drenagem Pluvial, Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) e Sinalização Viária de parte da Rua Rio de Janeiro**, município de São Lourenço do Oeste. A pavimentação asfáltica será aplicada sobre pavimentação em pedras irregulares e asfalto existente. A obra deverá ser executada rigorosamente de acordo com o memorial descritivo e projetos aprovados. Toda e qualquer alteração que por necessidade deva ser introduzida no projeto ou nas especificações visando melhorias, só serão admitidas mediante consulta prévia e autorização da fiscalização da Contratante. Todos os materiais e serviços utilizados na obra deverão seguir as Normas Técnicas e recomendações de execução do DEINFRA, DNIT e ABNT. A fiscalização se reserva no direito de a qualquer momento da execução dos serviços solicitar a paralisação ou mesmo mandar refazer-los, quando os mesmos não se apresentarem de acordo com as especificações, detalhes ou normas de boa técnica. Nos projetos apresentados, entre as medidas tomadas em escala e medidas determinadas por cotas, prevalecerão sempre às últimas. A empresa executora, durante a realização de todos os serviços previstos para conclusão da obra, deverá observar as normas de segurança do trabalho para os colaboradores. A empresa executora deverá visitar o local onde serão executadas as obras, sendo que não serão aceitas alegações de desconhecimento dos serviços a serem realizados. Na ocasião dos pagamentos é obrigatório a entrega do Laudo Técnico de Controle Tecnológico e os resultados dos ensaios. O controle tecnológico deve ser feito de acordo com as recomendações constantes nas Especificações de Serviço e Normas do DNIT. Os custos dos ensaios tecnológicos deverão ser previstos nos preços unitários dos serviços de pavimentação.

GIOVANI ECKER ARQUITETO
Rua Jarbas Mendes, 270, sala 11, Bairro Brasília,
89.990-000 São Lourenço do Oeste, SC
Celular (49) 9975 1751 gioecker@gmail.com

GIOVANI ECKER ARQUITETO&URBANISTA
CAU-SC A32.916-9
RESPONSÁVEL TÉCNICO

SERVIÇOS PRELIMINARES

O início da obra deve ser precedido pela apresentação pela Contratada de todos os documentos definidos pelo Contrato. A contratada deverá fixar no local da obra uma placa, fixa em estrutura de madeira, com tamanho de 3,00m². As dimensões, cores e modelo serão determinados e fornecidos pelo fiscal da Contratante.

SUB-LEITO, SUB-BASE E BASE

Os serviços de topografia deverão ser executados por um profissional habilitado, que deverá locar e nivelar a obra. Será exigido estaqueamento com piquetes a cada 20m (vinte metros) no sentido longitudinal. A sub-base e base serão executadas em conformidade com as seções transversais tipo do projeto e compreenderão as seguintes operações: fornecimento, mistura, espalhamento, compactação e acabamento. O material a ser empregado na camada de sub-base deverá ser proveniente, exclusivamente de produtos de britagem previamente classificados, com índice de Suporte Califórnia igual ou superior a 80%. A camada de sub-base deverá ser executada em macadame seco nas espessuras definidas em projeto. A camada de base deverá ser executada em brita graduada nas espessuras definidas em projeto.

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

Nos locais onde o pavimento será aplicado sobre pavimentação existente a Contratada deverá lavar e limpar a pista antes da aplicação do novo revestimento. Nos locais onde se fizer necessário, a Contratada deverá executar a reperfilagem asfáltica. Toda remoção de material provenientes das obras de drenagem, pavimentação e obras de arte, deverá ser realizada pela Contratada. O material utilizado para a imprimação (pintura impermeabilizante) é derivado do petróleo, conhecido como asfalto diluído (CM-30). A taxa de aplicação do material deverá ser na ordem de 1,20 l/m². Após a cura do CM-30 (72 horas), aplica-se a pintura de ligação e posteriormente o C.B.U.Q. O material betuminoso deverá ser aplicado de maneira uniforme, sempre através de barras de aspersão e sob pressão. Antes do início da distribuição do material, deve-se verificar se todos os bicos da barra de distribuição estão abertos. A aplicação poderá ser executada manualmente utilizando-se a caneta sob pressão acoplada ao caminhão espargidor. A área a ser imprimada deve-se encontrar seca ou ligeiramente umedecida. É vedado proceder à imprimação com a superfície molhada ou quando a temperatura do ar seja inferior a 10°C ou ainda em condições atmosféricas desfavoráveis. A área imprimada que apresentar taxas abaixo da mínima especificada deverá receber uma segunda aplicação de forma a completar a quantidade recomendada. Não se deve permitir o trânsito sobre a superfície imprimada. Após a imprimação, será executada pintura de ligação que tem por função proporcionar a ligação entre a camada de base (brita graduada) e a capa de rolamento (C.B.U.Q.). O material utilizado para a pintura de ligação é derivado do petróleo, conhecido como emulsão asfáltica RR-2C, à taxa de aplicação do material deverá ser na ordem de 0,6 L/m². A pintura de ligação será executada após a base estar perfeitamente limpa e seca, utilizando-se para tal o caminhão espargidor. O material betuminoso deverá ser aplicado de maneira uniforme, sempre através de barras de aspersão e sob pressão. Antes do início da distribuição do material deve-se verificar se todos os bicos da barra de distribuição estão abertos. A aplicação poderá ser executada manualmente utilizando-se a caneta sob pressão acoplada ao caminhão espargidor. A área a ser pintada deve estar seca ou ligeiramente umedecida. É vedado proceder ao serviço com a superfície molhada ou quando a temperatura do ar seja inferior a 10° C ou ainda em condições atmosféricas desfavoráveis. A área que apresentar taxas abaixo da mínima especificada deverá receber uma segunda aplicação de

GIOVANI ECKER ARQUITETO
Rua Jarbas Mendes, 270, sala 11, Bairro Brasília,
89.990-000 São Lourenço do Oeste, SC
Celular (49) 9975 1751 gioecker@gmail.com

GIOVANI ECKER ARQUITETO&URBANISTA
CAU-SC A32.916-9
RESPONSÁVEL TÉCNICO

forma a completar a quantidade recomendada. Não se deve permitir o trânsito sobre a superfície pintada. A camada de rolamento será executada em C.B.U.Q. Deverá ser empregado como material betuminoso o cimento asfáltico de petróleo (CAP-50/70). O agregado graúdo deve ser de pedra britada, com partículas de forma cúbica ou piramidal, limpas, duras, resistentes e de qualidade razoavelmente uniforme. O agregado deverá ser isento de pó, matérias orgânicas ou outro material nocivo e não deverá conter fragmentos de rocha alterada ou excesso de partículas lamelares ou chatas. O agregado miúdo é composto de pedrisco e pó de pedra, de modo que suas partículas individuais apresentem moderada angulosidade, sejam resistentes e estejam isentas de torrões de argila ou outra substâncias nocivas. O teor de asfalto será de 5,8 a 6,4 %, sendo que a porcentagem de betume se refere à mistura de agregados considerada como 100%. O revestimento será em C.B.U.Q. (Concreto Betuminoso Usinado à Quente), e deve obedecer a faixa C especificada pelo DNIT. O C.B.U.Q. será executado sobre a superfície após a realização da pintura de ligação. O C.B.U.Q. deverá deixar a usina a uma temperatura de no máximo 165° C, e chegar ao local da obra a uma temperatura não inferior a 120° C. O transporte deste material deverá ser feito através da utilização de caminhões providos de caçamba metálica juntamente com lonas para a proteção e conservação da temperatura. A aplicação do C.B.U.Q. sobre a pista deverá ser realizada com o auxílio da vibroacabadora, obedecendo à espessura do projeto. A rolagem deverá ser feita com a utilização do rolo pneumático e o fechamento com o rolo liso (tandem). A rolagem deve ser iniciada à temperatura de 120°C e encerrada sem que a temperatura caia abaixo de 80°C. A compactação deverá ser iniciada nas bordas e progredir longitudinalmente para o centro, de modo que os rolos cubram uniformemente em cada passada pelo menos a metade da largura de seu rastro da passagem anterior. Nas curvas, a rolagem deverá progredir do lado mais baixo para o lado mais alto, paralelamente ao eixo da guia e nas mesmas condições do recobrimento do rastro. Os compressores não poderão fazer manobras sobre a camada que está sofrendo rolagem. A compressão requerida em lugares inacessíveis aos compressores será executada por meio de soquete manual ou placa vibratória. As depressões ou saliências que aparecerem após a rolagem deverão ser corrigidas pelo afrouxamento e compressão da mistura até que a mesma adquira densidade igual ao material circundante. A Contratada deverá fazer o corte do pavimento com equipamento específico para secção de pavimentação em C.B.U.Q. Os canteiros centrais serão executados em concreto armado pré-moldado, com resistência mínima a compressão de 25MPa, seguindo as dimensões e forma conforme projeto em anexo. Todas as obras em concreto deverão ter acabamento liso, livre de rebarbas e/ou saliência. Na face oposta à pavimentação a contratada deverá executar aterro compactado para evitar o desprendimento do meio-fio. Nos locais definidos em projeto deverá ser executado rampas em concreto desempenado para acesso dos portadores de deficiência, sendo que esta deve atender as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

DRENAGEM PLUVIAL

Para a execução do sistema de drenagem de águas pluviais, foram utilizados os dados e parâmetros básicos fixados por normas de organismos nacionais que atuam no setor. Foram empregados os dados de intensidade das chuvas, desenvolvidos para o Município de São Lourenço do Oeste. O tempo de retorno utilizado no dimensionamento da tubulação foi de 10 anos. A escavação das valas deverá ser mecânica e realizada com o auxílio de uma retroescavadeira. O material retirado da escavação deverá ser depositado ao lado da vala, para que posteriormente possa ser utilizado no reaterro da mesma ou removido do local até um local indicado pela contratante. Deverá ser compactado o fundo da vala antes do assentamento da

GIOVANI ECKER ARQUITETO
Rua Jarbas Mendes, 270, sala 11, Bairro Brasília,
89.990-000 São Lourenço do Oeste, SC
Celular (49) 9975 1751 gioecker@gmail.com

GIOVANI ECKER ARQUITETO&URBANISTA
CAU-SC A32.916-9
RESPONSÁVEL TÉCNICO

tubulação de drenagem, para evitar recalques, e consequentes danos à mesma. A implantação da tubulação de drenagem deverá ser acompanhada por um profissional de topografia a fim de garantir as declividades e alinhamentos especificados em projeto. Para a tubulação de drenagem serão utilizados tubos de concreto simples de seção circular com diâmetro de 40 cm. Para o emprego de tubulações sem estrutura especial, o recobrimento mínimo será de 60 cm. Quando, por imposição da topografia este limite não puder ser atendido, haverá necessidade do emprego de tubulações especialmente dimensionadas do ponto de vista estrutural. O material utilizado para o reaterro das valas deverá ser o material retirado durante a escavação. Quando o material apresentar matéria orgânica e ou rocha, este deverá ser descartado e substituído por material de 1ª categoria (argila). A compactação deverá ser realizada em camadas de 20 cm. A compressão estará terminada quando for atingida 100% da densidade máxima, obtida pelo ensaio de Proctor Simples. Não serão admitidas deformações (recalques) na pavimentação oriundas de falhas na compactação. O recolhimento das águas pluviais será feito através de caixas coletoras com bocas de lobo. As caixas coletoras serão executadas em alvenaria de tijolo maciço, revestidas com chapisco e reboco e fundo em concreto simples. As caixas de ligação serão executadas em alvenaria de tijolo maciço, revestidas com chapisco e reboco, fundo em concreto simples e fechamento superior com laje maciça de concreto armado. As caixas coletoras e de ligação seguirão rigorosamente o detalhamento apresentado em projeto.

SINALIZAÇÃO VIÁRIA

A sinalização vertical será realizada com placas em chapas metálicas com espessura de 1,5mm, fixas em tubos metálicos 2,0", conforme disposição do projeto específico. As placas de regulamentação, advertência e indicação deverão ser implantadas, observando a disposição em projeto específico. Para proteção contra corrosão, todas as peças do conjunto da placa deverá ser submetida à galvanização á fogo, após as operações de dobra, furação e soldagem. A galvanização deverá ser executada nas partes internas e externas das peças, incluindo hastes de contravento, parafusos, porcas e arruelas. Deverão receber em seu verso uma capa em pintura eletrostática com secagem em estufa a 200°C. As películas refletivas que comporão os sinais das placas, sendo fundo, símbolos, orlas, letras, números, setas e pictogramas, deverão ser constituídas por lentes micro esféricas agregadas a resina sintética e encapsuladas em uma camada de ar cobertas por plástico transparente e flexível, o que lhe deve conferir uma superfície lisa e plana, portanto as mesmas deverão ser semi refletivas. As placas deverão receber pintura reflexiva, a fim de auxiliar a visualização da mesma no período noturno ou em dias que as condições de visibilidade do condutor esteja dificultada. As formas, proporções e cores dos símbolos, e as cores das placas de advertência deverão estar em acordo com o Código de Trânsito Brasileiro. O poste devera ter tamanho suficiente que permita enterrar 50 cm da sua base e mantenha altura mínima de 2,0 m da parte inferior da placa em relação ao solo. Em caso de dúvidas quanto ao posicionamento das placas, deverá ser solicitado orientação da fiscalização do Município. A sinalização horizontal se compõe basicamente da pintura de linhas de demarcação sobre o pavimento. O material à ser usado na sinalização horizontal é tinta à base de resina acrílica emulsionada em solvente, aplicada de forma a produzir marcas com bordas claras e nítidas, com películas de cor e largura uniforme, de acordo com indicação dos projetos em anexo. A espessura úmida deverá ser de 0,6 mm a ser atingida numa única aplicação. Deverão ser incorporados 250 g de microesferas de vidro, tipo Drop-on, para cada m² aplicado. Na aplicação dos materiais o desvio máximo das bordas em 10,0 m deverá ser de 0,01 m para as marcas retas. Na espessura das marcas, admitir-se-á uma tolerância de mais ou menos 5%. Os referidos materiais depois de aplicados deverão ser

GIOVANI ECKER ARQUITETO
Rua Jarbas Mendes, 270, sala 11, Bairro Brasília,
89.990-000 São Lourenço do Oeste, SC
Celular (49) 9975 1751 gioecker@gmail.com

GIOVANI ECKER ARQUITETO&URBANISTA
CAU-SC A32.916-9
RESPONSÁVEL TÉCNICO

protegidos durante seu tempo de secagem, de modo a garantir uma retro refletância inicial mínima de 150mcd/lux.m² para o amarelo e 200mcd/lux.m² para o branco, medido com ângulo de incidência de 86,5° e ângulo de observância de 1,5°. Nos locais definidos em projeto a Contratada deverá fazer a instalação de tachões mono reflexivos.

SERVIÇOS COMPLEMENTARES

Todos os canteiros deverão receber camada de solo vegetal. Deverão ser retirados do canteiro de obra todo material remanescente da execução. A conclusão da obra se dará após a total limpeza da obra e aceitação da fiscalização. A Contratada deverá, ao final da obra, apresentar projeto "As Built" e ensaios necessários à identificação e comprovação dos serviços realizados na obra.

São Lourenço do Oeste, 30 de abril de 2014.

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Arquiteto Giovani Ecker
CAU-SC A32.916-9

PREFEITO MUNICIPAL

Geraldino Cardoso

GIOVANI ECKER ARQUITETO
Rua Jarbas Mendes, 270, sala 11, Bairro Brasília,
89.990-000 São Lourenço do Oeste, SC
Celular (49) 9975 1751 gioecker@gmail.com

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2015 - ANEXO II - PLANILHA DE ORÇAMENTO
GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO
PLANILHA DE ORÇAMENTO
Obra: Drenagem Pluvial, Pavimentação Asfáltica, Sinalização Viária da Rua Rio de Janeiro

Área Total: 4.516,95 m²

Bairro: Bairro Perpétuo Socorro, Cruzeiro e Santa Catarina

Trecho: T5 - Av. Brasil - Rua Coronel Bertaso

Referência: SINAPI-Maio/2015 - SICRO-Março/2015

Cliente: Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste

Endereço: Rua Duque de Caxias, 789 - Centro

Município: São Lourenço do Oeste

Estado: Santa Catarina

Nº do Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valores (R\$)	
				Unitário	Total
1	Serviços Preliminares				
1.1	Levantamentos topográficos	m²	4.516,95	0,35	1.580,93
1.2	Placa de obra em chapa de aço galv. pintada e fixada em estrut. de madeira	m²	3,00	280,05	840,15
	Total do Sub-Item				2.421,08
2	Drenagem Pluvial				
2.1	Remoção da pavimentação existente	m³	21,32	10,58	225,57
2.2	Escavação mecânica de vala, não escorada, material 1º c/retroescavadeira	m³	122,59	6,44	789,48
2.4	Reaterro de vala inclusive compactação	m³	94,88	27,86	2.643,22
2.5	Fornecimento e colocação de tubos DN40	m	115,00	24,75	2.846,25
2.6	Boca de lobo	unid	9,00	1.952,34	17.571,06
2.7	Caixa de ligação	unid	2,00	1.039,05	2.078,10
2.8	Selo do dreno c/ base de brita graduada (esp.=15cm)	m²	9,85	113,87	1.121,62
	Total do Sub-Item				27.275,29
3	Pavimentação Asfáltica em C.B.U.Q.				
3.1	Lavagem / limpeza da pista existente	m²	4.184,57	1,46	6.109,47
3.2	Pintura de ligação c/ RR-2C à taxa de 0,60 L/m2	m²	4.184,57	1,39	5.816,55
3.3	Reperfilagem asfáltica em C.B.U.Q. (esp. média=3cm)	ton	206,35	183,78	37.923,00
3.4	Capa asfáltica em C.B.U.Q. (esp. média=4cm)	ton	418,46	222,94	93.291,47
3.5	Transporte de material com caminhão basculante (DMT=110Km) e=7cm	m³xKm	27.491,64	1,04	28.591,31
3.6	Fornecimento, colocação e rejunte de meio-fio reto pré-moldado mod 1	m	814,59	41,65	33.927,67
3.10	Base de concreto para assentar elementos rótula	m³	1,02	453,36	462,43
	Base de brita graduada e=20cm	m³	2,04	113,87	232,29
3.11	Fornecimento, colocação e rejunte de elemento rótula pré-moldado	unid	72,00	41,00	2.952,00
	Total do Sub-Item				209.306,20
4	Pavimentação em Blocos Intertravados de Concreto (paver)				
	Paver passagem de pedestres nos canteiros	m²	58,73	60,02	3.524,97
4.1	Fornecimento, regularização e compactação de argila p/sub-leito - e=10cm	m²	5,87	58,49	343,34
4.2	Base de pó de pedra - e=5cm	m³	2,94	91,45	268,86
4.7	Rejunte com areia fina - e=2cm	m³	1,18	117,24	137,76
	Lastro de brita acesso p/ deficientes físicos e=5cm	m³	1,80	98,36	177,05
4.8	Concreto simples Fck=15MPa para acesso p/ deficientes físicos	m³	1,80	431,59	776,86
	Total do Sub-Item				5.228,84
5	Sinalização Viária				
5.1	Sinalização vertical de trânsito - placa 30Km/h	m²	0,40	323,52	129,41
5.2	Sinalização vertical de trânsito - placa 40Km/h	m²	0,20	323,52	64,70
5.5	Sinalização vertical de trânsito - placa PREFERENCIA+ROTATÓRIA	m²	2,00	323,52	647,04
5.6	Placa indicativa com nome do logradouro 2x45x25cm	m²	0,90	323,52	291,17
5.7	Suporte para placas em tubo galvanizado DN=2" (50mm)	m	33,00	53,88	1.778,04
5.8	Pintura mec.de faixas c/tinta acrílica amarela com microesferas	m²	10,83	21,52	233,06
5.9	Pintura mec.de faixas c/tinta acrílica vermelha com microesferas	m²	7,88	21,52	169,58
5.10	Pintura manual faixas c/tinta acrílica azul com microesferas	m²	2,88	21,52	61,98
5.11	Pintura manual faixas pedestres/setas/dizeres c/tinta acrílica branca com microesferas	m²	319,34	21,52	6.872,20
	Total do Sub-Item				10.247,17
6	Serviços Complementares				
6.1	Limpeza geral da obra	m²	4.516,95	0,32	1.445,42
6.3	Grama, inclusive preparo do solo	m²	304,98	16,52	5.038,27
6.4	Remoção, carga e transporte de sub-base, base pavimentação existente - 1000<DMT<=1200m (esp.=30cm) canteiro central	m³		5,48	0,00
6.5	Remoção, carga e transp.de meio-fio pré-moldado existente e calçadas	m²		3,77	0,00
6.6	Fornec.e execução sub-base c/macadame seco (esp. 20cm)	m³		114,58	0,00
6.7	Fornec.e execução base c/ brita graduada (esp. 10cm)	m³		156,34	0,00
6.8	Imprimação c/emulsão CM-30	m²		3,34	0,00
	Total do Sub-Item				6.483,69
	Total Geral				260.962,28

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de Abril de 2014.

 Arquiteto Giovani Ecker
 CAU-SC A32.916-9

 Geraldino Cardoso
 Prefeito Municipal



GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO

PLANILHA DE ORÇAMENTO

Obra: Drenagem Pluvial, Pavimentação Asfáltica, Sinalização Viária da Rua Rio de Janeiro
Área Total: 4.294,66 m²
Bairro: Bairro Perpétuo Socorro, Cruzeiro e Santa Catarina
Trecho: T6 - Rua Coronel Bertaso - Rua Dom Pedro II
Referência: SINAPI-Maio/2015 - SICRO-Março/2015

Cliente: Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste
Endereço: Rua Duque de Caxias, 789 - Centro
Município: São Lourenço do Oeste
Estado: Santa Catarina

Nº do Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valores (R\$)	
				Unitário	Total
1	Serviços Preliminares				
1.1	Levantamentos topográficos	m²	4.294,66	0,35	1.503,13
1.2	Placa de obra em chapa de aço galv. pintada e fixada em estr. de madeira	m²		280,05	840,15
	Total do Sub-Item				2.343,28
2	Drenagem Pluvial				
2.1	Remoção da pavimentação existente	m³	26,86	10,58	284,18
2.2	Escavação mecânica de vala, não escorada, material 1ª c/retroescavadeira	m³	154,45	6,44	994,66
2.4	Reaterro de vala inclusive compactação	m³	121,52	27,86	3.385,55
2.5	Fornecimento e colocação de tubos DN40	m	167,00	24,75	4.133,25
2.6	Boca de lobo	unid	6,00	1.952,34	11.714,04
2.8	Selo do dreno c/ base de brita graduada (esp.=15cm)	m³	12,89	113,87	1.467,78
	Total do Sub-Item				21.979,46
3	Pavimentação Asfáltica em C.B.U.Q.				
3.1	Lavagem / limpeza da pista existente	m²	3.995,64	1,46	5.833,63
3.2	Pintura de ligação c/ RR-2C à taxa de 0,60 L/m²	m²	3.995,64	1,39	5.553,94
3.3	Reperfilagem asfáltica em C.B.U.Q. (esp. média=3cm)	ton	208,30	183,78	38.281,37
3.4	Capa asfáltica em C.B.U.Q. (esp. média=4cm)	ton	399,56	222,94	89.077,91
3.5	Transporte de material com caminhão basculante (DMT=110Km) e=7cm	m³xKm	26.745,84	1,04	27.815,67
3.6	Fornecimento, colocação e rejunte de meio-fio reto pré-moldado mod 1	m	812,79	41,65	33.852,70
3.10	Base de concreto para assentar elementos rótula	m³	1,02	453,36	462,43
	Base de brita graduada e=20cm	m³	2,04	113,87	232,29
3.11	Fornecimento, colocação e rejunte de elemento rótula pré-moldado	unid	72,00	41,00	2.952,00
	Total do Sub-Item				204.061,95
4	Pavimentação em Blocos Intertravados de Concreto (paver)				
	Paver passagem de pedestres nos canteiros	m²	19,40	60,02	1.164,39
4.1	Fornecimento, regularização e compactação de argila p/sub-leito - e=10cm	m²	1,94	58,49	113,47
4.2	Base de pó de pedra - e=5cm	m³	0,97	91,45	88,71
4.7	Rejunte com areia fina - e=2cm	m³	0,39	117,24	45,49
	Lastro de brita acesso p/ deficientes físicos e=5cm	m³	1,44	98,36	141,64
4.8	Concreto simples Fck=15MPa para acesso p/ deficientes físicos	m³	1,44	431,59	621,49
	Total do Sub-Item				2.175,18
5	Sinalização Viária				
5.2	Sinalização vertical de trânsito - placa 40Km/h	m²	0,40	323,52	129,41
5.5	Sinalização vertical de trânsito - placa PREFERENCIA+ROTATÓRIA	m²	2,00	323,52	647,04
5.6	Placa indicativa com nome do logradouro 2x45x25cm	m²	0,90	323,52	291,17
5.7	Suporte para placas em tubo galvanizado DN=2" (50mm)	m	30,00	53,88	1.616,40
5.8	Pintura mec.de faixas c/tinta acrílica amarela com microesferas	m²	0,00	21,52	0,00
5.9	Pintura mec.de faixas c/tinta acrílica vermelha com microesferas	m²	5,50	21,52	118,36
5.10	Pintura manual faixas c/tinta acrílica azul com microesferas	m²	2,88	21,52	61,98
5.11	Pintura manual faixas pedestres/setas/dizeres c/tinta acrílica branca com microesferas	m²	274,39	21,52	5.904,87
	Total do Sub-Item				8.769,23
6	Serviços Complementares				
6.1	Limpeza geral da obra	m²	4.294,66	0,32	1.374,29
6.3	Grama, inclusive preparo do solo	m²	272,81	16,52	4.506,82
6.4	Remoção, carga e transporte de sub-base, base pavimentação existente - 1000<DMT<=1200m (esp.=30cm) canteiro central	m³		5,48	0,00
6.5	Remoção, carga e transp.de meio-fio pré-moldado existente e calçadas	m²		3,77	0,00
6.6	Fornec.e execução sub-base c/macadame seco (esp. 20cm)	m³		114,58	0,00
6.7	Fornec.e execução base c/ brita graduada (esp. 10cm)	m³		156,34	0,00
6.8	Imprimação c/emulsão CM-30	m²		3,34	0,00
	Total do Sub-Item				5.881,11
	Total Geral				245.210,21

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de Abril de 2014.

Arquiteto Giovani Ecker
CAU-SC A32.916-9

Geraldino Cardoso
Prefeito Municipal



GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO

PLANILHA DE ORÇAMENTO

Obra: Drenagem Pluvial, Pavimentação Asfáltica, Sinalização Viária da Rua Rio de Janeiro

Área Total: 4.055,55 m²

Bairro: Bairro Perpétuo Socorro, Cruzeiro e Santa Catarina

Trecho: T7 - Rua Dom Pedro II - Rua Pedro Álvares Cabral

Referência: SINAPI-Maio/2015 - SICRO-Março/2015

Cliente: Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste

Endereço: Rua Duque de Caxias, 789 - Centro

Município: São Lourenço do Oeste

Estado: Santa Catarina

Nº do Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valores (R\$)	
				Unitário	Total
1	Serviços Preliminares				
1.1	Levantamentos topográficos	m²	4.055,55	0,35	1.419,44
1.2	Placa de obra em chapa de aço galv. pintada e fixada em estrut. de madeira	m²	3,00	280,05	840,15
	Total do Sub-Item				2.259,59
2	Drenagem Pluvial				
2.1	Remoção da pavimentação existente	m³	18,78	10,58	198,69
2.2	Escavação mecânica de vala, não escorada, material 1ª c/retroescavadeira	m³	107,99	6,44	695,42
2.4	Reaterro de vala inclusive compactação	m³	83,55	27,86	2.327,56
2.5	Fornecimento e colocação de tubos DN40	m	101,00	24,75	2.499,75
2.6	Boca de lobo	unid	8,00	1.952,34	15.618,72
2.7	Caixa de ligação	unid	2,00	1.039,05	2.078,10
2.8	Selo do dreno c/ base de brita graduada (esp.=15cm)	m³	8,67	113,87	987,25
	Total do Sub-Item				24.405,50
3	Pavimentação Asfáltica em C.B.U.Q.				
3.1	Lavagem / limpeza da pista existente	m²	3.768,49	1,46	5.502,00
3.2	Pintura de ligação c/ RR-2C à taxa de 0,60 L/m²	m²	3.768,49	1,39	5.238,20
3.3	Reperfilagem asfáltica em C.B.U.Q. (esp. média=3cm)	ton	282,64	183,78	51.943,58
3.4	Capa asfáltica em C.B.U.Q. (esp. média=4cm)	ton	376,85	222,94	84.014,94
3.5	Transporte de material com caminhão basculante (DMT=110Km) e=7cm	m³xKm	29.017,56	1,04	30.178,26
3.6	Fornecimento, colocação e rejunte de meio-fio reto pré-moldado mod 1	m	770,91	41,65	32.108,40
3.10	Base de concreto para assentar elementos rótula	m³	1,02	453,36	462,43
	Base de brita graduada e=20cm	m³	2,04	113,87	232,29
3.11	Fornecimento, colocação e rejunte de elemento rótula pré-moldado	unid	72,00	41,00	2.952,00
	Total do Sub-Item				212.632,10
4	Pavimentação em Blocos Intertravados de Concreto (paver)				
	Paver passagem de pedestres nos canteiros	m²	112,36	60,02	6.743,85
4.1	Fornecimento, regularização e compactação de argila p/sub-leito - e=10cm	m²	11,24	58,49	657,43
4.2	Base de pó de pedra - e=5cm	m³	5,62	91,45	513,95
4.7	Rejunte com areia fina - e=2cm	m³	2,25	117,24	263,79
	Lastro de brita acesso p/ deficientes físicos e=5cm	m³	1,80	98,36	177,05
4.8	Concreto simples Fck=15MPa para acesso p/ deficientes físicos	m³	1,80	431,59	776,86
	Total do Sub-Item				9.132,92
5	Sinalização Viária				
5.1	Sinalização vertical de trânsito - placa 30Km/h	m²	0,60	323,52	194,11
5.2	Sinalização vertical de trânsito - placa 40Km/h	m²	0,20	323,52	64,70
5.5	Sinalização vertical de trânsito - placa PREFERENCIA+ROTATÓRIA	m²	1,00	323,52	323,52
5.6	Placa indicativa com nome do logradouro 2x45x25cm	m²	0,90	323,52	291,17
5.7	Suporte para placas em tubo galvanizado DN=2" (50mm)	m	36,00	53,88	1.939,68
5.8	Pintura mec.de faixas c/tinta acrílica amarela com microesferas	m²	15,91	21,52	342,38
5.9	Pintura mec.de faixas c/tinta acrílica vermelha com microesferas	m²	8,98	21,52	193,25
5.10	Pintura manual faixas c/tinta acrílica azul com microesferas	m²	2,88	21,52	61,98
5.11	Pintura manual faixas pedestres/setas/dizeres c/tinta acrílica branca com microesferas	m²	264,47	21,52	5.691,39
	Total do Sub-Item				9.102,19
6	Serviços Complementares				
6.1	Limpeza geral da obra	m²	4.055,55	0,32	1.297,78
6.3	Grama, inclusive preparo do solo	m²	166,90	16,52	2.757,19
6.4	Remoção, carga e transporte de sub-base, base pavimentação existente - 1000<DMT<=1200m (esp.=30cm) canteiro central	m³		5,48	0,00
6.5	Remoção, carga e transp.de meio-fio pré-moldado existente e calçadas	m²		3,77	0,00
6.6	Fornec.e execução sub-base c/macadame seco (esp. 20cm)	m³		114,58	0,00
6.7	Fornec.e execução base c/ brita graduada (esp. 10cm)	m³		156,34	0,00
6.8	Imprimação c/emulsão CM-30	m²		3,34	0,00
	Total do Sub-Item				4.054,96
	Total Geral				261.587,27

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de Abril de 2014.

Arquiteto Giovani Ecker
CAU-SC A32.916-9

Geraldino Cardoso
Prefeito Municipal



GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO

PLANILHA DE ORÇAMENTO

Obra: Drenagem Pluvial, Pavimentação Asfáltica, Sinalização Viária da Rua Rio de Janeiro
Área Total: 4.357,36 m²
Bairro: Bairro Perpétuo Socorro, Cruzeiro e Santa Catarina
Trecho: T8 - Rua Pedro Álvares Cabral - Rua Saldanha da Gama
Referência: SINAPI-Maio/2015 - SICRO-Março/2015

Cliente: Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste
Endereço: Rua Duque de Caxias, 789 - Centro
Município: São Lourenço do Oeste
Estado: Santa Catarina

Nº do Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valores (R\$)	
				Unitário	Total
1	Serviços Preliminares				
1.1	Levantamentos topográficos	m²	4.357,36	0,35	1.525,08
1.2	Placa de obra em chapa de aço galv. pintada e fixada em estrut. de madeira	m²	3,00	280,05	840,15
	Total do Sub-Item				2.365,23
2	Drenagem Pluvial				
2.1	Remoção da pavimentação existente	m³	39,69	10,58	419,92
2.2	Escavação mecânica de vala, não escorada, material 1ª c/retroescavadeira	m³	228,22	6,44	1.469,72
2.4	Reaterro de vala inclusive compactação	m³	177,65	27,86	4.949,33
2.5	Fornecimento e colocação de tubos DN40	m	225,50	24,75	5.581,13
2.6	Boca de lobo	unid	14,00	1.952,34	27.332,76
2.7	Caixa de ligação	unid	9,00	1.039,05	9.351,45
2.8	Selo do dreno c/ base de brita graduada (esp.=15cm)	m³	18,59	113,87	2.116,27
	Total do Sub-Item				51.220,58
3	Pavimentação Asfáltica em C.B.U.Q.				
3.1	Lavagem / limpeza da pista existente	m²	4.066,37	1,46	5.936,90
3.2	Pintura de ligação c/ RR-2C à taxa de 0,60 L/m²	m²	4.066,37	1,39	5.652,25
3.3	Reperfilagem asfáltica em C.B.U.Q. (esp. média=3cm)	ton	304,98	183,78	56.049,22
3.4	Capa asfáltica em C.B.U.Q. (esp. média=4cm)	ton	406,64	222,94	90.656,32
3.5	Transporte de material com caminhão basculante (DMT=110Km) e=7cm	m³xKm	31.311,28	1,04	32.563,73
3.6	Fornecimento, colocação e rejunte de meio-fio reto pré-moldado mod 1	m	806,86	41,65	33.605,72
3.10	Base de concreto para assentar elementos rótula	m³	1,02	453,36	462,43
	Base de brita graduada e=20cm	m³	2,04	113,87	232,29
3.11	Fornecimento, colocação e rejunte de elemento rótula pré-moldado	unid	72,00	41,00	2.952,00
	Total do Sub-Item				228.110,87
4	Pavimentação em Blocos Intertravados de Concreto (paver)				
	Paver passagem de pedestres nos canteiros	m²	35,00	60,02	2.100,70
4.1	Fornecimento, regularização e compactação de argila p/sub-leito - e=10cm	m²	3,50	58,49	204,72
4.2	Base de pó de pedra - e=5cm	m³	1,75	91,45	160,04
4.7	Rejunte com areia fina - e=2cm	m³	0,70	117,24	82,07
	Lastro de brita acesso p/ deficientes físicos e=5cm	m³	2,52	98,36	247,87
4.8	Concreto simples Fck=15MPa para acesso p/ deficientes físicos	m³	2,52	431,59	1.087,61
	Total do Sub-Item				3.882,99
5	Sinalização Viária				
5.2	Sinalização vertical de trânsito - placa 40Km/h	m²	0,60	323,52	194,11
5.3	Sinalização vertical de trânsito - placa PARE	m²	0,30	323,52	97,06
5.5	Sinalização vertical de trânsito - placa PREFERENCIA+ROTATÓRIA	m²	1,00	323,52	323,52
5.6	Placa indicativa com nome do logradouro 2x45x25cm	m²	1,35	323,52	436,75
5.7	Suporte para placas em tubo galvanizado DN=2" (50mm)	m	42,00	53,88	2.262,96
5.8	Pintura mec. de faixas c/tinta acrílica amarela com microesferas	m²	2,54	21,52	54,66
5.9	Pintura mec. de faixas c/tinta acrílica vermelha com microesferas	m²	12,23	21,52	263,19
5.10	Pintura manual faixas c/tinta acrílica azul com microesferas	m²	1,44	21,52	30,99
5.11	Pintura manual faixas pedestres/setas/dizeres c/tinta acrílica branca com microesferas	m²	272,14	21,52	5.856,45
	Total do Sub-Item				9.519,69
6	Serviços Complementares				
6.1	Limpeza geral da obra	m²	4.357,36	0,32	1.394,36
6.3	Grama, inclusive preparo do solo	m²	257,28	16,52	4.250,27
6.4	Remoção, carga e transporte de sub-base, base pavimentação existente - 1000<DMT<=1200m (esp.=30cm) canteiro central	m³		5,48	0,00
6.5	Remoção, carga e transp.de meio-fio pré-moldado existente e calçadas	m²		3,77	0,00
6.6	Fornec.e execução sub-base c/macadame seco (esp. 20cm)	m³		114,58	0,00
6.7	Fornec.e execução base c/ brita graduada (esp. 10cm)	m³		156,34	0,00
6.8	Imprimação c/emulsão CM-30	m²		3,34	0,00
	Total do Sub-Item				5.644,62
	Total Geral				300.743,99

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de Abril de 2014.

Arquiteto Giovani Ecker
CAU-SC A32.916-9

Geraldino Cardoso
Prefeito Municipal



GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO

PLANILHA DE ORÇAMENTO

Obra: Drenagem Pluvial, Pavimentação Asfáltica, Sinalização Viária da Rua Rio de Janeiro
Área Total: 4.195,15 m²
Bairro: Bairro Perpétuo Socorro, Cruzeiro e Santa Catarina
Trecho: T9 - Rua Saldanha da Gama - Rua Jarbas Mendes
Referência: SINAPI-Maio/2015 - SICRO-Março/2015

Cliente: Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste
Endereço: Rua Duque de Caxias, 789 - Centro
Município: São Lourenço do Oeste
Estado: Santa Catarina

Nº do Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valores (R\$)	
				Unitário	Total
1	Serviços Preliminares				
1.1	Levantamentos topográficos	m²	4.195,15	0,35	1.468,30
1.2	Placa de obra em chapa de aço galv. pintada e fixada em estrut. de madeira	m²	3,00	280,05	840,15
	Total do Sub-Item				2.308,45
2	Drenagem Pluvial				
2.1	Remoção da pavimentação existente	m²	42,66	10,58	451,34
2.2	Escavação mecânica de vala, não escorada, material 1ª c/retroescavadeira	m³	245,30	6,44	1.579,70
2.4	Reaterro de vala inclusive compactação	m³	192,08	27,86	5.351,21
2.5	Fornecimento e colocação de tubos DN40	m	255,00	24,75	6.311,25
2.6	Boca de lobo	unid	12,00	1.952,34	23.428,08
2.7	Caixa de ligação	unid	2,00	1.039,05	2.078,10
2.8	Selo do dreno c/ base de brita graduada (esp.=15cm)	m²	20,25	113,87	2.305,87
	Total do Sub-Item				41.505,55
3	Pavimentação Asfáltica em C.B.U.Q.				
3.1	Lavagem / limpeza da pista existente	m²	3.895,98	1,46	5.688,13
3.2	Pintura de ligação c/ RR-2C a taxa de 0,60 L/m²	m²	3.895,98	1,39	5.415,41
3.3	Reperfilagem asfáltica em C.B.U.Q. (esp. média=3cm)	ton	292,20	183,78	53.700,52
3.4	Capa asfáltica em C.B.U.Q. (esp. média=4cm)	ton	389,60	222,94	86.857,42
3.5	Transporte de material com caminhão basculante (DMT=110Km) e=7cm	m³xKm	29.999,20	1,04	31.199,17
3.6	Fornecimento, colocação e rejunte de meio-fio reto pré-moldado mod 1	m	792,13	41,65	32.992,21
3.10	Base de concreto para assentar elementos rótula	m²	1,02	453,36	462,43
	Base de brita graduada e=20cm	m²	2,04	113,87	232,29
3.11	Fornecimento, colocação e rejunte de elemento rótula pré-moldado	unid	72,00	41,00	2.952,00
	Total do Sub-Item				219.499,59
4	Pavimentação em Blocos Intertravados de Concreto (paver)				
	Paver passagem de pedestres nos canteiros	m²	44,46	60,02	2.668,49
4.1	Fornecimento, regularização e compactação de argila p/sub-leito - e=10cm	m²	4,45	58,49	260,28
4.2	Base de pó de pedra - e=5cm	m²	2,23	91,45	203,93
4.7	Rejunte com areia fina - e=2cm	m²	0,89	117,24	104,23
	Lastro de brita acesso p/ deficientes físicos e=5cm	m²	1,80	98,36	177,05
4.8	Concreto simples Fck=15MPa para acesso p/ deficientes físicos	m²	1,80	431,59	776,86
	Total do Sub-Item				4.190,84
5	Sinalização Viária				
5.1	Sinalização vertical de trânsito - placa 30Km/h	m²	0,40	323,52	129,41
5.5	Sinalização vertical de trânsito - placa PREFERENCIA+ROTATÓRIA	m²	1,00	323,52	323,52
5.6	Placa indicativa com nome do logradouro 2x45x25cm	m²	0,90	323,52	291,17
5.7	Suporte para placas em tubo galvanizado DN=2" (50mm)	m	30,00	53,88	1.616,40
5.8	Pintura mec.de faixas c/tinta acrílica amarela com microesferas	m²	3,96	21,52	85,22
5.9	Pintura mec.de faixas c/tinta acrílica vermelha com microesferas	m²	11,00	21,52	236,72
5.10	Pintura manual faixas c/tinta acrílica azul com microesferas	m²	2,88	21,52	61,98
5.11	Pintura manual faixas pedestres/setas/dizeres c/tinta acrílica branca com microesferas	m²	260,53	21,52	5.606,61
	Total do Sub-Item				8.351,02
6	Serviços Complementares				
6.1	Limpeza geral da obra	m²	4.195,15	0,32	1.342,45
6.3	Grama, inclusive preparo do solo	m²	236,45	16,52	3.906,15
6.4	Remoção, carga e transporte de sub-base, base pavimentação existente - 1000<DMT<=1200m (esp.=30cm) canteiro central	m³		5,48	0,00
6.5	Remoção, carga e transp.de meio-fio pré-moldado existente e calçadas	m²		3,77	0,00
6.6	Fornec.e execução sub-base c/macadame seco (esp. 20cm)	m²		114,58	0,00
6.7	Fornec.e execução base c/ brita graduada (esp. 10cm)	m²		156,34	0,00
6.8	Imprimação c/emulsão CM-30	m²		3,34	0,00
	Total do Sub-Item				5.248,60
	Total Geral				281.104,05

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de Abril de 2014.

Arquiteto Giovanni Ecker
CAU-SC A32.916-9

Geraldo Cardoso
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2015 - ANEXO III - LAUDO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO

PREFEITURA
SÃO LOURENÇO DO OESTE
Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano

LAUDO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO

Francielle Honesko, Engenheira Civil, Brasileira, Solteira, inscrita sob o CPF nº 053.724.129-92, RG nº 8.341.152-0 SSP/PR, registrada no CREA SC sob nº 134.784-3, residente e domiciliando na Rua Paraná, nº 804, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, apresenta Laudo de Avaliação conforme segue:

DADOS DO CONTRATANTE

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste
CNPJ: 83.021.873/0001-08
Endereço: Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro
Município: São Lourenço do Oeste – SC

OBJETIVO

O presente Laudo Técnico tem por finalidade apresentar a valorização dos imóveis localizados na RUA RIO DE JANEIRO, ENTRE A AVENIDA BRASIL E A RUA JARBAS MENDES, em razão da execução de obras de drenagem pluvial, pavimentação asfáltica e sinalização viária da via acima nominada.

AVALIAÇÃO

Considerando o preço de mercado dos imóveis objetos desta avaliação e em conformidade com as transações imobiliárias firmadas até esta data;

Considerando a melhoria da via com a implantação da infraestrutura acima descrita;

Vislumbro uma valorização imobiliária de 7% (sete por cento) para os imóveis, conforme apresentado na planilha constante no Anexo I.

São Lourenço do Oeste, 14 de agosto de 2015.

FRANCIELLE HONESKO

Engenheira Civil
CREA SC 134.783-3
CREA PR 138.279/D



PREFEITURA
SÃO LOURENÇO DO OESTE
Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano

ANEXO I

VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS CONFORME DIVISÃO ENTRE TRECHOS

Rua Rio de Janeiro entre a Avenida Brasil e a Rua Coronel Bertaso							
QDA.	LOTE	CONTRIBUINTE	Test.	Cota Part.	VALOR VENAL (em reais)	7% (em reais)	Nº DO IMÓVEL
08 "B"	P/06	VANDERLEI RIGON	25	14,79%	68.115,70	4.768,10	4888
08 "B"	P/06	GILBERTO LUIZ ZATTERA	20	11,83%	54.492,56	3.814,48	401
08 "B"	8	HENRIQUE MARCOS BERNARDI	20	11,83%	245.210,88	10.655,04	402
08 "B"	P/10	ANTONIO ROBERTO MACHADO	9	5,33%	113.287,43	4.794,77	403
08 "B"	P/10	VALMIR BIF	11	6,51%	134.865,98	5.860,27	404
08 "B"	12	IVALDINO PEDRASSANI	20	11,83%	245.210,88	10.655,04	60007
08 "B"	14	ARMELINDA LUCIA NOLIO	20	11,83%	245.210,88	10.655,04	406
08 "B"	P/20	ITALIA TRES FONTANA	11	6,51%	44.955,33	3.146,87	407
08 "B"	P/20	NAIR MOSCHEN BADO	33	19,53%	134.865,98	9.440,62	408
			169	100,00%	1.286.215,62	63.790,23	
07 "B"	1	FERNANDO FONTANA	45	27,27%	367.816,32	25.747,14	500
07 "B"	P/07	LIDIA OTAVIO FLOR	7,5	4,55%	183.908,16	5.461,52	3597
07 "B"	P/07	LIDIA OTAVIO FLOR	7,5	4,55%	61.302,72	4.291,19	1275
07 "B"	9	BARBARA LUCIA SILVEIRA BIANCHI	20	12,12%	245.210,88	14.564,04	519
07 "B"	11	LUIZ CARLOS SILVEIRA	20	12,12%	245.210,88	14.564,04	518
07 "B"	P/13	ALEXANDRE CITADIN	20	12,12%	143.039,68	10.012,78	517
07 "B"	15	ESCOLA SÃO FRANCISCO DE ASSIS LTDA	45	27,27%	469.987,52	32.769,09	516
			165	100,00%	1.716.476,16	107.409,80	
Total Geral					3.002.691,78	171.200,03	

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br

2



PREFEITURA
SÃO LOURENÇO DO OESTE
Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano

Rua Rio de Janeiro entre a Rua Coronel Bertaso e a Rua Dom Pedro II

QDA.	LOTE	CONTRIBUINTE	Test.	Cota Part.	VALOR VENAL (em reais)	7% (em reais)	Nº DO IMÓVEL
08 "C"	P/06	BLADEMIR LUIZ SUSIN	20	11,76%	83.780,38	5.864,63	563
08 "C"	P/06	VALDEMIR BAGGIO	12,5	7,35%	49.042,18	4.943,37	564
08 "C"	P/06	LIDIA OTAVIO FLOR	12,5	7,35%	51.085,60	3.575,99	4944
08 "C"	8	VADECIR CENI	20	11,76%	163.477,68	7.909,40	565
08 "C"	10	BLADEMIR LUIZ SUSIN	20	11,76%	163.477,68	7.909,40	566
08 "C"	12	ANA MARIA HAEFLINGER	20	11,76%	163.477,68	7.909,40	567
08 "C"	14	MARIA VILMA FABIAN	20	11,76%	163.477,68	7.909,40	568
08 "C"	P/20	AMAUURI LUIS HAEFLIGER	20	11,76%	54.492,56	3.814,48	569
08 "C"	P/20	ARMELINDA RANCATI DE DEUS	25	14,71%	68.115,70	4.768,10	3888
			170	100%	960.427,14	54.604,17	
07 "C"	P/01	AMAUURI COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	60	35,29%	735.632,64	41.639,69	477
07 "C"	9	CARLOS MOREZ	25	14,71%	306.513,60	17.349,87	600
07 "C"	11	PAULO JOSE ELEUTHERIO DA LUZ	10	5,88%	102.171,20	6.939,95	499
07 "C"	P/11	FRANCISCO JOSE DALLA VECCHIA	10	5,88%	143.039,68	6.939,95	6998
07 "C"	P/13	NEIVA MARIA HOPE	10	5,88%	124.240,18	6.939,95	497
07 "C"	P/13	LUCIA DE FATIMA ROTA ORTALAN	10	5,88%	89.910,66	6.939,95	2806
07 "C"	P/15	ALTAMIR GIOTTO	22,5	13,24%	91.954,08	6.436,79	3287
07 "C"	P/15	ERMINDO LAZAROTTO	22,5	13,24%	91.954,08	6.436,79	496
			170	100%	1.685.416,12	99.622,93	
Total Geral					2.645.843,26	154.227,10	

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br

3



PREFEITURA
SÃO LOURENÇO DO OESTE
Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano

Rua Rio de Janeiro entre a Rua Dom Pedro II e a Rua Pedro Álvares de Cabral

QDA.	LOTE	CONTRIBUINTE	Test.	Cota Part.	VALOR VENAL (em reais)	7% (em reais)	Nº DO IMÓVEL
07 "D"	P/01	ANTONIO AMADO PAN	20	11,77%	102.171,20	7.151,98	1741
07 "D"	P/01	ALDO LUIZ PAN	17,9	10,54%	53.129,02	3.719,03	4011
07 "D"	P/01	SOLEDADE NUNES RODRIGUES	12	7,06%	49.042,18	3.432,95	1760
07 "D"	7	ALDO LUIZ PAN	18	10,59%	220.689,79	9.395,66	20
07 "D"	9	DORILDO TREVISOL	18	10,59%	220.689,79	9.395,66	1759
07 "D"	11	ARI BADO E OUTROS	18	10,59%	220.689,79	9.395,66	1758
07 "D"	13	LUIZ BADO	16	9,42%	196.168,70	8.351,70	1756
07 "D"	P/15	GEMA BERTONCELO PRESSOTTO	50	29,43%	204.342,40	14.303,97	1755
			169,9	100%	1.266.922,87	65.146,62	
08 "D"	1 a 10	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA SOROR ANGELICA	85	49,28%	1.389.560,28	57.985,61	3289
08 "D"	P/12	ANGELINA LAZZAROTTO	17,5	10,14%	57.217,19	4.005,20	1587
08 "D"	P/14	ADRIANO FAVERO	17,5	10,14%	57.217,19	4.005,20	1588
08 "D"	P/20	VANDERLEI CORREIA DOS SANTOS	20	11,59%	108.985,12	7.628,96	1592
08 "D"	P/20	MARISTELA MARIA DO PRADO	12,5	7,25%	34.057,85	2.384,05	1593
08 "D"	P/20	ARI JOSE BADO	20	11,59%	34.057,85	2.384,05	1594
			172,5	100%	1.681.095,48	78.393,08	
Total Geral					2.948.018,35	143.539,69	

Rua Rio de Janeiro entre a Rua Pedro Álvares de Cabral e a Rua Saldanha da Gama

QDA.	LOTE	CONTRIBUINTE	Test.	Cota Part.	VALOR VENAL (em reais)	7% (em reais)	Nº DO IMÓVEL
07 "E"	P/01	SIDNEY JOSE MATIOTTI	30	17,65%	122.605,44	8.582,38	2104
07 "E"	P/01	NEIDE MONTEIRO DA SILVA BOZA	20	11,76%	53.129,02	3.719,03	4225

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br

4



PREFEITURA
SÃO LOURENÇO DO OESTE
Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano

07 "E"	7	DULSIMAR LUIZ TROMBETA	19,7	11,59%	241.532,72	11.039,47	2123
07 "E"	P/09	LUCIA LAZARIN MILKEWICZ	13,9	8,18%	170.421,56	7.789,27	2122
07 "E"	P/09	GERVASIO ANTONIO TAVELLA	12	7,06%	147.126,53	6.724,55	2121
07 "E"	P/09	ANGELO TAVELLA	12,4	7,29%	152.030,75	6.948,70	4648
07 "E"	11	GIL ANDRE TAVELLA	12	7,06%	147.126,53	6.724,55	2120
07 "E"	P/13	DANILO FALCHETTI	15	8,82%	122.605,44	8.405,68	2119
07 "E"	P/13	ITACIR SELLI	15	8,82%	122.605,44	8.405,68	1557
07 "E"	P/13	VERGINIO DI DOMENICO	20	11,76%	81.736,96	5.721,59	2118
			170	100%	1.360.920,39	74.060,90	
QDA.	LOTE	CONTRIBUINTE	Test.	Cota Part.	VALOR VENAL (em reais)	7% (em reais)	Nº DO IMÓVEL
08"ME"	1	EUNICE/ BENICE E PATRICIA FOLADOR	13	16,61%	56.127,34	3.682,68	1943
08"ME"	P/02	ALFONSO CANISIO JUNGES	13	16,61%	49.043,30	3.433,03	1944
08"ME"	P/02	MARI LUCI LORENZI	13	16,61%	53.130,25	3.682,68	3352
08"ME"	4	JOSE SAVI MONDO SOBRINHO	12,5	15,97%	51.086,78	3.541,04	1946
08"ME"	5	ELOIR CHEMIN	13	16,61%	51.086,78	3.576,07	1947
08"ME"	6	TEREZINHA OSMARIN VANIN	13,75	17,57%	56.195,45	3.895,14	1948
			78,25	100%	316.669,90	21.810,64	
QDA.	LOTE	CONTRIBUINTE	Test.	Cota Part.	VALOR VENAL (em reais)	7% (em reais)	Nº DO IMÓVEL
08 "E"	P/01	CLEIDE LASAROTO MUHL	12,25	14,24%	12.516,26	876,14	1905
08 "E"	P/01	KARINE MUHL	12,25	14,24%	12.516,26	876,14	61468
08 "E"	P/01	CLECI MARIA LISSA DAL PRA	14	16,28%	28.608,59	2.002,60	3780
08 "E"	3	ERNIDE FATIMA GALEAZZI	12,5	14,53%	51.086,78	2.390,98	1907
08 "E"	4 e 5	GENUIR CENI	25	29,07%	102.173,55	4.781,96	4348
08 "E"	6	MARZINHO DEON	10	11,63%	28.097,73	1.912,78	1908
			86	100%	234.999,17	12.840,60	
Total Geral					1.912.589,46	108.712,14	

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br

5



PREFEITURA
SÃO LOURENÇO DO OESTE
Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano

Rua Rio de Janeiro entre a Rua Saldanha da Gama e Rua Jarbas Mendes							
QDA.	LOTE	CONTRIBUINTE	Test.	Cota Part.	VALOR VENAL (em reais)	7% (em reais)	Nº DO IMÓVEL
08 "F"	P/06	DESIDERIO PACHECO DA SILVA	10	8,03%	27.246,28	1.907,24	2219
08 "F"	P/06	VOLMIR MACHADO GIRARDI	12,5	10,04%	34.057,85	2.384,05	2218
08 "F"	P/06	JOSE LUZ VANIN	22	17,67%	61.304,13	4.291,29	2217
08 "F"	P/08	ALCINO PROFETA DE MELLO	10	8,03%	81.738,84	4.365,97	2220
08 "F"	P/08	GEMIRO LUIZ DANIEL	10	8,03%	81.738,84	4.365,97	4348
08 "F"	10	ROQUE LUIZ KRINDGES	20	16,06%	163.477,68	8.731,94	2222
08 "F"	12	DOMINGA JULIANA CAMPOS DE MEDEIROS	20	16,06%	163.477,68	8.731,94	2223
08 "F"	14	JOSE LUZ VANIN	20	16,06%	163.477,68	8.731,94	2225
			124,5	100%	776.518,98	43.510,34	
QDA.	LOTE	CONTRIBUINTE	Test.	Cota Part.	VALOR VENAL (em reais)	7% (em reais)	Nº DO IMÓVEL
07 "F"	P/01	ILSAMAR PADILHA MULLER	20	15,63%	46.998,75	3.289,91	2268
07 "F"	P/01	MILTON TADEU BIAZUS	13	10,16%	53.129,02	3.719,03	2164
07 "F"	P/01	VILMAR LUIZ CALLEGARI	13	10,16%	53.129,02	3.719,03	2163
07 "F"	P/01	ALTAIR GEREMIAS	12	9,38%	49.042,18	3.432,95	2162
07 "F"	P/07	GUERINO CARBONI MOLON	12	9,38%	147.126,53	6.959,77	2161
07 "F"	P/07	JAIME FURLAN	10	7,81%	122.605,44	5.799,81	2160
07 "F"	P/09	ROGERIO DALLA COSTA	13	10,16%	159.387,07	7.539,76	2159
07 "F"	P/09	ANILSON SPRICIGO	15	11,72%	183.908,16	8.699,72	2158
07 "F"	11	MARIA BEIMAR MARTINS	20	15,63%	245.210,88	11.599,62	36
			128	100%	1.060.537,05	54.759,61	
Total Geral					1.837.056,03	98.269,95	
Total Geral: Rua Rio de Janeiro entre Avenida Brasil e rua Jarbas Mendes					12.346.198,88	675.948,92	

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br

6

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2015 - ANEXO IV - LEGISLAÇÃO**DISPOSITIVOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL
APLICÁVEIS À CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

(Artigos com redação dada pela Lei Complementar nº 104, de 29 de setembro 2009)

“Art. 112. A contribuição de melhoria cobrada pelo Município, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas das quais decorram valorização imobiliária aos bens imóveis.”

“Art. 113. A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a notória valorização imobiliária decorrente da realização de obra pública, presumindo-se esta em valor nunca inferior a 7% e nem superior a 15% do valor venal do terreno utilizado como base de cálculo para o lançamento dos demais tributos municipais.”

“Art. 113-A. O contribuinte desse tributo é o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de bem imóvel beneficiado pela realização de obra pública.

§ 1º Os bens indivisos serão lançados em nome de quem alquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

§ 2º Os imóveis de propriedade em condomínio serão lançados em nome destes, a quem caberá o direito de exigir dos condôminos as parcelas respectivas.

§ 3º Os demais imóveis serão lançados em nome de seus titulares respectivos.”

“Art. 113-B. A Contribuição de Melhoria será devida quando o Município realizar qualquer das seguintes obras públicas:

I - abertura, alargamento e pavimentação de vias públicas;

II - construção e pavimentação de estradas de rodagem;

III - aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

Parágrafo único. Reputam-se feitas pelo Município e em decorrência disso, sujeitas a contribuição de melhoria, as obras executadas em convênio com o Estado e a União, tomando como limite de contribuição o valor da contrapartida do Município.”

“Art. 113-C. A Contribuição de Melhoria não incide:

I - na hipótese de simples reparação ou recapeamento de pavimento, que prescindam de novos serviços de infra-estrutura;

II - em relação aos imóveis localizados em zona rural.

Parágrafo único. Para aplicação do disposto no inciso II deste artigo, as delimitações das zonas urbana e rural são as estabelecidas para efeitos fiscais.”

“Art. 113-D. O valor total lançado a título de Contribuição de Melhoria não poderá exceder o custo total da respectiva obra, computadas as despesas de estudo, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos.

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 – SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



Parágrafo único. Incluir-se-ão nos orçamentos de custo das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na área de influência da obra.”

“Art. 113-E. A determinação do valor individual da contribuição de melhoria, será calculada proporcionalmente ao valor total da obra e não poderá exceder a valorização imobiliária decorrente da obra realizada.

Parágrafo único. Quando o somatório dos valores individuais da contribuição de melhoria, apurados na forma do caput deste artigo, igualar-se ao custo total da obra e sendo o valor individual fixado para o respectivo imóvel inferior ao percentual mínimo de valorização fixado no artigo 113, este prevalecerá sobre aquele.”

“Art. 113-F. Para a cobrança de Contribuição de Melhoria, o Poder Executivo Municipal publicará, previamente, no órgão de imprensa oficial do Município, edital contendo, pelo menos, os seguintes elementos:

I - delimitação da área de influência da obra e a relação dos imóveis que a integram;

II - memorial descritivo do projeto;

III - índice de valorização estimado dos imóveis beneficiados;

IV - orçamento do custo da obra;

V - valor total a ser lançado a título de contribuição de melhoria;

VI - plano de rateio do custo da obra, que levará em conta a testada de cada imóvel beneficiado;

VII - determinação do valor da parcela individual do custo da obra a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria, condições e formas de pagamento;

VIII - fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação, pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no inciso anterior.

§ 1º O Poder Executivo regulamentará o processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere este artigo.

§ 2º Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento.

§ 3º Considerar-se-á regularmente notificado o sujeito passivo na data em que, através da publicação no órgão oficial do Município do Edital referido neste artigo, se dê ciência ao público do lançamento da Contribuição de Melhoria.”

“Art. 113-G. O contribuinte poderá, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a começar da data da publicação do edital, impugnar qualquer dos elementos deste, cabendo-lhe o ônus da prova.”

“Art. 113-H. A impugnação será feita mediante petição fundamentada apresentada à repartição fazendária municipal.”

“Art. 113-I. A autoridade competente para julgar a impugnação proferirá decisão no prazo de 7 (sete) dias, a contar do recebimento do pedido.”

“Art. 113-J. A decisão da autoridade julgadora poderá ser comunicada ao impugnante, através de ofício, ou ser publicada no órgão oficial do Município, considerando-se cientificado o impugnante no quinto dia útil seguinte ao da publicação.”

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 – SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



“Art. 113-K. Executada a obra pública total ou parcialmente, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, far-se-á o lançamento referente a esses imóveis.

Parágrafo único. A Contribuição de Melhoria no caso de obra comunitária, poderá ser lançada e arrecadada antecipadamente à ocorrência do fato gerador, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga caso não se realize o fato gerador presumido.”

“Art. 113-L. O Poder Executivo Municipal, considerando o custo das obras realizadas, a situação financeira do Município e as peculiaridades da área de influência das obras, poderá determinar que o lançamento da Contribuição de Melhoria seja feito em parcela única ou em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado.

Parágrafo único. Se o contribuinte optar pelo pagamento a vista, será concedido desconto de 5% (cinco por cento).“

“Art. 113-M. A impugnação do lançamento será apresentada à repartição fazendária competente no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência.”

“Art. 113-N. O pagamento será efetuado via depósito bancário.”

“Art. 113-O. O aposentado, pensionista, inválido, deficiente físico ou mental, cuja renda mensal não ultrapasse 1,5 (um e meio) salário mínimo e que possua um único imóvel no Município, terá isenção no percentual de 50% do valor apurado como Contribuição de Melhoria.”

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 – SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.404-AUTORIZA O CORTE E PODA DE ÁRVORES, LOCALIZADAS NAS RUAS BARÃO DO RIO BRANCO E MARQUES DO HERVAL, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.404/2015

AUTORIZA O CORTE E PODA DE ÁRVORES, LOCALIZADAS NAS RUAS BARÃO DO RIO BRANCO E MARQUES DO HERVAL, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 178, da Lei Municipal nº 1.358 de 11 de dezembro de 1981, RESOLVE;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o corte de 01 (uma) árvore da espécie Legustro, devido ao risco aparente de queda. Quanto às outras árvores, poderão ser podadas e/ou com raízes cortadas, procurando tomar cuidado para não comprometer as estruturas das árvores em questão. As referidas árvores estão localizadas na Rua Barão do Rio Branco e Marques do Herval, centro, no município de São Miguel do Oeste-SC.

Art. 2º Como medida compensatória, a árvore retirada, deverá ser substituída por outro exemplar, devendo ser arbórea, não arbustiva, com altura mínima da muda de 1 (um) metro, sendo sugeridas as espécies de Quaresmeira, Canela, Pitanga ou outras nativas de porte mais baixo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 25 de agosto de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

RUBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 128/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para confecção de portões destinados para o Parque de Exposições Rineu Gransotto do Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 14 de setembro de 2015

Abertura: às 09hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 26 de agosto de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 129/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

AVISO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2015

CREDENCIAMENTO N. 02/2015

O Município de São Miguel do Oeste- SC, partir do Prefeito Municipal leva ao conhecimento dos interessados que fará CREDENCIAMENTO tendo como objeto credenciamento de empresas para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais destinados para a manutenção e conservação de computadores, notebook e demais equipamentos utilizados por esta municipalidade, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 14h45min do dia 14 de setembro de 2015.

Abertura: às 15h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 26 de agosto de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 27/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 27/2015

INEXIGIBILIDADE N. 05/2015

O Fundo Municipal de Assistência Social do Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir da sua Gestora, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação por Inexigibilidade, tendo como objeto a Contratação de serviços para permanência da idosa Zelinda de Souza, conforme Determinação Judicial nº 0900054-66.2015.8.24.0067, no lar Divina Providência no Município de Palmitos – SC, para o período de 12 meses. Contratado: ASSOCIAÇÃO NÚCLEO DE PROFISSIONAIS AMIGOS DOS IDOSOS – NUPAI. Valor Total de R\$ 21.748,80. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtida junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sita a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49)36312005.

São Miguel do Oeste – SC, 24 de agosto de 2015.

Maria Salete de Faria

Diretora de Gestão

PROCESSO LICITATÓRIO N.127/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2015

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Sr. Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais para as obras da 1ª etapa da ampliação do 12º batalhão do Corpo de Bombeiros Militar de São Miguel do Oeste – SC, conforme Lei n. 6434/2010, de acordo com o Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos partes integrantes deste Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 18 de setembro de 2015.

Abertura: às 09 hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 26 de agosto de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO Nº 87 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SE GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 87 /2015

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA .

JUCÉLIO KREMER Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 995/2015: DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) nas dotações abaixo identificadas:

03- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.4.122.0003.2.004 – Func. e Manut. Da Secretaria de Adm. Finanças e Planejamento R\$ 6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.0004.2.015 – Func. e Manut. do Ensino Fund. R\$ 14.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.0.161.0 – Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

10.10.20.606.0006.2.027 – Func. e Manut.da Agricultura R\$ 6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

10.01.18.541.0006.2.030 – Func. e Manut. do Meio Ambiente R\$ 4.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) nas dotações abaixo identificada:

06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.02.23.695.0008.1.087 – Construção de uma Ciclovía Com Deck R\$ 30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 25 de agosto de 2015.

JUCÉLIO KREMER
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº89/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº89/2015

FICA CANCELADO OS RESTOS A PAGAR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA ABAIXO IDENTIFICADO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal.

DECRETA:

Art.1º - Fica cancelado os Restos a Pagar do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, abaixo relacionados:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.056 – FUNC. E MANUT. DA COORDENADORIA DE SAÚDE

Empenho nº116/2014 – BRASIL TELECOM S.A. OI no valor de R\$1.081,28 (Hum mil, oitenta e um reais e vinte e oito centavos).
Motivo: Conforme CI Nº50/2015 (Empenho estimativo).

Empenho nº901/2014 – BRASIL TELECOM S.A. OI no valor de R\$435,69 (Quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta e nove centavos).
Motivo: Conforme CI Nº50/2015 (Empenho estimativo).

Empenho nº1290/2014 – TELECOM CELULAR S/A no valor de R\$38,15 (Trinta e oito reais e quinze centavos).
Motivo: Conforme CI Nº50/2015 (Empenho estimativo).

Empenho nº1387/2014 – ROBSON PEREIRA DO AMARAL no valor de R\$480,00 (Quatrocentos e oitenta reais).
Motivo: Conforme CI Nº50/2015 (Empenho estimativo).

2.060 – FUNC. E MANUT. DO MAC

Empenho nº1102/2014 – MEDSON DIAGNÓSTICOS MÉDICOS LTDA no valor de R\$1.662,00 (Hum mil, seiscentos e sessenta e dois reais).
Motivo: Conforme CI Nº50/2015 (Empenho estimativo).

2.059 – FUNC. E MANUT. DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Empenho nº208/2014 – TELECOM CELULAR S/A no valor de R\$1069,22 (Hum mil, sessenta e nove reais e vinte e dois centavos).
Motivo: Conforme CI Nº50/2015 (Empenho estimativo).

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 26 de agosto de 2015.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 88/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SE GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 88/2015

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE .

JUCÉLIO KREMER Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 994/2015: DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 35.600,00 (Trinta e cinco mil e seiscientos reais) nas dotações abaixo identificadas:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2056 – Func. e Manutenção da Coord. Saúde R\$ 35.600,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 – Aplicações Diretas R\$ 35.600,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 35.600,00 (Trinta e cinco mil e seiscientos reais) nas dotações abaixo identificadas:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.052 – Aquisição de Mobiliários R\$ 13.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 – Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

11.01.10.301.0009.2.053 – Aquisição de Equipamentos de Saúde R\$ 13.605,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 – Aplicações Diretas R\$ 13.605,00

11.01.10.301.0009.2.063 – Manutenção de Programas/Bioinseticida/outros R\$ 8.995,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 – Aplicações Diretas R\$ 8.995,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 25 de agosto de 2015.

JUCÉLIO KREMER

PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº107, DE 24 DE AGOSTO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR Nº107, DE 24 DE AGOSTO DE 2015

“Altera o Zoneamento Urbano na Área que Menciona, e dá outras providências”.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica considerada como Zona Residencial 02 – ZR2, o zoneamento da área delimitada no mapa anexado a esta Lei

Complementar, equivalente à parte do perímetro do Loteamento Parque São Pedro.

Art.2º - A alteração deverá ser incorporada ao mapa do Anexo 04 da Lei Complementar nº84/2011.

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 25 de agosto de 2015.

Jucélio Kremer

Prefeito Municipal

LEI Nº 994, DE 24 DE AGOSTO DE 2015

LEI Nº 994, DE 24 DE AGOSTO DE 2015

“Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde”.

JUCELIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 35.600,00 (Trinta e cinco mil e seiscientos reais) nas dotações abaixo identificadas:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2056 – Func. e Manutenção da Coord. Saúde R\$ 35.600,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 – Aplicações Diretas R\$ 35.600,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 35.600,00 (Trinta e cinco mil e seiscientos reais) nas dotações abaixo identificadas:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.052 – Aquisição de Mobiliários R\$ 13.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 – Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

11.01.10.301.0009.2.053 – Aquisição de Equipamentos de Saúde R\$ 13.605,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 – Aplicações Diretas R\$ 13.605,00

11.01.10.301.0009.2.063 – Manutenção de Programas/Bioinseticida/outros R\$ 8.995,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 – Aplicações Diretas R\$ 8.995,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 25 de agosto de 2015.

Jucelio Kremer

Prefeito Municipal

LEI Nº 995, DE 24 DE AGOSTO DE 2015

LEI Nº 995, DE 24 DE AGOSTO DE 2015

“Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara”.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) nas dotações abaixo identificadas:

03- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.4.122.0003.2.004 – Func. e Manut. Da Secretaria de Adm. Finanças e Planejamento R\$ 6.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.0004.2.015 – Func. e Manut. do Ensino Fund. R\$ 14.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.0161.0 – Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

10.10.20.606.0006.2.027 – Func. e Manut. da Agricultura R\$ 6.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

10.01.18.541.0006.2.030 – Func. e Manut. do Meio Ambiente R\$ 4.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) nas dotações abaixo identificada:

06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.02.23.695.0008.1.087 – Construção de uma Ciclovia Com Deck R\$ 30.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 25 de agosto de 2015.

Jucelio Kremer

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 279/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 279/2015

Prorroga a licença para tratamento de saúde do servidor PEDRO JOSÉ RICHARTZ, ocupante do cargo de Motorista II, lotado na Secretaria de Transportes e Obras.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Prorrogar a licença para tratamento de saúde do servidor PEDRO JOSÉ RICHARTZ, pelo período de 30 (trinta) dias a contar da data de 28/08/2015, para que a Administração Municipal possa finalizar o processo de aposentadoria.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 26 de agosto de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 044/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 044/2015, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA BRUNA DE SOUZA SCHMITT OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA AUXILIAR DE SALA.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora BRUNA DE SOUZA SCHMITT, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 090.960.809-12, residente a Rua Geral, s/nº, Santa Filomena – São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 002/2014, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 044/2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 044/2015 até 16/12/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 28 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 045/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 045/2015, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA DEBORA HAMES OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora DEBORA HAMES, brasileira, união Estável, inscrita no CPF sob nº. 041.262.179-75, residente a Rua Arnaldo Alfredo Stahelin, nº 5961, Santa Teresa – São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 002/2014, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 045/2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 045/2015 até 16/12/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 28 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Schroeder

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MARIA ANGELA DE TOLEDO, inscrita no CPF sob nº. 081.033.769-06, aprovada em 27º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR A – ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 09 de setembro de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 26 de agosto de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

EDITAL 002/2015-2 – HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PRELIMINARES DOS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SCHROEDER (SC) E CONVOCAÇÃO PARA A AVALIAÇÃO ESCRITA PARA ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SCHROEDER (SC)

EDITAL 002/2015-2 – HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PRELIMINARES DOS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SCHROEDER (SC) E CONVOCAÇÃO PARA A AVALIAÇÃO ESCRITA PARA ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SCHROEDER (SC).

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Schroeder/SC, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90 e a Lei Municipal nº 2097/15, torna público que as inscrições preliminares deferidas e indeferidas, conforme o Item 2.3 do Edital n.º002/2015-1, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Edição n.º 1802, de 10 de agosto de 2015:

ITEM 1 – DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS:

1.1. Inscrições preliminares Deferidas a membro do Conselho Tutelar:

Nome	Número do RG	Número da Inscrição
Fernanda Alves Lenhardt Liskoski	4.919.061	17
Edite de Lima Cunha	2.448.850-0	18
Juliana Christine Ferreira Martins	3.456.519	20

1.2. Inscrições preliminares Indeferidas a membro do Conselho Tutelar:

Nome	Número do RG	Número da Inscrição	Motivo
Priscila Graciela Ronchi	4.633.642	15	Não atende ao item 3.1.2 letra "H"
Margaret Rubin Lange	2.447.037	16	Não atende ao item 3.1.2 letra "H"
Ingrid Didier da Silva	7.122.572	19	Não atende ao parágrafo único do item 3.1.2

1.3. O candidato que teve sua inscrição indeferida poderá apresentar a documentação pendente até o dia 01 de setembro de 2015, às 16h30min no setor de Protocolo na Prefeitura Municipal de Schroeder.

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. Demais disposições já constam no Edital 002/2015 e Errata 001, Edital 004/2015, Edital 005/2015 e Edital 002/2015-1.

2.2. Os casos omissos serão analisados e deliberados pela Comissão Especial com recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Schroeder (SC).

Schroeder, 27 de agosto de 2015.

Teresinha Tomaselli Tecilla Comissão Especial	Silvania Ferreira Comissão Especial
--	--

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 79/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: http://www.schroeder.sc.gov.br

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 79/2015-PMS

PROCESSO Nº. 158/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de item e data referente ao Edital de Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 79/2015-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para serviço de segurança e limpeza para evento Schroederfest 2015 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, ficando assim determinado:

Leiam-se:

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 79/2015-PMS

PROCESSO Nº. 158/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

I – DO PREÂMBULO:

1. I

1.1. O Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, situado na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3.201, centro, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria nº. 6.086/2015, de 08 de junho de 2015, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores vigentes e pertinentes à matéria e Decreto Municipal nº. 1.838/2008, DE 08 DE MAIO DE 2008 fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO, com adjudicação por menor preço POR ITEM, sob a forma de fornecimento parcelado.

1.2- Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

a) Data: 11 de setembro de 2015.

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h.

d) Abertura do processo: às 14h15min.

3.1.3. O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 11 de setembro de 2015 às 14h devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-b.

7.1.22 ATESTADO DE VISITA TÉCNICA - As empresas interessadas, por intermédio de pelo menos um de seus Responsáveis, devidamente qualificados, deverão entrar em contato com o Setor de Turismo, para efetuar a visita técnica ao local do serviço (objetos deste Edital) para constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos. As visitas técnicas serão acompanhadas pelo Setor de Turismo que certificará a visita expedindo

9.1. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

10.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de MENOR PREÇO POR ITEM desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

10.2 A adjudicação do objeto deste PREGÃO será MENOR PREÇO POR ITEM, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 79/2015-PMS

TERMO DE REFERÊNCIA

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para serviço de segurança e limpeza para evento Schroederfest 2015 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊNCIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA
01	Contratação Serviço de Segurança - Evento Schroederfest 2015 - 51 anos de Emancipação Político Administrativa do Município de Schroeder para o período (matutino, vespertino e noturno). Profissional treinado e capacitado para execução de segurança desarmada, uniformizado, que se realizará nos dias 28/09, 29/09, 30/09, 01/10, 02/10, 03/10, 04/10 e 05/10 de 2015, no Parque de Eventos Alfredo Pasold.	186	Unidade	150,00	27.900,00

02	Contratação Serviço de Limpeza e Conservação, incluindo todos os equipamentos e materiais de limpeza - Evento Schroederfest 2015 - 51 anos de Emancipação Política Administrativa do Município de Schroeder para o período (matutino, vespertino e noturno). Profissional treinado e capacitado para execução da limpeza, uniformizado, que se realizará nos dias 01/10, 02/10, 03/10 e 04/10 de 2015, no Parque de Eventos Alfredo Pasold.	120	Unidade	183,00	21.960,00
TOTAL R\$ REFERÊNCIA					49.860,00

Schroeder, 26 de agosto de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6.171/2015, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA No 6.171/2015, de 26 de agosto de 2015

DETERMINA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ENCERRAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº002/2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Determinar a prorrogação em até 30 (trinta) dias, contados a partir de 11 de setembro de 2015, do prazo para encerramento do Processo Administrativo nº002/2015, de acordo com o Ofício nº07/2015-PA 002/2015, de 26 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 26 de agosto de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.172/2015, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº 6.172/2015, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o afastamento por Licença Maternidade para a servidora, Sra. Edivânia Gubert Fari, com efeitos retroativos a partir de 18 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 26 de agosto de 2015.

OSVALDO JURCK

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Prefeito Municipal

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

RESOLUÇÃO Nº. 009/2015 - CMAS

Resolução nº. 009/2015.

Dispõe sobre a regulamentação dos benefícios eventuais da Política de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe confere a Lei Municipal nº. 971 de 30/12/1975, alterada pelas Leis nº. 1.050 de 10/04/1997, e nº. 1.578 de maio de 2007 em conformidade com os preceitos da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS;

Considerando que a concessão dos Benefícios Eventuais é um direito garantido e de longo alcance social de acordo com o art. 22 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

Considerando a Resolução do CNAS nº 212, de 19 de outubro de 2006, que propõe critérios orientadores para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social;

Considerando o Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

Considerando a Resolução do CNAS nº 39, de 09 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde;

Considerando o parecer nº MPTC/553/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina de 03 de março de 2011;

Considerando a Lei Municipal nº 2.085 de 10 de dezembro de 2014 que dispõe sobre a regulamentação da concessão de benefícios eventuais em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, no âmbito da Política de Assistência Social;

Considerando que cabe ao conselho a regulamentação de cada um dos benefícios conferidos pelo município, implantando critérios de concessão afim de realmente atender as necessidades da população;

Considerando a reunião ordinária, realizada na data de 17 de março de 2015;

Resolve:

Art. 1º Regular os benefícios eventuais no âmbito da Política de Assistência Social.

Art. 2º Os benefícios são provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011).

Art. 3º Os benefícios, no âmbito municipal, devem atender aos princípios expressos no Art. 2º do Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007.

Art. 4º Os beneficiários deverão atender os seguintes critérios:

I – ter domicílio comprovado no município de Schroeder;

II- Realizar inscrição junto ao Cadastro Único e mantê-lo atualizado anualmente.

III – apresentar a documentação exigida na Lei Municipal nº 2.085/2014, conforme o benefício solicitado, assim como: carteira de trabalho (CTPS), comprovante de renda atualizado de todos os membros e comprovante de pagamento de aluguel.

IV – comprovar o critério de renda mensal estabelecido pela Lei Municipal nº 2.085/2014.

§ 1º Poderá ser solicitado documentação comprobatória da situação apresentada sempre que necessário, objetivando a reavaliação do contexto socioeconômico e encaminhamentos necessários.

§ 2º As famílias que apresentem comprometimento de renda com saúde, educação e habitação deverão apresentar comprovantes pertinentes à despesa.

Art. 5º O auxílio natalidade, quando concedido na forma de bens materiais (enxoval), compreenderá os seguintes itens: 3 cueiros, 2 blusas e calças tamanho M, 2 blusas e calças tamanho G, 2 tip tops tamanho P e 2 tip tops tamanho M, 2 pares de meia, 1 lençol para berço, 1 cobertor infantil, 1 toalha de banho, 1 toalha-fralda, 1 travesseiro de berço, 5 fraldas de pano, 5 panos de boca, 36 fraldas descartáveis infantis tamanho P.

Art. 6º O auxílio em situação de vulnerabilidade temporária poderá ser concedido nas seguintes formas:

I – auxílio transporte;

II – auxílio foto e

III – auxílio alimentação, higiene e limpeza.

Art. 7º O auxílio transporte se dará através da concessão de passes e/ou passagens municipais e intermunicipais, estaduais ou interestaduais, visando atender famílias e/ou sujeitos que necessitem dos mesmos para inserção no mercado de trabalho, retorno a cidade de origem e outras demandas oriundas à Política de Assistência Social.

Art. 8º O auxílio foto se dará na concessão de 4 (quatro) fotos 3x4 para a confecção de documentos e inserção do sujeito no mercado de trabalho.

Art. 9º O auxílio alimento, higiene e limpeza será concedido com os seguintes itens:

I – Auxílio tamanho P, para famílias com até 3 (três) membros: 02 kg de arroz, 02 kg de feijão, 02 kg de açúcar, 02 kg de farinha de trigo, 01 kg de macarrão, 800g de biscoito, 800g de leite em pó, 01 kg de farinha de milho, 500g de café, 350g de extrato de tomate, 900 ml de óleo de soja, 01 kg de sabão em pó, 04 rolos de papel higiênico de 30m, 500 ml de detergente, 02 sabonetes de 90g e 1 unidade de creme dental de 90g.

II – Auxílio tamanho G, para famílias com 4 (quatro) ou mais membros: 05 kg de arroz, 02 kg de feijão, 03 kg de açúcar, 05 kg farinha de trigo, 01 kg de macarrão, 800g de biscoito, 800g de leite em pó, 01 kg de farinha de milho, 500g de café, 350g de extrato de tomate, 1800 ml de óleo de soja, 01 kg de sabão em pó, 04 rolos de papel higiênico de 30m, 500 ml de detergente, 02 sabonetes de 90g e 1 unidade de creme dental de 90g.

§ 1º O auxílio alimento, higiene e limpeza poderá ser concedido para atender necessidades específicas apresentadas pela família, com a entrega de apenas alguns itens da cesta básica.

§ 2º No caso de doações de alimentos e/ou produtos de limpeza e higiene, estes serão entregues agregados ao auxílio alimentação, higiene e limpeza, conforme necessidade do sujeito e/ou grupo familiar.

§ 3º A quantidade de concessões para o auxílio alimento, limpeza e higiene, por grupo familiar, será de até 6 (seis) dentro do período de 12 (doze) meses, podendo ser consecutivo, ou alternado. Essa quantidade poderá ser ampliada mediante situação de agravo, a partir de parecer social.

§ 4º O intervalo de tempo entre as concessões do benefício auxílio alimento, limpeza e higiene será de 30 (trinta) dias.

§ 5º Persistindo a situação de vulnerabilidade e a família não estando inserida em algum Serviço, após liberação de 4 (quatro) benefícios auxílio alimentação, higiene e limpeza dentro do período de 12 (doze) meses, a família deverá ser inserida no CRAS.

Art. 10 O auxílio calamidade pública, conforme definido a partir de estudo socioeconômico, poderá ser concedido nas seguintes formas:

I – auxílio transporte;

II – auxílio foto;

III – auxílio alimentação, higiene e limpeza e

IV – água mineral.

Art. 11 O auxílio funeral será concedido conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 2.085/2014.

Art. 12 As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados às políticas de saúde, educação, habitação e das demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de Benefícios Eventuais da Política de Assistência Social, ficando vedado o seu fornecimento via Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Art. 13 Os benefícios poderão ser concedidos pelos profissionais Assistentes Sociais de todos os Serviços da Política Pública de Assistência Social.

Art. 14 Para realização da avaliação, o usuário deverá agendar atendimento junto ao setor específico, de acordo com a disponibilidade de horários e apresentar a documentação que comprove estar de acordo com os critérios estabelecidos no Art. 4º desta resolução. Caso esteja sendo acompanhado pelo CRAS ou CREAS, a avaliação ocorrerá junto aos Serviços.

Parágrafo único. Em caso de falta ao horário agendado, sem justificativa prévia, será necessário efetuar novo agendamento, conforme disponibilidade de horários.

Art. 15 Os benefícios serão gestados e concedidos pela Secretaria de Assistência Social, com recursos próprios do FMAS e recursos estaduais recebidos para este fim.

Parágrafo único. O órgão gestor da Política de Assistência Social deverá encaminhar relatório ao CMAS dos benefícios entregues no exercício anterior, especificando tipo e quantidade, sempre na primeira reunião ordinária de cada ano.

Art. 16 Deverá ser dada ampla divulgação desta resolução.

Art. 17 Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 20 de agosto de 2015.

Ercílio Silvio Ramos

Presidente do CMAS

Sombrio

PREFEITURA

DEC. 145/2015

DECRETO Nº 145, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL OS IMÓVEIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso de sua competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1945 e as Leis 4.132/62 e nº 4.504/64,

DECRETA:

Art. 1º. . Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, os imóveis com as seguintes características, descrições, coordenadas geográficas e matrículas, como segue:

1 - Um terreno urbano, situado no Pirão Frio, nesta cidade e Comarca de Sombrio-SC, medindo (1824,30m²), Lote dois (2), dentro de uma área maior de (10.243,01m²) de propriedade de Arlindo Edílio da Rosa CPF 103.160.789-72, RG 1.443.674-SSP/SC e sua esposa Ceny Souza da Rosa CPF 657.392.809-15, RG 142.041-SSP/SC, parte integrante da matrícula nº 67.450, conforme certidão atualizada fornecida pelo CRI da Comarca de Sombrio, com as seguintes medidas e confrontações e coordenadas geográficas: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice ponto 0=PP, de coordenadas N 6779528.886 m e E 634109.680 m, situado Arlindo Edílio da Rosa (Matrícula 67.450); deste, segue confrontando com Arlindo Edílio da Rosa (Matrícula 424); com os seguintes azimutes e distâncias: 127°49'40" e 74.33 m até o vértice ponto 1, de coordenadas N 6779483.299 m e E 634168.392 m; deste, segue confrontando com Arlindo Edílio da Rosa (Matrícula 67.254); com os seguintes azimutes e distâncias: 217°21'53" e 24.22 m até o vértice ponto 2, de coordenadas N 6779464.053 m e E 634153.695 m; deste, segue confrontando com Arlindo Edílio da Rosa (Matrícula 67.450); com os seguintes azimutes e distâncias: 307°21'17" e 74.45 m até o vértice ponto 3, de coordenadas N 6779509.228 m e E 634094.512 m; deste, segue confrontando com Arlindo Edílio da Rosa (Matrícula 67.450); com os seguintes azimutes e distâncias: 37°39'13" e 24.83 m até o vértice ponto 0=PP, de coordenadas N 6779528.886 m e E 634109.680 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51o WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

2 - Um terreno rural, situado no lugar Pirão Frio, nesta cidade e Comarca de Sombrio-SC, medindo (8462,37m²), dentro de uma área maior de (46.720m²) de propriedade de Arlindo Edílio da Rosa CPF 103.160.789-72, RG 1.443.674-SSP/SC e sua esposa Ceny Souza da Rosa CPF 657.392.809-15, RG 142.041-SSP/SC, cadastrado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária sob nº 810.061.020.630, parte integrante da matrícula nº 424, conforme certidão atualizada fornecida pelo CRI da Comarca de Sombrio, com as seguintes medidas e confrontações e coordenadas geográficas: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0=PP, de coordenadas N 6779574.49 m e E 634198.74 m, situado com Prefeitura Municipal de Sombrio (Matrícula 42.408) ; deste, segue confrontando com Arlindo Edílio da Rosa (Matrícula 424); com os seguintes azimutes e distâncias: 127°41'59" e 31.22 m até o vértice

1, de coordenadas N 6779555.40 m e E 634223.44 m; com os seguintes azimutes e distâncias: 217°21'53" e 90.71 m até o vértice 2, de coordenadas N 6779483.30 m e E 634168.39 m; deste, segue confrontando com Arlindo Edílio da Rosa (Matrícula 67.450); com os seguintes azimutes e distâncias: 307°49'40" e 74.33 m até o vértice 3, de coordenadas N 6779528.89 m e E 634109.68 m; deste, segue confrontando com Arlindo Edílio da Rosa (Matrícula 424); com os seguintes azimutes e distâncias: 37°39'13" e 21.48 m até o vértice 4, de coordenadas N 6779545.89 m e E 634122.80 m; com os seguintes azimutes e distâncias: 308°28'18" e 53.51 m até o vértice 5, de coordenadas N 6779579.18 m e E 634080.91 m; deste, segue confrontando com Cristiana Matos de Borba e João Ernando de Oliveira (Matrícula 46.818) / Arlindo Edílio da Rosa (Matrícula 62.142); com os seguintes azimutes e distâncias: 38°11'34" e 48.81 m até o vértice 6, de coordenadas N 6779617.54 m e E 634111.09 m; deste, segue confrontando com Prefeitura Municipal de Sombrio (Matrícula 42.408); com os seguintes azimutes e distâncias: 128°11'34" e 95.73 m até o vértice 7, de coordenadas N 6779558.36 m e E 634186.32 m; com os seguintes azimutes e distâncias: 37°35'32" e 20.36 m até o vértice 0=PP, de coordenadas N 6779574.49 m e E 634198.74 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51o WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º. As áreas ideais declaradas de Utilidade Pública no artigo anterior servirá para construção de uma Unidade Básica de Saúde – UBS e uma Praça de Esportes.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio, 25 de agosto de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 140/2015

DECRETO Nº 140, DE 26 de Agosto de 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO EXERCÍCIO DE 2.015, POR CONTA DE RECURSOS DE CONVÊNIO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e a Lei Orçamentária nº 1.737 de 02 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente, conforme abaixo discriminado, destinado ao empenhamento de despesa de capital, não prevista na Lei Orçamentária do exercício em curso, no valor total de R\$ 234.296,23 (duzentos e trinta e quatro mil, duzentos e noventa e seis reais e vinte e três centavos):

Órgão 07: Secretaria de Obras e Transportes

Proj./Atividade 1.017 - Construção de Pontes, Pontilhões e Passeios Públicos

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0024-(71)-Aplicações Diretas R\$ 234.296,23

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta do recurso arrecadado na forma do Contrato de Repase n.º 810336/2014- Processo 1016001-63/2014, firmado com o Ministério do Turismo, objetivando a realização de Obras de Acesso ao Canyon Serra Velha.

Art. 3º - Ficam autorizados os ajustes no Plano Plurianual 2014/2017 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias/2015, que se fizerem necessários em função do crédito orçamentário de que trata este Decreto.

Art. 4º - A suplementação de que trata este Decreto fica condicionada a efetiva arrecadação do recurso.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 26 de Agosto de 2015.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

PORTARIA NºSEMFA-D1104, DE 29 DE JULHO DE 2015.

PORTARIA NºSEMFA-D1104, de 29 de julho de 2015.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Sandra Regina Cunha de Moura.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora SANDRA REGINA CUNHA DE MOURA, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 30.07.2015 a 29.08.2015, por trinta e um (31) dias, conforme Processo RH02-a1022;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

LEI Nº 2787, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

LEI Nº 2787, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

Declara de Utilidade Pública a "Associação Casa do Meu Amigo".

DARCIZIO BONA, Prefeito de Timbó-SC, em exercício
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a "Associação Casa do Meu Amigo", pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 14.442.082/0001-39, com sede social na Rua Pastor Blumel, 37, no Município de Timbó.

Art. 2º À entidade de que trata a presente Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de agosto de 2015, 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

PORTARIA Nº SEMFA-D1094, DE 15 DE JULHO DE 2015.

PORTARIA Nº SEMFA-D1094, de 15 de Julho de 2015.

Concede Pecúlio do servidor Washington Abrahão Venerando de Medeiros Borges, à esposa Iria Franz Borges.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 195 e 196 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, resolve:

Art. 1º Conceder Pecúlio do servidor WASHINGTON ABRAHÃO VENERANDO DE MEDEIROS BORGES, à esposa IRIA FRANZ BORGES, equivalente ao valor dos vencimentos de R\$ 993,95 (Novecentos e noventa e três reais e cinquenta e cinco centavos), custeado integralmente pelo Órgão Patronal, conforme Processo RH15-0125.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de Julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-D1095, DE 15 DE JULHO DE 2015.

PORTARIA Nº SEMFA-D1095, de 15 de Julho de 2015.

Concede Licença sem vencimentos à servidora Siliane Maria Erbano.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Concede LICENÇA SEM VENCIMENTOS, à servidora, SILIANE MARIA ERBANO, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria de Educação, por dois anos, a contar de 03 de agosto de 2015 (período 03.08.2015 à 01.08.2017), conforme processo RH15-0135.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de Julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-D-1111, DE 30 DE JULHO DE 2.015

PORTARIA No SEMFA-D-1111, de 30 de Julho de 2.015

Concede Promoção por Qualificação para Professor do Ensino Fundamental e Pré - Escola.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 17 a 19 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98, alterada pelas Leis Complementares nº 162, de 17 de dezembro de 1999, e nº 266, de 28 de abril de 2004, resolve:

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO, aos Servidores ocupantes de cargos efetivos de Professor, lotados na Secretaria Municipal de Educação – Ensino Fundamental e Pré - Escola, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Dione Kaspereit Busarello	D-31	D-32	11.06.2015	RH00-121
Leila Denise Wartha Nones	D-19	D-20	24.06.2015	RH05-0114
Marly Adam	D-31	D-32	09.06.2015	RH00-140
Meike Milbratz Giotti	D-28	D-29	10.06.2015	RH01-067
Sandra Aparecida Ferrari	D-20	D-21	09.06.2015	RH05-0380
Sergi Frederico Mengarda	D-23	D-24	16.06.2015	RH02-683
Sonia Simone Sdrigotti	D-28	D-29	09.06.2015	RH00-079

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de Julho de 2.015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-D1106, DE 30 DE JULHO DE 2015

PORTARIA No SEMFA-D1106, DE 30 DE JULHO DE 2015

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, aos servidores abaixo listados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Timbó, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

Secretaria Municipal de Saúde				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO (DIAS)	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Ella Bertram	Auxiliar Operacional	Hum (01)	29.06.2015	RH15-0130
Mara Rubia Longo Reuter	Técnico em Enfermagem	Dois (02)	29.06.2015	RH15-0005

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de Julho de 2015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-D1107, DE 30 DE JULHO DE 2015

PORTARIA No SEMFA-D1107, DE 30 DE JULHO DE 2015

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, aos servidores abaixo listados, lotados no Fundo Municipal de Trânsito do Município de Timbó, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

Fundo Municipal de Trânsito				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO (DIAS)	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Emmerson Cleiton Nardelli	Agente de Trânsito	Hum (01)	17.06.2015	RH15-0126
Ubiratan Hipólito de Lima	Agente de Trânsito	Hum (01)	24.06.2015	RH15-0127

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de Julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-D1108, DE 30 DE JULHO DE 2015

PORTARIA No SEMFA-D1108, DE 30 DE JULHO DE 2015

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, aos servidores abaixo listados, lotados na Secretaria Municipal de Educação do Município de Timbó, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

Secretaria Municipal de Educação				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO (DIAS)	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Angelita Aparecida Oribka	Auxiliar Operacional	Hum (01)	06/07.2015	RH14-0134
Cleide Regina Ewald	Educadora Infantil	Hum (01)	19.06.2015	RH15-0131
Cristiane Hardt Strey	Auxiliar Operacional	Dois (02)	16.07.2015	RH12-0078
Daiana Luiza da Silva Rahn	Aux. Recreação Infantil	Hum (01)	01.07.2015	RH14-0155
Daphne Daiane Fagundes	Professor	Hum (01)	30.06.2015	RH15-0128
Dayse Fabiana Bochartt	Educadora Infantil	Hum (01)	30.06.2015	RH11-0396
Débora Mariane Peyerl Florêncio	Educadora Infantil	Hum (01)	09.07.2015	RH11-0062
Eliseth Bucher Franz	Educadora Infantil	Hum (01)	06.07.2015	RH06-0016
Fernanda Janete Kuhl	Aux. Recreação Infantil	Hum (01)	15.07.2015	RH15-0132
Luciane Perin Fiamoncini	Educadora Infantil	Hum (01)	02.06.2015	RH13-0083
Rita Fiamoncini Valcanaia	Professor	Hum (01)	18.06.2015	RH04-0083
Sabrina Lippel Cristofolini	Professor	Hum (01)	30.06.2015	RH15-0129
Sonia Simone Sdrigotti	Professor	Hum (01)	17.07.2015	RH12-0048
Vanessa Carla Cristofolini Raduenz	Professor	Meio (1/2)	06.07.2015	RH10-0125
Zelinda Kinder	Auxiliar Operacional	Hum (01)	03.07.2015	RH14-0165

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo

Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de Julho de 2015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-D1109, DE 30 DE JULHO DE 2.015

PORTARIA No SEMFA-D1109, de 30 de Julho de 2.015

Concede Promoção por Qualificação para servidores da Secretaria Municipal de Saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98,

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, aos Servidores ocupantes de cargos efetivos, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Fernanda Vicenzi Pavan	GP-71	GP-76	01.06.2015	RH13-0063
Michele de Almeida Alves	GP-76	GP-78	19.06.2015	RH11-0257

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de Julho de 2.015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-D1110, DE 30 DE JULHO DE 2.015

PORTARIA No SEMFA-D1110, de 30 de Julho de 2.015

Concede Promoção por Qualificação para servidoras ocupantes de cargos efetivos de Educadora Infantil.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 17 a 19 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98, alterada pelas Leis Complementares nº 162, de 17 de dezembro de 1999, e nº 266, de 28 de abril de 2004, resolve:

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO, às Servidoras ocupantes de cargos efetivos de Educadoras Infantis, lotadas na Secretaria Municipal de Educação – Educação Infantil, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Anderlise Regina Koglin Moser	D-31	D-32	30.06.2015	RH07-0331
Cresta Koehler Berri	D-38	D-39	18.06.2015	RH02-266a
Jaci Maria Dalpiaz Nardelli	B-36	B-37	01.06.2015	RH02-615

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de Julho de 2.015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-D01097 DE 17 DE JULHO DE 2015

PORTARIA Nº SEMFA-D01097 de 17 de julho de 2015

Concede Auxílio Escolar à servidora da Secretaria Municipal de Fazenda e Administração, referente ao 2º semestre de 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder Auxílio Escolar Com base no artigo 66, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pelas Leis Complementares nº 110, de 16/04/97, e nº 139, de 02/07/98, regulamentado pelos Decretos nº 89, de 11/08/98, e nº 02, de 25/01/99,

- à servidora da Secretaria Municipal de Fazenda e Administração, referente ao Segundo semestre de 2015 - matrícula e mensalidades, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Curso/Semestre	% de Auxílio	Processo
Alexandra Horst Lemes	História – 6º semestre – FURB	40%	RH13-0197

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de julho de 2014; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-D1093 DE 13 DE JULHO DE 2015

PORTARIA Nº SEMFA-D1093 de 13 de julho de 2015

Concede Auxílio Escolar à servidora da Secretaria Municipal de Educação, referente ao 2º semestre de 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder Auxílio Escolar Com base no artigo 66, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pelas Leis Complementares nº 110, de 16/04/97, e nº 139, de 02/07/98, regulamentado pelos Decretos nº 89, de 11/08/98, e nº 02, de 25/01/99,

- À servidora da Secretaria Municipal de Educação, referente ao Segundo semestre de 2015 - matrícula e mensalidades, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Curso/Semestre	% de Auxílio	Processo
Neusi Crista Ewald	Pedagogia – 1º semestre – UNIASSELVI- EAD	80%	RH15-0134

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-D1096, DE 15 DE JULHO DE 2015.

PORTARIA Nº SEMFA-D1096, de 15 de julho de 2015.

Concede Licença Prêmio à servidora Fabiana de Fátima Santos.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora FABIANA DE FÁTIMA SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 07.07.2008 a 06.07.2013, por trinta dias (20.07.2015 à 18.08.2015), conforme Processo RH15-0136.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo

Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-D1098, DE 20 DE JULHO DE 2015

PORTARIA Nº SEMFA-D1098, de 20 de julho de 2015

Concede Licença Prêmio à servidora Luciana Butzke Marconcini.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora LUCIANA BUTZKE MARCONCINI, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 05.03.2007 a 04.03.2012, por trinta dias (05.10.2015 à 03.11.2015), conforme Processo RH13-0036.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-D1099, DE 20 DE JULHO DE 2015

PORTARIA Nº SEMFA-D1099, de 20 de julho de 2015

Concede Licença Prêmio à servidora Mariana Loppnow Stein.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora MARIANA LOPPNOW STEIN, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 01.09.2006 a 31.08.2011, por trinta dias (03.08.2015 à 01.09.2015), conforme Processo RH02-277.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-D1100, DE 21 DE JULHO DE 2015

PORTARIA Nº SEMFA-D1100, de 21 de julho de 2015
Concede Licença Prêmio à servidora Aracy Penz Köpsel.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora ARACY PENZ KÖPSEL, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 01.07.2004 a 30.06.2009, por trinta dias (03.08.2015 à 01.09.2015), conforme Processo RH11-0312.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1087, DE 07 DE JULHO DE 2015.

PORTARIA NºSEMFA-D1087, de 07 de julho de 2015.
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Marluce Francisca da Silva Arruda.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora MARLUCE FRANCISCA DA SILVA ARRUDA, ocupante do cargo de Atendente de Odontologia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 06.07.2015 à 22.08.2015, por quarenta e oito (48) dias, conforme Processo RH12-0050;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1088 DE 07 DE JULHO DE 2015.

PORTARIA NºSEMFA-D1088 de 07 de julho de 2015.
Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Valdomiro Souza Freitas.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor VALDOMIRO SOUZA FREITAS, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, por trinta e oito (38) dias, a contar de 04.07.2015 a 10.08.2015, conforme Processo RH15-0118;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 19.06.2015 à 03.07.2015 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 04.07.2015 à 10.08.2015 (38 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1089 DE 08 DE JULHO DE 2015.

PORTARIA NºSEMFA-D1089 de 08 de Julho de 2015.
Concede Abono de Permanência a servidora Sulinha Baumler Colombo .

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 40 §19 da CF/88 c/c art. 2º, §5º, da EC 41/2003;

RESOLVE:

Art 1º Conceder Abono de Permanência a servidora Sulinha Baumler Colombo, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01.07.2015, conforme Processo TIMBOPREV-045/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de Julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1090 DE 09 DE JULHO DE 2015.

PORTARIA NºSEMFA-D1090 de 09 de julho de 2015.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Sirlei Gonçalves de Oliveira.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora SIRLEI GONÇALVES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por setenta e sete (77) dias, a contar de 14.07 a 28.09.2015, conforme Processo RH06-0147;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 29.06.2015 à 13.07.2015 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 14.07.2015 à 28.09.2015 (77 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1091 DE 09 DE JULHO DE 2015.

PORTARIA NºSEMFA-D1091 de 09 de julho de 2015.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Dayse Fabiana Borchardt.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora Dayse Fabiana Borchardt, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação conforme Processo RH12-0060;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 06.07.2015 à 20.07.2015 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 21.07.2015 à 05.08.2015 (16 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1092 DE 10 DE JULHO DE 2015.

PORTARIA NºSEMFA-D1092 de 10 de julho de 2015.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Aloísio Ropelatto.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor ALOÍSIO ROPELATTO, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Educação conforme Processo RH15-0133;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 30.06.2015 à 14.07.2015 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 15.07.2015 à 25.07.2015 (11 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1101 DE 27 DE JULHO DE 2015.

PORTARIA NºSEMFA-D1101 de 27 de julho de 2015.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Dilorme Fistarol.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora DILORME FISTAROL, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme Processo RH06-0371;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 08.06.2015 à 22.06.2015 (15 dias) e 23.06.2015 à 07.07.2015 (15 dias) somando 30 dias e a título de auxílio-doença, sendo a

remuneração também equivalente a de contribuição 22.07.2015 à 07.08.2015 (17 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1102 DE 28 DE JULHO DE 2015.

PORTARIA NºSEMFA-D1102 de 28 de julho de 2015.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Gracielle Bell.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora GRACIELLE BELL, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH07-0079;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 09.07.2015 à 23.07.2015 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 24.07.2015 à 09.08.2015 (17 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1103 DE 29 DE JULHO DE 2015.

PORTARIA NºSEMFA-D1103 de 29 de julho de 2015.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Vivian Weege Meyer.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora VIVIAN WEEGE MEYER, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por trinta e dois (32) dias, a contar de 28.07.2015 a 28.08.2015, conforme Processo RH06-0382;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 13.07.2015 à 27.07.2015 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 28.07.2015 à 28.08.2015 (32 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1105 DE 30 DE JULHO DE 2015.

PORTARIA NºSEMFA-D1105 de 30 de julho de 2015.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Haroldo Sasse.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor HAROLD0 SASSE, ocupante do cargo de Operador de Máquina, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, por setenta e oito (78) dias, a contar de 19.07.2015 a 04.10.2015, conforme Processo RH03-0170;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 04.07.2015 à 18.07.2015 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 19.07.2015 à 04.10.2015 (78 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Trombudo Central

PREFEITURA

323/2015

PORTARIA 323/2015 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VII, do Art. 52 da Lei Orgânica do município e, pela Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000.

CONSIDERANDO: o Decreto 102/12 de 03 de Dezembro de 2012;

CONSIDERANDO: o Decreto 117/13 de 13 de Novembro de 2013;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDE progressão funcional a servidora pública municipal Sra. NEUZA JEREMIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, da classe "A" para a classe "B", a partir do mês de agosto de 2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 25 de agosto de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

Tunápolis

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N. 95/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA AUTO POSTO CANARINHO LTDA.

SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 95/2014

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N. 95/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA AUTO POSTO CANARINHO LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. Enoi Scherer, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Tunápolis, SC, portador do CPF n. 656.321.769-91, e de outro lado a empresa Auto Posto Canarinho Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 83.523.407/0001-20, estabelecida na Rua Caaro, 110 – Centro, no Município de Tunápolis - SC, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar a ata de registro de preços do pregão presencial 95/2014.

Considerando a ata de registro de preços do Pregão Presencial nº 94/2014 da PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, celebrado em 02 de janeiro 2015, proveniente do Processo Licitatório nº 131/2014, em que consta como objeto a contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis (exceto os pertencentes ao Fundo Municipal da Saúde).

Considerando que o valor do preço unitário do óleo diesel comum, óleo diesel S10 e do Etanol sofreram reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao fornecedor, conforme edital do processo de licitação nº 131/2014.

Considerando que o fornecedor apresentou as notas fiscais da compra dos combustíveis comprovando desta forma alteração nos preços dos combustíveis.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta da aquisição dos combustíveis fornecidos pela ata de registro de preços celebrado com a empresa AUTO POSTO CANARINHO LTDA, empresa esta denominada como CONTRATADA, têm as partes entre si justo e acordado os termos seguintes:

Cláusula Primeira- DO VALOR REDUÇÃO:

A presente ata de registro de preços fica reduzido o valor de R\$ 0,32 (trinta e dois centavos) no Etanol, considerando que houve redução do valor conforme documentos fiscais anexos comprovando o aumento.

Descrição valor R\$

Atual Valor R\$

Especificação do objeto	Valor Atual R\$	Valor ajustado(redução) R\$
Etanol	2,75	2,43

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 09 de fevereiro de 2015

ENOI SCHERER

Auto Posto Canarinho Ltda

Prefeito Municipal

Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259-60

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 17/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2014

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 17/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, inscrita no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, aqui representado pelo Sr. Volmir Pedro Lawisch Prefeito Municipal em exercício, e de outro lado, empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. estabelecida na Avenida das Nações Unidas, na cidade e Município de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 61.074.175/0001-38, representada neste ato pelo representante legal Sr. Ricardo De Almeida, brasileiro, portador do CPF n. 046.872.159-20 e CI n. 8.633.3830, e doravante denominado CONTRATADA, resolvem aditiva o contrato que tem por objeto a "contratação de seguros para veículos da Prefeitura Municipal de Tunápolis, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial de nº 07/2014 de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais.

Cláusula Primeira VALOR:

fICA aditivado o valor de R\$ 270,76(duzentos e setenta e seis reais e setenta e seis centavos) referente inclusão e alterações de coberturas dos veículos Renault Master Minibus 16 passageiros placa MFW-7896, e Marcopolo Volare 25 Passageiros Placa MHW-2540, do Transporte Escolar, esses valores foram alterados e inclusos no contrato original, uma vez que essas são as coberturas exigidas pelo DETER.

Cláusula Segunda As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o

presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis – SC, 26 de Agosto de 2015.

Enoi Scherer MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A
Prefeito Municipal Contratada

Vianeí Hammerschmitt
Secretário Municipal da Educação Cultura e Esportes

Testemunhas:

1) _____	2) _____
Cleverson Inácio Kerkoff	Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34	CPF: 020.226.259-60

CHAMADA PÚBLICA 02.2015 AGRICULTURA FAMILIAR

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS
CHAMADA PÚBLICA

O Prefeito de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de prerrogativas legais e considerando o disposto no art.14, da Lei nº 11.947/2009 e na Resolução FNDE nº26/2013, através da Secretaria Municipal de Educação, vem realizar CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADO AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, durante o segundo período de 2015. A recepção da documentação para Habilitação e a entrega dos projetos da venda e a abertura dos envelopes acontecerá no dia 28/09/2015 às 9h no setor de compras e licitações. Maiores informações pelo telefone (0xx49) 36321122. Os interessados poderão adquirir cópia integral do edital no Setor de Compras, na Rua João Castilho nº111, Tunápolis, SC, nos horários : 7:30 às 11:30 e 13:30 às 17:30 de segunda a sexta feira.

Tunápolis, 26 de agosto de 2015
Enoi Scherer
Prefeito Municipal.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 99/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 99/2015
Edital de Pregão Presencial nº 77/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por ITEM que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Elaboração de Diagnóstico Sócio-ambiental para esta Municipalidade. Entrega das propostas até às 14h30 do dia 10/09/2015. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 26 de agosto de 2015.
Enoi Scherer
PREFEITO MUNICIPAL

Urussanga

PREFEITURA

AVISO PRORROGAÇÃO TP 06/2015/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

AVISO DE PRORROGAÇÃO DA DATA DE ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES REF TOMADA DE PREÇOS 06/2015/PMU

Objeto: material e serviços para confecção e instalação de placas na Avenida Longarone. Nova data de entrega: até às 10h do dia 15/09/2015. Nova data de abertura dos envelopes: as 10h do dia 15/09/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Centro - Setor de Licitações. Novo edital deverá ser retirado nesta municipalidade ou solicitado no e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (48) 3465-1188

ROSANE ZATTA.Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO N. 207/2015/FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 207/2015/FMAS

Processo de Licitação: 04/2015/FMAS

Data de Assinatura: 26/08/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMAS

Contratado: IMOBILIARIA E EMPREENDIMENTOS SERAFIN LTDA

CNPJ/CPF: 81.369.878/0001-09

Objeto: locação de imóvel para funcionamento de CREAS.

Valor Global: R\$ 3.060,00

EXTRATO DE CONTRATO N. 208/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 208/2015

Processo de Licitação: 46/2015

Data de Assinatura: 26/08/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: BENEDETA AUTO CAR LTDA ME

CNPJ/CPF: 09.486.456/0001-88

Objeto: fornecimento e serviços para manutenção veículo MFV-6934

Valor Global: R\$ 8.033,00

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATOS DE CONTRATOS DE Nº 141/2015 A Nº 144/2015

Extratos de contratos de nº 141/2015 a nº 144/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: TUPY PRE MOLDADOS LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de tubos de concreto para águas pluviais.

VALOR: R\$ 50.470,00 (cinquenta mil quatrocentos e setenta reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, modalidade convite nº12/2015, Processo Licitatório 61/2015 e Contrato nº 141/2015.

Vargeão, SC, 28 de agosto de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ADEVAL BIKE PAPELARIA E BAZER LTDA - EPP

OBJETO: Aquisição de brinquedos destinados aos alunos das escolas da rede Municipal de ensino do Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 5.938,30 (cinco mil novecentos e trinta e oito reais e trinta centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão 39/2015, processo licitatório 58/2015 e Contrato nº 142/2015.

Vargeão, SC, 28 de agosto de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES & CIA LTDA - ME

OBJETO: Aquisição de brinquedos destinados aos alunos das escolas da rede Municipal de ensino do Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 8.862,05 (oito mil oitocentos e sessenta e dois reais e cinco centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão 39/2015, processo licitatório 58/2015 e Contrato nº 143/2015.

Vargeão, SC, 28 de agosto de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: KLEIN LIVROS E JOGOS EDUCATIVOS LTDA.

OBJETO: Aquisição de brinquedos destinados aos alunos das escolas da rede Municipal de ensino do Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 3.131,70 (três mil cento e trinta e um reais e setenta centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão 39/2015, processo licitatório 58/2015 e Contrato nº 144/2015.

Vargeão, SC, 28 de agosto de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.328/15

DECRETO Nº 12.328/15, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.
Exonera Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 31, §4º, da Lei Complementar nº 129/12, e no Processo Administrativo n.14479/2015,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, ALAN PARIZZOTO, Professor – Área de Atuação: Educação Física Ensino Infantil e Fundamental, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, nomeado pelo Decreto nº 11.399/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 25 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.329/15

DECRETO Nº 12.329/15 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.185/14, de 10 de dezembro de 2014.
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura	
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
1.017 – Terminal Urbano	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	418.012,80
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0000 – Aplicações Diretas	331.987,20
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	750.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do excesso de arrecadação do exercício corrente no valor de R\$ 418.012,80 (quatrocentos e dezoito mil, doze reais e oitenta centavos) e por conta do superávit financeiro do exercício de 2014 no valor de R\$ 331.987,20 (trezentos e trinta e um mil, novecentos e oitenta e sete reais e vinte centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições

em contrário.

Videira, 25 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.331/15

DECRETO Nº 12.331/15, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.
Nomeia Técnico em Vigilância Sanitária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, GREICI BERGAMO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Vigilância Sanitária, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.332/15

DECRETO Nº 12.332/15, DE 25 DE AGOSTO DE 2015
Nomeia os membros da Mesa Diretora e da Secretaria do Conselho Municipal de Saneamento Básico - CONSAVI, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 064/08 e alterações e, no Decreto nº 8.962/08,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados, para integrar a Secretaria e a Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saneamento Básico - CONSAVI, os seguintes membros:

I - Presidente: CELSO DA SILVA

II - Vice-presidente: LEONARDO BOM GUSE

III - Secretário: DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 9.235/09.

Videira, 25 de agosto de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.333/15

DECRETO Nº 12.333/15, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.
Nomeia Médico Psiquiatra

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MAYCON JOSÉ PALOSCHI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2015, homologado em 20 de julho de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Psiquiatra, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 20 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 12.305/15.

Videira, 26 de agosto de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.334/15

DECRETO Nº 12.334/15, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.
Nomeia Médico Ginecologista Obstetra

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, DANIEL MACHADO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2015, homologado em 20 de julho de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Ginecologista Obstetra, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 20 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 12.306/15.

Videira, 26 de agosto de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.335/15

DECRETO Nº 12.335/15, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.
Nomeia Médico Ginecologista Obstetra

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, RODRIGO BORSATTI NEVES DA FONTOURA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2015, homologado em 20 de julho de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Ginecologista Obstetra, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 20 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 12.308/15.

Videira, 26 de agosto de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO

Extrato de Termo de Doação
DONATÁRIO: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina
CNPJ: 83.931.550/0001-51
DOADORA: Município de Videira
CNPJ: 83.039.842/0001-84
OBJETO: Um veículo marca Mercedes Benz, modelo Sprinter 515 CDI F54E, tipo furgão, combustível diesel, cor branca, ano de fabricação/modelo 2015/2016, chassi nº 8AC906657GE107910.

Videira, 30 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

CLAUDIO GOMES
Coronel PM Diretor de Apoio Logístico e Finanças da PMSC

PORTARIA Nº 0634/15

PORTARIA nº 0634/15

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 2369/10, e a vista do que consta no Mem 090/15 DEPLD, do Departamento Pessoal;

RESOLVE

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora SIMIONE DOS REIS BAZZAN, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 24 de agosto de 2015 até 21 de dezembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 24 de agosto de 2015.

Videira, 25 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0635/15

PORTARIA nº 0635/15

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 14345/2015,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor ISMAEL DE LARA, Auxiliar Operacional, de 05 de outubro de 2015 até 05 de janeiro de 2016, referente ao quinquênio de 14 de agosto de 2009 até 13 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 05 de outubro de 2015.

Videira, 25 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0636/15

PORTARIA nº 0636/15

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 14539/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º Designar os(as) servidores(as), MIRIAM PASTORE VIECELLI, JULIANE MARIA COLLE WARTHA e LEANDRO ANTONIO DAL PIZZOL para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 13977/2015.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0637/15

PORTARIA nº 0637/15

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 14.447/2015;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, pelo SICOOB Videira, no dia 17 de outubro de 2015, para a realização de mobilização com o objetivo de comemorar o Dia Internacional do Cooperativismo de Crédito 2015.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente

autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;

g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casuística sobre os participantes do referido evento, ficando a empresa De Marco Renault inteiramente responsável pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2015-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

JULGAMENTO DO RECURSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2015-PMV

O Sr. Prefeito Municipal de Videira torna público o julgamento do recurso interposto pela empresa J.A. SONORIZAÇÃO LTDA. - ME no processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE SISTEMA DE SOM, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDAS, CONFECÇÕES DE FAIXAS E BANNERS E LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA OS EVENTOS RELACIONADOS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS CULTURAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, o qual foi conhecido e, no mérito, julgado PROCEDENTE, mantendo-se o cancelamento do item 01.

Videira, 26 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 142/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 142/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 142/2015 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA PARA USO NAS AULAS DE DESENHO, DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 21/09/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 26 de Agosto 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 143/2015 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS, DE FORMA PARCELADA, PARA LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS PARA SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 18/09/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 26 de Agosto 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2015

CONCEDE DIPLOMA LEGISLATIVO DE MÉRITO SOCIAL AO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA – CRA-SC.

O Presidente, interino, da Câmara Municipal de Videira – Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Videira – SC, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º É concedido nos termos do inciso I do § 2º do Artigo 46 da Lei Orgânica Municipal e, do inciso IV do artigo 156 do Regimento Interno desta Casa o diploma Legislativo de Mérito Social ao Conselho Regional de Administração de Santa Catarina – CRA-SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2015

JACSON DARCI LOCATELLI

Presidente Interino

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI

1º Secretário

Vitor Meireles

PREFEITURA

PORTARIA Nº 192/2015

PORTARIANº 192/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve REDUZIR CARGA HORÁRIA:

de acordo com o Artigo 27, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: AMANDA BOGO

Cargo: PROFESSOR NÍVEL I – ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário – ACT, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria 184/2015, de 11 de agosto de 2015, passando de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a partir de 24 de agosto de 2015. A diminuição de 20 (vinte) horas da carga horária se dá pelo término do contrato de substituição ao servidor OSMAR HOBOLD.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 24 de agosto de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 26 DE AGOSTO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 193/2015

PORTARIANº 193/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve REDUZIR CARGA HORÁRIA:

de acordo com o Artigo 27, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: JANAINA PRISCILA DAROLT FRANCISCO

Cargo: PROFESSOR NÍVEL I – ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário – ACT, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria 054/2015, de 12 de março de 2015, passando de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a partir de 24 de agosto de 2015. A diminuição de 20 (vinte) horas da carga horária se dá pelo término do contrato de substituição ao servidor OSMAR HOBOLD. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 24 de agosto de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 26 DE AGOSTO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

PORTARIA Nº RH AJG 175/2015

PORTARIA Nº RH-AJG 175/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09. RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 24.08.2015 a 22.09.2015, a Servidora Pública Municipal Senhora NEIVA LUCIA PIASSESKI, nacionalidade brasileira, separada judicialmente, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - SC. portador (a) da CI nº 1.785.386-9 e CPF Nº 660.168.439-20, nomeada conforme Decreto nº AM 023/07 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 3109/2015, datado de 25.08.2015.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

22.05.2009 até 21.05.2012 (27 dias).

22.05.2012 até 21.05.2015 (03 dias).

Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 24.08.2015. Revogam-se as disposições em contrário.

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 25 de Agosto de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH AJG 176/2015

PORTARIA Nº RH-AJG 176/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09. RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 08.09.2015 a 07.10.2015, a Servidora Pública Municipal Senhora CLEUSA SPADOTTO, nacionalidade brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - SC. portadora da CI nº 1.783.832 e CPF Nº 526.284.269-00, nomeada conforme Decreto nº AM 098/07 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO CRECHE, com 40 (quarenta) horas semanais vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 3112/2015, datado de 26.08.2015.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

19.03.2007 até 22.05.2009 (13 dias).

08.06.2009 até 07.06.2012 (17 dias).

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 26 de Agosto de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH AJG 177/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 177/2015

ALTERAR CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, e Lei Complementar nº BLB 3.376/2011 artigo 33.

RESOLVE

ALTERAR CARGA HORÁRIA de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, por período indeterminado do Servidor Público Municipal Sr CARLOS MARTARELLO, portador da CI nº 1.692.520 e CPF nº 511.833.319-91 nacionalidade brasileira, estado civil casado, residente e domiciliado neste município de Xanxerê – SC. Nomeado conforme Decreto nº AM 094/03 no cargo de PROFESSOR MODALIDADE ESPORTIVA NÍVEL FUNDAMENTAL MÉDIO, lotado na Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer.

O deferimento atende ao requerimento datado de 23.07.2015.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta alteração da carga horária, serão utilizados recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 26 de Agosto de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH AJG 178/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 178/2015

DESIGNAR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR ATIVIDADES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei HW 1.776/91.

RESOLVE

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal a Sra. SANDRA LARITA ZANDONÁ BAVARESCO, brasileira, solteira, residente e domiciliada, nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora da CI nº 17/R 1.239.042 e CPF nº 534.602.439-53, nomeada conforme Decreto nº JB 94/94, para o cargo de PROFESSORA EDUCAÇÃO FÍSICA, com 20 (vinte) horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, para desempenhar suas atividades no NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) vinculada a Secretaria Municipal de Saúde.

Determinar que esta designação vigore a partir desta data por prazo indeterminado.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 26 de Agosto de 2015.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH AJG 179/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 179/2015

REVOGAR A PORTARIA Nº RH-AJG 397/2013 QUE DESIGNAVA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR ATRIBUIÇÕES JUNTO SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006.

RESOLVE

REVOGAR a Portaria nº RH-AJG 397/2013, que designava a Servidora Pública Municipal, para desempenhar atribuições junto a Secretaria Municipal de Educação a Sra. ALVANEVE FÁTIMA MORETTO, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 2.468.415 e CPF nº 777.863.009-53, nomeada conforme Decreto nº AM 024/07 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO com 20 (vinte) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente a Portaria nº RH-AJG 397/2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 26 de Agosto de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PROCESSO 007/2015 PR 003/2015

EXTRATO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO 007/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015

A Câmara Municipal de XANXERE SC torna público que realizará licitação, na mod. PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS tipo menor preço global, para contratação de empresa especializada para fornecimento e locação de equipamentos para implementação de ação integrada denominada “CÂMARA NA COMUNIDADE”, que ocorrerá em âmbito externo da Sede da Câmara de Vereadores de Xanxerê no ano de 2015, sequência 2016. A licitação ocorrerá no dia 09 de setembro de 2015, às 15:15 hrs na sede da Câmara, situada à Rua Rui Barbosa 238, Centro-Xanxerê SC. As empresas interessadas poderão retirar o edital e seus anexos e/ou obter maiores informações no endereço citado acima, pelo fone 3433-0648 ou pelo site www.camaraxanxere.sc.gov.br.

Xanxerê SC, 26 de Agosto de 2015.

Wilson Martins dos Santos,

Presidente Câmara Municipal de vereadores.

Xavantina

PREFEITURA

CONTRATO Nº 063/2015 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: AGÊNCIA TRILHA PUBLICIDADE E PROPAGANDA ME.

Número do Contrato: 063/2015 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE PUBLICIDADE AO FUNDO E DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO §1º DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, LEI FEDERAL 12.232/2010.

Data da Assinatura: 26/08/2015.

Validade: 31/12/2015.

Retomada dos Serviços.

PP 32/2015 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2015 PMXV

Objeto: Contratação Exclusiva de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte objetivando a aquisição de tanque distribuidor para colocação em Caminhão Mercedes placas MAM6009, ano/modelo 1989/1990, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 09/09/2015.

Abertura: dia 09/09/2015, às 09:00 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 27 de agosto de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO,

Prefeito Municipal.

Xaxim

PREFEITURA

DECRETO 239

DECRETO Nº0239/2015

DECLARA EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA AS ÁREAS RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE XAXIM AFETADAS POR CHUVA ALÉM DA NORMALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM – ESTADO DE SANTA CATARINA, Sr. Idacir Antonio Orso, usando das atribuições que lhes confere o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal de Xaxim, com fundamento nas Lei Federal nº 12.608/2012, Decreto Federal nº 7.257/2010, e na Instrução Normativa nº 1, de 24.08.2012, do Ministério da Integração Nacional e,

CONSIDERANDO os fenômenos naturais, quais sejam, chuvas torrenciais, ventos fortes e granizo ocorridos entre a tarde do dia 13 de julho de 2015 e manhã do dia 14 de julho, que causou danos e prejuízos em todo o Município;

CONSIDERANDO que, devido às fortes chuvas, houve alagamento em pelo menos 7 (sete) bairros do Município, impedindo o trânsito de veículos, inundando casas, deixando pessoas ilhadas, desabrigadas e desabrigadas, sendo necessário removê-las à local seguro até que as condições meteorológicas apresentem melhora;

CONSIDERANDO que, no interior, houve o desmoronamento de encostas, queda de árvores, vias restaram amplamente prejudicadas (praticamente intransitáveis) e pontes foram destruídas em virtude das fortes correntezas dos rios;

CONSIDERANDO que tal anormalidade, exige do Poder Público municipal, a adoção de medidas para restabelecer a normalidade;

CONSIDERANDO que, concorreram como critérios agravantes da situação de anormalidade, o grau de vulnerabilidade de parte da população afetada e pela limitação da estrutura da defesa civil, para fazer frente ao evento de difícil previsibilidade;

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer uma situação jurídica especial que permita o atendimento às necessidades temporárias de excepcional interesse público, voltadas à reabilitação do cenário e cidadãos atingidos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a existência de situação anormal provocada por fenômeno natural, caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo Único. A situação de anormalidade abrange as áreas rural e urbana do Município em razão dos expressivos danos ocorridos e que deverão ainda ser levantados pela Defesa Civil através do Formulário de Informações de Desastre, a ser encaminhado ao Departamento Estadual de Defesa Civil.

Art. 2º. A mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, estará sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, mediante Plano Emergencial de Resposta.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao evento.

Art. 4º. Autoriza-se e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada, a serem coordenadas pela

Secretaria de Assistência Social e o COMDEC.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do art. 5º da Constituição da República, ficam as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres autorizados, e em caso de risco iminente, a:

I – adentrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II – usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares.

Art. 6º. De acordo com o inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando a urgência da situação vigente, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao evento, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos danos, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 90 (noventa) consecutivos e ininterruptos, contados a partir da sua caracterização, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Xaxim, 14 de julho de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra

Luís Antônio Cipriani

OAB/SC 35.698 – Sub-procurador-geral

DECRETO Nº 276/2015 DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DO DECRETO Nº 199/2015, O QUAL DISPÕE QUANTO AO PROCEDIMENTO A SER ADOTADO NO CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, EM VIRTUDE DA SUPERLOTAÇÃO EXISTENTE E DOS TÚMULOS ABANDONADOS OU EM RUÍNAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 276/2015

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DO DECRETO Nº 199/2015, O QUAL DISPÕE QUANTO AO PROCEDIMENTO A SER ADOTADO NO CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, EM VIRTUDE DA SUPERLOTAÇÃO EXISTENTE E DOS TÚMULOS ABANDONADOS OU EM RUÍNAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme dispõe a Lei Orgânica, Lei Federal nº 8.212/91, Decreto Federal nº 3.048/1999, e:

CONSIDERANDO a necessidade de prazo maior para a consecução dos objetivos do Decreto nº 199/2015:

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado por 60 (sessenta) dias o prazo previsto no artigo 4º do Decreto Municipal nº 199/2015, de 1º de junho de 2015.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 2 de agosto de 2015, revogam-se as disposições em contrário.

Xaxim, 26 de agosto de 2015.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

Fábio José Dal Magro

OAB/SC 20.041 – Procurador-geral

LEI Nº 4105/2015, DE 10 DE AGOSTO DE 2015. APROVA PARCELAMENTO DO SOLO DENOMINADO LOTEAMENTO IMPÉRIO DO SOL

LEI Nº 4105/2015, de 10 de Agosto de 2015.

Aprova Parcelamento do Solo Denominado Loteamento Império do Sol

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o LOTEAMENTO IMPÉRIO DO SOL, com área total de 242.000,00 m² (duzentos e quarenta e dois mil metros quadrados), matrícula nº 23.288, no cartório de Registro de Imóveis de Xaxim, de propriedade de TMD Empreendimentos SPE LTDA, CNPJ sob o nº 21.317808/0001-77, ficando assim constituído:

MEMORIAL DESCRITIVO

Este MEMORIAL DESCRITIVO consta a descrição do projeto do LOTEAMENTO URBANO IMPÉRIO DO SOL, localizado no Bairro Chagas, com área total de 242.000,00m², nesta cidade de Xaxim (SC), matriculado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 23.288, conforme planta, RRT e matrícula em anexo, de propriedade de TMD EMPREENDIMENTOS SPE LTDA.

CONFRONTAÇÕES CONFORME A MATRÍCULA (SITUAÇÃO ATUAL):

Inicia-se no marco M1, seguindo, em sentido horário, com azimuth de 139°16'25" e distância de 70,86 metros, confrontando com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10, de Nelci Terezinha Varnier Matiello e outros (matrícula nº383), até o marco M2; deste segue com azimuth de 138°50'09" e distância de 212,02 metros, confrontando com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10, de Nelci Terezinha Varnier Matiello e outros (matrícula nº383), até o marco M3; deste segue com azimuth de 139°10'17" e distância de 100,98 metros, confrontando com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10, de Nelci Terezinha Varnier Matiello e outros (matrícula nº383), até o marco M4; deste segue com azimuth de 226°43'09" e distância de 43,18 metros, confrontando com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10, de Nelci Terezinha Varnier Matiello e outros (matrícula nº383), até o marco M5; deste segue com azimuth de 227°16'47" e distância de 41,74 metros, confrontando com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10, de Nelci Terezinha Varnier Matiello e outros (matrícula nº383), até o marco M6; deste segue com azimuth de 139°31'52" e distância de 256,01 metros, confrontando com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10, de Nelci Terezinha Varnier Matiello e outros (matrícula nº383), até o marco M7; deste segue com azimuth de 138°54'30" e distância de 241,12 metros, confrontando com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10, de Nelci Terezinha Varnier Matiello e outros

(matrícula nº383), até o marco M8; deste segue com azimuth de 228°00'11" e distância de 51,843 metros, confrontando com o terreno rural de Roselane Cristina Folle (matrícula nº16.052), até o marco M9; deste segue com azimuth de 228°00'11" e distância de 241,999 metros, confrontando com o terreno rural de Claudenir Antonio Topazio e outra (matrícula nº17.935), até o marco M10; deste segue com azimuth de 325°41'15" e distância de 197,92 metros, confrontando com o terreno rural de Luciane Batista Piana (matrícula nº18.774), até o marco M11; deste segue com azimuth de 328°10'55" e distância de 130,83 metros, confrontando com o lote urbano "A", de Engecasta Incorporadora e Empreendimentos Ltda (matrícula nº21.988), até o marco M12; deste segue com azimuth de 328°14'29" e distância de 536,05 metros, confrontando com parte dos lotes rurais nºs 11 e 12, de Luiz Roberto Teston e outros (matrícula nº21.336), até o marco M13; deste segue com azimuth de 328°14'29" e distância de 6,07 metros, confrontando com a Rua Anselmo Gasparotto, até o marco M14; deste segue com azimuth de 328°14'29" e distância de 82,03 metros, em linha quebrada, confrontando com o lote urbano nº8 da quadra nº587, de Incorporadora Xaxim Ltda-EPP (matrícula nº21.792), com o lote urbano nº7, da quadra nº587, de Incorporadora Xaxim Ltda-EPP (matrícula nº21.791), com o lote urbano nº6, da quadra nº587, de Incorporadora Xaxim Ltda-EPP (matrícula nº21.790), com o lote urbano nº5, da quadra nº587, de Incorporadora Xaxim Ltda-EPP (matrícula nº21.789), com o lote urbano nº4, da quadra nº587, de Incorporadora Xaxim Ltda-EPP (matrícula nº21.788), com o lote urbano nº3, da quadra nº587, de Incorporadora Xaxim Ltda-EPP (matrícula nº21.787), com o lote urbano nº2, da quadra nº587, de Incorporadora Xaxim Ltda-EPP (matrícula nº21.786), e com o lote urbano nº1, da quadra nº587, de Incorporadora Xaxim Ltda-EPP (matrícula nº21.785), até o marco M15; deste segue por uma linha sinuosa, com distância de 80,89 metros, confrontando com a Rua Santa Catarina até o marco M16; deste segue por uma linha sinuosa, com distância de 162,66 metros, confrontando com a Rua Rio Grande, até o marco M1, ponto inicial desta descrição.

CONFRONTAÇÕES CONFORME A SITUAÇÃO PROPOSTA DO LOTEAMENTO:

Quadra 795 com área de 5.403,48m² e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 01 da quadra 795 com área de 753,33m² (setecentos e cinquenta e três metros e trinta e três centímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Santa Catarina e a sua descrição:
NORDESTE = com o lote nº 02, na extensão de 45,49 metros;
SUDESTE = com parte do lote nº 11, na extensão de 16,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 01 de matrícula nº 21.785, na extensão de 7,09 metros, mais com o lote nº 02 de matrícula nº 21.786, na extensão de 10,00 metros, mais com o lote nº 03 de matrícula nº 21.787, na extensão de 10,00 metros, mais com o lote nº 04 de matrícula nº 21.788, na extensão de 10,00 metros, mais com o lote nº 05 de matrícula nº 21.789, na extensão de 10,00 metros e mais com parte do lote nº 06 de matrícula nº 21.790, na extensão de 1,53 metros, totalizando a extensão de 48,62 metros;
NOROESTE = com a Rua Santa Catarina, na extensão de 12,04 metros e na extensão de 4,26 metros.

Lote 02 da quadra 795 com área de 658,57m² (seiscentos e cinquenta e oito metros e cinquenta e sete centímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Santa Catarina e a sua descrição:
NORDESTE = com o lote nº 03, na extensão de 42,33 metros;
SUDESTE = com parte do lote nº 10, na extensão de 3,06 metros e mais com parte do lote nº 11, na extensão de 11,94 metros, totalizando a extensão de 15,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 01, na extensão de 45,49 metros;
NOROESTE = com a Rua Santa Catarina, na extensão de 15,23 metros e na extensão de 0,09 metros.

Lote 03 da quadra 795 com área de 613,72m² (seiscentos e treze metros e setenta e dois centímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Santa Catarina e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 04, na extensão de 15,50 metros, mais com o lote nº 05, na extensão de 12,00 metros e mais com o lote nº 06, na extensão de 12,00 metros, totalizando a extensão de 39,50 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 10, na extensão de 15,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 02, na extensão de 42,33 metros;

NOROESTE = com a Rua Santa Catarina, na extensão de 15,26 metros.

Lote 04 da quadra 795 com área de 345,71m² (trezentos e quarenta e cinco metros e setenta e um centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Santa Catarina com a Rua Affonso Primo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Affonso Primo Dalmolin, na extensão de 12,32 metros;

SUDESTE = com o lote nº 05, na extensão de 26,00 metros;

SUDOESTE = com parte do lote nº 03, na extensão de 15,50 metros;

NOROESTE = com a Rua Santa Catarina, na extensão de 11,51 metros, na extensão de 7,44 metros, na extensão de 5,49 metros e na extensão de 1,89 metros.

Lote 05 da quadra 795 com área de 312,00m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Affonso Primo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Affonso Primo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 06, na extensão de 26,00 metros;

SUDOESTE = com parte do lote nº 03, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 04, na extensão de 26,00 metros.

Lote 06 da quadra 795 com área de 312,00m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Affonso Primo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Affonso Primo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 07, na extensão de 26,00 metros;

SUDOESTE = com parte do lote nº 03, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 05, na extensão de 26,00 metros.

Lote 07 da quadra 795 com área de 312,00m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da Rua Affonso Primo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Affonso Primo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 08, na extensão de 14,00 metros e mais com o lote nº 09, na extensão de 12,00 metros, totalizando a extensão de 26,00 metros;

SUDOESTE = com parte do lote nº 10, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 06, na extensão de 26,00 metros.

Lote 08 da quadra 795 com área de 300,25m² (trezentos metros e vinte e cinco centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Anselmo Gasparotto com a Rua Affonso Primo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Affonso Primo Dalmolin, na extensão de 21,45 metros;

SUDESTE = com a Rua Anselmo Gasparotto, na extensão de 14,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 09, na extensão de 21,45 metros;

NOROESTE = com parte do lote nº 07, na extensão de 14,00 metros.

Lote 09 da quadra 795 com área de 257,36m² (duzentos e cinquenta e sete metros e trinta e seis centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Anselmo Gasparotto e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 08, na extensão de 21,45 metros;

SUDESTE = com a Rua Anselmo Gasparotto, na extensão de 12,00

metros;

SUDOESTE = com parte do lote nº 10, na extensão de 21,45 metros;

NOROESTE = com parte do lote nº 07, na extensão de 12,00 metros.

Lote 10 da quadra 795 com área de 604,08m² (seiscentos e quatro metros e oito centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Anselmo Gasparotto e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 07, na extensão de 12,00 metros e mais com o lote nº 09, na extensão de 21,45 metros, totalizando a extensão de 33,45 metros;

SUDESTE = com a Rua Anselmo Gasparotto, na extensão de 18,06 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 11, na extensão de 33,45 metros;

NOROESTE = com parte do lote nº 02, na extensão de 3,06 metros e mais com o lote nº 03, na extensão de 15,00 metros, totalizando a extensão de 18,06 metros.

Lote 11 da quadra 795 com área de 934,36 m² (novecentos e trinta e quatro metros e trinta e seis centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Anselmo Gasparotto e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 10, na extensão de 33,45 metros;

SUDESTE = com a Rua Anselmo Gasparotto, na extensão de 27,94 metros;

SUDOESTE = com parte do lote nº 06 de matrícula nº 21.790, na extensão de 8,50 metros, mais com o lote nº 07 de matrícula nº 21.791, na extensão de 10,00 metros e mais com o lote nº 08 de matrícula nº 21.792, na extensão de 14,95 metros, totalizando a extensão de 33,45 metros;

NOROESTE = com o lote nº 01, na extensão de 16,00 metros, mais com parte do lote nº 02, na extensão de 11,94 metros, totalizando a extensão de 27,94 metros.

TOTAL DA QUADRA 795 ÁREA: 5.403,48m² TOTAL DE LOTES: 11 Quadra 796 com área de 2.762,36m² e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 12 da quadra 796 com área de 290,34m² (duzentos e noventa metros e trinta e quatro centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Affonso Primo Dalmolin com a Rua Rio Grande e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 21, na extensão de 13,83 metros;

SUDESTE = com o lote nº 13, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Affonso Primo Dalmolin, na extensão de 15,14 metros;

NOROESTE = com a Rua Rio Grande, na extensão de 14,61 metros e na extensão de 5,44 metros.

Lote 13 da quadra 796 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Affonso Primo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 20, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 14, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Affonso Primo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 12, na extensão de 20,00 metros.

Lote 14 da quadra 796 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Affonso Primo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 19, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 15, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Affonso Primo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 13, na extensão de 20,00 metros.

Lote 15 da quadra 796 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Affonso Primo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 18, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 16, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Affonso Primo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 14, na extensão de 20,00 metros.
Lote 16 da quadra 796 com área de 385,42m² (trezentos e oitenta e cinco metros e quarenta e dois centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Anselmo Gasparotto com a Rua Affonso Primo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 17, na extensão de 19,27 metros;
SUDESTE = com a Rua Anselmo Gasparotto, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Affonso Primo Dalmolin, na extensão de 19,27 metros;

NOROESTE = com o lote nº 15, na extensão de 20,00 metros.

Lote 17 da quadra 796 com área de 385,42m² (trezentos e oitenta e cinco metros e quarenta e dois centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Anselmo Gasparotto com a Rua Luiz Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Luiz Francisco Dalmolin, na extensão de 19,27 metros;

SUDESTE = com a Rua Anselmo Gasparotto, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 16, na extensão de 19,27 metros;

NOROESTE = com o lote nº 18, na extensão de 20,00 metros.

Lote 18 da quadra 796 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Luiz Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Luiz Francisco Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 17, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 15, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 19, na extensão de 20,00 metros.

Lote 19 da quadra 796 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Luiz Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Luiz Francisco Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 18, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 14, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 20, na extensão de 20,00 metros.

Lote 20 da quadra 796 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Luiz Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Luiz Francisco Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 19, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 13, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 21, na extensão de 20,00 metros.

Lote 21 da quadra 796 com área de 261,18m² (duzentos e sessenta e um metros e dezoito centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Luiz Francisco Dalmolin com a Rua Rio Grande e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Luiz Francisco Dalmolin, na extensão de 12,25 metros;

SUDESTE = com o lote nº 20, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 12, na extensão de 13,83 metros;

NOROESTE = com a Rua Rio Grande, na extensão de 12,61 metros e na extensão de 7,45 metros.

TOTAL DA QUADRA 796 ÁREA: 2.762,36m² TOTAL DE LOTES: 10

Quadra 797 com área de 2.608,12m² e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 22 da quadra 797 com área de 275,08m² (duzentos e setenta e cinco metros e oito centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Luiz Francisco Dalmolin com a Rua Rio Grande e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 31, na extensão de 13,12 metros;

SUDESTE = com o lote nº 23, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Luiz Francisco Dalmolin, na extensão de 14,47 metros;

NOROESTE = com a Rua Rio Grande, na extensão de 9,89 metros e na extensão de 10,16 metros.

Lote 23 da quadra 797 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Luiz Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 30, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 24, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Luiz Francisco Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 22, na extensão de 20,00 metros.

Lote 24 da quadra 797 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Luiz Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 29, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 25, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Luiz Francisco Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 23, na extensão de 20,00 metros.

Lote 25 da quadra 797 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Luiz Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 28, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 26, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Luiz Francisco Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 24, na extensão de 20,00 metros.

Lote 26 da quadra 797 com área de 321,20m² (trezentos e vinte e um metros e vinte centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Luiz Francisco Dalmolin com a Rua Anselmo Gasparotto e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 27, na extensão de 16,06 metros;

SUDESTE = com a Rua Anselmo Gasparotto, na extensão de 20,00 metros

SUDOESTE = com a Rua Luiz Francisco Dalmolin, na extensão de 16,06 metros;

NOROESTE = com o lote nº 25, na extensão de 20,00 metros.

Lote 27 da quadra 797 com área de 321,20m² (trezentos e vinte e um metros e vinte centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Albino Teodoro Dalmolin com a Rua Anselmo Gasparotto e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 16,06 metros;

SUDESTE = com a Rua Anselmo Gasparotto, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 26, na extensão de 16,06 metros;

NOROESTE = com o lote nº 28, na extensão de 20,00 metros.

Lote 28 da quadra 797 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 27, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 25, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 29, na extensão de 20,00 metros.

Lote 29 da quadra 797 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 28, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 24, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 30, na extensão de 20,00 metros.

Lote 30 da quadra 797 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta

metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 29, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 23, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 31 na extensão de 20,00 metros.

Lote 31 da quadra 797 com área de 250,64m² (duzentos e cinquenta metros e sessenta e quatro centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Albino Teodoro Dalmolin com a Rua Rio Grande e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,05 metros;

SUDESTE = com o lote nº 30, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 22, na extensão de 13,12 metros;

NOROESTE = com Rua Rio Grande, na extensão de 3,05 metros, na extensão de 13,97 metros e na extensão de 3,00 metros.

TOTAL DA QUADRA 797 ÁREA: 2.608,12m² TOTAL DE LOTES: 10
Quadra 798 com área de 1.296,29m² e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 32 da quadra 798 com área de 255,09m² (duzentos e cinquenta e cinco metros e nove centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Albino Teodoro Dalmolin com a Rua Rio Grande e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote Área Institucional 1, na extensão de 13,53 metros;

SUDESTE = com o lote nº 33, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,08 metros;

NORDESTE = com a Rua Rio Grande, na extensão de 12,63 metros e na extensão de 7,43 metros.

Lote 33 da quadra 798 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote Área Institucional 1, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 34, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 32, na extensão de 20,00 metros.

Lote 34 da quadra 798 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote Área Institucional 1, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 35, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 33, na extensão de 20,00 metros.

Lote 35 da quadra 798 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote Área Institucional 1, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 36, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 34, na extensão de 20,00 metros.

Lote 36 da quadra 798 com área de 321,20m² (trezentos e vinte e um metros e vinte centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Albino Teodoro Dalmolin com a Rua Anselmo Gasparotto e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote Área Institucional 1, na extensão de 16,06 metros;

SUDESTE = com a Rua Anselmo Gasparotto, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 16,06 metros;

NOROESTE = com o lote nº 35, na extensão de 20,00 metros.

TOTAL DA QUADRA 798 ÁREA: 1.296,29m² TOTAL DE LOTES: 5
Quadra 799 com área de 4.000,00m² e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 37 da quadra 799 com área de 280,00m² (duzentos e oitenta metros quadrados), localizado na esquina da Rua Anselmo Gasparotto com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 14,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 38, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 14,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Anselmo Gasparotto, na extensão de 20,00 metros.

Lote 38 da quadra 799 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 39, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 37, na extensão de 20,00 metros.

Lote 39 da quadra 799 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 40, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 38, na extensão de 20,00 metros.

Lote 40 da quadra 799 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 41, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 39, na extensão de 20,00 metros;

Lote 41 da quadra 799 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 42, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 40, na extensão de 20,00 metros.

Lote 42 da quadra 799 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 43, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 41, na extensão de 20,00 metros.

Lote 43 da quadra 799 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 44, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 42, na extensão de 20,00 metros.
Lote 44 da quadra 799 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:
NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 45, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com parte de áreas dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 43, na extensão de 20,00 metros.
Lote 45 da quadra 799 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:
NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 46, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 44, na extensão de 20,00 metros.
Lote 46 da quadra 799 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:
NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 47, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 45, na extensão de 20,00 metros.
Lote 47 da quadra 799 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:
NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 48, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 46, na extensão de 20,00 metros.
Lote 48 da quadra 799 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:
NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 49, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 47, na extensão de 20,00 metros.
Lote 49 da quadra 799 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:
NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 50, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 48, na extensão de 20,00 metros.
Lote 50 da quadra 799 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:
NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 51, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 49, na extensão de 20,00 metros.
Lote 51 da quadra 799 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:
NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 52, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 50, na extensão de 20,00 metros.
Lote 52 da quadra 799 com área de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), localizado na esquina da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin com a Rua Nelso Dalmolin e a sua descrição:
NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 18,00 metros;
SUDESTE = com a Rua Nelso Dalmolin na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 18,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 51, na extensão de 20,00 metros.

TOTAL DA QUADRA 799 ÁREA: 4.000,00m² TOTAL DE LOTES: 16

Quadra 800 com área de 8.000,00m² e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 53 da quadra 800 com área de 308,00m² (trezentos e oito metros quadrados), localizado na esquina da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin com a Rua Anselmo Gasparotto e a sua descrição:
NORDESTE = com o lote nº 54, na extensão de 22,00 metros;
SUDESTE = com parte do lote nº 56, na extensão de 14,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 22,00 metros;
NOROESTE = com a Rua Anselmo Gasparotto, na extensão de 14,00 metros.
Lote 54 da quadra 800 com área de 264,00m² (duzentos e sessenta e quatro metros quadrados), localizado no lado par da Rua Anselmo Gasparotto e a sua descrição:
NORDESTE = com o lote nº 55, na extensão de 22,00 metros;
SUDESTE = com parte do lote nº 84 na extensão de 6,00 metros, mais com parte do lote nº 56 na extensão de 6,00 metros, totalizando a extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 53, na extensão de 22,00 metros;
NOROESTE = com a Rua Anselmo Gasparotto, na extensão de 12,00 metros.
Lote 55 da quadra 800 com área de 308,00m² (trezentos e oito metros quadrados), localizado na esquina da Rua Affonso Primo Dalmolin com a Rua Anselmo Gasparotto e a sua descrição:
NORDESTE = com a Rua Affonso Primo Dalmolin, na extensão de 22,00 metros;
SUDESTE = com parte do lote nº 84, na extensão de 14,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 54, na extensão de 22,00 metros;
NOROESTE = com a Rua Anselmo Gasparotto, na extensão de 14,00 metros.
Lote 56 da quadra 800 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:
NORDESTE = com o lote nº 84, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 57, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 53 na extensão de 14,00 metros, mais com parte do lote nº 54 na extensão de 6,00 metros, totalizando a extensão de 20,00 metros.
Lote 57 da quadra 800 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:
NORDESTE = com o lote nº 83, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 58, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 56, na extensão de 20,00 metros.
Lote 58 da quadra 800 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

Lote 67 da quadra 800 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 73, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 68, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 66, na extensão de 20,00 metros.

Lote 68 da quadra 800 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:
NORDESTE = com o lote nº 72, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com parte do lote nº 70 na extensão de 6,00 metros, mais com o lote nº 69 na extensão de 14,00 metros, totalizando a extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 67, na extensão de 20,00 metros.

Lote 69 da quadra 800 com área de 308,00m² (trezentos e oito metros quadrados), localizado na esquina da Rua Nelso Dalmolin com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:
NORDESTE = com o lote nº 70, na extensão de 22,00 metros;
SUDESTE = com a Rua Nelso Dalmolin, na extensão de 14,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 22,00 metros;
NOROESTE = com parte do lote nº 68, na extensão de 14,00 metros.

Lote 70 da quadra 800 com área de 264,00m² (duzentos e sessenta e quatro metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Nelso Dalmolin e a sua descrição:
NORDESTE = com o lote nº 71, na extensão de 22,00 metros;
SUDESTE = com a Rua Nelso Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 69, na extensão de 22,00 metros;
NOROESTE = com parte do lote nº 68 na extensão de 6,00 metros, mais com parte do lote nº 72, na extensão de 6,00 metros, totalizando a extensão de 12,00 metros.

Lote 71 da quadra 800 com área de 308,00m² (trezentos e oito metros quadrados), localizado na esquina da Rua Nelso Dalmolin com a Rua Affonso Primo Dalmolin e a sua descrição:
NORDESTE = com a Rua Affonso Primo Dalmolin, na extensão de 22,00 metros;
SUDESTE = com a Rua Nelso Dalmolin, na extensão de 14,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 70, na extensão de 22,00 metros;
NOROESTE = com parte do lote nº 72, na extensão de 14,00 metros.

Lote 72 da quadra 800 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Affonso Primo Dalmolin e a sua descrição:
NORDESTE = com a Rua Affonso Primo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 71 na extensão de 14,00 metros, mais com parte do lote nº 70 na extensão de 6,00 metros, totalizando a extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 68, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 73, na extensão de 20,00 metros.

Lote 73 da quadra 800 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Affonso Primo Dalmolin e a sua descrição:
NORDESTE = com a Rua Affonso Primo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 72, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 67, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 74, na extensão de 20,00 metros.

Lote 74 da quadra 800 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta

metros quadrados), localizado no lado par da Rua Affonso Primo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Affonso Primo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 73, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 66, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 75, na extensão de 20,00 metros.

Lote 75 da quadra 800 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Affonso Primo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Affonso Primo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 74, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 65, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 76, na extensão de 20,00 metros.

Lote 76 da quadra 800 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Affonso Primo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Affonso Primo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 75, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 64, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 77, na extensão de 20,00 metros.

Lote 77 da quadra 800 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Affonso Primo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Affonso Primo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 76, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 63, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 78, na extensão de 20,00 metros.

Lote 78 da quadra 800 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Affonso Primo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Affonso Primo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 77, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 62, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 79, na extensão de 20,00 metros.

Lote 79 da quadra 800 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Affonso Primo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Affonso Primo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 78, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 61, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 80, na extensão de 20,00 metros.

Lote 80 da quadra 800 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Affonso Primo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Affonso Primo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 79, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 60, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 81, na extensão de 20,00 metros.

Lote 81 da quadra 800 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Affonso Primo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Affonso Primo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 80, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 59, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 82, na extensão de 20,00 metros.

Lote 82 da quadra 800 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Affonso Primo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Affonso Primo Dalmolin, na extensão de

12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 81, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 58, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 83, na extensão de 20,00 metros.

Lote 83 da quadra 800 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Affonso Primo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Affonso Primo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 82, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 57, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 84, na extensão de 20,00 metros.

Lote 84 da quadra 800 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Affonso Primo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Affonso Primo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 83, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 56, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com parte do lote nº 54 na extensão de 6,00 metros, mais com o lote nº 55 na extensão de 14,00 metros, totalizando a extensão de 20,00 metros.

TOTAL DA QUADRA 800 ÁREA: 8.000,00m² TOTAL DE LOTES: 32

Quadra 801 com área de 8.000,00m² e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 85 da quadra 801 com área de 308,00m² (trezentos e oito metros quadrados), localizado na esquina da Rua Affonso Primo Dalmolin com a Rua Anselmo Gasparotto e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 86, na extensão de 22,00 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 88, na extensão de 14,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Affonso Primo Dalmolin, na extensão de 22,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Anselmo Gasparotto, na extensão de 14,00 metros.

Lote 86 da quadra 801 com área de 264,00m² (duzentos e sessenta e quatro metros quadrados), localizado no lado par da Rua Anselmo Gasparotto e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 87, na extensão de 22,00 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 116 na extensão de 6,00 metros, mais com parte do lote nº 88 na extensão de 6,00 metros, totalizando a extensão 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 85, na extensão de 22,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Anselmo Gasparotto, na extensão de 12,00 metros.

Lote 87 da quadra 801 com área de 308,00m² (trezentos e oito metros quadrados), localizado na esquina da Rua Anselmo Gasparotto com a Rua Luiz Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Luiz Francisco Dalmolin, na extensão de 22,00 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 116, na extensão de 14,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 86, na extensão de 22,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Anselmo Gasparotto, na extensão de 14,00 metros.

Lote 88 da quadra 801 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Affonso Primo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 116, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 89 na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Affonso Primo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 85 na extensão de 14,00 metros, mais com parte do lote nº 86 na extensão de 6,00 metros, totalizando a extensão de 20,00 metros.

Lote 89 da quadra 801 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Affonso Primo Dalmolin e a sua descrição:

NOROESTE = com o lote nº 105, na extensão de 20,00 metros.
Lote 105 da quadra 801 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Luiz Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Luiz Francisco Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 104, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 99, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 106, na extensão de 20,00 metros.

Lote 106 da quadra 801 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Luiz Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Luiz Francisco Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 105, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 98, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 107, na extensão de 20,00 metros.

Lote 107 da quadra 801 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Luiz Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Luiz Francisco Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 106, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 97, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 108, na extensão de 20,00 metros.

Lote 108 da quadra 801 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Luiz Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Luiz Francisco Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 107, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 96, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 109, na extensão de 20,00 metros.

Lote 109 da quadra 801 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Luiz Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Luiz Francisco Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 108, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 95, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 110, na extensão de 20,00 metros.

Lote 110 da quadra 801 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Luiz Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Luiz Francisco Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 109, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 94, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 111, na extensão de 20,00 metros.

Lote 111 da quadra 801 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Luiz Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Luiz Francisco Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 110, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 93, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 112, na extensão de 20,00 metros.

Lote 112 da quadra 801 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Luiz Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Luiz Francisco Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 111, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 92, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 113, na extensão de 20,00 metros.

Lote 113 da quadra 801 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Luiz

Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Luiz Francisco Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 112, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 91, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 114, na extensão de 20,00 metros.

Lote 114 da quadra 801 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Luiz Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Luiz Francisco Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 113, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 90, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 115, na extensão de 20,00 metros.

Lote 115 da quadra 801 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Luiz Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Luiz Francisco Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 114, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 89, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 116, na extensão de 20,00 metros.

Lote 116 da quadra 801 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Luiz Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Luiz Francisco Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 115, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 88, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com parte do lote nº 86 na extensão de 6,00 metros, mais com o lote nº 87 na extensão de 14,00 metros, totalizando a extensão de 20,00 metros.

TOTAL DA QUADRA 801 ÁREA: 8.000,00m² TOTAL DE LOTES: 32

Quadra 802 com área de 8.000,00m² e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 117 da quadra 802 com área de 308,00m² (trezentos e oito metros quadrados), localizado na esquina da Rua Luiz Francisco Dalmolin com a Rua Anselmo Gasparotto e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 118, na extensão de 22,00 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 120, na extensão de 14,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Luiz Francisco Dalmolin, na extensão de 22,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Anselmo Gasparotto, na extensão de 14,00 metros.

Lote 118 da quadra 802 com área de 264,00m² (duzentos e sessenta e quatro metros quadrados), localizado no lado par da Rua Anselmo Gasparotto e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 119, na extensão de 22,00 metros;

SUDESTE = com a parte do lote nº 148 na extensão de 6,00 metros, mais com parte do lote nº 120 na extensão de 6,00 metros, totalizando a extensão 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 117, na extensão de 22,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Anselmo Gasparotto, na extensão de 12,00 metros.

Lote 119 da quadra 802 com área de 308,00m² (trezentos e oito metros quadrados), localizado na esquina da Rua Anselmo Gasparotto com a Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 22,00 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 148, na extensão de 14,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 118, na extensão de 22,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Anselmo Gasparotto, na extensão de 14,00 metros.

Lote 120 da quadra 802 com área de 240,00m² (duzentos e

Lote 136 da quadra 802 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 135 na extensão de 14,00 metros, mais com parte do lote nº 134 na extensão de 6,00 metros, totalizando a extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 132, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 137, na extensão de 20,00 metros.

Lote 137 da quadra 802 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 136, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 131, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 138, na extensão de 20,00 metros.

Lote 138 da quadra 802 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 137, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 130, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 139, na extensão de 20,00 metros.

Lote 139 da quadra 802 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 138, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 129, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 140, na extensão de 20,00 metros.

Lote 140 da quadra 802 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 139, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 128, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 141, na extensão de 20,00 metros.

Lote 141 da quadra 802 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 140, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 127, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 142, na extensão de 20,00 metros.

Lote 142 da quadra 802 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 141, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 126, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 143, na extensão de 20,00 metros.

Lote 143 da quadra 802 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 142, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 125, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 144, na extensão de 20,00 metros.

Lote 144 da quadra 802 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 143, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 124, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 145, na extensão de 20,00 metros.

Lote 145 da quadra 802 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 144, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 123, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 146, na extensão de 20,00 metros.

Lote 146 da quadra 802 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 145, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 122, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 147, na extensão de 20,00 metros.

Lote 147 da quadra 802 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 146, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 121, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 148, na extensão de 20,00 metros.

Lote 148 da quadra 802 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 147, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 120, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com parte do lote nº 118 na extensão de 6,00 metros, mais com o lote nº 119 na extensão de 14,00 metros, totalizando a extensão de 20,00 metros.

TOTAL DA QUADRA 802 ÁREA: 8.000,00m² TOTAL DE LOTES: 32

Quadra 803 com área de 8.000,00m² e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 149 da quadra 803 com área de 308,00m² (trezentos e oito metros quadrados), localizado na esquina da Rua Albino Teodoro Dalmolin com a Rua Anselmo Gasparotto e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 150, na extensão de 22,00 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 152, na extensão de 14,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 22,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Anselmo Gasparotto, na extensão de 14,00 metros.

Lote 150 da quadra 803 com área de 264,00m² (duzentos e sessenta e quatro metros quadrados), localizado no lado par da Rua Anselmo Gasparotto e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 151, na extensão de 22,00 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 180 na extensão de 6,00 metros, mais com parte do lote nº 152 na extensão de 6,00 metros,

metros, mais com o lote nº 151 na extensão de 14,00 metros,

totalizando a extensão de 20,00 metros.

TOTAL DA QUADRA 803 ÁREA: 8.000,00m² TOTAL DE LOTES: 32

Quadra 804 com área de 5.636,91m² e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 181 da quadra 804 com área de 456,65m² (quatrocentos e cinquenta e seis metros e sessenta e cinco centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Victório Dalmolin com a Rua Anselmo Gasparotto e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 32,44 metros;

SUDESTE = com o lote nº 182, na extensão de 16,92 metros;

SUDOESTE = com a Rua Victório Dalmolin, na extensão de 32,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Anselmo Gasparotto, na extensão de 11,62 metros.

Lote 182 da quadra 804 com área de 253,12m² (duzentos e cinquenta e três metros e doze centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Victório Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 14,19 metros;

SUDESTE = com o lote nº 183, na extensão de 19,24 metros;

SUDOESTE = com a Rua Victório Dalmolin, na extensão de 14,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 181, na extensão de 16,92 metros.

Lote 183 da quadra 804 com área de 242,80m² (duzentos e quarenta e dois metros e oitenta centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Victório Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 12,16 metros;

SUDESTE = com o lote nº 184, na extensão de 21,23 metros;

SUDOESTE = com a Rua Victório Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 182, na extensão de 19,24 metros.

Lote 184 da quadra 804 com área de 266,66m² (duzentos e sessenta e seis metros e sessenta e seis centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Victório Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 12,16 metros;

SUDESTE = com o lote nº 185, na extensão de 23,22 metros;

SUDOESTE = com a Rua Victório Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 183, na extensão de 21,23 metros.

Lote 185 da quadra 804 com área de 290,51m² (duzentos e noventa metros e cinquenta e um centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Victório Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 12,16 metros;

SUDESTE = com o lote nº 186, na extensão de 25,20 metros;

SUDOESTE = com a Rua Victório Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 184, na extensão de 23,22 metros.

Lote 186 da quadra 804 com área de 314,36m² (trezentos e quatorze metros e trinta e seis centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Victório Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 12,16 metros;

SUDESTE = com o lote nº 187, na extensão de 27,19 metros;

SUDOESTE = com a Rua Victório Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 185, na extensão de 25,20 metros.

Lote 187 da quadra 804 com área de 338,22m² (trezentos e trinta e oito metros e vinte e dois centímetros quadrados), localizado no

lado ímpar da Rua Victório Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 12,16 metros;

SUDESTE = com o lote nº 188, na extensão de 29,18 metros;

SUDOESTE = com a Rua Victório Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 186, na extensão de 27,19 metros.

Lote 188 da quadra 804 com área de 362,07m² (trezentos e sessenta e dois metros e sete centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Victório Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 12,16 metros;

SUDESTE = com o lote nº 189, na extensão de 31,17 metros;

SUDOESTE = com a Rua Victório Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 187, na extensão de 29,18 metros.

Lote 189 da quadra 804 com área de 385,92m² (trezentos e oitenta e cinco metros e noventa e dois centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Victório Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 12,16 metros;

SUDESTE = com o lote nº 190, na extensão de 33,15 metros;

SUDOESTE = com a Rua Victório Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 188, na extensão de 31,17 metros.

Lote 190 da quadra 804 com área de 409,77m² (quatrocentos e nove metros e setenta e sete centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Victório Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 12,16 metros;

SUDESTE = com o lote nº 191, na extensão de 35,14 metros;

SUDOESTE = com a Rua Victório Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 189, na extensão de 33,15 metros.

Lote 191 da quadra 804 com área de 433,63m² (quatrocentos e trinta e três metros e sessenta e três centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Victório Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 12,16 metros;

SUDESTE = com o lote nº 192, na extensão de 37,13 metros;

SUDOESTE = com a Rua Victório Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 190, na extensão de 35,14 metros.

Lote 192 da quadra 804 com área de 457,48m² (quatrocentos e cinquenta e sete metros e quarenta e oito centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Victório Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 12,16 metros;

SUDESTE = com o lote nº 193, na extensão de 39,12 metros;

SUDOESTE = com a Rua Victório Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 191, na extensão de 37,13 metros.

Lote 193 da quadra 804 com área de 481,33m² (quatrocentos e oitenta e um metros e trinta e três centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Victório Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 12,16 metros;

SUDESTE = com o lote nº 196 na extensão de 15,10 metros, mais com o lote nº 195 na extensão de 12,00 metros e mais com o lote nº 194 e na extensão de 14,00 metros, totalizando a extensão de 41,10 metros;

SUDOESTE = com a Rua Victório Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 192, na extensão de 39,12 metros.

Lote 194 da quadra 804 com área de 308,00m² (trezentos e oito metros quadrados), localizado na esquina da Rua Victório Dalmolin com a Rua Nelso Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 195, na extensão de 22,00 metros;
SUDESTE = com a Rua Nelso Dalmolin, na extensão de 14,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Victório Dalmolin, na extensão de 22,00 metros;
NOROESTE = com parte do lote nº 193, na extensão de 14,00 metros.

Lote 195 da quadra 804 com área de 264,00m² (duzentos e sessenta e quatro metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Nelso Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 196, na extensão de 22,00 metros;
SUDESTE = com a Rua Nelso Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 194, na extensão de 22,00 metros;
NOROESTE = com parte do lote nº 193, na extensão de 12,00 metros.

Lote 196 da quadra 804 com área de 372,39m² (trezentos e setenta e dois metros e trinta e nove centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Nelso Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 21,47 metros e na extensão de 0,83 metros;
SUDESTE = com a Rua Nelso Dalmolin, na extensão de 18,74 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 195, na extensão de 22,00 metros;
NOROESTE = com parte do lote nº 193, na extensão de 15,10 metros.

TOTAL DA QUADRA 804 ÁREA: 5.636,91m² TOTAL DE LOTES: 16

Quadra 805 com área de 4.000,00m² e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 197 da quadra 805 com área de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), localizado na esquina da Rua Nelso Dalmolin com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 18,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 198, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 18,00 metros;
NOROESTE = com a Rua Nelso Dalmolin, na extensão de 20,00 metros.

Lote 198 da quadra 805 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 199, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 197, na extensão de 20,00 metros.

Lote 199 da quadra 805 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 200, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 198, na extensão de 20,00 metros.

Lote 200 da quadra 805 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 201, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 199, na extensão de 20,00 metros.

Lote 201 da quadra 805 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 202, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 200, na extensão de 20,00 metros.

Lote 202 da quadra 805 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 203, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 201, na extensão de 20,00 metros.

Lote 203 da quadra 805 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 204, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 202, na extensão de 20,00 metros.

Lote 204 da quadra 805 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 205, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 203, na extensão de 20,00 metros.

Lote 205 da quadra 805 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 206, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 204, na extensão de 20,00 metros.

Lote 206 da quadra 805 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 207, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 205, na extensão de 20,00 metros.

Lote 207 da quadra 805 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 208, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 206, na extensão de 20,00 metros.

Lote 208 da quadra 805 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 209, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 207, na extensão de 20,00 metros.

Lote 209 da quadra 805 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 210, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 208, na extensão de 20,00 metros.

Lote 210 da quadra 805 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 211, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 209, na extensão de 20,00 metros.

Lote 211 da quadra 805 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 212, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 210, na extensão de 20,00 metros.

Lote 212 da quadra 805 com área de 280,00m² (duzentos e oitenta metros quadrados), localizado na esquina da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin com a Rua José Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 14,00 metros;

SUDESTE = com a Rua José Dalmolin, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com parte dos lotes rurais nº 11 e 12 de matrícula nº 21.336, na extensão de 14,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 211, na extensão de 20,00 metros.

TOTAL DA QUADRA 805 ÁREA: 4.000,00m² TOTAL DE LOTES: 16

Quadra 806 com área de 6.503,26m² e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 213 da quadra 806 com área de 294,13m² (duzentos e noventa e quatro metros e treze centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin com a Alameda Império do Sol e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote nº 216, na extensão de 1,72 metros;

SUDESTE = com a Alameda Império do Sol, formando um arco na extensão de 12,78 metros, com uma corda na extensão de 12,72 metros;

SUDOESTE = com a esquina da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a Alameda Império do Sol, formando um arco na extensão de

12,99 metros, com uma corda na extensão de 9,63 metros e com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin na extensão de 15,55 metros;

NOROESTE = com o lote nº 214, na extensão de 22,00 metros.

Lote 214 da quadra 806 com área de 264,00m² (duzentos e sessenta e quatro metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote nº 216, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 213, na extensão de 22,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 215, na extensão de 22,00 metros.

Lote 215 da quadra 806 com área de 308,00m² (trezentos e oito metros quadrados), localizado na esquina da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin com a Rua Nelso Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote nº 216, na extensão de 14,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 214, na extensão de 22,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 14,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Nelso Dalmolin, na extensão de 22,00 metros.

Lote 216 da quadra 806 com área de 289,44m² (duzentos e oitenta e nove metros e quarenta e quatro centímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Nelso Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 217, na extensão de 21,46 metros;

SUDESTE = com a Alameda Império do Sol, formando um arco na extensão de 13,61 metros, com uma corda na extensão de 13,53 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 213 na extensão de 1,72 metros, mais com o lote nº 214 na extensão de 12,00 metros e mais com o lote nº 215 na extensão de 14,00 metros, totalizando a extensão de 27,72 metros;

NOROESTE = com a Rua Nelso Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 217 da quadra 806 com área de 244,44m² (duzentos e quarenta e quatro metros e quarenta e quatro centímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Nelso Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 218, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com a Alameda Império do Sol, na extensão de 4,36 metros e formando um arco na extensão de 7,80 metros, com uma corda na extensão de 7,78 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 216, na extensão de 21,46 metros;

NOROESTE = com a Rua Nelso Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 218 da quadra 806 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Nelso Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 219, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com a Alameda Império do Sol, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 217, na extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Nelso Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 219 da quadra 806 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Nelso Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 220, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com a Alameda Império do Sol, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 218, na extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Nelso Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 220 da quadra 806 com área de 240,00m² (duzentos e

quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Nelso Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 221, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com a Alameda Império do Sol, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 219, na extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Nelso Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 221 da quadra 806 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Nelso Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 222, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com a Alameda Império do Sol, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 220, na extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Nelso Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 222 da quadra 806 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Nelso Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 223, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 226 na extensão de 0,10 metros e mais com a Alameda Império do Sol na extensão de 11,90 metros, totalizando a extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 221, na extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Nelso Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 223 da quadra 806 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Nelso Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 224, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 226, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 222, na extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Nelso Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 224 da quadra 806 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Nelso Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 225, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 226, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 223, na extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Nelso Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 225 da quadra 806 com área de 280,00m² (duzentos e oitenta metros quadrados), localizado na esquina da Rua Albino Teodoro Dalmolin com a Rua Nelso Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 226, na extensão de 14,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 224, na extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Nelso Dalmolin, na extensão de 14,00 metros.

Lote 226 da quadra 806 com área de 377,34m² (trezentos e setenta e sete metros e trinta e quatro centímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 14,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 227, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Alameda Império do Sol, formando um arco na extensão de 23,30 metros, com uma corda na extensão de 22,88 metros;

NOROESTE = com parte do lote nº 222 na extensão de 0,10 metros, mais com o lote nº 223 na extensão de 12,00 metros, mais com o lote nº 224 na extensão de 12,00 metros e mais com o lote nº 225 na extensão de 14,00 metros, totalizando a extensão 38,10 metros.

Lote 227 da quadra 806 com área de 240,10m² (duzentos e quarenta metros e dez centímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 228, na extensão de 20,02 metros;

SUDOESTE = com a Alameda Império do Sol, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 226, na extensão 20,00 metros.

Lote 228 da quadra 806 com área de 240,30m² (duzentos e quarenta metros e trinta centímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 229, na extensão de 20,03 metros;

SUDOESTE = com a Alameda Império do Sol, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 227, na extensão 20,02 metros.

Lote 229 da quadra 806 com área de 265,34m² (duzentos e sessenta e cinco metros e trinta e quatro centímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 230 na extensão de 20,00 metros e mais com o lote nº 236, na extensão de 5,86 metros, totalizando a extensão de 25,86 metros;

SUDOESTE = com a Alameda Império do Sol, formando um arco na extensão de 13,49 metros, com uma corda na extensão de 13,24 metros;

NOROESTE = com o lote nº 228, na extensão 20,03 metros.

Lote 230 da quadra 806 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 231, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com parte do lote nº 236, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com parte do lote nº 229, na extensão de 20,00 metros.

Lote 231 da quadra 806 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 232, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com parte do lote nº 236, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 230, na extensão de 20,00 metros.

Lote 232 da quadra 806 com área de 376,35m² (trezentos e setenta e seis metros e trinta e cinco centímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 9,69 metros;

SUDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 27,08 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 233 na extensão de 3,95 metros, mais com o lote nº 234 na extensão de 12,00 metros, mais com o lote

nº 235 na extensão de 12,00 metros, totalizando a extensão de 27,95 metros;

NOROESTE = com o lote nº 231, na extensão de 20,00 metros.

Lote 233 da quadra 806 com área de 261,58m² (duzentos e sessenta e um metros e cinquenta e oito centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Antônia Doro Dalmolin com a Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote nº 232, na extensão de 3,95 metros;

SUDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 27,08 metros;

SUDOESTE = com a Rua Antônia Doro Dalmolin, na extensão de 22,21 metros;

NOROESTE = com o lote nº 234, na extensão de 20,00 metros.

Lote 234 da quadra 806 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Antônia Doro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote nº 232, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 233, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Antônia Doro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 235, na extensão de 20,00 metros.

Lote 235 da quadra 806 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Antônia Doro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote nº 232, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 234, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Antônia Doro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 236 na extensão de 20,00 metros.

Lote 236 da quadra 806 com área de 422,24m² (quatrocentos e vinte e dois metros e vinte e quatro centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Antônia Doro Dalmolin com a Alameda Império do Sol e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 230 na extensão de 12,00 metros e mais com o lote nº 231 na extensão de 12,00 metros, totalizando a extensão de 24,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 235, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Antônia Doro Dalmolin, na extensão de 14,59 metros;

NOROESTE = com a Alameda Império do Sol, formando um arco na extensão de 5,64 metros, com uma corda na extensão de 5,35 metros, mais um arco na extensão de 5,41 metros, com uma corda na extensão de 5,40 metros, mais um arco na extensão de 6,76 metros, com uma corda na extensão de 6,73 metros e com parte do lote nº 229, na extensão de 5,86 metros.

TOTAL DA QUADRA 806 ÁREA: 6.503,26m² TOTAL DE LOTES: 24

Quadra 807 com área de 4.347,49m² e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 237 da quadra 807 com área de 455,01m² (quatrocentos e cinquenta e cinco metros e um centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin com a Alameda Império do Sol e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 252, na extensão de 14,57 metros e mais com o lote nº 251, na extensão de 12,00 metros, totalizando a extensão de 26,57 metros;

SUDESTE = com o lote nº 238, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 17,99 metros;

NOROESTE = com a Alameda Império do Sol, formando um arco na extensão de 6,29 metros, com uma corda na extensão de 5,89 metros e na extensão de 3,02 metros, mais na extensão de 13,33 metros.

Lote 238 da quadra 807 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 250, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 239, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 237, na extensão de 20,00 metros.

Lote 239 da quadra 807 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 249, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 240, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 238, na extensão de 20,00 metros.

Lote 240 da quadra 807 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 248, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 241, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 239, na extensão de 20,00 metros.

Lote 241 da quadra 807 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 247, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 242, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 240, na extensão de 20,00 metros.

Lote 242 da quadra 807 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 246, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 244, na extensão de 6,00 metros e mais com o lote nº 243, na extensão de 14,00 metros, totalizando a extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 241, na extensão de 20,00 metros.

Lote 243 da quadra 807 com área de 308,00m² (trezentos e oito metros quadrados), localizado na esquina da Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin com Rua José Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 244, na extensão de 22,00 metros;

SUDESTE = com Rua José Dalmolin, na extensão de 14,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, na extensão de 22,00 metros;

NOROESTE = com parte do lote nº 242, na extensão de 14,00 metros.

Lote 244 da quadra 807 com área de 264,00m² (duzentos e sessenta e quatro metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua José Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 245, na extensão de 22,00 metros;

SUDESTE = com Rua José Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 243, na extensão de 22,00 metros;

NOROESTE = com parte do lote nº 242, na extensão de 6,00 metros e mais com parte do lote nº 246, na extensão de 6,00 metros, totalizando a extensão de 12,00 metros.

Lote 245 da quadra 807 com área de 308,00m² (trezentos e oito metros quadrados), localizado na esquina da Rua Francisco Dalmolin com a Rua José Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Francisco Dalmolin, na extensão de 22,00 metros;
SUDESTE = com Rua José Dalmolin, na extensão de 14,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 244, na extensão de 22,00 metros;
NOROESTE = com parte do lote nº 246, na extensão de 14,00 metros.

Lote 246 da quadra 807 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Francisco Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 245, na extensão de 14,00 metros e mais com parte do lote nº 244, na extensão de 6,00 metros, totalizando a extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 242, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 247, na extensão de 20,00 metros.

Lote 247 da quadra 807 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Francisco Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 246, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 241, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 248, na extensão de 20,00 metros.

Lote 248 da quadra 807 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Francisco Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 247, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 240, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 249, na extensão de 20,00 metros.

Lote 249 da quadra 807 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Francisco Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 248, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 239, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 250, na extensão de 20,00 metros.

Lote 250 da quadra 807 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Francisco Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 249, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 238, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 251, na extensão de 20,00 metros.

Lote 251 da quadra 807 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Francisco Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 250, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com parte do lote nº 237, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 252, na extensão de 20,00 metros.

Lote 252 da quadra 807 com área de 372,48m² (trezentos e setenta e dois metros e quarenta e oito centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Francisco Dalmolin com a Alameda Império do Sol e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Francisco Dalmolin, na extensão de 17,04

metros;

SUDOESTE = com o lote nº 251, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com parte do lote nº 237, na extensão de 14,57 metros;

NOROESTE = com a Alameda Império do Sol, formando um arco na extensão de 15,44 metros, com uma corda na extensão de 15,43 metros e formando um arco na extensão de 8,26 metros, com uma corda de 7,35 metros.

TOTAL DA QUADRA 807 ÁREA: 4.347,49m² TOTAL DE LOTES: 16

Quadra 808 com área de 3.620,34m² e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 253 da quadra 808 com área de 299,50m² (duzentos e noventa e nove metros e cinquenta centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Francisco Dalmolin com a Alameda Império do Sol e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 266, na extensão de 14,84 metros;
SUDESTE = com o lote nº 254, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Francisco Dalmolin, na extensão de 11,24 metros e formando um arco na extensão de 6,55 metros, com uma corda na extensão de 6,09 metros;
NOROESTE = com a Alameda Império do Sol, na extensão de 7,11 metros, na extensão de 6,89 metros e na extensão de 1,75 metros.

Lote 254 da quadra 808 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 265, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 255, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Francisco Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 253, na extensão de 20,00 metros.
Lote 255 da quadra 808 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Francisco Dalmolin e a sua descrição:
NORDESTE = com o lote nº 264, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 256, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Francisco Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 254, na extensão de 20,00 metros.

Lote 256 da quadra 808 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 263, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 257, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Francisco Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 255, na extensão de 20,00 metros.

Lote 257 da quadra 808 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 262, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 258, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Francisco Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 256, na extensão de 20,00 metros.

Lote 258 da quadra 808 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote nº 261, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 259, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Francisco Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 257, na extensão de 20,00 metros.

Lote 259 da quadra 808 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Francisco Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote nº 261, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 260, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Francisco Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 258, na extensão de 20,00 metros.

Lote 260 da quadra 808 com área de 251,17m² (duzentos e cinquenta e um metros e dezessete centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Francisco Dalmolin com a Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote nº 261, na extensão de 3,43 metros;

SUDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 27,08 metros;

SUDOESTE = com a Rua Francisco Dalmolin, na extensão de 21,69 metros;

NOROESTE = com o lote nº 259, na extensão de 20,00 metros.

Lote 261 da quadra 808 com área de 365,94m² (trezentos e sessenta e cinco metros e noventa e quatro centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Antônia Doro Dalmolin com a Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Antônia Doro Dalmolin, na extensão de 9,17 metros;

SUDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 27,08 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 260 na extensão de 3,43 metros, mais com o lote nº 259 na extensão de 12,00 metros e mais com o lote nº 258 na extensão de 12,00 metros, totalizando a extensão de 27,43 metros;

NOROESTE = com o lote nº 262, na extensão de 20,00 metros.

Lote 262 da quadra 808 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Antônia Doro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Antônia Doro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 261, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 257, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 263, na extensão de 20,00 metros.

Lote 263 da quadra 808 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Antônia Doro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Antônia Doro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 262, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 256, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 264, na extensão de 20,00 metros.

Lote 264 da quadra 808 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Antônia Doro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Antônia Doro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 263, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 255, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 265, na extensão de 20,00 metros.

Lote 265 da quadra 808 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Antônia Doro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Antônia Doro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 264, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 254, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 266, na extensão de 20,00 metros.

Lote 266 da quadra 808 com área de 303,73m² (trezentos e três metros e setenta e três centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Antônia Doro Dalmolin com a Alameda Império do Sol e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Antônia Doro Dalmolin, formando um arco na extensão de 6,42 metros, com uma corda na extensão de 5,99 metros e na extensão de 11,81 metros;

SUDESTE = com o lote nº 265, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 253, na extensão de 14,84 metros;

NOROESTE = com a Alameda Império do Sol, na extensão de 15,69 metros.

TOTAL DA QUADRA 808 ÁREA: 3.620,34m² TOTAL DE LOTES: 14

Quadra 809 com área de 3.837,24m² e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 267 da quadra 809 com área de 293,20m² (duzentos e noventa e três metros e vinte centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Nelso Dalmolin com a Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 268, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 281, na extensão de 14,66 metros;

SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Nelso Dalmolin, na extensão de 14,66 metros.

Lote 268 da quadra 809 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Nelso Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 269, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 280, na extensão de 11,06 metros e mais com parte do lote nº 281, na extensão de 0,94 metros, totalizando a extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 267, na extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Nelso Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 269 da quadra 809 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Nelso Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 270, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 279, na extensão de 10,39 metros e mais com parte do lote nº 280, na extensão de 1,61 metros, totalizando a extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 268, na extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Nelso Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 270 da quadra 809 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Nelso Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 271, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 278, na extensão de 9,72 metros e mais com parte do lote nº 279, na extensão de 2,28 metros, totalizando a extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 269, na extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Nelso Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 271 da quadra 809 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Nelso Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 272, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 277, na extensão de 9,05 metros e mais com parte do lote nº 278, na extensão de 2,95 metros, totalizando a extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 270, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com a Rua Nelso Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 272 da quadra 809 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Nelso Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 273, na extensão de 20,00 metros;
SUDESTE = com parte do lote nº 276, na extensão de 8,38 metros e mais com parte do lote nº 277, na extensão de 3,62 metros, totalizando a extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 271, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com a Rua Nelso Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 273 da quadra 809 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Nelso Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 274, na extensão de 20,00 metros;
SUDESTE = com parte do lote nº 275, na extensão de 7,71 metros e mais com parte do lote nº 276, na extensão de 4,29 metros, totalizando a extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 272, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com a Rua Nelso Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 274 da quadra 809 com área de 271,93m² (duzentos e setenta e um metros e noventa e três centímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Nelso Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 20,25 metros;

SUDESTE = com o lote Área Institucional 3, na extensão de 10,25 metros e mais com parte do lote nº 275, na extensão de 4,95 metros, totalizando a extensão de 15,19 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 273, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com a Rua Nelso Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 275 da quadra 809 com área de 253,11 m² (duzentos e cinquenta e três metros e onze centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosa Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote Área Institucional 3, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com a Rua Rosa Dalmolin, na extensão de 12,66 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 276, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com parte do lote nº 273, na extensão de 7,71 metros e mais com parte do lote nº 274, na extensão de 4,95 metros, totalizando a extensão de 12,66 metros.

Lote 276 da quadra 809 com área de 253,40m² (duzentos e cinquenta e três metros e quarenta centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosa Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 275, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com a Rua Rosa Dalmolin, na extensão de 12,67 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 277, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com parte do lote nº 272, na extensão de 8,38 metros e mais com parte do lote nº 273, na extensão de 4,29 metros, totalizando a extensão de 12,67 metros.

Lote 277 da quadra 809 com área de 253,40m² (duzentos e cinquenta e três metros e quarenta centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosa Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 276, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com a Rua Rosa Dalmolin, na extensão de 12,67 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 278, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com parte do lote nº 271, na extensão de 9,05 metros e mais com parte do lote nº 272, na extensão de 3,62 metros, totalizando a extensão de 12,67 metros.

Lote 278 da quadra 809 com área de 253,40m² (duzentos e cinquenta e três metros e quarenta centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosa Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 277, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com a Rua Rosa Dalmolin, na extensão de 12,67 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 279, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com parte do lote nº 270, na extensão de 9,72 metros e mais com parte do lote nº 271, na extensão de 2,95 metros, totalizando a extensão de 12,67 metros.

Lote 279 da quadra 809 com área de 253,40m² (duzentos e cinquenta e três metros e quarenta centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosa Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 278, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com a Rua Rosa Dalmolin, na extensão de 12,67 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 280, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com parte do lote nº 269, na extensão de 10,39 metros e mais com parte do lote nº 270, na extensão de 2,28 metros, totalizando a extensão de 12,67 metros.

Lote 280 da quadra 809 com área de 253,40m² (duzentos e cinquenta e três metros e quarenta centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rosa Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 279, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com a Rua Rosa Dalmolin, na extensão de 12,67 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 281, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com parte do lote nº 268, na extensão de 11,06 metros e mais com parte do lote nº 269, na extensão de 1,61 metros, totalizando a extensão de 12,67 metros.

Lote 281 da quadra 809 com área de 312,00m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado na esquina da Rua Rosa Dalmolin com a Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 280, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com a Rua Rosa Dalmolin, na extensão de 15,60 metros;

SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com parte do lote nº 267, na extensão de 14,66 metros e mais com parte do lote nº 268, na extensão de 0,94 metros, totalizando a extensão de 15,60 metros.

TOTAL DA QUADRA 809 ÁREA: 3.837,24m² TOTAL DE LOTES: 15

Quadra 810 com área de 4.978,07m² e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 282 da quadra 810 com área de 280,00m² (duzentos e oitenta metros quadrados), localizado na esquina da Rua Rosa Dalmolin com a Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote nº 285, na extensão de 14,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 283, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 14,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Rosa Dalmolin, na extensão de 20,00 metros.

Lote 283 da quadra 810 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote nº 285, na extensão de 6,00 metros, e mais com o lote Área Institucional 2, na extensão de 6,00 metros, totalizando a extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 284, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 282, na extensão de 20,00 metros.

Lote 284 da quadra 810 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote Área Institucional 2, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote Área Institucional 2, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 283, na extensão de 20,00 metros.

Lote 285 da quadra 810 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Rosa Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 286, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com parte do lote Área Institucional 2, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com parte do lote nº 283, na extensão de 6,00 metros e mais com parte do lote nº 282, na extensão de 14,00 metros, totalizando a extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Rosa Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 286 da quadra 810 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Rosa Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote Área Institucional 2, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com parte do lote Área Institucional 2, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 285, na extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Rosa Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 287 da quadra 810 com área de 503,78m² (quinhentos e três metros e setenta e oito centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Brasília e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 288, na extensão de 23,88 metros;

SUDESTE = com a Rua Brasília, na extensão de 25,21 metros;

SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 24,64 metros;

NOROESTE = com parte do lote Área Verde 01, na extensão de 17,49 metros.

Lote 288, da quadra 810 com área de 288,60m² (duzentos e oitenta e oito metros e sessenta centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Brasília e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 289, na extensão de 24,22 metros;

SUDESTE = com a Rua Brasília, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 287, na extensão de 23,88 metros;

NOROESTE = com parte do lote Área Verde 01, na extensão de 12,00 metros.

Lote 289, da quadra 810 com área de 292,58m² (duzentos e noventa e dois metros e cinquenta e oito centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Brasília e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 290, na extensão de 24,53 metros;

SUDESTE = com a Rua Brasília, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 288 na extensão de 24,22 metros;

NOROESTE = com parte do lote Área Verde 01, na extensão de 11,61 metros e na extensão de 0,40 metros.

Lote 290, da quadra 810 com área de 293,86m² (duzentos e noventa e três metros e oitenta e seis centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Brasília e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 291, na extensão de 24,44 metros;

SUDESTE = com a Rua Brasília, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 289, na extensão de 24,53 metros;

NOROESTE = com parte do lote Área Verde 01, na extensão de 12,00 metros.

Lote 291 da quadra 810 com área de 292,78m² (duzentos e noventa e dois metros e setenta e oito centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Brasília e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 292, na extensão de 24,35 metros;

SUDESTE = com a Rua Brasília, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 290, na extensão de 24,44 metros;

NOROESTE = com parte do lote Área Verde 01, na extensão de 12,00 metros.

Lote 292 da quadra 810 com área de 291,70m² (duzentos e noventa e um metros e setenta centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Brasília e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 293, na extensão de 24,26 metros;

SUDESTE = com a Rua Brasília, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 291, na extensão de 24,35 metros;

NOROESTE = com parte do lote Área Verde 01, na extensão de 12,00 metros.

Lote 293 da quadra 810 com área de 290,61m² (duzentos e noventa metros e sessenta e um centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Brasília e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 294, na extensão de 24,17 metros;

SUDESTE = com a Rua Brasília, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 292, na extensão de 24,26 metros;

NOROESTE = com parte do lote Área Verde 01, na extensão de 12,00 metros.

Lote 294 da quadra 810 com área de 289,53m² (duzentos e oitenta e nove metros e cinquenta e três centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Brasília e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 295, na extensão de 24,08 metros;

SUDESTE = com a Rua Brasília, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 293, na extensão de 24,17 metros;

NOROESTE = com parte do lote Área Verde 01, na extensão de 12,00 metros.

Lote 295 da quadra 810 com área de 288,45m² (duzentos e oitenta e oito metros e quarenta e cinco centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Brasília e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 296, na extensão de 23,99 metros;

SUDESTE = com a Rua Brasília, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 294, na extensão de 24,08 metros;

NOROESTE = com parte do lote Área Verde 01, na extensão de 12,00 metros.

Lote 296 da quadra 810 com área de 287,36m² (duzentos e oitenta e sete metros e trinta e seis centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Brasília e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 297, na extensão de 23,90 metros;

SUDESTE = com a Rua Brasília, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 295, na extensão de 23,99 metros;

NOROESTE = com parte do lote Área Verde 01, na extensão de 12,00 metros.

Lote 297 da quadra 810 com área de 286,28m² (duzentos e oitenta e seis metros e vinte e oito centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Brasília e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 298, na extensão de 23,81 metros;

SUDESTE = com a Rua Brasília, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 296, na extensão de 23,90 metros;

NOROESTE = com parte do lote Área Verde 01, na extensão de 12,00 metros.

Lote 298 da quadra 810 com área de 332,54m² (trezentos e trinta e dois metros e cinquenta e quatro centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Brasília e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 24,02 metros;

SUDESTE = com a Rua Brasília, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 297, na extensão de 23,81 metros;

NOROESTE = com parte do lote Área Verde 01, na extensão de 15,99 metros.

TOTAL DA QUADRA 810 ÁREA: 4.978,07m² TOTAL DE LOTES: 17

Quadra 811 com área de 4.069,34m² e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 299 da quadra 811 com área de 294,00m² (duzentos e noventa e quatro metros quadrados), localizado na esquina da Rua Albino Teodoro Dalmolin com a Rua José Dalmolin e a sua descrição:
 NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 14,00 metros;
 SUDESTE = com o lote nº 300, na extensão de 21,00 metros;
 SUDOESTE = com parte do lote nº 311, na extensão de 14,00 metros;
 NOROESTE = com a Rua José Dalmolin, na extensão de 21,00 metros.

Lote 300 da quadra 811 com área de 252,00m² (duzentos e cinquenta e dois metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
 SUDESTE = com o lote nº 301, na extensão de 21,00 metros;
 SUDOESTE = com parte do lote nº 311, na extensão de 12,00 metros;
 NOROESTE = com o lote nº 299, na extensão de 21,00 metros.

Lote 301 da quadra 811 com área de 252,00m² (duzentos e cinquenta e dois metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
 SUDESTE = com o lote nº 302, na extensão de 21,00 metros;
 SUDOESTE = com parte do lote nº 303, na extensão de 9,92 metros e mais com parte do lote nº 311, na extensão de 2,08 metros, totalizando a extensão de 12,00 metros;
 NOROESTE = com o lote nº 300, na extensão de 21,00 metros.

Lote 302 da quadra 811 com área de 332,94m² (trezentos e trinta e dois metros e noventa e quatro centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Albino Teodoro Dalmolin com a Rua Brasília:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,39 metros;
 SUDESTE = com a Rua Brasília, na extensão de 22,12 metros;
 SUDOESTE = com parte do lote nº 303, na extensão de 19,32 metros;

NOROESTE = com o lote nº 301, na extensão de 21,00 metros.
 Lote 303 da quadra 811 com área de 396,60m² (trezentos e noventa e seis metros e sessenta centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Brasília e a sua descrição:
 NORDESTE = com parte do lote nº 301, na extensão de 9,92 metros e mais com parte do lote nº 302, na extensão de 19,32 metros, totalizando a extensão de 29,24 metros;
 SUDESTE = com a Rua Brasília, na extensão de 13,91 metros;
 SUDOESTE = com o lote nº 304, na extensão de 32,89 metros;
 NOROESTE = com o lote nº 311, na extensão de 12,42 metros.

Lote 304 da quadra 811 com área de 432,37m² (quatrocentos e trinta e dois metros e trinta e sete centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Brasília e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 303, na extensão de 32,89 metros;
 SUDESTE = com a Rua Brasília, na extensão de 12,82 metros;
 SUDOESTE = com o lote nº 305 na extensão de 15,67 metros, mais com o lote nº 306 na extensão de 12,00 metros e mais com parte do lote nº 307 na extensão de 8,48 metros, totalizando a extensão de 36,15 metros;
 NOROESTE = com o lote nº 310, na extensão de 12,96 metros.

Lote 305 da quadra 811 com área de 379,86m² (trezentos e setenta e nove metros e oitenta e seis centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Salvador com a Rua Brasília e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote nº 304, na extensão de 15,67 metros;

SUDESTE = com a Rua Brasília, na extensão de 21,07 metros;
 SUDOESTE = com a Rua Salvador, na extensão de 22,31 metros;
 NOROESTE = com o lote nº 306, na extensão de 20,00 metros.

Lote 306 da quadra 811 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Salvador e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote nº 304, na extensão de 12,00 metros;
 SUDESTE = com o lote nº 305, na extensão de 20,00 metros;
 SUDOESTE = com a Rua Salvador, na extensão de 12,00 metros;
 NOROESTE = com o lote nº 307, na extensão de 20,00 metros.

Lote 307 da quadra 811 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Salvador e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote nº 310, na extensão de 3,52 metros e mais com parte do lote nº 304, na extensão de 8,48 metros, totalizando a extensão de 12,00 metros;
 SUDESTE = com o lote nº 306, na extensão de 20,00 metros;
 SUDOESTE = com a Rua Salvador, na extensão de 12,00 metros;
 NOROESTE = com o lote nº 308, na extensão de 20,00 metros.

Lote 308 da quadra 811 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Salvador e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote nº 310, na extensão de 12,00 metros;
 SUDESTE = com o lote nº 307, na extensão de 20,00 metros;
 SUDOESTE = com a Rua Salvador, na extensão de 12,00 metros;
 NOROESTE = com o lote nº 309, na extensão de 20,00 metros.

Lote 309 da quadra 811 com área de 280,30m² (duzentos e oitenta metros e trinta centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Salvador com a Rua José Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote nº 310, na extensão de 14,03 metros;
 SUDESTE = com o lote nº 308, na extensão de 20,00 metros;
 SUDOESTE = com a Rua Salvador, na extensão de 14,00 metros;
 NOROESTE = com a Rua José Dalmolin, na extensão de 20,00 metros.

Lote 310 da quadra 811 com área de 376,74m² (trezentos e setenta e seis metros e setenta e quatro centímetros quadrados), localizado no lado par da Rua José Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 311, na extensão de 28,80 metros;
 SUDESTE = com o lote nº 304, na extensão de 12,96 metros;
 SUDOESTE = com parte do lote nº 307, na extensão de 3,52 metros, mais com o lote nº 308, na extensão de 12,00 metros e mais com o lote nº 309, na extensão de 14,03 metros, totalizando a extensão de 29,55 metros;
 NOROESTE = com a Rua José Dalmolin, na extensão de 12,89 metros.

Lote 311 da quadra 811 com área de 352,53m² (trezentos e cinquenta e dois metros e cinquenta e três centímetros quadrados), localizado no lado par da Rua José Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 299, na extensão de 14,00 metros, mais com o lote nº 300, na extensão de 12,00 metros e mais com o lote nº 301, na extensão de 2,08 metros, totalizando a extensão de 28,08 metros;
 SUDESTE = com o lote nº 303, na extensão de 12,42 metros;
 SUDOESTE = com o lote nº 310, na extensão de 28,80 metros;
 NOROESTE = com a Rua José Dalmolin, na extensão de 12,40 metros.

TOTAL DA QUADRA 811 ÁREA: 4.069,34m² TOTAL DE LOTES: 13

Quadra 812 com área de 3.290,98m² e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 312 da quadra 812 com área de 244,03m² (duzentos e quarenta e quatro metros e três centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Manaus com a Rua Salvador e a sua descrição:
NORDESTE = com o lote nº 313, na extensão de 19,75 metros;
SUDESTE = com parte do lote nº 324, na extensão de 14,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Salvador, na extensão de 15,11 metros;
NOROESTE = com a Rua Manaus, na extensão de 14,75 metros.

Lote 313 da quadra 812 com área de 260,84m² (duzentos e sessenta metros e oitenta e quatro centímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Manaus e a sua descrição:
NORDESTE = com o lote nº 314, na extensão de 23,72 metros;
SUDESTE = com parte do lote nº 315, na extensão de 6,00 metros e mais com parte do lote nº 324, na extensão de 6,00 metros, totalizando a extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 312, na extensão de 19,75 metros;
NOROESTE = com a Rua Manaus, na extensão de 12,64 metros.

Lote 314 da quadra 812 com área de 364,60m² (trezentos e sessenta e quatro metros e sessenta centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Manaus com a Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:
NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 28,36 metros;
SUDESTE = com parte do lote nº 315, na extensão de 14,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 313, na extensão de 23,72 metros;
NOROESTE = com a Rua Manaus, na extensão de 14,75 metros.

Lote 315 da quadra 812 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:
NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 316, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 324, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com parte do lote nº 313, na extensão de 6,00 metros e mais com parte do lote nº 314, na extensão de 14,00 metros, totalizando a extensão de 20,00 metros.

Lote 316 da quadra 812 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:
NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 317, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 323, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 315, na extensão de 20,00 metros.
Lote 317 da quadra 812 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:
NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 318, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 322, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 316, na extensão de 20,00 metros.

Lote 318 da quadra 812 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:
NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 319, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 321, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 317, na extensão de 20,00 metros.

Lote 319 da quadra 812 com área de 256,13m² (duzentos e cinquenta e seis metros e treze centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Albino Teodoro Dalmolin com a Rua Boa Vista e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 13,08 metros;
SUDESTE = com a Rua Boa Vista, na extensão de 20,01 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 320, na extensão de 12,54 metros;
NOROESTE = com o lote nº 318, na extensão de 20,00 metros.
Lote 320 da quadra 812 com área de 245,38m² (duzentos e quarenta e cinco metros e trinta e oito centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Salvador com a Rua Boa Vista e a sua descrição:
NORDESTE = com o lote nº 319, na extensão de 12,54 metros;
SUDESTE = com a Rua Boa Vista, na extensão de 20,01 metros;
SUDOESTE = com a Rua Salvador, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 321, na extensão de 20,00 metros.
Lote 321 da quadra 812 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Salvador e a sua descrição:
NORDESTE = com o lote nº 318, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 320, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Salvador, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 322, na extensão de 20,00 metros.

Lote 322 da quadra 812 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Salvador e a sua descrição:
NORDESTE = com o lote nº 317, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 321, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Salvador, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 323, na extensão de 20,00 metros.

Lote 323 da quadra 812 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Salvador e a sua descrição:
NORDESTE = com o lote nº 316, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 322, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Salvador, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 324, na extensão de 20,00 metros.
Lote 324 da quadra 812 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Salvador e a sua descrição:
NORDESTE = com o lote nº 315, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 323, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Salvador, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com parte do lote nº 312, na extensão de 14,00 metros e mais com parte do lote nº 313, na extensão de 6,00 metros, totalizando a extensão de 20,00 metros.
TOTAL DA QUADRA 812 ÁREA: 3.290,98m² TOTAL DE LOTES: 13

Quadra 813 com área de 3.177,52m² e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 325 da quadra 813 com área de 362,51m² (trezentos e sessenta e dois metros e cinquenta e um centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Manaus com a Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:
NORDESTE = com o lote nº 326, na extensão de 20,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 335, na extensão de 12,00 metros e mais com o lote nº 336, na extensão de 9,44 metros, totalizando a extensão de 21,44 metros;
SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 21,07 metros;
NOROESTE = com a Rua Manaus, na extensão de 14,81 metros.
Lote 326 da quadra 813 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Manaus e a sua descrição:
NORDESTE = com o lote nº 327, na extensão de 20,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 334, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 325, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com a Rua Manaus, na extensão de 12,00 metros.

Lote 327 da quadra 813 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Manaus e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 328, na extensão de 20,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 333, na extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 326, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com a Rua Manaus, na extensão de 12,00 metros.

Lote 328 da quadra 813 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Manaus e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 329, na extensão de 14,00 metros e mais com parte do lote nº 330, na extensão de 6,00 metros, totalizando a extensão de 20,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 332, na extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 327, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com a Rua Manaus, na extensão de 12,00 metros.

Lote 329 da quadra 813 com área de 308,00m² (trezentos e oito metros quadrados), localizado na esquina da Rua Manaus com a Rua Fiorindo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Fiorindo Dalmolin, na extensão de 14,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 330, na extensão de 22,00 metros;
SUDOESTE = com parte do lote nº 328, na extensão de 14,00 metros;
NOROESTE = com a Rua Manaus, na extensão de 22,00 metros.

Lote 330 da quadra 813 com área de 264,00m² (duzentos e sessenta e quatro metros quadrados), localizado no lado par da Rua Fiorindo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Fiorindo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 331, na extensão de 22,00 metros;
SUDOESTE = com parte do lote nº 332, na extensão de 6,00 metros e com parte do lote nº 328, na extensão de 6,00 metros, totalizando a extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 329, na extensão de 22,00 metros.

Lote 331 da quadra 813 com área de 308,00m² (trezentos e oito metros quadrados), localizado na esquina da Rua Fiorindo Dalmolin com a Rua Antonio Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Fiorindo Dalmolin, na extensão de 14,00 metros;
SUDESTE = com a Rua Antonio Dalmolin, na extensão de 22,00 metros;
SUDOESTE = com parte do lote nº 332, na extensão de 14,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 330, na extensão de 22,00 metros.

Lote 332 da quadra 813 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Antonio Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote nº 330, na extensão de 6,00 metros e mais com parte do lote nº 331, na extensão de 14,00 metros, totalizando a extensão de 20,00 metros;
SUDESTE = com a Rua Antonio Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 333, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 328, na extensão de 12,00 metros.

Lote 333 da quadra 813 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Antonio Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 332, na extensão de 20,00 metros;
SUDESTE = com a Rua Antonio Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 334, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 327, na extensão de 12,00 metros.
Lote 334 da quadra 813 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Antonio Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 333, na extensão de 20,00 metros;
SUDESTE = com a Rua Antonio Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 335, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 326, na extensão de 12,00 metros.

Lote 335 da quadra 813 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Antonio Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 334, na extensão de 20,00 metros;
SUDESTE = com a Rua Antonio Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 336, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com parte do lote nº 325, na extensão de 12,00 metros.

Lote 336 da quadra 813 com área de 255,01m² (duzentos e cinquenta e cinco metros e um centímetro quadrados), localizado na esquina da Rua Antonio Dalmolin com a Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 335, na extensão de 20,00 metros;
SUDESTE = com a Rua Antonio Dalmolin, na extensão de 16,06 metros;
SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 21,07 metros;
NOROESTE = com parte do lote nº 325, na extensão de 9,44 metros.

TOTAL DA QUADRA 813 ÁREA: 3.177,52m² TOTAL DE LOTES: 12

Quadra 814 com área de 4.293,13m² e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 337 da quadra 814 com área de 308,00m² (trezentos e oito metros quadrados), localizado na esquina da Rua Antonio Dalmolin com a Rua Fiorindo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote nº 352, na extensão de 14,00 metros;
SUDESTE = com a Rua Antonio Dalmolin, na extensão de 22,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Fiorindo Dalmolin, na extensão de 14,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 338, na extensão de 22,00 metros.

Lote 338 da quadra 814 com área de 264,00m² (duzentos e sessenta e quatro metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Fiorindo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote nº 340, na extensão de 6,00 metros e mais com parte do lote nº 352, na extensão de 6,00 metros, totalizando a extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 337, na extensão de 22,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Fiorindo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 339, na extensão de 22,00 metros.
Lote 339 da quadra 814 com área de 308,00m² (trezentos e oito metros quadrados), localizado na esquina da Rua Manaus com a Rua Fiorindo Dalmolin e a sua descrição:
NORDESTE = com parte do lote nº 340, na extensão de 14,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 338, na extensão de 22,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Fiorindo Dalmolin, na extensão de 14,00 metros;
NOROESTE = com a Rua Manaus, na extensão de 22,00 metros.

Lote 340 da quadra 814 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Manaus e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 341, na extensão de 20,00 metros;
 SUDESTE = com o lote nº 352, na extensão de 12,00 metros;
 SUDOESTE = com parte do lote nº 338, na extensão de 6,00 metros e mais com parte do lote nº 339, na extensão de 14,00 metros, totalizando a extensão de 20,00 metros;
 NOROESTE = com a Rua Manaus, na extensão de 12,00 metros.
 Lote 341 da quadra 814 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Manaus e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 342, na extensão de 20,00 metros;
 SUDESTE = com o lote nº 351, na extensão de 12,00 metros;
 SUDOESTE = com o lote nº 340, na extensão de 20,00 metros;
 NOROESTE = com a Rua Manaus, na extensão de 12,00 metros.
 Lote 342 da quadra 814 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Manaus e a sua descrição:
 NORDESTE = com o lote nº 343, na extensão de 20,00 metros;
 SUDESTE = com o lote nº 350, na extensão de 12,00 metros;
 SUDOESTE = com o lote nº 341, na extensão de 20,00 metros;
 NOROESTE = com a Rua Manaus, na extensão de 12,00 metros.

Lote 343 da quadra 814 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Manaus e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 344, na extensão de 20,00 metros;
 SUDESTE = com o lote nº 349, na extensão de 12,00 metros;
 SUDOESTE = com o lote nº 342, na extensão de 20,00 metros;
 NOROESTE = com a Rua Manaus, na extensão de 12,00 metros.

Lote 344 da quadra 814 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Manaus e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 345, na extensão de 20,00 metros;
 SUDESTE = com o lote nº 348, na extensão de 12,00 metros;
 SUDOESTE = com o lote nº 343, na extensão de 20,00 metros;
 NOROESTE = com a Rua Manaus, na extensão de 12,00 metros.
 Lote 345 da quadra 814 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Manaus e a sua descrição:
 NORDESTE = com o lote nº 346, na extensão de 20,00 metros;
 SUDESTE = com parte do lote nº 347, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 344, na extensão de 20,00 metros;
 NOROESTE = com a Rua Manaus, na extensão de 12,00 metros.
 Lote 346 da quadra 814 com área de 300,15m² (trezentos metros e quinze centímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Manaus e a sua descrição:
 NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 20,28 metros;
 SUDESTE = com parte do lote nº 347, na extensão de 13,33 metros;
 SUDOESTE = com o lote nº 345, na extensão de 20,00 metros;
 NOROESTE = com a Rua Manaus, na extensão de 16,69 metros.

Lote 347 da quadra 814 com área de 472,98m² (quatrocentos e setenta e dois metros e noventa e oito centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Antonio Dalmolin e a sua descrição:
 NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 20,28 metros;
 SUDESTE = com a Rua Antonio Dalmolin, na extensão de 21,97 metros;
 SUDOESTE = com o lote nº 348, na extensão de 20,00 metros;
 NOROESTE = com o lote nº 345, na extensão de 12,00 metros e mais com o lote nº 346, na extensão de 13,33 metros, totalizando a extensão de 25,33 metros.

Lote 348 da quadra 814 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Antonio Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 347, na extensão de 20,00 metros;
 SUDESTE = com a Rua Antonio Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
 SUDOESTE = com o lote nº 349, na extensão de 20,00 metros;
 NOROESTE = com o lote nº 344, na extensão de 12,00 metros.

Lote 349 da quadra 814 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Antonio Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 348, na extensão de 20,00 metros;
 SUDESTE = com a Rua Antonio Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
 SUDOESTE = com o lote nº 350, na extensão de 20,00 metros;
 NOROESTE = com o lote nº 343, na extensão de 12,00 metros.
 Lote 350 da quadra 814 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Antonio Dalmolin e a sua descrição:
 NORDESTE = com o lote nº 349, na extensão de 20,00 metros;
 SUDESTE = com a Rua Antonio Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
 SUDOESTE = com o lote nº 351, na extensão de 20,00 metros;
 NOROESTE = com o lote nº 342, na extensão de 12,00 metros.
 Lote 351 da quadra 814 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Antonio Dalmolin e a sua descrição:
 NORDESTE = com o lote nº 350, na extensão de 20,00 metros;
 SUDESTE = com a Rua Antonio Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
 SUDOESTE = com o lote nº 352, na extensão de 20,00 metros;
 NOROESTE = com o lote nº 341, na extensão de 12,00 metros.

Lote 352 da quadra 814 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Antonio Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 351, na extensão de 20,00 metros;
 SUDESTE = com a Rua Antonio Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
 SUDOESTE = com o lote nº 337, na extensão de 14,00 metros e mais com parte do lote nº 338, na extensão de 6,00 metros, totalizando a extensão de 20,00 metros;
 NOROESTE = com o lote nº 340, na extensão de 12,00 metros.

TOTAL DA QUADRA 814 ÁREA: 4.293,13m² TOTAL DE LOTES: 16

Quadra 815 com área de 3.840,00m² e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 353 da quadra 815 com área de 453,75m² (quatrocentos e cinquenta e três metros e setenta e cinco centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Albino Teodoro Dalmolin com a Rua Antonio Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 354, na extensão de 20,00 metros;
 SUDESTE = com o lote nº 365, na extensão de 12,00 metros e mais com o lote nº 366, na extensão de 14,00 metros, totalizando a extensão de 26,00 metros;
 SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 21,07 metros;
 NOROESTE = com a Rua Antonio Dalmolin, na extensão de 19,38 metros.

Lote 354 da quadra 815 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Antonio Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 355, na extensão de 20,00 metros;
 SUDESTE = com o lote nº 364, na extensão de 12,00 metros;
 SUDOESTE = com o lote nº 353, na extensão de 20,00 metros;
 NOROESTE = com a Rua Antonio Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 355 da quadra 815 com área de 240,00m² (duzentos e

quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Antonio Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 356, na extensão de 20,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 363, na extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 354, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com a Rua Antonio Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 356 da quadra 815 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Antonio Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 357, na extensão de 20,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 362, na extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 355, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com a Rua Antonio Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 357 da quadra 815 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Antonio Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 358, na extensão de 14,00 metros e mais com parte do lote nº 359, na extensão de 6,00 metros, totalizando a extensão de 20,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 361, na extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 356, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com a Rua Antonio Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 358 da quadra 815 com área de 308,00m² (trezentos e oito metros quadrados), localizado na esquina da Rua Antonio Dalmolin com a Rua Fiorindo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Fiorindo Dalmolin, na extensão de 14,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 359, na extensão de 22,00 metros;
SUDOESTE = com parte do lote nº 357, na extensão de 14,00 metros;
NOROESTE = com a Rua Antonio Dalmolin, na extensão de 22,00 metros.

Lote 359 da quadra 815 com área de 264,00m² (duzentos e sessenta e quatro metros quadrados), localizado no lado par da Rua Fiorindo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Fiorindo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 360, na extensão de 22,00 metros;
SUDOESTE = com parte do lote nº 361, na extensão de 6,00 metros e com parte do lote nº 357, na extensão de 6,00 metros, totalizando a extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 358, na extensão de 22,00 metros.

Lote 360 da quadra 815 com área de 308,00m² (trezentos e oito metros quadrados), localizado na esquina da Rua Boa Vista com a Rua Fiorindo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Fiorindo Dalmolin, na extensão de 14,00 metros;
SUDESTE = com a Rua Boa Vista, na extensão de 22,00 metros;
SUDOESTE = com parte do lote nº 361, na extensão de 14,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 359, na extensão de 22,00 metros.

Lote 361 da quadra 815 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Boa Vista e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote nº 359, na extensão de 6,00 metros e mais com parte do lote nº 360, na extensão de 14,00 metros, totalizando a extensão de 20,00 metros;
SUDESTE = com a Rua Boa Vista, na extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 362, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 357, na extensão de 12,00 metros.

Lote 362 da quadra 815 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Boa Vista e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 361, na extensão de 20,00 metros;
SUDESTE = com a Rua Boa Vista, na extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 363, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 356, na extensão de 12,00 metros.

Lote 363 da quadra 815 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Boa Vista e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 362, na extensão de 20,00 metros;
SUDESTE = com a Rua Boa Vista, na extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 364, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 355, na extensão de 12,00 metros.
Lote 364 da quadra 815 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Boa Vista e a sua descrição:
NORDESTE = com o lote nº 363, na extensão de 20,00 metros;
SUDESTE = com a Rua Boa Vista, na extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 365, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 354, na extensão de 12,00 metros.

Lote 365 da quadra 815 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Boa Vista e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 364, na extensão de 20,00 metros;
SUDESTE = com a Rua Boa Vista, na extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 366, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com parte do lote nº 353, na extensão de 12,00 metros.

Lote 366 da quadra 815 com área de 346,25m² (trezentos e quarenta e seis metros e vinte e cinco centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Boa Vista com a Rua Albino Teodoro Filho e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 365, na extensão de 20,00 metros;
SUDESTE = com a Rua Boa Vista, na extensão de 20,62 metros;
SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 21,07 metros;
NOROESTE = com parte do lote nº 353, na extensão de 14,00 metros.

TOTAL DA QUADRA 815 ÁREA: 3.840,00m² TOTAL DE LOTES: 14

Quadra 816 com área de 3.953,43m² e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 367 da quadra 816 com área de 304,13m² (trezentos e quatro metros e treze centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Boa Vista com a Rua Fiorindo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote nº 381, na extensão de 14,00 metros;
SUDESTE = com a Rua Boa Vista, na extensão de 19,49 metros;
SUL = com a Rua Fiorindo Dalmolin, na extensão de 4,07 metros;
SUDOESTE = com a Rua Fiorindo Dalmolin, na extensão de 10,80 metros;
NOROESTE = com o lote nº 368, na extensão de 22,00 metros.

Lote 368 da quadra 816 com área de 264,00m² (duzentos e sessenta e quatro metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Fiorindo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote nº 370, na extensão de 6,00 metros e mais com parte do lote nº 381, na extensão de 6,00 metros, totalizando a extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 367, na extensão de 22,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Fiorindo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 369, na extensão de 22,00 metros.

Lote 369 da quadra 816 com área de 308,00m² (trezentos e oito

metros quadrados), localizado na esquina da Rua Antonio Dalmolin com a Rua Fiorindo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote nº 370, na extensão de 14,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 368, na extensão de 22,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Fiorindo Dalmolin, na extensão de 14,00 metros;
NOROESTE = com a Rua Antonio Dalmolin, na extensão de 22,00 metros.

Lote 370 da quadra 816 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Antonio Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com lote nº 371, na extensão de 20,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 381, na extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com parte do lote nº 368, na extensão de 6,00 metros e mais com parte do lote nº 369, na extensão de 14,00 metros, totalizando a extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com a Rua Antonio Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 371 da quadra 816 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Antonio Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com lote nº 372, na extensão de 20,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 380, na extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 370, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com a Rua Antonio Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 372 da quadra 816 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Antonio Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com lote nº 373, na extensão de 20,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 379, na extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 371, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com a Rua Antonio Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 373 da quadra 816 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Antonio Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com lote nº 374, na extensão de 20,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 378, na extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 372, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com a Rua Antonio Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 374 da quadra 816 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Antonio Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com lote nº 375, na extensão de 20,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 377, na extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 373, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com a Rua Antonio Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 375 da quadra 816 com área de 372,23m² (trezentos e setenta e dois metros e vinte e três centímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Antonio Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 20,28 metros;
SUDESTE = com o lote nº 376, na extensão de 16,93 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 374, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com a Rua Antonio Dalmolin, na extensão de 20,29 metros.

Lote 376 da quadra 816 com área de 305,07m² (trezentos e cinco metros e sete centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Boa Vista e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 20,28 metros;
SUDESTE = com a Rua Boa Vista, na extensão de 13,57 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 377, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 375, na extensão de 16,93 metros.

Lote 377 da quadra 816 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Boa Vista e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 376, na extensão de 20,00 metros;
SUDESTE = com a Rua Boa Vista, na extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 378, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 374, na extensão de 12,00 metros.

Lote 378 da quadra 816 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Boa Vista e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 377, na extensão de 20,00 metros;
SUDESTE = com a Rua Boa Vista, na extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 379, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 373, na extensão de 12,00 metros.

Lote 379 da quadra 816 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Boa Vista e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 378, na extensão de 20,00 metros;
SUDESTE = com a Rua Boa Vista, na extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 380, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 372, na extensão de 12,00 metros.

Lote 380 da quadra 816 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Boa Vista e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 379, na extensão de 20,00 metros;
SUDESTE = com a Rua Boa Vista, na extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 381, na extensão de 20,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 371, na extensão de 12,00 metros.

Lote 381 da quadra 816 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Boa Vista e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 380, na extensão de 20,00 metros;
SUDESTE = com a Rua Boa Vista, na extensão de 12,00 metros;
SUDOESTE = com o lote nº 367, na extensão de 14,00 metros e mais com parte do lote nº 368, na extensão de 6,00 metros, totalizando a extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 370, na extensão de 12,00 metros.

TOTAL DA QUADRA 816 ÁREA: 3.953,43m² TOTAL DE LOTES: 15

Quadra 817 com área de 6.770,18m² e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 382 da quadra 817 com área de 313,76m² (trezentos e treze metros e setenta e seis centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Boa Vista com a Rua Salvador e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 383, na extensão de 21,90 metros;
SUDESTE = com parte do lote nº 408, na extensão de 14,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Salvador, na extensão de 22,92 metros;
NOROESTE = com a Rua Boa Vista, na extensão de 14,04 metros.

Lote 383 da quadra 817 com área de 257,54m² (duzentos e cinquenta e sete metros e cinquenta e quatro centímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Boa Vista e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 384, na extensão de 21,02 metros;
SUDESTE = com parte do lote nº 385, na extensão de 6,00 metros e mais com parte do lote nº 408, na extensão de 6,00 metros, totalizando a extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 382, na extensão de 21,90 metros;
NOROESTE = com a Rua Boa Vista, na extensão de 12,03 metros.

Lote 384 da quadra 817 com área de 287,16m² (duzentos e oitenta e sete metros e dezesseis centímetros quadrados), localizado na

esquina da Rua Boa Vista com a Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 385, na extensão de 14,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 383, na extensão de 21,02 metros;

NOROESTE = com a Rua Boa Vista, na extensão de 14,04 metros.

Lote 385 da quadra 817 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 386, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 408, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com parte do lote nº 383, na extensão de 6,00 metros e mais com parte do lote nº 384, na extensão de 14,00 metros, totalizando a extensão de 20,00 metros.

Lote 386 da quadra 817 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 387, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 407, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 385, na extensão de 20,00 metros.

Lote 387 da quadra 817 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 388, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 406, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 386, na extensão de 20,00 metros.

Lote 388 da quadra 817 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 389, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 405, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 387, na extensão de 20,00 metros.

Lote 389 da quadra 817 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 390, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 404, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 388, na extensão de 20,00 metros.

Lote 390 da quadra 817 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 391, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 403, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 389, na extensão de 20,00 metros.

Lote 391 da quadra 817 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 392, na extensão de 20,00

metros;

SUDOESTE = com o lote nº 402, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 390, na extensão de 20,00 metros.

Lote 392 da quadra 817 com área de 240,00 m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 393, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 401, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 391, na extensão de 20,00 metros.

Lote 393 da quadra 817 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 394, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 400, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 392, na extensão de 20,00 metros.

Lote 394 da quadra 817 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 395, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 399, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 393, na extensão de 20,00 metros.

Lote 395 da quadra 817 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 396, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 398, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 394, na extensão de 20,00 metros.

Lote 396 da quadra 817 com área de 315,86m² (trezentos e quinze metros e oitenta e seis centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Domingos Dalmolin com a Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 15,79 metros;

SUDESTE = com a Rua Domingos Dalmolin, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 397, na extensão de 15,79 metros;

NOROESTE = com o lote nº 395, na extensão de 20,00 metros.

Lote 397 da quadra 817 com área de 315,86m² (trezentos e quinze metros e oitenta e seis centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Domingos Dalmolin com a Rua Salvador e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 396, na extensão de 15,79 metros;

SUDESTE = com a Rua Domingos Dalmolin, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Salvador, na extensão de 15,79 metros;

NOROESTE = com o lote nº 398, na extensão de 20,00 metros.

Lote 398 da quadra 817 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Salvador e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 395, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 397, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Salvador, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 399, na extensão de 20,00 metros.
Lote 399 da quadra 817 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Salvador e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 394, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 398, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Salvador, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 400, na extensão de 20,00 metros.

Lote 400 da quadra 817 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Salvador e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 393, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 399, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Salvador, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 401, na extensão de 20,00 metros.

Lote 401 da quadra 817 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Salvador e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 392, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 400, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Salvador, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 402, na extensão de 20,00 metros.

Lote 402 da quadra 817 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Salvador e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 391, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 401, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Salvador, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 403, na extensão de 20,00 metros.

Lote 403 da quadra 817 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Salvador e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 390, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 402, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Salvador, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 404, na extensão de 20,00 metros.

Lote 404 da quadra 817 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Salvador e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 389, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 403, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Salvador, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 405, na extensão de 20,00 metros.

Lote 405 da quadra 817 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Salvador e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 388, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 404, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Salvador, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 406, na extensão de 20,00 metros.

Lote 406 da quadra 817 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Salvador e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 387, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 405, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Salvador, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 407, na extensão de 20,00 metros.

Lote 407 da quadra 817 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Salvador e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 386, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 406, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Salvador, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 408, na extensão de 20,00 metros.

Lote 408 da quadra 817 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Salvador e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 385, na extensão de 12,00 metros;
SUDESTE = com o lote nº 407, na extensão de 20,00 metros;
SUDOESTE = com a Rua Salvador, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com parte do lote nº 382, na extensão de 14,00 metros e mais com parte do lote nº 383, na extensão de 6,00 metros, totalizando a extensão de 20,00 metros.

TOTAL DA QUADRA 817 ÁREA: 6.770,18m² TOTAL DE LOTES: 27

Quadra 818 com área de 4.869,64m² e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 409 da quadra 818 com área de 556,26m² (quinhentos e cinquenta e seis metros e vinte e seis centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Albino Teodoro Dalmolin com a Rua Boa Vista e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote Área Verde 03, na extensão de 21,63 metros;

SUDESTE = com o lote nº 410, na extensão de 32,54 metros;

SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,70 metros;

NOROESTE = com a Rua Boa Vista, na extensão de 1,96 metros e na extensão de 33,36 metros.

Lote 410 da quadra 818 com área de 369,99m² (trezentos e sessenta e nove metros e noventa e nove centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote Área de Preservação Permanente 02, formando um arco na extensão de 12,38 metros, com uma corda na extensão de 12,34 metros;

SUDESTE = com o lote nº 411, na extensão de 29,65 metros;

SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 409, na extensão de 32,54 metros.

Lote 411 da quadra 818 com área de 353,39m² (trezentos e cinquenta e três metros e trinta e nove centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote Área de Preservação Permanente 02, formando um arco na extensão de 12,03 metros, com uma corda na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 412, na extensão de 29,73 metros;

SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 410, na extensão de 29,65 metros.

Lote 412 da quadra 818 com área de 372,14m² (trezentos e setenta e dois metros e quatorze centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote Área de Preservação Permanente 02, formando um arco na extensão de 12,42 metros, com uma corda na extensão de 12,39 metros;

SUDESTE = com o lote nº 413, na extensão de 32,82 metros;

SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 411, na extensão de 29,73 metros.

Lote 413 da quadra 818 com área de 430,13m² (quatrocentos e trinta metros e treze centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote Área de Preservação Permanente 02, formando um arco na extensão de 13,83 metros, com uma corda na extensão de 13,78 metros;

SUDESTE = com o lote nº 414, na extensão de 39,60 metros;

SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 412, na extensão de 32,82 metros.

Lote 414 da quadra 818 com área de 493,93m² (quatrocentos e noventa e três metros e noventa e três centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote Área de Preservação Permanente 02, na extensão de 0,19 metros, na extensão de 4,84 metros, na extensão de 4,32 metros e na extensão de 3,05 metros;

SUDESTE = com o lote nº 415, na extensão de 42,64 metros;

SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 413, na extensão de 39,60 metros.

Lote 415 da quadra 818 com área de 535,26m² (quinhentos e trinta e cinco metros e vinte e seis centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote Área de Preservação Permanente 02, na extensão de 4,55 metros e na extensão de 8,31 metros;

SUDESTE = com o lote nº 420, na extensão de 9,13 metros, mais com o lote nº 419, na extensão de 12,00 metros e mais com o lote nº 416, na extensão de 26,00 metros, totalizando a extensão de 47,13 metros;

SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 414, na extensão de 42,64 metros.

Lote 416 da quadra 818 com área de 312,00m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote nº 419, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 418, na extensão de 12,00 metros e mais com o lote nº 417, na extensão de 14,00 metros, totalizando a extensão de 26,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com parte do lote nº 415, na extensão de 26,00 metros.

Lote 417 da quadra 818 com área de 280,00m² (duzentos e oitenta metros quadrados), localizado na esquina da Rua Albino Teodoro Dalmolin com a Rua Alba Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 418, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com a Rua Alba Dalmolin, na extensão de 14,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com parte do lote nº 416, na extensão de 14,00 metros.

Lote 418 da quadra 818 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Alba Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote nº 419, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com a Rua Alba Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 417, na extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com parte do lote nº 416, na extensão de 12,00 metros.

Lote 419 da quadra 818 com área de 384,00m² (trezentos e oitenta e quatro metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Alba Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 420, na extensão de 32,00 metros;

SUDESTE = com a Rua Alba Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 418, na extensão de 20,00 metros e mais com o lote nº 416, na extensão de 12,00 metros, totalizando a extensão de 32,00 metros;

NOROESTE = com parte do lote nº 415, na extensão de 12,00 metros.

Lote 420 da quadra 818 com área de 542,54m² (quinhentos e quarenta e dois metros e cinquenta e quatro centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Alba Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote Área de Preservação Permanente 02, na extensão de 1,83 metros, na extensão de 9,89 metros, na extensão de 7,69 metros e na extensão de 13,88 metros;

SUDESTE = com o cul-de-sac da Rua Alba Dalmolin, formando um arco na extensão de 14,72 metros, com uma corda na extensão de 13,35 metros, formando um arco na extensão de 1,52 metros, com uma corda na extensão de 1,42 metros e com a Rua Alba Dalmolin, na extensão de 12,54 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 419, na extensão de 32,00 metros;

NOROESTE = com parte do lote nº 415, na extensão de 9,13 metros.

TOTAL DA QUADRA 818 ÁREA: 4.869,64m² TOTAL DE LOTES: 12

Quadra 819 com área de 6.747,13m² e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 421 da quadra 819 com área de 435,00m² (quatrocentos e trinta e cinco metros quadrados), localizado na esquina da Rua Boa Vista com a Rua Fiorindo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 422, na extensão de 23,06 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 445, na extensão de 16,06 metros;

SUDOESTE = com a Rua Fiorindo Dalmolin, na extensão de 2,49 metros, formando um arco na extensão de 15,42 metros, com uma corda na extensão de 15,40 metros e formando um arco na extensão de 5,05 metros, com uma corda na extensão de 4,23 metros;

NOROESTE = com a Rua Boa Vista, na extensão de 6,41 metros e na extensão de 16,26 metros.

Lote 422 da quadra 819 com área de 288,04m² (duzentos e oitenta e oito metros e quatro centímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Boa Vista e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 423, na extensão de 24,94 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 424, na extensão de 7,06 metros e mais com parte do lote nº 445, na extensão de 4,94 metros, totalizando a extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 421, na extensão de 23,06 metros;

NOROESTE = com a Rua Boa Vista, na extensão de 12,15 metros.

Lote 423 da quadra 819 com área de 362,84m² (trezentos e sessenta e dois metros e oitenta e quatro centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Boa Vista com a Rua Natal Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Natal Dalmolin, na extensão de 27,13 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 424, na extensão de 13,94 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 422, na extensão de 24,94 metros;

NOROESTE = com a Rua Boa Vista, na extensão de 14,11 metros.

Lote 424 da quadra 819 com área de 252,00m² (duzentos e cinquenta e dois metros quadrados), localizado no lado par da Rua Natal Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Natal Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 425, na extensão de 21,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 445, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com parte do lote nº 422, na extensão de 7,06 metros, mais com o lote nº 423, na extensão de 13,94 metros, totalizando a extensão de 21,00 metros.

Lote 425 da quadra 819 com área de 252,00m² (duzentos e cinquenta e dois metros quadrados), localizado no lado par da Rua Natal Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Natal Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 426, na extensão de 21,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 444, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 424, na extensão de 21,00 metros.

Lote 426 da quadra 819 com área de 252,00m² (duzentos e cinquenta e dois metros quadrados), localizado no lado par da Rua Natal Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Natal Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 427, na extensão de 21,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 443, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 425, na extensão de 21,00 metros.

Lote 427 da quadra 819 com área de 252,00m² (duzentos e cinquenta e dois metros quadrados), localizado no lado par da Rua Natal Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Natal Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 428, na extensão de 21,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 442, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 426, na extensão de 21,00 metros.

Lote 428 da quadra 819 com área de 252,00m² (duzentos e cinquenta e dois metros quadrados), localizado no lado par da Rua Natal Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Natal Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 429, na extensão de 21,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 441, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 427, na extensão de 21,00 metros.

Lote 429 da quadra 819 com área de 252,00m² (duzentos e cinquenta e dois metros quadrados), localizado no lado par da Rua Natal Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Natal Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 430, na extensão de 21,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 440, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 428, na extensão de 21,00 metros.

Lote 430 da quadra 819 com área de 252,00m² (duzentos e cinquenta e dois metros quadrados), localizado no lado par da Rua Natal Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Natal Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 431, na extensão de 21,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 439, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 429, na extensão de 21,00 metros.

Lote 431 da quadra 819 com área de 252,00m² (duzentos e cinquenta e dois metros quadrados), localizado no lado par da Rua Natal Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Natal Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 432, na extensão de 21,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 438, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 430, na extensão de 21,00 metros.

Lote 432 da quadra 819 com área de 252,00m² (duzentos e cinquenta e dois metros quadrados), localizado no lado par da Rua Natal Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Natal Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 433, na extensão de 21,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 437, na extensão de 12,00 metros;
NOROESTE = com o lote nº 431, na extensão de 21,00 metros.

Lote 433 da quadra 819 com área de 252,00m² (duzentos e cinquenta e dois metros quadrados), localizado no lado par da Rua Natal Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Natal Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 434, na extensão de 21,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 436, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 432, na extensão de 21,00 metros.

Lote 434 da quadra 819 com área de 327,11m² (trezentos e vinte e sete metros e onze centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Natal Dalmolin com a Rua Natal Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Natal Dalmolin, na extensão de 15,58 metros;

SUDESTE = com a Rua Natal Dalmolin, na extensão de 21,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 435, na extensão de 15,58 metros;

NOROESTE = com o lote nº 433, na extensão de 21,00 metros.

Lote 435 da quadra 819 com área de 294,14m² (duzentos e noventa e quatro metros e quatorze centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Natal Dalmolin com a Rua Fiorindo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 434, na extensão de 15,58 metros;

SUDESTE = com a Rua Natal Dalmolin, na extensão de 13,72 metros;

SUL = com a Rua Fiorindo Dalmolin, formando um arco na extensão de 13,74 metros, com uma corda na extensão de 13,56 metros;

SUDOESTE = com a Rua Fiorindo Dalmolin, na extensão de 4,13 metros;

NOROESTE = com o lote nº 436, na extensão de 21,00 metros.

Lote 436 da quadra 819 com área de 252,00m² (duzentos e cinquenta e dois metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Fiorindo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 433, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 435, na extensão de 21,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Fiorindo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 437, na extensão de 21,00 metros.

Lote 437 da quadra 819 com área de 252,00m² (duzentos e cinquenta e dois metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Fiorindo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 432, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 436, na extensão de 21,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Fiorindo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 438, na extensão de 21,00 metros.

Lote 438 da quadra 819 com área de 252,00m² (duzentos e cinquenta e dois metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Fiorindo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 431, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 437, na extensão de 21,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Fiorindo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 439, na extensão de 21,00 metros.

Lote 439 da quadra 819 com área de 252,00m² (duzentos e cinquenta e dois metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Fiorindo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 430, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 438, na extensão de 21,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Fiorindo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 440, na extensão de 21,00 metros.

Lote 440 da quadra 819 com área de 252,00m² (duzentos e cinquenta e dois metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Fiorindo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 429, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 439, na extensão de 21,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Fiorindo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 441, na extensão de 21,00 metros.

Lote 441 da quadra 819 com área de 252,00m² (duzentos e cinquenta e dois metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Fiorindo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 428, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 440, na extensão de 21,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Fiorindo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 442, na extensão de 21,00 metros.

Lote 442 da quadra 819 com área de 252,00m² (duzentos e cinquenta e dois metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Fiorindo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 427, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 441, na extensão de 21,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Fiorindo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 443, na extensão de 21,00 metros.

Lote 443 da quadra 819 com área de 252,00m² (duzentos e cinquenta e dois metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Fiorindo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 426, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 442, na extensão de 21,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Fiorindo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 444, na extensão de 21,00 metros.

Lote 444 da quadra 819 com área de 252,00m² (duzentos e cinquenta e dois metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Fiorindo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 425, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 443, na extensão de 21,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Fiorindo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 445, na extensão de 21,00 metros.

Lote 445 da quadra 819 com área de 252,00m² (duzentos e cinquenta e dois metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Fiorindo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 424, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 444, na extensão de 21,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Fiorindo Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 421, na extensão de 16,06 metros e mais com parte do lote nº 422, na extensão de 4,94 metros, totalizando a extensão de 21,00 metros.

TOTAL DA QUADRA 819 ÁREA: 6.747,13m² TOTAL DE LOTES: 25

Quadra 820 com área de 1.417,53m² e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 446 da quadra 820 com área de 280,00m² (duzentos e oitenta metros quadrados), localizado na esquina da Rua Domingos Dalmolin com a Rua Salvador e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 447, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 450, na extensão de 14,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Salvador, na extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Domingos Dalmolin, na extensão de

14,00 metros.

Lote 447 da quadra 820 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Domingos Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 448, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 449, na extensão de 6,00 metros e mais com parte do lote nº 450, na extensão de 6,00 metros, totalizando a extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 446, na extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Domingos Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 448 da quadra 820 com área de 280,00m² (duzentos e oitenta metros quadrados), localizado na esquina da Rua Domingos Dalmolin com a Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 449, na extensão de 14,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 447, na extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Domingos Dalmolin, na extensão de 14,00 metros.

Lote 449 da quadra 820 com área de 281,78m² (duzentos e oitenta e um metros e setenta e oito centímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,74 metros;

SUDESTE = com parte do terreno rural de matrícula nº 17.935, na extensão de 20,18 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 450, na extensão de 15,44 metros;

NOROESTE = com parte do lote nº 447 na extensão de 6,00 metros e mais com parte do lote nº 448, na extensão de 14,00 metros, totalizando a extensão de 20,00 metros.

Lote 450 da quadra 820 com área de 335,75m² (trezentos e setenta e cinco metros e setenta e cinco centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Salvador e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 449, na extensão de 15,44 metros;

SUDESTE = com parte do terreno rural de matrícula nº 17.935, na extensão de 20,18 metros;

SUDOESTE = com a Rua Salvador, na extensão de 18,14 metros;

NOROESTE = com o lote nº 446, na extensão de 14,00 metros e mais com parte do lote nº 447, na extensão de 6,00 metros, totalizando a extensão de 20,00 metros.

TOTAL DA QUADRA 820 ÁREA: 1.417,53m² TOTAL DE LOTES: 5

Quadra 821 com área de 2.683,04m² e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 451 da quadra 821 com área de 307,33m² (trezentos e sete metros e trinta e três centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote nº 453, na extensão de 14,02 metros;

SUDESTE = com parte do terreno rural de matrícula nº 17.935, na extensão de 20,18 metros;

SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 16,72 metros;

NOROESTE = com o lote nº 452, na extensão de 20,00 metros.

Lote 452 da quadra 821 com área de 280,00m² (duzentos e oitenta metros quadrados), localizado na esquina da Rua Albino Teodoro Dalmolin com a Rua Domingos Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote nº 453, na extensão de 14,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 451, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de

14,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Domingos Dalmolin, na extensão de 20,00 metros.

Lote 453 da quadra 821 com área de 326,49m² (trezentos e vinte e seis metros e quarenta e nove centímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Domingos Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 454, na extensão de 26,40 metros;

SUDESTE = com parte do terreno rural de matrícula nº 17.935, na extensão de 12,11 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 451, na extensão de 14,02 metros e mais com o lote nº 452, na extensão de 14,00 metros, totalizando a extensão de 28,02 metros;

NOROESTE = com a Rua Domingos Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 454 da quadra 821 com área de 307,06m² (trezentos e sete metros e seis centímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Domingos Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 455, na extensão de 24,78 metros;

SUDESTE = com parte do terreno rural de matrícula nº 17.935, na extensão de 12,11 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 453, na extensão de 26,40 metros;

NOROESTE = com a Rua Domingos Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 455 da quadra 821 com área de 287,63m² (duzentos e oitenta e sete metros e sessenta e três centímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Domingos Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 456, na extensão de 23,16 metros;

SUDESTE = com parte do terreno rural de matrícula nº 17.935, na extensão de 12,11 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 454, na extensão de 24,78 metros;

NOROESTE = com a Rua Domingos Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 456 da quadra 821 com área de 268,20m² (duzentos e sessenta e oito metros e vinte centímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Domingos Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 457, na extensão de 21,54 metros;

SUDESTE = com parte do terreno rural de matrícula nº 17.935, na extensão de 12,11 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 455, na extensão de 23,16 metros;

NOROESTE = com a Rua Domingos Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 457 da quadra 821 com área de 248,77m² (duzentos e quarenta e oito metros e setenta e sete centímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Domingos Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 458, na extensão de 19,92 metros;

SUDESTE = com parte do terreno rural de matrícula nº 17.935, na extensão de 12,11 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 456, na extensão de 21,54 metros;

NOROESTE = com a Rua Domingos Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 458 da quadra 821 com área de 657,56m² (seiscentos e cinquenta e sete metros e cinquenta e seis centímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Domingos Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote Área de Preservação Permanente 02, na extensão de 12,19 metros e na extensão de 23,65 metros;

SUDESTE = com parte do terreno rural de matrícula nº 17.935, na extensão de 44,64 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 457, na extensão de 19,92 metros;

NOROESTE = com a Rua Domingos Dalmolin, na extensão de 3,67 metros e com o cul-de-sac da Rua Domingos Dalmolin, formando um arco na extensão de 1,41 metros, com uma corda na extensão de 1,37 metros e formando um arco na extensão de 33,52 metros, com uma corda na extensão de 19,89 metros.

TOTAL DA QUADRA 821 ÁREA: 2.683,04m² TOTAL DE LOTES: 8

Quadra 822 com área de 3.392,49m² e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 459 da quadra 822 com área de 280,00m² (duzentos e oitenta metros quadrados), localizado na esquina da Rua Domingos Dalmolin com a Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote nº 470, na extensão de 14,00 metros;

SUDESTE = com a Rua Domingos Dalmolin, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 14,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 460, na extensão de 20,00 metros.

Lote 460 da quadra 822 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote nº 462, na extensão de 6,00 metros e mais com parte do lote nº 470, na extensão de 6,00 metros, totalizando a extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 459, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 461, na extensão de 20,00 metros.

Lote 461 da quadra 822 com área de 280,00m² (duzentos e oitenta metros quadrados), localizado na esquina da Rua Alba Dalmolin com a Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote nº 462, na extensão de 14,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 460, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 14,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Alba Dalmolin, na extensão de 20,00 metros.

Lote 462 da quadra 822 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Alba Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 463, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 470, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com parte do lote nº 460, na extensão de 6,00 metros e mais com o lote nº 461, na extensão de 14,00 metros, totalizando a extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Alba Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 463 da quadra 822 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Alba Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 464, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 469, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 462, na extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Alba Dalmolin, na extensão de 12,00 metros.

Lote 464 da quadra 822 com área de 327,23m² (trezentos e vinte e sete metros e vinte e três centímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Alba Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 465, na extensão de 15,42 metros;

SUDESTE = com parte do lote nº 467, na extensão de 6,62 metros e mais com o lote nº 468, na extensão de 12,00 metros, totalizando a extensão de 18,62 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 463, na extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Alba Dalmolin, na extensão de 6,32 metros e com o cul-de-sac da Rua Alba Dalmolin, formando um arco na extensão de 1,06 metros, com uma corda na extensão de 1,01

metros e formando um arco na extensão de 13,00 metros, com uma corda na extensão de 12,10 metros.

Lote 465 da quadra 822 com área de 393,98m² (trezentos e noventa e três metros e noventa e oito centímetros quadrados), localizado no cul-de-sac da Rua Alba Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote Área de Preservação Permanente 02, na extensão de 8,35 metros, na extensão de 6,99 metros, na extensão de 4,55 metros, na extensão de 9,12 metros e na extensão de 5,80 metros;

SUDESTE = com o lote nº 466, na extensão de 18,17 metros e mais com parte do lote nº 467, na extensão de 5,38 metros, totalizando a extensão de 23,55 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 464, na extensão de 15,42 metros;

NOROESTE = com o cul-de-sac da Rua Alba Dalmolin, formando um arco na extensão de 18,00 metros, com uma corda na extensão de 15,67 metros e na extensão de 0,51 metros.

Lote 466 da quadra 822 com área de 431,28m² (quatrocentos e trinta e um metros e vinte e oito centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Domingos Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote Área de Preservação Permanente 02, na extensão de 10,11 metros, na extensão de 6,73 metros e na extensão de 5,41 metros;

SUDESTE = com o cul-de-sac da Rua Domingos Dalmolin, formando um arco na extensão de 16,82 metros, com uma corda na extensão de 14,81 metros, formando um arco na extensão de 1,13 metros, com uma corda na extensão de 1,06 metros, com a Rua Domingos Dalmolin, na extensão de 3,47 metros e na extensão de 12,54 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 467, na extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com parte do lote nº 465, na extensão de 18,17 metros.

Lote 467 da quadra 822 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Domingos Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 466, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com a Rua Domingos Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 468, na extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com parte do lote nº 464, na extensão de 6,62 metros e mais com parte do lote nº 465, na extensão de 5,38 metros, totalizando a extensão de 12,00 metros.

Lote 468 da quadra 822 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Domingos Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 467, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com a Rua Domingos Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 469, na extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com parte do lote nº 464, na extensão de 12,00 metros.

Lote 469 da quadra 822 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Domingos Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 468, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com a Rua Domingos Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 470, na extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 463, na extensão de 12,00 metros.

Lote 470 da quadra 822 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Domingos Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote nº 469, na extensão de 20,00 metros;

SUDESTE = com a Rua Domingos Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 459, na extensão de 14,00 metros e

mais com parte do lote nº 460, na extensão de 6,00 metros, totalizando a extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 462, na extensão de 12,00 metros.

TOTAL DA QUADRA 822 ÁREA: 3.392,49m² TOTAL DE LOTES: 12 Quadra 838 com área de 3.523,11m² e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 471 da quadra 838 com área de 271,35m² (duzentos e setenta e um metros e trinta e cinco centímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Boa Vista com a Rua Natal Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 15,14 metros;

SUDESTE = com o lote nº 472, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Natal Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com a Rua Boa Vista, na extensão de 20,24 metros.

Lote 472 da quadra 838 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Natal Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 473, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Natal Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 472, na extensão de 20,00 metros.

Lote 473 da quadra 838 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Natal Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 474, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Natal Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 472, na extensão de 20,00 metros.

Lote 474 da quadra 838 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Natal Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 475, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Natal Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 473, na extensão de 20,00 metros.

Lote 475 da quadra 838 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Natal Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 476, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Natal Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 474, na extensão de 20,00 metros.

Lote 476 da quadra 838 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Natal Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 477, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Natal Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 475 na extensão de 20,00 metros.

Lote 477 da quadra 838 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Natal

Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 478, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Natal Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 476, na extensão de 20,00 metros.

Lote 478 da quadra 838 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Natal Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 479, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Natal Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 477, na extensão de 20,00 metros.

Lote 479 da quadra 838 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Natal Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 480, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Natal Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 478, na extensão de 20,00 metros.

Lote 480 da quadra 838 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Natal Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 481, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Natal Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 479, na extensão de 20,00 metros.

Lote 481 da quadra 838 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Natal Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 482, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Natal Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 480, na extensão de 20,00 metros.

Lote 482 da quadra 838 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Natal Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 483, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Natal Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 481, na extensão de 20,00 metros.

Lote 483 da quadra 838 com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Natal Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 12,00 metros;

SUDESTE = com o lote nº 484, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Natal Dalmolin, na extensão de 12,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 482, na extensão de 20,00 metros.

Lote 484 da quadra 838 com área de 371,76m² (trezentos e setenta

e um metros e setenta e seis centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Natal Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 18,59 metros;

SUDESTE = com parte do lote Área Verde 02, na extensão de 20,00 metros;

SUDOESTE = com a Rua Natal Dalmolin, na extensão de 18,59 metros;

NOROESTE = com o lote nº 483, na extensão de 20,00 metros.

TOTAL DA QUADRA 838 ÁREA: 3.523,11m² TOTAL DE LOTES: 14

ÁREAS INSTITUCIONAIS:

Área Institucional 1 da quadra 798, com área de 2.430,49m² (dois mil quatrocentos e trinta metros e quarenta e nove centímetros quadrados), localizada no lado ímpar da Rua Anselmo Gasparotto e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 68,83 metros;

SUDESTE = com a Rua Anselmo Gasparotto, na extensão de 41,65 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 36, na extensão de 16,06 metros, mais com o lote nº 35, na extensão de 12,00 metros, mais com o lote nº 34, na extensão de 12,00 metros, mais com o lote nº 33, na extensão de 12,00 metros e mais com o lote nº 32, na extensão de 13,53 metros, totalizando a extensão de 65,59 metros;

NOROESTE = com a Rua Rio Grande, na extensão de 4,63 metros, na extensão de 11,85 metros e na extensão de 14,54 metros.

Área Institucional 2 da quadra 810 com área de 3.984,00m² (três mil novecentos e oitenta e quatro metros quadrados), localizada no lado par da Rua Rosa Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 35,34 metros e na extensão de 7,44 metros;

SUDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 43,18 metros e na extensão de 41,74 metros e com o lote Área Verde 01, na extensão de 30,38 metros;

SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 20,30 metros, com o lote nº 284, na extensão de 12,00 metros e mais com parte do lote nº 283, na extensão de 6,00 metros, totalizando a extensão de 18,00 metros e com o lote nº 286, na extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com o lote nº 284, na extensão de 20,00 metros, com o lote nº 285, na extensão de 12,00 metros e mais com o lote nº 286, na extensão de 12,00 metros, totalizando a extensão de 24,00 metros e com a Rua Rosa Dalmolin, na extensão de 62,96 metros.

Área Institucional 3 da quadra 809 com área de 236,87m² (duzentos e trinta e seis metros e oitenta e sete centímetros quadrados), localizada no lado ímpar da Rua Rosa Dalmolin:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 20,25 metros;

SUDESTE = com a Rua Rosa Dalmolin, na extensão de 13,44 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 275, na extensão de 20,00 metros;

NOROESTE = com parte do lote nº 274, na extensão de 10,25 metros.

TOTAL DE ÁREAS INSTITUCIONAIS EDIFICÁVEIS ÁREA: 6.651,36m² TOTAL DE LOTES: 5

Área Institucional 4 lote independente e não edificável com área de 1.417,60m² (mil quatrocentos e dezessete metros e sessenta centímetros quadrados), localizada entre as Ruas Manaus, Brasília, Salvador e Albino Teodoro Dalmolin:

NORDESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 36,02 metros;

SUDESTE = com a Rua Manaus, na extensão de 44,77 metros;

SUDOESTE = com a Rua Salvador, na extensão de 28,69 metros;

NOROESTE = com a Rua Brasília, na extensão de 59,26 metros.

Área Institucional 5 lote independente e não edificável com área de 4.792,89m² (quatro mil setecentos e noventa e dois metros e oitenta e nove centímetros quadrados), localizada entre as Ruas Manaus, Brasília, Albino Teodoro Dalmolin e os lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 27,77 metros;

SUDESTE = com a Rua Manaus, na extensão de 184,82 metros;

SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 36,03 metros;

NOROESTE = com a Rua Brasília, na extensão de 165,89 metros.

TOTAL DE ÁREAS INSTITUCIONAIS NÃO EDIFICÁVEIS ÁREA: 6.210,49m² TOTAL DE LOTES: 5

TOTAL DE ÁREAS INSTITUCIONAIS ÁREA: 12.861,85m² TOTAL DE LOTES: 5

ÁREAS VERDES:

Área Verde 01 da quadra 810 com área de 8.867,70m² (oito mil oitocentos e sessenta e sete metros e setenta centímetros quadrados), localizada na esquina da Rua Albino Teodoro Dalmolin com a Rua Albino Teodoro Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 74,43 metros;

SUDESTE = com o lote nº 298, na extensão de 15,99 metros, mais com o lote nº 297, na extensão de 12,00 metros, mais com o lote nº 296, na extensão de 12,00 metros, mais com o lote nº 295, na extensão de 12,00 metros, mais com o lote nº 294, na extensão de 12,00 metros, mais com o lote nº 293, na extensão de 12,00 metros, mais com o lote nº 292, na extensão de 0,51 metros, totalizando a extensão de 76,50 metros, com o lote nº 292, na extensão de 11,49 metros, mais com o lote nº 291, na extensão de 12,00 metros, mais com o lote nº 290, na extensão de 12,00 metros, mais com o lote nº 289, na extensão de 0,40 metros, totalizando a extensão de 35,89 metros, com o lote nº 289, na extensão de 11,61 metros, mais com o lote nº 288, na extensão de 12,00 metros, mais com o lote nº 287, na extensão de 17,49 metros, totalizando a extensão de 41,10 metros;

SUDOESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 27,53 metros;

NOROESTE = com a Rua Albino Teodoro Dalmolin, na extensão de 140,83 metros e com o lote Área Institucional 2, na extensão de 30,38 metros.

Área Verde 02 da quadra 821 com área de 4.337,67m² (quatro mil e trezentos e trinta e sete metros e sessenta e sete centímetros quadrados), localizada na esquina da Rua Natal Dalmolin com a Rua Fiorindo Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Rua Fiorindo Dalmolin, formando um arco na extensão de 20,78 metros, com uma corda na extensão de 20,75 metros, na extensão de 125,42 metros, formando um arco na extensão de 24,97 metros, com uma corda na extensão de 24,43 metros e com parte dos lotes rurais nºs 06, 03 e 10 de matrícula nº 383, na extensão de 56,47 metros;

SUDESTE = com parte do terreno rural de matrícula nº 16.052, na extensão de 11,20 metros e com parte do lote Área de Preservação Permanente 02, em uma linha poligonal, na extensão de 158,00 metros;

SUDOESTE = com parte do lote Área de Preservação Permanente 02, formando um arco na extensão de 133,61 metros, com uma corda na extensão de 97,26 metros;

NOROESTE = com a Rua Boa Vista, na extensão de 41,46 metros, com a Rua Natal Dalmolin, na extensão de 48,15 metros e mais com o lote nº 484, na extensão de 20,00 metros, totalizando a extensão de 68,15 metros.

Área Verde 03 da quadra 821 com área de 171,64m² (cento e setenta e um metros e sessenta e quatro centímetros quadrados),

localizada no lado par da Rua Boa Vista e a sua descrição:

NORDESTE = com parte do lote Área de Preservação Permanente 02, formando um arco na extensão de 45,90 metros, com uma corda na extensão de 44,31 metros;

SUDOESTE = com o lote nº 409, na extensão de 21,63 metros;

NOROESTE = com a Rua Boa Vista, na extensão de 32,05 metros.

TOTAL DE ÁREAS VERDES ÁREA: 13.377,01m² TOTAL DE LOTES: 3

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APPs):

Área de Preservação Permanente 01 lote independente com área de 3.999,62m² (três mil novecentos e noventa e nove metros e sessenta e dois centímetros quadrados), localizada entre a Alameda Império do Sol e a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin e a sua descrição:

NORDESTE = com a Alameda Império do Sol, formando um arco, na extensão de 12,35 metros, com uma corda na extensão de 12,23 metros e na extensão de 20,12 metros;

SUDESTE = com a Alameda Império do Sol, formando um arco, na extensão de 13,30 metros, com uma corda na extensão de 12,34 metros, formando um arco, na extensão de 34,95 metros, com uma corda na extensão de 34,92 metros, na extensão de 5,56 metros, formando um arco, na extensão de 29,23 metros, com uma corda na extensão de 28,89 metros e formando um arco, na extensão de 33,07 metros, com uma corda na extensão de 33,05 metros;

SUDOESTE = com a Rua Judith Rosa Favretto Dalmolin, formando um arco, na extensão de 13,25 metros, com uma corda na extensão de 11,16 metros;

OESTE = com a Alameda Império do Sol, na extensão de 39,61 metros;

NOROESTE = com a Alameda Império do Sol, formando um arco, na extensão de 24,46 metros, com uma corda na extensão de 23,63 metros, na extensão de 21,61 metros e na extensão de 40,38 metros.

Área de Preservação Permanente 02 da quadra 821 com área de 16.638,76m² (dezesseis mil seiscentos e trinta e oito metros e setenta e seis centímetros quadrados), localizada na Rua Boa Vista e a sua descrição:

NORDESTE = com o lote Área Verde 02, formando um arco na extensão de 133,61 metros, com uma corda na extensão de 97,26 metros e em uma linha poligonal na extensão de 158,00 metros;

SUDESTE = com parte do terreno rural de matrícula nº 16.052, na extensão de 40,65 metros e mais com parte do terreno rural de matrícula nº 17.935, na extensão de 55,08 metros, totalizando a extensão de 95,73 metros;

SUDOESTE = com o lote 458 da quadra 821, o cul-de-sac da Rua Domingos Dalmolin e os lotes 466 e 465 da quadra 822, em uma linha poligonal, na extensão de 94,01 metros, com o cul-de-sac da Rua Alba Dalmolin, formando um arco na extensão de

5,29 metros, com uma corda na extensão de 5,23 metros, com os lotes 420, 415 e 414 da quadra 818, em uma linha poligonal, na extensão de 58,55 metros e com os lotes 413, 412, 411 e 410 da quadra 818, formando um arco na extensão de 50,65 metros, com uma corda na extensão de 48,52 metros;

NOROESTE = com o lote Área Verde 03, formando um arco na extensão de 45,90 metros, com uma corda na extensão de 44,31 metros e com a Rua Boa Vista, formando um arco na extensão de 6,68 metros, com uma corda na extensão de 6,67 metros

TOTAL DE APPs ÁREA: 20.638,38m² TOTAL DE LOTES: 2

RESUMO DAS ÁREAS: o imóvel com Área Total de 242.000,00m², possui 02 lotes de Área de Preservação Permanente doados ao município que totalizam 20.638,38m², resultando numa Área Loteável de 221.361,62m² e numa Área Líquida Loteável de 133.021,08m² dividida em 484 Lotes Privados, correspondendo a uma porcentagem de 60,09%, em relação a Área Loteável. Total de 03 lotes de Área Verde doados ao município, totalizando 13.377,01m², correspondendo a uma porcentagem de 10,06%, em relação a Área Líquida Loteável. Total de 03 lotes de Área Institucional edificável

doados ao município, totalizando 6.651,36m², correspondendo a uma porcentagem de 5,00%, em relação a Área Líquida Loteável e um total de 02 lotes de Área Institucional não edificável doados ao município, totalizando 6.210,49m², correspondendo a uma porcentagem de 4,67%, em relação a Área Líquida Loteável. Totalizando uma Área Institucional de 12.861,85m², correspondendo a uma porcentagem de 5,81%, em relação a Área Loteável. Área superficial de vias públicas (sistema viário) doado ao município de 62.101,68m², correspondendo a uma porcentagem de 28,05%, em relação a Área Loteável. Área Total transferida ao município (Áreas de Preservação Permanente + Áreas Verdes + Áreas Institucionais + Vias públicas) de 108.978,92m², correspondendo a uma porcentagem de 45,03%, em relação a Área Total do Imóvel.

Art. 2º É de responsabilidade da pessoa jurídica e empreendedores, a execução das obras de infraestrutura, conforme dispõe o art. 39, I, da Lei 694/1981.

Art. 3º Fazem parte integrante desta Lei, memoriais descritivos e plantas.

Art. 4º As despesas decorrentes da realização desta Lei correrão por conta do orçamento municipal, no que for pertinente à implantação de aparelhos públicos nas áreas institucionais.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando eventuais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 25 de agosto de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município.

Consórcios

CIGA

EXTRATO CONTRATO 437 - DOM -FLOR DO SERTÃO

Extrato de Contrato nº 437/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Diário Oficial dos Municípios – Flor do Sertão

CONTRATANTE: Município de Flor do Sertão

CNPJ: 01.566.621/0001-08

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 082/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Flor do Sertão no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 295,00 (Duzentos e noventa e cinco reais) totalizando R\$ 1.180,00 .

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 21 de agosto a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 21 de agosto de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 438 - PGC -VITOR MEIRELES

Extrato de Contrato nº 438/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão de Câmara de Vereadores – Vitor Meireles

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Vitor Meireles

CNPJ: 79.373.460/0001-15

CONTRATO Nº: Contrato Administrativo nº 002/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 2.280,00(Dois mil duzentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 13 de Julho de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIS NORDESTE

EXTRATOS DE ADITIVOS ÀS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 002CISNORDESTE (Nº ATA) – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2015 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2015

EXTRATOS DE ADITIVOS ÀS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 002CISNORDESTE (Nº ATA) – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2015 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2015

PA	ARP	Sequencial	Lote	Medicamento	Fornecedor	Órgão/Município	Data do Aditivo	Valor Registrado	Valor Aditivo	Objeto	Quantidade Remanescente
3.3-A	47	Primeiro	787	Varfarina Sódica 5 mg	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	Hospital Municipal São José	26/08/2015	R\$ 0,0879	R\$ -	Cancelamento	2.500
3.3-A	48	Primeiro	787	Varfarina Sódica 5 mg	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	Balneário Barra do Sul	26/08/2015	R\$ 0,0879	R\$ -	Cancelamento	8.000
3.3-A	50	Primeiro	787	Varfarina Sódica 5 mg	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	Campo Alegre	26/08/2015	R\$ 0,0879	R\$ -	Cancelamento	5.500
3.3-A	51	Primeiro	787	Varfarina Sódica 5 mg	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	Corupá	26/08/2015	R\$ 0,0879	R\$ -	Cancelamento	3.500
3.3-A	52	Primeiro	787	Varfarina Sódica 5 mg	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	Garuva	26/08/2015	R\$ 0,0879	R\$ -	Cancelamento	3.000
3.3-A	53	Primeiro	787	Varfarina Sódica 5 mg	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	Guaramirim	26/08/2015	R\$ 0,0879	R\$ -	Cancelamento	44.000
3.3-A	54	Primeiro	787	Varfarina Sódica 5 mg	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	Itapoá	26/08/2015	R\$ 0,0879	R\$ -	Cancelamento	5.000
3.3-A	55	Primeiro	787	Varfarina Sódica 5 mg	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	Jaraguá do Sul	26/08/2015	R\$ 0,0879	R\$ -	Cancelamento	35.010
3.3-A	59	Primeiro	787	Varfarina Sódica 5 mg	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	São Bento do Sul	26/08/2015	R\$ 0,0879	R\$ -	Cancelamento	10.000
3.3-A	61	Primeiro	787	Varfarina Sódica 5 mg	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	São João do Itaperiú	26/08/2015	R\$ 0,0879	R\$ -	Cancelamento	2.000
3.3-A	62	Primeiro	787	Varfarina Sódica 5 mg	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	Schroeder	26/08/2015	R\$ 0,0879	R\$ -	Cancelamento	15.000
3.3-A	192	Primeiro	787	Varfarina Sódica 5 mg	HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Hospital Municipal São José	26/08/2015	R\$ -	R\$ 0,0880	Inclusão	2.500
3.3-A	193	Primeiro	787	Varfarina Sódica 5 mg	HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Balneário Barra do Sul	26/08/2015	R\$ -	R\$ 0,0880	Inclusão	8.000
3.3-A	195	Primeiro	787	Varfarina Sódica 5 mg	HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Campo Alegre	26/08/2015	R\$ -	R\$ 0,0880	Inclusão	5.500
3.3-A	196	Segundo	787	Varfarina Sódica 5 mg	HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Corupá	26/08/2015	R\$ -	R\$ 0,0880	Inclusão	3.500
3.3-A	197	Primeiro	787	Varfarina Sódica 5 mg	HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Garuva	26/08/2015	R\$ -	R\$ 0,0880	Inclusão	3.000

3.3-A	198	Primeiro	787	Varfarina Sódica 5 mg	HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Guaramirim	26/08/2015	R\$ -	R\$ 0,0880	Inclusão	44.000
3.3-A	199	Primeiro	787	Varfarina Sódica 5 mg	HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Itapoá	26/08/2015	R\$ -	R\$ 0,0880	Inclusão	5.000
3.3-A	200	Segundo	787	Varfarina Sódica 5 mg	HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Jaraguá do Sul	26/08/2015	R\$ -	R\$ 0,0880	Inclusão	35.010
3.3-A	204	Primeiro	787	Varfarina Sódica 5 mg	HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	São Bento do Sul	26/08/2015	R\$ -	R\$ 0,0880	Inclusão	10.000
3.3-A	206	Primeiro	787	Varfarina Sódica 5 mg	HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	São João do Itaperiú	26/08/2015	R\$ -	R\$ 0,0880	Inclusão	2.000
3.3-A	207	Primeiro	787	Varfarina Sódica 5 mg	HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Schroeder	26/08/2015	R\$ -	R\$ 0,0880	Inclusão	15.000

EXTRATOS DE ADITIVOS ÀS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 002CISNORDESTE (Nº ATA) – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2015 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2015

EXTRATOS DE ADITIVOS ÀS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 002CISNORDESTE (Nº ATA) – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2015 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2015

PA	ARP	Sequencial	Lote	Medicamento	Fornecedor	Município	Data do Aditivo	Valor Registrado	Valor aditivado	Objeto	Saldo Remanescente
3.1-C	18	Terceiro	566	Nimesulide 100 mg	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	Balneário Barra do Sul	26/08/2015	R\$ 0,0448	R\$ 0,0495	Reequilíbrio	25.000
3.1-C	19	Segundo	566	Nimesulide 100 mg	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	Barra Velha	26/08/2015	R\$ 0,0448	R\$ 0,0495	Reequilíbrio	100.000
3.1-C	21	Terceiro	566	Nimesulide 100 mg	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	Corupá	26/08/2015	R\$ 0,0448	R\$ 0,0495	Reequilíbrio	50.000
3.1-C	22	Quarto	566	Nimesulide 100 mg	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	Garuva	26/08/2015	R\$ 0,0448	R\$ 0,0495	Reequilíbrio	10.000
3.1-C	23	Segundo	566	Nimesulide 100 mg	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	Guaramirim	26/08/2015	R\$ 0,0448	R\$ 0,0495	Reequilíbrio	300.000
3.1-C	24	Terceiro	566	Nimesulide 100 mg	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	Itapoá	26/08/2015	R\$ 0,0448	R\$ 0,0495	Reequilíbrio	65.000
3.1-C	25	Terceiro	566	Nimesulide 100 mg	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	Jaraguá do Sul	26/08/2015	R\$ 0,0448	R\$ 0,0495	Reequilíbrio	500.000
3.1-C	27	Terceiro	566	Nimesulide 100 mg	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	Massaranduba	26/08/2015	R\$ 0,0448	R\$ 0,0495	Reequilíbrio	58.000
3.1-C	28	Primeiro	566	Nimesulide 100 mg	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	Rio Negrinho	26/08/2015	R\$ 0,0448	R\$ 0,0495	Reequilíbrio	350.000
3.1-C	29	Segundo	566	Nimesulide 100 mg	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	São Bento do Sul	26/08/2015	R\$ 0,0448	R\$ 0,0495	Reequilíbrio	150.000
3.1-C	31	Primeiro	566	Nimesulide 100 mg	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	São João do Itaperiú	26/08/2015	R\$ 0,0448	R\$ 0,0495	Reequilíbrio	10.000
3.1-C	32	Segundo	566	Nimesulide 100 mg	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	Schroeder	26/08/2015	R\$ 0,0448	R\$ 0,0495	Reequilíbrio	80.000

PRIMEIRO ADITIVO ÀS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 001CISNORDESTE

PRIMEIRO ADITIVO ÀS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 001CISNORDESTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC

FORNECEDOR REGISTRADO: ACHE E ENCAIXE COMERCIO DE MATERIAIS ESCOLARES (CNPJ 95.433.058/0001-35)

OBJETO: CANCELAMENTO DE REGISTRO PARA OS LOTES DAS TABELAS ABAIXO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
160	5	UNIDADE	PORTA TRECO DE PLASTICO PARA MESA DE ESCRITORIO - CLIPS, CANETA.	NOVACRIL	R\$ 0,33	R\$ 1,65
158	5	UNIDADE	PINCEL ATÔMICO, PONTA DE FELTRO 08MM DE ESPESSURA, CORES DIVERSAS, TAMPA INDICATIVA DA COR, COMPRIMENTO MÍNIMO 100MM, RECARREGAVEL	BRW	R\$ 1,16	R\$ 5,80
153	5	PACOTE	PASTA SUSPensa 240 X 361 MM COM TRILHO PLÁSTICO. PACOTE C/10 UNIDADES	POLICART	R\$ 3,83	R\$ 19,15
151	150	UNIDADE	PASTA SEM ABA, SEM ELÁSTICO, COM GRAMPO TRILHO, CARTOLINA PLASTIFICADA, GRAMATURA MÍNIMA DE 250GR/M2, TAMANHO 230X340MM, COR: PRETO.	POLICART	R\$ 0,75	R\$ 112,50

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JOINVILLE

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
160	100	UNIDADE	PORTA TRECO DE PLASTICO PARA MESA DE ESCRITORIO - CLIPS, CANETA.	NOVACRIL	R\$ 0,329	R\$ 32,90
158	5.000	UNIDADE	PINCEL ATÔMICO, PONTA DE FELTRO 08MM DE ESPESSURA, CORES DIVERSAS, TAMPA INDICATIVA DA COR, COMPRIMENTO MÍNIMO 100MM, RECARREGAVEL	BRW	R\$ 1,16	R\$ 5.800,00
153	2.500	PACOTE	PASTA SUSPensa 240 X 361 MM COM TRILHO PLÁSTICO. PACOTE C/10 UNIDADES	POLICART	R\$ 3,83	R\$ 9.575,00
151	5.000	UNIDADE	PASTA SEM ABA, SEM ELÁSTICO, COM GRAMPO TRILHO, CARTOLINA PLASTIFICADA, GRAMATURA MÍNIMA DE 250GR/M2, TAMANHO 230X340MM, COR: PRETO.	POLICART	R\$ 0,75	R\$ 3.750,00
128	1.000	UNIDADE	LIVRO ATA 100 FOLHAS	FORONI	R\$ 2,66	R\$ 2.660,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2015

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
161	60	CAIXA	POTE DE TINTA GUACHE COM 6 CORES	PIRATININGA	R\$ 1,89	R\$ 113,40
160	60	UNIDADE	PORTA TRECO DE PLASTICO PARA MESA DE ESCRITORIO - CLIPS, CANETA.	NOVACRIL	R\$ 0,329	R\$ 19,74
158	720	UNIDADE	PINCEL ATÔMICO, PONTA DE FELTRO 08MM DE ESPESSURA, CORES DIVERSAS, TAMPA INDICATIVA DA COR, COMPRIMENTO MÍNIMO 100MM, RECARREGAVEL	BRW	R\$ 1,16	R\$ 835,20
153	24	PACOTE	PASTA SUSPensa 240 X 361 MM COM TRILHO PLÁSTICO. PACOTE C/10 UNIDADES	POLICART	R\$ 3,83	R\$ 91,92
151	1.200	UNIDADE	PASTA SEM ABA, SEM ELÁSTICO, COM GRAMPO TRILHO, CARTOLINA PLASTIFICADA, GRAMATURA MÍNIMA DE 250GR/M2, TAMANHO 230X340MM, COR: PRETO.	POLICART	R\$ 0,75	R\$ 900,00
128	200	UNIDADE	LIVRO ATA 100 FOLHAS	FORONI	R\$ 2,66	R\$ 532,00
91	360	UNIDADE	DISCO COMPACTO (CD), 700MB, 80 MIN, GRAVÁVEL E REGRAVÁVEL - CD-RW	MULTILASER	R\$ 1,58	R\$ 568,80

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 21 do Decreto nº 7.892/2013, aplicado no âmbito do ISNORDESTE/SC pela subsidiariedade prevista no art. 3º da Resolução CISNORDESTE nº 02/2014 e Cláusula Nona, item 9.3 da Ata de Registro de Preços

DATA: 03/08/2015

JOSÉ CHAVES	OLAVO GARCIA
PRESIDENTE	ACHE E ENCAIXE COMERCIO DE MATERIAIS ESCOLARES
Órgão Gerenciador	Fornecedor

CIS/AMUREL**ATA AGO 30/06/2015****CIS-AMUREL****Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL****30.06.2015 - ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL – CISAMUREL**

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, às 09h45min, em segunda e única chamada, reuniram-se na sala dos Prefeitos, para Assembleia Geral Ordinária, os prefeitos: Sr. Ademir da Silva Matos, Prefeito Municipal de Braço do Norte; Sr. Moacir Rabelo da Silva, Prefeito Municipal de Capivari de Baixo; Dilcei Heidemann, Prefeita Municipal de Santa Rosa de Lima; Sr. Clésio Bardini De Biasi, Prefeito Municipal de Treze de Maio; Sr. Jaime Wensing, Prefeito Municipal de Armazém; Sr. João Olávio Falchetti, Prefeito Municipal de Tubarão; Sr. Jorge Leonardo Nesi, Prefeito Municipal de Gravatal; Sr. Luiz Arnaldo Napoli, Prefeito Municipal de Jaguaruna; Sr. Amilton Ascari, Prefeito Municipal de Grão Pará; Sr. Robson Jean Back, Vice-Prefeito Municipal de São Martinho; Sr. Manoel Viana de Sousa, Prefeito Municipal de Imaruá; Sr. Jaison Cardoso de Souza, Prefeito Municipal de Imbituba; Sr. Antônio Felipe Sobrinho, Prefeito Municipal de Pedras Grandes e o Sr. Volnei Weber, Prefeito Municipal de São Ludgero. Participaram ainda, o Coordenador Administrativo do CISAMUREL, o Sr. Edson Nunes, o Diretor Executivo da Amurel, Sr. Celso Heidemann, Sr. Luiz Paulo de Resende, Secretário Municipal da Fazenda e Administração de Laguna; Sr. Francisco Durante Honorato, Secretário Municipal de Pescaria Brava; a assessora contábil do CIS, Srta. Patrícia Vieira Martins e o Contador do CISAMUREL, Sr. Ramon Correa Mendes. Após saudar os presentes, o Presidente do CISAMUREL, solicitou a este coordenador administrativo do CIS que fizesse a leitura do edital de convocação desta assembleia, que registro a seguir: EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA – O Presidente do CISAMUREL- Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amurel, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Prefeitos dos Municípios consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 30 de junho de 2015, às 09h30min, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em primeira convocação, e às 09h45min, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/5 (um quinto) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em sua sede provisória, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, Sede da AMUREL, bairro Vila Moema, Tubarão (SC). Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias: I – Aprovação da ata da assembleia anterior (cópia entregue); II – Apreciação e aprovação dos registros contábeis referentes ao 1º e 2º bimestres do ano de 2015; III - Assuntos Diversos. Tubarão (SC), 19 de junho de 2015. Jorge Leonardo Nesi, Presidente do CISAMUREL. Em seguida colocou para aprovação o item I da pauta, a ata da AGO realizada no dia 30.04.2015, com dispensa de sua leitura, tendo em vista que cópia da mesma foi recebida pelos Prefeitos antes desta assembleia, a qual foi aprovada por todos. Na sequência, item II, Apreciação e aprovação dos registros contábeis referentes ao 1º e 2º bimestres do ano de 2015. O Presidente solicitou à Assessora Contábil do CIS, Srta. Patrícia Vieira Martins, que informasse sobre as mudanças na contabilidade dos consórcios e ela informou aos presentes que as inconsistências verificadas no sistema da Betha já estavam sendo regularizadas e que os movimentos começaram a ser gravados. Em seguida, o contador do CISAMUREL, Sr. Ramon Correa Mendes, fez uso da palavra acerca dos registros contábeis e o mesmo informou que a análise da prestação de contas ficou prejudicada, tendo em vista que com as mudanças em andamento na contabilidade dos Consórcios e final das inconsistências na implantação via sistema Betha, ainda em



CIS-AMUREL

Consorcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL

andamento, a mesma será colocada em pauta junto com a do 3º bimestre na próxima assembleia, o que ficou aprovado por todos. Passou-se ao item III da pauta, Assuntos Diversos, e o Coordenador Administrativo, Sr. Edson Nunes, fez uma explanação sobre o andamento do edital para o cateterismo, que atendendo pedido do Presidente, participou da reunião do Colegiado de Saúde da Amurel, onde o mesmo estipulou o preço de R\$ 800,00 para ser colocado no edital 01/2015. Após publicação dele, recebemos alguns e-mails e telefonemas de interessados declinando do credenciamento, tendo em vista que o preço estava muito baixo. Os prefeitos entendem que devemos ter este procedimento credenciado e após alguns comentários entre eles, ficou decidido que seria lançado um novo edital ao preço de R\$ 1.200,00. O presidente solicitou ao Prefeito de Tubarão, Sr. João Olávio Falchetti, que junto com o coordenador administrativo do CIS, caso o Hospital Nossa Senhora da Conceição não aceitasse o preço acima, que fizesse uma visita ao setor administrativo daquele nosocômio, para que o mesmo se credencia-se, tendo em vista que ficaria mais centralizado o acesso para todos os consorciados, em vez de termos algum credenciado fora da Amurel. Continuando, disse aos presentes que tinha na pasta de cada um relatório do sistema com o movimento individualizado e geral dos consorciados, demonstrando quanto e onde cada um aplicou seu recurso no CISAMUREL, desde o começo do ano até o final de junho. Por fim a palavra foi deixada livre, e nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a todos os presentes, e determinou a este coordenador administrativo para lavrar a presente ata, que segue assinada nas formas de costume, e deu por encerrada a assembleia.

JORGE LEONARDO NESI
Presidente do CISAMUREL

JOÃO OLÁVIO FALCHETTI
1º Vice-Presidente

VOLNEI WEBER
2º Vice-Presidente

Edson Nunes
Coordenador Administrativo

Fábio Borges
Assessor Jurídico

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

52/2015 CLÍNICA SÃO JOSÉ

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 52/2015.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: CLÍNICA SÃO JOSÉ S/S.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames clínico de ultrassonografia.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 002/2009).

Data da Assinatura: 14/08/2015.

Assinantes: Jorge Leonardo Nesi pelo Contratante e, Roberto Beniamino de Pol Filho pelo Contratado.